

ANTROPO LOGIA EM CONTRA PONTO

V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia

811 SET 2013 VILA REAL

UTAD TEATRO MUNICIPAL DE VILA REAL

PROGRAMA

ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

Comissão Organizadora

Chiara Pussetti (CRIA), Clara Saraiva (IICT/CRIA), Humberto Martins (UTAD/CRIA), Raquel Carvalheira (ICS/CRIA), Robert Rowland (CRIA), Ruy Llera Blanes (Univ. Bergen), Susana Pereira Bastos (FCSH-UNL), Patrícia Freire

Comissão Científica

Chiara Pussetti (CRIA), Clara Saraiva (IICT/CRIA), Fernando Florêncio (Univ. Coimbra), Humberto Martins (UTAD/CRIA), Marina Pignatelli (ISCSP), Raquel Carvalheira (ICS/CRIA), Robert Rowland (CRIA), Ruy Llera Blanes (Univ. Bergen), Susana Pereira Bastos (FCSH-UNL)

Comissão Local

Paulo Mendes (CRIA), Fernando Bessa Ribeiro (UTAD-CETRAD), Octávio Sacramento (UTAD-CETRAD), Pedro Silva (UTAD-CETRAD), Xerardo Pereiro (UTAD-CETRAD), Humberto Martins (UTAD-CETRAD/CRIA)

Mostra de Filme Etnográfico

Peter Anton Zoettl (CRIA), Sofia Sampaio (CRIA), Humberto Martins (UTAD/CRIA), Gonçalo Mota (realizador e produtor de cinema), Patrícia Freire

Secretariado

Patrícia Freire

Voluntários

O V Congresso da APA conta com o apoio voluntário de alunos oriundos de estabelecimentos universitários com cursos de Antropologia em Portugal: Alexandra Pinto, UTAD; Alexandre Alves, UTAD; Andreia Cardoso, UTAD; Carlos Gomes, UTAD; Carlos Leão Dias, UTAD; Carlos Ribeiro, UTAD; Cátia Jorge, UTAD; Cirilo Bairrada, UTAD; Cristiana Cubal, UTAD; Cristiana Soares, UTAD; Daniela Costa, UTAD; Daniela Pinheiro, UTAD; Diana Coutinho, UTAD; Diane Tavares, UTAD; Joana Santos, ICS; Joana Silva, UTAD; Katarina Silva, UTAD; Kátia Ribeiro, UTAD; Lídia Cordeiro, ISCTE; Mafalda Pires, UTAD; Mariana Feijó, ISCTE; Mariana Rei, FCSH; Mariana Silva, FCSH; Mário Gonçalves, UTAD; Marta Pereira, UTAD; Marta Silva, UTAD; Rute Marques, ISCTE; Sabina Rodrigues, UTAD; Sandra Taborda, UTAD; Sara Amorim Oliveira, UTAD; Tatiana Moreira, UTAD; Vanessa Amorim, ISCTE; Hugo Teixeira, ISCTE; Sheila Nunes, Univ. Valladolid

APOIO À ORGANIZAÇÃO

NomadIT: Darren Edale, Rohan Jackson, Marina Pereira

PROGRAMA

Robert Rowland (coord.; CRIA), Humberto Martins (UTAD/CRIA), Raquel Carvalheira (ICS/CRIA), Ruy Llera Blanes (Univ. Bergen), Patrícia Freire

DESIGN GRÁFICO

Gonçalo Mota

WEB DESIGN

Guillermo Lhera Blanes

FICHA TÉCNICA

PAGINAÇÃO E IMPRESSÃO

Gráfica 99, Lda.

REVISÃO EDITORIAL E DE TEXTO

Ângela Miranda Cardoso

Índice / Contents

Mensagem do Presidente / <i>Message from the President*</i>	4 / 5
Mensagem da Comissão Local / <i>Message from the local Commitee*</i>	6 / 7
Antropologia em Contraponto / <i>Anthropology in Counterpoint*</i>	8 / 9
Horário – Programa Geral / <i>General Timetable</i>	10
Horário – Mostra de Filme Etnográfico / <i>Film Festival Timetable</i>	11
Programa Diário / <i>Daily Programme</i>	12
Sessões Plenárias / <i>Plenary Sessions</i>	16
Painéis e Coordenadores: Programação Diária / <i>Panels and Convenors: Daily Programme</i>	24
Programação dos Painéis / <i>Full Programme: Panels and Papers</i>	29
Siglas de Instituições Portuguesas / <i>Abbreviations of Portuguese Institutions</i>	206
Antropologia Visual / <i>Visual Anthropology</i>	207
Apresentação de Livros / <i>Book Presentations</i>	210
Programa Paralelo / <i>Parallel Programme</i>	211
Lista de Autores e Coordenadores de Painéis / <i>List of Authors and Convenors</i>	212
Apêndice: Comunicações retiradas / <i>Appendix: Papers withdrawn</i>	219

*Also in English translation

Mensagem do Presidente da APA

Quero, antes de mais, e em nome da Associação Portuguesa de Antropologia, desejar a todos umas calorosas boas vindas e uma agradável e proveitosa estadia em Vila Real.

O tema deste V Congresso, “Antropologia em Contraponto”, remete simultaneamente para a unidade e a diversidade da nossa disciplina, procurando estimular uma reflexão sobre a relação entre o que cada um está a fazer e a tradição antropológica no seu conjunto. A resposta da comunidade antropológica a esta proposta ultrapassou todas as expectativas. O programa do Congresso contempla, para além das sessões plenárias, da mostra de filme etnográfico e do programa paralelo, 57 painéis temáticos e acima de 500 comunicações, oriundas de mais de 20 países.

No entanto, apesar desta riqueza temática e da densidade humana deste nosso encontro, o Congresso realiza-se à sombra da troika e sob a égide da austeridade. Tendo escolhido previamente, e antes de conhecermos a profundidade e as implicações da crise, realizá-lo (pela primeira vez) fora de Lisboa, resolvemos manter essa opção de princípio, procurando, ao mesmo tempo, privilegiar o estritamente necessário de modo a reduzir os custos para os congressistas. Isto só foi possível graças ao generoso acolhimento que nos foi oferecido pela Universidade de Trás-os-Montes e do Alto Douro e pela Câmara Municipal de Vila Real, que me apraz aqui assinalar e agradecer em nome de todos. Não fossem as excelentes condições proporcionadas pelo campus da UTAD e pelo Teatro Municipal de Vila Real, este Congresso não teria sido possível.

Resta-nos agora, a todos, aproveitar ao máximo esta possibilidade de discussão e de convívio.

ROBERT ROWLAND

Message from the President of the Portuguese Anthropological Association

First of all, I would like, on behalf of the Portuguese Anthropological Association, to wish you all a very warm welcome and a pleasant and fruitful stay in Vila Real.

The theme of this V Congress, “Anthropology in Counterpoint”, refers at one and the same time to the unity and diversity of our discipline, and aims to make us reflect on the relation between what each of us is doing and the anthropological tradition as a whole. The anthropological community’s response to our proposal has been overwhelming. The Congress programme envisages, in addition to the plenary sessions, the ethnographic film exhibit and the parallel programme, 57 panels and more than 500 papers, coming from over 20 countries.

However, despite the thematic richness and human density of our meeting, the Congress takes place in the shadow of the troika and under the aegis of Austerity. Having previously chosen, before we became aware of the full implications of the crisis, to hold our Congress for the first time outside Lisbon, we resolved to keep to our initial resolve, while attempting, at the same time, to restrict ourselves to what was strictly necessary in an attempt to reduce costs for those attending the Congress. This was only possible thanks to the generous welcome which was offered us by the University of Trás-os-Montes and the Upper Douro (UTAD) and by the City Council of Vila Real, which I am delighted to acknowledge here and to give thanks for on behalf of us all. If it were not for the excellent conditions offered by the UTAD Campus and by the Municipal Theatre of Vila Real, this Congress would not have been possible. It now remains for us all to make the most of this opportunity for discussion and conviviality.

ROBERT ROWLAND

Mensagem da Comissão Local

Gostaria, em nome da Comissão Local e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de dar as boas-vindas a todos os participantes no V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia. A escolha de Vila Real, e mais em particular, da UTAD não pode ser dissociada da própria história da Antropologia nesta universidade, que ao longo de onze anos ofereceu uma licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento. Apesar de em 2009 o curso ter sido encerrado, a Antropologia continua presente em ofertas de 1.º, 2.º e 3.º ciclos – embora com um estatuto relativamente marginal. Todavia, para os dez doutorados em antropologia que leccionam e investigam na Escola de Ciências Humanas e Sociais a Antropologia não acabou na UTAD; continuamos a propor e a estimular olhares, olhando a diversidade cultural no Mundo, subjectividades mais ou menos reconhecíveis – em geografias de proximidade e distância. O tema central deste congresso, “Antropologia em Contraponto”, é, neste sentido, muito significativo num contexto de diálogos diários com outros saberes, outras perspectivas, fazendo do conceito de interdisciplinaridade uma morada (certa) para trocas e reconhecimentos diferenciais.

Que desfrutem e (re)conheçam o campus, a universidade, a cidade e a região.

HUMBERTO MARTINS
Coordenador da Comissão Local

Message from the Local Committee

On behalf of the Local Committee and the University of Trás-os-Montes and Alto Douro, I should like to extend a warm welcome to all participants in the V Congress of the Portuguese Anthropological Association. The choice of Vila Real and, in particular, of UTAD cannot be dissociated from the history of anthropology in this University, which for eleven years offered a degree course in Anthropology for Development. The course was discontinued in 2009, but anthropology is still being offered, though marginally, as part of the curriculum in first degree, master's and doctoral programmes. Nevertheless, for the ten teachers and researchers with PhDs in Anthropology who work in the School of Human and Social Sciences, anthropology in UTAD is not finished. We continue to propose and stimulate ways of looking at cultural diversity in the world, subjectivities which are more or less recognizable in geographies of proximity and distance. The central theme of this Congress, *Anthropology in Counterpoint*, is highly significant in such a context of daily dialogues with other knowledges, other perspectives, making the concept of interdisciplinarity a perfect *locus* for differential exchanges and recognitions.

Please enjoy and get to know (again) the campus, the city and the region.

HUMBERTO MARTINS
Chair, Local Committee

Antropologia em Contraponto

Como relacionamos aquilo que nós fazemos, escrevemos e propomos, em antropologia, com a antropologia?

Sem pretender subalternizar a multiplicidade dos temas e problemas que orientam a actividade dos antropólogos – quer estes focalizem os colectivos humanos e as transacções entre pessoas sociais, as representações do mundo e os actos de comunicação, as relações entre humanos e diversos não-humanos (animais, naturezas, matérias, objectos, tecnologias, divindades, antepassados, etc.) ou qualquer outro campo –, a pergunta-chave que orienta este Congresso traduz-se num duplo desafio.

O primeiro consiste em questionar a relação que existe entre cada uma das nossas investigações em antropologia e o conjunto da tradição reflexiva a que chamamos antropologia, em nome da qual se construíram e continuam a desenvolver múltiplas linguagens teóricas, metodológicas e empíricas, também elas sujeitas a uma pluralidade de interpretações. O segundo sugere uma reflexão em torno da própria articulação entre a antropologia enquanto procura da compreensão da condição humana e a antropologia enquanto tradição disciplinar que contribuiu de forma decisiva para o esforço antropológico mais vasto.

A pergunta de que partimos evoca, pois, propositadamente, o carácter polifónico da antropologia, privilegiando o contraponto entre as distintas vozes que a compõem. Indicia, em paralelo, que a disciplina da antropologia se constitui como um campo pluridimensional de diferenças e de tensões: entre outras, uma dimensão histórica, na qual podemos situar fenómenos de ascensão e declínio, de transformação e viragem, de especialização e integração teórica, quer dinamizados no interior da disciplina, quer desencadeados por eventos e processos externos tais como o colonialismo, a descolonização, a globalização ou o neoliberalismo; uma dimensão nacional, articulada com determinados espaços públicos e constitutiva de formas de acção e representação da diferença; ou, ainda, uma dimensão transversal que insiste na porosidade, no hibridismo, na redefinição incessante de fronteiras inerentes aos modos de fazer antropologia no interior da antropologia.

Anthropology in Counterpoint

How do we relate the things we do, write and propose, as anthropologists, with anthropology?

Without playing down the multiplicity of the themes and problems which shape the activity of anthropologists – whether they focus on human collectivities and transactions between people-in-society, world-views and communicative acts, or relations between humans and different kinds of non-humans (animals, nature, materials, objects, technologies, divinities, ancestors, etc.), or any other field – the key question underlying this Congress represents a double challenge.

The first consists in questioning the relation which exists between each of our anthropological research activities and the reflexive tradition which we call anthropology. This tradition has given rise – now as in the past – to diverse theoretical and methodological languages, each of which, in turn, can be interpreted in different ways.

The second suggests that we reflect on the articulation between anthropology as an attempt to understand the human condition and anthropology as an academic discipline which has made a decisive contribution to that broader objective.

Our initial question thus deliberately evokes the polyphonic nature of anthropology and stresses the contrapuntal relationship between its constituent voices. It suggests, at the same time, that anthropology as a discipline can be seen as a field of differences and tensions with several dimensions: firstly, among several others, a historical dimension, where we can discern processes of rise and decline, transformations and changes of direction, moments of specialization and theoretical integration, whether originating from within the discipline or provoked by external events and processes such as colonialism, decolonization, globalization or neo-liberalism; secondly, a national dimension, which constitutes specific public spheres and, within them, shapes different forms of action and representations of difference; and, thirdly, a transversal dimension characterized by porosity, hybridism and the ceaseless redefinition of the frontiers which are inherent to the practice of anthropology within the anthropological tradition.

Horário – Programa Geral

Horário	Domingo (8 Set)	Segunda-feira (9 Set)		Terça-feira (10 Set)		Quarta-feira (11 Set)		Quinta-feira (12 Set)
09.30 - 11.00		Painéis Temáticos	Mesa Redonda	Painéis Temáticos		Painéis Temáticos		Programa Turístico (ver site)
11.00 - 11.30		Pausa		Pausa		Pausa		
11.30 - 13.00		Painéis Temáticos	11.15 - 13.00 Mostra de Filme Etnográfico	Painéis Temáticos	11.15 - 13.00 Mostra de Filme Etnográfico	Painéis Temáticos	11.15 - 13.00 Mostra de Filme Etnográfico	
13.00 - 14.30		Almoço		Almoço		Almoço		
14.30 - 16.00		Painéis Temáticos	Mostra de Filme Etnográfico	Painéis Temáticos	Mostra de Filme Etnográfico	Painéis Temáticos	Mostra de Filme Etnográfico	
16.00 - 17.00	16.00 - 17.30 Abertura de Registo e Inscrição Reitoria (Aula Magna) 17.30-19.30 Sessão de Abertura + Conferência Inaugural Reitoria (Aula Magna)	Pausa		Pausa		Pausa		
17.00 - 18.00		Dueto I TMVR (GA)		Dueto II TMVR (GA)		Dueto III TMVR (GA)		
18.00 - 18.30		Pausa		Pausa		Pausa		
18.30 - 19.30		Conferência Plenária I TMVR (GA)		Conferência Plenária II TMVR (GA)		Conferência Plenária III TMVR (GA)		
19.30 - 21.00	Porto de Honra Restaurante Panorâmico	19.30 - 20.30 Encontros Apresentação de Exposição + Instalações TMVR		19.30 - 20.00 Encontros Exposição + Instalações TMVR		20.00 Jantar de Encerramento Restaurante Panorâmico		
21.00 - 21.30								
21.30 - 22.00		Apresentação de Instalação TMVR (PA)		21.30 - 23.30 Mostra de Filme Etnográfico				
22.00 - 24.00		Mostra de Filme Etnográfico						

GA = Grande Auditório; **PA** = Pequeno Auditório; **TMVR** = Teatro Municipal de Vila Real

- 1 – O registo pode ser efectuado durante os dias 8 (16.00-17.30), 9 e 10 (9.00-16.00) e 11 (9.00-12.30) no átrio do Edifício das Geociências da UTAD (*ver mapa*).
- 2 – Durante o Congresso, decorrerá uma Feira do Livro no átrio inferior do Edifício das Geociências, junto ao Museu de Geologia.
- 3 – A Mostra de Filme Etnográfico possui um programa próprio (*consultar*).
- 4 – Existe um programa paralelo com instalações/exposições no Teatro Municipal de Vila Real (*consultar*).

Horário – Mostra de Filme Etnográfico

2.ª Feira – 9 Set 2013	3.ª Feira – 10 Set 2013	4.ª Feira – 11 Set 2013
1.ª Sessão – 11.15-13.00 Auditório Geociências, EG	4.ª Sessão – 11.15-13.00 Auditório Geociências, EG	7.ª Sessão – 11.15-13.00 Auditório Geociências, EG
<i>Aqui Tem Gente</i> , 81' Leonor Areal	<i>Zadnji pionirji</i> , 10' Daniela Rodrigues	<i>La vie au loin</i> , 81' Marc Weymuller
	<i>Encomendação das Almas</i> , 15' Pedro Antunes	
	<i>Dentro da Rocha</i> , 42' António João Saraiva	
2.ª Sessão – 14.30-16.30 Auditório Geociências, EG	5.ª Sessão – 14.30-16.30 Auditório Geociências, EG	8.ª Sessão – 14.30-16.30 Auditório Geociências, EG
<i>Ma Parenté au Village</i> , 18' Fabienne Wateau	<i>Framing the Other</i> , 25' Ilja Kok e Willem Timmers	<i>A Luz da Terra Antiga</i> , 15' Luís Oliveira Santos
<i>Stemmen uit de toendra</i> , 66' Edwin Trommlen	<i>Jo Joko</i> , 61' Daisuke Bundo	<i>Thierry</i> , 17' Rodrigo Lacerda
		<i>Fuera de Foco</i> , 36' Adrian Arce e António Zirián
3.ª Sessão – 22.00-24.00 Pequeno Auditório, TMVR*	6.ª Sessão – 21.30-23.30 Pequeno Auditório, TMVR*	
<i>Este é o meu cabelo</i> , 11' Hellington Vieira e Anete Nanque	<i>Media Dance</i> , 7' Rita Almendra	
<i>Apanhados na Rede</i> , 58' Amaya Sumpsi	<i>Tão Perto do Silêncio</i> , 71' Arlindo Horta	

EG = Edifício de Geociências; **TMVR** = Teatro Municipal de Vila Real

* Os filmes exibidos nas sessões no Pequeno Auditório do Teatro Municipal de Vila Real são falados ou legendados em português e contarão com a presença dos realizadores.

Programa Diário

(para localização dos espaços, ver mapa)

8 de Setembro, Domingo

Registo

16.00 – 17.30

Edifício de Geociências, Átrio

Sessão de Abertura e Conferência Inaugural

17.30 – 19.30

Edifício da Reitoria, Aula Magna

“Temas e desafios para a antropologia, hoje”

Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília)

Porto de Honra

19.30

Restaurante Panorâmico

9 de Setembro, Segunda-Feira

Registo

9.00 – 16.00

Edifício de Geociências, Átrio

Painéis Temáticos

(para localização, consultar programa dos painéis)

9.30 – 11.00, 11.30 – 13.00

Mesa Redonda

9.30 – 11.00

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

“Autoria e auto-reflexividade no filme etnográfico”

Organização: Catarina Alves Costa e Humberto Martins

Debatedora: Clarice Peixoto (professora e realizadora,
Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Mostra de Filme Etnográfico

(programa em separado)

1.ª Sessão – 11.15 – 13.00

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

2.ª Sessão – 14.30 – 16.30

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

3.ª Sessão – 22.00 – 24.00

Teatro Municipal de Vila Real, Pequeno Auditório

Apresentação de Livros

13.00 – 14.30

Edifício de Geociências, Átrio do Museu de Geologia

Eduarda Rovisco (2012): *Não queiras ser castelhana. Fronteira e contrabando na raia da Beira Baixa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

César Augusto de Assis Silva (2012): *Cultura Surda. Agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome.

Painéis Temáticos

(para localização, consultar programa dos painéis)

14.30 – 16.00

Dueto I

17.00 – 18.00

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

“A Antropologia no espaço público”

Carmen Rial (Universidade Federal de Santa Catarina) e Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL)

Conferência Plenária I

18.30 – 19.30

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

“I Like the Offbeat: An Account of an Anthropologist from Southeastern Europe”

Vesna Vučinić Nešković (Universidade de Belgrado)

Encontros

19.30 – 20.30

Teatro Municipal de Vila Real

Apresentação de Exposição / Instalação

21.30

Teatro Municipal de Vila Real, Pequeno Auditório

Apresentação do trabalho criativo Binaural

Mostra de Filme Etnográfico (programa em separado)

22.00 – 24.00

Teatro Municipal de Vila Real

10 de Setembro, Terça-Feira

Registo

9.00 – 16.00

Edifício de Geociências, Átrio

Painéis Temáticos

(para localização, consultar programa dos painéis)

9.30 – 11.00, 11.30 – 13.00

Mostra de Filme Etnográfico (*programa em separado*)

4.^a Sessão – 11.15 – 13.00

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

5.^a Sessão – 14.30 – 16.30

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

6.^a Sessão – 21.30 – 23.30

Teatro Municipal de Vila Real, Pequeno Auditório

Apresentação de Livros

13.00 – 14.30

Edifício de Geociências, Átrio do Museu de Geologia

Brian Juan O'Neill (2011): *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1978)*, 2.^a Ed. Revista. Porto: Edições Afrontamento.

Paula Godinho (coord.) (2012): *Usos da memória e práticas do património*. Lisboa: Edições Colibri – IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional) – Universidade Nova de Lisboa.

Painéis Temáticos

(*para localização, consultar programa dos painéis*)

14.30 – 16.00

Dueto II

17.00 – 18.00

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

“O que é feito dos temas clássicos em antropologia?”

Óscar Calavia (Universidade Federal de Santa Catarina) e Filipe Verde (ISCTE-IUL)

Conferência Plenária II

18.30 – 19.30

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

“A ABA e a antropologia brasileira: entre conhecimento e política”

Carmen Rial (Universidade Federal de Santa Catarina, Presidente da ABA)

Encontros

19.30 – 20.00

Teatro Municipal de Vila Real

Inauguração de Exposição / Instalação

Mostra de Filme Etnográfico

(*programa em separado*)

21.30 – 23.30

Teatro Municipal de Vila Real

11 de Setembro, Quarta-Feira

Registo

9.00 – 12.30

Edifício de Geociências, Átrio

Painéis Temáticos

(para localização, consultar programa dos painéis)

9.30 – 11.00, 11.30 – 13.00

Mostra de Filme Etnográfico

(programa em separado)

7.ª Sessão – 11.15 – 13.00

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

8.ª Sessão – 14.30 – 16.30

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

Apresentação de Livros

13.00 – 14.30

Edifício de Geociências, Átrio do Museu de Geologia

Luís Silva e Elisabete Figueiredo (eds.) (2013): *Shaping Rural Futures. From Perceptions to Outcomes*. Dordrecht: Springer.

Paulo Mendes (2013): *O mar é que manda. Comunidade e percepção do ambiente no litoral alentejano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Painéis Temáticos

(para localização, consultar programa dos painéis)

14.30 – 16.00

Dueto III

17.00 – 18.00

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

“Caminhos e descaminhos da Antropologia contemporânea”

Wilson Trajano Filho (Universidade de Brasília) e Cristiana Bastos (Instituto de Ciências Sociais)

Conferência Plenária III

18.30 – 19.30

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

“Que é mundo? Antropologia e Condição Humana”

João de Pina Cabral (School of Anthropology and Conservation, University of Kent)

Jantar de Encerramento

20.00

Restaurante Panorâmico

Sessões Plenárias

No actual contexto de crise, sem podermos contar com qualquer tipo de subsídio financeiro, fomos obrigados a fazer uma opção de fundo, procurando minimizar os custos do Congresso: reduzimos as quotas dos sócios, com uma tarifa especial para os que estivessem desempregados ou inscritos em programas de mestrado e doutoramento; fixámos as taxas de inscrição ao nível mais baixo possível; e eliminámos da programação tudo o que pudesse ser considerado supérfluo. Nestas condições, obviamente, tivemos também de restringir o número de convites a colegas estrangeiros, cuja presença e intervenções foram, em muitos sentidos, o ponto alto de anteriores Congressos da APA. Dentro destes limites, no entanto, procurámos organizar algumas sessões plenárias, em horários que permitissem a presença de todos os congressistas, dedicadas a temas e questões de interesse mais geral.

Para além das quatro conferências que fecham os trabalhos em cada um dos dias do Congresso, programámos três sessões menos formais, intituladas “Duetos”, para as quais convidámos dois colegas, um brasileiro e um português, a conversarem sobre um tema específico.

Domingo, 8 de Setembro

18.30 Conferência inaugural: “Temas e desafios para a Antropologia, hoje”, Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília)

Segunda-Feira, 9 de Setembro

17.00 Duetto I: “A Antropologia no espaço público”, Carmen Rial (Universidade Federal de Santa Catarina) e Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL)

18.30 Conferência plenária I: “I like the offbeat: an account of an anthropologist from South-eastern Europe”, Vesna Vučinić Nešković (University of Belgrade)

Terça-Feira, 10 de Setembro

17.00 Duetto II: “O que é feito dos temas clássicos em antropologia?”, Óscar Calavia (Universidade Federal de Santa Catarina) e Filipe Verde (ISCTE-IUL)

18.30 Conferência plenária II: “A ABA e a antropologia brasileira: entre conhecimento e política”, Carmen Rial (UFSC, Presidente da ABA)

Quarta-Feira, 11 de Setembro

17.00 Duetto III: “Caminhos e Descaminhos da Antropologia contemporânea”, Wilson Trajano Filho (Universidade de Brasília) e Cristiana Bastos (Instituto de Ciências Sociais)

18.30 Conferência plenária III: “Que é mundo? Antropologia e Condição Humana”, João de Pina Cabral (School of Anthropology and Conservation, University of Kent)

Sessão de Abertura e Conferência Inaugural

Edifício da Reitoria, Aula Magna

Temas e desafios da antropologia, hoje

Gustavo Lins Ribeiro



As perspectivas e objetivos das ciências sociais, e da antropologia em particular, têm sido problematizados em diferentes países de forma paradoxal. Ora são vistas como perfunctórias, ora como subversivas. Esse paradoxo será explorado através da tensão entre sistema e subversão que são um contraponto poderoso da prática disciplinar. Em última instância, o que está em jogo é a pertinência das ciências sociais. Também apresentarei algumas questões urgentes para as nossas práticas acadêmicas e de pesquisa, abordando a presente crise de utopias e as transformações do mundo globalizado, em especial no que diz respeito à chamada era digital. Terminarei assumindo minha própria posicionalidade como antropólogo brasileiro/brasiliense apontando para tarefas pós-imperialistas que urge ser enfrentadas.

Gustavo Lins Ribeiro doutorou-se em Antropologia pela City University of New York (1988). É Professor titular do Departamento de Antropologia e coordenador do Laboratório de Estudos da Globalização e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília, para além de Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Brasil. Publicou e organizou 20 livros no Brasil, Argentina, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e México, e mais de 180 capítulos e artigos em diferentes periódicos e livros na América Latina, Europa, Ásia, Oceania e Estados Unidos, em português, espanhol, inglês, japonês, francês e alemão. Foi membro do conselho consultivo da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research e editor consultivo da *Current Anthropology*. Participou e/ou participa do conselho editorial de 20 revistas na América Latina, nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa e na China, incluindo, por exemplo, *American Anthropologist*, *American Ethnologist*, *Anthropology Today* (Reino Unido), *Etnográfica* (Portugal), *Journal des Anthropologues* (França), *Alteridades* (México), *Anthropologie et Sociétés* (Canadá), *World Ethno-Studies* (Pequim) e *Vibrant (Virtual Brazilian Anthropology)*. Foi presidente do World Council of Anthropological Associations, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do comitê de antropologias mundiais da American Anthropological Association. É vice-presidente da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). É co-editor da nova revista *online* do Conselho Mundial de Associações Antropológicas, *Déjà Lu*. O seu último livro, organizado com Gordon Mathews e Carlos Alba Vega, intitula-se *Globalization from Below* (Londres, Routledge, 2012).

Conferência Plenária I

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

I Like the Offbeat: An Account of an Anthropologist from Southeastern Europe

Vesna Vučinić Nešković



This talk is conceived as an account of an anthropologist acting within a Southeast European academic setting. The narrative will follow my education from Belgrade to Harvard and back, as well as my teaching and research interests that moved from China to the Balkans. It will unavoidably be placed within the changing political scene, and will thus tell about living and practicing anthropology in Yugoslav socialism and Serbian post-socialism. In this account, I will try to relate my personal experiences to the prevailing trends in the national and international anthropologies, and discuss the current disciplinary concerns with anthropologists from other countries, such as the role of national traditions, and the centre-periphery relations within varied international frameworks.

Vesna Vučinić Nešković is Professor at the Department of Ethnology and Anthropology of the University of Belgrade, Serbia. Her teaching and research have been focused on the contemporary societies of Southeastern Europe. She has studied urban phenomena and spatial behavior, intercultural communication, and revitalization of religious festivities. Her publications include a number of articles in journals and three books, namely: *Spatial Behavior in Dubrovnik* (1999), *Christmas in the Bay of Kotor: Anthropological Essays on the Public Burning of Yule Logs in the Time of Postsocialism* (2008), and *Methodology of Anthropological Fieldwork: From the Normative to the Experiential* (2013). Vesna Vučinić Nešković has also been interested in rethinking the position of Serbian and Southeast European anthropologies within the movement known as World Anthropologies. Between 2001 and 2011, she was engaged in the International Association for Southeast European Anthropology (InASEA) as a member of its Executive Committee and its President. Since 2012, she is a member of the Organizing Committee of the World Council of Anthropological Associations, committed to promoting regional and worldwide communication and cooperation in anthropology. Within these activities, she organized the round table “The State of Affairs in Anthropology, Ethnology and Folkloristics in Southeastern Europe” at the 6th InASEA Conference, in Regensburg (2011).

Conferência Plenária II

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

A ABA e a antropologia brasileira: entre conhecimento e política

Carmen Rial



A partir da experiência de sete meses à frente da Associação Brasileira de Antropologia, abordo o protagonismo político da ABA no efervescente momento actual do país. Aponto alguns dos dilemas com os quais somos confrontados dada a especificidade desta associação de quase sessenta anos, chamada que é a responder a demandas de grupos subalternos, assim como a fornecer sua expertise a instituições governamentais. Entre política e conhecimento, ou melhor, trazendo o conhecimento para a arena política, e assim correspondendo a uma das características históricas da Antropologia made in Brazil.

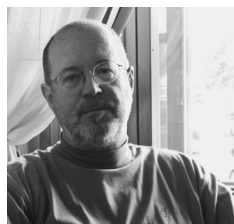
Jornalista e antropóloga, Carmen Rial é doutorada em Antropologia e Sociologia pela Universidade de Paris V (1992). Professora do departamento de Antropologia da UFSC (1982), atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, os quais coordenou. Lecionou em diversas universidades, entre as quais a Universidade de Brasília, a Universidad de La República e a Universidade de Lisboa. Foi pesquisadora visitante na Universidad de Cádiz, na Universidad Complutense de Madrid e Visiting Scholar na Berkeley University, e realizou pós-doutorados na EHESS, na Université de Toulouse e no LAS do Collège de France. Participou da criação das revistas *Ilha* (UFSC) e *Vibrant* (ABA). Tem publicações na área de Antropologia Urbana, principalmente nos seguintes temas: antropologia visual, antropologia da alimentação, globalização cultural, estudos de mídia e antropologia do esporte. Recebeu o prêmio Pierre Verger de Contribuição à História da Antropologia. Coordena o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi) e o Grupo de Antropologia Urbana e Marítima, e integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Atualmente, é presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

Conferência Plenária III

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

Que é mundo? Antropologia e Condição Humana

João de Pina Cabral



Como antropólogos, tantas vezes usamos a palavra ‘mundo’ mas tão raramente nos perguntamos sobre o seu significado! De certa forma, toda a empresa científica não é mais do que a análise do mundo e, no entanto, o sentido da palavra escapa-nos e, se pressionados, acabamos por aceitar trabalhar com acepções locais, patentemente insuficientes para cobrir os diferentes aspectos da nossa radicação cósmica. No rescaldo do multiculturalismo pós-moderno, a teoria social está a refazer-se. Hesitamos entre o abraçar de uma metafísica da diversidade, com todo o encanto retórico que esse tipo de radicalismo ontológico comporta, ou, alternativamente, o construir de uma ciência do estar humano no mundo que aceita que existem caminhos comuns de humanidade e que só dentro deles faz sentido ser cientista social.

João de Pina-Cabral é Professor Catedrático de Antropologia Social na Universidade de Kent, onde é também Diretor da School of Anthropology and Conservation. É ainda Diretor da revista *Análise Social* e Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi Presidente fundador da Associação Portuguesa de Antropologia (1989-1991) e da Associação Europeia de Antropólogos Sociais (2003-2004), e é Membro Honorário do Royal Anthropological Institute e da Academia de Ciências de Lisboa. A sua extensa obra antropológica, inspirada em pesquisas etnográficas realizadas no Alto Minho, Macau, Moçambique e, mais recentemente, Bahia, inclui, entre outros, os livros *Filhos de Adão, filhas de Eva*, Lisboa, 1986; *Os contextos da antropologia*, Lisboa, 1991; e *Between China and Europe: person, culture and emotion in Macau*, London / New York, 2002.

Dueto I

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

A Antropologia no espaço público

Carmen Rial



Presidente da Associação Brasileira de Antropologia e Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. (Ver pág. 19).

Miguel Vale de Almeida



Doutorado em Antropologia pelo ISCTE-IUL (1994), é Professor Associado com agregação nessa Instituição e investigador do CRIA-IUL. Desenvolveu pesquisa sobre género, “raça” e orientação sexual, em Portugal, Brasil e Espanha. Tem em curso uma investigação sobre Israel/Palestina. Tem vários livros publicados, alguns nos EUA e Reino Unido. Dirige a revista *Etnográfica*, editada pelo CRIA. Foi deputado à Assembleia da República (2009-2011).

Dueto II

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

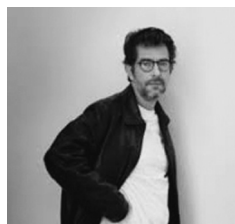
O que é feito dos temas clássicos em antropologia?

Oscar Calavia Sáez



Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1995), é Professor Adjunto e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da Universidade Complutense de Madrid, e Chercheur associé do CNRS e da Société des Américanistes. Entre outros temas em antropologia, especializou-se em etnologia indígena. É autor, entre outros livros, de *O nome e o tempo dos Yaminawa: Etnologia e história dos Yaminawa do Acre* (São Paulo, 2006), *Las formas locales de la vida religiosa. Antropología e historia de los santuarios de la Rioja* (Madrid, 2002) e *Deus e o diabo em terras católicas: Brasil-Espanha* (Taubaté, 1999).

Filipe Verde



É Doutor em Antropologia pelo ISCTE-IUL (2003), Professor no Departamento de Antropologia da mesma instituição e investigador do CRIA-IUL. As suas pesquisas têm-se centrado num contexto clássico da etnografia ameríndia, os Bororo (Brasil) – com *O Homem Livre: mito, moral e carácter numa sociedade ameríndia*, Coimbra, 2008 –, na teoria e epistemologia da antropologia (*Explicação e hermenêutica*, Coimbra, 2009) e, mais recentemente, na história da presença portuguesa em África (com Frederico Delgado Rosa, *Exploradores portugueses e reis africanos*, Lisboa, 2013).

Dueto III

Teatro Municipal de Vila Real, Grande Auditório

Caminhos e descaminhos da antropologia

Wilson Trajano Filho



Doutor em Antropologia pela Universidade de Pennsylvania (1998), ensina no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília desde 1993 e é actualmente pesquisador associado do Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle/Saale (Alemanha). A sua principal área de interesse é a Antropologia da África, com ênfase nos seguintes temas: história do colonialismo português em África, formação e reprodução das sociedades crioulas na Alta Costa da Guiné, cultura popular e análise de rituais e formas narrativas em sociedades africanas.

Cristiana Bastos



Doutorada pela City University of New York (1996), é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 1990. As suas linhas de pesquisa têm incidido sobre dinâmicas da população, mobilidade, antropologia médica, antropologia histórica e estudos sociais da ciência. Os contextos incluíram o Algarve interior, Brasil, Estados Unidos, Lisboa contemporânea, Goa colonial e África lusófona. Participa integralmente no programa de pós-graduação do ICS e, como convidada, no ISCTE, Escola Nacional de Saúde Pública, Escola Superior de Enfermagem e Faculdade de Medicina, bem como em universidades dos EUA e Brasil. É co-autora de *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros* (Lisboa, 2001), e autora de *Os Montes do Nordeste Algarvio* (Lisboa, 1993), *Global Responses to AIDS* (Bloomington, IN, 1999) e de diversos outros volumes, capítulos e artigos.

Painéis e Coordenadores: Programação Diária

Para localização dos edifícios, ver mapa.

Para lista de siglas, ver p. 206.

Segunda-feira, 9 Setembro

Ref.	Título do Painel	Coordenadores	Local	Horário
P02	Shared Anthropology and Participatory Methods / Antropologia colaborativa e métodos participativos	Peter Anton Zoetl (CRIA-IUL), Ricardo Campos (UAB)	Auditório 1, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P03	Narrativas biográficas: processos de pesquisa sobre memória e esquecimento	Pedro Pereira Leite (UC)	A1.11, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P07	Proximidade e distância	André Nóvoa (Univ. of London – UK), Luís Bernardo (Humboldt-Univ. zu Berlin – DE)	A1.10, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00
P08	Antropología del bienestar en la vejez	Felipe Vázquez (Univ. Veracruzana – MX), Verónica Montes de Oca (Univ. Nacional Autónoma de México – MX)	A1.12, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00
P10	Experiências coloniais e seus legados: entre corpos, poderes e subjetividades	Cristina Valentim (CES-UC / CRIA-FCTUC), Fabrício Rocha (CES-UC)	Auditório 2, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P23	Antropologias da saúde pública	Rubens Adorno (Univ. de São Paulo – BR), Luís Fernandes (FPCE-UP)	Sala 3, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P24	Multiple syncretisms: reimagining religious configurations and beyond	Diana Espírito Santo (FCSH-UNL), João Leal (FCSH-UNL)	A2.12, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P27	Ciganos na Península Ibérica e Brasil	Olga Magano (UAB)	Sala 4, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P28	Subjetividades e migrações: projetos de vida, desejos e expectativas	José Mapril (UNL / CRIA-UNL), Simone Frangella (ICS-UL), Nuno Dias (Dinâmia'CET-IUL)	Auditório 2, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P35	Etnografia e Intervenção social: a pesquisa de terreno na investigação em serviço social	Fernando Augusto Pereira (IPBragança), Michel G.J. Binet (ISSSL-ULL)	Sala 5, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P41	Crise e mudança de modos de vida	Antónia Pedrosa de Lima (CRIA-IUL), Catarina Fróis (CRIA)	Sala 1, P 4	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00

Ref.	Título do Painel	Coordenadores	Local	Horário
P45	Símbolos nômades: usos e apropriações da antropologia pelas ciências sócio-humanas	José Ignacio Monteagudo Robledo (Univ. Nacional de Educación a Distancia – ES), Manuel González de Ávila (Univ. de Salamanca – ES), Andréa Pavão (Univ. Federal Fluminense de Angra dos Reis – BR)	Sala 3, P 2	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P47	Transformações do espaço ameríndio na América do Sul	Susana Viegas (ICS-UL), José Glebson Vieira (Univ. do Estado do Rio Grande do Norte – BR)	Sala 1, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P49	Alterações climáticas e etnografia	Paulo Mendes (CRIA-IUL / UTAD)	A1.10, Reitoria/ Geociências	14.30-16.00
P50	Museus, antropologia e museologia: diálogos e contrapontos	Daniel Reis (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – BR), Elizabete de Castro Mendonça (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro – BR)	Auditório AA, AAUTAD	09.30-11.00 11.30-13.00
P51	O Oriente, a Sul do Ocidente. Etnografias do Sul sobre contextos árabes e islâmicos	Paulo Pinto (Univ. Federal Fluminense – BR), Maria Cardeira da Silva (FCHS-UNL / CRIA)	A1.13, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P52	Práticas culturais e de lazer na cidade	Juliana Pedreschi Rodrigues (Univ. de São Paulo – BR), Nilton Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense – BR), Ricardo Bento (FCSH-UNL / ISCTE-IUL)	A2.13, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P57	Passados e presentes com futuro: memória e história, património e construções identitárias	Sónia Vespeira de Almeida (CRIA-UNL)	Sala 2, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P59	Etnografias de processos de governança	Andréa Lobo (Univ. de Brasília – BR)	Auditório 1, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00

Terça-feira, 10 Setembro

Ref.	Título do Painel	Coordenadores	Local	Horário
P01	Famílias multiculturais	Sofia Gaspar (ISCTE-IUL)	Sala 1, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00
P05	Imaginários do turismo	Filipa Fernandes (ISCSP-UTL), Carina Gomes (UC)	A1.11, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00

Ref.	Título do Painei	Coordenadores	Local	Horário
P06	Democratizando a memória: para uma narrativa da diversidade no Museu	Lorena Querol (CES-UC), Daniela Araújo	A1.10, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00
P09	Dimensões etnográficas do sistema financeiro	Fernando Ampudia de Haro (Univ. Europeia / CIES-IUL)	A1.12, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00
P13	Usos políticos do Passado	Ângela Miranda Cardoso (CRIA-IUL), Robert Rowland (CRIA-IUL)	A1.13, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P17	Terrenos múltiplos, terrenos fluidos: novos modos de fazer trabalho de campo	Octávio Sacramento (UTAD), Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL), Fernando Bessa Ribeiro	Auditório 1, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P21	Lugares, culturas, patrimônios. Jogos de contraponto nos campos Lusófonos	Ema Cláudia Ribeiro Pires (UE / CRIA), Cyril Isnart (UE)	Sala 3, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00
P25	Saúde e diversidade	Beatriz Padilla (CIES-IUL), Cristina Santinho (ISCTE-IUL), Alejandra Ortiz (ISCTE-IUL)	A2.13, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P26	Produção científica: criatividade e avaliação	Virgínia Calado (CRIA-UM), Luís Cunha (UM)	Auditório 1, Ciências Veterinárias	14.30-16.00
P32	Famílias transnacionais: mobilidades, identificações e pertencas	Susana Trovão (FCSH-UNL)	Sala 2, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00
P33	Objectivação Participante e a Escolha do Terreno	Paulo Mendes (CRIA-IUL / UTAD), Humberto Martins (CRIA-IUL)	Auditório 1, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00
P34	Cidades em movimento: reconfigurações identitárias em espaços de mobilidade	Graça Cordeiro (ISCTE-IUL), Alessandra Barreto (Univ. Federal Fluminense – BR)	Sala 5, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P36	Olhares plurais para a antropologia da ciência	Ana Keila Pinezi (Univ. Federal do ABC – BR), Alexandre Soares Cavalcante (Univ. Federal do ABC – BR)	Sala 4, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P37	Anthropology's obsession with neo-liberalism	David Picard (CRIA-UNL), Erin Taylor (ICS-UL)	A1.10, Reitoria/ Geociências	14.30-16.00
P42	Creativity and improvisation in contemporary religious experience	Eugenia Roussou (CRIA-UNL), Clara Saraiva (IICT / CRIA-UNL)	Auditório AA, AAUTAD	09.30-11.00 11.30-13.00
P48	Os antropólogos e o projeto colonial: as interfaces de um saber	Carla Susana Alem Abrantes (Unilab – Univ. da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – BR)	Sala 1, P 4	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P54	Ainda a Sul: identidades e cidadania em contextos árabes e islâmicos	Ángeles Ramirez (Univ. Autónoma de Madrid – ES), Franciroy Ferreira (Univ. de São Paulo – BR)	A2.12, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00
P55	Subjetividades flexíveis: migrações, circunstâncias e estruturas	Irene Rodrigues (ISCSP-UTL), Gleiciani Fernandes (ICS-UL)	Auditório 2, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00

Ref.	Título do Painei	Coordenadores	Local	Horário
P56	Ciganos e políticas públicas em Portugal, Espanha e Brasil	Maria Mendes (UL / CIES-IUL), Juan Gamella (Univ. de Granada – ES)	Sala 3, P 2	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P58	Gênero, sexualidade: marcadores sociais de diferença, relações de poder e circulações em diferentes escalas	Isadora Lins França (Univ. Estadual de Campinas – BR), Bruno Barbosa (Univ. de São Paulo – BR)	Auditório 2, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00

Quarta-feira, 11 Setembro

Ref.	Título do Painei	Coordenadores	Local	Horário
P04	Morte, sacrifício e sofrimento na antropologia, ontem e hoje	Maria Claudia Coelho (Univ. do Estado do Rio de Janeiro – BR), Susana Durão (Univ. Estadual de Campinas – BR)	Sala 2, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P11	A antropologização do turismo e a turistificação da antropologia	Xerardo Pereiro (UTAD)	A1.11, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P12	Expressões artísticas urbanas: etnografia e criatividade	Ligia Ferro (ISCTE-IUL), Renata Gonçalves (Univ. Federal Fluminense – BR), Otávio Raposo (ISCTE-IUL)	Auditório 2, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P14	Entre passado e futuro: antropologia, memória, património e «horizontes de expectativa»	Paula Godinho (FCSH-UNL), Maria Cátedra (Univ. Complutense de Madrid – ES)	A1.13, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P16	Gênero, moralidades, sexualidades e estéticas afetivo-sexuais: pensando a produção e circulação de pessoas, objetos e ideias na contemporaneidade	Carolina Branco de Castro Ferreira (Univ. Estadual de Campinas – BR), Paula Togni (CRIA), Natália Padovani (Univ. Estadual de Campinas – BR)	A2.12, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P18	Saúde, estado e moralidades: antropologia em contraponto	Rosamaria Carneiro (Univ. de Brasília – BR), Sílvia Guimarães (Univ. de Brasília – BR)	A2.13, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P19	Dez anos da Convenção do Património Imaterial: ressonâncias norte e sul	Regina Abreu (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro – BR), Paulo Peixoto	Auditório 1, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P20	Experiências e práticas alternativas de pluralismo jurídico na globalização neoliberal	Fernanda Maria Vieira (Univ. Federal de Juiz de Fora – BR), Mariana Trotta (Univ. Federal do Rio de Janeiro – BR), Orlando Aragón (Univ. Michoacana de San Nicolás de Hidalgo – MX)	A1.12, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P22	Religions, jurisdictions, sovereignties: ethnographies of religious and political contestation	Ruy Blanes (Univ. of Bergen – NO), Emerson Giumbelli (Univ. Federal do Rio Grande do Sul – BR)	Auditório 2, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P29	Antropologia da(s) idade(s)	Filipe Martins (CRIA-IUL / Instituto Politécnico do Porto)	Sala 4, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00

Ref.	Título do Painel	Coordenadores	Local	Horário
P30	Desafios da etnografia nas pesquisas em elites, instâncias estatais e políticas de governo	Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional – Univ. Federal do Rio de Janeiro – BR), Carla Teixeira (Univ. de Brasília – BR)	Sala 5, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P31	Antropologia aplicada a conservação da biodiversidade: entre práticas, valores e narrativas	Joana Roque de Pinho (ISCSP-UTL), Catarina Casanova (ISCSP – UTL)	Sala 3, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P38	Construir paraísos: processos, discursos e práticas do turismo colonial e pós-colonial	Joana Lucas (CRIA-UNL), Carla Almeida (CRIA)	Sala 1, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00
P40	Entre o aprender e o saber-fazer: Os «novos» na Antropologia	Filipa Soares (FCSH-UNL / IELT), Joana Alcântara (IELT), João Edral	Sala 1, P 4	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P43	Territorialidade, propriedade e posse da terra	Ana Luísa Micaelo (ICS-UL), Elísio Jossias (ICS – UL)	Sala 3, P 2	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P44	Derechos humanos y derechos de las mujeres: apropiaciones, resistencias e institucionalizaciones	María Victoria Chenaut (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – MX), Rosalva Aida Hernández Castillo (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – MX)	Auditório 1, Ciências Veterinárias	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P53	Trajetórias e identidades em contextos urbanos transnacionais	Daniel Malet Calvo (ISCTE-IUL), Giacomo Ferro (FCSH-UNL / ISCTE-IUL), Isis Martins (Museu Nacional/ Univ. Federal do Rio de Janeiro – BR)	A1.10, Reitoria/ Geociências	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00
P60	Antropologia em contraponto	Fernando Florêncio (UC)	Auditório AA, AAUTAD	09.30-11.00 11.30-13.00 14.30-16.00

Programação dos Painéis*

P01 – Famílias multiculturais

Coordenadora: Sofia Gaspar (ISCTE-IUL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Sala 1, Ciências Veterinárias

Uma das consequências da globalização vivida nas últimas décadas é o aumento crescente de famílias multiculturais resultantes da extensão de fenómenos migratórios à escala mundial. A sua visibilidade tem vindo a suscitar interesse não só por parte de académicos, como também de outros profissionais e do público em geral. No entanto, dentro da comunidade científica existe alguma controvérsia na definição dos critérios a utilizar para definir estas famílias, sendo que não existe um consenso claro sobre se incluir na noção de multiculturalidade critérios como a raça, etnicidade, nacionalidade, cultura ou religião. De facto, é frequente o uso indiscriminado na literatura científica de múltiplas terminologias – famílias mistas, interétnicas, inter-raciais, inter-religiosas e interculturais – na descrição das famílias multiculturais. Neste sentido, o objetivo desta sessão é duplo. Por um lado, pretende-se reunir contribuições teóricas que discutam criticamente e problematizem a definição do conceito de família multicultural. E por outro lado, procura-se incluir abordagens e técnicas etnográficas centradas na análise e na compreensão das identidades, tradições, símbolos e rituais vividos quotidianamente por estas famílias. Esta sessão, pretende assim, ser um espaço de reflexão crítica em torno a questões de cariz teórico e etnográfico que contribuam tanto para enriquecer e atualizar o conhecimento sobre as famílias multiculturais, como para analisar os desafios que atualmente estas representam no âmbito das nossas sociedades e culturas enquanto núcleo privilegiado de convivência plural.

Las Familias Hispano-Brasileñas en Castilla y León

Elisa Duarte (Universidad de Salamanca – ES); Juan Antonio Domínguez Álvarez (Consejo Superior de Investigaciones Científicas – ES); Gianluigi Moscato (Universidad de Málaga – ES)

El fenómeno de los matrimonios interculturales en España viene acompañando paralelamente la curva de evolución de la inmigración extranjera. Específicamente, desde 2000, el fenómeno ganó más visibilidad en función de la intensificación del flujo migratorio – principalmente latinoamericano. Desde años más recientes, tanto la Academia, como los movimientos ciudadanos, tratan de buscar los sentidos y significados de ser familia intercultural en España. Básicamente, el debate actual se centra en la denuncia de la ineficacia de los marcos normativos españoles que afectan directamente estas familias, así como su abordaje en relación a las estrategias conjunta de adaptación e integración en la sociedad de destino.

En este contexto surge la Asociación de Familias Mixtas (ASFAMIX), con el objetivo de denunciar las dificultades enfrentadas por quienes, en España, forman familia con ciudadanos extranjeros, especialmente extracomunitarios. Por otra parte, la Asociación Observatorio de Estudios Socioculturales (OES), apoyando desde la perspectiva del estudio, memoria y defensa del patrimonio inmaterial, en conjunto con ASFAMIX, establecen la colaboración en la elaboración de un estudio que de cuenta de la realidad de las familias hispano-brasileñas en España, centrado en el contexto castellanoleonés; justificado en función del elevado número de matrimonios entre hombres españoles y mujeres brasileñas, celebrados desde los últimos cinco

* Notas:

Os textos relativos aos painéis e às comunicações, nos quais foram apenas corrigidas algumas gralhas mais evidentes, são da responsabilidade dos seus coordenadores e autores.

Em todos os textos do programa redigidos em língua portuguesa pelos participantes, foi respeitada a versão do português (de Portugal, do Brasil, com ou sem acordo ortográfico) adoptada pelo autor.

anos. Igualmente, el trabajo analizará este fenómeno a la luz de fuentes sociodemográficas y en los relatos de las experiencias de vida.

Família e Interculturalidade: o matrimônio transpondo fronteiras

Maria Eduarda Noura Rittner (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR)

Alguns teóricos da modernidade assinalam que este é um momento histórico de profundas mudanças que afetam tanto o espaço público como o privado, ou seja, a família e o casamento. Uma dessas mudanças são os aumentos vertiginosos dos casamentos interculturais. Assim, este trabalho enfoca os casamentos entre homens suíços e mulheres estrangeiras, mais precisamente das mulheres de países em desenvolvimento.

Busco analisar como as mudanças na família suíça e os novos formatos afetam a família, o casamento, e, mais precisamente, o homem suíço; aprofundar alguns desdobramentos da vida do homem suíço partindo da relação homem-mulher; analisar as relações afetivo-conjugais interculturais entre homens suíços e mulheres estrangeiras; compreender o que fundamenta sua escolha por uma relação estável com alguém de uma cultura diferente; e captar a percepção que os sujeitos envolvidos possuem no curso da dinâmica da estruturação desses mesmos relacionamentos.

Trabalharei os conceitos de “casamento misto” e de “casamentos interculturais”, a sua similaridade e a sua distinção. Salientarei, igualmente, como os casamentos interculturais na Suíça têm sido mais frequentes com os países em desenvolvimento e, principalmente, entre os “homens suíços” e as “mulheres brasileiras”, colocando o Brasil entre os países com quem os suíços mais contraem casamentos interculturais em geral e o primeiro entre os países em desenvolvimento. Foram utilizados dados do senso suíço sobre os casamentos entre suíços e estrangeiros(as), entrevistas com homens suíços e suas esposas sobre a vivência de seu casamento intercultural.

Giving meaning to the children's (dual) citizenship: narratives of Estonian mothers and Portuguese fathers

Age Viira (Tallinn University – EE)

In contrast to far-reaching Europeanization in a wide range of policy fields that have favoured the emerging of European intra-marriages as a social phenomenon (Gaspar 2008), the state policies concerning (dual) citizenship of children from binational parents vary within EU (Vink, de Groot 2010). As just few of the studies conducted from the sociological approach of the citizenship show, parents create their own meanings of citizenship depending on a social context (but see de Hart 2010 for notable exception), and can be mediated with particular individuals, such as spouses, partners children and parents. Thus the concept of relational citizenship in case of mixed marriages requires a more complex analyzes (Knop 2010, 94).

Estonian mothers and Portuguese fathers (living in Estonia, Portugal or in the “third” country) were interviewed in order to understand the transmission of citizenship and dynamics of meanings behind it. The stories of these parents demonstrate how the dual citizenship helps to negotiate (multiple) identities of their children. At the same time the transmission of the national citizenship has a symbolic importance as an identity status: it becomes a way to stress the national identity of these kids. Although social practices and sentiments of these parents are transnational characteristic to those from new generation of Europeans (Spanò, Musella, Perone 2012), their attitudes towards European citizenship follow the same path only to an extent.

Identidades étnico-culturais e fronteiriças: cultura e território indígena que se [re]significam no currículo escolar

Thelma Marreiro (Universidade Federal do Amazonas – BR)

O uso da cultura indígena na escola é garantido pela Lei n.º 11.645/2008 que cria a obrigatoriedade nas Instituições da Educação Básica no Brasil, entretanto a escola tem negligenciado esse direito. Convivendo no campo multicultural com famílias de várias nacionalidades, etnias, religiões e culturas decidi investigar o tema junto aos povos sateré-mawé da Comunidade Beija Flor I (CI). Esta comunidade acolhe as etnias Sateré-Mawé, Tukano, Dessana, Twiuca, Apurinã, Baniwa, Arara, Marubo, Mayuruna, além de nordestinos e nortistas. Pautada por questões que a vivência com os povos indígenas sublinhou, discutirei no “dizer” de crianças sateré-mawé, configurado na relação de proximidade e cumplicidade entre território e imaginário, valores que não desmistificam o poder simbólico do estado social, historicamente elaborada pelas crianças que reescrevem a cultura de uso do território em espaço de fronteira. Contrária ao discurso que

os índios seriam assimilados e desapareceriam da civilização, a CI ressignifica suas culturas nas relações sociais cotidianas estabelecidas entre crianças e adultos na organização da casa; nas danças e rituais; no plantio e na colheita; no uso das ervas, do caxiri (bebida fermentada), do çapó (bastão do guaraná ralado na água) e das festas de Fatura e Passagem. Canclini (2007) comenta que os indígenas hoje são mais preparados para o diálogo intercultural. Há, contudo, a questão problema a ser rediscutida com a escola: solver fronteiras de alteridade e dar ênfase as diferenças étnico-culturais com novas experiências de ensino.

P02 – Shared Anthropology and Participatory Methods / Antropologia colaborativa e métodos participativos

Coordenadores: Peter Anton Zoetl (CRIA-IUL); Ricardo Campos (UAB)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 1, Reitoria/Geociências

The panel intends to discuss the role of participatory methods within contemporary ethnography and anthropology. While the stance of the ethnographer as cultural observer and narrator has been (since the beginnings of the so-called “crisis of representation”) subject to a constant and thorough re-evaluation, it is true that within anthropological praxis, participatory methods still play a very minor part.

The frequent calls for a more collaborative and reflexive anthropology seem to be based on ideas that demand the social scientist’s contribution to the empowerment of the cultural protagonists that take part in anthropological research, and a renewed attention to their world views and narrative forms. It implies, in various ways, to share the representational authority between the differing actors in the ethnographic field. In this context, the important experiences carried out since the 70s by those who have been using participatory media and visual collaborative methodologies, should be noted. In a world where individuals and communities have ever more access to a multitude of communicational devices which enable them to reinforce their self-representational capacities, the need to question and reconsider the role and the voice of the anthropologist is evident.

For the panel, we suggest a debate based on proposals reflecting on: (a) epistemological issues of participatory methodologies; (b) ethnographic experiences using these methods; (c) the links between the aesthetic (Art) and the epistemological (Science) in the construction of collaborative ethnographic narratives.

Índios e jovens urbanos em diferentes experiências de apropriação do vídeo

Edgar Teodoro da Cunha (Universidade Estadual Paulista – BR)

Este texto surge a partir da reflexão sobre duas experiências práticas na utilização do vídeo na pesquisa etnográfica. Partindo de experiências distintas, tendo como interlocutores jovens índios Bororo, do estado do Mato Grosso (Brasil), no contexto de uma pesquisa etnográfica, e jovens moradores de favelas de uma região de São Paulo (Brasil) no contexto de um projeto de intervenção de uma ONG. A despeito das diferenças uma questão de caráter metodológico aproxima essas experiências: levar a campo o vídeo e propor aos interlocutores da pesquisa a apropriação do audiovisual como meio de expressão e comunicação. Uma pergunta se coloca, e dela outras se desdobram: O que se dá quando o encontro etnográfico é construído em torno desta provocação? Neste texto, pretendo trazer algumas questões de método e algumas reflexões que a experiência de introdução do audiovisual no contexto dos grupos pesquisados suscitou, assim como a percepção de que o uso do vídeo abre diferentes possibilidades de interação, de configuração da experiência e do encontro etnográfico, de formas de comunicação e construção de narrativas e regimes de visualidade.

Participatory Visual Methods and Climate Change: Collaborative Research Experiences with Kenyan Maasai Pastoralists

Joana Roque de Pinho (ISCSP-UTL)

With digital technologies increasingly available, Participatory Action Research methods, such as participatory photography and video, have become popular among ethnographers. Giving cameras (and control over the research) to participants from marginalized groups, both approaches produce rich visual and narrative data that are guided by local knowledge, concerns and priorities. They also facilitate community self-awareness, empowerment, communication with policymakers and positive social change.

In parallel, climate change science has recognized the need for ethnographic research that illuminates how climatic impacts are locally coped with. There have been calls for the coproduction of knowledge thereof by local communities and scientists; and for research initiatives empowering local groups to share their experience of global environmental changes.

Kenyan pastoralists were trained in photography and video production in two projects investigating climate change. Basing this presentation on their work, I will discuss how climatic changes are coped with and reflected upon by two Maasai communities. In 2009, Amboseli Maasai photographers portrayed the interconnected survival strategies of people, livestock and wildlife during the worst drought in living memory (2008-09). In 2011, Maasai Mara pastoralists collaboratively created a documentary presenting their concerns about and solutions to environmental and socioeconomic changes. The Maasai photographers and filmmakers vividly depict the challenges of natural-resource dependent communities at the climate change frontline, while contributing scientific data as researchers. I demonstrate how the participatory processes have sparked local critical reflection on pastoralism's future and led to community organization. However, I will also show that the Kenyan visual researchers did not sacrifice aesthetics and artistry.

A qualidade e o valor heurístico do método etnográfico também como ferramenta de interação e inclusão social na atualidade. As perspectivas de um grupo de pesquisa

Cleide Magáli dos Santos (Universidade do Estado da Bahia / Universidade Federal da Bahia – BR)

O presente trabalho pretende colaborar com a discussão sobre o uso de metodologias participativas, especificamente de métodos etnográficos participativos como formas de ampliação da interação/cooperação efetiva, ou seja, o seu uso como possível ferramenta de inclusão na atualidade, através da produção de tecnologias sociais e metodologias para o comprometimento dos atores locais. Ao mesmo tempo, também visa ressaltar as limitações dessas metodologias participativas, seja nas atividades de investigação através ou na promoção de auto-sustentabilidade. Tal discussão se dará à luz da apresentação de algumas experiências dessa utilização pelo Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico (TSPPP), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) no Brasil, especialmente, a luz da experiência intitulada “O áudio-visual como prática educativa na Escola Estadual Visconde de Itaparica” localizada no bairro do Cabula, Salvador, Bahia. Nessa experiência, através de oficinas – cuja principal foi à oficina de Cinema, que propôs como prática o processo de construção de um vídeo documentário – mobilizou pesquisadores, estudantes e a comunidade local para difundir as iniciativas de cooperação e associativismo no território onde a escola esta localizada, através do resgate do cooperativismo e do associativismo.

Using Audiovisuals and Art as Participatory Methodology in Melilla (Spain) and Köln (Germany)

Francesco Bruno Bondanini (Universidad de Granada – ES)

During my PhD fieldwork I used Audiovisuals and Art with a group of migrants living in a Camp in Melilla, a Spanish enclave situated in Northern Africa. Migrants can live in this place for years, waiting for the Spanish government deportation. Through a variety of workshops (photo, painting, theatre, radio and video) I studied in depth some aspects of their everyday lives during this limbo. These instruments permitted me to get in contact with migrants and establish a relation far from the one interviewer-interviewee. I was to them the researcher but also the professor of video and photography and an activist who understood their situation. After this experience I started a project called Marcaré-Kahina in which I applied participatory methodology as a tool to empower the Amazigh (Berber) population living in the periphery of the city. Melilla has high rates of illiteracy and poverty and these data are related specially to this part of the population. With a group of local artists, academics and audiovisual technicians we used Art as a way to transform these districts and let the residents be the protagonists of change. In Cologne (Germany) I am working through photography workshops with a group of Spanish migrants living in the city. During the workshops we debate themes such as home and belonging and share feelings of our living abroad. In these projects participation of the people increased the results; reinforcing their self-representation and their voice. In the research they provide a variety of data, improving empowerment and reflexivity.

Biographical workshops with migrants: a collaborative research format in the Portuguese context

Elsa Lechner (UC)

Nesta comunicação apresentarei o trabalho que estamos a desenvolver no CES, no âmbito de um projecto de investigação financiado pela FCT, intitulado “Pesquisa das migrações e abordagem biográfica: cons-

truindo um trabalho em colaboração no contexto português”. O projecto é levado a cabo por uma equipa multidisciplinar e internacional do CES, recorrendo à organização de oficinas biográficas ou “rodas de histórias” com migrantes residentes em Portugal (neste caso, zona de Coimbra). Trata-se de um trabalho em grupo, com migrantes voluntários e recurso a métodos audiovisuais e hipermédia.

Serão indicadas as diversas etapas deste trabalho de grupo, suas diversas dimensões analíticas (epistemológicas, éticas e políticas), sob o pano de fundo da teoria da ecologia dos saberes e respectiva epistemologia cívica.

Modos de hacer una etnografía colaborativa con profesionales de la salud

Diana Milstein (Universidad Nacional de La Matanza – AR)

En esta ponencia presentamos la experiencia de trabajo colectivo en una investigación con enfoque etnográfico titulada “La educación médica innovada, cotidianeidad, debates y experiencias educacionales en la implementación de una nueva carrera”. Nuestro propósito es discutir los modos que adopta la praxis etnográfica, recuperando las categorías de reflexividad y aprendizaje situado aplicadas para conceptualizar modos colectivos de trabajo de campo, análisis y escritura. El escenario de dicha investigación es la carrera de Medicina, implementada a partir de febrero de 2012 en la Universidad Nacional de La Matanzas, Argentina. El equipo de investigadores está conformado por docentes de la carrera con formaciones disciplinares diferentes – ciencias de la salud, sociales y humanas, diseño y arquitectura. La directora del proyecto ha realizado varias etnografías y es docente de grado y posgrado en universidades, pero esta es la primera vez que trabaja como docente en formación de grado de médicos y nunca integró equipos de salud. Los 18 integrantes del equipo no han realizado etnografías previamente, la mayoría ha integrado equipos de investigación, ha trabajado en formación de médicos e integrado equipos de salud. Esta forma de integrar el equipo-cantidad de integrantes, diversidad de formación académica y de trabajo profesional, entre otras particularidades, es el punto de partida para el relato y el análisis de esta experiencia. Las dinámicas de interacción y de interpretación colectiva en el espacio del campo y los modos colaborativos que hemos adoptado para construir datos, serán analizados en términos epistemológicos, metodológicos y de aprendizaje.

Encontro de imagens: experiências biográficas e experiências coletivas no filme *Pimentas nos olhos*

Andrea Barbosa (Universidade Federal de São Paulo – BR)

A proposta do projeto de pesquisa, em processo de finalização, é provocar um encontro ou mesmo confronto entre biografias e história coletiva na experiência de viver no bairro dos Pimentas na cidade de Guarulhos, região metropolitana de São Paulo. O Pimentas é um bairro em franca transformação tanto pela expansão populacional como pela transformação ocorrida por investimentos públicos e privados como construção de Shopping, hospital, conjuntos habitacionais e universidade. Realizamos, ao longo dos últimos 3 anos uma pesquisa etnográfica cujo motor era uma reflexão compartilhada sobre a identidade do bairro e de jovens que lá vivem, a partir da produção de imagens fotográficas. Na dinâmica do trabalho de campo percebemos a potencialidade de realizar um filme cruzando narrativas de trajetórias individuais, biografias, de moradores do bairro e o repertório de experiências provocadas pelas interpretações da imagens das fotografias do acervo construído na pesquisa, sejam fotos fruto de oficinas com jovens do bairro, seja fotos antigas recolhidas do acervo pessoal de moradores. Cruzamento de tempos, cruzamento de histórias, cruzamentos de subjetividades que nos levam a um reflexão mais densa sobre os processos de construção identitária protagonizados pelos moradores desse bairro inventado cotidianamente. Esta comunicação se propõe a relatar a experiência de construção do filme *Pimentas nos olhos*. Personagens e equipe trabalham num movimento no qual as posições muitas vezes se revezam. Escolhas estéticas e temáticas são reelaboradas a cada dia de filmagem na busca de uma reflexão sobre a experiência de narrar a experiência de fazer parte do bairro.

“Olhares em foco” e o uso da fotografia participativa

Ricardo Campos (UAB); Daniel Meirinho (UNL)

Os objectivos do projecto “olhares em foco” são os de estudar os processos de construção identitária dos jovens e de representação social do mundo em seu redor, a partir das imagens fotográficas por estes produzidas no contexto do seu quotidiano. Os contextos sociais em pesquisa são compostos por comunidades que apresentam fortes situações de exclusão social, económica e étnica, em diferentes ambientes geográficos. A metodologia do *photovoice* tem sido a mais usada e já serviu de base a dois projectos in-

ternacionais desenvolvidos no Brasil e a dois projectos desenvolvidos em Portugal. O projecto mais recente decorre na Cova da Moura e servirá de base para fazer uma avaliação de todo o processo, das limitações, constrangimentos e potencialidades deste tipo de metodologias.

Film-making in the field. Not-so-participative 'Artistic' research vs. 'informed' Art

Peter Anton Zoettl (CRIA-IUL)

Based on recent ethnographic research that employed participatory and non-participatory film-making as a method for fieldwork and knowledge production, non-fictional video is discussed as an "in-between" representational and relational form of scientific and artistic practice. In the present case, the author's fieldwork on youth violence and delinquency in Capeverdean prisons has been accompanied by an open ended film-making process with a couple of youths in a "problematic" low-income neighbourhood in the crime-ridden city of Praia, Santiago Islands. The non-directional videotaping of the "clique's" daily routine in an improvised shack at the margins of a middle class district was conceptualized as an experimental and decidedly "incomplete" artistic practice that would – eventually – bring along anthropological/sociological insights into the dynamics of youth culture, violence and society from an inside/outside (prison) perspective. Film-making within the context of social sciences is thus discussed as an inextricably "artistic" and "informed" praxis for the constitution of personal/artistic/scientific relations and knowledge.

P03 – Narrativas biográficas: processos de pesquisa sobre memória e esquecimento

Coordenador: Pedro Pereira Leite (UC)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.11, Reitoria/Geociências

Moderador: Pedro Pereira Leite

Debatadora: Ana Fantasia

A fenomenologia da memória e do esquecimento tem vindo a ganhar relevância no campo das metodologias qualitativas de investigação ação. As questões colocadas aos indivíduos sobre o que é rememorado levantam a necessidade de resolver a questão sobre a quem pertence essa memória. A relevância (lembrança) associada ao seu valor (posse) é assim considerada como atributos de significação de configurações sociais em processo.

O empirismo lógico obriga à referência dos fenómenos no campo da hiper-categoria espaço/tempo. Dessa forma todas as lembranças ganham relevância como pertença e um espaço (comunidade e território) e a um tempo (tradicional ou de modernidade). Em todos os fenómenos estudados é então capturada uma imagem que é inserida num quadro de significações preestabelecido que se justifica a si mesmo.

O recurso às narrativas biográficas como metodologia de investigação com base no empirismo lógico permite comprovar que a apropriação das narrativas de vida pelo discurso científico em função das necessidades de investigação geram redundância. No seu resultado final apenas comprovam os objetivos da investigação e uma reprodução das narrativas hegemónicas.

A abordagem das narrativas biográficas a partir do empirismo crítico procura captar a consciência de algo revelada pela rememoração como um reflexo.

Nachträglichkeit e Arte: uma análise da produção artística de Frans Krajcberg e as relações entre memória e esquecimento da Segunda Guerra Mundial

Miguel Ambrizzi (FBA-UP)

Frans Krajcberg (Polónia, 1921) tem seu trabalho reconhecido como uma arte ambiental engajada e combatente às queimadas nas florestas brasileiras mediante ação humana. Porém, quando buscamos suas narrativas biográficas encontramos aspectos que revelam maior profundidade acerca de sua história: tornou-se oficial do exército polaco entre 1941 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, onde perdeu toda sua família incinerada. Em 1948 mudou-se para o Brasil, isolou-se de todos, morando numa casa na floresta. Há aqui um deslocamento geográfico e identitário, sua família passou a ser a natureza e, quando viu esta ser queimada, começou a defendê-la. Aqui, os limites e a ética da representação apontam para a dupla dimensão da catástrofe da natureza e a transposição da catástrofe da guerra para o ambiente en-

quanto forma adequada do lembrar-esquecer, fazendo da natureza um teor de fantasmagoria e uma força de atualização do passado traumático da história individual e coletiva do século XX e suas guerras. A arte testemunhal seria uma forma de memória do trauma reunindo e unificando humanidade e natureza, na sua experiência histórica. Com base nos estudos contemporâneos sobre a memória e sobre o processo psíquico *Nachträglichkeit* de Freud, veremos como esse artista revela os limites entre a lembrança e o esquecimento, um desfazamento dos tempos passado-presente-futuro, e nos apresenta como um “contemporâneo”, nos termos de Giorgio Agamben. Será refletido sobre como se dá o processo criativo que trabalha com memórias episódicas traumáticas, social e individualmente onde o artista esquece para lembrar e lembra para esquecer e exorcizar.

“Histórias menos banais”: memórias, trajetórias e relatos de vida no mundo do trabalho doméstico transnacional

Caetana Damasceno (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – BR)

Neste *paper* procuro discutir a relevância de se adotar a literatura memorialista e biográfica como uma narrativa etnográfica. Inicialmente recorrerei aos textos de Carolina Maria de Jesus (escritora profissional “negra”, ex-empregada doméstica e ex-coleitora de papel), Francisca Souza da Silva (empregada doméstica “negra” que escreveu um único livro de memórias) e de Baby Halder (doméstica indiana, nascida em Kashmir, vivendo hoje em Nova Delhi).

Trata-se de uma reflexão envolvendo narrativas sobre experiências, sociabilidades e percepções acerca do mundo do trabalho doméstico, recortado pelo viés de gênero e raça. Memórias, “trajetórias”, “relatos”, “histórias de vida”, “testemunhos”, “biografias” e “autobiografias” e romances compõem a documentação através da qual retomo aportes teóricos e metodológicos relacionados à construção de diferentes trabalhos de memória, envolvendo protagonismo, agência e experiência social de certos tipos de atores sociais. Vale lembrar que as reflexões incidirão, entretanto, não apenas sobre leituras historiográficas e antropológicas, mas sobre estudos voltados para o uso de instrumentais forjados em outros campos de conhecimento (literatura e crítica literária, por exemplo).

Entre Destaques e Silenciamentos

Daniela do Carmo Kabengele (Faculdade Integrada Tiradentes – BR)

Este trabalho examina as narrativas escritas por alguns memorialistas e jornalistas a respeito de Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892), negro liberto que ascendeu socialmente na cidade de Campinas, interior paulista, Brasil. A trajetória de Cesarino expõe alguns traços pertinentes da relação desse homem com a sociedade em que vivia e as disposições presentes nesse campo. Parece relevante sublinhar que Cesarino mantinha ligações com pessoas da elite local; que aparece nas narrativas dos memorialistas justamente porque mantinha essas ligações; e que a maneira como aparece nas narrativas exprime bem o tipo de abordagem que orientava essa elite. Assim, faz-se necessário reconhecer a dimensão simbólica que está em cada crônica, em cada destaque ou em cada lacuna, posto que, muitas vezes, os elementos necessários ao entendimento de determinados sujeitos surgem não só da análise do que é dito no conjunto dos relatos, mas também daquilo que não foi dito.

Um exercício etnográfico com uma narrativa pessoal

Luciana Hartmann (Universidade de Brasília – BR)

Esta comunicação busca provocar cruzamentos entre uma narrativa oral biográfica na qual o narrador entrelaça memórias familiares e reflexões sobre seu país e sua cultura, com a narrativa de uma pesquisadora que procura revisitar um determinado campo teórico, refletindo, por sua vez, sobre as infinitas, criativas e instigantes possibilidades de contar histórias/criar narrativas etnográficas na antropologia. Esse diálogo entre distintas formas narrativas é experimentado, no texto, pela justaposição da narrativa biográfica de Tomazito (o narrador) com as inferências da pesquisadora. O exercício de “etnografar uma biografia” inicia por uma breve discussão das diferentes terminologias utilizadas para definir as narrativas pessoais. Na sequência debato os métodos utilizados na pesquisa de campo para o registro das narrativas e o posterior processo de transcrição e análise destas, enfatizando a abordagem das narrativas orais desde a sua inserção na vida cotidiana dos contadores, em sua relação com os processos de construção de memória e esquecimento. Os narradores com os quais venho desenvolvendo uma longa trajetória de pesquisa são habitantes da zona rural da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai, em sua maioria idosos, que mostram-se hábeis em contar e recontar suas histórias, transformando a experiência vivida ou recebida

de outrem em narrativa. Em suas histórias de vida, memórias, atitudes, éticas, posturas, subjetividades, regras sociais, vêm à tona. Colocadas em gestos e palavras, são compartilhadas e “afetadas” pela audiência.

Percursos docentes. Memória e narrativa

Maria Teresa Macara (UHLT)

As/os regentes escolares, agentes educativos no Estado Novo, que surgem no sistema com fraca habilitação académica e nenhuma habilitação profissional, intelectuais orgânicos com discursividade próxima dos públicos a alfabetizar, candidatam-se à docência nos postos escolares, para o ensino do ler, escrever e contar.

Este agente educativo, crescendo em número, feminino por excelência, ganhando uma parca gratificação, foi considerado capaz de reger os três e quatro primeiros anos de escolaridade, substituindo professores, respeitados pelas populações, discriminados pelos diplomados e pela história da profissão.

A par dos saberes pessoais que levam aos alunos, em literacias, hábitos e valores, colhem para a sua história pessoal um estatuto socioprofissional, uma aprendizagem em serviço em que o caminho se faz caminhando.

Usando metodologia qualitativa, compreensiva e descritiva, dando voz a alguns deles através da sua narrativa biográfica e profissional, procuramos conhecer o modo como viveram essa experiência, desocultando identidade, práticas e relações que se desenvolveram no contexto socioeducativo da época, problematizando a mobilização de um corpo de saberes e a sua profissionalidade.

As narrativas pessoais contidas nos testemunhos dos sujeitos da pesquisa, contextualizadas no tempo histórico, classe social e género de pertença oferecem dados à análise crítica, contributos à formação docente, e evidenciam como os percursos individuais se cruzam e interferem reciprocamente com as circunstâncias da organização social no tempo e no espaço.

Memória e Fotografia da Guerra de Libertação/Colonial

Catarina Laranjeiro (Freie Universität Berlin – DE)

Pressupondo que cada fotografia é uma memória que revela uma história, propus-me a registar que memórias transportam, como são organizadas, escondidas ou reveladas enquanto objetos representativos da guerra. Baseada em autores como Walter Benjamin e Roland Barthes, encarei a fotografia como um elemento capaz de desconstruir os conceitos de memória e história. Se das fotografias dos antigos combatentes do PAIGC emergem as fotografias “românticas” da guerra de guerrilha e das missões diplomáticas no Bloco de Leste, das entrevistas realizadas através da técnica de *photo elicitation*, resultaram silêncios, tensões e até uma relação de perda, negligência e esquecimento face a estes objetos.

Por sua vez, grande parte dos antigos combatentes do exército colonial entrevistados, haviam destruíram as suas fotografias, dado que constituíam testemunhos incriminatórios da sua participação na guerra. Aqueles que as esconderam, guardam-nas hoje na esperança que estas lhes sirvam de prova nas reivindicações dos seus direitos ao Estado Português.

Tendo como premissa que não há apenas um só e “verdadeiro” discurso sobre a memória, mas sim que há memórias que se tentam anular face às grandes escolhas de cada época (Rosas, 2009:13), a minha proposta consiste em colocar na mesma linha de montagem histórica (Benjamim) as memórias destes dois grupos. Por focar arquivos pessoais, esta investigação insere-se num campo historiográfico, que procura que fontes não usuais ganhem visibilidade numa explícita variedade de representar a história.

O encontro com o Outro em narrativas de teor testemunhal

Ana Cláudia Peres (Universidade Federal Fluminense – BR)

Da antropologia ao direito, o conceito de testemunho tem servido de base para uma reflexão sobre as questões da memória, da ética e da linguagem. É nesse contexto que este artigo se insere, como parte de uma pesquisa que lança um olhar sobre narrativas de teor testemunhal na comunicação em diálogo com outros campos do conhecimento.

De um modo geral, o testemunho é associado a um tipo de discurso relacionado aos “sobreviventes”, indivíduos ou grupos sociais que viveram situações de choque e necessitaram de espaço para narrar o trauma. Mas há ainda o sentido de testemunha como aquele que se coloca como um terceiro, entre duas partes. Desse modo, testemunha também seria aquele que “não vai embora”, que consegue ouvir a

“narração insuportável” do outro e que aceita que suas palavras revezam a história do outro (GAGNEBIN, 2004).

Este artigo propõe uma discussão em torno da biografia e da narrativa testemunhal em relatos jornalísticos que se insurgem pelo viés da subjetividade e dos afetos, contrariando a lógica de uma imprensa hegemônica pautada pela objetividade. Toma como ponto de partida o trabalho da jornalista brasileira Eliane Brum em narrativas onde a biografia da autora e sua própria experiência se confundem com o relato dos fatos. O artigo dialoga ainda com Giorgio Agamben, para quem a possibilidade de narrar carrega a potência do que não é narrável. Sendo assim, o testemunho seria uma construção de linguagem que se configura na tensão entre o que se pode dizer e aquilo que é dito.

Diálogos com professores indígenas na textualização de narrativas sobre a formação intercultural

Karla Cunha Pádua (Universidade do Estado de Minas Gerais – BR); Maria Regina Lins Brandão Veas (Universidade do Estado de Minas Gerais – BR)

O trabalho de coletar e analisar narrativas nos levou atualmente a refletir sobre modos alternativos de apresentá-las no momento de sua textualização. A riqueza das reflexões e categorias apresentadas pelos sujeitos de uma pesquisa que busca compreender as repercussões da formação intercultural na vida de professores/as indígenas suscitou o desejo de construir novos modelos de escrita etnográfica, capazes de equilibrar as vozes dos sujeitos entrevistados com as vozes das pesquisadoras. Nesta pesquisa, foram entrevistados/as professores/as indígenas que participaram do curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI), oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do instrumento da entrevista narrativa e observação participação nas aldeias e nas escolas em que atuam. A proposta é apresentar um texto que resulte de uma mútua construção, entrecruzando interpretações “nativas” e “estrangeiras”, no qual os “autores” indígenas são citados extensa e regularmente, expondo suas vozes por meio de muitas citações textuais, porém, que também reconhece o papel criativo e inventivo das pesquisadoras. Trata-se de colocar em interlocução experiências narradas e interpretação, em um processo de textualização aberto ao diálogo e à polifonia, que distingue as contribuições das pesquisadoras e dos/as professores/as indígenas entrevistados/as por tipos de letra diferentes. Dessa forma, propõe uma produção colaborativa do conhecimento que pretende contribuir para aprofundar o diálogo da academia com outros tipos de saberes e modos de produção do conhecimento em torno do tema da formação intercultural, como também para o registro das memórias coletivas e os projetos de futuro das comunidades étnicas pesquisadas.

P04 – Morte, sacrifício e sofrimento na antropologia, ontem e hoje

Coordenadoras: Maria Claudia Coelho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR); Susana Durão (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 2, Ciências Veterinárias

Debatedor: José Mapril (UNL / CRIA-UNL)

Propomos uma reflexão sobre etnografias em torno da morte/morrer, sacrifício/ sacrificar/ser sacrificado, sofrimento/dor. Nesse sentido, é importante saber como reimaginar as teorias antropológicas em torno destas situações-limite e elementos de existência críticas. Gostaríamos de marcar passo relativamente à nossa herança disciplinar. Como é que etnografias hoje – necessariamente mais translocais, em ambientes politizados e muitas vezes violentos, com abordagens mais em rede do que de comunidade – regressam a temas clássicos da antropologia como a morte, o sacrifício e o sofrimento? Importa assim reflectir sobre como antropologias contemporâneas podem retomar ou desafiar autores clássicos – como ‘A Expressão Obrigatória dos Sentimentos’, de M. Mauss, e ‘Death and the right hand’, de R. Hertz – ou obras mais recentes que apresentaram fortes argumentos teóricos sobre estes assuntos, como ‘Prey into hunter...’ de M. Bloch; ‘Illness and irony...’ de M. Lambek e P. Antze (org.), ‘The illness narratives...’ de A. Kleinman. Gostaríamos, desse modo, de imaginar futuros possíveis para teorias da antropologia. Interessa-nos saber como podem etnografias no limite e sobre limiares da existência humana vir a contribuir para inovar o pensamento sobre emoções e relacionalidade em antropologia. Nesse sentido almejamos nutrir uma viva discussão sobre teorias antropológicas das emoções sociais. Convidamos investigadores e estudantes a apresentar resultados das suas pesquisas etnográficas sobre temas e problemas que caibam nas indagações antropológicas aqui traçadas.

Construção social das emoções da morte. Sobre linhas etnográficas em cidades

Susana Durão (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Mauss e Hertz, e mais recentemente Bloch e Parry, entre outros antropólogos, apresentaram-nos estudos comparativos sobre a “construção social da emoção” em relação à morte e aos rituais funerários. Vida e morte são analisadas como parte integrante de um mesmo processo. Mas se em várias sociedades “tradicionais”, estudadas pelos antropólogos, a morte é transformada numa dinâmica indispensável para a continuação da vida, essa correspondência tende a não ser tão clara em sociedades ocidentais contemporâneas ou, melhor dizendo, nas grandes cidades do “extremo ocidente” – urbanizadas, capitalizadas, desiguais e movimentadas. A interpretação dos autores é que nesses lugares da modernidade tardia os rituais funerários atenuam o seu papel de “fonte de vida” pois o indivíduo é concebido em termos que o opõem à sociedade; a morte da pessoa não afeta a “grande roda” da cidade. A morte individual não põe em risco a continuidade social. Nesse sentido, que novas concepções e linhas de estudo podemos propor? Que ampliações e metáforas imaginar, seguindo o exemplo do que Victor Turner fez com a noção de liminaridade, para as questões da vida, morte e afeto no mundo contemporâneo?

Troca, reputação e morte: práticas sociais e discursos em funerais de uma pequena comunidade

Gilmara Gomes da Silva Sarmento (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – BR)

Os funerais de uma pequena comunidade rural no norte fluminense são espaços privilegiados para compreender a lógica de funcionamento da vida local, pois a despeito das diferenças internas, a morte põe em relação diferentes atores sociais de dentro e “de fora” da comunidade; que mediante esse momento de ruptura, trocam gentilezas, palavras, favores e até mesmo ajuda econômica. No entanto, para cada lugar ocupado pelos indivíduos na hierarquia social (grau de parentesco com o morto, de amizade com sua família, relação de vizinhança, filiação religiosa, posição política, etc.), há um comportamento prescrito e esperado diante da morte, tornando os espaços fúnebres um lugar onde a reputação social pode ser construída, reproduzida ou contestada, pela opinião social. Sendo assim, saber operar os códigos da etiqueta local – saber dar, receber, retribuir e controlar os sentimentos – é fundamental para reproduzir-se enquanto pessoa moral. Este trabalho pretende abordar, as relações de troca entre famílias enlutadas e políticos em contextos fúnebres; focalizando a performance (o controle e as expressões de sentimentos) desses atores sociais no decorrer dos eventos, e os recursos sociais e simbólicos mobilizados para se reproduzirem socialmente, diante dos olhos atentos da comunidade, que, por vezes, avalia e produz interpretações e discursos colocando em questão os laços sociais e os limites de pertencimento das famílias e das pessoas no interior da coletividade.

Objetos Feitos de Cancro: a cultura material como pedaço de doença em histórias de mulheres contadas pela arte

Susana Noronha (CES-UC)

Através de uma reflexão em torno de objetos e materialidades que ganham forma em projetos artísticos referentes à experiência feminina do cancro, esta comunicação propõe conceitos alternativos de cultura material e doença oncológica. Rejeita-se uma separação/diferenciação entre dimensões materiais e intangíveis na doença, entendendo-se os objetos de cultura material como pedaços de cancro, ou seja, enquanto partes constitutivas das ideias, sensações, emoções e gestos que fazem a experiência do corpo doente. Objetos hospitalares, domésticos e pessoais, de uso coletivo ou individual, onde se incluem materialidades descartáveis, vestuário, mobiliário, equipamentos e máquinas, compõem uma lista de realidades encastradas nas experiências do diagnóstico, internamento, tratamento, reconstrução, remissão, recidiva, metastização e morte. Dando nome a esta continuidade indivisa, proponho os conceitos “objeto-nosoencastável” e “doença-modular”, pretendendo, na forma como defino as coisas, os mesmos encaixes que existem na realidade vivida. Para compreender as ações, usos e sentidos dos objetos que fazem/são pedaços de cancro(s), esta investigação abrangeu as imagens e os textos de cento e cinquenta projetos produzidos por/com mulheres que viveram esta doença. Carregados a Internet, os exercícios criativos, amadores ou profissionais, de fotografia comercial e artística, pintura, desenho, colagem, modelagem, escultura, costura e tricô servem de terreno narrativo e visual, permitindo-nos encontrar a versão émica dos encaixes entre cultura material e doença. Tocar a continuidade entre objetos e cancros, juntando os saberes do corpo, da arte e da antropologia, assenta numa abordagem teórica e metodológica onde ensaio o potencial heurístico daquilo a que chamo a “terceira metade das coisas e do conhecimento”.

Emoções, Sofrimento e Trabalho Moral: uma revisão bibliográfica

Maria Claudia Coelho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR)

A noção de “sentimentos morais” remonta à obra clássica de Adam Smith e diz respeito às formas de relação com o sofrimento alheio, analisadas com base na noção de “simpatia” (*sympathy*). O desenvolvimento, nas últimas décadas, da sociologia e da antropologia das emoções levou à abertura de um campo de investigação voltado para o exame das dimensões políticas e morais das emoções, retirando-as da esfera do íntimo/privado e voltando a atenção para o trabalho que as emoções realizam na cena pública. Nesta guinada, podem-se destacar trabalhos voltados para as emoções em relação com a violência urbana, o militarismo, os movimentos sociais e as transformações em regimes políticos, entre outros. Diversas emoções podem ser examinadas sob esta ótica: o medo, a indignação, a coragem, o desprezo, o par orgulho/vergonha, o ressentimento, a compaixão, a humilhação, entre outros, muitas vezes pensados não de forma estanque, como sentimentos isolados, mas sim sob a perspectiva de “complexos” ou “dinâmicas” emocionais. Este “trabalho político” das emoções pode estar ainda associado a diversas outras questões, tais como, por exemplo, a memória política, a demarcação da fronteira nós-outros e as hierarquias sociais. A proposta deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema do “trabalho moral das emoções” com foco na análise de três sentimentos passíveis de serem suscitados pelo sofrimento (do sujeito e do outro): o ressentimento (em sua relação com a memória política); a compaixão (em sua relação com a demarcação da fronteira nós-outros); e o desprezo (em sua capacidade de dramatizar hierarquias sociais).

As políticas e as economias do sofrimento: reflexões sobre dor e sofrimento a partir da tragédia de Santa Maria

Ceres Gomes Victora (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR); Monalisa Siqueira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

“Estamos todos devastados, Santa Maria presenciou ontem a maior tragédia de toda a sua história e da história do Rio Grande do Sul e uma das maiores tristezas que o nosso país já viveu...” Assim o *Diário de Santa Maria*, abriu a edição de 28/01/2013 refrindo-se ao incêndio que vitimou 241 pessoas que se encontravam em uma casa noturna daquela cidade universitária situada no sul do Brasil. Este acontecimento que abalou de forma definitiva as vidas de centenas de familiares, amigos, colegas e moradores da cidade em geral caracteriza-se como um situação-limite, um “evento crítico” (DAS, 1999 e 2007) cujas implicações se desdobram em dramas pessoais e familiares com repercussões políticas, sociais e econômicas de grandes dimensões. É tendo isso em vista que ao propormos refletir sobre aquela que ficou conhecida como “a tragédia de Santa Maria” recorremos a temas clássicos da antropologia em diálogo com teorias antropológicas contemporâneas das emoções sociais. A pesquisa tem como ponto de partida as notícias veiculadas pela imprensa local e visa refletir sobre a dor, o infortúnio, a morte, a doença, e os recursos utilizados para conviver com estes estados, pressupondo que para tanto é necessário adentrar as camadas das “políticas e economias do sofrimento” que envolvem a um só tempo as “vítimas” e também um número de instituições, entre elas, o governo municipal, a comunidade, as associações de atingidos, a polícia, o sistema judicial, as medicinas e as religiões.

Os animais de produção, novos corpos-que-sofrem: morte, sofrimento e a profissionalização do bem-estar no contexto da pecuária de corte brasileira

Caetano Sordi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

Esta pesquisa tem como tema a transformação profissional do bem-estar animal nos contextos que fazem uso dos mesmos, sendo esta transformação um indicador da construção das categorias de bem-estar e sofrimento animal, interioridade e animalidade. Através de exemplos retirados da pecuária de corte industrial brasileira, o trabalho visa elucidar de que forma a indústria alimentar tem se apropriado dos discursos leigos e científicos sobre subjetividade e sofrimento animal e procurado desenvolver tecnologias de lidar com as mesmas, como o chamado “abate humanitário” e o “manejo racional”. Em jogo, o que se coloca aqui é a emergência de novos corpos-que-sofrem para além do humano, o que nos instiga a pensar na dimensão da morte e do sofrimento como uma categoria transversal, sobre a qual incide a empatia inter-específica, por um lado, e o desenvolvimento de saberes destinados a quantificá-la e docilizá-la, de outro. Se, para o caso humano, discussões como as da eutanásia ou dos “limites admissíveis de sofrimento” se chocam de maneira muito evidenciada com princípios morais e legais, no caso dos animais de produção, estas dimensões se apresentam mais fluidas e incertas, já que são entes que oscilam largamente, no interior da nossa ontologia, entre o subjetivo e o reificado, a pessoa e o objeto. Trata-se, portanto, de uma esfera analítica interessante para se pensar o sofrimento em geral, tanto de humanos quanto de não-humanos.

O corpo como palco de emoções nas práticas votivas do nordeste oriental do Brasil

Luis Americo Silva Bonfim (Universidade Federal da Bahia – BR)

Entendendo “práticas votivas” como as ações e produções simbólicas derivadas do Catolicismo que envolvem a consagração, renovação e pagamento de promessas – em geral culminadas pelos ex-votos –, este trabalho apresenta os resultados de uma investigação sobre a psicossociologia do corpo religioso em área da região Nordeste do Brasil. Propõe-se a analisar a trajetória afetiva nos pares emoção/corpo e sentimento/mente, através da conexão das dimensões manifestadas pelo indivíduo miraculado nas suas exterioridades objetiva (a representatividade física do corpo como objeto apresentado – o ex-voto em suas diversas dimensões, inclusive em performances corporais do crente) e subjetiva (as narrativas deste outro corpo como expressão estética e cultural de um indivíduo localizado no tempo e no espaço, além da construção do seu sistema de trocas simbólicas). Considera também as suas manifestações de intimidade, surgidas da emergência de emoções quase sempre opostas: a vicissitude, geradora do vínculo religioso e que invoca uma relação metafísica, e a cura, retribuída a um ente incorpóreo e concretizada na aparição do ex-voto. Este ciclo de interdependência evidencia que as representações votivas não delimitam, tão rigidamente, o sujeito e o objeto implicados na transação. O sujeito faz-se o próprio objeto, antes sacrificado e depois sanado, ali retribuído e (desejavelmente) eternamente grato por uma graça alcançada. É esta circularidade das emoções que se configura como a base conceitual deste ensaio.

En la hora de nuestra muerte: sacrificio y ritual Nasa en los Andes de Colombia

Andrés Felipe Ospina Enciso (Universidad de los Andes – CO)

En la cordillera de los Andes en Colombia, sobre el curso de caudalosos ríos, indígenas pertenecientes al pueblo Nasa han vivido en medio de sucesivas luchas físicas y espirituales producto del conflicto armado que en este país se ha extendido por décadas. En esas guerras los Nasa reconocen la muerte, la identifican en sueños, en mensajes que dejan los espíritus sobre la tierra y el agua, en marcas o señales que se graban en los cuerpos de propios o conocidos, profetizando la partida. Estos anuncios corresponden a una lógica de pensamiento que privilegia las relaciones entre naturaleza y personas, en donde los “mensajes” sacralizan momentos y lugares, ahora transformados en umbrales, que separan y vinculan a los vivos y los muertos. Este trabajo, alimentado por la experiencia etnográfica, busca indagar por las formas en que es narrada y sentida la muerte en un escenario de guerra, contrastando la función de lo que los estudios clásicos sobre el sacrificio denominaron el proceso de la “víctima propiciatoria” con las acciones y explicaciones que sobre la muerte y la espiritualidad propone el pueblo Nasa.

Ritos funerarios transnacionales entre Cataluña y Senegal. La repatriación como respuesta a la muerte en contexto migratorio

Ariadna Solé Arraràs (Universitat de Barcelona – ES)

La antropología a menudo ha interpretado los ritos funerarios como una forma de construir y reconstruir los vínculos comunitarios desgarrados por la defunción de uno de sus miembros, afirmando la continuidad del grupo a pesar o gracias a la desaparición de uno de los suyos. Este esquema clásico, sin embargo, se ve ciertamente alterado cuando un individuo muere lejos de aquella comunidad que le reclama como miembro. En el actual escenario dibujado por las migraciones internacionales resulta pertinente preguntarse por la preferencia del lugar de entierro de las personas migrantes y por la repatriación como respuesta a la muerte en contexto migratorio. Una decisión compleja en que intervienen distintas motivaciones: identitarias, religiosas, rituales, emocionales, familiares y comunitarias. Sobre la base de un estudio sobre los ritos funerarios de los musulmanes de origen senegaleses instalados en Cataluña (España) este texto propone una reflexión teórica sobre la repatriación de cadáveres en colectivos migrantes. Propongo que es necesario ir más allá de los debates sobre diversidad religiosa en occidente y situar la reflexión alrededor del concepto de rito funerario, sus interpretaciones clásicas y los desafíos que para estas suponen la construcción de nuevos ritos funerarios transnacionales.

The living dead and the living's dead: the destabilization of death-as-process among practitioners of Afro-Cuban religions

Diana Espírito Santo (UNL)

Ethnographies of dying, death and the dead flaunt the arguably ‘Western’ notion of death as a punctual affair; rather, it is often portrayed as socially and biologically processual, cosmologically regenerative, precisely through the ruptures and transformations it engenders. Death may be polluting and dangerous, a

source of disorder and ambiguity, a threat to the fabric of society, but it is generally seen to be so because it implies transition, growth or life in other forms. But what of ethnographic instances where death is immanent to life, where the living must come to terms not with the dead's transitions from one ontological strata or state to another but with the implication of their ever-presence in the constitution and nurturing of their own selves, in real-time? The Cuban Revolution is no stranger to the reaffirmation of political destinies through the evocation of dead martyrs. But in religious realms this intertwining of biographies is literal. Afro-Cuban religious practices overwhelmingly 'horizontalize' living-dead relations, bleeding both conceptual and ontological boundaries. The priests of the divination cult of Ifá consider themselves 'dead'. In the Bantu-Congo practices of Palo Monte, the dead breathe life into magical recipients and bodies, becoming, in this way, non-dead. And in the pervasive cult of espiritismo the person is imbued with the attributes of his or her dead protectors. In this paper I harness my ethnographic data on Afro-Cuban religion to explore the ways in which life and vitality are indissociable from the gifts of death and the dead.

Quem é o “morto”? a construção institucional e moral dos “mortos” nas instituições de segurança pública e justiça criminal do Estado do Rio de Janeiro

Flavia Medeiros (Universidade Federal Fluminense – BR); Lucia Eilbaum (Universidade Federal Fluminense BR)

Nesse trabalho propomos analisar como as instituições de segurança pública e de justiça criminal, no Estado do Rio de Janeiro (Brasil), lidam, em suas rotinas, com os “mortos”. Para tanto, focalizaremos dois casos – um conhecido como “o caso da Juíza Patrícia” e o outro como “o caso do Menino Juan”. A partir deles, buscaremos descrever e entender como as instituições e agentes responsáveis pela administração desses casos lidaram institucionalmente com a morte das duas vítimas. Nesse sentido, partimos da idéia de que o que interessa nessa administração não é, apenas, a morte como acontecimento, mas quem são os “mortos”. Daí exploraremos não só os procedimentos ativados pelas instituições e agentes, mas também as moralidades que sustentam e dão forma a diversos sentimentos e sensos de “justiça”.

P05 – Imaginários do turismo

Coordenadoras: Filipa Fernandes (CAPP/ ISCSP-UTL); Carina Gomes (UC)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.11, Reitoria/Geociências

Como é que agendas turísticas e políticas de promoção dos lugares têm criado imagens exóticas e apelativas do outro? Os contributos de alguns autores como Christine Boyer, Tom Selwyn ou Arjun Appadurai são ricos em pistas que poderão esclarecer acerca desta matéria. Estas imagens são a pedra basilar da indústria turística. Disseminadas através das brochuras turísticas, das páginas Web, dos postais, dos guias de viagem, dos vídeos promocionais, dos programas televisivos, etc., estas imagens constroem Outros ‘míticos’ para o consumo turístico. Este conjunto de imagens turísticas projeta-se na ‘mediacscape’ global contribuindo para a formação de imaginários partilhados sobre os lugares. Por descortinar fica a relação que tais imaginários, como representações sociais, mantêm com os lugares reais, vividos, e não apenas visitados.

Os imaginários turísticos, como nexos de práticas sociais por meio dos quais os indivíduos e grupos se cruzam para estabelecer um local como um destino credível, bem como as formas como tais imaginários são re-criados, transformados e difundidos são questões que ainda não foram totalmente explorados ou definidos, havendo, por isso, oportunidade para discussão e produção de conhecimento.

Face às questões teóricas explanadas, este painel convida a apresentação de trabalhos relacionados com: o turismo enquanto sistema de produção de imagens dos lugares; processos e mecanismos de construção de narrativas turísticas; elementos caracterizadores dos imaginários turísticos e seu confronto com outras narrativas dos lugares; reflexões acerca dos espaços e escalas geográficas das representações, práticas e atores envolvidos na produção dos imaginários turísticos.

“Pode Fazer o que Quiser Dela, Exceto Matá-la”

Wladimir Blos (Universidade Estadual de Santa Cruz – BR)

Tratam-se dos resultados parciais de uma pesquisa exploratória sobre turismo sexual e imagens da prostituição no Brasil, exportadas pela mídia através da promoção turística, eventos como o Carnaval e nossas telenovelas. Justamente essas imagens atraem muitos turistas que visam a satisfação sexual com brasi-

leiras e brasileiros. A pesquisa exploratória compreende um apanhado sobre a imagem internacional do Brasil como destinação turística onde os corpos se apresentam nus, disponíveis e tremendamente exóticos. A metodologia empregada esmiúça os discursos, as políticas públicas e as imagens fartas e facilmente localizadas na mídia impressa, meios audiovisuais e *websites*. Bem como a “indústria da prestação de serviços sexuais” servida por uma ampla gama de profissionais do *trade* turístico.

Enobrecimento Litorâneo: A construção do Azul-Mar da Orla de Atalaia

Simone Araujo (Universidade Federal de Sergipe – BR)

As intervenções urbanas em muitas cidades brasileiras e estrangeiras constituem um dos temas mais importantes e atuais da Antropologia Urbana contemporânea. Tais intervenções alteram a imagem da cidade mediante uma requalificação dos usos de convívio cotidiano, tendo em vista a tentativa de criação de espaços ordenados e atrativos a práticas de consumo, lazer e turismo. O espaço da cidade que importa à presente reflexão é o da “Praia”. A Praia de Atalaia, localizada na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, tem sido alvo de um profundo, extenso e inacabado processo de intervenção urbanística e arquitetônica que resultam na alteração da paisagem urbano-ambiental. De uma longa extensão de praia praticamente deserta e sem infra-estrutura praiana, a Orla se transformou num aglomerado difuso, com edificações variadas, destinadas a diferentes usos e finalidades. Transformada em uma nova centralidade da cidade, a Orla se tornou ponto de diferentes sociabilidades, em função de sua transformação em um espaço predominantemente voltado às práticas de lazer e consumo. Nesse sentido, propõe-se pensar as ressonâncias práticas e simbólicas da intervenção urbana ocorrida na Praia de Atalaia, que resultou na configuração “Orla de Atalaia”, um complexo de entretenimento que retém simbolicamente a cor Azul do mar, uma estratégia política para simular determinada expectativa estética das praias do nordeste brasileiro, não encontrada nas “escuras” águas da Praia de Atalaia.

Espaços de fé: Santuários católicos no estado do Rio Grande do Norte/Brasil no contexto do turismo religioso: O caso de Santa Cruz

Maria do Socorro Vale Bezerra de Góis (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – BR)

Localizado no Nordeste brasileiro, o estado do Rio Grande do Norte-RN destaca-se no mercado turístico nacional e participa do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil implementado pelo Ministério do Turismo desde 2003.

No que diz respeito ao segmento do turismo religioso, o trabalho destaca o processo de criação de Complexos Turísticos Religiosos a partir da construção de novos Santuários Católicos no sentido ampliar e divulgar a fé católica em “lugares sagrados”. Segundo a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) o turismo religioso está ligado aos eventos promovidos pelas religiões institucionalizadas. A Igreja católica funda a pastoral do turismo aberta a turistas e peregrinos e define evangelizar o mundo do turismo. Uma realidade estudada com base empírica e teórica que indica o uso e mudanças de comportamentos. Investiga as políticas públicas de fomento para um turismo religioso em cidades cuja tradição religiosa local, torna-se álibi das políticas de turismo capazes de implantar projetos, alterar comportamentos e impactar a cultura local. Para analisar este processo, faz-se referência ao Santuário de Santa Rita localizado na cidade Santa Cruz / RN-Brasil, construído em 2007 e as mudanças causadas nas tradicionais celebrações religiosas, a partir da construção do Complexo Turístico Religioso Alto de Santa Rita, onde figura uma estátua imponente com 56 metros de altura. A análise das atividades e projetos desenvolvidos no âmbito do turismo religioso local contribuirá para que se identifique as possibilidades e desafios dos governos locais na atuação nacional e internacional.

Imaginários turísticos no Estado Novo: construções de ferro e de paz a bem da Nação

Cândida Cadavez (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril)

“O nosso país é, de facto, todo ele, uma impressionante exposição de turismo nacional. Se amanhã alguém pretendesse construir, numa grande maquete, o país ideal do turismo, não teria mais do que realizar o diorama pitoresco de Portugal.” (António Ferro)

As palavras em epígrafe foram pronunciadas por António Ferro, em fevereiro de 1940, perante uma assembleia de representantes das juntas e das comissões de turismo que visitava as instalações do Secretariado da Propaganda Nacional, e evocam as iniciativas agenciadas por aquele que foi o principal responsável pela criação e pela divulgação da imagem de Portugal, também enquanto destino turístico, entre 1933 e 1949. Tais diligências são bem elucidativas do modo como as representações turísticas resultam da manipulação de fatores diversos, cujo propósito é a arquitetura de lugares alegadamente exóticos e paradisíacos que visam atrair o Outro.

Com recurso a alguns documentos de divulgação turística produzidos na década de Trinta, do século XX, em Portugal, pretende-se, com esta apresentação, demonstrar o modo como, em plena implementação do regime totalizante do Estado Novo, as estratégias de representação de Portugal como palco de movimentações turísticas teimavam em apresentar um espaço simultaneamente uno e heterogêneo. Esse propósito, claramente ideológico, acaba por condicionar ainda mais a criação do destino turístico, elevando-o a uma condição de artificialidade que quase o aproxima dos “não-lugares” de Marc Augé.

O turismo como diferencial para o desenvolvimento da cidade: um estudo de caso sobre Florianópolis (SC, Brasil) durante a década de 1970

Daniel Henrique França Lunardelli

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um acentuado processo de transformações urbanas, que implicaram em rápidas mudanças na maneira de viver e sentir a cidade por seus habitantes. Cada cidade produziu diferentes formas de experimentos para esses caminhos de modernização. Florianópolis, por exemplo, que é a capital do estado de Santa Catarina, vivenciou durante a década de 1970 intensas transformações que podem ser analisadas a partir da narrativa produzida pela imprensa diária.

É neste período também, que uma nova imagem de Florianópolis começa a ser projetada: a de cidade turística. A capital catarinense passou a ser representada na mídia como a cidade do “lazer” ou do “ócio”, muitas vezes, associada às suas belezas naturais. Ao mesmo tempo em que o turismo sugere uma alternativa para novos ganhos, ele também expõe problemas como a falta de infraestrutura. Esse trabalho pretende discutir, através do jornal “O Estado”, o turismo no quadro das modificações urbanas impulsionadas pelo período que ficou conhecido como “milagre” econômico brasileiro (1968-1971) e suas reverberações na imprensa diária acerca das expectativas e realizações do turismo na cidade.

Portmán, construcción y negociación de un destino turístico (sin turistas)

Raúl Travé Molero (Universidad Miguel Hernández de Elche – ES)

Portmán es una pequeña población del mediterráneo murciano históricamente dedicada a la minería y a la pesca. La multinacional Peñarroya explotó las minas a cielo abierto de la sierra de Cartagena-La Unión desde los años cincuenta hasta 1988, vertiendo al mar unas cincuenta millones de toneladas de estériles mineros mezclados con reactivos químicos y colmatando por completo la bahía a la que se asomaba el pueblo.

Quando em los años sesenta poblaciones muy próximas, como La Manga o las ribereñas del Mar Menor, comenzaron a ser explotadas como destino turístico, algunos vecinos de Portmán comenzaron a lamentar las cada vez más visibles consecuencias del vertido de estériles sobre sus posibilidades de desarrollo turístico. Si en un primer momento el conflicto y la negociación se establecieron entre el discurso minero y el turístico, desde los años noventa, al desaparecer las explotaciones mineras, serán variantes del discurso turístico las que se enfrenten y negocien sobre el futuro de la población.

El tejido asociativo vecinal, característica distintiva del Portmán, ha aceptado el turismo como eje fundamental de recuperación ambiental y desarrollo económico. Pero demostrando que los procesos de hegemonía no están exentos de conflictos trata de imponer su derecho al control del desarrollo turístico y la compatibilidad de este con la práctica de la pesca tradicional. El estudio de cincuenta años de conflictos alrededor de Portmán en la prensa escrita regional nos ha permitido analizar las diferentes narrativas y sus transformaciones, ayudándonos a entender la construcción de un imaginario turístico (aún sin turistas).

Rituales y otras escenificaciones: turismo étnico en la región de los altos de Chiapas, México

Eugenia Bayona Escat (Universidad de Valencia – ES); Miquel Àngel Ruiz Torres (Universidad de Valencia – ES)

La región de Los Altos se ha convertido en uno de los destinos turísticos más importantes del estado de Chiapas y forma parte del complejo turístico catalogado como “mundo maya” que une destinos del sureste de Chiapas junto a otros en los estados de Campeche, Quintana Roo, Tabasco y Yucatán. En las zonas del “mundo maya” se promociona el ecoturismo y el turismo étnico y cultural: paisajes naturales, zonas coloniales y arqueológicas, y una población autóctona portadora de una cultura ancestral y milenaria. En esta recreación turística participan numerosos agentes; empresarios, políticos y guías turísticos, además de los propios habitantes locales que han contribuido a recrear la representación del imaginario maya para el consumo turístico. En este trabajo se indaga en las representaciones mayas de la población indígena para cumplir con los imaginarios sociales de los turistas. El trabajo presenta como los indígenas, a través de lo exótico y atemporal, revaloran ciertas prácticas, rituales y objetos para la demanda turística. Se habla tanto de la mercantilización de la cultura como del empoderamiento de ciertos sectores indígenas que

controlan el proceso de escenificación turística. Se van a comparar tres espacios turísticos: la ciudad de San Cristóbal como lugar turístico y de servicios, y dos comunidades indígenas, San Juan Chamula y Zinacantan, que poseen tours planificados desde la ciudad.

Tourist Imaginaries of Antarctica

Dennis Zuev

After seeing some of the photographs of the Facebook friends of our page Antarctic Tourism Culture I tried to understand why Antarctica was “wow”. The “wow-effect” is multidimensional: the cute penguin couples rearing their chicks (the modern family model – fathers on parental leaves, while mothers are out hunting for food), the majestic danger of icebergs and glaciers (the pure abstractionism of nature), the scale of the human installations versus the natural ones. Some of the following themes are peculiar for the Antarctic enchantment puzzle – natural domination and fury, wildlife proximity (which if you cannot touch due to regulations will touch you) and disconnection from civilization. There is a mythical narrative behind the voyage too: the civilization left behind with all its credit cards and mobiles, the passage of purification (the Drake Shake) and the Albatross guardians of the pure white world, the frozen, preserved origins of man perhaps hiding a secret Nazi base deep in the Antarctic ice.

What is behind the Antarctic tourism imaginary and imagination? What kind of myths and narratives enchant tourists? What do tourists actually see and consider Antarctic? What comprises their visual imaginary?

The material for this study was collected during the project Anthropology of Antarctic tourism culture funded by Portuguese Polar Program in Ushuaia in February-March 2013. The data were gathered by ANATOCU team (David Picard and Dennis Zuev) through observations of the visual landscape of the starting point of the Antarctic cruises – the port of Ushuaia and photo-elicitation interviews with tourists and tour-guides.

Tróia, do lazer ao turismo: narrativas e memórias

Vanessa Amorim (ISCTE-IUL)

A noção de turismo alterará a concepção das práticas de lazer? A presença da indústria do turismo de alguma forma exclui ou selecciona a frequência do local? Pretendo, baseada numa etnografia de recolha de memórias, analisar como a utilização da Península de Tróia para práticas recreativas foi se alterando devido à emergência da indústria turística no local e como essa emergência produziu uma memória colectiva que reprovou o turismo.

Sendo assim, e apoiando-me em Bourdieu (1989) que diz que o consumo do espaço físico e social pode ser uma das formas de ostentação de poder, é possível ver como a construção de infra-estruturas é por si mesma uma forma simbólica de afirmação de poder. A urbanização é a concretização de projecções turísticas e, por isso, simbolicamente reafirma que Tróia já não faz parte do domínio público, o que provocou sensação de mal-estar dos habituais veraneantes.

Em Tróia deu-se uma reutilização do local com a transformação do seu propósito e do seu público que se relaciona com uma nova forma de atribuição de significados ao local através da implementação de conteúdos turísticos. Assim, o corte da relação entre Setúbal e Tróia devido ao desconforto e à sensação de não identificação com o local influenciou a forma como Tróia veio a ser relembrada. Podemos até afirmar que há uma memória ferida associada à ideia de “roubo” do espaço público influenciada pela não só pela emergência do turismo como pela narrativa turística que construiu uma nova imagem para aquela península.

Referências bibliográficas: BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

P06 – Democratizando a memória: para uma narrativa da diversidade no museu

Coordenadoras: Lorena Querol (CES-UC); Daniela Araújo

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: A1.10, Reitoria/Geociências

Debatedora: Carla Gonzalez (Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas-UE)

Numa conjuntura marcada por uma nova relação com o ambiente, onde o modelo ecocêntrico e o antropocêntrico deixam de competir pelo domínio um do outro, emergem renovados desafios de gestão partilhada, de coesão social e territorial, de diálogo intercultural e de resignificação da diversidade nas suas diferentes escalas.

Neste contexto, a cultura apresenta-se como um importante factor de equilíbrio social e económico, e o museu, enquanto agente de escuta, valorização e articulação dos conhecimentos e práticas associados ao território, ocupa um lugar privilegiado de diálogo que permite dinamizar e resignificar a diversidade local sob uma óptica contemporânea.

Marcados pela negociação de consensos e conflitos, por inclusões e exclusões, por manifestações de estruturas de poder e das distintas agências dos/as atores/as sociais, aos processos de ativação patrimonial liderados pelos museus, exige-se hoje um efetivo envolvimento das comunidades.

Essa lógica colaborativa e inclusiva, directamente vinculada à construção de uma nova justiça social, coloca sobre a Antropologia diversos acentos sociais, relacionados com a legitimação dos processos de patrimonialização, com a pesquisa enquanto alavanca de envolvimento e actuação das comunidades, ou com o desenvolvimento dos novos potenciais do diálogo social em períodos de grande mudança.

Neste painel, abrimos espaço ao conhecimento de diferentes experiências museológicas que colocam a participação no eixo central do processo museológico e que, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, abrem caminho a novas formas de inclusão, valorização e resignificação contemporânea da memória.

O Museu Somos Todos, uma ideia de Madalena Victorino – Arte e transformação social num processo participativo

Catarina Barata

Organizou-se em abril de 2013 o Colóquio *Ignorância e Esquecimento*, com coordenação do Prof. Dr. Pedro Prista, para apresentação do balanço de estudos em diversas áreas do saber que possa servir de base científica à construção de um programa museológico, para a eventual criação de um museu em Odemira. Madalena Victorino foi convidada a desenhar um programa cultural participativo intimamente entrelaçado com o Colóquio, com o objetivo de envolver as populações do território a que este evento, por natureza restrito nos públicos que convoca, dizia respeito.

A partir de uma peça que integra o espólio de uma das coleções municipais, uma porta de celeiro arrombada por ocasião da greve geral de 1918 em Vale de Santiago (evento que viria a dar origem ao assassinato do então presidente Sidónio Pais) e a partir da riqueza de um lugar e das pessoas que o habitam, elegendo temas relevantes respeitantes ao território, a especialista em arte na comunidade imaginou uma série de laboratórios artísticos orquestrados por artistas residentes que decorreram ao longo de semanas, envolvendo pessoas e instituições sociais, que tiveram apresentação pública nas noites do Colóquio e em dias precedentes.

Com base no pressuposto de que é possível, através da linguagem das artes, comunicar de uma forma enriquecedora o que as pessoas sabem (mas muitas vezes esquecem ou ignoram), construiu-se uma dinâmica criadora, participativa e colaborativa que, por meio de experiências artísticas transformadoras da realidade e subversivas de ordens sociais, deixou uma marca de satisfação e autoestima em quem a partilhou.

Programa Sala do Artista Popular e as artes populares no Brasil

Daniel Reis (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – BR)

O Programa Sala do Artista Popular – SAP –, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, foi criado em 1983. Seu objetivo é a pesquisa, documentação, difusão e fomento das artes populares e artesanato tradicional brasileiros. Ao longo de 30 anos foram realizadas mais de 170 exposições com indivíduos e comunidades das mais variadas regiões do país. Estas mostras envolvem a pesquisa, produção de um catálogo etnográfico, venda de peças e presença dos artífices na inauguração para que possam interagir com o público, bem como o tratamento museológico que é dado a seus respectivos trabalhos. O programa – que mantém um espaço de comercialização permanente – tornou-se uma referência possibilitando, para além do reconhecimento simbólico, o escoamento da produção destes indivíduos e grupos, abrindo-lhes portas para novas oportunidades. Esta comunicação tem por objetivo uma descrição etnográfica do programa SAP e suas relações com o campo das artes populares no Brasil, a partir das categorias arte popular, pesquisa etnográfica, mercado e sustentabilidade.

EU no musEU: dinamizar memória(s) e enraizar presente(s)

Vera Lopes; Sónia Mairos Ferreira (UC)

O museu constitui-se um motor de desenvolvimento sociocultural da comunidade, num contexto político democrático, suprimindo a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e ecológica, na procura de (re) conhecer concretamente a comunidade que o rodeia.

Tem existido assim, um movimento no sentido da potencialização das comunidades, da sua identidade cultural e histórica. Mas, esta não se resume a uma só linha de ação – há que garantir que toda a população tem o mesmo acesso à mesma informação: ao património material e imaterial, como é defendido na conceção atual de museu. É assim necessário desenvolver estratégias adequadas às necessidades da comunidade, pois, democratizar a memória é também fazer chegar o património artístico dos museus a todos os públicos, sem exceção.

Neste sentido, apresentam-se as principais descobertas de um projeto de investigação-ação desenvolvido no MNMC, com um grupo de adultos idosos com demência e respetivos cuidadores informais. Consubstanciado na promoção da qualidade de vida e da cidadania ativa para todos/as os/as cidadãos/as, numa matriz de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, sustentado em estudos que atestam as mais-valias da intervenção não-farmacológica nas demências, este projeto visou promover a qualidade de vida e o bem-estar através da fruição e (re)interpretação de obras de arte. Inspirado no “Meet Me at MoMA” e intitulado “EU no musEU”, contou até à data com 15 sessões [90’ cada] em que participaram 2 grupos [cuidadores e pessoas com demência] tendo sido dinamizado por uma equipa multidisciplinar de 15 profissionais.

More Than Just a Stroll Down Memory Lane: The Poetics and Politics of Exhibition and Interpretation at The Cardiff Story Museum

Ana Gonçalves (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril)

Cardiff has been subjected to considerable urban, economic, social and cultural transformation. As a post-industrial city now devoted to culture, entertainment and consumption, Cardiff was one of the few European capital cities without a museum dedicated to its history and heritage. This changed in 2011 with the opening of The Cardiff Story museum. Housed in the Old Library emblematic building at the heart of the city, this museum offers the ground floor gallery Cardiff in Context, which presents a multi-sensory experience of Cardiff's development as a city, the role of the docks in turning the city into the world's coaltropolis by mid-1800s, the city's relationship with its hinterland, as well as its development as a European capital. The basement's City Lab gallery provides computer-based activity stations, hands-on activities and costumes for trying on that promote a more interactive and reconstructive approach to history. Phase 2, due to open this year, will consist of a first floor permanent gallery entitled Cardiff's Communities that will give voice to individuals who have come from different parts of the world and have helped shaping the city's development.

This paper seeks to examine the poetics and politics of exhibition and interpretation at The Cardiff Story, to question which/whose (hi)stories, objects and images have been selected to represent/legitimise the city, and to analyse its significance as a learning venue and tourism attraction where Cardiff's past and history and individual and collective memories and identities have been turned into commodified resources for residents and tourists alike.

La iniciativa “Legítimar”: efectos y afectos de una práctica inclusiva de la memoria

Lorena Querol (CES-UC)

Bajo los principios de la Sociomuseología, y con el objetivo de contrariar los efectos homogeneizadores de la globalización, en 2012 decidimos crear un laboratorio de reconocimiento de la diversidad local, que tomase como punto de partida los lugares de memoria, sus agentes y protagonistas, en el radio de actuación de cada museo. Lo bautizamos con la palabra Legítimar.

Desde el punto de vista teórico y conceptual, este laboratorio se perfila a partir de diferentes herramientas procedentes de áreas como la Sociología, la Museología, la Antropología o los Estudios del Patrimonio Cultural, con la intención de cruzar ideas y experiencias que puedan ayudar a despertar el sentido y lugar de la diversidad sociocultural local a través del museo.

Debido a su carácter itinerante, *Legítimar* va de museo en museo por el territorio portugués, centrando su atención en los museos locales, de comunidad o de territorio, para poder trabajar en una escala humana donde las narrativas fluyen y los sentidos se multiplican a partir de un diálogo plural.

De la misma forma, para construir procesos colectivos de reconocimiento sociocultural que dan forma a una Museología de diversidades y de alteridades, en *Legítimar* ponemos en práctica una herramienta que, a lo largo de la historia de los museos, ha ido evolucionado de forma extraordinaria: la expedición museológica. En esta comunicación presentamos la iniciativa y, con ella, las pequeñas conquistas hasta ahora conseguidas entre los museos que desean abrazar la memoria para construir un presente mejor.

P07 – Proximidade e distância

Coordenadores: André Nóvoa (University of London – UK); Luís Bernardo (Humboldt-Universität zu Berlin – DE)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: A1.10, Reitoria/Geociências

Moderador: André Nóvoa

Debatedor: Luís Bernardo

Este painel propõe explorar duas dimensões geográficas que extravasam em muito a disciplina da geografia: proximidade e distância.

1. Definem-nos enquanto indivíduos. Por exemplo, saber a que a distância nos posicionamos em relação a outros indivíduos – de outras classes sociais, etnias ou género – informa a nossa maneira de estar no mundo, gerando sob nós mesmos certos estigmas ou, por oposição, certas benesses.

2. Definem-nos enquanto comunidades. As proximidades que construímos com outras comunidades são factores-chave na produção social. Muitas vezes constatamos que determinada comunidade gera uma maior proximidade com uma congénere de outro continente do que com uma sua vizinha geográfica. Tal forma de estar no mundo actuar sobre nós de forma incisiva.

3. Definem-nos enquanto nações. Avaliar quão perto nos dispomos em relação a outras nações é um exercício fulcral a nível social. Perceber se queremos e fazemos parte de estruturas supranacionais ou se, por outro lado, trabalhamos na fabricação de isolamentos é decisivo para avaliar o nosso rumo.

4. Definem-nos enquanto culturas. Num mundo globalizado, saber se abraçamos outras “formas de vida” ou se as empurrámos para a obscuridade; saber se aceitamos outras culturas dentro da nossa ou se as negamos são debates chaves do mundo contemporâneo.

Este painel propõe juntar trabalhos que possam contribuir para estes debates, promovendo também uma maior “proximidade” entre a antropologia e a geografia cultural.

Proximidade: uma geosofia crítica

André Nóvoa (University of London – UK)

Esta comunicação servirá como mote introdutório ao painel “Proximidade e distância”. Nela, socorrer-me-ei do conceito de “geosofia crítica” (*critical geosophy*) de Tim Cresswell para explorar a temática da proximidade. Influenciado pelos ensinamentos de John Kirtland Wright, o autor utiliza o termo para se referir a um estudo sistemático de como certos conceitos geográficos estruturam, moldam e desencadeiam o nosso quotidiano e as nossas práticas mundanas. Por exemplo, o autor sugere que determinadas ideologias de mobilidade – a mobilidade é muitas vezes conceptualizada como algo moderno, ligado ao progresso e à liberdade, ao passo que noutras circunstâncias é encarada como um perigo que deve ser estancado – informam de modo decisivo juízes, médicos, gerentes de fábricas, fotógrafos, políticos, advogados, urbanistas, etc. a moldar o mundo em que vivemos.

Creio que devemos pensar de forma semelhante a dimensão geográfica da proximidade. Proponho que reflectamos sobre como a produção de conhecimento sobre proximidade informa e molda a nossa experiência no mundo. Por exemplo, um determinado discurso sobre como a proximidade perante outras etnias é perigoso e pouco saudável interfere nas nossas práticas mundanas, seja para atravessar um passeio na rua ou apanhar um autocarro. Por outro lado, um outro discurso sobre como a proximidade com os congéneres da nossa comunidade é algo benéfico traduz-se num conjunto de práticas quotidianas concretas. Discursos sobre proximidade – e por oposição distância – informam a nossa experiência. Em jeito de introdução, é sobre estes assuntos que me irei debruçar.

O papel da aceleração do tempo na organização espacial pós-moderna

Daniela Ferreira (IGOT-UL)

É frequente ouvirmos falar sobre a relação entre o território e a sociedade e como estes se influenciam mutuamente. No entanto, são poucas as vezes que se juntam a estes dois conceitos o terceiro elemento: a temporalidade. Este estudo pretende assim mostrar como a temporalidade é um dos modeladores do território urbano, alterando as suas espacialidades e contribuindo para o aparecimento de novos ritmos urbanos.

Nas últimas décadas temos assistido, sobretudo nas sociedades ocidentais, a uma aceleração do tempo. Essa aceleração tem vindo a reflectir-se cada vez mais na organização espacial da cidade pós-moderna, na espacialidade dos territórios e, acima de tudo, tem contribuído para alterações nas distâncias-tempo, o que faz com que os ritmos urbanos mudem por completo.

O presente estudo aborda dois dos factores que estão intrinsecamente ligados à aceleração do tempo: as Tecnologias de Informação e Comunicação e o Transporte Rodoviário. Ambos trazem consigo um novo tipo de mobilidade. No primeiro temos a mobilidade electrónica e a nova mobilidade de capitais. Já no segundo, temos uma mobilidade física, associada ao processo de motorização que muitas das cidades têm vindo a assistir.

Será apresentado um caso de estudo que ilustra como é que o consumo do espaço pode mudar com a aceleração do tempo e ainda como este pode alterar os ritmos urbanos.

Pedro Costa e a terra ardida – Quatro filmes crioulos para fixar cinzas que não assentam

Mathilde Neves (FLUP)

Pedro Costa (Lisboa, 1959) tem já uma extensa obra construída a partir da terra misturada de Cabo Verde e Portugal. Tal como Jacques Lemièrre o escreve: “A obra do realizador Pedro Costa, entre outras originalidades e particularidades, apresenta, no cinema português contemporâneo, a absoluta singularidade de operar um percurso entre Portugal e o seu ex-Ímpério, neste caso entre Portugal e Cabo Verde: um percurso circulante, à vez, de Portugal para Cabo Verde e depois de Cabo Verde para Portugal.” O seu trabalho baseou-se nessa circulação, levando a um profundo questionamento de si, do país em que habita, do cinema, que nele dá abrigo/luz a uma comunidade que a contemporaneidade remeteu para o subúrbio.

Em *Casa de lava* (1994), Cabo Verde e cabo-verdianos surgem-nos enquanto espectros de um mundo desolado, que ambiciona “morrer em Sacavém”. *Ossos* (1997) mostra o Cabo Verde que resiste nas imediações de Lisboa. N’*O quarto da Vanda* (2000) vamos assistindo à demolição do bairro das Fontainhas, concentrado em restos de gente que responde pela consumição. Em *Juventude em marcha* (2006), entendemos que próximo e distante, vida e morte, totalidade e ruína são categorias deslizantes, impróprias para o crioulo que os filmes de Costa captam e refractam.

Cinema materialista e despojado, que apresenta os espoliados com uma beleza assombrosa, que nos obriga a permanecer na ombreira de um mundo arruinado e em permanente reapropriação, sendo que aí, nessa geografia íntima, os restos e os cruzamentos são decisivos e é fundamental ir no seu encaicho.

Comer cosmopolita e comer local: proximidade geográfica e distância social nos consumos alimentares

José Sobral (ICS-UL)

Esta comunicação debruça-se sobre a construção de dispositivos de distanciação social, que permitem construir delimitações separando classes que vivem no mesmo espaço geográfico. Esses dispositivos inserem-se no âmbito das práticas de consumo alimentar, entendidas como elemento nuclear dos estilos de vida – ou das maneiras – e, por conseguinte, como um dos meios através dos quais se produzem e reproduzem identificações e barreiras, sejam elas de tipo religioso, étnico-nacional ou de classe. Partindo de fontes arquivísticas e impressas relativas à alta aristocracia lisboeta entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, é possível discernir como a alta cozinha francesa serve, por um lado, para demarcar essa classe do local – a cidade e o estado-nação em que vivem – para, por outro a situar num espaço social transnacional em que se inserem as classes que lhe estão próximas em termos de capital económico, cultural e social. O processo de construção da proximidade social com os mais distantes em termos geográficos é assim, em simultâneo, o processo que assegura a distanciação social face aos que se encontram próximos em termos geográficos, consumidores de uma cozinha menos dispendiosa, assente em recursos locais.

Nesta comunicação privilegiamos uma abordagem no âmbito da antropologia histórica, em que se recolhem contributos oriundos da antropologia, da história e da sociologia da alimentação e da cozinha, da geografia cultural e da sociologia das classes e dos estilos de vida.

Baralha e volta a dar – reflexão sobre práticas e discursos de pertença e mobilidade em São Tomé e Príncipe

Joana Feio (ICS-UL)

São Tomé e Príncipe formou-se enquanto sociedade a partir de uma economia de plantação, baseada no trabalho escravo e de “contratados”, que continuaram a chegar às ilhas em diferentes momentos do século XX. Estes viviam acantonados nas sanzalas das roças – muitos ainda aí vivem – por oposição aos ditos “filhos da terra”, os forros; e aos angolares. Hoje, quase 40 anos após a independência política, várias mudanças estruturais se têm verificado, como as migrações das populações das roças para a cidade e

bairros periféricos, assim como um movimento contrário (embora de pouca dimensão, mas que não deixa de nos interessar) entre forros e angolares com menos recursos que procuram trabalho nas roças; as emigrações e as imigrações; o turismo à escala global; um maior acesso ao ensino; a modificação do mercado de trabalho, surgem-nos como as principais mudanças a ter em conta e que contribuem para redefinições identitárias e estatutárias ao nível pessoal e grupal.

Interessa-nos reflectir, num contexto de mobilidade e mudança, sobre os processos identitários, nas suas variadas dimensões, negociados entre pessoas de diferentes estatutos étnicos (forros, angolares, ex. contratados como cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos e seus descendentes) a partir da observação e análise de práticas [e discursos sobre] de convivência prolongada. Estes são encontros de certo modo inesperados e que vêm colocar em contraponto identificações supostamente mais fixadas, abrindo lugar a processos que nos dão pistas para uma análise mais diacrónica. Propomo-nos cruzar na análise um vasto leque de diferenciações, bem como reflectir sobre a natureza dos próprios lugares onde ocorrem os encontros e convivências.

Em louvor à Assunção: a festa quilombola como espaço de fronteira

Carla Águas (CES-UC)

A palavra fronteira pode explicar o que separa os grupos sociais, mas também o que os une, sendo útil para se pensar sobre as relações culturais: todo ato cultural vive, essencialmente, nas fronteiras (Ribeiro, 2005). Portanto, o foco é retirado dos núcleos estruturantes da sociedade, para concentrar-se nos instáveis espaços intersticiais. Não há culturas puras – tudo se constrói na fronteira.

À luz deste conceito, o objetivo é analisar a celebração em louvor a Nossa Senhora da Assunção, maior festa do quilombo de Conceição das Crioulas – entendendo-se “quilombo” como a designação utilizada no Brasil para grupos sociais negros, com características étnicas, históricas e culturais específicas. A comunidade, situada no Estado de Pernambuco, realiza anualmente a sua grande festa, que inclui o ritual de passagem de testemunho: sob os acordes da banda de pífano, pequenos agrupamentos geograficamente dispersos trocam flores durante os dias de novena, de forma a selar a noção de uma coletividade mais ampla – a comunidade imaginada (Anderson, 1991). Os vínculos com o território, com a ancestralidade e com a alteridade são reafirmados, de forma a recriar performaticamente o quilombo.

P08 – Antropología del bienestar en la vejez

Coordenadores: Felipe Vázquez (Universidad Veracruzana – MX); Verónica Montes de Oca (Universidad Nacional Autónoma de México – MX)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: A1.12, Reitoria/Geociências

Debatedora: Verónica Montes de Oca

Desde la perspectiva de la Antropología del Bienestar, la vejez y el envejecimiento son fenómenos nuevos para la humanidad. En contextos de modernidad es necesario estudiar cómo estos fenómenos se manifiestan en ciertas facetas como: fisiológicas, emocionales, cognitivas, sociológicas, económicas, culturales, espirituales, etc. Lamentablemente en las sociedades latinoamericanas, la vejez y el envejecimiento se vinculan estrechamente con la pobreza, la marginación y la incertidumbre, tanto individual como colectiva, con pocas posibilidades de acceder a lo que se ha llamado calidad de vida. Es por ello que en las ciencias humanas y sociales en México, y en particular la antropología, necesita abordar el bienestar de este segmento de la población, así como la manera en que se va gestando y desarrollando en nuestras sociedades, sus elementos, indicadores objetivos y subjetivos, y su relación con la felicidad, la satisfacción y la calidad de la vida.

La Vejez «Exitosa» en Contextos Indígenas

Laureano Reyes (Universidad Autónoma de Chiapas – MX)

Los estudios antropológicos han puesto especial atención en pueblos indígenas, cuyos ancianos gozan de alto estatus social, y una vez que alcanzan edades avanzadas, éstos reciben un trato preferencial por parte de la familia y la sociedad, respetando sus roles gerontocráticos que los distingue como viejos “principales”. Cuando los hombres y mujeres se distinguen como curanderos, comadronas, oradores, lí-

deres, consejeros, músicos, danzantes, casamenteros, rezadores de cerro, y muchos otros oficios, adquieren relevancia social, y la gente les brinda un respeto como viejos, pudiendo incluirlos como parte del Consejo de Ancianos.

Bienestar y satisfacción con la vida en la vejez avanzada

María Concepción Arroyo (Universidad Juárez del Estado de Durango – MX); María Eugenia Pérez Herrera (Universidad Juárez del Estado de Durango – MX); María Elena Martínez Jiménez (Universidad Juárez del Estado de Durango – MX); Guadalupe Salas (Escuela de Servicio Social – MX)

El tema del envejecimiento y sus implicaciones en lo social, ha sido un punto de análisis en distintos grupos institucionales y de investigación. Particularmente, en la vejez avanzada y la dependencia ocurren una serie de experiencias significativas en las que a pesar de la adversidad surgen elementos subjetivos que abren la posibilidad del bienestar y la satisfacción con la vida, a través de una capacidad de resiliencia. El presente trabajo, contempla resultados de dos experiencias de investigación cualitativa con personas mayores, realizadas en Durango, México. Metodología: estudio cualitativo, en el que a través de las historias de vida, se analizan dimensiones subjetivas y sociales que dan cuenta de cómo las personas de edad avanzada en situación de dependencia física, reconfiguran su identidad mediante la selección de los recuerdos gratificantes de sus vidas, de la espiritualidad y/o religiosidad, y del apoyo de la red familiar y social. En las narrativas, se identificó que alrededor de esta etapa de vida coexisten por una parte, imágenes negativas y estereotipos sociales y por la otra, representaciones de bienestar y satisfacción con la vida. Los resultados se centran en estas últimas dimensiones.

Envejecer «bien» en España: una aproximación antropológica al paradigma del Envejecimiento Activo

Chiara Cerri (Consejo Superior de Investigaciones Científicas – ES)

Actualmente en España el envejecimiento poblacional es percibido principalmente como un problema ligado a la denominada “crisis de los cuidados”. Para solucionar dicho “problema” los poderes públicos han puesto en marcha unos servicios de asistencia, a partir de la Ley 39/2006 de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia, y promueven unas políticas basadas en el paradigma del envejecimiento activo, impulsando el bienestar físico, psíquico y social de las personas para mejorar su calidad de vida a medida que envejecen.

En esta comunicación, para abordar la manera en que se va gestando y desarrollando el bienestar de los más mayores, nos centraremos en la puesta en práctica del paradigma del envejecimiento activo en España, presentando los resultados del trabajo de campo realizado en un Centro de Mayores de Madrid, que para el diseño y la realización de actividades se basa en las directivas *Libro Blanco del Envejecimiento Activo* (2011).

Por un lado veremos que, aunque se intente seguir un modelo de envejecimiento más social, la preocupación principal parece ser “prevenir” la discapacidad y la dependencia del cuerpo “orgánico” viejo, de allí la importancia dada a las actividades físicas.

Por otro lado, mostraremos como, para promover el bienestar de los más mayores, se está dando lugar a un “ocio institucionalizado” y a una idea de vejez basada más en el «hacer» que en el «ser», en el que los mayores tienen que “entrar” si quieren envejecer bien y tener acceso a la vida “normalizada”.

Hacia una propuesta práctica al envejecer

Felipe Vázquez (Universidad Veracruzana – MX)

En este trabajo intento proponer la construcción de espacios de empoderamiento que ayuden a contrarrestar la poca efectividad de las políticas públicas, impulsando acciones que contribuyan a un mayor bienestar personal y al apoyo solidario de la familia y de la comunidad, para satisfacer nuestras necesidades más esenciales.

Afirmo que cada persona necesita construir su propio entorno de relaciones y recursos que le permitan realizar la existencia deseada. El trabajo se encamina hacia la construcción de espacios autónomos controlados, como espacios de empoderamiento. Estos espacios pueden ser físicos, imaginados o vívidos, lugares donde se despliega la experiencia individual y colectiva cargada de sentidos, historia y significación; lo que permite una continua identificación de expresiones, pensamientos, prácticas, estilos de vida y sentido de pertenencia entre quienes interaccionan en ellos. Mi propuesta es que nosotros podemos convertir cada espacio autónomo controlado en un espacio de resistencia y empoderamiento mediante el cual se pueda visualizar una cultura de la vejez más viable, capaz de reeditar las experiencias y el significado que hemos dado a nuestras vidas en una nueva historia.

Envelhecimento e Sentido de Lugar: uma perspetiva tempo-espacial

Daniel Paiva (UL)

A investigação conduzida, inserida no projeto de investigação CHRONOTOPE – Time-space Planning for Resilient Cities, financiado pela FCT e parte da rede Urban-Net, debruça-se sobre as temporalidades e espacialidades do quotidiano dos idosos em espaço urbano.

Alguns autores têm sugerido nos últimos anos que, à medida que a capacidade física diminui na idade idosa, os obstáculos no espaço público aumentam e são mais difíceis de ultrapassar. Existe também a noção generalizada de que se verifica uma diminuição progressiva da rede social e do espaço vivido em idades avançadas. Estes constrangimentos sobre a experiência geográfica na sua modalidade mais física, no entanto, não impedem uma relação profunda com o lugar e a sua comunidade. Assim, este estudo tem o objetivo de compreender como o encurtar da experiência tempo-espacial se relaciona com a criação de laços afetivos intensos com os lugares e as suas comunidades na idade idosa.

A investigação foi realizada na freguesia da Ameixoeira em Lisboa. Este local é característico pela sua posição periférica na cidade, delimitado por vias de acesso automóvel e acidentes geográficos, e pelo *mix* social que compõe a sua população. Foram realizadas 25 entrevistas profundas semi-estruturadas com idosos com idades entre os 60 e os 88 anos. Os resultados permitem concluir como o sentido de lugar e de comunidade é mais valorizado entre idosos com capacidades físicas reduzidas.

P09 – Dimensões etnográficas do sistema financeiro

Coordenador: Fernando Ampudia de Haro (Universidade Europeia / CIES-IUL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: A1.12, Reitoria/Geociências

O sistema financeiro é uma extensa rede global integrada por governos, reguladores e corporações privadas. Neste sistema o dinheiro adquire a forma de activos financeiros transaccionados ao longo do planeta. Mas, o mercado em singular, próprio das perspectivas economicistas, é também mercados no plural; mercados como instituições enquadradas num contexto social e integradas por actores, práticas e significados culturais que vão além do “puramente económico”. Partindo de uma visão dos mercados como elementos inseridos nos padrões de organização social e de significação cultural, o painel tem um objetivo fundamental:

Pretende-se reunir contribuições que analisem a conduta financeira na sua ligação a uma ampla variedade de comportamentos, instituições e crenças sociais, políticas, rituais e culturais. Neste sentido, apela-se à apresentação de comunicações que versem preferencial mas não exclusivamente sobre algumas das áreas seguintes: etnografias em instituições financeiras; concepções das finanças e das culturas financeiras; materialidade e corporeidade nas práticas financeiras; práticas quotidianas no espaço profissional das finanças; aprendizagem, socialização e transmissão do conhecimento financeiro; crédito e relações de poder; literacia e iliteracia financeiras ou auto/hétero-representações culturais dos mercados financeiros.

Construcción subjetiva para el lucro: un estudio de caso en el contexto de las prácticas de una institución bancaria

Ximena Zabala (Universidad Alberto Hurtado – CL)

Estudios etnográficos han descrito el espacio de relaciones de los traders como un espacio marcado por el interés económico, la competencia y los códigos masculinos. Nuestro trabajo etnográfico en instituciones bancarias chilenas, confirman estos hallazgos. Mas allá de estos resultados, nos interesa dar cuenta de los modos de subjetivación en este espacio de relaciones. Tomando nuestra etnografía, seleccionamos el caso de un sujeto, no solo porque éste nos permitiera observar su recorrido singular sino porque también, a partir de su caso pudimos levantar descripciones acerca de las prácticas institucionales en este medio y deducir cómo dichas prácticas inciden en los comportamientos, en los modos de subjetivación de los sujetos implicados.

Una de estas practicas refiere a los incentivos. Cuando la repartición de estos no es transparente ni equitativa, aparece el descontento, pero también la figura del privilegiado. Aumenta la competencia entre los sujetos. Sin saber a qué atenerse respecto de la autoridad, los sujetos desarrollan estrategias de mostración buscando reconocimiento, lo cual termina siendo funcional a los fines lucrativos institucionales.

Otro aspecto refiere al manejo de la deuda simbólica dentro de una perspectiva institucional economicista. En medio de incesante posibilidad de ganar o perder, existen dispositivos institucionales que permite administrar los efectos subjetivos que las pérdidas producen en los sujetos volviéndolos performantes. La estrecha relación con el jefe permite desmentir todo temor o culpa, mediante la confesión del error. Además del manejo de la prohibición, el jefe incita al riesgo a través de la ampliación de los márgenes de apuesta.

Falência e estigma numa sociedade anómica

Catarina Frade (FEUC)

No livro *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, de 1963, Goffman refere-se ao estigma como o processo pelo qual a reacção dos outros a um determinado traço (físico, de carácter ou de cultura) impede uma pessoa de construir uma identidade social normal.

Historicamente, a falência foi sempre objecto de juízos desfavoráveis e de punições severas. Aviltamentos e sevícias foram práticas reiteradas contra os falidos, impostas e sancionadas tanto pela lei como pela moral. O falido foi sempre estigmatizado, encarado como um ser não confiável, desonesto, até um criminoso.

Esse estigma social ligado aos falidos foi aproveitado para controlar o recurso ao crédito excessivo e ajudou a reforçar a coercibilidade de vários dispositivos legais, com destaque para o princípio jurídico da *pacta sunt servanda* (as convenções são para se honrar) e desincentivou por muito tempo o recurso ao processo de falência.

Este estado de coisas parece ter-se alterado. Em 2010, o número de falências individuais em Portugal disparou. Em 2011, ultrapassou pela primeira vez o de empresas. Neste cenário é lícito questionar em que termos se poderá falar de uma diminuição do estigma associado à falência e quais os efeitos disruptivos que tal poderá ter na sua faceta de controlo legal e social. Esse questionamento far-se-á no contexto mais vasto da discussão sobre um estado de anomia que se crê estar a instalar-se na sociedade portuguesa.

“Upselling”: A case study of an everyday deceitful financial practice

Mauro Rodrigues (IELT/ FCSH-UNL)

Within a crisis context, “upselling,” as a case study of a particular practice of an English foreign exchange multinational corporation, enlightens one about the financial ethos anthropologically. I encountered this practice while residing in Denmark, having been myself a “native” cashier from 2007 to 2009, and I have been taking it obsessively as my research topic ever since. “Upselling” is both a unique and mandatory practice and its goal is to maximize profit in every buying transaction done with every single one of its customers, which, furthermore, is not to be spoken of to no one, ever. It is, nevertheless, a common topic of conversation among the workforce. The majority of the international cashier workforce of the corporation in Denmark is constituted of foreigners, with a few so-called *andengenerationsindvandrere* (second-generation of immigrants); moreover, there is a general unhappiness concerning this employment, to the point of being actually a hated one. Drawing from fieldwork with my former colleagues, the interviewed cashiers blatantly perceive “upselling” as a cheating practice: it deceives customers – contrasting sharply with the corporation’s discourse. It will be described how this practice is performed. Furthermore, customers often complain about this particular transaction and it has dreadful consequences: insults, curses, spits and punches towards the cashiers on the other side of the bulletproof glass, some material damage, and it even ends sometimes extremely with the local police being called, either by the customers or the cashiers’ themselves, to the bureaux de change too.

Imitação, Conversação e Metafísica: A reforma do sistema financeiro mundial sob uma óptica antropológica

Daniel Seabra Lopes (SOCIUS / ISEG-UTL)

A crise de 2007-2008 trouxe consigo a urgência de uma ampla reforma do sistema financeiro. Desde então, novas instituições foram criadas – como o Financial Stability Board (sob os auspícios do G20) ou as novas Autoridades de Supervisão Europeia (impulsionadas pela Comissão e pelo Conselho Europeus) –, assim como todo um conjunto de acordos, regulamentos, standards e linhas orientadoras de âmbito internacional. Esta comunicação propõe-se olhar para estes processos de reforma financeira a partir de três ideias complementares: 1) uma ideia de continuidade institucional, segundo a qual aquilo que é apresentado como ‘novo’ nos aparece como um prolongamento ou mesmo como um reforço de estruturas já existentes, tendo

a sua inspiração no conceito de ‘imitação’ avançado por Tarde, assim como na distinção entre ‘mudança contínua’ e ‘mudança descontínua’ proposta por Arrighi; 2) uma ideia de discussão formal pública entre as partes interessadas, tomando como exemplo empírico o caso da remodelação da LIBOR e de outros índices financeiros, e que conduzirá a uma apreciação da sugestão de Maurer sobre o dinheiro como uma espécie de guião cinematográfico onde o fim já é conhecido e o que verdadeiramente conta é o modo como ele é encenado, discutido, comentado; e 3) uma ideia de metafísica, inspirada no filósofo R. G. Collingwood, destinada a sublinhar aquilo que, num contexto de mudança contínua assente em conversações formais envolvendo diversos parceiros, raramente entra em discussão – e que é o dinheiro propriamente dito – ou o dinheiro enquanto conceito, sinal, símbolo, ficção – numa palavra, o dinheiro enquanto realidade antropológica.

A produção do homo economicus numa sala de mercados: para uma etnografia dos mercados financeiros

Alexandre Silva; Mariana Santos (ISCTE)

Esta apresentação analisa a pertinência de uma abordagem etnográfica aos mercados financeiros e esboça um modelo analítico a partir de uma revisão de etnografias nos mercados financeiros. Na literatura que mais tem analisado os mercados financeiros – os estudos sociais da finança – de orientação próxima da Teoria do Actor-Rede, a pesquisa etnográfica é usada em contextos financeiros, enquanto estratégia de observação dos processos de cálculo, de constituição e reprodução de racionalidades financeiras. Através destas novas etnografias tem-se mostrado, com recurso à noção de dispositivo socio-técnico, como o *homo economicus* e as suas interações de mercado conformes à teoria financeira emergem da organização sociotécnica e socio-funcional dos locais de trabalho do sector financeiro. Embora dando conta das forças materiais envolvidas na produção dos mercados financeiros, estas análises focam pouco as suas dimensões culturais e subjectividades. Assim, o modelo etnográfico aqui ensaiado coloca a seguinte pergunta: como se faz – na sala de mercados – um *homo economicus*? Um tal modelo incluirá ferramentas analíticas que dêem conta das seguintes dimensões: racionalidades económicas, figuras culturais e corporalidades na sala de mercados (p. ex. relações de género), ligação entre as diferentes esferas da vida dos agentes desses mercados – o trabalho nos mercados e as suas racionalidades específicas em relação com as suas visões acerca do mundo noutros contextos.

Os planos nacionais de literacia financeira: educar ou responsabilizar o consumidor?

Ana Santos (CES-UC)

A crise financeira quebrou, parcialmente, a confiança depositada na capacidade de auto-regulação dos mercados, assim como na capacidade de decisão racional e informada dos consumidores, reconhecendo-se a necessidade de reforçar a regulação do sector financeiro. Com os níveis de sobreendividamento das famílias a serem apontados como uma das causas da crise, assistiu-se a uma renovada aposta em iniciativas de educação financeira. Embora tenham o mérito de reconhecer a complexidade das decisões financeiras, a relevância destas iniciativas fica seriamente comprometida pelo que se conhece acerca do comportamento e pela importância do contexto socioeconómico sobre a situação das famílias. A partir da análise do enquadramento e dos argumentos apresentados em defesa destas iniciativas, constata-se que esta aposta faz parte de uma política mais ampla de promoção da intermediação financeira. Associada à retração da provisão pública, novos mercados financeiros têm sido promovidos, nomeadamente no âmbito dos planos privados de reforma. Os mercados surgem assim como o melhor dispositivo de provisão de bens a indivíduos crescentemente responsabilizados pelas suas decisões nas mais diversas esferas da vida. Mas esta aposta não visa só a constituição do consumidor autónomo, capaz de prover as suas necessidades. Pretende também formar o consumidor-supervisor, capaz de monitorizar as instituições financeiras, e assim promover a concorrência de mercado, obviando a necessidade de intervenção do próprio regulador. Conclui-se que a actual crise financeira não conduz a um significativo reforço da regulação. Pelo contrário, a crise é hoje percebida como oportunidade para a expansão dos mercados financeiros na vida social.

Bancarrota, racionalidade neoliberal e literacia financeira em Portugal

Fernando Ampudia de Haro (Universidade Europeia / CIES-IUL)

A comunicação analisa a definição da bancarrota como um problema social de natureza simultaneamente colectiva e individual. Essa definição baseia-se numa modalidade de racionalidade política específica, a

partir da qual, são implementadas um conjunto de medidas encaminhadas à autocorreção da conduta financeira da população mediante programas de literacia financeira. Como tal, estuda-se a continuidade argumentativa que vai desde a insolvência do Estado até à das famílias (e vice-versa) e o seu ajuste aos programas que visam a responsabilização financeira dos indivíduos. Em termos teóricos, a comunicação apoia-se numa dupla articulação entre pressupostos clássicos do construtivismo social e as contribuições de inspiração foucaultiana que fazem parte das análises da governamentalidade. Em termos empíricos, a) a definição social da bancarrota é reconstruída com recurso a notícias da imprensa, rádio e televisão durante o período 2009-2012, nas quais um conjunto privilegiado de actores sociais em função da sua perícia técnica e/ou posição política, têm assumido um protagonismo fundamental na objectivação da bancarrota portuguesa, quer ao nível do Estado, quer ao nível das famílias. b) A racionalidade política que subjaz a essa definição, assim como o regime de práticas inspiradas nela, serão abordados através da documentação oficial produzida pelo Estado português sobre o Plano Nacional de Formação Financeira.

P10 – Experiências coloniais e seus legados: entre corpos, poderes e subjetividades

Coordenadores: Cristina Valentim (CES-UC / CRIA-UC / GAIEPC); Fabrício Rocha (CES-UC)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 2, Reitoria/Geociências

A expansão marítima europeia e os colonialismos subsequentes instituíram a naturalização da diferença como desigualdade e inferioridade para legitimar formas de dominação/exploração sobre outras pessoas e outros conhecimentos. As categorizações epistémicas/raciais/sexistas da modernidade ocidental elaboradas de forma a denominar para dominar, tiveram no corpo o lugar privilegiado do exercício do poder. Perante a visão mecanicista cartesiana, que concebia o corpo como recetáculo da alma, a contribuição do antropólogo Marcel Mauss na década de 1930 foi decisiva nas ciências sociais e humanas para se entender o corpo enquanto um mediador de excelência entre conhecimento e experiência, indivíduo e sociedade. Sendo o corpo um veículo de expressão de intencionalidades, fronteiras, hierarquias, exclusões e inclusões sociais, no fundo, de identidades, a performatividade e a corporalidade são instrumentos de poder que tanto servem propósitos de dominação como de oposição.

Se os colonialismos e as colonialidades, e seus legados, são dimensões complexas e contraditórias aliçadas na subjetividade, torna-se necessário problematizar os debates pós-coloniais que, na esteira de Foucault e Said, se concentram na desconstrução do discurso e da representação. Para tanto, as contribuições teóricas e metodológicas da antropologia contemporânea mostram-se pertinentes na medida em que partem de materiais etnográficos específicos numa visão crítica e comparativa que agrega experiências locais a processos globais. Isto permite inquirir as materialidades dos processos de atribuição de significado, nomeadamente a inscrição nos corpos de formas coloniais de opressão como também os mecanismos que, no plano intersubjetivo do quotidiano e através do corpo, atuam como expressões de poder contra-hegemónico.

Caras Angola: o lugar da tez, do fenótipo e da corporeidade nas relações sociais contemporâneas

Mbuta Zavua (Universidade de São Paulo – BR)

O escravismo-colonialismo português enquanto sistema ideológico naturalizou diversas formas de discriminações e desigualdades, pautadas numa classificação e hierarquização de pessoas e grupos sociais. Baseado na tez, no fenótipo e na corporeidade, salvaguardando os status quo branco (positivo) e preto (negativo). Nosso ensaio versa sobre as corporeidades enquanto série de práticas sociais portadoras de culturas, visto que toda relação com o corpo é efeito da construção social. A sociedade é aqui analisada por meio das clivagens de identificação, veiculadas na revista *Caras Angola*, que com base nos sistemas modelizantes de signos e nos códigos culturais geram a linguagem da angolanidade (significação, máxima de se ser angolano). É por meio da análise dos sinais diacríticos, totalidades não contínuas, símbolos e códigos que estabelecem poderosas fronteiras e disposições hierárquicas, que isolamos noções abstratas encadeadas em proposições em torno da cor da pele: a base onde se exibem dados essenciais de múltiplas ordens – biológicos, psicológicos, culturais, psicanalíticos –, fazendo do corpo a base do psiquismo indi-

vidual e o lugar de troca com o outro e com a cultura. Em conjunto com o fenótipo, a cultura constitui-se num sinal facilmente reconhecível da identidade, que pelas suas funções táteis se traduz na linguagem e valor. Porém, a angolanidade enquanto etnicidade encara as etnicidades extremadas, os “tribalisismos”, como empecilhos à constituição de uma nação moderna.

Corpos Visíveis: Tradição, Modernidade e Folclore na Lunda, Angola (1940-1970)

Cristina Valentim (CES-UC / CRIA-UC / GAIEPC)

Em contextos coloniais não ocidentais, as relações que a administração colonial estabeleceu com as populações nativas passaram, em grande medida, por processos de apropriação das culturas autóctones através do levantamento etnográfico das suas expressões culturais classificadas como ‘tradicionalistas’. Se nas metrópoles a construção moderna do Outro se fez como ‘Povo’, no Império essa construção passou pela classificação científica do Outro como ‘Primitivo’, aliando as categorias de ‘raça’, ‘etnia’ e ‘tribo’ à noção de ‘popular’ alicerçada na ideia de ‘tradição’ – vista como primordialidade, antiguidade e autenticidade em oposição à ‘modernidade’. Esses processos ocorreram precisamente no contexto colonial português em Angola, na Lunda, no âmbito da Diamang (Companhia de Diamantes de Angola) entre as décadas de 1940 e 1970. Entre outras iniciativas, a Diamang criou as Festas Folclóricas animadas pelos Grupos Folclóricos Indígenas.

Partindo dessas experiências, e analisando materiais de arquivo entre 1940 e 1950, esta comunicação propõe identificar e problematizar as complexas formas pelas quais o corpo – o vestuário, as danças e a música – se constituiu como uma ferramenta performativa e identitária. Essa pesquisa revela também algumas das fragilidades da dominação colonial, o que permite refletir sobre a participação ativa do Outro na construção de uma autoridade colonial não absoluta e antes negociada no terreno entre vários sujeitos.

Corpos Confinados: Memória e etnografia de uma Leprosaria em África

Luís Costa (UC)

A Leprosaria de Cumura é o ponto de confluência de múltiplas histórias de vida traçadas pela Lepra. Um espaço biomédico de referência na África Ocidental na actualidade, cuja origem remonta ao tempo colonial da Guiné Portuguesa. A Lepra emergiu como uma preocupação para a administração colonial, sendo criado um hospital para receber e tratar doentes, na zona de Cumura, a 14 km de Bissau. A decisão da sua criação surge, em 1945, na sequência das comemorações do V Centenário da descoberta da Guiné pelos portugueses. Inicialmente um espaço de reclusão e confinamento do Outro para tratamento sob autoridade do Estado, passa depois a existir dentro do contexto assistência de saúde missionária, a cargo de frades Franciscanos, da Província de Veneza, em ambos os casos enquadrada numa biopolítica e estratégia de contenção da doença. A história desta instituição, ilustrada pela construção de uma etnografia, cruza-se com a Aldeia que acolhe os Ex-Leprosos, construída nas imediações da leprosaria, para acolher os doentes impossibilitados de se reintegrarem nas suas aldeias/ famílias. A Aldeia dos Ex-Doentes, assegura a continuidade na protecção perante o estigma social, ou proporciona o ponto para ancorar a vida e viver na protecção da missão franciscana, na sequência das deformidades e mutilações. Cumura, outrora o local maldito, o local infecto, o espaço do confinamento da doença, é hoje um espaço aberto às velhas e novas lepras (sida e tuberculose), funcionando como um importante elemento de apoio no débil sistema de saúde da Guiné-Bissau.

A dança das labás no Ilê Axé Iyá Nassô Oká

Elizabeth Rodrigues Hoisel (Universidade Federal da Bahia – BR)

A dança no candomblé possui uma eficácia reparadora nas condições históricas vividas pelos descendentes de africanos no Brasil. Embora seus princípios sejam negligenciados na sociedade mais ampla, essas danças concebem um corpo consagrado ao mundo e a manifestação da divindade em um sujeito consciente de uma interrelação com a natureza para lidar com o cotidiano. Através de um estudo no Ilê Axé Iyá Nassô Oká, vemos que as danças sagradas formam um sistema de comunicação estereotipado enquanto uma dramatização acabada, mas que inclui interpretações traduzindo situações e ocorrências novas, às quais dão sentido pela aplicação de um modelo mítico. Compreendemos como as danças das labás, neste contexto, evocam os domínios socialmente conhecidos por simbolizar os diferentes estados ou qualidades de gênero, entre os fenómenos da vida e da morte, assim como os poderes historicamente conquistados. Queremos explorar como através da dança de candomblé e a partir de uma sólida formação em um rico

sistema de valores e técnicas corporais, crianças e jovens organizam significados, sentimentos e encontram propósito. A dança é um instrumento poderoso na fundação da ideologia nacionalista ou transnacionalista, nesse sentido, refletir como se inscrevem no corpo as histórias da nação, a exotização, a feiticização; como nessas situações de ambivalência se reconfigura a identidade no processo de mercantilização.

Embraguez, Memória Emocional e Etnicidade: Reflexões sobre uma Etnografia

Marcos Messeder (Universidade do Estado da Bahia – BR)

A população que nós estudamos habita a costa noroeste do Estado do Ceará. Os Tremembé são reconhecidos oficialmente como população indígena pelo Estado brasileiro e têm um território identificado, mas não ainda demarcado, tendo em vista contestações de ocupantes. Todo conflito está aí, no reconhecimento social e cultural da existência atual dos Tremembé. Um quadro ambíguo e tenso organiza a vida social e política local. Esta população vive espalhada em várias localidades do município de Itarema, situado a cerca de 260 km da capital do Estado, Fortaleza. Uma parte considerável das famílias identificadas como sendo Tremembé habitam não muito distante do distrito de Almofala e seus entornos. Almofala, digamos de passagem, é onde se situa a igreja construída no século XVIII como marco da missão religiosa que catequizou os Tremembé. A dispersão e fragmentação atual resultam de um longo processo histórico feito de oscilações e ambigüidades.

O movimento que se realiza do desprezo social e cultural ao reconhecimento viabiliza todo um conjunto de reelaborações, dentre as quais a significação da relação à bebida e à embraguez. Neste contexto marginalidade e alteridade são componentes fundamentais da trama de consumo. Quais são as assimilações simbólicas possíveis das experiências de alcoolização neste quadro? Um ritual de alcoolização coletiva em um contexto de forte discriminação pode se tornar uma rica fonte de ressignificação da experiência étnica e da reflexividade subjetiva e coletiva. São estas questões que nos propomos examinar nesta comunicação, tomando como foco também a nossa própria experiência etnográfica.

O apelo discursivo no uso da imagem nordestina de faminto: da sua institucionalização no Programa de Merenda Escolar à edificante Tecnologia de Governo no Brasil contemporâneo

Cora Corinta Oliveira (Universidade do Estado da Bahia – BR)

O presente ensaio retoma a trajetória da pesquisadora e autora no estudo do discurso de fome no Brasil. Para tanto ela irá pressupor que as condições de produção do dito a fome brasileira termina por reduzir o Outro – o suposto faminto – ao seu próprio estômago; instituindo daí uma imagem de faminto distanciada da possibilidade de empoderar-se de um poder político, de decisões sobre a condução da construção da cidadania brasileira. A ideia imagética de faminto descritas em palavras estaria sendo produzidas a partir dos anos 30 no paralelo da “descoberta da fome” pelo médico nutrólogo Josuel de Castro e oportunizada para os dias de hoje pela mídia jornalística e televisiva. A “fome brasileira” enquanto uma categoria totalizadora logrou-se capaz de abarcar em si os possíveis conceitos de desigualdades sociais operantes no Brasil, tornando-se hegemônica no discurso político governamental quando afirma que é a fome o mal maior em nosso país. Refletir sobre o sentido do dito “combate a fome brasileira” é o que se deseja neste ensaio de forma a sugerir pistas para a discussão sobre a violência institucional e seus desdobramentos nas relações sociais, particularmente quando se enfrenta as péssimas condições das escolas públicas das séries iniciais, e os altos índices de “criminalidade” praticada por crianças e jovens no Brasil.

A criminalização da luta dos movimentos sociais: O caso do MST

Cristiane Reis (Instituto Superior Bissaya Barreto)

Há, no Brasil, igualmente na América Latina, diversos movimentos sociais agrários. Utilizaremos como unidade de análise o Movimento dos Sem-Terra (MST), por ser um dos movimentos brasileiros de maior expressão nacional, com repercussão, inclusivamente, internacional.

O processo de criminalização dos movimentos sociais, rurais e urbanos, é fenômeno mundial, mas na América Latina esse viés é forte e violento, criminalizando as ações reivindicatórias, desmobilizando os líderes com prisões, ameaças e mortes. A América Latina se forma por meio da exploração de seus recursos naturais, destruição das populações indígenas locais, escravização das populações negras e exploração do trabalho do camponês, criando situações de grande injustiça e profunda destruição cultural, trazendo em si uma conflitividade conformada e orquestrada pelo processo colonial experimentado.

Devemos ter em mente que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade do poder, conforme dita Quijano.

No dizer de Foucault, os suplícios recaíam sobre os corpos dos condenados. A pena privativa de liberdade, sobre a alma. O aprisionamento tornou-se um instrumento de controle sobre o que os indivíduos, tidos como criminosos, poderiam fazer. Neste sentido, o infrator é lançado contra toda a sociedade, sendo visto como um inimigo comum a ser abatido e eliminado. Tal identificação foucaultiana já abria as portas à teoria dos direito penal do inimigo, de Günther Jakobs.

Os movimentos sociais são parte da estrutura do Estado Democrático de Direito, mas são vistos e apontados como violadores do mesmo e suas ações são criminalizadas. Assim, o que se pretende demonstrar são os discursos criminalizatórios da luta de um movimento social, de modo a territorializá-los e fixá-los ainda mais na situação de não-cidadania, pois onde falta Estado Social extrapola-se em Estado Penal.

Apanjaht: o compromisso surinamês com a democracia

Maria Stela Campos França (Universidade do Estado de Mato Grosso – BR)

A complexidade das sociedades caribenhas, que está expressa na heterogeneidade cultural, racial, das línguas faladas, na historicidade e experiência pós-colonial, é lugar privilegiado para a reflexão da tradição teórica da antropologia. Consideradas como fronteira aberta da antropologia cultural (TROUILLOT, 1992) incitou a antropologia caribenha a construir uma perspectiva própria a fim de apreender as especificidades da região. Com predominância não-branca, dado o grande contingente de migrantes africanos escravizados e dos trabalhadores asiáticos contratados, não se constituíam como um lugar ocidental ou sociedades nativas de nenhum contato ou pré-contato, premissas sob as quais a antropologia havia construído seu corpo teórico. Denominadas sociedades de fronteira, em múltiplos sentidos, sociedades caribenhas revelam-se como lugares de liberdade, nos quais estando à margem econômica, política e social, criam sob perspectivas próprias, estratégias para articular diferenças culturais, étnicas, raciais, religiosas e políticas. Esta pesquisa, realizada no Suriname, focaliza o apanjaht, uma ideologia que fundamentou a construção de modelos para as práticas democráticas e a organização social do país legitimando, simbolicamente, a organização do poder político e a formação identitária dos diferentes grupos culturais. A ideologia apanjaht tem como princípio orientador o direito de ser e o dever de reconhecer o outro na diferença. Revela o compromisso surinamês com a democracia: agrega a diversidade sem fusioná-la e assume as tensões internas decorrentes da coexistência das diferenças. Neste sentido, este trabalho levanta a possibilidade do Suriname estar se constituindo como uma nação plural imaginada, na qual a agregação nacional se legitima pelo e no reconhecimento das diferenças culturais.

Políticas de acción afirmativa y estrategias de distinción entre sujetos estigmatizados en Francia

Nuria Alvarez Agüi (Universidad Complutense de Madrid – ES)

Francia ha sido un país receptor de inmigración durante décadas, pero hasta muy recientemente evitó cualquier política de discriminación positiva. En su lugar se establecieron diversos instrumentos para proveer de recursos suplementarios a las zonas urbanas más desfavorecidas (Wiewiorka y Ohana 2001, Donzelot 2006).

Sin embargo, el último gobierno conservador (2007-2012) promovió un conjunto de iniciativas de discriminación positiva hacia las minorías raciales y los habitantes de los barrios de alojamientos sociales. Estas medidas, dirigidas a premiar “la excelencia”, han tenido un número muy reducido de beneficiarios pero importantes funciones simbólicas. En un contexto de desigualdad y discriminación racial (Fassin 2009), la distinción entre “buenos” y “malos” permitió trazar una frontera moral dentro del grupo estigmatizado. Sus miembros fueron así obligados a demostrar su condición de buenos ciudadanos para evitar ser identificados con el estereotipo.

El trabajo de campo etnográfico permite conocer mejor la internalización de este discurso por jóvenes de los barrios de alojamientos sociales y de origen no europeo. Ante las llamadas del gobierno a los jóvenes a “evitar la victimismo”, muchos jóvenes pertenecientes al grupo estigmatizado tendían a rechazar a aquellos que simbolizan mejor a sus ojos el estereotipo racial. Estas “estrategias de distinción” podían apreciarse en sus conversaciones cotidianas.

Referencias:

- Fassin, Didier y Fassin, Eric (dir.) (2009): *De la question sociale à la question raciale?* Paris: La Découverte.
Donzelot, Jacques (2006): *Quand la ville se défait*. Paris: Editions du Seuil.
Wiewiorka, Michel (dir.) (2001): *La différence culturelle. Une reformulation des débats*. Paris: Balland.

Identities in Performance: Memory of a queer cinematography from the producer CineGround in the Years of 1970 in Portugal

Mariana Santos (ISCTE)

Problemática:

Filmes: produtores de identidade?

Relação entre teatralidade e expressão das identidades LGBT

– Revelação/produção de conhecimento sobre género na sociedade portuguesa pós-25 de Abril

I Género:

a) Teoria de género universal/ contexto sociopolítico nacional

b) Género institucional/Biopolítica/ Categorização – normatividade/ naturalização do género é um dos motores de organização das sociedades humanas

c) Identidades LGBT- ‘disruptivas’ – identidade como lugar de acção política

II Performance:

a) Teoria *Queer* e ‘performatividade de género’ – discurso de poder pois define os limites da ‘normalidade’ e da ‘alteridade’ – género ‘faz-se’ e ‘aprende-se’ (Judith Butler)

b) Transformismo/Travesti /cross-dressing – obriga o espectador a uma ‘reinterpretação da realidade’

c) Performance no meio artístico: produção de identidades resistentes à normalização/ afirmação da diferença cultural/ protesto social – motivação artística/ lúdica com resultado político

III Espacialidade e temporalidade

a) Teatro e cinema – ‘fórum público’ – ‘performance torna-se no meio para a discussão de dilemas morais e para a mudança cultural e social’ – teatro travesti desafia a ‘liminaridade social’ (Judith Halberstam)

Temporalidade – ‘vivência’ de identidades que não obedece à organização do ‘tempo capitalista’ (lógica de produção/ reprodução) – ‘geografias de resistência’

Metodologia:

Objecto de estudo: Filmes produzidos no âmbito da CineGround (1975-1978)

a) Visualização de filmes e consulta de materiais da imprensa (Arquivo Queer Lisboa / ANIM – Cinemateca Portuguesa)

b) Entrevista com intervenientes por foto-elicitação – proposta de visualização conjunta dos filmes com realizador e actores (evocação de memória e narrativa)

c) Entrevista com personalidades do meio artístico da época (cinema, teatro): balanço sobre a ‘vivência’ das identidades LGBT na sociedade portuguesa de ‘então e agora’

P11 – A antropologização do turismo e a turistificação da antropologia

Coordenador: Xerardo Pereiro (UTAD)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.11, Reitoria/Geociências

Moderador: Agustín Santana

Debatedor: Roque Pinto da Silva Santos (Universidade Estadual de Santa Cruz – BR)

Pretendemos neste encontro analisar as convergências, sinergias e divergências entre antropologia e turismo, focando a atenção nos papéis e exemplos profissionais dos antropólogos do turismo em Portugal, Espanha, Brasil e outros contextos. Se antes se verificava uma relação distante e desconfiada entre antropologia e turismo, hoje em dia, os antropólogos participam cada vez mais numa antropologia do turismo enquanto o mesmo objecto de estudo impregna, em termos gerais, a própria disciplina antropológica. Tal é assim, que é estranho encontrar num território não afectado, uma ou outra forma pelo sistema turístico, ou os múltiplos problemas abordados interferidos por variáveis que implicam o consumo e o movimento ocioso das pessoas. Se a antropologia começou por ser crítica com o turismo, hoje encontra-se implicada e aplicada em minorar os efeitos não desejados provocados pelos desenvolvimentos e pela implantação de produtos turísticos, existindo já uma inserção da antropologia do turismo na mercadologia turística (análise e intervenção nos mercados turísticos). Desta forma, o turismo, inspira e desafia a antropologia, do mesmo modo que turistifica os seus objectos.

Propomos como objectivo deste encontro a análise da produção de conhecimentos sobre a turistificação da antropologia (as adaptações metodológicas e epistemológicas ao objecto de estudo por parte da dis-

ciplina) e a antropologização do turismo a partir de uma pluralidade de objectos, métodos, teorias e práticas profissionais.

Enredos Identitarios: antropólogos y turistas

Alfredo Francesch (Universidad Nacional de Educación a Distancia – ES)

La aparición de la antropología del turismo hace pocas décadas y el surgimiento de la antropología post-moderna han hecho casi inevitable la reflexión en torno a las identidades de turistas y antropólogos, sus actividades, sus propósitos. Las semejanzas evidentes se ponen en juego y se mencionan las prácticas de viaje, la identidad cultural, los elementos lúdicos, la búsqueda de datos, la producción de registros (fotográficos, escritos, etc.), su peculiar estatus en las comunidades visitadas, e incluso su rol neocolonialista. Aquí trataré de resaltar sus diferencias o lo impreciso de algunos de estos planteamientos. Se analizarán estos ítems revisando la pertinencia del planteamiento neocolonial, se pondrá en duda que haya criterios válidos y generales de comparación y que, a despecho de apariencias superficiales, sus actividades y conductas presenten similitudes profundas.

El debate sobre la autenticidad en la antropología del turismo

Norma Fuller (Universidad Católica del Perú – PE)

La actividad turística ha sido un campo de interés para la antropología desde la década de los 70. Desde ese entonces, la literatura sobre el tema ha proliferado y se ha desarrollado un corpus teórico importante. Existe un debate intenso dentro de la antropología del turismo sobre las consecuencias de que las expresiones culturales se conviertan en artículos de consumo. En un primer momento los antropólogos denunciaron los efectos negativos de su comercialización y espectacularización. Sin embargo, en la actualidad muchos de ellos han tomado distancia frente a estas posiciones argumentando que tienden a esencializar a las culturas al suponer que existe una versión real o auténtica de las mismas que el turismo dañaría. Dentro de esta línea, se busca superar la dualidad auténtico/inauténtico, verdadero/falso, realidad/espectáculo para centrarse en los juegos de entre los diversos actores implicados en la conversión de manifestaciones culturales en recursos turísticos. Según proponen, lo que está en juego es quién tiene la autoridad para decidir qué manifestación es auténtica. La autenticidad no sería una cualidad inherente a un rasgo o fenómeno cultural. Sería un proceso social, una lucha en la cual intereses en conflicto tratan de imponer su versión de la historia y apropiarse del derecho de representarla. En esta comunicación analizaré dos casos de disputas por la autenticidad que surgieron en el Perú: La fiesta del Carmen en Paucartambo, Cusco, y el ritual de la Ayahuasca, para ilustrar esta temática.

La expansión del turismo y la producción de conocimiento antropológico sobre Andalucía

Javier Hernández-Ramírez (Universidad de Sevilla – ES)

Aunque la antropología del turismo sobre Andalucía es un campo de estudio relativamente joven, las etnografías realizadas hasta ahora muestran cómo se materializa el fenómeno en escenarios concretos. Tras sus inicios en las etapas de turismo fordista – que abordaron el fenómeno en el marco de la teoría de la dependencia – los resultados posteriores han permitido constatar que la conformación de los destinos turísticos no es homogénea, sino que existe diversidad de situaciones y respuestas socioculturales. La verificación de la variabilidad de contextos y procesos ha permitido abordar el escenario turístico como un territorio dinámico y disputado con una perspectiva empírica que supera anteriores aproximaciones apriorísticas. Pero, al mismo tiempo, la expansión territorial del fenómeno y su caleidoscópico efecto sobre la cultura andaluza suscitan nuevas reflexiones antropológicas que desbordan anteriores intereses y enfoques.

En el estudio se analizan los principales temas investigados hasta la fecha y se concluye que, ante los interesantes resultados alcanzados, la investigación antropológica del turismo sobre Andalucía se encuentra en un excelente momento para encuadrar la pluralidad empírica hallada en un marco teórico explicativo global. Este enfoque puede contribuir a salir del estado preparadigmático en que se encuentra en la actualidad el estudio sobre el turismo en las ciencias sociales.

O turismo na tradição antropológica brasileira

Roque Pinto da Silva Santos (Universidade Estadual de Santa Cruz – BR)

Se, por um lado, é evidente nas práticas turísticas inscritas no vasto contexto empírico brasileiro adaptações e derivações que de certo modo se remetem a uma matriz acadêmico-antropológica – com uma ampla

oferta, dentro da segmentação do mercado turístico mais geral, de produtos “étnicos” e “culturais” e da patrimonialização como emblema demarcatório de autoridade e autenticidade –, por outro é também notável que o turismo enquanto objeto antropológico, no Brasil é, via de regra, confinado a uma dimensão marginal, muitas vezes diluído em estudos sobre religião ou etnicidade, anotando-se um restrito contingente de antropólogos que se dedicam integralmente à temática turística, proporcionalmente ao conjunto de profissionais atuantes no país.

Assim, considerando este cenário, pretende-se aqui discutir as causas históricas do subdimensionamento do turismo como objeto de investigação no campo sócio-antropológico brasileiro, tanto no âmbito da sua tradição acadêmica, marcada desde sempre por um perfil simultaneamente aplicado e militante, quanto na perspectiva da importância sociológica e econômica da atividade turística para o país, isto é, procura-se problematizar, nas aproximações entre turismo e antropologia no Brasil, o *gap* entre a relevância econômico-cultural do primeiro e seu respectivo interesse acadêmico, bem como avaliar suas consequências no tempo.

Estudio antropológico del turismo en una comunidad maya de Yucatán: oportunidades y retos para el desarrollo sustentable

Eliás Miguel Alcocer Puerto (Universidad Autónoma de Yucatán – MX)

Es evidente que el turismo es una actividad prioritaria para México, por lo cual, se han intensificado las intenciones de involucrar a casi todo tipo de ciudadano y comunidad que cuente con recursos naturales o culturales potencialmente turísticos. En el caso de la Etnia Maya del estado mexicano de Yucatán, desde finales del siglo XX, al menos 50 grupos locales han sido involucrados en diversos emprendimientos turísticos llamados sustentables, sin embargo, la mayoría de ellos parecen carecer de los elementos esenciales para poder sobrevivir como empresas a largo plazo. Por medio de la antropología del turismo, y en particular, apoyados en la etnografía, se han podido identificar ciertos procedimientos que de ser tomados en cuenta previamente al establecimiento de estos emprendimientos, podrían resultar en una mejor aceptación, sensibilización, familiarización y seguimiento de los proyectos turísticos de estas comunidades, pudiéndose comenzar a cumplir de esta forma, al menos algunos de los preceptos fundamentales de la sustentabilidad. Específicamente se expresa la importancia del estudio del turismo desde la antropología, para poder tener una visión global de los problemas o retos a los que se enfrenta la actividad, y para que de una forma real, las propias comunidades pudieran planificar, trabajar y evaluar de una manera consensada y a largo plazo, el desarrollo sustentable de la actividad turística. Como ejemplo de este tipo de estudio, se presenta el caso del desarrollo del turismo dentro de la comunidad maya de Yaxunah, Yucatán, sus efectos y las respuestas locales.

As terras indígenas na rota do turismo: reflexões acerca do caso brasileiro

Rodrigo Chaves (Universidade de Brasília – BR)

A população indígena brasileira é de 817 mil índios, de acordo com dados do Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mais da metade da população indígena brasileira vive em centros urbanos e os chamados “índios aldeados” vivem em cerca de 688 Terras Indígenas (TIs). O interesse crescente de turistas está concentrado justamente nas terras indígenas, sendo que em mais de 250 TIs há registro de atividades turísticas sendo desenvolvidas. Será apresentado um panorama destas iniciativas, bem como dos estudos realizados, em especial os antropológicos.

Aproximación a las Formas de Estudio del Turismo Indígena

Pilar Espeso Molinero (Universidad de Alicante – ES); María José Pastor Alfonso (Universidad de Alicante – ES)

Desde las primeras aproximaciones al estudio del los fenómenos turísticos de carácter étnico protagonizadas por antropólogos como Pierre Van den Berghe, Valenne Smith o Margaret Byrne Swain, dónde el interés del visitante residía en la búsqueda del primitivo, del “otro”, y los productos se basaban en la comercialización de experiencias curiosas y exóticas, los estudios sobre turismo en comunidades indígenas han evolucionado hacia un interés por la capacidad de estos pueblos, caracterizados en su gran mayoría por la marginación económica y social, de utilizar el turismo como una herramienta de desarrollo económico, revitalización cultural y empoderamiento político y social.

Zeppel habla así de una evolución desde el “turismo étnico” hacia el “turismo indígena”, de un paso desde un turismo de actividades exóticas, en muchas ocasiones carentes por completo de autenticidad y en las que los pueblos indígenas solo participan como meros intérpretes de un pasado idealizado, a un auténtico

turismo indígena donde los pueblos originarios gestionan establecimientos de alojamiento y restauración, diseñan rutas y actividades turísticas, manejan los programas de los centros turísticos, controlan el acceso a sus recursos patrimoniales y, sobre todo, son los dueños de las tierras, los recursos y sus propios destinos.

La presente comunicación explorará esta evolución, analizando a sus principales representantes, tanto desde la disciplina de la antropología como desde el turismo; las corrientes actuales de pensamiento y los métodos de estudio más adecuados para el acercamiento y el estudio de los fenómenos turísticos de carácter indígena.

El turismo «rural»: un rito de paso entre la «tradición» y la «modernidad»

Rita María Trujillo González (Universidad de Alicante – ES)

En La Aldea de San Nicolás de Tolentino, localidad situada en el oeste de Gran Canaria, la actual crisis tomatera ha provocado la búsqueda de alternativas económicas y complementarias a la agricultura. Una posibilidad que ha cobrado relevancia en los últimos años es el otorgamiento de un mayor protagonismo al “turismo rural”. El problema que surge ante esta posibilidad es el desacuerdo existente entre los vecinos que se muestran a favor y en contra de tal iniciativa. El trasfondo de la controversia se encuentra en el uso diferenciado de conceptos relevantes en la temática turística tales como “identidad”, “patrimonio” o “tradición” que pueden abarcar contenidos más “esencialistas” o más aperturistas, más “modernos” o más “tradicionales” por parte de los diversos agentes sociales. En la localidad los vecinos más “tradicionales” no se han planteado llevar a cabo el rito de paso hacia una “sociedad moderna”, que es impulsada por la “globalización” y han optado por mantener significados con un contenido más “esencialista”. Otros lugareños prefieren la adaptación a esta nueva “realidad social” que es la “globalización” y la aceptación de la fluidez de la identificación o de las “tradiciones”. Así ambos grupos cohabitan en una localidad en la que el turismo puede ser visto como una representación de la “sociedad de masas” o una oportunidad de apertura y de adaptación al medio. He querido desarrollar esta temática basándome en las teorías de Van Gennep y Turner acerca de los ritos de paso y de la liminalidad pero focalizándolas en los lugareños.

O estudo dos sistemas turísticos e a antropologia. Madeira: um estudo de caso

Filipa Fernandes (CAPP / ISCSP-UTL)

Sendo complexos, dinâmicos e flexíveis, os sistemas turísticos são pautados por um jogo entre o *networking* de actores diversos pertencentes tanto ao sector público como ao sector privado.

Na ilha da Madeira a oferta do turismo desenvolve-se por intermédio da combinação de políticas, planos e acções visando a promoção dos vários produtos existentes no mercado, operadas por estruturas diversificadas. A oferta desdobra-se, por um lado, pelo sector público, que envolve as estruturas governamentais regionais, desde a Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRTT), a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRARN) e as autarquias locais. E, por outro, pelo sector privado, que envolve as empresas de animação turística, as unidades hoteleiras, e os intermediários (agências de viagens e turismo).

Perfilhando as leituras de Mathieson e Wall (1982) e Santana (1997), esta proposta pretende analisar as relações existentes entre os vários actores do sistema turístico regional, apresentando para tal um estudo etnográfico do sector turístico regional, em particular do lado da oferta, focalizando a observação nos promotores/produtores de serviços relacionados com o produto ‘passeios a pé nas levadas’ e na oferta deste produto. Evidenciar-se-ão as técnicas utilizadas bem como alguns resultados obtidos, os quais servirão para realçar o papel crítico e activo da antropologia para o entendimento a ‘antropologização’ do turismo.

Turistización de la vida cotidiana: encuentros de los roles de género con el turismo

Guadalupe Jiménez-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas – ES)

Identificada con los estereotipos de género, la esfera doméstica y la vida cotidiana de las mujeres la artesanía textil del encaje de bolillos no solía considerarse una práctica relevante según los estándares patriarcales. Pero, en este caso de estudio en la Costa da Morte (Galicia, España), los poderes locales están jugando un papel interesante en la dinamización y regularización económica del sector, en su puesta en valor y en la patrimonialización del encaje y las palilleiras, contemplándolas como un recurso turístico y transformándolas en imagen de marca. Basándome en el trabajo de campo etnográfico que estoy desarrollando en la actualidad quiero explorar cómo las artesanas – conocidas como palilleiras – a través de la

patrimonialização e turistização de seus saberes tradicionais podem encontrar um espaço para seu empoderamento econômico, social e afetivo. As práticas turísticas contemporâneas, que permeiam a vida cotidiana, introduzem novas complexidades nas relações de gênero reforçando, renegociando e redefinindo os papéis de gênero tradicionais e colocando as mulheres na primeira linha de contato.

Tourist Motivation in Cemetery Tourism – first approaches to a case study

José Marques (Instituto Superior da Maia)

Tourist motivation can be defined as the reason why a tourist will make the decision to choose one destination over another and the attributes that govern that behavior. The knowledge of tourist motivation is critical for tourism professionals.

Humanity has been interested in death and dying at least since the Romans or even earlier. In the 20th century death was considered taboo, frightening and uncontrolled issue. But nowadays something is changing.

People begin to look at tourist attractions sites which are connected directly or indirectly with death, such as war memorials, war museums, battle fields, prison camps, cemeteries.

In Portugal, more precisely in Northern Portugal, Cemetery Tourism is beginning to attract people. Historic Cemeteries are classified as National Heritage. Municipalities and other institutions are taking good care of their cemeteries, endowing them with minimal infrastructure to be visited.

This is the subject of a research I'm conducting for academic purposes, and I want to bring here an overview of this research mainly the assumptions behind this work, some methodological principles and a set of questions raised and of several possible approaches such as: Why do people visit cemeteries? What are tourists looking for? What types of experiences should you offer in order to respond and satisfy visitors' motivations? How is Cemetery Tourism in Northern Portugal developing?

P12 – Expressões artísticas urbanas: etnografia e criatividade

Coordenadores: Lígia Ferro (ISCTE-IUL); Renata Gonçalves (Universidade Federal Fluminense – BR); Otávio Raposo (ISCTE-IUL)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 2, Reitoria/Geociências

Debatedores: Marina Antunes, Filipe Reis (CIES-IUL / ISCTE-IUL)

As expressões artísticas nas suas dimensões sonoras, plásticas, visuais e performativas configuram uma rica área de investigação etnográfica na produção antropológica atual. Pretendemos partilhar estratégias e experiências de pesquisa problematizando as artes em espaços urbanos diversos. Privilegiaremos o contraponto entre a criatividade teórica do pesquisador e as abordagens metodológicas por ele suscitadas como, por exemplo, a etnografia multissituada, a etnografia de fluxos e a produção audiovisual. Também pretendemos debater como as múltiplas expressões artísticas produzem identidades e dão suporte a culturas juvenis, por vezes subvertendo as dinâmicas de segregação urbana, do racismo, da pobreza e da violência. De modo criativo, o nosso interesse é problematizar expressões artísticas e estilos de vida, intervenções urbanas, estratégias e modelos de exibição da arte, dilemas entre espaços institucionais e espaços públicos, interações, dinâmicas e fluxos de grupos e pessoas em eventos culturais e festivos. Buscamos refletir sobre a linguagem artística nas suas múltiplas perspectivas, cujas marcas e inscrições não se esgotam dentro e fora do edificado urbano (instituições culturais, galerias de arte, festas, ruas, muros e becos), mas adornam corpos (dreadlocks, roupas customizadas, piercings e tatuagens), valorizam a pertença ao grupo (crews, gangues, galeras, posses), promovem novos projetos de vida e exprimem modos de viver a cidade.

No jardim de Zuma: jovens poetas na África do Sul

Juliana Braz Dias (Universidade de Brasília – BR)

Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre o papel desempenhado pelas “artes populares” na vida cotidiana de pessoas comuns e sobre a potencialidade dessas práticas na promoção de inclusão em contextos marcados por desigualdades sociais. Com base em trabalho de campo, apresento um movimento de poesia organizado por jovens residentes na Província de Gauteng na África do Sul (especialmente na cidade

de Pretória, mas indo além dos limites da capital, seguindo as redes de relações dos próprios poetas). A discussão aqui proposta tem como foco a maneira como esses jovens comunicam suas experiências através de performances realizadas em sessões de poesia. Nesta forma de arte, como em tantas outras nos contextos urbanos africanos, a mensagem é codificada de modo complexo, por meio da combinação de vários elementos. Para decodificar e interpretar esta mensagem, examino as escolhas estilísticas desses artistas no que diz respeito às vestimentas usadas, às estratégias dramáticas de que lançam mão e até mesmo à seleção dos locais de performance. Espaços públicos específicos são transformados em palcos improvisados – como é o caso dos encontros mensais organizados frente à sede do governo federal, no que chamam de “jardim do Presidente Zuma”. Por meio da análise destas atividades, argumento que as performances de poesia configuram atos políticos que remodelam o espaço urbano onde vivem esses jovens sul-africanos.

Coreografias do siriri: dança, sociabilidades juvenis, pertencimentos e a cidade

Patrícia Osorio (Universidade Federal de Mato Grosso – BR)

A proposta desta comunicação é a de refletir sobre danças populares a partir do contexto etnográfico dos grupos de siriri em Mato Grosso, região centro-oeste do Brasil. O siriri é um folguedo popular comumente descrito como uma dança (cf. CASCUDO, 2001; SCHMIDT, 1942). Sua execução é feita pelo bailado de pares, formados por um homem e uma mulher, e pela execução de instrumentos musicais de corda, a viola de cocho e dois instrumentos de percussão, o mocho e o ganzá. O siriri tem lugar em festas religiosas dedicadas à devoção aos santos e a partir da década de 1990, em eventos turísticos, campanhas políticas e nos “Festivais de Cultura Popular”. A ampliação dos espaços de exibição vem acompanhada por uma série de mudanças nas formas e conteúdos performáticos: indumentárias, cenografia, coreografias, letras das músicas, utilização de novos instrumentos musicais (sanfona, violão e atabaque) e “estilos” (como o *funk* e o *gospel*). Complementando a nova feição que o siriri vem assumindo, está a significativa inserção de jovens entre 16 e 20 anos. A comunicação pretende, a partir de dados etnográficos, analisar as relações entre o trabalho coreográfico, montagens das apresentações, dinâmicas dos ensaios, e as sociabilidades juvenis e sentimentos de pertença ao “grupo folclórico”. Objetiva-se também refletir sobre os modos como a participação no grupo e a experiência da dança motivam a erupção de projetos de vida associados à ideia de profissionalização, bem como à imaginação de novos modos de ocupar a cidade.

O kuduro como expressão da juventude em Lisboa: dança, música e estilos de vida

Frank Marcon (Universidade Federal de Sergipe – BR)

O trabalho em questão é fruto de pesquisas etnográfica que venho realizando em Lisboa, desde o ano 2010. O *kuduro* é um estilo de dança e música que surgiu em Luanda, nos anos noventa, e que chegou a Portugal logo em seguida, através das relações entre os imigrantes com o país de origem. O objetivo é compreender como, ao lado de outras formas de expressão cultural juvenis, em Lisboa, o *kuduro*, assim como o *hip-hop*, o *rap* e o *reggae*, entre outros, passou a fazer parte integrante do consumo e da produção cultural dos jovens da periferia, chegando também ao centro. Em meio à música e à dança como formas de entretenimento, um universo de tensões sociais, étnicas e geracionais se fazem presentes e fazem emergir interessantes processos de identificação social. A escola, a rua, as “discotecas africanas” e a Internet se tornaram os principais espaços de socialização do *kuduro*, que perpassa um estilo de vida que parece constituir laços de afinidade entre imigrantes e descendentes, tendo como referência o país de origem ou mesmo uma África imaginada pela relação de solidariedade entre descendentes da imigração originária dos Países Africanos de Língua Portuguesa. A análise de tais questões está implicada pelas novas dinâmicas dos fluxos contemporâneos transnacionais de pessoas, de produtos culturais e de informações, em contextos metropolitanos e pós-coloniais, e em como pelas formas localizadas de sua expressão. Questões de identificação, de geração, de poder e de territorialidade são aqui pensadas a partir da plasticidade do estilo *kuduro*.

Criação artística, instituições e território. Desafios de uma abordagem socioetnográfica das Comédias do Minho

Helena Santos (UP); Joana Ramalho (UCP)

Propomos reflectir sobre um caso singular de relação entre as artes, as políticas culturais e os territórios: uma companhia teatral profissional, formalizada em 2004 pela associação de cinco municípios do Alto Minho: Comédias do Minho.

A associação desenvolve um trabalho multifacetado de criação-intervenção que se desdobra em três dimensões complementares:

(1) criação teatral, ancorada em três pilares: um grupo de atores residentes; uma comissão artística autônoma, reconhecida nas artes performativas; parcerias externas, especializadas e envolvidas; (2) projeto pedagógico-educativo, de captação, sensibilização e formação de públicos; (3) projeto comunitário, de dinamização do território e contacto com as populações, onde destacamos o trabalho com grupos amadores.

Para além do envolvimento das populações e de agentes dinamizadores locais, as autarquias são convocadas de forma efetiva (prática e política) a participar nas atividades da associação.

Este caso é exemplo da criação artística como forma de intervenção social e produção simbólica e identitária, debatendo-se com os constrangimentos (conceptuais e práticos) da incrustação num território heterogêneo com fortes marcas de ruralidade, tradição e interioridade.

Demonstraremos de que forma as especificidades da companhia de teatro e das comunidades políticas e socioterritoriais onde se envolve desafiam as metodologias tradicionais dos “estudos de caso”. A esta espécie de distância acresce a localização geográfica, que condiciona a protocolação tradicional dos procedimentos de terreno em contexto institucional.

O nosso trabalho evidencia a importância de uma estratégia metodológica “*in action*”, i.e. uma relação com o objeto de estudo que designamos por “cumplicidade tensa”, negociada, participada, mas não participante, que iremos expor.

Saberes tradicionais e as cidades: o samba como patrimônio e como arte no Rio de Janeiro

Renata Gonçalves (Universidade Federal Fluminense – BR)

No Brasil, temos verificado, especialmente nesta última década, o crescente interesse pelo tema da preservação do patrimônio cultural, bem como pelos processos de inventário, registro e preservação de manifestações da chamada cultura popular. Os debates sobre a própria noção de cultura e patrimônio, já antigos no campo da antropologia, se fazem especialmente presentes no âmbito da formulação das políticas públicas e do uso que os grupos fazem de tais noções. O objetivo é apresentar a reflexão sobre os processos de patrimonialização a partir da relação entre os “saberes e fazeres tradicionais” e de sua circulação no contexto de grandes cidades brasileiras. Como se relacionam os saberes tradicionais e as expressões artísticas urbanas diante das disputas e negociações que dinamizam os processos de patrimonialização? Tomaremos como caso etnográfico o registro de 2007 das matrizes do samba no Rio de Janeiro, conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), buscando entender como os sujeitos atuam de forma criativa em tais processos de negociação onde tem lugar associações, agentes governamentais, organizações não-governamentais e movimentos sociais.

Ensaio de mudança: gestos musicais na periferia urbana da cidade de Lisboa

Ricardo Alves Bento; Graça Cordeiro (ISCTE-IUL)

Esta investigação procura desencadear um conjunto de questionamentos e problemas, orientados por uma estratégia teórica que enquadrava a observação dos encontros, aspirações, e conflitos decorrentes dos constrangimentos e oportunidades nas quais se movem os protagonistas da Orquestra Geração, do Casal da Boba. Nesta perspectiva o trabalho que se segue contextualiza as práticas das orquestras com os modelos e métodos que lhes deram origem. Assim, numa primeira abordagem explicita-se a formação da Orquestra Geração, em Portugal, os fins que se pretendem atingir por via da sua implementação, a população a quem se dirige e a interligação com o “El Sistema”, o modelo venezuelano ao qual foi recolher inspiração. Nestas condições são intersectados os desenvolvimentos históricos, sociais e artísticos de ambas as estruturas. Para além disso destacam-se os detalhes morfológicos que dizem respeito à aprendizagem e aos eixos fundamentais que estruturam a constituição das orquestras. Posteriormente, através de um enquadramento teórico de conceitos operatórios, como campo de possibilidades criativas, vão sendo ligadas as noções de interdependência, interconhecimento e interação que procuram ajustar e orientar a observação nas especificidades das trocas simbólicas e afetivas dos protagonistas.

Fotografar: expor (e se expor) ou a utilização da fotografia no contexto da pesquisa antropológica

Barbara Copque (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR)

Durante o trabalho de campo em penitenciárias cariocas (Complexo Penitenciário Gericoín/Bangu), a presença da câmera fotográfica foi um elemento que desencadeou nos fotografados e na antropóloga-fotógrafa um processo performático de construção de imagens. Ao darem-se “para ser vistos” e “se olhar”

os internos revelaram algumas camadas que compõem o universo no encarceramento como, por exemplo, a recriação do cenário, o reconhecimento do corpo e os gestos partilhados no momento da pose. Esta comunicação se atém, particularmente, à discussão da imagem fotografia no trabalho de campo e ao lugar do antropólogo em pesquisas com grupos em contextos de violência e ilegalidades, como a prisão, que obriga-nos o desvio do olhar. São espaços onde o fotografar significa: expor (e se expor), invadir e vigiar; ao revelar aquilo que foi enquadrado, a imagem fotográfica, nesse contexto, pode comprovar, provar e assim, criar algumas tensões.

[a linha]: cross-disciplinary ethnographic registers in community based design project

Lúisa Alpalhão

The focus is the cross-disciplinary approach to ethnographic documentation using [a linha] as a live case study. It is a community project implemented in Alfama and one of the selected projects of a competition set by the Local Authority which aimed to gather proposals that enhanced socially deprived neighbourhoods.

It started by simply being a written theoretical design proposal where through observation, interviews, participatory consultation and mapping the local community would be involved and would inform the design path. It should consider the particularities of the neighbourhood and its inhabitants' needs.

Data was collected regarding local people's social spatial occupation, appropriation and everyday activities using observations, field notes, photographs and interviews. It was shared with the community to creatively generate a dialogue that would facilitate the writing of specific briefs for each site putting together an auto-ethnographic documentation collected during the process.

[a linha]'s architecture/art interventions have been built by local people. 25 small sites have been temporarily transformed with purpose-made urban furniture that should reflect the ethnographic research prior to the design work. However, the project's main aim has not succeeded in its entirety – the appropriation and care for the new spaces is yet to happen in a fulfilling way. Could a collaborative work done with anthropologists/ethnographers have contributed to a more accurate social documentation of the local scenario having led to a more successful and design approach that would effectively promote new ways of living the city amongst those reluctant to change?

Usos e abusos da capoeira fora do Brasil

Daniel Granada da Silva Ferreira (UNIVATES – BR)

Arte “popular” de origem Africana a capoeira se espalhou por diversos países do mundo a partir da década de 1970. Atualmente é praticada nos cinco continentes, sendo reapropriada e resignificada de acordo com demandas do contexto local. Fruto de uma pesquisa de tese em fase de conclusão, o artigo explora os novos usos da capoeira feitos no Reino Unido em Londres e Manchester, principalmente com relação à associação da prática da capoeira com outras formas artísticas como teatro e a dança o que inclui performances e apresentações fora do espaço “tradicional” da roda de capoeira. Esta pesquisa foi realizada por meio de observação participante e etnografia multisituada (Marcus, 1995) entre os anos de 2009 e 2011 e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a prática da capoeira para a preparação de espetáculos, como no caso do Royal Shakespeare Company, ou na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro, criados e apresentados pelos próprios capoeiristas locais em sua maior parte não-brasileiros integrantes dos grupos. Estas apropriações mostram as adaptações criativas operadas pelos agentes no sentido de relocar a prática “Afro-brasileira” num contexto transnacional abrindo novos espaços de inserção para a capoeira e atribuindo novos significados a esta prática.

P13 – Usos políticos do Passado

Coordenadores: Ângela Miranda Cardoso (CRIA-IUL); Robert Rowland (CRIA-IUL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.13, Reitoria/Geociências

Discussion of the implications of historical revisionism has spread since the 1970s from Germany to other European countries, including Portugal, often concentrating on questions of historical objectivity and political bias. We will here be concerned with how representations of the past, whether produced by professional

historians and other social scientists or by other users (and abusers) of the past (novelists, writers on heritage, politicians), can function as a hegemonic discourse of political legitimization. This will involve discussion, among others, of the relation between those users of the past and their audience in what has increasingly become a public, and hence political, space; the role of different actors and institutions in defining the relation between history and collective memory; and, more generally, the social and political implications of promoting, diffusing and invoking shared interpretations of the past and, thereby, attempting to create, reaffirm or redefine a collective identity. Anthropology in complex societies has had to come to terms with the existence of written sources, but history has all too often been taken by anthropologists as given. We would argue that the past should also be studied through its effects in the present, as a symbolic resource which actors may claim, like Malinowski's myth, as a charter for a given set of social institutions and a justification for political action. We therefore welcome papers which propose, whether in comparative or theoretical terms or through the discussion of significant examples, to approach these questions as a problem in political anthropology.

Malinowski e os usos políticos do passado

Robert Rowland (CRIA-IUL)

No funcionalismo malinowskiano, baseado na análise intensiva e sincrónica da cultura e das instituições dos povos estudados, pouco era o espaço concedido à análise histórica. Carecendo essas culturas de documentação escrita, as tradições orais seriam constantemente reelaboradas em função do presente e do seu contexto político, não podendo, assim, ser consideradas como fontes históricas. Cada narrativa sobre o passado seria um mito cuja função não era a de representar o que realmente sucedera no passado mas, antes, funcionando como *charter* (ou “constituição”), a de explicar e justificar as instituições actuais e a distribuição do poder entre grupos sociais. Este contraste entre história “ocidental” e mito “primitivo” reflecte, obviamente, as concepções historiográficas da época. Hoje em dia, torna-se consensual entre historiadores uma atitude mais reflexiva, que reconhece as funções sociais e implicações políticas da prática historiográfica, atribuindo-lhe muitas das características que seriam, nos termos desse contraste, próprias do mito. Esta comunicação propõe-se partir das reflexões de Malinowski para analisar algumas das funções sociais e políticas da prática historiográfica na sociedade contemporânea, abordando, entre outros exemplos, a emergência de um espaço público para a discussão historiográfica; o sentido das histórias nacionais e as transformações deste género historiográfico entre o século XIX e a actualidade; e a *Historikerstreit* alemã dos anos 1980, bem como as mais recentes tentativas de revisionismo histórico em Itália, Espanha e Portugal. Neste sentido, o que se propõe, através da análise de alguns dos usos políticos do passado, é contribuir para uma antropologia política das práticas historiográficas contemporâneas.

Discursos do Anti-Semitismo em Portugal, um Estudo de Caso

Ana Rita Veleda Oliveira (FLUC / CES-UC)

Autor de *Portugal Cristão-Novo ou os Judeus na República*, de 1921 e de *A Invasão dos Judeus*, de 1925, Mário Saa (1874-1971) é uma figura pouco estudada da cultura portuguesa contemporânea. As suas ideias racistas anti-semitas de cariz anti-religioso, mas em alguns momentos com influência cristã, inspiram-se em Houston Stewart Chamberlain, Edouard Drumont, nos anti-semitas alemães Théodor Fritsch ou Wilhelm Marr, e também em ideias da antropologia biológica, pois considerava a existência de “tipos rácicos”, entre estes, o “tipo judeu” e o “tipo republicano”. As suas práticas discursivas pertencem ao “*corpus* mitológico do anti-semitismo português”.

Pretende-se, nesta comunicação, analisar as duas obras mencionadas, enquanto importantes documentos históricos, identificando a doutrina xenófoba do autor, que considerava as raças semitas inferiores às raças europeias e advogava a “pureza da raça”. Contra a mestiçagem, e alegando ser a República Portuguesa obra de Judeus, Saa advoga a instauração de uma nova Inquisição, o “Instituto genealógico e antropológico”, com vista a combater a degenerescência física da “raça pura” dos Portugueses. Saa, ultra-nacionalista e conservador, procura aplicar as suas teorias à sociedade portuguesa da época, onde os marranos haviam sido recentemente “descobertos” pela comunidade científica internacional.

«O que há de mais vivo no presente é o passado» – visões da Idade Média na ditadura portuguesa (1926-1940)

Pedro Martins (FCSH-UNL)

A crise do regime republicano português levou a que soluções corporativas para a sociedade ganhassem cada vez maior apoio nos meios políticos e intelectuais. Estas propostas, frequentemente alicerçadas nos

valores cristãos e numa suposta tradição nacional que remontaria à Idade Média, viam na República a personificação dos valores do materialismo, individualismo e irreligiosidade que haviam conduzido, desde o Renascimento, as sociedades ocidentais a uma profunda crise existencial. Com a implantação da ditadura militar, estas ideias encontraram grande eco entre a elite político-intelectual que desenvolveria as bases do Estado Novo corporativo.

A presente comunicação propõe uma análise das visões sobre o período medieval nos primeiros anos da ditadura em Portugal, tendo como balizas cronológicas o golpe militar do 28 de Maio de 1926 e as comemorações de 1940. Tendo como base um conjunto de fontes historiográficas, filosóficas, ensaísticas e pedagógicas, o objetivo será compreender como uma visão essencialmente idealizada do período medieval serviu para legitimar tanto a construção de uma memória nacional desse período como a disseminação de um conjunto de valores hegemónicos pela ditadura, como os de austeridade, trabalho, ordem e respeito pela autoridade, pela família e pela tradição católica e corporativa. Serão analisados autores que contribuíram especialmente para esta visão, em particular colaboradores da revista *A Nação Portuguesa* como João Ameal, historiadores com um grande papel na disseminação da memória histórica como Alfredo Pimenta e António Mattoso, ou ainda uma figura como o cardeal Manuel Cerejeira, com a sua obra publicada em 1936 *A Idade Média*.

A Resiliencia da memória franquista na historiografia do século XX español

Lourenzo Fernández-Prieto (*Universidade de Santiago de Compostela – ES*); Aurora Artiaga Rego (*Universidade de Santiago de Compostela – ES*)

O paradigma historiográfico franquismo/antifranquismo domina a investigación, a análise e a conmemoración do pasado incómodo en España ata hoxe mesmo. A memoria da ditadura franquista, construída como propaganda dende o poder e readaptada ás lóxicas da súa evolución política e máis da evolución da sociedade, domina as memorias individuais, familiares e políticas dos derrotados. Todas memorias subalternas.

Pero tamén a historiografía construída nos anos 1960, 1970 e aínda 1980, interrogada por preguntas falsas: por que a guerra civil? Por que fracasou a República? Ata hoxe mesmo. Unha propaganda construída dende o mes de xullo de 1936 con poderosos instrumentos (mesmo tecnolóxicos) e modelos ben definidos na Europa de entón e amparada no pouso de catro décadas de dominio dos vencedores da guerra civil.

Aínda a preocupación polas vítimas e a súa memoria dende finais dos anos 90 segue sometida ao limitante paradigma dominante que impide formular novas preguntas e polo tanto novas explicacións, relacionadas cos verdugos ou a caracterización do proceso de persecución e matanzas aberto polo golpe de estado de 1936.

A historiografía, necesitada de explicar a diferenza no presente, construíuse dende o paradigma franquismo/antifranquismo reforzando e reactualizando vellos mitos como o do atraso económico, o atraso agrario o peso histórico do exército, etc...

Da diversidade regional à unidade nacional: pressupostos ideológicos nos inventários de arquitectura em Portugal

Rogério Paulo Vieira de Almeida (*Dinâmia CET-IUL*)

O *Inquérito à Arquitectura Regional* (1955-1957) e o *Património de Origem Portuguesa no Mundo* (2010) constituem dois momentos de um género de estudos, os inventários de arquitectura. Presumivelmente dominado pela objectividade, não é, porém, imune a estratégias de afirmação política e nacionalista. Apesar do salto qualitativo no tratamento dos materiais, a intervenção do sujeito atravessa todo o processo: na decisão de o realizar, na selecção de casos, na organização e apresentação dos dados, e nas posteriores apropriações.

É a ilusão da obra expurgada de ideologia que a torna eficaz, naturalizando a sua mensagem como uma verdade inquestionável: no *Inquérito*, a resistência ao modelo cultural imposto pelo regime do Estado Novo, no *Património de Origem Portuguesa* a recuperação de uma portugalidade à escala planetária.

Estes diferentes pressupostos – resistência *versus* conservação – determinam os critérios de base e a organização das duas obras. A dissipação de uma matriz portuguesa comum, no primeiro, faz-se através da ênfase na diversidade local, o que, *a posteriori*, o levou a ser visto como uma marca da resistência anti-salazarista. No segundo, é o acento na unidade que predomina, com a noção de património comum resgatando a Expansão como uma abertura ao mundo, já apontado como uma manifestação de neo-luso-tropicalismo.

O cruzamento da pretensa neutralidade deste tipo de levantamentos com a sua carga ideológica, é o que aqui cabe analisar.

A cidade do Porto e ser 'tripeiro' como mito barthiano

Paula Mota Santos (UFP)

A cidade do Porto é frequentemente descrita como tendo um espírito que lhe é próprio. Este sentido do lugar é objectificado na identidade tripeira, um modo de ser tido como sendo específico às pessoas que nasceram e vivem nesta cidade. Partindo de um entendimento da identidade social como identificação, *i.e.*, como sendo processual, relacional e historicamente contextualizada, esta comunicação mostrará como a produção científica dos historiadores da Universidade do Porto é um dos principais construtores deste sentido do lugar. Esta comunicação apresentará uma análise do discurso da narrativa das principais histórias da cidade escritas no século XX. Serão apresentados os principais pontos que constroem a narrativa dos historiadores para depois abordar as produções fílmicas e literárias sobre a cidade do Porto de modo a mostrar que é possível encontrar nestas os mesmos elementos encontrados na produção científica dos historiadores do Porto. Será defendido que (1) a produção dos historiadores só faz sentido completo se tomarmos em consideração não só o que é lembrado, mas principalmente o que nas suas narrativas é esquecido, e (2) que esta repetição de elementos discursivos nas produções culturais referenciadas torna possível tomar a identidade tripeira como um mito no sentido definido por Roland Barthes – uma forma que não pretende explicar, mas sim persuadir – uma característica que lhe permite ser um recurso frequente nos discursos políticos do Porto na sua argumentação.

P14 – Entre passado e futuro: antropologia, memória, património e «horizontes de expectativa»

Coordenadores: Paula Godinho (FCSH-UNL); María Cátedra (Universidad Complutense de Madrid – ES)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.13, Reitoria/Geociências

O objetivo deste painel é estimular o debate em torno dos sentidos para os usos da memória e as práticas do património na construção de futuros. Enquanto antropólogos, lidamos longamente com memórias coletivas (Halbwachs, 1925, 1950) com classe e género, que variam conjunturalmente em escalas diversas; que podem incomodar ou dar alento, ficar retidas ou ser exibidas, ser reconstruídas e re-significadas, banidas e renegadas, utilizadas para libertar ou capturar, por períodos mais ou menos duradouros; que podem ser homogeneizadas, consensualizadas ou resgatadas por terceiros, penosas ou festivas, inventadas e retransformadas, localizadas e enquadradas em mapas conhecidos; que podem ser recuperadas ou refletir as topografias dos poderes, valorizar-se ou depreciar-se, ser introduzidas num mercado patrimonial, ou resgatadas pela aura da autenticidade. Convivemos com gente que se interroga sobre o que virá, que constrói planos, que denega o presente contínuo como uma condenação, que cede, que se enleia e negocia, que em tempos inseguros se confia ao aleatório. Estudamos a memória porque as sociedades se ressentem duma ausência de esperança? Que relação estabelece o presentismo (Hartog, 2002), como denegação do devir, com os usos da memória? Será o passado um mero artefacto do presente (Lowenthal, 1978), que não serve para preparar o futuro? Será o futuro giratório (Jeudy, 2008)? Nos nossos trabalhos, qual a relação entre o par experiência-expectativa (Koselleck, 1979) e o «ainda não» da esperança (Bloch, 1938)? A memória preparara-nos para os tempos difíceis, num horizonte retrospectivo (Hartog e Revel, 2001)? Questões à espera de incertezas, de réplicas, de reflexão.

El Origen de un Mito: La dieta mediterránea, entre la leyenda y la gastronomía inducida

Consuelo Álvarez Plaza (Universidad Complutense de Madrid – ES)

En los últimos años se está generando una nueva concepción de patrimonio, inmaterial e intangible, que concede el protagonismo a las prácticas sociales y simbólicas de los actores sociales, convirtiéndose estos en sujetos indispensables en el objeto patrimonial. En 2006 entra en vigor la Convención para la Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad (PCIH) de la UNESCO, ofreciendo un nuevo marco de protección vinculante, con especial atención al protagonismo de la sociedad civil y de las comunidades

directamente concernidas. La dieta mediterránea, con elementos comunes, diversos y dinámicos, aparece como objeto para la cohesión social, el diálogo y el desarrollo integral de los pueblos mediterráneos, configurándose como un espacio inmaterial de integración y de respeto a las diversidades.

El planteamiento de esta propuesta es mostrar cómo se ha reutilizado culturalmente la dieta mediterránea hasta elevarla a PCIH desde instancias políticas, el desajuste que se produce entre las instituciones y los ciudadanos y la reinterpretación de la tradición cultural y gastronómica de un territorio según criterios actuales. Mostraré las retóricas de la elaboración territorial del mediterráneo y de la dieta mediterránea, como se ha gestionado el proceso de inclusión por parte de instancias políticas de manera que se configura la dieta mediterránea como un patrimonio susceptible de ser protegido y el impacto en la vida de los ciudadanos a través de un estudio etnográfico. Los datos se han obtenido mediante trabajo de campo (incursiones intermitentes) en Madrid, Barcelona y Soria desde marzo de 2009 a septiembre de 2011.

El urbanismo de Ávila (España) y Évora (Portugal) en la segunda mitad del siglo XIX a través de sus Ordenanzas Municipales

Pedro Tomé-Martín (Consejo Superior de Investigaciones Científicas – ES); Maria Cátedra (Universidade Complutense de Madrid – ES)

Coincidiendo con la revolución industrial que tiene lugar en Europa, las ciudades inician un proceso de renovación cuyo objetivo es acabar con la “urbanización espontánea” y su sustitución por un orden urbano acorde con los nuevos tiempos. En el caso de las que poseen una larga historia, ese orden, que ha de trasladarse desde lo urbanístico al estilo de vida, incluye una “regularización” previa de los “desórdenes” arquitectónicos. Es decir, esa regularización urbanística conlleva una discusión sobre la normalización del pasado que se ha de traducir en decisiones acerca de los vestigios históricos: cuáles desaparecen, se mantienen, reforman, cambian de uso, etc. En la medida en que lo urbano se presenta como contenedor y continente de “intereses morales y materiales” de ciudadanos, las discusiones sobre edificios, tipologías urbanísticas, viales, etc., reflejan enfrentamientos sobre la forma en que se concibe la ciudad y cómo ha de vivirse en ellas.

La elaboración de ordenanzas municipales, poco estudiadas por la antropología urbana, se convierte en instrumento para diseñar las formas en que se quiere “progresar”. La presente comunicación plantea una reflexión comparativa sobre las ordenanzas municipales aprobadas en materia de urbanismo durante la segunda mitad del siglo XIX por las ciudades de Évora y Ávila. Pretendemos mostrar comparativamente cómo en esa época se establecieron unos cimientos en dos ciudades – una portuguesa, otra española – que, pretendiendo ser exclusivamente urbanísticos, incluían visiones de las ciudades que han condicionado su posterior desarrollo en el siglo XX hasta llegar a ser cómo hoy día las conocemos.

A tradição na construção do futuro: o caso das bandas de gaitas portuguesas

Dulce Simões (FCSH-UNL)

O movimento musical de revitalização e recriação da música de matriz rural, iniciado na Galiza nos finais da década de 70, entronca-se no processo de construção da sociedade democrática após o Franquismo. Neste processo a gaita-de-foles transformou-se no símbolo da música tradicional galega, substituindo o modelo de folclore rural do passado por um novo estilo musical. Para tal, contribuiu a padronização do instrumento, envolvendo artesãos e executantes, e a institucionalização do ensino da gaita em escolas oficiais e associações. As bandas de gaitas galegas nascem neste contexto, articulando interesses económicos, culturais e ideológicos convergentes e divergentes, num processo de instrumentalização da “tradição” (Hobsbawm & Ranger, 1983). As bandas de gaitas suscitaram o interesse de agentes culturais portugueses, como projecto de recuperação do património musical galaico-português e como modelo alternativo às formações musicais existentes. A diversidade das bandas portuguesas, em termos de estética (visual e musical), articula a influência cultural galega com referentes identitários resgatados da tradição local. Cada banda representa um projecto colectivo construído por pessoas, direccionado para o futuro dos grupos e para a dinamização das comunidades locais. Nesta comunicação discutimos a relação entre “espaço da experiência” e “horizontes de expectativa” (Koselleck, 1979), tomando como objecto empírico as bandas de gaitas no Norte de Portugal. Trata-se de um estudo em progresso, integrado no projecto de investigação “O celtismo e as suas repercussões na música na Galiza e no Norte de Portugal”, resultante do trabalho de campo desenvolvido junto dos elementos de quatro bandas, entre 2011 e 2013.

O alimento enquanto prática de memória – o passado, o presente e o futuro a partir do mocotó produzido no Morro do Mocotó, Florianópolis (SC), Brasil

Beatrice Gonçalves (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

O Morro do Mocotó em Florianópolis (SC, Brasil) foi durante os séculos XVIII e XIX morada para escravos e para os pobres que eram afastados do Centro para dar início às obras de modernização da cidade, que se estenderam ao longo do século XX. O local tornou-se conhecido no século XIX pelos pratos de mocotó, enopado feito a partir de feijão, pé de boi e dobradinha, que os moradores faziam tanto para vender quanto para servir nas festas que eram organizadas no Morro, como as que celebravam a abolição da escravidão.

O mocotó é neste contexto uma comida que não só alimenta, mas identifica e dá nome ao Morro. É um saber transmitido de geração a geração e que ainda hoje é feito no Morro. Nesse sentido é possível pensar no mocotó enquanto uma prática de memória como define Nora. Para o historiador, a memória está associada ao cotidiano e à prática e emerge de um grupo que ela une. Ela se opõe a noção de história porque a história tenta congelar o tempo e faz dos hábitos um dever porque os oficializa.

Ricoeur também valoriza a noção de memória. Para o autor, a história se baseia no registro da memória, o que contribui para o aumento do controle do estado que legitima aquilo que deve ser lembrado. Já a memória funciona através de operações complexas que fundamentam a identidade individual, ela é princípio de unidade e de continuidade, que assegura o vínculo entre o sujeito e suas experiências.

Patrimoni y representaciones colectivas en el Pirineo catalán. La experiencia de una relación analógica en el contexto global

Meritxell Sucarrat (Universitat de Barcelona – ES)

El objetivo de esta comunicación es analizar la interrelación entre las nociones actuales de *patrimoni* y los principios que organizan los esquemas cognitivos a través de los cuales la población reproduce el universo social de un valle en el Pirineo catalán. Concretamente, pretendo documentar cómo la implantación de una economía terciaria se sustenta en la continuidad de una estructura semántica capaz de reunir experiencias y vivencias anteriores y expectativas diversas en el contexto local actual. Esto significa que para participar en la nueva economía los individuos deben legitimar, en la práctica, el sentido de una estructura semántica dada.

Considerando *patrimoni* un concepto histórico que abarca estados de cosas, ideas y contextos pasados, presentes y posibles se quiere mostrar cómo sus significados locales dependen del uso que de dicho concepto hace la población para reconocerse y determinarse a sí misma delimitando el sentido y orden del sistema de clasificación social. Así, las nociones de *patrimoni* al uso son indisociables de la continuidad de la división primaria de la población en *veïns* y *gent de fora*. Esto significa que el uso lingüístico de ambas categorías es posible en tanto se inscriben en el proceso de reproducción de los límites de la estructura semántica asimétrica que les da sentido. Pero, también que el sentido de dicha estructura es indisociable de la constitución de grupos sociales y categorías de individuos capaces de construir esquemas cognitivos para identificarse con ciertas nociones de *patrimoni* y legitimar sus iniciativas actuales con la experiencia de vida y los proyectos de futuro.

Tensiones y Divergencias. El Patrimonio Cultural desde la Antropología

Teresa Vicente (Universidad Técnica de Valencia – ES)

El concepto de patrimonio cultural, desde su constitución en la modernidad hasta nuestros días, ha ido reformulándose y adaptándose a los nuevos usos y necesidades sociales. A pesar del creciente interés que suscitan los temas patrimoniales en nuestro tiempo, continúa vigente una percepción del patrimonio cultural imprecisa y heterogénea. Esta es la conclusión que se deriva tras la investigación antropológica realizada, que comprendió la entrevista a más de cincuenta profesionales de reconocido prestigio que desarrollan su labor en las instituciones más representativas del patrimonio cultural español. En particular, se tomó como principal grupo de estudio a los conservadores-restauradores de bienes culturales, por constituir uno de los colectivos profesionales más relevantes que intervienen en la salvaguarda, recuperación y transmisión del patrimonio cultural. Los testimonios registrados ponen de relieve una percepción del patrimonio que no deja de ser confusa y polémica. Así, frente a la visión histórica decimonónica, que relaciona el patrimonio con la herencia recibida en calidad de depositarios y con la obligación de transmitirla a las generaciones venideras, otras voces ponen el acento en la construcción sociocultural del patrimonio que es, por necesidad, dinámica, intencional y jerárquica. En ella cobran protagonismo los procesos

de selección y construcción simbólica, así como conceptos clave en nuestro tiempo como son la memoria o la identidad colectivas. Frente al discurso historicista, la multiplicidad de agentes, lógicas e intereses que intervienen hoy en el proceso patrimonial al compás de los cambios introducidos por la posmodernidad, requieren la apertura de nuevos espacios de reflexión y diálogo.

Celtismo, festivalização e esquecimento: projeções de Lorient

Jorge Branco (ISCTE-IUL)

O Festival Interceltique de Lorient (FIL), constitui o evento mais importante do celtismo na sua expressão musical. Realiza-se anualmente em agosto, convergindo para um centro efêmero a periferia formada pelas chamadas nações celtas: Astúrias, Bretanha, Cornualha, Escócia, Galiza, Ilha de Man, Irlanda, País de Gales. O processo de festivalização iniciou-se no pós-guerra (década de 1950), mobilizando o fator regionalista próximo (bretonismo) e o alargado (celtismo), manifestado na música e na indumentária, e não no neopaganismo. Ao longo das décadas de existência foi evento inspirador de outros festivais, tanto no âmbito de alguns movimentos autonómicos ibéricos, como de diásporas. Mais que preservar memória duma identidade cultural subalternizada, tratou-se de produzir esquecimento (P. Connerton) de acontecimentos então ainda recentes que traumatizaram a cidade (destruição devida aos bombardeamentos). Hoje o FIL insere-se no movimento de globalização, emitindo e recebendo fluxos culturais (A. Appadurai). O caso de Lorient serve para comparar processos de festivalização assentes no celtismo. Defende-se como função prioritária destes festivais produzir multiplicação de produtos culturais num mundo em concorrência, e menos de manter e aprofundar memória ou articular crítica civilizacional. Interroga-se a festivalização como forma de destradicionalização (García Canclini).

Memória de obras públicas: os barragistas do Douro Internacional

Lurdes Pequito (ISCTE-IUL)

O objetivo desta comunicação é identificar as componentes duma memória barragista, comparando-a com a de outros grandes empreendimentos públicos, tais como o bicho de obra da construção da capital Brasília (G. Lins Ribeiro). Na década de 1950-60 iniciou-se a construção das grandes barragens destinadas à eletrificação do país. O plano arrancou no Douro Internacional com a barragem de Picote (1954-58). Um grande estaleiro foi montado em Barrocal do Douro, num sítio despovoado e acidentado, onde chegaram a conviver alguns milhares de pessoas. Barragistas são pessoas que direta ou indiretamente estiveram implicadas na atividade do estaleiro, no seu abastecimento em materiais, alimentação ou diversões: engenheiros, arquitetos, operários especializados, trabalhadores indiferenciados, pessoal de serviços de apoio, famílias. Há um *corpus* de memória evocativo desta época da implantação da hidroeletricidade. Assenta na obra *O lodo e as estrelas* (1960), da autoria do então capelão da Empresa Hidroelétrica do Douro (a empresa proprietária), padre Telmo Ferraz, as posteriores confraternizações e encontros regulares ou episódicos entre os engenheiros e entre os trabalhadores, finalmente a redação posterior de lembranças publicadas em livro.

Memórias da Cidade: As Memórias e(m) Ruínas da Histórica Laranjeiras/SE-BR

Allan Veiga (Universidade Federal de Sergipe – BR)

A patrimonial cidade de Laranjeiras tem como principal característica a referência a um momento de opulência vivido no século XIX, imprimindo na Província de Sergipe Del Rey, hoje Estado de Sergipe, a marca de um modo de vida urbano, resultado de uma forte economia e uma expressão de cultura em eferescência. Tais fatores atraíram grande contingente de pessoas, de diversas camadas sociais. Porém, no início do século XX, a cidade já não sustentava tais condições e gradativamente declinava, juntamente com a evasão da população. Anos após, a cidade colapsou e não mais se ergueu, e hodiernamente vive os reflexos sociais da quebra abrupta daquele momento. No entanto, Laranjeiras mantém parte do passado áureo em seu conjunto arquitetônico, especialmente em suas ruínas. Este artigo é extraído do resultado de investigação para dissertação de mestrado e propõe apresentar como as ruínas dessa cidade relacionam-se com o grupo social daquele espaço pelo viés da memória coletiva. A pesquisa argumenta que as ruínas guardam um importante auxílio na reconstituição da história imaginada da cidade, por lembranças que delas sejam evocadas e compartilhadas no grupo, e que, tais características, sendo negligenciadas pelas políticas patrimoniais de restauro, tendem a romper com a história imaginada (memória coletiva) em favor de uma história espetacularizada, assimétrica a memória partilhada no grupo. As pesquisas revelaram-nos que as narrativas de memória estão carregadas de lembranças relacionadas às

ruínas, onde concluímos que, com auxílio das ruínas, os habitantes daquele espaço, recebem estímulos para apreensão do passado, ainda que não os tenham vivido.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia: Estudo de um tempo liminar

Maria Miguel Cardoso (Câmara Municipal de Setúbal)

A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia é uma celebração religiosa anual que ocorre no mês de Agosto, sem data certa no calendário pois depende inteiramente dos humores das marés do rio Sado. A sua organização e realização é da responsabilidade da Paróquia de São Sebastião e dos pescadores de Setúbal, que desde sempre encararam o território da margem esquerda do rio como seu. A caldeira de Tróia é o lugar da Capela de Nossa Senhora de Tróia, para onde segue a romagem dos pescadores e famílias setubalenses e no qual se realiza um gigantesco acampamento de três oficiais. Desde a sua primeira aparição em documentos de natureza histórica já volveram mais de trezentos anos, no entanto, é o presente que conhece maior fulgor mediático e participação familiar. As componentes religiosas da festividade e o seu incremento, bem como a aposta dos *media* e de um museu municipal nas respectivas divulgação e legitimação da componente patrimonial, contrastam com um passado de características mais apagadas e cujo ímpeto primordial se revestiria de contornos mais próximos do seu lado pagão. Este recente crescimento parece remar contra um futuro que ameaça descaracterizá-la, estando na sua origem duas razões objectivas; a escassez de pescadores e o crescimento de um empreendimento turístico no seu território. O estudo do seu presente liminar adivinha um futuro incerto onde a mudança acelerada se assume como certa.

A Festa da terra é como sempre foi? A Benção do Gado em Riachos como construção ideológica

Carlos António Simões Nuno (IPL)

Em meados da década de 50 do século passado, a freguesia de Riachos (Torres Novas) fez a reconstituição de uma antiga festa local em honra de S. Silvestre, de benção dos gados, que tinha deixado de se celebrar no início do século, como veículo de afirmação local e de exaltação bairrista; nesse processo, rapidamente se viria acentuar essa componente localista através da junção de um outro culto, de grande importância simbólica para a população, a do Senhor Jesus dos Lavradores, cuja imagem é tida popularmente como “milagrosa”.

A nova festa, de celebração irregular “quando o povo quer”, rapidamente gerou uma reconstrução das memórias colectivas e das representações das tradições locais, em que a ideologia bairrista se sobrepôs ao culto religioso e diluiu as diferentes posições sociais que se cruzaram, convocando proprietários rurais, população indiferenciada, a igreja católica e os presumidos herdeiros de uma confraria medieval.

No processo de preparação da candidatura da Festa da Benção do Gado a Património Cultural Imaterial, revelou-se o processo de construção das memórias colectivas que foram caucionando a retórica localista e atenuando as contradições de condição de participação e de mobilização para a Festa, revelando os processos de tecedura e sedimentação dessas representações.

P16 – Gênero, moralidades, sexualidades e estéticas afetivo-sexuais: pensando a produção e circulação de pessoas, objetos e ideias na contemporaneidade

Coordenadoras: Carolina Branco de Castro Ferreira (Universidade Estadual de Campinas – BR); Paula Togni (CRIA); Natália Corazza Padovani (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A2.12, Reitoria/Geociências

A proposta deste painel é reunir etnografias que tomam cenários semânticos produzidos por circulações, trocas, fluxos e deslocamentos de sujeitos, ideias e objetos ligados às noções de cuidado, amor, sexo e intimidade.

Atualmente a reflexão antropológica conta com uma produção significativa que tem dado atenção a como marcas de gênero articuladas a marcadores sociais de diferenciação e a diversas manifestações de mercados, comércios, dádivas, intercâmbios e ajudas configuram contextos de significação que tem aberto (re)configurações nos campos de estudos sobre migrações, turismo, (homo)sexualidades, parentesco e conjugalidade, estratégias terapêuticas e afetivo-amorosas, mercados transnacionais do sexo, matrimonial e outros.

Nesse registro, o painel abre espaço para o debate acerca de como fluxos e cruzamentos entre dívidas, transações monetárias e marcadores sociais de diferença podem ser intersectados em vários contextos etnográficos e, principalmente, como tais intersecções produzem mapas de assujeitamentos, subjetivações, estéticas, moralidades, estratégias, noções de sofrimento e vulnerabilidades.

Este painel coloca o desafio de refletir a respeito de mapas e cartografias, desenhados em meio a normatividades, que podem passar despercebidos enquanto trilhas de ações possíveis agenciadas e utilizadas por sujeitos em negociações, relações e contextos de constrangimentos ligados a feminilidades, masculinidades, raça/cor da pele, classe social, geração, religiosidades, nacionalidades, assim como, seus entrelaçamentos, e inclusive a emergência de outros elementos supostamente inesperados que produzam diferenciações.

O painel não pretende enfocar campos etnográficos específicos, mas antes, cenários semânticos produzidos a partir de fluxos, trocas, deslocamentos e circulação de pessoas, objetos e ideias. Tráfegos que podem relacionar etnografias dos mais diferentes contextos.

Os Campos do Desejo: Sexualidades Divergentes e Moralidades Alternativas no Mundo Rural Brasileiro

Fabiano Souza Gontijo (Universidade Federal do Piauí – BR)

Trata-se aqui de apresentar algumas reflexões preliminares sobre a experiência da diversidade sexual e de gênero no contexto rural brasileiro – em particular, na região Nordeste. Essa experiência se dá em meio às discursividades hegemônicas do desenvolvimentismo e da heteronormatividade, a partir de uma pesquisa mais ampla que busca analisar as configurações familiares, as composições conjugais e os arranjos parentais, por um lado, e, por outro lado, as relações de gênero e seus repertórios – e também as práticas e *scripts* sexuais – que estão na base dessas configurações, composições e arranjos, tendo como contexto as situações sociais geradoras das (novas) ruralidades contemporâneas. Assim, para tratar da vivência e da experiência da diversidade sexual e de gênero no contexto rural brasileiro, partiremos da apresentação das trajetórias de vida peculiares de alguns sujeitos homossexuais e travesties/transsexuais que vivem no “interior” do Brasil e as particularidades de suas vidas no campo.

As intersecções no audiovisual: a produção de diferenças entre sujeitos queer «de cor» nos EUA

Glauco Ferreira (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

Partindo de uma perspectiva interseccional e antropológica, que relaciona gênero, “raça” e sexualidade, este trabalho reflete sobre as práticas sociais, discursos e auto-representações expressas em meios audiovisuais realizadas pelo coletivo QWOCMAP (Queer Women of Color Media Arts Project), sediado na Baía de San Francisco, Estados Unidos. Este coletivo, composto por pessoas que se auto-identificam como “*queer women of color*”, idealizaram o grupo como um projeto para o treinamento de cineastas e *video-makers*, voltado às mulheres, sujeitos *queer*, pessoas “de cor” e imigrantes. Numa leitura que cruza questões relacionadas ao *queer*, ao gênero e à “raça” elas se utilizam destas diferenciações mobilizando comunidades e desafiando relações de poder institucionalizadas. Busca-se entender como essas iniciativas se relacionam na produção de significados locais e auto-representações em meios audiovisuais sobre as “*queer women of color*”, refletindo sobre essas criações e sobre seu contexto de produção como um campo de disputas, no qual se configuram vários processos e modos de subjetivação para a constituição de sujeitos. Situados no interior dos campos do feminismo e do pós-colonialismo, na intersecção entre categorias de identificação e diferenciação (de gênero, sexualidade, “raça/etnia”, nacionalidade), esses filmes são realizados num esforço para construir outras maneiras de representar esta mulheres, propondo outros modos visuais para resistir às visões normativas sobre as mesmas.

Gênero e dinâmicas afetivo-sexuais em contexto prisional: Vivências da intimidade ambivalente

Rafaela Granja (UM); Manuela Cunha (UM / CRIA-UM); Helena Machado (UM)

A intimidade e sexualidade dos reclusos é oficialmente controlada e limitada pelos sistemas penais. Num contexto desenhado para disciplinar os corpos, a regulação, o condicionamento e a inibição das relações afetivo-sexuais levantam questões paradoxais no âmbito das políticas penitenciárias.

A partir de 20 entrevistas a mulheres reclusas portuguesas, esta comunicação explora as subjetividades, estratégias, negociações e vulnerabilidades que envolvem as relações íntimas em meio prisional. Focando as reclusas que mantêm relações heterossexuais e que têm acesso a visitas conjugais, explora-se como se interrelacionam relações íntimas e contextos específicos de constrangimento.

Num meio institucional em que os limites entre o público e o privado colapsam, como é que a prisão reedifica ou restabelece a área mais privada de intimidade? Como se entrelaçam normatividades de gênero

e vivências da sexualidade condicionada? De que formas se delinea e regula a circulação de pessoas entre o meio prisional e exterior no âmbito das visitas íntimas?

O campo das possibilidades de vivenciar a intimidade na prisão mostra que a relação afetivo-sexual é redesenhada à luz da monitorização penal. As narrativas das reclusas evidenciam atribuições de sentido e experiências contraditórias e justapostas sobre visitas conjugais, revelando uma “intimidade ambivalente”. Por um lado, as visitas íntimas implicam a vigilância penal mais intrusiva da reclusão, destinada a controlar os corpos, e minando a intimidade, sigilo e privacidade que se associa às interações íntimas. Por outro lado, aqueles momentos promovem sentimentos de liberdade devido ao seu acentuado contraste com outras formas de envolvimento com familiares em contexto prisional.

Entre os mundões das prisões: amores, ajudas e familiaridades em penitenciárias femininas de São Paulo e Barcelona

Natália Corazza Padovani (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Partindo de dados da pesquisa de doutorado em curso, feita com pessoas presas em penitenciárias femininas de São Paulo e de Barcelona, proponho analisar a circulação de sujeitos presos a partir de suas relações amorosas, conjugais e de familiaridade. Relações avaliadas e avalizadas por instituições estatais de justiça e de fronteira, como prisões, promotorias, consulados e oficinas de estrangeira. Avaliações que fundamentam processos de expulsão, de imigração ou de fuga das espanholas presas em São Paulo e das brasileiras presas em Barcelona. Este *paper* é uma composição etnográfica da circulação e produção de papéis e rotas; dos seus usos e agenciamentos feitos por personagens que partem das experiências prisionais no Brasil e na Catalunha para alinhavarem narrativas de prisões e liberdade em histórias de famílias. Um mapeamento criado da análise dos trânsitos decorrentes do comércio de drogas e da circulação das pessoas nas instituições penais estatais. Tráfegos que podem não estar relacionados a uma intencionalidade em migrar, mas que abrem possibilidades e perspectivas migratórias às quais são, recorrentemente, vinculadas às trocas afetivas, de ajuda, de cuidado e sexuais. “Querer ficar” no país em que se cumpre pena, mesmo depois da liberdade, é, neste sentido, a transposição da prisão para a migração. Transposição tecida sutilmente nas narrativas de interlocutoras desta pesquisa que, pelos vínculos de afeto e/ou de trabalho travados dentro das penitenciárias, resignificam seus projetos de liberdade; resignificam a “prisão”.

Interest, Sentiment, and Hybridity: Mapping Competing Approaches to Intimacy in Touristic Cuba

Valerio Simoni (CRIA-IUL)

In touristic Cuba, intimate encounters between foreign tourists and members of the Cuban population are fraught with controversies over their interested and/or sentimental nature. The way in which material exchanges between partners in a relationship occur and are conceptualized (as gift or payment for instance) informs the way these relationships are experienced and interpreted. Notions of morality, gender, class, and race, also intervene in the discrimination of different relational idioms, which range from commercial sex to romance. The paper draws attention to the three prevalent approaches that are deployed to make sense of these relationships by the protagonists involved, in public and institutional discourses, and in the academic world. These approaches, which alternatively mobilize notions of interest (foregrounding the instrumental and commoditized nature of relationships), of sentiment (highlighting friendship, love and romance), and of hybridization resulting from a mix of sentiment and interest, circulate in Cuba as well as in the tourists' countries of residence and the global media-scape. Their joint examination highlights current convergences and overlaps in frames of legibility and moral assumptions operating at various levels and spheres – convergences that call for anthropological research to be duly unpacked and reflexively accounted for. By problematizing and relocating these three approaches in their specific contexts of emergence and circulation, the paper helps understand their purposive character and moral foundations, sheds light on their affordances and limits, and provides a more general theoretical and methodological framework to map out competing interpretations of intimacy in touristic encounters across difference and inequality.

O “Token” como unidade monetária da Performance Amadora online num ambiente-telepresente

Helmut Paulus Kleinsorgen (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR / Université Paris Descartes – FR)

Experiências de tempo, espaço, corpo e identidade no contexto da Internet oferecem indagações, expandem o campo tradicional e não raro exigem certo reposicionamento do investigador frente a sua relação com a informação/conhecimento, consigo mesmo e com seus “nativos”.

O conceito de telepresença vem-se compondo de uma noção heterogênea sobre os processos de interação mediada em tempo real de sujeitos que não compartilham o mesmo espaço físico. Ambientes imersivos por excelência, eles deslocam a figura do “observador” – daquele que olha – repartindo-o em dois sujeitos num só: “o observador interno, que experimenta a ação em primeira pessoa, e o observador externo, aquele que observa do lado de fora da ação um outro experienciado, ainda que possa ser ele mesmo.” (Araújo, 2005) Percepções simultâneas de realidades endógenas e exógenas se intercambiam e se tensionam na relação entre sujeitos, alterando mutuamente as noções de corpo, realidade e presença. Em portais adultos de *live webcam*, a exibição e a manipulação gestual do corpo assumem determinada centralidade de forma a hierarquizar estas interações de acordo com seus respectivos públicos imediatos. O distanciamento físico-geográfico funciona como espécie de condição para que se estabeleçam “jogos de sedução do olhar” em que o transmissor provoca/atende um público interator múltiplo, experimentando uma ampla gama de performances que não raro deslocam e “brincam” com identidades, sexualidades e papéis “oficiais”, próprios de outros contextos de inserção social. Desta forma, pretendo investigar como o *corpus* de representações consideradas “amadoras” acionam crenças ambivalentes no total “anonimato” e no respeito à “privacidade” destes internautas.

Made in Brazil: produção e agenciamento de noções de “brasilidade” no contexto do mercado voltado para gays na cidade de Barcelona

Isadora Lins França (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Um intenso trânsito de informações, objetos e pessoas estabelece uma espécie de circuito global de consumo associado à homossexualidade, no qual se insere um roteiro internacional de festas voltadas para a música eletrônica, marcado pela presença de cidades da Europa e Estados Unidos. Barcelona é uma das cidades centrais dessa cena, na qual São Paulo e Rio de Janeiro também se inserem, de certa maneira representando a participação do Brasil nesse circuito.

Neste trabalho, apresento análises preliminares de pesquisa de pós-doutorado, envolvendo a observação etnográfica de um importante festival *gay* internacional e do mercado de lazer e consumo voltado para gays na cidade de Barcelona, bem como da inserção de brasileiros nesse mercado. Exploro como determinadas noções de “brasilidade” circulam nesse universo, a partir de diferentes empreendimentos e de diferentes escalas. Considero as articulações e disjunções entre iniciativas no âmbito do mercado de lazer e consumo voltado para gays e as estratégias pessoais de brasileiros que circulam pelo mercado de lazer da cidade, tendo em conta um cenário pelo qual se movem sujeitos em diferentes posições sociais.

Simultaneamente à produção dessas marcas de “brasilidade”, que se dá em articulação com outros marcadores sociais de diferença, abordo também como se produz a inserção num circuito “global”. As marcas de nacionalidade nesse sentido são acionadas situacionalmente, num contexto de mercado em que veloz trânsito de informações, objetos e pessoas circunscreve a necessidade de particularização e diferenciação, mas ao mesmo tempo demanda o domínio de códigos compartilhados internacionalmente.

«Ainda existe amor pra você?» Amor, casamento e dinheiro, antes e depois da Espanha

Renata da Silva Nobrega (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Terra de migrantes, atraídos por programas de colonização dirigida executados a partir dos anos 1970, o estado de Rondônia, situado na Amazônia brasileira, tem se transformado, desde meados da década de 1990, também em um território marcado por uma intensa circulação de pessoas engajadas em circuitos transnacionais de migração, com destaque para os fluxos direcionados para Japão, Portugal, Espanha e Estados Unidos. O artigo trata de aspectos que envolvem os afetos, arranjos familiares e entrelaçamento entre economia e amor em contextos migratórios, a partir da experiência de Érica, uma jovem mulher brasileira, cujo marido, Vinicius, emigrou para Espanha, em 2006, e retornou em 2008, para Ji-Paraná, Rondônia, onde vivem. Neste período, ela vivenciou dilemas vinculados à sua decisão de não acompanhar o marido na viagem, como as crises conjugais decorrentes desta separação, acentuada pela descoberta de que ele emigrou acompanhado da amante; a vivência da solidão; a sobrecarga nos cuidados com a família, especialmente com os filhos; as dificuldades financeiras iniciais; as estratégias para definir o uso das remessas enviadas por Vinicius e os desafios de voltar a conviver com um “estranho-familiar” depois do seu retorno para casa. O retorno de Vinicius para o Brasil tem sido marcado pelo estranhamento recíproco e pela dificuldade inicial em se adaptar à nova dinâmica familiar organizada depois de sua partida para o exterior. Para Érica, as transformações alcançam o significado do “amor” que antes existia entre o casal, exigindo um novo esforço de entendimento afetivo entre os dois.

Significados da hipervisibilidade na busca amorosa

Iara Beleli (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Com a popularização da Internet, proliferam sites específicos para “namoro”, enfatizando desde a procura por amizade até encontros sexuais. Nessa rede de informações os dados são configurados de maneira a criar no usuário uma ilusão de controle, movimento, acesso à informação e conexão com outros usuários/as.

A partir da etnografia realizada nos últimos dois anos em sites de relacionamento, proponho refletir sobre duas questões que se interconectam: a primeira é se esse “lugar”, pensado como um novo espaço de sociabilidade, propicia a redefinição das relações entre as pessoas; a segunda remete à hipervisibilidade como um mecanismo de controle, na medida em que aumenta a “vigilância” sobre potenciais parceiros/as.

O campo foi iniciado no Par Perfeito, apresentado em variadas mídias como o maior *site* de relacionamento do Brasil, mas no decorrer da pesquisa percebi que os/as usuários/as circulavam não só por outros sites, como também ativavam as relações via outras redes de relacionamento, a exemplo do Facebook ou mesmo LinkedIn (*site* criado para relações profissionais). A reflexão sobre as questões centrais deste *paper* está perpassada, de um lado, pelas articulações entre amor e mercado, de modo a perceber se, e como, os repertórios culturais baseados no mercado informam e/ou configuram relações emocionais, da mesma forma que relações emocionais são parte intrínseca do mercado; de outro, como as diferenças – gênero, raça/etnia, sexualidade, localização, geração, entre outras – operam na (des)valorização dos sujeitos no “mercado amoroso”.

“Yes, we fuck”: sexualidade, “diversidade funcional” e mercado do sexo

Carolina Branco de Castro Ferreira (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Ainda que de maneira inicial, este texto e apresentação analisam códigos de gênero e sexualidade, bem como noções de cuidado e intimidade levando em consideração usos, hierarquizações, segmentação de consumo e de mercados no âmbito de serviços sexuais em Espanha. Recentemente, por uma conjuntura de fatores, no contexto europeu, particularmente em Espanha/Barcelona, aparece a figura do/a assistente sexual, cujo papel seria prestar serviços e acompanhamento sexual a pessoas e casais com “diversidade funcional”. O surgimento de tal figura e sua suposta importância se encontra em meio ao um jogo que produz economias morais subjacentes às trocas no mercado sexual que colocam em evidência disputas, conflitos e novos sentidos atribuídos à noção de cuidado, trabalho sexual, autonomia, erotização de práticas, objetos e de corpos desejáveis. Tenho constituído o campo etnográfico acompanhando códigos e debates que vinculam “diversidade funcional” e sexualidade neste contexto. Sendo assim, o trabalho de campo produziu um feixe de relações que articula coletivos de pessoas com “diversidade funcional” engajadas na ideia de filosofia de vida independente, trabalhadoras/es sexuais (em sua maioria escorts e acompanhantes de luxo), instituições voltadas para o acompanhamento e tutela de sujeitos com “discapacidade” física e psíquica, grupos feministas e manifestações artísticas.

Gênero, emoções e livros: apontamentos sobre a feminilidade na autoajuda e no *chick lit*

Talita Castro (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Este trabalho tem como objetivo discutir as marcas de gênero constitutivas de narrativas presentes em livros classificados pelo mercado editorial como autoajuda e, mais recentemente, sob o rótulo de *chick lit*. Partindo da pesquisa de pós-graduação em Antropologia Social que realizo desde 2007 sobre o conteúdo de livros classificados pelo mercado editorial como autoajuda, publicados no Brasil e nos Estados Unidos da América nos últimos quarenta anos, busco compreender como as narrativas presentes sobre o amor associam essa dimensão subjetiva à feminilidade. Seja em um sentido mais amplo, próximo dos significados associados ao cuidado ou simplesmente à performance de uma personalidade mais doce, ou em uma perspectiva relacionada ao romantismo e à necessidade do encontro afetivo-sexual, o ideal do amor nos dois registros editoriais é marcado pela feminilidade, pelo que se espera que as mulheres sintam e pelo qual boa parte de suas vidas deve se mover. Como contraponto aos exemplos retirados dos volumes de autoajuda analisados, apresento uma análise de alguns títulos de altíssima vendagem, de origem britânica e com forte circulação nacional e internacional que vêm sendo associados ao rótulo de *chick lit*. Escritos por mulheres e para mulheres, contando de maneira bem-humorada a vida de outras mulheres, esse gênero literário vem ganhando repercussão e espaço nas prateleiras das livrarias – Sophie Kinsella e Marian Keyes são suas principais expoentes. Nos dois registros editoriais, parece ser impossível falar sobre a vida de mulheres sem mencionar a dimensão afetiva que a constitui como ser que ama e que cuida.

P17 – Terrenos múltiplos, terrenos fluidos: novos modos de fazer trabalho de campo

Coordenadores: Octávio Sacramento (UTAD); Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL); Fernando Bessa Ribeiro (UTAD)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 1, Reitoria/Geociências

Em Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century, Clifford argumenta que a ideia de trabalho de campo está a ser redefinida, em especial os conceitos fundamentais de interação, co-residência e viagem. Conquanto ele mantenha, como sempre, uma função disciplinar central na antropologia social, hoje são outros os modos de fazer trabalho de campo. As abordagens clássicas, centradas no estudo intensivo e praticamente exclusivo de um lugar e de uma comunidade, imaginados como totalidades integradas e autónomas, vivendo o antropólogo com os nativos na sua aldeia, como o praticou Malinowski, já não são capazes de dar conta das teias densas de relações sociais, muitas de dimensão global e transnacional, que marcam o quotidiano. Novos estilos de vida e suas práticas culturais, incluindo no campo comunicacional, multiplicaram e fluidificaram os terrenos etnográficos: são os novos lugares, incluindo os virtuais da Internet, mas também os processos relacionados com as viagens turísticas e as deslocações de trabalhadores e refugiados nos e sobre os quais se trabalha.

Tais lugares e processos suscitam dúvidas, interpelações e respostas que se exprimem em outros modos de fazer trabalho de campo. Este painel pretende reunir comunicações de antropólogos e outros cientistas sociais que, tendo por base pesquisas etnográficas já concluídas ou em curso, confrontem o auditório com as soluções engendradas para o trabalho de campo nestes novos contextos, temas e problemas que concorrem para o redefinir.

Partilhando materiais e experiências de terreno: uma reflexão sobre a produção etnográfica em empresas

Filipe Reis (CIES-IUL / ISCTE-IUL); Luísa Veloso (CIES-IUL); Sílvia Cardoso

Propomos refletir sobre a produção etnográfica (Sarró e Lima 2006) desenvolvida no âmbito de um estudo (em curso) que pretende explicar como se produz conhecimento/ inovação. O estudo centra-se na análise da construção, transformação e desintegração de redes sociais que envolvem Estado, universidades, unidades de investigação, empresas e outras organizações direta e indiretamente implicadas no processo de criação, concretização e difusão de conhecimento/ inovação e inclui a realização de estudos etnográficos em empresas e centros de investigação. Nesta comunicação centramo-nos no “terreno” das empresas com o intuito, precisamente, de refletir acerca do modo como aquelas empresas se converteram em terreno etnográfico. Propomos, portanto, uma análise ao processo de produção etnográfica, questionando os procedimentos de investigação adotados para realizar etnografia naquelas empresas focando na forma coletiva e partilhada que o caracterizou. Embora a imagem romântica do trabalho de campo como empreendimento solitário prevaleça no imaginário da disciplina (Elfmov 2010), sabemos que a etnografia é também praticada/produzida em equipa (como de resto aconteceu no passado). Todavia, não abundam reflexões sobre etnografia colaborativa onde um grupo de investigadores circula e discute materiais, documentos e experiências que resultam do terreno (vd. Fornas et al. 2007). Acerca da discussão sobre novos modos de fazer etnografia propomos refletir criticamente sobre as seguintes questões: como pensamos e construímos as empresas estudadas enquanto terreno? Como se produz etnografia sobre “processos de inovação”? Quais as vantagens e desvantagens da etnografia colaborativa na produção etnográfica em contexto empresarial e para além deste?

Filarmonia Recreio dos Artistas: Um Diário de Campo na Ilha Graciosa

Ana Rita Lopes (FCSH-UNL)

O interesse significativo pelas práticas musicais – que se desenvolveu com a frequência dos conservatórios de música desde a infância – revelou ser um território familiar que não tardou em ficar a descoberto durante o percurso académico em Antropologia. Na sequência desse interesse e a recomendação de um olhar sobre um dos mais complexos rituais que integram o calendário cerimonial de Portugal, as Festas do Divino Espírito Santo nos Açores, surgiram questões em torno da representatividade e da visibilidade que as filarmónicas assumem para a população local nas suas diversas manifestações.

Surgiu assim a proposta de desenvolver um estudo no domínio musical e artístico sobre as Bandas Filarmonicas da Ilha Graciosa, nos Açores. Esta pesquisa propôs-se desenvolver um estudo no seio da Filar-

mónica Recreio dos Artistas – sediada na freguesia de Santa Cruz da Graciosa – centrando o estudo dos processos de sociabilidade e identidade a ela associadas visando também reflectir e compreender a lógica da sua construção e operacionalização em contextos de performance.

O contacto pessoal com os intervenientes das filarmónicas, a realização de inquéritos, a realização de entrevistas, a participação e acompanhamentos das actividades e ensaios das filarmónicas entrevistaram-se, à primeira vista, como opções óbvias para complementar o trabalho de campo deste estudo realizado entre Outubro de 2010 e Junho de 2011.

É justamente a partilha de experiências, as conclusões e o modo de fazer trabalho de campo adoptado neste estudo que procuro apresentar para discussão.

De objeto de estudo a sujeitos de pesquisa: uma etnografia com crianças e adolescentes da casa de passagem III em Natal/RN (Brasil)

Danielma Correia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – BR)

Diversos são os estudos sobre as crianças e adolescentes. No campo da Antropologia eles são personagens constantes desde a Antropologia Clássica até os dias atuais. Porém, é preciso estar ciente que estes indivíduos por muito tempo foram vistos como objeto de estudo e não como sujeitos de pesquisa. Faziam-se pesquisas sobre crianças e não com crianças, como nos mostrou Elizabeth Graude e Daniel Walsh (2003) em seu estudo sobre investigação etnográfica com crianças. Assim como Graude e Walsh (2003), Márcia Buss-Simão (2009) também discute sobre estas mudanças, apontando que a Antropologia com o passar do tempo passa a ver o universo infantil “não como um reflexo do mundo adulto, mas sim como um universo qualitativamente diferente e não quantitativamente, como se pensava e se justificava em estudos anteriores” (BUSS-SIMÃO, 2009, p.05). Seguindo esta mudança nos estudos antropológicos, o presente trabalho vem, através de uma pesquisa etnográfica realizada com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na casa de passagem III, localizada no Brasil, mais especificamente na cidade de Natal/RN, compor um novo arsenal de trabalhos académicos, o qual, diferenciando-se de tempos passados, considera as crianças e adolescentes como sujeitos de pesquisa que possuem capacidade de produzir cultura e exprimir opiniões acerca deles próprios e do mundo em que estão inseridos.

“Em que estás a pensar?” Interação devocional *online* entre os Hare Krishnas de Lisboa

Debora Baldelli (FCSH-UNL)

A Internet, através das redes sociais, vem proporcionando novas formas de interação entre os mais diferentes grupos sociais. Estas interações rompem barreiras territoriais, ao mesmo tempo que buscam adaptar-se a um contexto fluido, em constantes (re)significações destes espaços. Os devotos Hare Krishnas fazem constante uso da Internet não só como meio de comunicação, mas também de pregação. A presença online reflete-se através de redes sociais como o Facebook e o Youtube, e também na realização de cursos e canais de TV *online*. O aspecto transnacional do movimento Hare Krishna reflete-se não só na composição de uma comunidade com diferentes nacionalidades, como numa trajetória de constante mobilidade entre templos que se reflete *online*.

Nesta comunicação apresentarei apontamentos iniciais de meu trabalho de campo com devotos de Lisboa em que a Internet apresenta-se como um importante canal de comunicação na dinâmica entre eles e o movimento Hare Krishna como um todo, além de tornar-se também um espaço em que algumas barreiras da relação pesquisador/pesquisado se diluem. Parto do princípio de uma continuidade entre o *offline* e o *online*, sem que um seja visto como contexto do outro (Miller&Slater, 2004), ou seja, em que o mundo virtual não é somente uma recriação e simulação do mundo real, mas parte de um mesmo cotidiano. (Boellstorff, 2008). Proponho portanto demonstrar como a interação *online* faz parte da prática devocional dos devotos Hare Krishnas de Lisboa, refletindo não só estas práticas, como permitindo posicionamentos políticos e sociais, apontando também para novas discussões entre o público e o privado (Ingalls, 2013).

África(s) invisíveis: caminhos e destinos do oráculo de ifá

Olavo Souza Pinto (Universidade de São Paulo – BR)

“A África para nós está em nosso destino”, Babalawo Ifadipo

O uso do advérbio “como” na frase na oração «África como destino» permite uma abertura a diferentes campos semânticos na mesma oração. No sentido adverbial entende-se que na frase “África como destino” exprima a ideia de um determinado ponto ou local ao qual se pretende chegar por meio de uma viagem. Esse primeiro sentido remetemos ao movimento feito por diversos membros de religiões de matriz africana

do Brasil e alhures que têm se deslocado para cidades nigerianas para iniciarem-se no culto de Ifá, em busca de elementos contemporâneos do culto às divindades iorubanas que teriam “sido perdidos” na diáspora. Uma segunda leitura seria de África “como se fosse” um destino, nesse sentido teríamos uma aproximação com o conceito nativo de “destino” pois é a partir da leitura de seus “odus”, seus “caminhos”, que elas justificam essa viagem de retorno para este território. Todas essas opções serão desenvolvidas na análise que se segue. São os seus desdobramentos teóricos possíveis e as reflexões que suscitam no inter cruzamento de significações da pesquisa em campo, o interesse maior desse trabalho.

A espiritualidade em rituais de umbanda: uma abordagem etnopsicológica

Alice Costa Macedo (Universidade de São Paulo – BR); José F.M.H. Bairão (Universidade de São Paulo – BR)

A umbanda é um culto de possessão afro-brasileiro. Dentre suas características marcantes, é possível sublinhar o tom bem humorado de seus rituais. Buscou-se investigar, numa perspectiva etnopsicológica, se e em que medida as teses psicanalíticas sobre o chiste e o cômico podem ajudar a compreender o humor na umbanda. A pesquisa foi realizada em um terreiro de umbanda no estado de São Paulo – Brasil. Procedeu-se a uma escuta participante, entendida como a extensão da psicanálise à pesquisa de campo. A implicação do pesquisador em campo foi indispensável, pois o efeito de sentido é também produzido nele, que escuta e ri, já que assume uma posição de sujeito na estrutura do terreiro, um lugar a partir do qual é interpretado pela comunidade. Foi possível constatar que a compreensão psicanalítica do humor é aplicável às suas ocorrências no ritual umbandista. Nas falas dos umbandistas, o riso revela seu uso terapêutico, um “tratamento” que “quebra defesas”, o que se coaduna com a perspectiva freudiana de descarga de catexias. No entanto, segundo as teses psicanalíticas, frequentemente os chistes permitem a expressão de impulsos agressivos dirigidos ao ouvinte, enquanto na umbanda a função de ser objeto do riso é deslocada para personagens cômicos que representam o que poderia haver de repreensível no outro, deslocando a “censura” sobre adeptos para o enredo de uma comédia atuada por espíritos. Ao brincar com metáforas e sentidos novos, os espíritos dão eco à complexidade do sujeito humano, refletindo-a além de intelectualizações.

Construção de links entre o online e o offline: Netnografia das estratégias de luta desenvolvidas pelo MST

Antonio Simões Menezes (Universidade Estadual da Paraíba – BR / Universidade Federal de Campina Grande – BR)

Na década de 1950, antropólogos como Mitchell (2010) desenvolveram pesquisas de campo pioneiras nas cidades. Esses estudos foram motivados principalmente pela migração do homem às áreas urbanas, onde o modo de vida tribal foi reconfigurado. Há pouco mais de duas décadas, antropólogos e demais pesquisadores das ciências sociais enfrentam o desafio de compreender as consequências da “migração” do homem ao ciberespaço. Nesse sentido, a pesquisa etnográfica oferece mecanismos para interpretar esse mundo social, o qual possui protocolos específicos estruturadores das práticas sociais. Estas são perpassadas por relações de poder materializadas nas disputas sociais, sejam motivadas por questões exclusivas ao mundo *online* ou ao alargamento dos embates do mundo *offline*. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais antigo movimento camponês brasileiro, ocupou o ciberespaço e ali desenvolve diversas ações de luta no campo simbólico. Esta pesquisa, que está em desenvolvimento na Universidade Federal de Campina Grande e será concluída em aproximadamente três anos, tem como um de seus objetivos compreender as apropriações e os usos das novas tecnologias pelo MST. A “netnografia”, que tem como campo o ciberespaço, permitirá o domínio da linguagem e da etiqueta desenvolvidas no ciberespaço e facilitará a compreensão dos mecanismos ordenadores dessas práticas culturais. Só depois de entender as lógicas subjacentes às práticas culturais será possível analisar cientificamente se e como as ações dos sem-terra são pautadas pelas lógicas desse universo ou se as subvertem, bem como relacioná-las adequadamente com as demais estratégias de luta, no campo simbólico, empregadas pelo movimento no mundo *offline*.

Entre pesquisadores e nativos: dilemas de uma abia antropóloga no ciberespaço

Patrícia Ferreira (Universidade de São Paulo – BR)

O ciberespaço oferece valiosas oportunidades de pesquisa para acompanhar as novas dinâmicas do campo afro-religioso brasileiro. Ao veicular reflexões sobre o culto aos orixás, a partir de pesquisas não necessariamente acadêmicas, e do compromisso autoatribuído em transmitir os saberes litúrgicos, internautas afro-religiosos ao mesmo tempo renovam os modelos explicativos da religião e defendem a preservação das tradições. Para melhor observar o fenômeno, criamos no Facebook, um grupo chamado “Candomblé Pesqui-

sa'. Com quase 2000 participantes, dentre pesquisadores nativos e acadêmicos, sacerdotes e iniciados, o grupo vem nos fornecendo base para apreciação e análise do *software* social e o modo como seus recursos são apropriados e resignificados pelos agentes afro-religiosos, de modo a espelhar o *ethos* de sua(s) religiosidade(s). Manter este grupo tem se afigurado também como um grande desafio para a pesquisadora que, ao expor-se como neófito não iniciada, precisa conciliar papéis e corresponder a expectativas que asseverem sua pertença a ambos os grupos – dos pesquisadores acadêmicos e dos adeptos do candomblé. Destarte, com base em minha pesquisa de mestrado, atualmente em curso, sobre as formas de sociabilidade proporcionadas pela interlocução entre as religiões afro-brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação, pretendo debater do ponto de vista teórico-metodológico as possibilidades e limites do método da etnografia digital no que se configura como uma ciber-antropologia das religiões afro-brasileiras. Mas, sobretudo, proponho compartilhar minha experiência de pesquisa junto aos internautas afro-religiosos, neste encontro cheio de riscos para a pesquisadora, para a nativa, e também para a internauta.

Netnografia: Desafios do trabalho de campo no estudo sobre ameríndios na Internet

Izaíra Thalita da Silva Lima (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – BR); José Glebson Vieira (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – BR)

A expansão e o acesso crescente à rede mundial de computadores vêm desafiando os pesquisadores da Antropologia e das Ciências Humanas de um modo geral, a explorar a Internet como um 'lugar' ou campo de pesquisa. Este espaço virtual é hoje apropriado pelas organizações e sujeitos indígenas que inauguram um novo contexto de sociabilidade tecnológica, além de formas distintas de atuação e autorepresentação a partir de uma visibilidade e do uso da linguagem eletrônica e hipertextual. A presente comunicação é resultado do estudo em curso que atualmente desenvolvemos no Mestrado em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH-UERN) no Brasil e aqui se propõe a refletir sobre o papel do pesquisador e os seus desafios diante da necessidade de reconfiguração de conceitos do método etnográfico clássico para o contexto do ciberespaço. Além disso, apontamos os aspectos positivos de se observar e analisar através da Netnografia os pensamentos, modos de vida, lutas políticas e identitárias dos ameríndios nos conteúdos postados nos Portais Indiosonline.net e Indioeduca.org.

P18 – Saúde, estado e moralidades: antropologia em contraponto

Coordenadoras: Rosamaria Carneiro (Universidade de Brasília – BR); Sílvia Guimarães (Universidade de Brasília – BR)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A2.13, Reitoria/Geociências

Os Estados apresentam uma moral que atua por meio de disciplinas e de autoridades, das quais o todo social está investido com relação aos seus membros. Nos dizeres de Michel Foucault, em “Em defesa da sociedade” (2002), tratar-se-ia da “biopolítica”, ou seja, do controle dos corpos de muitas cabeças em nome da perpetuação da soberania. Nesse jogo, a produção discursiva da noção de saúde tem destaque, quando consideramos que “para fazer viver e deixar morrer”, o Estado tem editado políticas públicas nacionais e partilhado de programas internacionais de proteção e de promoção à saúde. Nesse contexto, esses Estados acionam mecanismos de controle que provocam o surgimento de conflitos advindos de ideologias nacionais e de demandas por direitos étnico, raciais e de gênero, em diversas partes do mundo. Entretanto, ao mesmo tempo, observa-se os sujeitos no interior do Estado recriarem sociabilidades acima desses processos moralizadores e disciplinadores em suas vidas cotidianas, buscando “cuidar de si” e em nome da autonomia. A proposta deste painel é discutir como se dá a dinâmica de interação entre os processos de moralização estatal e as redes de sociabilidades criadas como micro movimentos que buscam afastar as fronteiras de dominação, conjugando trabalhos que contornem o campo da antropologia da saúde, de forma a problematizar, em última análise, o próprio campo do fazer antropológico em saúde, seus referenciais e tendências contemporâneas.

Biolegitimidade e política de saúde indígena brasileira

Cristina Dias da Silva (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR)

Este trabalho reflete sobre os desdobramentos do uso da noção foucaultiana de biopoder no que concerne às relações entre agentes e instâncias governamentais e as populações-alvo das políticas públicas de

saúde indígena no Brasil. Baseado no conceito de biolegitimidade (Fassin, 2012), identificamos um deslocamento de legitimidade em torno da categoria de doente nas políticas contemporâneas. Já as pesquisas sobre as políticas de saúde indígena no Brasil apontam para uma dimensão problemática da implantação do Subsistema de Saúde Indígena. De um lado, a noção de corpo doente como resultado da falta de ações eficazes de saneamento parece sobrepujar o debate, por outro lado, em torno das especificidades culturais das noções de corpo e doença. A proposta é analisar um caso etnográfico sobre o papel de mediação dos Agentes Indígenas de Saúde para sugerir como o frequente “diálogo de surdos” observado alerta-nos para a urgência de construirmos enquadramentos teóricos capazes de identificar e dar visibilidade a deslizes de sentido e ambiguidades como algo mais do que efeitos de problemas comunicacionais. Sustentamos que a noção de biolegitimidade reconecta aspectos locais e discretos dos itinerários indígenas aos problemas de diálogo com as instâncias estatais, apontando para a visibilidade do corpo doente como domínio da ação governamental via políticas de saúde.

«A nossa batalha não é procurar a cura, e sim fazer o governo trabalhar»: investigação acerca dos estilos de governo de uma associação de pacientes com Fibrose Cística

Roberta Grudzinski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

A partir de etnografia realizada em uma associação de pacientes com Fibrose Cística no Estado do Rio de Janeiro, e amparada por uma literatura que trabalha com temáticas envolvendo ativismo em saúde, cidadania, e estado, analiso os estilos de governo de associação num cenário onde a saúde pública vem sendo constantemente configurada. Estudos sobre a formulação de políticas de Aids mostram que, desde a constituição de 1988, houve no país a conformação de alianças entre ativistas, gestores, agências multilaterais e indústria farmacêutica, causando uma mudança no próprio conceito de saúde pública – passando da prevenção à medicação (Biehl, 2004). Quando examina a transformação que a biomedicina opera sobre a sociedade, Rose (2010) faz alusão às comunidade biossociais. As pessoas que vivenciam essas condições são denominadas por Rose como pioneiros éticos, uma vez que têm de criar formas de entender, julgar e agir sobre suas condições e sobre as condições de quem tem responsabilidades. Contudo, a etnografia realizada indica que a associação de pacientes atua como um mediador entre os pacientes e o Estado, divergindo de algumas das práticas descritas em trabalhos nos quais o papel das comunidades biossociais costuma ser o de incentivar a autonomia de seus membros no que concerne à formulação de demandas e busca por tratamento. Dessa forma, noções tais como autogoverno e responsabilidade sobre o próprio destino são concepções de alcance limitado para a análise deste campo. Em minhas considerações finais reflito sobre os usos e tensões dessas concepções para a presente etnografia.

Os “atalhos” para acesso ao sistema público de saúde: o sistema instituído e impessoal e as redes sociais relacionais brasileiras

Aderli Goes Tavares (Universidade Federal do Pará – BR); Denise Cardoso (Universidade Federal do Pará – BR); João Tavares Neto (Universidade Federal do Pará – BR)

Introdução: O estudo investiga sobre redes sociais e os “atalhos” construídos por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para acessarem aos serviços de saúde. Compreende-se atalhos como situações instituintes (Castoriadis: 1982) e informais no contexto de um sistema instituído, o SUS, capazes de encurtar a distância entre usuários e serviços. Os atalhos se justificam pelo fato de o caráter universalista do SUS, não garantir acesso a todos os demandantes. O lócus da pesquisa é o bairro do Guamá em Belém-PA e o HUIBB. **Objetivos:** Identificar possíveis “atalhos” de acesso aos serviços do SUS; interpretar a partir dos usuários as distintas formas de atalho, no que concerne aos juízos de valor; compreender os espaços de interseção onde se defrontam a impessoalidade do modelo de gestão do SUS e a cultura brasileira da pessoalidade Barbosa (1992). **Método:** Adotamos o método etnográfico aproximando preceitos do interpretativismo de Geertz (1989) e a hermenêutica de Gadamer (2002). Isto nos permite unir o trabalho de campo etnográfico à abordagem interpretativista, que exercita a compreensão do outro histórico como sujeito envolto num universo simbólico complexo. Utilizamos entrevistas semi-estruturadas, para construir narrativas que identifiquem trajetórias de acesso e permanência dos usuários no SUS. **Conclusão:** Apontamos inicialmente para interações sociais e suas sociabilidades construídas pelo usuário que caracterizam-se como redes e malhas frouxas Barnes (1987) usadas para o acesso ao SUS. Observa-se que as diferentes formas de atalho indicam relações de pessoalidade imersas na cultura brasileira em contraste com um modelo de política pública impessoal.

Gerências da população surda brasileira: conflitos de moralidades

César Augusto Assis Silva (CEBRAP – BR)

A intenção deste trabalho é colocar em relevo distintos modos de gerir a população surda atualmente no Brasil. Historicamente, a surdez foi primeiramente posta como uma patologia que demanda cura, terapêutica e correção. O aproveitamento de resíduos auditivos e a aquisição da oralidade constituiu o cerne da disciplina normalizadora sobre corpos surdos. Atualmente, esta visão médica se traduz na prática do implante coclear, a cirurgia que produz ouvidos biônicos. Contudo, tal concepção médico-corretiva não é mais exclusiva, tampouco hegemônica. Com o reconhecimento jurídico-estatal da língua brasileira de sinais (libras), nos primeiros anos do presente século, tem se institucionalizado um novo modo de gerir a população em questão, o que está se traduzindo em formas de crescente particularização linguística e cultural da dita comunidade surda brasileira, bem como um distanciamento de um discurso patologizante. O processo de consolidação de uma língua de sinais de âmbito nacional, com o aval do Estado, se dá em um duplo processo: como uma forma de resistência aos processos corretivos e médicos sobre corpos surdos, bem como, com o estabelecimento de uma ampla rede permeada de relações em que micropoderes são exercidos de maneira gestual-visual. Assim, a intenção deste trabalho é colocar em debate noções com governamentalidade, população e performance linguística na produção contemporânea da surdez.

As Casas de Saúde Indígena no Brasil: aproximações sobre usos e reflexões indígenas em duas localidades

Sílvia Guimarães (Universidade de Brasília – BR); Marcos Pellegrini (Universidade Federal de Roraima – BR)

Este trabalho pretende discutir como as Casas de Saúde Indígena no Brasil, instituições criadas com o objetivo de acolher os indígenas encaminhados de seus territórios ou dos pólos-base dos DSEIs para receber algum tipo de tratamento médico especializado nas cidades, atuam como espaços que fabricam corpos e pessoas a partir de uma moralidade biomédica vinculada a uma lógica estatal que persiste em tutelar os indígenas e por meio de uma temporalidade que lhes retira da dinâmica vida coletiva nas aldeias e os insere em uma rotina monótona e controladora dos sentidos e emoções. Como instituições disciplinadoras, essas passam a atuar a partir da criação de formas de controle de fluxos e de corpos, representando um caso paradigmático da política indígena da tutela no Brasil. No entanto, essa experiência de individualizar e controlar os corpos indígenas é limitada por micro-resistências vivenciadas pelos indígenas na rede de sociabilidade criadas, subvertendo os estigmas que lhes são imputados. Este trabalho pretende discutir, por um lado, essa situação disciplinadora e, por outro lado, as ações desencadeadas pelos indígenas que a reverterem quando assumem o cuidado de si.

Sobre a produção de pesquisas feitas pelos estudantes indígenas ao longo de seu processo de formação acadêmica na área de saúde

Carmen Lucia Silva (Universidade Federal de Mato Grosso – BR)

Esta comunicação busca apresentar uma reflexão antropológica sobre a produção de pesquisas feitas pelos estudantes indígenas ao longo de seu processo de formação acadêmica na área de saúde na tensão com as exigências dos Comitês de Ética das Universidades brasileiras por meio de normas e regulações de pesquisa instituídas pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), vinculado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A análise focaliza a experiência dos universitários indígenas do Programa de Inclusão Indígena da área de saúde frente às agências estatais reguladoras para que possam realizar suas pesquisas junto às suas comunidades de origem. Tais dilemas nos colocam diante de uma nova situação que, independente da orientação teórica, nos apresentam pontos de tensões e conflitos, entre o que estabelece uma política de proteção do Estado frente aos seus direitos coletivos e autonomia a cerca de seus conhecimentos tradicionais e seus princípios ético-morais. Os estudantes são indicados por seus povos para cursarem o ensino superior para que possam desenvolver pesquisas e produzirem conhecimentos sobre suas sociedades, os órgãos de ensino e pesquisa da UFMT estimulam e apoiam esse *feeling* com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia que reconhece a importância deste processo ao investir em programas de bolsas de iniciação científica. No entanto, os órgãos reguladores aplicam-lhes as mesmas regras estabelecidas aos pesquisadores não-indígenas que historicamente os tiveram como “objetos” de estudos. Esta biopolítica ignora-os como sujeitos detentores e produtores de conhecimento tradicionais.

Termalismo: Diálogos entre Políticas e Práticas de Cuidados de Saúde em Portugal e Brasil

Maria Manuel Quintela (ESEL)

No Brasil, em 2006, as práticas complementares e integrativas foram integradas no Sistema Único de Saúde (SUS). O ‘termalismo social’ é, neste diploma, enunciado como uma dessas práticas. Em Portugal o termalismo está incluído no sistema nacional de saúde e é uma prática da biomedicina. Em 2004 foi publicada uma nova legislação de regularização da actividade termal portuguesa. Nesta nova legislação o termalismo português é categorizado em dois sectores: ‘sector do bem-estar’ e do ‘termalismo clássico’. O primeiro apoiado na vertente da prevenção e da promoção do bem-estar e da saúde e o segundo no tratamento e na cura.

Pretendemos nesta comunicação explorar, a partir de dois estudos de caso (Caldas Novas – Br e Sulfurea – Portugal), se as legislações acima referidas inverteram o sistema de classificação do termalismo nos dois países, e consequentemente a dimensão da medicalização vs. des-medicalização enquanto prática terapêutica sugerindo outras ‘lógicas de cuidar’ (Mol 2008) diferentes daquelas estudadas anteriormente (Quintela 1999, 2008). É ainda relevante discutir numa perspectiva comparativa as categorias de ‘termalismo social’ e ‘termalismo sénior’ e ‘bem-estar’ presentes nas políticas de saúde cruzando-as com noções locais de ‘bem-estar’, ‘velhice’, ‘recreação’, ‘cuidado’ e ‘cura’.

Farmacognosia de Plantas e Conhecimentos Medicinais Amazônicos: redes, práticas de conhecimento e objetos fluidos

Diego Soares da Silveira (Universidade Federal de Uberlândia – BR)

Neste trabalho descrevo a produção de medicamentos a partir de plantas medicinais e conhecimentos tradicionais, tendo como referência uma etnografia realizada junto a farmacólogos que atuam na Amazônia, junto a uma comunidade ribeirinha. Essa experiência etnográfica foi inspirada na teoria ator-rede (Latour, Callon e Law), nas reflexões de Hacking sobre epistemologia histórica e nos trabalhos de Foucault sobre saber e poder no âmbito das redes científicas e governamentais. O trabalho apresenta reflexões sobre o projeto científico da farmacognosia, abordando a sua interface com as políticas públicas na área de saúde e com os saberes medicinais de comunidades tradicionais amazônicas. Ao percorrer a rede sociotécnica associada a esse projeto, veremos como vem ocorrendo o “diálogo” de saberes no campo da biomedicina, que ganhou importância com a recente problematização da relação entre as ciências ocidentais e os conhecimentos tradicionais, dando origem a uma série de temas correlatos, como os procedimentos de repartição de benefícios, a realização de consentimento informado e os debates sobre propriedade intelectual. A noção de ‘tradução’ é agenciada na descrição da relação entre as práticas de conhecimento científicas e ribeirinhas, levantando uma série de questionamentos sobre o caráter ‘fluido’ dos objetos que circulam nas redes e assumem múltiplos significados ao serem apropriados em contextos diferenciados de ação política.

“Essa medida de segurança é infinita ou tem prazo de vencimento?”: interlocuções e desafios entre o direito e a psicologia na Seção Psicossocial da VEP do TJDF

Érica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília – BR); Caroline Quinaglia Brandi (Tribunal de Justiça do Distrito Federal – BR)

A Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ocupa-se do atendimento a pessoas que cumprem medida de segurança, ou seja, uma sentença judicial que as define como doentes e criminosas. Encaminhadas ao contexto judiciário, há dois caminhos a serem percorridos por elas: o tratamento ambulatorial e a internação em hospital de custódia. Nesses percursos, essas pessoas são submetidas a exames, pareceres psiquiátricos e psicológicos, geralmente anuais, cujo objetivo é verificar a cessação de periculosidade. Juntamente com esses exames, requisitos, como tempo de reclusão e existência de parente que as acolha, são observados para permitir uma decisão judicial favorável à desinternação condicional, ou seja, a uma desvinculação da justiça. Trata-se de um terceiro caminho possível. Por meio da análise de um caso emblemático, este artigo busca inquirir sobre a disciplina infligida a essas pessoas no contexto judiciário. Intenta-se, assim, dar voz a inimputáveis e semi-imputáveis, ou seja, pessoas consideradas inteiramente ou parcialmente incapazes de responder pelo caráter ilícito do ato que cometeram, de acordo com o Código Penal. As interlocuções e os desafios existentes entre o direito e a psicologia na Seção Psicossocial da VEP do TJDF emergem como possibilidade de construção de outro discurso por elas, de uma fala que busque a aquisição de autonomia e a responsabilização.

Experiências de parto, Estado e moralidades: São Paulo e Barcelona em contraponto (ontem e hoje)

Rosamaria Carneiro (Universidade de Brasília – BR)

Este trabalho buscará tecer considerações sobre a influência de moralidades estatais/sociais sobre noções de saúde nos processos decisórios femininos quanto ao modelo de parto (cesárea ou parto natural). Para tanto, consideraremos notas etnográficas produzidas em Barcelona e São Paulo, durante os anos de 2009/2010, pensando sobre acepções sociais de parto e de saúde materno-infantil na atualidade enquanto expressão de moralidades quanto à saúde e corpo feminino, sem perder de vista particularidades históricas apontadas em ambas etnografias, a saber, na Espanha, o período franquista e no Brasil o período da modernização, para a difusão da cesárea como modo mais seguro para parir. O intuito maior é, portanto, pensar se e de que modo práticas discursivas pesaram sobre a decisão das mulheres ontem e hoje, à luz do crescente ideário do parto natural, nos dois cenários. Trata-se, então, de um esforço comparativo, tanto espacial quanto historicamente, para o mapeamento da relação entre Estado, moralidades e acepções de saúde/doença, em um diálogo transnacional como pautado pela presente proposta. Proposta essa que, em última instância, explorará moralidades que versam sobre o corpo feminino, biopolítica e vida sexual e reprodutiva, tematizando-a em sua interface com a medicina e controle social.

P19 – Dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: ressonâncias norte e sul

Coordenadores: Regina Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – BR); Paulo Peixoto
Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 1, Reitoria/Geociências

Debatadora: Lorena Querol (CES-UC)

A normatização das políticas preservacionistas por fóruns internacionais e agências multilaterais, com destaque para a UNESCO, vem estimulando uma dinâmica globalizada no campo do patrimônio. O argumento central gira em torno da preservação do “diferente” como um exercício de proteção à diversidade cultural, num mundo em crescente homogeneização.

Diversos países-membros da UNESCO colocaram em marcha, a partir da Convenção do Patrimônio Imaterial (PCI) de 2003, políticas voltadas para a patrimonialização do imaterial, dando lugar ao fenômeno da “patrimonialização das diferenças”. Este fenômeno abarca interesses diversos, expressos em políticas que, por vezes, mais hierarquizam e distinguem as culturas umas das outras do que as acolhem num amplo inventário sobre a diversidade cultural global. Nesta nova configuração, observa-se ainda uma substantiva mudança no protagonismo social do campo patrimonial a nível nacional e local, com o surgimento de uma pluralidade de novos agentes patrimoniais na cena pública: organizações não governamentais, associações representativas de movimentos sociais. O objetivo deste painel consiste em debater: Quais os efeitos de programas de patrimonialização em contextos locais, regionais ou transnacionais? O que vem mudando para as comunidades tradicionais como consequência de registros, tombamentos ou inventários de suas manifestações culturais? Quais os papéis do Estado e quais os novos sentidos do público na atual configuração do Patrimônio Cultural?

A política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil

Celia Corsino (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – BR)

A constituição de 1988 e o conceito de patrimônio cultural. Marcos importantes desde 1922 que apontam as iniciativas do campo do patrimônio. A organização do estado nacional para atender a este campo. Princípios e diretrizes da política do patrimônio cultural imaterial coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia do Ministério da Cultura. A Convenção de 2003 e a participação do Brasil no comitê intergovernamental. A América Latina e o fortalecimento de sua participação no Comitê intergovernamental da Convenção em função dos fóruns de articulação promovidos no âmbito do CRESPIAL – Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina. Pilares da política de salvaguarda brasileira e os instrumentos de identificação, reconhecimento, apoio, financiamento e difusão. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC sua aplicação e abrangência. Os Livros de Registro do patrimônio Cultural imaterial, estabelecidos pelo Decreto 3551 de agosto de 2000: Livro dos Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro das Celebrações: rituais e festas que mar-

cam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro das Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro dos Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. O Inventário Nacional da Diversidade Lingüística. O protagonismo dos detentores e as novas formas de participação no processo de salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial. O desafio da descentralização para ampliação da escala da salvaguarda comprometendo estados e municípios.

(I) Materializar o patrimônio através da música – repensar o lugar da música e da etnomusicologia no processo de inventariação do patrimônio cultural imaterial em Portugal

Susana Sardo (UA)

Em Março de 2008, Portugal ratificou a convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade, através da publicação de um Decreto-Lei posteriormente secundado por normativas regulamentares publicadas em 2009 e 2010. A partir desse momento e igualmente potenciado pelo reconhecimento do fado como pertencente à Lista Representativa da UNESCO do Patrimônio Imaterial da Humanidade, em 2011, o país tem testemunhado um crescente interesse por parte de municípios, associações ou outros organismos locais, no sentido do reconhecimento de diversos tipos de saberes enquanto patrimônio imaterial, onde música parece ocupar um lugar de enorme relevância.

Porém, apesar da música ser também entendida pelas entidades oficiais como um importante domínio no quadro do patrimônio imaterial, ela está ausente da documentação oficial, enquanto enunciado autônomo. De facto, a lei de 2009 que define o processo de salvaguarda do patrimônio imaterial, nunca usa a designação “música” enquanto saber singular. E, de entre as 29 categorias elencadas pela portaria para o registo patrimonial, apenas uma refere explicitamente a palavra música: Manifestações Musicais e Correlacionadas. Esta situação está igualmente expressa no modo como a Portaria que regulamenta o processo de candidatura exclui a figura do musicólogo ou do etnomusicólogo ao mesmo tempo que promove o antropólogo à categoria de “especialista”.

Esta comunicação procura discutir o papel da etnomusicologia na implementação da convenção da UNESCO em Portugal propondo igualmente uma reflexão sobre o modo como a música é “usada”, por diferentes agentes, como intermediária para a transformação do patrimônio em saber imaterial.

Patrimônio cultural imaterial em Portugal: a inscrição da prática cabo-verdiana Kola San Jon como patrimônio português

Ana Flávia Miguel (UA)

A festa do Kola San Jon é uma prática performativa cabo-verdiana que incorpora música, dança e artefactos, associada à devoção religiosa a São João Baptista. Em Portugal, a festa de Kola San Jon acontece desde 1991 numa comunidade de imigrantes cabo-verdianos residentes maioritariamente no bairro da Cova da Moura (referido pelos residentes por Kova M). Em 2012, um grupo de pessoas do Kova M, em colaboração com uma antropóloga e com uma etnomusicóloga, iniciaram o processo de inscrição da festa de Kola San Jon no inventário do patrimônio cultural imaterial português.

No contexto pós-colonial, definido pela relação política entre Portugal e Cabo Verde como “ex”-colonizador/colônia, a rota atlântica do Kola San Jon descreve um processo de des/re-territorialização, que segue os seus protagonistas. Neste caso, a música desempenha um papel importante na manutenção de laços emocionais com o país de origem – Cabo Verde – bem como na construção de um sentido de pertença com a “loveland” – Portugal. No entanto, o desejo da comunidade em inscrever a festa de Kola San Jon no inventário nacional do patrimônio cultural imaterial, levanta questões interessantes relacionadas com as paisagens culturais desenhadas pela música e, especialmente, com o papel da etnomusicologia como ator no processo do questionamento das cartografias musicais.

Nesta comunicação pretendo discutir de que forma a inscrição do Kola San Jon como patrimônio imaterial português ilumina “territórios obscuros” nos quais o diálogo pode (ou não) transformar esta prática performativa num patrimônio de conciliação pós-colonial.

A patrimonialização das culturas, o “ethos” antropológico e o campo do sagrado no Brasil

Regina Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – BR)

A comunicação toma como ponto de partida um depoimento do antropólogo e membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Roque de Barros Laraia. É analisado este novo lugar do antropólogo como mediador, articulador e avaliador de dossiês enviados por representantes da sociedade civil para organis-

mos estatais. A partir desta experiência singular, a comunicação traz alguns elementos para uma reflexão sobre o “*ethos* antropológico” e de como uma nova e singular perspectiva que tem sido introduzida na aplicação das políticas públicas: as referências às cosmologias e ao campo do sagrado.

Patrimônio, Memória e Espaço no Rio de Janeiro, Brasil

José Reginaldo Gonçalves (IFCS-Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

The focus on the ways people in a suburb of Rio de Janeiro understand heritage, memory and place. There one is facing distinct ways of understanding the concept of heritage: one is based on an abstract and legal perspective; the other is based on the everyday life experience of local residents.

Ressonâncias do imaterial em ambientes urbanos reabilitados

Alicia Norma González de Castells (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

No marco da temática proposta pretende-se discutir as transformações conceituais que deram novos sentidos ao patrimônio cultural, especificamente, a polêmica criada ao redor do par material x imaterial. Focando na reabilitação de centros históricos, bairros, ruas na cidade contemporânea debater experiências locais onde o tangível e o intangível interagem atribuindo novos sentidos aos lugares patrimoniais.

Artesanato tradicional em Oriximiná/PA (Brasil): aspectos de um inventário na etnoeducação

Adriana Russi Tavares de Mello (Universidade Federal Fluminense – BR)

Neste trabalho tratamos de pesquisa sobre saberes e artefatos cujo aprendizado se deu ao longo das gerações entre moradores de município brasileiro na região amazônica – Oriximiná no estado do Pará e que denominamos artesanato tradicional. O inventário realizado através de pesquisa etnográfica consultou 125 artesãos em 31 comunidades – ribeirinhos, quilombolas, indígenas e moradores rurais de terra firme. Identificamos 64 tipos de objetos confeccionados com diferentes tecnologias: trançado, utensílios de madeira, cerâmica, adornos, tecido. O que observamos em muitos lugares em geral, e em Oriximiná, em particular, é que vários objetos artesanais cederam espaço a outras formas de produção. Apesar da substituição por objetos industrializados, os grupos em foco continuam a produzir muitos objetos de forma artesanal para uso diário e para fins comerciais. Estes objetos revestem-se de um valor específico, para as comunidades visitadas e seus artesãos se mostraram “materiais de memória” e “referência cultural” em suas comunidades. O inventário, para além do caráter classificatório e do próprio registro do artesanato se mostrou importante instrumento no trabalho de formação continuada de educadores da rede pública de Oriximiná no que denominamos “etnoeducação”. Nesse sentido, é um ponto de partida necessário e um instrumento que produz informações e que possibilita, entre outras coisas, novas pesquisas e ações constitutivas das políticas como aquelas voltadas à preservação do patrimônio cultural, bem como reflexões sobre o significado de algumas categorias de classificação como cultura, tradição, artesanato, educação.

Pressupostos, Critérios, Instrumentos e Desafios na Salvaguarda do PCI

Maria Cecília Londres Fonseca (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – BR)

A Convenção de 2003 veio atender a uma demanda de vários países no sentido de tornar o patrimônio cultural reconhecido pela UNESCO mais representativo da diversidade cultural do planeta. No processo de elaboração da Convenção, procurou-se evitar a menção ao critério de “excepcionalidade”, presente na Convenção de 1972, em favor da “representatividade”, para produtores e detentores, dos bens a serem reconhecidos, visando a uma concepção mais “democrática” de patrimônio cultural. Após dez anos, já é possível analisar o modo como os diferentes países vêm se apropriando da Convenção, o que indica uma grande variedade de critérios de seleção e de instrumentos de salvaguarda, o que tem levado a uma compreensão bastante ampla, até mesmo ambígua, da noção de PCI. Discutir esses aspectos numa visão comparativa, tendo como foco a política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o PCI no Brasil é nosso objetivo.

“Sou do fado”. Patrimônio e identidade no processo de integração do fado na lista da UNESCO

Rita Jerônimo (CRIA)

A patrimonialização do imaterial constitui uma arena onde se encontram as dinâmicas políticas, econômicas e turísticas num processo de construção de identidades locais e nacionais. O reconhecimento dos elementos de patrimônio cultural imaterial por parte da UNESCO fazem parte de processos mais latos de objectificação e tematização da cultura através dos quais as práticas sociais

“ganham” uma “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett) e podem encontrar novos usos num movimento de reformatação ou revitalização que as torna, no seio do processo de turistificação, mais apelativas para o exterior.

O caso da integração do fado na lista do Património cultural da Humanidade da UNESCO constitui uma situação exemplar para equacionar a circulação mercantilizada da cultura, uma vez que uma prática cultural considerada tradicional é reinterpretada e ganha um novo significado transformando-se, num novo enquadramento, em cultura institucionalizada.

“As tramas do intangível”: A construção imagética e a objetivação da cultura no campo do património imaterial brasileiro

Patricia Martins (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

Cada bem cultural selecionado como património imaterial brasileiro, tem a seu modo uma “trajetória cultural”. Sua inserção em acervos, catalogações e “patrimónios” torna-se apenas um momento na vida social. No entanto, esse momento é crucial, pois nos permite perceber os processos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de idéias, valores e identidades (Gonçalves, 2007). Neste caso, a produção imagética e documental que abarca a formulação destas pesquisas é uma porta de entrada privilegiada para pensarmos não somente a dimensão da autoria na formulação, na condução e na apresentação destes dados de pesquisa, mas também, nas estratégias que permitem o etnógrafo transformar sua “experiência de campo” em uma “representação visual”, tomando em conta que a antropologia é chamada para o centro destas políticas patrimoniais. O artigo aqui proposto busca dialogar com trabalhos antropológicos sobre a política – ou, como é o caso específico, sobre políticas públicas culturais. Adotamos aqui uma abordagem similar às de Cunha (2009) e Goldman (2006), que assumem que o objetivo de uma antropologia da política é, de modo geral, conhecer o ponto de vista dos nativos acerca de “política” – e em nosso caso, de “cultura”, “património”, e das outras noções associadas.

O que há de imaterial no património imaterial?

Paulo Peixoto

O património revela o mundo como ele é, evidenciando toda a sua carga política. A comunicação propõe-se discutir a validade da categoria “património imaterial” para pensar as categorias patrimoniais e o seu uso. A convenção do património imaterial, 10 anos após o início da sua vigência, acentua alianças e oposições que nos permitem ver o mundo através do património. Por que razões a categoria do património imaterial suscita reações tão divergentes entre países e atores envolvidos na patrimonialização?

P20 – Experiências e práticas alternativas de pluralismo jurídico na globalização neoliberal

Coordenadores: Fernanda Maria Vieira (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR); Mariana Trotta (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR); Orlando Aragón Andrade (Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo – MX)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.12, Reitoria/Geociências

O estudo do pluralismo jurídico possui uma longa trajetória de reflexão nas últimas décadas, enriquecido com as contribuições de outras áreas de conhecimento, especialmente no campo da antropologia, cuja formação teórica propiciou uma análise para além dos limites das esferas estatais recuperando experiências de produção de direito inovadoras e emancipadoras.

Em certo sentido, a potencialidade desses estudos residuiu no reconhecimento do paradigma pós-colonial que propiciou uma leitura crítica da tradição moderna ocidental demarcada por uma perspectiva de unicidade invisibilizando experiências em múltiplos campos do conhecimento, dentre eles: o jurídico.

O que se pode observar é uma mudança significativa no conceito dominante de legalidade no capitalismo pós-moderno, que já não opera sob uma lógica monista (se é que alguma vez o fez!), mas agora há um processo de tensão mais evidente a partir da existência de uma constelação de legalidades a serviço do capital ou na sua contraposição.

De fato, o fenômeno da globalização trouxe possibilidades de ampliação das zonas de contato colocando em questão o campo jurídico a partir de modelos alternativos de resolução de conflito, tendo por referência novos paradigmas gestados por movimentos sociais, tradicionais ou não, que buscam a efetivação dos direitos independente do reconhecimento da esfera estatal.

A nova configuração nos obriga a repensar o significado político das expressões do nosso pluralismo jurídico existente. Neste sentido este painel tem como objetivo discutir e analisar o papel das diferentes experiências políticas de pluralismo jurídico no contexto da globalização neoliberal.

O Pluralismo Jurídico Estatal Cabo-verdiano: O Caso dos Tribunais Populares (1979-1991)

Odair Varela (Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais – CV)

Neste *paper*, a análise dos contornos do princípio da «justiça popular» instaurado pelo Estado cabo-verdiano, e por outros Estado africanos de língua oficial portuguesa, antecede a imersão feita no período após a extinção dos Tribunais Populares em 1991 e que se caracteriza pela hegemonia do direito estatal, tributária, em grande medida, do direito estatal colonial. Face a este cenário, procura-se, de forma embrionária, perscrutar o estado, ou o ponto de situação, das forças que resistem ao crescente processo de globalização hegemônica do princípio do Estado de Direito Democrático e que pugnam pela emergência da pluralidade jurídica existente mas oficialmente não reconhecida (ausente).

Posse agroecológica: um instrumento de efetivação do direito das comunidades tradicionais à terra

Marcus Dantas (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR)

A luta das populações tradicionais pela terra tem na sua regularização jurídica uma etapa intransponível. Mas a concepção “oficial” do direito de posse e de propriedade é pautada pela ideia de exclusividade da titulação, onde o uso compartilhado é visto como uma “deturpação” do sistema. Da mesma forma, a regulamentação jurídica do direito de propriedade é marcada por uma concepção mercadológica, onde a relevância do uso exclusivo decorre do seu valor econômico.

Nesse contexto, o trabalho procurará destacar a relevância e a potencialidade do instituto da posse agroecológica, mecanismo elaborado no intuito de viabilizar juridicamente o apossamento coletivo e que tem como fundamento os modos plurais através dos quais os “povos da floresta” se relacionam com o território. A argumentação terá como base a luta pela regularização da terra das populações tradicionais existentes no Município de Oriximiná/PA onde, tanto as comunidades ribeirinhas quanto as remanescentes dos quilombos, tem unido esforços pela busca da titulação da terra em condomínio. Para além dos contrastes identitários, tais comunidades possuem formas de territorialização coletiva aproximáveis, tendo em vista o uso comum das matas, dos lagos de pesca para consumo familiar, o fato de morarem em um lugar e plantarem seus roçados em outro muito distante, etc. (ODWYER: 2010, p.9). Tais práticas de ocupação requerem soluções jurídicas criativas, adaptáveis ao mosaico de seguimentos populacionais característico da região amazônica. Assim, a posse agroecológica traz novo fundamento ao instituto da posse e é representativa de uma visão pluralista do direito à terra.

El pluralismo de los autores: la propiedad intelectual que no es

Lucero Ibarra (Università degli Studi di Milano – IT)

La pretensión de expansión del derecho de propiedad intelectual, especialmente en cuanto herramienta de protección de los intereses de poderosas empresas transnacionales, ha creado también espacios globalizados de resistencia que producen regulaciones con la intención de cambiar las condiciones de disseminación de la cultura. Existe, por supuesto, un espacio de negociación entre los Estados mismos en el derecho internacional, que atiende a los intereses de sus modelos industriales más relevantes. Existe también una reconfiguración de los derechos de propiedad intelectual por algunos grupos subalternos, que llevan el texto de la ley a lugares incómodos dándole nuevos significados en el uso. Y finalmente, existen movimientos que median en lo ilegal, negando los principios de la propiedad intelectual en el diseño de normativas abiertas y negociadas entre los creadores (como el *copyleft* y la iniciativa de *creative commons*), que rechazan al sistema de propiedad intelectual por usarlos en discurso sin representar sus intereses (la ironía del derecho de autor). Cada posición representa una relación y una concepción diferente respecto de la cultura y la manera en la que se produce en la sociedad. Sin embargo, aunque las últimas se ubican esencialmente como resistencia, inherentemente opuestas a las hegemonías de la globalización neoliberal, existe en su pluralidad una falta de articulación que no termina por estructurar un cuestionamiento global sobre la pertinencia general del sistema de propiedad intelectual.

Cuando el derecho regresa al pueblo. La reaparición de la ronda comunitaria indígena de Cherán, México

Orlando Aragón Andrade

En abril de 2011 la comunidad purépecha de San Francisco Cherán se levantó contra el crimen organizado que saqueaba sus bosques, secuestraba y asesinaba a sus habitantes y extorsionaba a sus comerciantes. Esta revuelta popular se produjo, además, por la incapacidad – en algunos casos – y complicidad – en otros tantos – de las autoridades estatales que lejos de acabar con el problema lo dejaron crecer.

Después de un enfrentamiento contra los integrantes del crimen organizado los habitantes de Cherán en asambleas populares decidieron que el tema de la seguridad de la comunidad era prioritario y que no lo podían dejar en manos de las autoridades estatales que ya habían demostrado su incapacidad o su complicidad con el crimen organizado. Por tal motivo fue revivida una vieja figura de orden de la comunidad que había sido abandonada décadas atrás y que a partir de ese momento hasta la actualidad se ha encargado del orden y la vigilancia en la comunidad. En este trabajo analizo los primeros meses de funcionamiento de la ronda comunitaria de Cherán, cómo estuvo estructurada, qué conflictos resolvía, qué procedimientos seguía en la resolución de conflictos, entre otros aspectos.

As vozes da terra: O pluralismo do direito no conflito por terra. Sistema judicial X MST

Fernanda Maria Vieira (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR)

Em 2007, a partir do dossiê elaborado pelo Brigada Militar, que se propunha a investigar o MST e seus vínculos com as FARC na região Norte do Rio Grande do Sul, uma série de ações jurídicas foram desenhadas, que desvelam um conflito que ultrapassa a disputa pelo território e de projetos políticos e agrários. Contando com a atuação significativa dos Judiciários Estadual e Federal e do Ministério Público Estadual e Federal, onde se destacam a ação penal com base na Lei de Segurança Nacional (Lei n.º 7170/83) e Ações Cíveis Públicas que objetivavam reduzir a atuação do MST, bem como a deliberação de extinção do MST.

Entendemos que o resgate da história que gestou a ação penal é reveladora do cenário atual de crescimento dos discursos punitivos, marca da hegemonia neoliberal, onde se percebe uma ampliação dos processos de criminalização da pobreza em geral e dos movimentos sociais reivindicatórios, desvelando territórios marcados pelo conceito de estado de exceção, ao mesmo tempo em que apresenta uma linha (não tão) contínua com o passado colonial, que se assenta na noção de controle e submissão das classes populares por meio do estatuto penal.

A pesquisa realizou entrevistas com integrantes do sistema judicial e do MST onde se percebe visões múltiplas acerca do direito, justiça, democracia, enfim, uma percepção pluralista dos usos do direito que acaba por impor, no caso do MST, uma compreensão diversa da matriz positivista ocidental, buscando sedimentar novas perspectivas e, portanto, alcance para a efetivação do direito.

Identities in Recognition: A Reflection on Plural Legal Practices

Aline Caldeira Lopes (Centro Universitário de Volta Redonda / Centro Universitário Geraldo Di Biase – BR)

O processo de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil é, atualmente, campo de disputas e tensões em torno de temas como o acesso à terra, políticas públicas de maneira geral e o reconhecimento de uma identidade. O objetivo deste trabalho é o de analisar práticas jurídicas plurais nesse processo social, tendo como referência empírica o caso da Ilha da Marambaia, situada no litoral do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Procuramos analisar em quais situações e por meio de quais atuações o Judiciário contribui ou não para o reconhecimento da comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, seja legitimando, respaldando, defendendo e sendo favorável às demandas e reivindicações pelo direito à terra, aos meios de sobrevivência (como fazer roças, pescar, reformar ou construir casas, etc.) e à identidade. No mesmo sentido, procuramos perceber também em quais situações o Judiciário atua no sentido de negar, impedir, dificultar ou não reconhecer estes direitos, etc. O Judiciário fez-se presente de maneira contínua em todos os momentos da nossa análise. Essa atuação, na condição de mediador do conflito, foi, predominantemente, contraditória, pois, ao mesmo tempo em que reconheceu direitos, negou-os. As práticas contraditórias do Judiciário são constitutivas de um campo de tensão, de luta, de disputa, divergências de interesses e cições.

Reflexiones en torno a la construcción de Institucionalidad de una experiencia comunitaria. El caso de la Policía Comunitaria de Guerrero

Florencia Mercado (Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa – MX)

El tema de la seguridad en manos de la población ha generado posturas radicalizadas en torno a las implicaciones de la descentralización del estado en esta tarea, sobre todo en contextos estigmatizado por la

violencia estructural. En México, asistimos a una oleada mediática que ha generado enormes confusiones en torno a lo que se entiende por policías comunitarias, autodefensas, policías rurales y policías del pueblo. En esta ponencia me conformo con elaborar una reflexión sobre la institucionalidad que se expresa en la Coordinadora Regional de Autoridades Comunitarias-Policía Comunitaria (CRAC-PC) a través del análisis del performance, con el objetivo de observar las dinámicas de representación que ha generado esta organización encargada de impartir justicia, brindar seguridad y llevar a cabo una política de reeducación a una población de aproximadamente 350,000 en las regiones Costa Chica, Montaña y Costa-Montaña de Guerrero. Con ello esta institución comunitaria (como ellos la llaman), ha logrado reducir considerablemente la situación de violencia, priorizando la construcción discursiva frente al uso efectivo de las armas.

A Mediação Penal no Brasil: Três experiências de justiça restaurativa e seus desafios

Criziany Felix (UC)

O escopo geral da investigação é analisar se os caminhos apresentados através da Justiça Restaurativa, como modelo alternativo de gestão de conflitos, possuem potencial emancipatório, viabilizando a superação das linhas abissais estruturantes da Justiça Penal Moderna de cunho liberal. Foco nas experiências de Mediação Penal, como instrumento para realização de Justiça Restaurativa, em Jaboatão dos Guararapes/Pernambuco, no Gama/Distrito Federal e no Núcleo Bandeirantes/Distrito Federal. A apresentação encontrar-se-á dividida em duas partes: a primeira tratará do referencial teórico que fundamenta meu estudo e a segunda versará sobre a caracterização das três experiências investigadas e seus desafios para se consolidarem como práticas emancipatórias. Na abordagem teórica (i) analisarei o pensamento de Boaventura de Sousa Santos no que tange às tensões da modernidade ocidental, nomeadamente, o que o autor denomina de “pensamento abissal”; (ii) apresentarei o direito penal moderno ocidental, de cunho liberal, como uma manifestação do referido pensamento e (iii) discorrei sobre as directrizes basilares da Justiça Restaurativa. Para a realização da pesquisa de campo, as metodologias utilizadas foram: (i) entrevistas; (ii) observação participante e (iii) análise documental. No decorrer da investigação no terreno deparei-me com experiências de Mediação Penal muito diversas e com diferentes graus de emancipação, que variavam em virtude da complexa teia de relações que se estabelecia entre os diferentes atores institucionais envolvidos e a comunidade.

O Pluralismos jurídicos, paces sociales y la transformación de conflictos

Florencia Benitez-Schaefer (University of Innsbruck – AT)

En el contexto de pluralidad y renovación político-teórica que nutre la teoría y práctica del pluralismo jurídico, la pregunta por la paz social se vuelve crucial, como lo hacen notar los muchos conflictos alrededor de la puesta en práctica de regímenes pluralistas de derecho. A su vez la legitimación de diversos modelos jurídicos, se basa en gran medida en la aseveración de su capacidad de generar y mantener la paz social. Poco se ha cuestionado, sin embargo, la búsqueda de la paz como elemento unificador, ni la pertenencia de estos múltiples derechos a un espacio común dedicado a la resolución de conflictos.

Sin embargo, en los estudios de paz se está produciendo un cambio de paradigma clave que puede ser útil para repensar al pluralismo jurídico y su rol social. John Paul Lederach propone, en este sentido, la ‘transformación de conflictos’ en vez de su resolución. Esta propuesta va de la mano de una pluralización de la paz como concepto y vivencia, como plantea Wolfgang Dietrich.

En este contexto, cuál es el aporte del pluralismo jurídico a las paces sociales y a la transformación de conflictos sociales? Y cómo pueden servir estos nuevos planteos como marco teórico para la teoría y práctica del pluralismo jurídico como una búsqueda que va más allá de la mera oposición a una hegemonía estatal? Esta colaboración propone, basándose en recientes ejemplos latinoamericanos, una reflexión sobre el rol de las teorías y prácticas de pluralismos jurídicos para las paces y los conflictos sociales.

A representação patronal brasileira e a questão ambiental: disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988

Ana Claudia Tavares (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

Os estudos sobre experiências de pluralismo jurídico costumam voltar-se a grupos situados do chamado lado colonial da modernidade, bem como destacar as perspectivas emancipatórias dos usos diferenciados e contra-hegemônicos do direito, ao integrá-lo com a política (SANTOS, 2003). O presente artigo parte de pressupostos epistemológicos críticos à colonização do saber promovida pela ciência ocidental com pretensões universalistas e examina as disputas jurídicas que envolvem a entidade sindical que oficialmente

representa a classe dominante agrária brasileira – a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – sobre a legislação relacionada ao âmbito ambiental, a partir da Constituição brasileira de 1988. Concluímos que a CNA afirma o mito de sua neutralidade da ciência e da lei, que beneficia o poder patronal e sustenta a inconstitucionalidade de normas estatais, sob o ideário do primado do direito de propriedade e da livre iniciativa sobre os direitos sociais, o que configura o uso hegemônico do Direito, conforme concepção de Boaventura de Souza Santos (2003). A CNA taxa de ideológicos o uso de leis e os saberes de diversos grupos sociais que resistem ao modelo capitalista agroexportador de apropriação da natureza.

Lutas pela terra e a vara agrária em Marabá (Brasil)

Mariana Trotta (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

O Brasil, ao longo da história, foi palco de fortes conflitos pela posse da terra, decorrente do modelo hegemônico de apropriação da terra e de produção, que gerou a concentração fundiária e inúmeros trabalhadores rurais sem terra, que passaram a promover lutas contra-hegemônicas pelo acesso à terra, moradia, trabalho dentre outros direitos. Muitos destes conflitos foram, no decorrer dos anos, levados ao judiciário. O trabalho aborda esses conflitos em uma região do Brasil, o sudeste paraense, localizado na região da Amazônia brasileira. Nesse estado foram criadas pelo Tribunal de Justiça, varas especializadas para mediar esses conflitos, uma delas instalada em 2002, na cidade de Marabá, localizada no sudeste paraense. Essa vara especializada julga principalmente processos relativos a conflitos coletivos pela posse da terra. Essas ações possessórias propostas por fazendeiros ou empresas detentoras de títulos relativos a terra, nem sempre legais, contra ocupações de fazendas por trabalhadores rurais, tem recebido decisões diferenciadas, em alguns casos os juizes proferiram decisões que reforçaram a concentração fundiária, mas em outros, as decisões tem contribuído para o questionamento do modelo hegemônico de desenvolvimento adotado na região. Nesse sentido, o trabalho analisa as lutas pela terra no sudeste paraense e sua relação com o sistema de justiça criado especialmente para tratar desses conflitos. É dada atenção a abertura e recepção das reivindicações de direitos pelos movimentos de trabalhadores rurais sem terra da região, pelas varas especializadas, buscando compreender a interpenetração ou não do pluralismo jurídico nesses espaços.

Pós-colonialismo e Estados multiculturais

Aline Cristina Oliveira do Carmo (Colégio Pedro II – BR)

Considerando as recentes alterações normativas de determinados países, como Bolívia, Equador, Brasil e Colômbia, é possível afirmar que estamos diante de um processo de construção de um novo modelo de Estado, o qual toma para si o dever de proteção de sua diversidade cultural. Sendo assim, pretende-se analisar as inovações jurídicas trazidas por esses países no que tange à proteção de determinados povos, em especial indígenas e comunidades afrodescendentes.

Com isso, pretende-se demonstrar que é necessário buscar a construção de sociedades democráticas a partir de uma perspectiva pós-colonial, que vise combater a ideia de “um Estado, uma nação”. Isso porque o crescimento de países latino-americanos no contexto da globalização evidencia um encontro de diversos olhares e propostas sobre o que é (ou como deve ser) uma sociedade efetivamente democrática. Para tanto, servirão de base as análises de Frantz Fanon, Maldonado-Torres, Aníbal Quijano e, no que tange ao papel da comunidade internacional, os trabalhos de Ariel Dulitzky e Will Kymlicka.

P21 – Lugares, culturas, patrimônios. Jogos de contraponto nos campos lusófonos

Coordenadores: Ema Cláudia Ribeiro Pires (UE / CRIA); Cyril Isnart (CIDEHUS-UE)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Sala 3, Ciências Veterinárias

Os usos políticos das culturas (nacionais, regionais, locais e étnicas) corresponderam a um paradigma de governança que ligava consubstancialmente culturas e lugares. Uma parte da antropologia (difusionismo, culturalismo, folclore) inscreveu-se nesta perspectiva, tendo sido instrumentalizada pelos poderes modernos. Contudo, a tríade lugar/cultura/herança foi radicalmente redefinida pelas análises da mobilidade e das migrações. A perspectiva desterritorializada das culturas põe em questão a continuidade entre espaço

e pertença, até celebrar o não-lugar. A antropologia revela-se assim um contra-discurso real face às formas de localismo comuns. Não obstante, assistimos hoje a um retorno da mobilização do lugar nas dinâmicas patrimoniais que parece paradoxal vis-à-vis a estruturação desterritorializada das migrações. A partir da construção/desconstrução dos bens patrimoniais que têm historicamente uma relação privilegiada com o lugar, este painel pretende contribuir para desenhar essa evolução histórica, social e antropológica nos contextos espaciais lusófonos. Em concreto, vamos explorar três temas: o lugar na tradição antropológica lusófona; a “patrimonialização das diferenças culturais” durante e depois do colonialismo; o regresso do território nas políticas públicas atuais. Esperamos estudos de casos etnográficos e balanços teóricos nos campos lusófonos para evidenciar o jogo de contraponto entre a antropologia, os lugares e as culturas.

Mato Grosso português: uma abordagem etnográfica das heranças coloniais no Oeste do Brasil

Maria Fatima Machado (Universidade Federal de Mato Grosso – BR)

No Brasil, o fazer antropológico alcançou, nas últimas décadas, as suas fronteiras mais distantes. Em Mato Grosso, onde desde o final do século XIX aportam etnólogos de várias nacionalidades, em busca dos últimos povos “primitivos” da terra, vemos hoje a fixação progressiva de novos professores e pesquisadores, formados pelos principais centros de reflexão do país. Nesses ambientes universitários, os antropólogos convivem com uma grande diversidade sociocultural e com as consequências conflituosas de uma forte expansão econômica, que impõem uma reflexão constante acerca do “estar aqui” e “escrever aqui”. Dentre seus desafios está a renovação do olhar acerca de temas e objetos consagrados em outros campos de conhecimento, que permita avançar no debate em torno da constituição da sociedade mato-grossense atual. Esta proposta tem como objetivo fazer uma abordagem etnográfica das relações cotidianas entre portugueses, índios e negros nas fortificações, aldeias, vilas e arraiais de mineração na segunda metade do século XVIII, que levaram à exploração colonial, ao povoamento e à consolidação da fronteira Oeste do Brasil. Com o tempo, as heranças arquitetônicas da colonização – antigos “lugares da civilização” – foram re-significadas, territorializadas e patrimonializadas por uma população descendente de índios e negros, que identifica a sociedade mato-grossense tradicional, hoje estigmatizada pelos novos “civilizadores” do sul.

Na Trincheira do Folclore: Cultura Popular, Região e Nação.

Ana Teles da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

A *Revista Brasileira de Folclore* (1961-1976) e os *Cadernos de Folclore* (1968-1986) são publicações da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão do Governo Federal criado em 1958. Estas publicações foram uma das formas de atuação da rede de folcloristas que tinha membros em várias regiões brasileiras. Eram autores dos artigos estudiosos da cultura popular e folcloristas que muitas vezes escreviam sobre experiências de contato bastante localizadas e pessoais com a cultura popular. Ao mesmo tempo em que os estudiosos falavam de práticas culturais locais havia a discussão em torno da origem destas situando-as para além de seus contextos regionais e inserindo-as em circuitos de influência transnacionais ao apontar suas origens europeias – sobretudo portuguesas – e africanas.

Neste trabalho pretende-se discutir como eram construídas e consagradas determinadas práticas culturais como sendo folclóricas e de que forma estas eram relacionadas a determinadas localidades e consideradas como patrimônio da uma região ou da nação. Pretende-se entender como era construída a ideia de herança cultural europeia e africana junto a maior ou menor importância dada às adaptações locais destas práticas. Porquê aparece tão frequentemente nestas publicações a preocupação de que estas práticas estariam fadadas ao desaparecimento, tendo que ser registradas e preservadas? Como o contato de folcloristas brasileiros com folcloristas portugueses e, menos frequentemente folcloristas africanos, ajudou a criar a ideia de uma cultura portuguesa desterritorializada, e criadora de um patrimônio cultural tido como brasileiro? Essas são as questões a serem abordadas neste trabalho que fazem parte de uma pesquisa de doutoramento.

Objetos religiosos: peças da “nossa cultura”, elementos da “cultura popular”

Lilian Gomes (Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

Esta comunicação volta-se ao debate dos usos políticos da noção de “cultura”, a partir da observação da circulação de objetos religiosos católicos em dois contextos etnográficos distintos. Em um deles, localizado em Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, destaca-se a mobilização do poder público na busca por “bens desaparecidos”, reconhecidos como “patrimônio” e, por conseguinte, como “partes da nossa cultura”.

Nesse caso, a “arte sacra” pode ser entendida como indiscutivelmente constitutiva de um patrimônio comum, no qual imagens de santos e outros objetos figuram como signos distintivos da tradição religiosa, então oficialmente instrumentalizada e subordinada à “cultura” e à políticas de patrimônio estabelecidas. Já no caso tomado como contraponto, localizado no Rio Grande do Norte, no Nordeste do país, evidencia-se a ideia de “cultura popular”, que notadamente remete à práticas culturais do “outro”. A alteração acionada traz a lume o sertanejo praticante de um catolicismo popular de outrora, não raro subsumido ao “local” e aos estudos de “folclore”. Nesse caso, imagens de santos e outros objetos, como os ex-votos, têm um estatuto mais precário, no qual hesita-se entre a classificação como “artesanato” ou como “arte popular”. Isto posto, vê-se que a circulação de objetos aponta para pertinentes problemas de pesquisa acerca das diferentes localizações da “cultura” e do olhar antropológico que podemos lançar sobre elas.

Processos de reconhecimento patrimonial em Cabo Verde nos trajetos e limites da caboverdianidade

Tânia Madureira (UC)

No contexto de Cabo Verde regista-se um crescente número de iniciativas que procuram reconhecer o valor patrimonial e cultural de práticas, saberes e objetos. Partindo de um estudo de caso particular, designadamente o projeto de revitalização da olaria na localidade de Trás di Munti (Tarrafal, ilha de Santiago) procura-se refletir, em primeiro, sobre os propósitos e lógicas inerentes a estas iniciativas, centradas em singularidades territoriais e em aspetos sociais e culturais distintivos. Em segundo pretende-se analisar como estas se encontram ancoradas em paradigmas de autenticidade que tendem a ativar as tensões associadas à oposição modernidade *versus* tradição, a qual, por sua vez, remete para os debates em torno da caboverdianidade. Neste sentido, propõe-se abordar a complexidade histórica trazida por esta oposição e a forma como configurou diferentes perspetivas e significados sobre práticas, saberes e objetos, atualmente entendidos como património.

Lugares como campos comunicativos

Wilson Trajano Filho (University of Brasília – BR)

Lugares são, antes de tudo, nomes cujos significados fazem mais do que se referir a pontos no espaço físico. Como nomes, lugares são signos duradouros, conformados por temporalidades específicas, que evocam, pela memória ou imaginação, eventos passados e ajudam as pessoas a delinear para si e para o grupo a que pertencem futuros possíveis. Ainda como nomes, lugares não são dados mas, antes, construídos. E construir lugares é equivalente a criar tradições, modos de ser e estar no mundo e formas de se relacionar com os outros – ingredientes básicos das identidades pessoais e sociais. Lugares não têm necessariamente a concretude que as pessoas usualmente lhes atribuem. Assim, podemos dissociá-los da ideia de senso comum de território físico e alcançar um novo entendimento acerca deles como redes imaginárias conformadas por campos comunicativos cujo alcance é delimitado pelas tecnologias de comunicação disponíveis, por valores culturais e constrangimentos estruturais. O presente trabalho desenvolve estas ideias acerca dos lugares, examinando como os membros das tabancas cabo-verdianas e das manjuandadis guineenses criam, mobilizam, mantêm e/ou reformulam seus laços com os lugares que as sediam.

Teatros de sombras: sobre antropologia, patrimonialização e poder em Malaca

Ema Cláudia Ribeiro Pires (UE / CRIA)

Partindo de um estudo de caso etnográfico sobre o grupo crioulo de Portugueses de Malaca, (e com enfoque cronológico situado entre 1929-2009), a presente proposta de comunicação problematiza as noções de lugar e herança usados por várias categorias de pessoas – académicos, missionários e políticos – para classificar o grupo

Nesse sentido, o trabalho aborda o processo de patrimonialização das diferenças culturais em Malaca (Malásia Ocidental), durante e após o colonialismo e discute o poder contrapontual da antropologia enquanto contra-discurso reflexivo acerca do grupo dos Portugueses de Malaca.

Viriato: formas patrimoniais de reinscrição local do herói antigo

Manuel Neves (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – FR)

Numa perspetiva de ideologia política Viriato foi gradual e cumulativamente apropriado de forma a integrar os valores culturais de Portugal. Desde o século XVI, e através de processos de instrumentalização identitária e ideológica complexos, o herói antigo é assim transformado em referente dos valores do país, sem que para isso seja identificado claramente um espaço específico que o represente. Só mais tarde, fruto

das políticas de valorização ideológica originadas pelo Estado Novo, emergiram em Viseu e em Folgoso, duas vontades distintas na forma bem que idênticas no fundo, de inscrever o herói antigo a nível local. Se Viriato já havia sido circunscrito à região da Serra da Estrela, dando legitimidade a Folgoso na sua escolha, difícil de dizer o mesmo relativamente a Viseu.

Esta análise propõem-se tratar de forma comparada dois processos locais de mobilização patrimonial de um herói até aí de cariz nacional. Por intermédio de políticas territoriais de redefinição do espaço urbano, o património material dedicado a Viriato espelha uma variedade de jogos complexos entre memórias identitárias e tradições inventadas. Políticas essas que, ora pioneiras ora mensageiras da comunidade que representam, contrastam nas formas de identificação com o herói. Estátuas, monumentos históricos, escolas toponímicas de comércio, escolas, espaços urbanos, Viriato apresenta-se como o representante de culturas locais bem distintas que partilham um mesmo fundador atribuindo-lhe lendas diferentes mas nem por isso contraditórias. Fugindo portanto à perspectiva nacional, o herói é assim investido em novos contextos espaciais tornando-o um elemento íntegro e hereditário da comunidade.

Onde fica o Portugal de Tiago Pereira? Arquivo patrimonial, lugares e música em Portugal

Cyril Isnart (CIDEHUS-UE)

Desde janeiro de 2011, um projecto de recolha e de arquivamento da música feita em Portugal hoje em dia, chamado «A música portuguesa a gostar dela própria» e liderado por Tiago Pereira, tem adquirido um papel especial no campo da música portuguesa e da sua patrimonialização. Realizando e disponibilizando 5 vídeos por semana, o documentarista e videasta Tiago Pereira e a sua equipa de voluntariados criam uma imagem específica do mundo da música tradicional e não-comercial do país.

Baseada sobre a exploração das imagens, textos e comunicações divulgados no âmbito do projecto, tal como sobre entrevistas com alguns actores do projecto, esta comunicação pretende questionar o poder performativo espacial de um arquivo audiovisual da música portuguesa.

Quais são as relações entre as recolhas de campo, a produção de um arquivo patrimonial e artístico e os lugares? De qual forma o tratamento das recolhas intervenha na construção dos lugares locais e do lugar do país? Qual é o papel da antropologia, e nomeadamente da etnografia portuguesa, nas raízes de um tal projecto? Como é que o próprio Tiago Pereira justifica a sua abordagem relativamente a identidade portuguesa e as diferentes realidades regionais?

P22 – Religions, jurisdictions, sovereignties: ethnographies of religious and political contestation

Coordenadores: Ruy Blanes (University of Bergen – NO); Emerson Giumbelli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 2, Ciências Veterinárias

In this panel we propose to discuss the agency and presence of religion in the (historical and contemporary) public space through the political concepts of “jurisdiction” and “sovereignty”, addressing issues of territorialization and visibility. We intend to create a field of reflection that simultaneously serves as empirical mapping and methodological reflection on the anthropological and/or interdisciplinary study of religion as a political phenomenon. We seek contributions that address contexts of resistance, contestation and vindication in the political-religious field – from territorial imaginings and utopian alternatives to the secular nation state, the problem of religious pluralism (discussed mainly through its symbolic aspects) and the configuration of blasphemies – and at the same time reflect on the different heuristic possibilities for its understanding from within the anthropological discipline.

Religiões de matriz africana na esfera pública: reflexões sobre diferentes modalidades de ação política no contexto das religiões afro-brasileiras

Rodrigo Leistner (UC)

O trabalho examina a configuração dos atores políticos ligados às religiões afro-brasileiras em suas iniciativas de negociação social e ocupação da arena pública. No Brasil, a pluralização do campo religioso tem revelado novas e complexas formas de reaproximação entre agentes religiosos e espaço público,

sobretudo no que concerne às estratégias de representação identitária empreendidas por grupos religiosos. No caso das religiosidades afro, tais estratégias historicamente se configuraram como contrapartidas a uma realidade social permeada por lógicas repressivas. Entretanto, as modalidades de ação política desenvolvidas por seus adeptos apresentam modificações substanciais em acordo com diferentes períodos sócio-políticos, caracterizando-se três tipologias de ação básicas: uma primeira refere o surgimento das primeiras federações ligadas a estes segmentos, cuja atuação visou “mediar” as relações entre unidades de culto e sociedade hegemônica com base numa burocratização das atividades religiosas e de construções identitárias fundamentadas no “branqueamento” de seus conteúdos simbólicos; a segunda corresponde à emergência mais tardia de entidades associativas dispostas em formato institucional descentralizado e articuladas por um discurso de “reafricanização” dos aspectos teológicos; a terceira trata do surgimento dos atuais grupos de discussão e gestação de ações reivindicativas, organizados em formato de “fóruns”, cujos empreendimentos concentram-se numa politização da identidade étnica e em iniciativas de ocupação dos canais governamentais disponíveis para a construção de políticas públicas voltadas aos segmentos minoritários. Estas dinâmicas demonstram não apenas algumas modalidades de aproximação entre atores religiosos e espaços seculares na sociedade brasileira contemporânea, mas ainda possibilitam reflexões sobre as prováveis relações de poder que acompanham tal aproximação.

“A gente chega lá!” Política, representação e voto a partir da perspectiva de um grupo jovem evangélico

Livia Reis Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR)

Há algumas décadas a expansão das igrejas “neopentecostais” no Brasil vem traçando uma linha ascendente. Extrapolando as fronteiras do campo religioso, essas igrejas participam cada vez mais ativamente dos debates no espaço público e da política partidária, suscitando questionamentos acerca do comportamento eleitoral da parcela da população cuja crença é identificada como “evangélica”. Ao mesmo tempo, a diversidade de representações e estigmas constantemente associados aos evangélicos pela mídia, pelo senso comum e até mesmo pela Academia dificulta a apreensão da real complexidade do fenômeno. Desse modo, o presente trabalho introduz uma breve reflexão sobre a articulação ocorrida entre fiéis, igrejas, políticos e o voto a partir de um trabalho de campo realizado na Igreja Internacional da Graça de Deus, no Rio de Janeiro, durante o período eleitoral. A fim de compreender os critérios potencialmente importantes na definição do comportamento eleitoral dos jovens fiéis, misturam-se à descrição da Igreja, do candidato por ela apoiado e às falas dos interlocutores, discussões sobre cultura política, relações de confiança e representação política.

La configuración de la ciudad transnacional en el sur de Europa: Reescribiendo la relación entre Islam y espacio público

Guillermo Martín Sáiz (Universidad de Barcelona – ES)

Esta comunicación aborda los retos epistemológicos que la presencia de la Jama’at at-Tabligh en la Península Ibérica plantea para el estudio antropológico del Islam en el sur de Europa. La investigación se enmarca en un proceso de secularización jurídico-política del espacio público en Barcelona y de la producción del conocimiento científico sobre el Islam en la Península Ibérica. En tal proceso, la Jama’at at-Tabligh ha sido concebida como un movimiento foráneo cuyo seguimiento es definido por oposición a la participación del espacio público. De tal modo, las mezquitas y los barrios poblados por inmigrantes musulmanes se han convertido en espacios diaspóricos privilegiados para la etnografía a los cuales parece quedar reducida la práctica del Islam. Sin embargo, la deriva de asentamiento del movimiento lleva a concebirlo más allá de su asociación con la inmigración, de su oposición al Islam de los conversos y de la definición de su carácter transnacional por los desplazamientos de grupos misioneros de un país a otro. Paradójicamente, las condiciones locales para la práctica religiosa conducen a una diversificación de los ámbitos para la islamización de la vida cotidiana, más allá del binomio secular/religioso, de la atribución de una dimensión étnico-nacional para uno y otro y de la concepción de la soberanía estatal sobre el espacio público. Así, propongo explorar cómo, en este contexto, podemos formular la dialéctica entre la contingencia y agencia de la religión y las disciplinas para la experiencia que se desprenden de la configuración del espacio público y la tradición religiosa.

As disputas em torno do poder pastoral nas religiões neocrístãs no Brasil

Paula Montero (Universidade de São Paulo – BR)

Imputamos ao crescimento neopentecostal e à forte influência que exerceu no meio batista e presbiteriano a partir da década de 1980 o surgimento de uma disputa em torno das formas de poder do pastorado.

Partimos da hipótese que a categoria nativa de ‘abuso espiritual’ que começa a circular nesse campo na década de 1990, designa um conjunto de práticas pastorais consideradas autoritárias por alguns setores do protestantismo e do aparato governamental. Entendemos que acompanhar a sistematização teológica e prática dessa “figura jurídica” nos dá acesso a formulação de certas formas de ‘contraconduta’ (no sentido foucaultiano do termo) que ilumina os próprios procedimentos postos em prática pelo campo religioso para conduzir as pessoas. O tema do ‘abuso espiritual’ nos parece particularmente interessante para iluminar um dos aspectos mais característicos das formas religiosas neocrístãs em crescimento no Brasil contemporâneo: sua associação com a disputa pelo aprendizado e expansão de formas de autonomia do ‘ego’ entre as classes médias baixas em ascensão.

Judeus Brancos e Judeus Negros em Moçambique: dos Lembas de Sena à Onem Dalim de Maputo

Marina Pignatelli (ISCSP-UTL)

Ao lado da África do Sul, famosa sociedade dada a extremadas discriminações identitárias, Moçambique parece um paraíso de cosmopolitismo e interculturalidade. Ainda assim, de entre as diversas comunidades etno-linguísticas e religiosas que compõem o tecido social do país, e que aparentemente coexistem pacificamente, encontra-se uma muito reduzida e heterogênea comunidade judaica que o trabalho de campo antropológico revelou ser pautada por fracturas identitárias severas. Tal diversidade coloca em risco a sua própria continuidade, não fosse algum grau de tolerância e abertura necessárias na aferição de quem é judeu ou não, em Maputo. A etnografia revela haver desentendimentos entre os vários critérios de categorização identitária, entre os quais a lei judaica, a religiosidade, a classe e a cor são tidos como importantes. As noções de hibridismo, hospitalidade, globalização imaginada, apatridade e alteridade são no presente estudo incontornáveis, de modo a compreender quem se afirma ou é percebido como judeu, concretamente neste contexto africano específico.

Violência simbólica em novas organizações religiosas: apontamentos etnográficos

Rodrigo Portella (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR)

Atualmente grupos cristãos têm capitaneado, em seus discursos e práticas, conceitos como “conquista”, “batalha”, “posse”, “território”, “domínio”, “verdade”, percebendo a história como definida por lutas urânicas entre Deus e o Diabo, verdade e mentira. Em determinados grupos católicos esta batalha tem-se estendido ao interior da própria Igreja, em que grupos religiosos interpretam que a Igreja Católica, em seu interior, é afetada por uma grande batalha, pois que o Diabo estaria se servindo de certas tendências teológicas para enfraquecer ou destruir a “barca de Pedro”.

A comunicação proposta quer apresentar recortes destas mentalidades. É baseada, fundamentalmente, em pesquisa de campo (etnografia) realizada junto a grupos católicos, particularmente o neofranciscano Toca de Assis, a Canção Nova e os Arautos do Evangelho (os dois últimos também presentes em Portugal). Tais grupos apontam para nova(?) tendência católica, que advoga a religião a partir de um referencial exclusivista que opera em lógica “bélica espiritual”, ou seja, em concepções de batalhas espirituais intra- e extracatólicismo, no primeiro caso a bem de purificar o catolicismo de ataques que o Diabo faria à Igreja, e no segundo caso para exorcizar tudo o que não é compreendido como legitimamente católico segundo a ótica de tais grupos.

Chamamos, aqui, tal tendência de “violência simbólica”, ou seja, uma violência que, se não se traduz por atos físicos de violência, manifesta-se pela exclusão e desqualificação de quem pensa e age de forma diferente, no interior da própria Igreja ou em seu exterior.

Entre a santificação do mundo e o multiculturalismo: estratégias de resistência do Opus Dei no espaço público brasileiro

Asher Brum (Universidade Estadual de Campinas – BR)

O objetivo da proposta é criar uma interface de discussão entre religião e Estado laico, mais especificamente, pretendo analisar as estratégias de resistência e contestação à política multicultural do Estado brasileiro por parte do segmento católico conhecido como Opus Dei. Desse modo, entendo a alternativa utópica da “santificação do mundo” como um meio de confrontação ao discurso estatal do multiculturalismo vigente no Brasil, o qual se propõe a abarcar todos os grupos e segmentos religiosos sob a tutela do Estado por meio do discurso da “diferença” – diferentemente da França, por exemplo, que defende políticas multiculturais a partir do discurso da “igualdade”. Grupos esses que, do ponto de vista do Opus Dei, constituem manifestações heréticas, uma vez que estão fora da Igreja católica. Portanto, se o Estado permite e

incentiva essas diversas expressões culturais, o Opus Dei se arroga o dever cristão de, mais do que simplesmente contestar o Estado, expressar-se no espaço público por meio da imprensa, dos postos políticos, das escolas, etc. O foco do trabalho é perceber essas estratégias de contestação no espaço público brasileiro a partir de dados etnográficos. O Opus Dei é um segmento religioso que se define pelo princípio da laicidade. Desse modo, no Brasil, essa instituição funda organizações leigas no espaço público e, através dessa estratégia, se justifica publicamente por meio da aglutinação de enunciações religiosas com discursos científicos. Dessa forma, o Opus Dei pode transitar pelo espaço público e “santificá-lo” através da sua ação.

Redeeming the State: The Evangelical minority in Guinea-Bissau, from everyday resilience to the project of a better Nation

Ambra Formenti (ICS-UL)

In this paper I focus on the case of Evangelical Christianity in Guinea-Bissau. Until recent times, Christianity has been a small religious minority in the country, against a majority practicing Islam and local religions. Nevertheless, in the last two decades Christianity has experienced a significant growth – especially in the case of Evangelical, Pentecostal and Neo-Pentecostal churches – becoming more and more visible on the public scene.

The expansion of the Evangelical minority in the public sphere can be interpreted as a response to the failure of the Guinean State, which is more than ever marked by political instability, corruption and bankruptcy. In contrast with a State perceived as increasingly absent from people's lives, Evangelical churches are implementing a double strategy. From the one hand, they are involved in building an alternative society, providing their members with social services and strong solidarity ties. From the other hand, the Evangelical movement is actively committed to the (utopian) project to transform the State through evangelization. Indeed, the intervention of God is seen as the only way to save the Nation.

Understanding Religions as Vestigial States in the Technology of Contemporary Government

Naomi Goldenberg (University of Ottawa – CA)

I begin with the conviction that “religion” as an ahistorical, eternal, impossible-to-define category that Roland Barthes labeled ‘depoliticized’ speech warrants energetic critique.

I will argue that religions function as vestigial states within contemporary states. By ‘vestigial states’ I mean institutions and practices originating in particular histories as remainders of former sovereignties. These remnants are tolerated as attenuated jurisdictions within fully functioning states. Because vestigial states (religions) compete with contemporary states, they are always somewhat problematic – especially if the present state's right to control violence is challenged. However, religions also work to ground the governments that authorize them by recalling earlier, mystified forms of sovereignty. Furthermore, religions are useful because they can be depicted as less progressive versions of power. Thus do ‘religions’ understood as vestigial states both disturb and maintain current regimes.

The hypothesis that religions can be productively thought of as vestigial states – that can also be described as ‘once and future’ states in regard to their narratives about origins and ambitions – is a prelude to future theory. Cases illustrating how the modern category of religion evolves to name and contain displaced governments will be cited from the following histories: ancient Greece, Druids, Judaism, and Christianity. The Dalai Lama's use of ‘religion’ to limit his office and thus stymie Chinese plans for Tibet will also be discussed as a strategic contemporary use of the category.

P23 – Antropologias da saúde pública

Coordenadores: Rubens Adorno (Universidade de São Paulo – BR); Luís Fernandes (FPCE-UP)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 3, Ciências Veterinárias

A relação entre antropologia e o campo da Saúde Pública, tem em sua história um conjunto amplo de questões teóricas, temáticas e metodológicas, que dão conta desde relação entre os limites do humano, à concepção de sanidade, com temas tais como raça, sexo, nação, família, espécie, indivíduo. Em outros sítios focalizaram-se questões compreensivas das diferenças e da experiência humana, na interface da

construção da subjetividade, do corpo e da doença. Ou seja, nesse campo biopolítico por excelência emergem as questões clássicas de natureza e cultura, sexualidades e reprodução às propostas e limites de intervenção sobre a vida contemporaneamente expressas nas chamadas políticas da vida.

Por outro lado assim como na antropologia, assistimos hoje uma crise no próprio campo das representações sobre saúde que dão conta desde as diversas práticas que tem como alvo populações ditas vulneráveis ou marginalizadas; as políticas de redução do estado de bem-estar social e o contraponto da saúde como um campo no qual se intensificam as práticas de intervenção corporal, como do consumo de medicamentos e psicoativos no domínio da transformação do corpo, das emoções e da subjetividade.

E por fim ocorre a necessidade de reflexão sobre os próprios estudos antropológicos e etnográficos que são utilizados nas pesquisas na área da saúde, como ilustração do que vem sendo chamado de “estudos qualitativos” complementares e portanto legitimadores da produção de uma ciência baseada em critérios quase que puramente estatístico.

Giving birth in Portugal: a collective narrative of health

Francesca De Luca

In the past fifty years, pregnancy has gained a lot of interest in social sciences in correspondence with the surge of the body as systematic category of analysis. The pregnant body seems to become a hyper-body on which simultaneously operate biopolitics, economic forces and social imaginaries, all engaged in the creation of a new, dynamic ethic of reproduction.

This paper proposes a reflection on public health management of pregnancy and its medicalisation in Portugal, focusing on a distinctive, shared narrative collected during my research on lived experiences of pregnancy. It is a discourse that portrays the health history of a country that in fifty years has passed from one of the highest to the lowest infant and maternal mortality rate in the European continent, and one of the lowest in the world nowadays. I argue that, through this collective narrative of success, biopolitics of reproduction find in Portugal a fertile ground where to root and sustain what Davis-Floyd (1993) has called the technocratic model of birth, a ritualized ensemble of obstetrical practices aimed at transforming the birthing woman and socializing the newborn into a society of high technological intervention.

As representações biomédicas da saúde e da doença em enfermagem

José Carlos Pinto da Costa (ISCTE-IUL)

No passado, as investigações antropológicas salientavam a dimensão semiótica das representações da saúde e da doença e centravam a atenção no seu como (Hall, 1997). Valorizava-se as dimensões empírica (William Rivers), cognitiva (Benjamin Paul) e interpretativa (entre outros, Arthur Kleinman e François Laplantine) da saúde e da doença, focando-se a atenção nas práticas e representações leigas. Na actualidade, a atenção vira-se para os efeitos das representações (Hall, 1997), entendendo-se estas, no caso da saúde e da doença, como mistificações das relações de poder envolvidas na negociação biopolítica (Fassin, 2000), tal como apresentada na filosofia de Michel Foucault (2004). Hoje, a saúde e a doença tendem a ser compreendidas no contacto da cultura biomédica (Herzlich, 2005), assumindo-se como assuntos de especialistas, o que justifica trazer os profissionais de saúde para o centro da análise. Estes, através de “discursos e dispositivos pretendem oferecer soluções técnicas a problemas concretos, independentemente de qualquer posição ideológica” (Fassin, 2000). Esta pretensão de neutralidade ideológica é, porém, contrariada pela monopolização do poder de definição do normal e do patológico por parte das instituições médicas (Carapinheiro, 1986). Os efeitos dessa definição são revelados em primeira mão pelas práticas dos profissionais de saúde. Nesta comunicação propõe-se uma análise das representações da saúde e da doença objectivadas nas práticas dos enfermeiros focando-se a atenção nas forças envolvidas na sua definição. Em última análise, pretende-se discutir sobre o espaço ocupado pela formação do tipo fenomenológico nos *curricula* dos enfermeiros.

«Breaking the habit»: Saúde (pública) e situação de sem-teto

Pedro Machado; Sónia Mairos Ferreira (UC)

Esta comunicação subordina-se à análise das especificidades da intervenção no âmbito da promoção da saúde, preconizada e desenvolvida, no Concelho de Coimbra, junto de indivíduos em situação de sem-abrigo por instituições públicas de saúde, assim como por Associações/ONG/IPSS. Examinam-se, a partir das informações recolhidas no âmbito da participação em 100 giros noturnos (30 meses) barreiras sentidas no acesso e usufruto de serviços de saúde, contrastando a oferta prevista/concretizada pelas entidades com

as necessidades/expectativas expressas pelos próprios. Procede-se, em seguida, à sinalização das singularidades inerentes à situação de sem-teto e das suas múltiplas implicações no que concerne a manutenção e promoção da saúde (indivíduos/comunidades), seguindo-se a revisão de indicadores que atestam uma relação de fragilidade e irregularidade entre estes e os serviços. Apontam-se, neste ponto, evidências concretas das barreiras sentidas (e.g., discriminação no usufruto de cuidados, impossibilidade de acesso a estruturas/serviços). Neste âmbito, sistematizam-se, a partir da sinopse de situações reais, as metodologias mais frequentemente utilizadas pelos organismos/instituições de saúde junto desta população, destacando as suas principais potencialidades e limitações. Termina-se com a apresentação das linhas globais que sustentam uma proposta de intervenção especializada, passível de implementação junto de pessoas em situação de sem-teto.

Da antropologia à saúde pública. Estudo sobre a trajetória dos usuários de crack na cidade e nas instituições de saúde

Regina Medeiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – BR)

No Brasil, no campo da saúde pública o consumo de drogas, especialmente as ilícitas, de maneira especial o *crack*, tem se transformado em um desafio constante, especialmente quando se leva em conta os programas terapêuticos, ancorados na perspectiva médica de abstinência e centrados no sujeito e na substância psicoativa por ele utilizada, descolados de um contexto social mais amplo. A relação dos indivíduos com as referidas substâncias não é uma ação separada, ao contrário é constituída por um conjunto de atos e de interações que podem ser modificadas no decorrer do processo. Igualmente as construções subjetivas e sociais, as percepções e as valorações são decorrentes da tríade sujeito-contexto-substância e só por meio dela é possível compreender esse fenômeno contemporâneo.

A mídia tem um papel importante na criação de imagens estereotipadas sobre o usuário de *crack* relacionando-o aos grupos perigosos, residentes nas periferias da cidade, negros e desocupados. Essa imagem contribui para as reações preconceituosas da sociedade e para as respostas institucionais baseadas em medidas moralistas de controle do corpo do outro, de suas escolhas e do prazer. Nesse processo, o paciente é excluído, deslocado do lugar do sujeito e marginalizado. Em decorrências, as políticas públicas e as medidas terapêuticas se tornam ineficazes contribuindo para o desencanto dos profissionais e para a busca interminável por uma poção mágica por parte dos familiares e dos pacientes. Com efeito, observam-se repetidas internações, descrença nas instituições e nos profissionais, a discriminação social, o preconceito e o medo disseminado nos centros urbanos.

Um salve pra rapaziada: O Consultório de rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso de crack

Mariana Martinez (Universidade Federal de São Carlos – BR)

Com o aumento do consumo do *crack* no Brasil, a partir dos anos 2000, acelerou-se a implantação de políticas de saúde específicas para usuários de drogas. Em época de diferentes (e até paradoxais) tentativas de gestões estatais, o consumo dos psicoativos está inscrito atualmente no debate público a um só tempo como objeto de política sanitária, da qual desdobram diretrizes para a prevenção e o tratamento das drogas; objeto de cuidado, que estimula a elaboração de novos arranjos assistenciais; e, objeto de repressão, retraindo o consumo dos psicoativos em lugares públicos. Na conjuntura do surgimento de uma nova questão de saúde pública, esta pesquisa se debruça sobre as estratégias do município de São Bernardo do Campo (SP) para os cuidados de usuários de drogas. A experiência municipal importa ao cenário das políticas e, neste caso, à Antropologia, à medida que anuncia dentro de um modelo tecnoassistencial, conhecido como rede, o Consultório de Rua – um arranjo assistencial recente de intervenção aos cenários de uso dos psicoativos ilegais. A inovação trazida por este arranjo convém em termos analíticos por diversas razões: a) trata-se de um modo peculiar do Estado entrar em contato com uma população marginalizada; b) realiza a intermediação entre os usuários em situação de rua e os equipamentos de saúde.

Zumbi or not Zombie: O Mercado e a Resistência da Cracolândia

Selma Lima da Silva (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – BR)

A presente proposta visa analisar um dos eventos observados na etnografia: “Usuários de *crack* e espaços de uso: agenciamentos e relações de trocas em territórios urbanos” (CNPQ – Brasil), em que se pôde verificar a constituição e desenvolvimento de um comércio de mercadorias variadas, feito pelos usuários de *crack*.

O termo “Zumbis/Zombies” foi largamente empregado nos últimos anos para designar os frequentadores de um espaço do centro da cidade de São Paulo, conhecido como cracolândia. Diferentemente dos termos “cracolândia” e “nóia” que, em um processo reflexivo se tornaram termos nativos e de domínio público, “Zumbis” é utilizado por policiais e políticos para legitimar políticas ou, mais propriamente, ações de intervenção no local justificando assim a interdição dos direitos das pessoas que, por serem “mortas-vivas”, como o nome sugere em uma de suas acepções, não têm autonomia para decidir sobre a sua própria vida.

A análise terá por objetivo explicitar e discutir como o comércio desenvolvido pelos usuários teve um papel importante no desenvolvimento e manutenção de estratégias de uso e controle de uso do *crack*, de cuidados com o corpo e a saúde bem como de convívio com não-usuários. Buscará resgatar pesquisas que tiveram a contribuição da etnografia para compreender os significados e situações vivenciados pelas populações chamadas “vulneráveis” e que procuraram situar como elemento de análise às relações com as ações do estado, com destaque para a questão da saúde e do cuidado de si, trabalhando com as situações e o ponto de vista dos sujeitos pesquisados.

Das margens da política para jovens em conflito com a lei: o trajeto de um educador e a gestão da violência na periferia de São Paulo

Paulo Malvasi (Universidade Bandeirante de São Paulo – BR)

Baseado em uma etnografia realizada em bairros da periferia da região metropolitana de São Paulo nos anos de 2009, 2010 e 2011, este artigo discute a gestão da violência nas periferias de São Paulo no fim da primeira década do século XXI. Focaliza-se o trajeto de um jovem educador de um bairro da periferia da cidade de São Paulo: em primeiro lugar, contextualizando o cenário social e político em que ele cresceu; em seguida, acompanhando tramas cotidianas de sua interação com outros jovens moradores do seu bairro e de sua inserção na política pública voltada para jovens em conflito com a lei, o sistema socioeducativo. Ao seguir o trajeto e destacar a narrativa do educador, o texto revela tensões, negociações e transações entre as diferentes vozes e posições que compõem o espectro político em que os jovens das periferias de São Paulo circulam; e a assunção da vida como o valor que permite a construção de pontes simbólicas e existenciais entre jovens que não querem ceder a um nem a outro dos lados do “muro” da “guerra particular” entre políticas de saúde pública e o chamado “crime-organizado”. A narrativa do educador ajuda a complexificar o debate público sobre “crime” e “violência” em políticas de Saúde Pública no Brasil contemporâneo.

Suicídio de jovens não-heterossexuais e as tensões entre Antropologia e Saúde Pública: Ser ou não Ser?

Thiago Nagafuchi; Rubens Adorno (Universidade de São Paulo – BR)

Estudos centralizam a problemática do suicídio de jovens não-heterossexuais numa origem homofóbica – porque a homofobia resulta de um arquétipo normalizador dos sexos, gêneros e sexualidades que, em seu ardil, subjaz uma redução pautada em um binarismo homo/heterossexual em que estão recônditos os discursos políticos tanto de movimentos sociais quanto daqueles institucionalizados pelo Estado. Nesse entremeio, pode estar a raiz de um sofrimento social.

Por outro lado, enquanto fundamento, as metodologias da Etnografia possibilitam uma problematização interseccional que proporcionam uma análise, *ipso facto*, multi/interdisciplinar de tal sofrimento social. Especificamente, tomando por base uma abordagem etnográfica de história de vida, o objetivo desta comunicação é apresentar um caso circunscrito à problemática – em que pesem os conceitos apresentados anteriormente –, e discutir os possíveis desdobramentos éticos de uma pesquisa que se propõe fundamentada em bases da Antropologia e seus vieses de Saúde Pública, evidenciando uma tensão entre as duas áreas de conhecimento.

Nosso sujeito etnográfico é um jovem de 25 anos que se identifica como homossexual, que já tentou suicídio duas vezes, atribuindo como causa, primordialmente, questões ligadas à sua orientação, identidade e expressão sexuais.

Tal discussão se encontra em um vórtice de tensões epistemológicas entre as subjetividades pertinentes às teorias de gênero (masculinidades e teoria *queer*, em especial), enquanto crítica de uma normalização do sexo, da identidade e das sexualidades, subjacentes em discussões antropológicas; e a objetividade de um tema como o suicídio na Saúde Pública – que, *per se*, já erige uma tensão da ética enquanto um de seus campos de normalização.

P24 – Multiple syncretisms: reimagining religious configurations and beyond

Coordenadores: Diana Espirito Santo (FCSH-UNL); João Leal (FCSH-UNL)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A2.12, Retórica/Geociências

Divested of its pejorative meaning, the term ‘syncretism’ is now more often linked to loose notions of religious creolization and hybridity, than it is to the processes of encounter and association between Christian and New World ontologies from whence it gained prominence as a concept. ‘Syncretism’ is indeed arguably central to the predicament of culture in general – all cultures are products of encounter, exchange, mixture – begging the question of what its current analytical purchase is, beyond discourses of, say, contamination, purity, or authenticity, innovation. In this panel we would like to revive this debate by inviting speakers to think through syncretism into syncretisms. By pluralizing a common understanding of syncretism – defined broadly as a combination, fusion or overlap of discrete systems of thought and practice – we aim to explore the multiple ways by which relations/associations are forged between different aspects of cultural experience – corporeal, emotional, intellectual, social, or technical. These may be products of historical processes culminating in particular sets or beliefs or logics of practice, or punctual, even ephemeral, actualizations of of conceptual and phenomenological worlds. The challenge here is also therefore a methodological and theoretical one: how can we produce accounts of ‘syncretic’ phenomena from multiple points of view? How can our descriptions themselves become syncretic? Foregrounding these explorations is this panel’s proposal that syncretism be thought of not as a final product, or even process, but as a logic of bringing together and relating, which can assume myriad forms.

Catholic Possessions: Engaging Catholic Spirits in South Western Madagascar

David Picard (CRIA-UNL)

In this paper I will explore what happens when people in South Western Madagascar are possessed by Catholic spirits. I will follow the specific case of a young girl who, to be in contact with her (Catholic) spirit, closely follows Catholic liturgy and adopts Christian symbolisms. By drawing on this case, I will discuss the ontological grounding of spirit possession among the coastal populations of South Western Madagascar, its intersections with Catholic rites and metaphors, and also the (colonial) strategy by the Catholic Church to embrace and resemanticise in their terms various forms of indigenous cult to grow their “flock”. The ethnographic exploration leads to a reflection on the conceptual framework of “syncretism”, in particular the idea initially by Roger Bastide I believe, of resilient forms – deep structures, cultural frames, rhythms, even value systems – that are able to transform into new sign-worlds, ideologies and cultural practices that emerge in situations of social change.

Primary and secondary religious engagements and the question of syncretism in the makeup of religious identity in Nairobi

Yonatan Gez (Université de Genève – CH)

It is common among Christians in Nairobi to step outside of their formal affiliation on special occasions and even on a regular basis. I will explore the wide encompassment of actors’ religious territory, in which meaningful interplays between primary and secondary religious engagements can be captured both synchronically and diachronically. I will define primary and secondary religious engagements, discussing their manifestations within the Nairobi religio-scape, and will defend the argument by which Kenyans tend to maintain a single primary affiliation while at the same time their religious lives are enriched by complementary secondary engagements. Analyzing this compound identity, I will raise the question whether it may be characterized as syncretistic.

I will then describe how the two forms of religious engagement coexist: Primary engagements offers a locus of rootedness and belonging that is socially appreciated and rewarded by granting the actor an air of respectability as well as access to “members-only” benefits. Secondary engagements, by contrast, are spaces of exploration and uncommitted experimentation, of manifested solidarity and consolidation of ties with people outside of the immediate religious circle. I will argue that between the two, a delicate balance must be maintained. Rejecting to extend secondary engagements (e.g. in the form of church visits) can brand an actor as asocial, narrow-minded, and at times as a potential sect-member. At the same time, a

religious identity comprised solely of secondary engagements to the exclusion of a single clear affiliation may brand the believer as unserious and as a “church hopper.”

Cooking the Cuban stew: the various facets of ‘syncretism’ in Afro-Cuban religiosity

Anastasio Panagiotopoulos (CRIA-UNL)

The category of religion has long been scrutinized and even rendered problematic (see Asad 1993); the same can be said on that of syncretism (see Steward and Shaw 1994; Greenfield and Droogers 2001). One can imagine, then, how problematic the term ‘syncretic religion’ may sound. Even though we might have become more attentive to how exactly we employ such terms, this has not refrained scholars from constantly detecting and dealing with such said phenomena.

Cuba with its Afro-Cuban religions, has been a relatively well-known place of syncretic religiosity. The most famous dimension is that of an apparent coming together of Christian and African elements, but this has been very little explored and rather taken for granted. In the present, much more dynamic and intense is the coming together of different religious strands, such as Santería, Ifá, Palo Monte and Espiritismo or even more ‘modern’ spiritualities, such as astrology, Buddhism, reiki, among many others. Less obviously but more interestingly, one can meet passionate communists or positivist doctors who practice and are initiated in some of the above practices. Anthropologists themselves, both Cuban and foreigners, who study such phenomena, are also very often personally committed and involved. Do all these different kinds of ‘syncretism’ have anything in common? Are they so contradictory as they initially may sound? Is anthropological discourse ‘syncretic’ itself and how? Through ethnographic data gathered from Havana, I try to respond to such questions.

Cruzamento das Linhas: Sincretismo ou Conectividade na Religião Umbanda

João Daniel Dorneles Ramos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

No Rio Grande do Sul, Brasil, alguns autores (Anjos 2006, 2008; Oro 1994 e Corrêa 1992, 1994) indicam em seus trabalhos a existência do fenômeno afro-religioso conhecido como “Linha Cruzada”. Compreendendo como que as/os umbandistas constroem as suas classificações – que estarão sendo referidas na tentativa antropológica do/da umbandista em explicar para o pesquisador como eles/elas referem a Linha Cruzada, indico que o cruzamento de ontologias e religiões opera enquanto uma lógica na qual se produzem diferenças nos âmbitos sócio-cosmopolítico e de individualizações, já que a própria composição dos corpos se faz em multiplicidade de diferenças. Em relação ao que podemos perceber como lógica rizomática da Linha Cruzada, indico que nesta religião existem, no mínimo, três linhas: o Batuque (similar ao Candomblé do resto do Brasil) ou a Nação (orixás); a Umbanda (caboclos, pretos-velhos, crianças) e a Gira (exus, pom-bagiras, Povo do Oriente). Cada uma destas linhas (ou lados) tem seus rituais e cerimônias independentes (Kosby 2006) mas que podem se conectar com as diferenças existentes em outro lado (os orixás do Batuque que são chamados de santos católicos; os pontos de caboclos e pretos-velhos que trazem referências cristãs junto a referências ameríndias e africanas; as concepções que misturam elementos do kardecismo espírita, como evolução e medium; espíritos referidos como Povo do Oriente...). É, aqui, que vejo a possibilidade da relação entre os elementos empíricos e o Pensamento da Diferença: a lógica rizomática da Linha Cruzada não opera oposições estritas e apresenta outra forma de lidar com o Sincretismo.

Por Baixo da Saia da Cigana – Uma análise sobre gênero, símbolos, performance e incorporação na tenda cigana espiritualista Tzara Ramirez

Cleiton Machado Maia (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – BR)

O objeto desse trabalho é a Tenda Cigana Espiritualista Tzara Ramirez, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro – Brasil, onde médiuns de diferentes duplos pertencimentos religiosos como umbanda e candomblé realizam trabalhos quinzenalmente, com propósito de ajudar pacientes com problemas e necessidades variados. Desde sua fundação, os médiuns dessa tendas incorporam, nesse local, entidades ciganas para desenvolver seus rituais e performances. Em minha primeira visita ao campo pude perceber o marcador gênero forte e definidor na ordem, ritual e incorporação da Tenda, transformando a reconfiguração – sincretismo – dos símbolos religiosos, culturais e de gênero um ponto de análise desse artigo.

Com o corte de gênero necessário para desenvolvimento desse trabalho escolherei o que mais me chamou a atenção entre os problemas que pretendo levantar para minha reflexão teórica, questionada com as observações de campo. O gênero feminino será meu ponto de concentração para observações de incorporações, performances, combinações de símbolos religiosos e símbolos culturais, em seus novos e velhos

significados. Como se configura a incorporação das mulheres na Tenda; como o gênero dessas adeptas em momentos ritualísticos diferentes trazem a performance sincrética como marcador de poder, identidade, espiritualidade para o grupo. Destacarei uma análise da performance feita por essas médiuns no ritual da salamandra, local e ritual onde essa feminilidade acontece com mais força – onde símbolos religiosos e culturais reunidos e relacionados de maneiras inovadoras levantam a discussão sobre a hiper-representação desses sujeitos, alimentando e fortificando o imaginário que as mulheres ciganas historicamente representam na cultura brasileira.

O Congo, a Congada e o Congadeiro – celebrações, mitos e ritos do Congado no triângulo mineiro

Flávia Amaro (Universidade Federal de Uberlândia – BR)

O artigo traz uma análise acerca do trânsito sincrético estabelecido entre o catolicismo popular e as religiões de matriz africanas durante as Festas da Congada do triângulo mineiro no Brasil. Empreendemos pesquisas de campo com o intuito de investigar como interferências de dimensões tidas como sobrenaturais permeiam o mundo real, contribuindo nos processos de construção de uma concepção da realidade objetiva da vida cotidiana admitida e compartilhada pelos membros da pesquisa. Nossa abordagem estrutura-se a partir de dois pontos centrais: o mito fundador da crença em São Benedito e em Nossa Senhora do Rosário, ressaltando a especificidade de obtenção e compartilhamento desse conhecimento por parte dos membros integrantes dos ternos que nos serviram de interlocutores; e os ritos, que articulam espaços e tempos relativos às Festas da Congada. De caráter qualitativo, nossa pesquisa parte de uma revisão bibliográfica cotejada por trabalhos de campo realizados sempre durante três dias de observação: a véspera da Festa, o próprio dia da Festa e o dia posterior voltado à pós-produção, destinado ao balanço dos acontecimentos por parte dos interlocutores, com os quais empreendemos entrevistas semi-estruturadas e procuramos traduzir suas próprias categorias de significação. A Festa inclui uma pluralidade de ritos e crenças, revelando sua unidade idiosincrática expressa em sincretismos.

Sincretismo religioso no Brasil: diversidade e tolerância nas práticas religiosas de uma comunidade periférica de Recife/Pernambuco

Leandro Regis Nascimento da Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco – BR); Cássio Raniere Ribeiro da Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco – BR); Rosa Maria Aquino (Universidade Federal Rural de Pernambuco – BR)

O sincretismo religioso no Brasil tornou-se objeto de estudo de inúmeros pesquisadores nas últimas décadas, culminando em importantes produções acadêmicas que tiveram (e têm) por objetivo incitar debates e compreender a importância deste fenômeno para sociedade brasileira. Relacionada à temática, esta comunicação propõe apresentar algumas observações, realizadas a partir de um trabalho de campo, em torno da existência de cinco tendências religiosas (budismo, catolicismo, espiritismo, hinduísmo e jurema), em um mesmo espaço físico localizado em uma comunidade situada em uma região periférica da cidade de Recife/Pernambuco (nordeste do Brasil). No Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA) presenciamos a manifestação de rituais que correspondem a cada uma dessas perspectivas religiosas, que ocorrem em diferentes dias da semana, e que reúnem adeptos, não-adeptos, e pesquisadores interessados como nós. A presença de diversas imagens-símbolos que identificam essas religiões, também são elementos que compõem o local, atribuindo-lhe um caráter ‘incomum’ aos olhos de um observador intrigado. Visando compreender como essas tendências religiosas coexistem, aparentemente sem conflito, e qual a relação/influência com a comunidade em estudo, utilizamos o método etnográfico e a técnica da observação participante, entendidos como primordiais à compreensão dos sistemas religiosos (AQUINO, 2011).

P25 – Saúde e diversidade

Coordenadoras: Beatriz Padilla (CIES-IUL); Cristina Santinho (ISCTE-IUL); Alejandra Ortiz (ISCTE-IUL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A2.13, Reitoria/Geociências

Estudos no campo da saúde demonstram a crescente complexidade dos processos sociais, sendo que as migrações internacionais contribuem significativamente para tal. Assim a diversidade é hoje um dos aspectos mais relevantes ao considerar o acesso e a prestação de cuidados de saúde. Face a esta evidência, os serviços de saúde devem proporcionar reflexividade, flexibilidade e qualidade nos serviços prestados

aos diferentes grupos sociais independentemente do seu estatuto legal, origem, nacionalidade, género ou identidade. O conceito de “cidadania de saúde” enfatiza a saúde como uma questão de direitos humanos, e significa “o crescente envolvimento do cidadão em assumir mais responsabilidades em saúde e tomar decisões informadas em relação à saúde” (Padilla, 2008).

Convidamos à apresentação de comunicações das ciências sociais que abordem a complexidade à volta dos serviços de saúde, respondendo a alguma das seguintes questões:

- Como os sistemas de saúde e a cultura profissional dos profissionais da saúde, permitem a inclusão de práticas de saúde mais respeitadoras das diferenças?
- Que relação existe entre os vários actores (Sistema Nacional de Saúde, associações, PPP’s, etc.) e a prestação de cuidados adequados às necessidades específicas dos utentes?
- Quais as barreiras existem quanto o acesso e à qualidade? Como a crise tem influenciado?
- De que forma a investigação em ciências sociais pode contribuir neste campo?

Corpo-trâmite, corpo-migrante: do trajeto interrompido à reinvenção poética da pertença

Gustavo Nogueira (ISCTE-IUL)

Ao promulgar a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), a Organização das Nações Unidas estabeleceu critérios normativos básicos para a construção duma escala standardizada que pudesse definir o percurso de desenvolvimento ideal de todas as pessoas e nações, prevendo a edificação duma arquitetura jurídico-institucional que pudesse monitorar os avanços “humanitaristas” e desafios societários do pós-Segunda Guerra. Porque definitivamente condicionada pelos valores liberais herdados do jusnaturalismo dos finais do séc. XVIII, a pretensão à universalidade da agenda dos Direitos Humanos encontrou forte resistência intelectual, sendo francamente denunciada em seu carácter etnocêntrico porquanto se comportava qual um género revitalizado de colonização moral. Em especial verificou-se como a ideologia capitalista apropriou-se desta retórica a fim de equacionar semanticamente o modelo de ascensão social burguês, institucionalizando através da noção de auto-determinação uma narrativa hegemónica sobre a liberdade humana (Žižek, 2005). No âmbito das práticas clínicas oferecidas às populações imigrantes, essa conceituação canónica torna-se problemática, pois na medida em que prioriza epistemologias positivistas e enquadres relacionais verticalizados, engendra configurações relacionais potencialmente paternalistas que ora desconsideram ora ironizam os sistemas étnico-culturais do sujeito em situação de demanda de cuidados, neutralizando e desautorizando sua soberania epistémica. À luz das atuais textualizações sobre migrantes e saúde mental (Pussetti e Ferreira, 2009), a presente comunicação visa propor alternativas às leituras centradas no trauma, ao considerar os aspectos criativos da experiência migratória, lendo-a como performance de reterritorialização cultural que oportuniza contextos de reinvenção poética da pertença sócio-existencial.

Cuidar em contexto de diversidade: notas sobre uma experiência com profissionais de saúde no âmbito da prestação de cuidados a imigrantes

Rita Rodrigues

O fenómeno da migração coloca um importante desafio no âmbito das dinâmicas dos serviços de saúde e da prestação de cuidados nos países de acolhimento. No sentido de compreender as particularidades inerentes à relação profissional de saúde e utente imigrante propõe-se uma análise no campo das representações e atitudes face à diversidade sociocultural e sobre como os indivíduos assimilam a experiência com a diferença no seu quotidiano e, por sua vez, a exprimem nas suas relações interpessoais.

A partir desta leitura procura-se estimular uma reflexão que parte do contexto relacional entre profissionais de saúde e imigrantes através de uma breve incursão num estudo realizado em Portugal cuja estrutura entrelaça as características do nosso sistema de saúde, as especificidades dos utentes imigrantes, bem como as atitudes dos profissionais. Pretende-se com este estudo identificar os elementos que se refletem no atendimento e na prática clínica com o objetivo de contribuir para a configuração de um corpo clínico detentor de uma visão crítica e auto-reflexiva, assim como estimular a produção de conhecimento no campo do atendimento e da prestação de cuidados de saúde no contexto da diversidade cultural.

Promoção da cidadania em saúde: uma prática com jovens mães imigrantes

Alejandra Ortiz (ISCTE-IUL)

Cidadania e saúde são aspectos intimamente relacionados, que confrontados às restrições atuais resultantes da crise económicas e do iminente vaziamiento do estado social tendem a fragmentar-se, afectando maioritariamente as populações mais vulneráveis. Neste sentido, resulta prioritário identificar práticas

capazes de reforçar esta relação na promoção duma saúde e duma cidadania efectiva. Em contextos de exclusão social a acção comunitária torna-se fundamental como estratégia privilegiada para atingir ditos objectivos. Este trabalho insere-se no projecto: “Saúde e Cidadania: Disparidades e necessidades interculturais na atenção sanitária às mães imigrantes” financiado pela FCT e pretende reflectir e analisar um projecto comunitário com jovens mães imigrantes na promoção da saúde materna, na identificação de necessidades e no empoderamento das jovens.

Construindo corpos: apontamentos sobre noções Xerente de saúde/doença

Valéria Melo (Universidade Federal do Amazonas – BR)

O presente trabalho pretende mostrar como entre os Xerente, habitantes do Brasil-Central, os tabus alimentares, a pintura corporal e o xamanismo evidenciam uma concepção de saúde/doença que extrapola uma visão meramente “biofísica” do adoecer. Somos remetidos assim a um complexo de restrições e prescrições que acionam o corpo de diferentes maneiras e chamam atenção para os perigos da interação com os seres de outros domínios. Procura-se mostrar dessa maneira, que entender o corpo como resultado de construção cultural pressupõe o reconhecimento da existência de uma infinidade de técnicas corporais, que imersas no simbolismo que lhes é próprio, são capazes de informar como pessoas de diferentes sociedades pensam e se relacionam com o mundo. Acredita-se que reflexões neste sentido podem ser elucidativas para nos fazer pensar as potencialidades e os limites que envolvem a questão das políticas públicas voltadas para saúde indígena no Brasil.

O desafio de efetivação do direito à saúde no contexto contemporâneo

Lucília Napoleão Barros

Antes do século XVIII, o tratamento de doenças era predominantemente realizado por entidades privadas, como, por exemplo, igrejas e instituições de caridade. Instituições estatais só intervinham em casos de epidemias ou doenças pandémicas. Com a Revolução Industrial e as péssimas condições de trabalho estabelecidas em função da produção em massa, aumentaram o número de epidemias e outros graves problemas de saúde, o que fez com que a conscientização a cerca da importância da saúde pública também crescesse consideravelmente. Atualmente, o direito à saúde encontra-se reconhecido em diversos instrumentos nacionais e internacionais. Trata-se de um direito humano fundamental e indispensável à realização de outros direitos humanos como, por exemplo, o direito à vida, à dignidade humana, à alimentação, ao alojamento, ao trabalho, à educação, à igualdade, à não discriminação e ao acesso à informação. Nesse contexto, é imprescindível que se criem condições para que as classes menos favorecidas tenham melhores condições de acesso aos cuidados de saúde. É também importante que o cidadão assuma sua responsabilidade ativa para com a administração de sua saúde, rompendo com a acomodação e com o modelo historicamente focado no tratamento de doenças, centrado exclusivamente nos profissionais de saúde. O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o papel do Estado, das organizações não-governamentais e dos cidadãos locais perante o desafio de concretização do direito à saúde, num contexto urbano impregnado de injustiça, discriminação e desigualdade social, resultante de políticas de desenvolvimento que priorizaram sempre o crescimento económico em detrimento do desenvolvimento social.

O corpo e a prótese: A visão biomédica da deficiência no processo de reabilitação

Rui Sérgio Oliveira Neves (UC)

Esta comunicação enquadra-se nos estudos da deficiência, especificamente, no uso de próteses, e foca o fenómeno da perda. O estudo, que integra o projecto de doutoramento, propõe estudar indivíduos que pratiquem um desporto que requeira o uso de próteses diferentes daquelas usadas no dia a dia (p.ex. corredores com pernas amputadas). Pretende-se acompanhar mudanças e tensões nos indivíduos ao longo dos vários contextos: dia a dia, âmbito desportivo e sistemas de saúde.

Dado que o trabalho de campo ainda não foi realizado, nesta fase assume-se um carácter exploratório e esta comunicação tem por objectivo apresentar uma revisão bibliográfica e reflexão a respeito dos estudos da deficiência, em particular, a relação das pessoas com limitações físicas com os sistemas de saúde. Assumindo que a invalidez, mais do que depender da condição física, é socialmente construída (Goffman), começa-se pelo questionamento da visão biomédica das próteses como uma forma potencial de chegar à raiz do estigma associado a estas.

Parte-se da hipótese de que o discurso do corpo na visão biomédica pode funcionar como forma de reforçar os conceitos de invalidez, desadequação e a visão despotencializante dos sujeitos (Clare Gaffney). Na

incapacidade de realizar o corpo-funcional projectado pela medicina, esta impõe aos sujeitos uma eterna visão de corpo-deformado. O olhar exterior das ciências sociais pode ajudar os sujeitos a encontrarem uma maneira adequada de afirmar a sua condição física no diálogo com o universo médico, potenciando uma visão de (re)construção positiva do corpo e onde as próteses se apresentam como símbolos das potencialidades e não das falhas.

A vivência do autismo entre as associações de ajuda e o ativismo virtual: primeiras explorações de terreno em Lisboa (Portugal)

Maria C. Lo Bosco (ICS-UL)

O projeto visa expor os primeiros resultados do trabalho de campo em Lisboa sobre as diferentes maneiras em que os indivíduos com uma diagnose de autismo e as suas famílias vivem e contestam as implicações morais e políticas da ideia de “deficiência social” inerente à categoria psiquiátrica de autismo. Além de participar as atividades promovidas por associações locais e internacionais, a cidadania política e civil das pessoas relacionadas com o autismo é expressada ativamente também na Web, que apresenta-se como veículo e estratégia de ativismo político e ferramenta de participação activa no contexto urbano. O objetivo principal destas práticas é reivindicar o próprio direito de igualdade respeito a capacidade de ser cidadão e recusar a deficiência como dispositivo teórico das políticas administrativas do Estado e das práticas assistenciais de saúde pública. Iniciativas deste tipo tentam realçar no espaço público os actuais desafios da “crise financeira” e as novas desigualdades vividas no campo da saúde pública, educação e emprego. O projeto visa interceptar o valor político das práticas e dos discursos mobilizados diariamente pelos sujeitos e questionar as expectativas futuras e os processos de transformação da subjetividade após a entrada no espaço da saúde mental. Uma etnografia da vivência quotidiana das pessoas autistas e dos próprios familiares e as mudanças ocorridas no âmbito familiar e pessoal ajuda a explicitar as diferentes reacções e relações entre as instituições públicas e a acessibilidade aos direitos e aos serviços de saúde.

O reconhecimento da diversidade na Saúde Paliativa: perspectivas socioculturais no cuidado aos doentes terminais

Inês Vicente (CESNOVA-UNL)

Diversos estudos no campo dos cuidados paliativos sugerem que este tipo de cuidados tendem a ser adaptados pelos profissionais de saúde aos diferentes contextos socioculturais em que se inserem. A prestação de cuidados de saúde universais, equitativos e culturalmente adequados, relacionados com o final da vida, a morte e o luto pressupõem alguma forma de adequação do trabalho dos profissionais às diferenças socioculturais em que se inserem, particularmente, no que respeita às questões relacionadas com a etnia e as práticas religiosas associadas.

Neste sentido, o projecto de investigação em desenvolvimento «Construindo caminhos para a morte: análise de quotidianos de trabalho em cuidados paliativos» (PTDC/CS-SOC/119621/2010), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, procura perceber, por um lado, como é que os profissionais lidam com este tipo de complexidade e como constroem quadros de cuidados nestas condições. Por outro lado, pretende analisar como é que os profissionais de saúde procuram reduzir esta complexidade, apaziguando tensões geradas pela confrontação entre diferentes carreiras experienciais e pessoais dos actores envolvidos em cuidados paliativos e construindo diferentes formas de arranjos, estabelecidos entre as pessoas de acordo com conveniências recíprocas, com o objectivo de promover o bem-estar dos pacientes na fase final das suas vidas.

Recorremos assim a uma abordagem qualitativa de análise, com enfoque na observação etnográfica dos quotidianos de trabalho dos profissionais de saúde em cuidados paliativos, através da observação das dinâmicas de trabalho em unidades de cuidados paliativos, reuniões de equipa e com as famílias e nos domicílios de doentes com alta hospitalar.

P26 – Produção científica: criatividade e avaliação

Coordenadores: Virgínia Calado (CRIA – UM); Luís Cunha (UM)

Terça, 10 Set, 14.30-16.00

Local: Auditório 1, Ciências Veterinárias

A modernidade tardia oferece-nos e impõe-nos uma experiência do tempo marcada pela velocidade, urgência, rigor cronométrico, juízo centrado numa produtividade crescente e comparável. A um tempo uni-

forme, devem corresponder critérios uniformes, medidas comparáveis, traduzíveis em cifras, cujo rigor legitimaria o entendimento do mundo. Talvez possamos tomar este efeito como a concretização de uma fantasia: fazer do modo de produção capitalista a medida de toda a ação social, concebendo a sociedade como mercado, o cidadão como produto transacionável.

Este efeito geral tem expressão particular no modo de produzir conhecimento em ciências sociais. Propomos-nos discutir aqui esses efeitos. Poderemos pensar o que fazemos partindo da ideia de ferida e sutura? Ferida, pela crescente dificuldade de dar à investigação aquilo que ela exige: tempo de maturação, reflexão, dúvida, ócio criativo. Sutura, no sentido da procura de soluções, que permitem fechar essa ferida e viver com ela não impedindo a cicatriz. A um quadro de crescente exigência de publicação e comunicação, formas tão presentes de aceleração do tempo, estaremos respondendo com a demissão de pensar, fugindo ao que há de mais fundamental no nosso ofício? A uniformização métrica estará a refletir-se no modo como escrevemos ou comunicamos? A quantas comunicações precisamos assistir para que uma nos surpreenda? Que práticas são impostas pela exigência de produtividade? Conciliar-se-á quantidade e qualidade?

Tempos e modo de produção científica

Virgínia Henriques Calado (CRIA-UM)

A produtividade científica pode ser pensada como mais uma das formas de expressão do modo de produção que domina a contemporaneidade: o modo de produção capitalista. Os investigadores sociais, críticos relativamente a processos laborais que observam, não têm, de um modo geral, sido reflexivos relativamente aos seus próprios processos de produção, como se uma certa alienação e também desalento face à dificuldade de questionar o sistema instituído os impedisse dessa reflexão. À luz de uma visão crítica relativamente ao imperativo da produtividade como pilar de desenvolvimento social, procurar-se-á discutir de que forma a produtividade pode ser perspectivada. O que será mais produtivo? A quantidade ou qualidade do trabalho desenvolvido? A velocidade inscrita no sistema instituído permitirá a necessária maturação para lhe assegurar qualidade? Como medir a qualidade e transportá-la para os sistemas de avaliação? Eis algumas das questões que procuraremos explorar.

Educação, Humanidade e Ciência

Paulo Castro (ESE Maria Ulrich)

Os alunos do Ensino Básico e Secundário revelam uma falta notória de interesse pela experiência escolar. Entre o quinto e o décimo segundo ano de escolaridade, estes jovens percorrem o trajecto das suas vidas vivendo um conflito surdo com o conhecimento e com o ambiente em que é ministrado.

Referem o enfado que sentem, a ininteligibilidade dos discursos e a miríade de factos memorizados, cuja utilidade apenas confirmam de forma vaga e desprendida. A crescer registam-se os resultados escolares, ora medianos, ora medíocres, revelando uma impotência pedagógica que se repete anualmente, apesar das contribuições empenhadas dos agentes escolares.

Perante este cenário desastroso torna-se imperioso identificar a origem do desapego em relação a uma experiência durante a qual crianças e adolescentes se edificam intensamente em direção à idade adulta.

Nesta comunicação procurarei justamente identificar uma origem possível para o problema e simultaneamente conceber um ideal formativo conducente à construção de um ser humano pensado no contexto da filosofia fenomenológica.

Uma discussão com a qual desejo contribuir para a reapreciação da articulação entre o discurso científico antropológico e a natureza do objecto de conhecimento a quem se dirige, já que será precisamente a pertinência do discurso científico, praticado na educação, que será posta em causa como elemento facilitador de construção da pessoa.

Ciente de que a educação é uma actividade inevitavelmente ideológica, invoco uma forma de pensamento antropológico que promove a reflexão filosófica sobre o que é a natureza humana e sobre as formas preferencialmente adequadas para a sua expressão na contemporaneidade.

Escrevendo etnografia: entre modelos de escrita e critérios de avaliação científica

Luis Cunha (UM)

Na sua versão mais benigna, o discurso dominante diz-nos que é importante estabelecer critérios uniformes e reconhecíveis na avaliação do trabalho científico. Só dessa forma se pode ser rigoroso naquilo que afinal importa – obtenção de financiamento, hierarquização dos cientistas com vista a concursos e progressão na carreira. Assim, a ideia de uma avaliação objetiva apresenta-se como servindo toda a comunidade, já

que dá expressão a princípios de competitividade, apontados frequentemente como padrão de modernidade. Esta comunicação assenta no desafio de olhar criticamente este modelo. Procurarei discutir a hipótese de um modelo demasiado rígido restringir, de forma imprevista e indesejada, a criatividade científica, seja modelando a forma de escrita, seja privilegiando temáticas e formas de abordagem. A imbricação neste debate de questões metodológicas e epistemológicas é evidente, mas ele permite também olhar a história da disciplina, tentando perceber como a escrita etnográfica foi evoluindo, por vezes trilhando caminhos que entretanto foram abandonados e esquecidos. Pela sua própria natureza esta não é uma comunicação que proponha respostas. A sua ambição é apenas a de lançar pistas para um debate que urge ser feito. Um debate onde caiba pensar o tempo da investigação, a centralidade das decisões ou a lógica de canalização das verbas da investigação, afinal, os diferentes planos onde produzimos e reproduzimos conhecimento científico.

P27 – Ciganos na Península Ibérica e Brasil

Coordenadora: Olga Magano (UAB)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 4, Ciências Veterinárias

Debater o conhecimento sobre os ciganos em Portugal e a sua relação com as realidades de outros países, que mantêm com Portugal relações de proximidade como Espanha e Brasil, é algo que muito rara e pontualmente se faz.

Este domínio de estudos aparece geralmente como subsidiário de outros domínios e linhas de investigação, tendendo a ocupar uma posição marginal e até invisível, aparecendo ora associado aos estudos sobre imigrantes, ora a outras temáticas convexas.

Este painel pretende questionar e discutir no referente às realidades destes três países, qual a situação actual e estratégias de reprodutivas, produtivas, migratórias e identitárias que os ciganos enfrentam/constroem e resistem em face de tal situação, quais têm sido os efeitos deste património de saber já acumulado na produção e implementação de medidas e políticas sociais promotoras de uma maior coesão social, assim como, questionar qual o envolvimento e participação dos ciganos nos estudos efectuados. Constitui ainda nossa intenção dar visibilidade aos estudos mais recentes sobre os ciganos portugueses, espanhóis e brasileiros.

Palavras que caminham, passos que falam: as estórias de viagens rom-kalderash e a construção do cigano como sujeito fantástico

Ana Paula Casagrande Cichowicz (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

A representação presente no imaginário social acerca do que é um cigano foi em boa parte insinuada e disseminada através de obras de arte literárias, que expressam dois tipos-ideais da “ciganicidade”, figurando esses sujeitos ora como “Strombolis” – “marginais” e “imundos” –, ora como “Melquíades” – “festeiros” e “misteriosos”. Quando parti para o campo, feito no estado de Minas Gerais, tinha por intuito ouvir o que os ciganos rom-kalderash tinham a dizer sobre eles mesmos. Contariam estórias nas quais seriam personagens? E estas, seriam importantes para o modo como tais sujeitos se construíam como “sujeito-rom”? Não mais as narrativas literárias grafadas em livros, mas as narrativas dos kalderash. Entretanto, antes de pensar estas estórias, tornou-se necessário discorrer sobre a noção de “espaço”, pelo fato de que o modo como os roms vivenciam e praticam os espaços por onde passam é fundamental para entender o contexto nos quais as narrativas ocorrem, e que por sua vez é basilar na compreensão do que é dito. No interior desse campo fenomênico de transformação de “espaço geográfico” em “espaço antropológico”, as “estórias de viagens” contadas pelos kalderash, me fizeram perceber que a despeito de engendramos uma espécie de terceiro tipo-ideal do que seria um cigano, constroem-nos antes como seres “fantásticos”, numa reelaboração de sua própria imagem a partir de um dos tipos-ideais citados acima, aquele que os enxergam como Melquíades.

Projeto identitário e construção dos «ciganos no Brasil»

Mirian Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense – BR)

O objetivo desta proposta é explorar o processo de codificação da identidade cigana na esfera pública no Brasil, focalizando o projeto identitário de uma associação cigana no Rio de Janeiro. Pretende-se discutir como discursos e narrativas sobre os ciganos são construídos pela associação União Cigana do Brasil. O

foco dessa proposta é analisar os ‘denominadores comuns’ culturais e políticos definidos por essa associação como constitutivos da identidade cigana, explorando suas características locais e relações supra-locais. Baseado na pesquisa de campo para o meu doutoramento (2007-2012), o *paper* proposto envolve a análise de dados etnográficos que permitem uma reflexão sobre os processos pelos quais “identidades diaspóricas” são localmente construídas. Para esta reflexão, pretendo considerar não apenas as dinâmicas e interações com os elementos culturais e políticos locais, mas também a dimensão transnacional que envolve esta forma de configuração identitária e que permite um diálogo constante com textos, discursos, símbolos e práticas que circulam em arenas supralocais.

Ser cigano em Campina Grande, Patos e Sousa (Paraíba/Brasil): visibilizar, encobrir e não se enunciar. As estratégias construídas no diálogo com o mundo dos não-ciganos

Mercia Batista (Universidade Federal de Campina Grande – BR)

Desafiados pela escassez de estudos antropológicos que explorassem a presença de populações ciganas no estado da Paraíba (Brasil), instauramos a partir de 2010 um grupo de pesquisa visando acessar diferentes lugares e períodos. Para tal, realizamos um levantamento em diversas fontes (arquivos de jornal de circulação na região, literatura especializada e não-especializada) sobre a presença de populações ciganas nesta região e a seguir, selecionamos três localidades (Campina Grande, Patos e Sousa), buscando identificar como se constituem as identidades, as relações entre os grupos ciganos e a relação destes com a sociedade envolvente. Propomo-nos a abordar os ciganos na Paraíba como grupos que devem ser pensados em situações processuais. Neste sentido, estão ressignificando ou incorporando aspectos legitimados pela sociedade em geral. Tal quadro acaba por apontar formas específicas de organização local, e formas de ação política que por meio do confronto interacional, ressaltam elementos mais contrastantes. Assim, a proposta deste artigo foi a de trazer os exercícios de pesquisa que nos permitam traçar um quadro comparativo, destacando aspectos etnográficos, indicando, dentre outras questões, que a relação dos ciganos com as três cidades pesquisadas se constituem de modo distinto. Apesar disso, sempre quando confrontados, os ciganos demarcam um modo próprio de pensar e agir, quase sempre assemelhado. Sinalizando formas específicas de organização local, que se desdobram em formas de ação política, dentro do qual os aspectos distintos como confronto geracional, de gênero, invisibilização e estigma, dentre outros, se fazem presente.

Percursos migratórios dos ciganos transmontanos

Lurdes Nicolau (CRIA)

Os ciganos transmontanos há várias décadas praticavam o nomadismo, normalmente com percursos circunscritos às mesmas povoações, onde permaneciam algum tempo, dependendo dos meios de subsistência que adquiriam, de uma forma geral advindos da prática da mendicância.

O seu assentamento ocorreu, no caso mais recente há cerca de trinta anos, em meio urbano, devido a razões de ordem familiar e económica e em meio rural há mais de trinta e cinco anos, podendo no entanto estar próximo dos cem anos nalgumas localidades, embora nestes casos se verificassem deslocamentos periódicos pelas aldeias vizinhas. As famílias viviam em edificações abandonadas que a população não cigana lhes cedia, muitas vezes afastadas do núcleo populacional. Nestes contextos, a sua aceitação por parte das populações e os trabalhos de cariz essencialmente agrícola que realizavam foram as principais motivações para o seu assentamento.

A partir da década de 60 do século passado um número elevado de famílias ciganas do nordeste transmontano emigrou, sobretudo para Espanha, tendo-se dispersado por muitas províncias. Houve, no entanto, famílias que regressaram ao país de origem anos mais tarde, na década de 80, por razões variadas, tais como o facto de preferirem viver em Portugal ou o desejo de regresso para junto de familiares.

Na atualidade alguns agregados familiares deslocam-se sazonalmente para o país vizinho e para concelhos e distritos limítrofes onde realizam trabalhos essencialmente agrícolas e regressam à sua localidade de residência habitual quando findada a atividade, situação que ocorre quando na sua localidade de residência não conseguem meios de subsistência.

Os ciganos no Rio Grande do Norte (RN/Brasil)

Lisabete Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – BR)

Segundo os primeiros cadastros realizados por parcerias entre grupos de pesquisa e apoio, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a pastoral dos Nômades do Brasil, o estado do Rio Grande do

Norte apresenta uma população cigana de 5.400 pessoas. Essa população está distribuída em 12 cidades do estado, sendo que 70% desse total são de ciganos sedentários. Pretende-se com este trabalho apresentar uma cartografia inicial e apontar os primeiros contatos com a população local traçando um panorama da situação em que se encontram. Bem como mostrar os movimentos relacionados à criação da pastoral dos nômades, órgão vinculado à Igreja católica, as rodas de conversas sobre as comunidades ciganas realizadas nessas cidades e a busca da criação de um Centro de Referência do Cigano no Estado.

O Outro entre nós: como derrubar muros e construir pontes?

Maria da Conceição Tomé (CEMRI-UAB)

A relação das comunidades ciganas com a escola foi sempre conturbada devido a factores que se prendem com a forma como esta etnia encara a escola e com a problemática integração das crianças e adolescentes ciganos nas instituições educativas portuguesas. Fruto do investimento na escolarização das crianças desta etnia, encontramos em escolas da zona de Viseu muitas turmas com alunos ciganos, não sendo fácil a coabitação entre estes alunos e os alunos não-ciganos, quer na sala de aula, quer fora dela.

Nesta comunicação, apresenta-se um projeto implementado na Escola Básica D. Luís de Loureiro (Agrupamento de Escolas Viseu Sul), com 3 turmas do oitavo ano, denominado “Encontrar o Outro nos livros”. Este projeto, da responsabilidade da professora bibliotecária, em articulação com os diretores de turma, desenvolve-se no tempo letivo de Formação Cívica e tem como objetivos promover a formação da cidadania global dos leitores adolescentes pelo encontro com imagens sociais e culturais do Outro presentes em produções literárias de potencial receção juvenil; possibilitar a reflexão sobre temáticas como as minorias étnicas e outras formas de alteridade; desenvolver atitudes de respeito pelo Outro e promover a educação intercultural. Neste contexto, analisam-se as representações do cigano, este Outro que vive entre nós há largos séculos, presentes em produções literárias juvenis portuguesas das últimas décadas e o seu impacto na formação da cidadania global dos leitores. Finalmente, questiona-se o papel da literatura juvenil na manutenção de preconceitos e estereótipos em relação ao Outro cigano.

Exclusão sócio-espacial dos ciganos de Tomar

Mónica Sequeira (IGOT-UL)

O tema que pretendo abordar na minha comunicação, incide sobre a exclusão socio-espacial dos ciganos que vivem há mais de 40 anos em condições de habitação precárias, ao longo do rio Nabão numa cidade com um potencial histórico-cultural, que é a cidade de Tomar.

A comunicação consiste na apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir deste caso de estudo, efectuado no âmbito da tese de mestrado em População, Sociedade e Território, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

A principal questão de pesquisa centra-se na compreensão dos fatores que explicam a exclusão sócio-espacial dos ciganos na cidade de Tomar.

Procurar-se-á ainda refletir sobre a dinâmica sócio-espacial e as relações entre ciganos e sociedade da cidade de Tomar.

Na linha de estudos já feitos em Portugal e na Europa, considera-se que estamos perante um grupo vulnerável e inevitavelmente exposto à exclusão social, cultural e territorial, mas que também possui possibilidades e capacidades de auto-determinação do seu futuro pessoal e social.

A estratégia metodológica implicou a conciliação de metodologias intensivas e extensivas (entrevistas exploratórias e aplicação de inquéritos aos residentes em Tomar).

Teatro do oprimido como ferramenta de inclusão social no bairro Horta da Areia em Faro

Vânia Martins (UALG)

Apresenta-se um estudo realizado num bairro da cidade de Faro, o bairro Horta da Areia. Quando foi criado, o bairro pretendia ser uma solução provisória para albergar famílias das ex-colónias africanas, mas acabou por resistir até aos dias de hoje, vindo a ser ocupado maioritariamente por famílias ciganas. É um bairro situado numa zona periférica e industrial, com manifestos problemas de segurança, sanidade e pobreza. Os preconceitos face aos ciganos do bairro, a pobreza e exclusão social criaram uma má imagem do bairro e seus residentes. A intervenção social aí realizada, provém de um centro comunitário que, desde há dez anos até à data, tem vindo a agir como mediador entre a restante cidade e o bairro.

Expõem-se algumas das características das famílias da Horta da Areia, bem como uma das metodologias

que tem vindo a ser utilizada desde 2010 no trabalho com as crianças e jovens: o Teatro do Oprimido. Esta ferramenta permite tratar situações reais pela representação teatral. A oficina veio completar o trabalho realizado pelo centro comunitário do bairro, na intervenção junto dos jovens. Reflecte-se sobre os efeitos do Teatro do Oprimido num grupo de jovens, procurando perceber o que poderá trazer de novo para os seus residentes, nomeadamente se a actividade for alargada a toda a família, já que parece haver uma desunião entre as famílias e pouco sentido de comunidade.

P28 – Subjetividades e migrações: projetos de vida, desejos e expectativas

Coordenadores: José Mapril (UNL / CRIA-UNL); Simone Frangella (ICS-UL); Nuno Dias (Dinâmia/CET-IUL)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 2, Ciências Veterinárias

O objetivo deste painel é explorar as dimensões subjetivas das migrações contemporâneas recorrendo, sempre que possível, a exemplos etnográficos. Pretendemos mostrar como as estratégias migratórias se relacionam com aspirações e expectativas decorrentes dos projetos de vida, projetos estes que se alteram na diacronia e em relação a condições estruturais. Estas aspirações estão frequentemente associadas a processos flexíveis de acumulação de capitais – simbólicos, económicos e políticos – que têm subentendido um desejo de “conexão” (Gardner 2012) ou de “inclusão” (Piot 2012) numa “ordem sócio-cultural global” (Ferguson 2006). Tais dinâmicas são não apenas verificáveis nos projetos de saída, de fuga, dos países de origem mas também no decorrer da própria experiência migratória, o que leva a constantes reformulações, questionamentos e transformações. Assim, neste painel convidamos os autores a refletirem sobre a relação entre: (i) aspirações, desejos e expectativas (face a estilos de vida, consumos, “modernidade”, etc.); (ii) condicionalismos estruturais; e (iii) o investimento em projetos migratórios (individuais e coletivos).

“Ser singular plural”: contributo para uma teorização alternativa do “Outro” nas migrações contemporâneas no caso de Cabo Verde

Elizabeth Challinor (CRIA-UM)

As aspirações e vivências de estudantes cabo-verdianos matriculados nas escolas profissionais em Portugal são condicionadas pelas expectativas das câmaras locais em Cabo Verde que enviam os estudantes e pelos interesses das escolas profissionais em Portugal que os recebem, através de quotas e acordos pré-estabelecidos. As conexões e disjunções entre os interesses de estudantes, câmaras e escolas profissionais elucidam a necessidade de ir além de uma abordagem que incide sobre o “Outro” – análise de como os condicionalismos estruturais afetam as migrações contemporâneas (do “Outro”) – para uma teorização da coexistência na “ordem sócio-cultural global” (Ferguson 2006). Ao analisar o caso de estudantes cabo-verdianos em Portugal à luz dos argumentos do filósofo Nancy (2000) sobre “ser singular plural”, esta apresentação oferece um olhar renovado sobre o “Outro” nas migrações contemporâneas.

Comunidade diaspórica cabo-verdiana e pertença: considerações a partir de uma biografia

Iolanda Évora (ISEG-UTL)

Neste trabalho, abordamos as práticas diaspóricas – através das quais as comunidades na origem e na diáspora se engajam mutuamente – como um prisma que permite explorar o processo de formação da pertença dos indivíduos a uma comunidade supranacional. A experiência de um emigrante que vence eleições locais em Cabo Verde serve para explorarmos as formas contemporâneas pelas quais os membros das comunidades cabo-verdianas na diáspora e na origem negociam as suas posições, de acordo com o capital social que possuem. A análise da biografia deste emigrante e do processo que levou à sua eleição, tal como descrito pelo mesmo, mostra como, quer a sua comunidade no exterior, quer a comunidade na origem inscrevem o mundo da migração no conjunto dos mundos sociais a que pertencem, articulando as suas diferentes identificações e pertenças em simultâneo. As práticas de cidadania consentidas aos emigrantes são particularmente esclarecedoras do tipo de provas que, na actualidade, os membros da diáspora devem exibir para confirmarem as suas disposições e obrigações relativamente ao arquipélago e, ainda, as formas da sua adesão à ordem social e política de Cabo Verde. Estas exigências ocorrem num contexto em que os cabo-verdianos no arquipélago são sujeitos a adesões internas que configuram identidades, obrigações, oposições e orientações específicas relativamente à migração e aos emigrantes atuais, numa direcção que, de forma crescente, pretende contrariar o inescapável destino de viver para a migração.

Para lá da ‘actividade mandibular’: aspirações e expectativas na mobilidade de missionários nazarenos cabo-verdianos para Portugal

Max Ruben Ramos (ICS-UL)

Estudar as dimensões subjetivas da mobilidade de pastores e missionários nazarenos cabo-verdianos para Portugal, constituiu o objectivo central desta comunicação. Mapear esse movimento missionário, inaugurado no início dos anos 1970, traz, a meu ver, alguns dados interessantes para o estudo das migrações cabo-verdianas. Além do pendor missionário que essa mobilidade implica, algumas aspirações individuais, entre as quais se pode destacar as académicas, têm um ónus bastante acentuado, como demonstrarei, recorrendo ao meu material etnográfico. Em bom rigor, elas são, bastas vezes, absolutamente cruciais e decisivas para re-significação do percurso migratório. Demonstrarei também que, neste trânsito transnacional, a aquisição de capital simbólico não é mero apêndice, mas é um elemento constitutivo da própria decisão de migrar ou das alterações de projectos iniciais. Por outro lado, como sugere o meu trabalho de terreno, mesmo nos momentos de constrangimentos estruturais, são elas, as aspirações e expectativas, que dão, de alguma forma, sentido e coerência no modo como se constroem as suas trajetórias. Em suma, e no fundo, pretendo demonstrar como é que sonhos, desejos e ambições dos meus interlocutores se cruzam com as suas próprias biografias e percursos missionários.

Borders of Desire. Youth Subjectivity across the Mediterranean Frontier

Francesco Vacchiano (ICS-UL)

Border regime can be defined as a complex “apparatus” which stretches out the frontier into the daily life of citizens. Legislative, bureaucratic/administrative, securitarian and conceptual devices compose a set of instruments that produce specific forms of social and political experience. At the same time, at the southern shore of the Mediterranean a new sensibility is surfacing: youth are questioning the postcolonial social order through the claim to belong to a global community. This “claim to membership” (Ferguson) may be expressed through a political language (as in the case of the Arab uprising), but also through the self projection beyond the imposed boundaries. “Irregular migration”, with its categories and discourses, is only one of the ways in which the right to mobility – in any possible sense – is affirmed and reclaimed. My paper aims at discussing the idea of a “global subjectivity” expressed by youth through the desire of “being modern” (by achieving mobility, consumption, self-improvement, communication, participation) and at observing the clash with the normative classifications imposed through the European border apparatus. I will discuss the mechanisms by which borders try to channel this strength into economically “productive” forms and ends up reproducing the marginalising processes operating in the countries of origin.

Narrativas de “olim” do Brasil em Israel

Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL)

As narrativas dos “olim” (judeus que fazem “aliyah”, *i.e.*, que exercem o direito garantido na Lei de Retorno israelense) sobre motivações e negociações identitárias colocam desafios quer à noção de migração, quer às de refúgio ou asilo. Será analisado o caso de judeus brasileiros em Israel. Trata-se da primeira apresentação de resultados iniciais de pesquisa desenvolvida em Israel e no Brasil, quer sobre judeus brasileiros, quer sobre palestinianos brasileiros, procurando perceber como as narrativas de identidade pessoal se cruzam com as dos Estados enquanto projetos contestados.

A “Europa” e “os Portugal”: subjetividades e experiências nos deslocamentos de brasileiros(as)

Paula Togni (CRIA)

A partir de uma etnografia que foi construída através dos trajetos transnacionais – vistos como movimentos espaciais dos sujeitos – e da análise das trajetórias, percursos biográficos ao longo do tempo (VELHO, 1986, 1994; DUARTE, 1986; DUARTE, GOMES, 2008) de 26 jovens, movi-me entre uma cidade de pequeno porte, localizada em Minas Gerais (Brasil) e o Cacém – um bairro “periférico” da Grande Lisboa. Paulatinamente, percebi que as reflexões da etnografia estavam permeadas pela minha própria trajetória de mobilidade – física, residencial, social, económica, como também imaginativa – que se interrelaciona com os processos, narrativas e vivências que pretendia examinar. Quando falo dos jovens de Mantena que residem no Cacém, estou autoconsciente de que comunico simultaneamente sobre a minha própria trajetória, que diz respeito ao modo como compreendo e explico as situações que experiencio (no campo e na minha trajetória). No entanto, a minha “localização social” (PESSAR e MAHLER, 2001) – regional, nacional e global – nortearam os imaginários e experiências de mobilidade.

O fato de ser branca, oriunda de classe média, vir de uma experiência metropolitana e ter alta escolaridade, alimentava um capital cultural e simbólico que abrisse espaço para circulações, negociações e agências. O que tenciono demonstrar é que apesar de viver em Portugal por oito anos ininterruptos, o que parece axiomático é a diversidade de experiências proporcionadas por localizações sociais distintas. O imaginário e a vivência de um “Portugal-Europa” é particularizado por visões de mundo, valores e projetos, experienciados de diferentes formas nas narrativas sobre os deslocamentos.

Should I stay or should I go? The role of relationships in the decision to migrate, stay or return: the Brazilian migrants case study

Ana Paula Figueiredo (University of Manchester – UK)

Despite an estimated number of over 200.000 Brazilians in London, there is no comprehensive research on their experience in the capital. This paper explores the various factors that affect the choice by Brazilians to migrate to and stay in London or to return to Brazil. Based on eighty interviews with Brazilians in London and eight months fieldwork with Brazilians women who work as cleaners in London, this research explores the importance of loving relationships on the decision making process of Brazilian migrants in London. The combination of quantitative and qualitative methods of research made it possible to uncover how the break up of a long term relationship, death of a loved one, new love found on the Internet or simply the hope to find love have more influence than studies of migration have previously accounted for. This case study analysis contributes to the understanding of the complexities of human agency and network formation in the context of migration and will thereby contribute to fill gaps in research on Brazilian migration in London.

Diferentes na desigualdade: trajetórias e representações de populações nacionais e imigrantes em fuga da pobreza

José Cavaleiro Rodrigues (ESCS)

Com base num trabalho etnográfico com vinte e oito famílias residentes em dois bairros de habitação social metropolitanos, um de população maioritariamente de origem nacional e outro de imigrantes africanos, procurei ao longo de dois anos respostas para três grandes questões sobre processos de mobilidade a partir da pobreza. A primeira foi ir à origem e saber como surgiu a pobreza nas suas vidas, quais as causas que a provocaram e em que condições foi possível a sua ultrapassagem, contextualizando as estratégias e os projetos desenvolvidos no plano individual e familiar com a evolução dos constrangimentos estruturais da sociedade portuguesa. Reconstituídas as trajetórias biográficas, o segundo objectivo que me moveu foi captar os modos de vida gerados após o processo de saída da pobreza e a maneira como estes indivíduos se identificam socialmente no presente, face às posições que conquistaram e às aspirações que mantêm para si próprios e para as suas famílias. A esta segunda dimensão, de auto-identificação, articulei uma terceira, a de recolher as representações dos sujeitos sobre o conjunto mais amplo das estruturas de desigualdade e das hierarquias sociais, desde as posições desfavorecidas que experimentaram pessoalmente aos lugares mais privilegiados cuja existência reconhecem. Nesta comunicação pretendo destacar o ponto de vista das experiências e das projecções identitárias recolhidas junto dos imigrantes, colocando-as em contraponto com o grupo de famílias nacionais com quem também trabalhei.

Entre o dito e o não dito – uma reflexão sobre mobilidades estimuladas por ideais de estilo de vida

Maria Inês David (CRIA-UNL)

Para analisar a presença de migrantes que se apresentam como “expatriados”, esta comunicação parte da etnografia sobre a rádio que fundaram em 1992. Toma-se como base a proposta teórica da “*Lifestyle Migration*” (O’Reilly 2000; Benson and O’Reilly 2009), que tem vindo a ser desenvolvida para conceptualizar mobilidades motivadas por, essencialmente, aspirações a desfrutar de estilos de vida subjectivamente definidos como sendo “de qualidade”. Para dar conta da superdiversidade (Vertovec 2007) que caracteriza a população migrante oriunda, sobretudo, do Reino Unido, reflecte-se sobre a forma como a rádio espelha, participa e convida à problematização de modos de estar que lhe são específicos.

Na publicidade e em programas ao vivo, as emissões indexam necessidades e interesses associados a um ritmo de vida relaxado, confortável, saudável e intimamente relacionado com a indústria do turismo. Simultaneamente, corroboram narrativas com que os migrantes justificam as opções migratórias por comparação com quotidianos que se tinham, ou se viriam a ter, no contexto de origem (Benson e O’Reilly 2009; Torkington 2010). Significativamente, as realidades de encontros culturais promovidos pela rádio sugerem

limitações às buscas por autenticidade, comunidade ou auto-realização subjacentes aos seus projectos auto-reflexivos (Giddens 1991). Ao sinalizar a naturalização de dimensões como a ambivalência, a superficialidade ou a transitoriedade e a forma diferenciada como estas informam as relações de migrantes com as pessoas e o lugar Algarvios, a rádio indicia condicionantes que estruturam as escolhas e mobilidades (Amit 2007; Korpela e Ragula 2013) de um movimento informado pela agencialidade.

Expectativas em Movimento: aspirações sociais e as motivações na migração Wenzhou (China) para Portugal

Irene Rodrigues (ISCSP-UTL)

Esta comunicação pretende explorar as aspirações sociais, nomeadamente os desejos de prestígio social e de riqueza material, dos migrantes chineses da região de Wenzhou (Zhejiang, China) surgidos num contexto social e económico dominado por uma impressionante prosperidade económica e paralelamente por crescentes desigualdades sociais e económicas. Neste cenário de grande competitividade por prestígio social, a migração surge como uma saída para evitar a mobilidade social descendente ao mesmo tempo que permite alimentar aspirações sociais elevadas perspectivadas como impossíveis de realizar em Wenzhou. Porém, ao longo do percurso migratório considerando as oportunidades e as dificuldades surgidas, os migrantes vão sendo obrigados a gerir as suas expectativas de partida de um modo flexível. Esta flexibilidade acaba se apresentar a dois níveis. Por um lado, a um nível temporal porque as aspirações de riqueza e de acumulação de grande prestígio social podem ser adiadas para um futuro longínquo, nomeadamente para a próxima geração; por outro lado, a um nível espacial porque a perspectiva de impossibilidade de realização dos objetivos da migração – enriquecer e ter sucesso – podem conduzir a uma nova migração. A comunicação termina apontando por um lado para a grande importância dos cenários históricos na construção destas subjectividades da migração chinesa, e por outro lado, para o modo como as elevadas expectativas sociais geram subjectividades com uma disposição altamente móvel e flexível em termos de actuação, mas paradoxalmente inflexível quanto ao modo como enfrentam as contrariedades do percurso migratório e se mantêm persistentes quando aos objetivos a atingir no futuro.

“You left Canada to come here? Are you crazy?”: Luso-descendant returnees from Canada negotiate return and re-return in times of economic crises

João Sardinha (UAB)

My proposed presentation seeks to analyse integration, sense of belonging and notion of transnationality among the descendants of Portuguese emigrants from Canada who have returned to Portugal. The key considerations to be scrutinised are the multiple interactions between place of origin and destination, and transnational network constructions and identification negotiations that take place in the post-return, here having as the backdrop of the analysis the current economic crisis Portugal finds itself going through. Given the fact that these returnees all returned to Portugal at a time when the country was economically stable, my presentation aims to understand how interactions and negotiations of a national and transnational nature influence the settlement decisions of these returnees and their life options in the pre- and post-crisis eras, giving particular attention to the way belonging and integration is (re)molded during these eras and the outcome of these negotiations. The presentation thus sets out to answer two overarching questions: 1) what are the impacts of return upon Portuguese emigrant descendant returnees and where does the return itself leave the returnee in the transnational stratum and in the search for the “self”; 2) how are social networks (re)negotiated and utilized in the post-return era defined by the current economic crisis, taking into consideration tactics of insertion and returnees’ transnational positioning? The findings presented will rely on interviews carried out with Portuguese descendant returnees carried out between two time-periods: a first round between 2008 and 2010; a second round, consisting of follow-up interviews, in 2011 and 2012.

Os “homem novo” de Machel. Migração e a formação da identidade nacional moçambicana

Hector Rolando Guerra Hernandez (Universidade Federal do Paraná – BR)

Entre 1979 e 1990, a FRELIMO promoveu a migração de milhares de moçambicanos para a Alemanha do Leste. Alguns autores argumentam que o principal propósito desta migração, era amortizar os encargos da dívida contraída com a RDA. Sem contradizer, nem contemporizar com esta tese, o propósito desta comunicação é discutir o impacto subjetivo que esta experiência migratória teve na formação destes moçambicanos, conhecidos hoje como “Magermane”, entendendo que será esta experiência, baseada

num processo de afetação coletivo e uma relação contratual assimétrica, a que propiciará um processo de individuação, o qual contribuirá para a formação de uma identidade nacional moçambicana específica. Um processo que exaltou sempre a “racionalidade cientificista” como o caminho acertado para a produção dos homens novos, isto é, dos sujeitos sociais imprescindíveis para o processo de modernização em um país recém-libertado. Estes homens novos, idealizados por Machel, estes “filhos de Machel”, como costumam se autodenominar hoje, marcam sua presença no contexto moçambicano como um remanescente não desejado, como uma figura incômoda, sobretudo para a elite governante, pois atuam como um dispositivo de memória, o qual lembra de uma época abarrotada de discursos bem intencionados e utopias triunfalistas, mas que ao final acabaram beneficiando apenas uns poucos. Mas ao mesmo tempo, chamam a atenção na população, pois configuram-se como sujeitos autorreferenciados, quando de cidadania, direitos e justiça se trata.

P29 – Antropologia da(s) idade(s)

Coordenador: Filipe Martins (CRIA-IUL/ IPP)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 4, Ciências Veterinárias

Debatedora: Antónia Pedroso de Lima (ISCTE-IUL /CRIA)

Na antropologia a idade, a par do sexo, tem sido realçada como um dos aspetos mais básicos da vida humana e, como tal, um princípio universal de organização social. Tal como o sexo, a idade está vinculada à biologia humana. Porém, tal como o género, também as “idades” humanas constituem categorias identitárias profundamente enraizadas nos contextos sócio-históricos e relacionais em que emergem, comportando múltiplas atribuições de poder, moralidade e responsabilidade que por sua vez determinam padrões de estruturação social mais amplos.

No campo da antropologia social e cultural são diversas as áreas temáticas teorizadas que integram ou assentam em noções de idade (sistemas de parentesco, casamento e família; relações produtivas; sistemas políticos e de sucessão; ciclos vitais, desenvolvimento humano e transmissão cultural; simbolismo e ritos de passagem). Contudo, não obstante esta riqueza teórica e etnográfica acumulada, têm sido escassos os trabalhos antropológicos em que a idade se assume como o eixo central de análise e de problematização teórica.

Este painel visa contrariar esta lacuna, promovendo o debate em torno dos múltiplos modos de “culturalização” da(s) idade(s) humana(s), nomeadamente a partir de contributos etnográficos, históricos ou teóricos em temas como:

- *Maturação, ciclos e (per)curso de vida, fases e transições;*
- *Grupos de idade, poder e cidadania;*
- *Culturas e subculturas de idade;*
- *Tempo, geração e mudança social;*
- *Idade, trabalho e reprodução social;*
- *(Inter)dependências e reciprocidades familiares intergeracionais;*
- *Envelhecimento, autonomia, vulnerabilidade e cuidado;*
- *Idadismo e marginalização com base na idade.*

Juventud, fuente de futuro (laboral)

Laura Alamillo-Martínez (Universidad Complutense de Madrid – ES)

Esta comunicação busca profundizar na experiência da juventude de um segmento da sociedade espanhola relativamente específico: a classe média branca “progresista”. Busca expor experiências socioeducativas de estudantes entre 13 y 18 años que han acudido a centros concertados de la ciudad de Madrid. Estas experiencias fueron recogidas en el contexto de de dos años de investigación etnográfica. El interés de sus experiencias tiene que ver con generar conocimiento respecto a una sección de la población acomodada, con el propósito de plantearse hasta qué punto se puede democratizar el acceso a esta forma de vida y con ello promover la igualdad de oportunidades.

Una de las principales observaciones es que, durante esta etapa de su vida el sistema educativo español les lleva a tomar decisiones que ellos perciben que condicionarán su futuro. Sin embargo, aunque vaya a condicionar su futuro, no pueden tomar decisiones sobre la estructura en la que toman esas decisiones.

Aquí se profundizará en como estos jóvenes entienden las reglas del sistema educativo, y cómo, con ayuda de padres y profesores, sacan el máximo partido de esos años de su vida que afectarán su futuro laboral pero que a la vez siguen siendo años para vivir, para hacer amistades, para disfrutar de sus gustos y aficiones. Un equilibrio difícil de mantener.

Making Men in a Brazilian Juvenile Prison

Kristen Drybread (Universidade de São Paulo – BR)

Drawing on more than two years of field research inside a juvenile detention center in northeastern Brazil, this paper studies the formation of masculine identities among adolescents who have been detained for murder. While recognizing that young inmates repeatedly expressed their compliance with a stereotypical model of northeastern Brazilian masculinity that equates manliness with aggression, fearlessness, and virility, the paper argues that these youths did not, as in most anthropological studies of masculinity, understand their maleness to be primarily configured in opposition to femininity. In fact, in the overwhelmingly monosexual space of the detention center, when adolescent detainees pronounced themselves to be men, they did so without reference to women, sexual activity, or sexual organs. Instead, young inmates asserted their manhood by explicitly excluding themselves – through words and deeds – from the social and legal category of the child.

Mindful of the notions of childhood and adulthood enshrined in Brazilian juvenile justice laws, this paper gives careful attention to the various ways that a number of young inmates discussed and performed masculinity within the space of the detention center. Its goal is to understand how legal definitions of adulthood and childhood intersected with local ideas of manliness to encourage inmates to distance themselves from the social and legal categories of childhood by exhibiting violent behavior.

A idade como prisão: As vivências prisionais de reclusas idosas

Adriana Silva (UM); Helena Machado (UM)

O envelhecimento, enquanto fenómeno social, é encarado como um dos desafios mais prementes do século XXI. A sociedade portuguesa tem assistido, nas últimas décadas a um acentuado envelhecimento demográfico. A população prisional não é imune a este fenómeno: nos últimos anos, em vários países da Europa e da América do norte, tem-se assistido a um aumento progressivo do número de indivíduos mais velhos nas prisões. Em Portugal, nos últimos tempos, várias notícias veiculadas na Imprensa têm vindo a evidenciar também essa mesma realidade.

Partindo de um conjunto de entrevistas com mulheres com mais de 50 anos realizadas no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, nesta comunicação almeja-se compreender de que forma a idade pode condicionar a forma como vivem o tempo de reclusão assim como as suas expectativas futuras de reinserção na sociedade.

Os resultados mostram que a idade, associada ao processo biológico, mas sobretudo, cultural do envelhecimento, pode condicionar a forma como encaram a reclusão, sendo o cumprimento da pena encarado como um tempo perdido e irre recuperável. A idade condiciona igualmente a forma como as reclusas veem o seu futuro, sendo minado pelo medo de morrer na prisão e pelas incertezas projetadas para a vida no exterior.

Mujeres mayores, género y edad en la sociedad campesina de la Moraña: entre la tradición y la modernidad

Gemma de la Fuente González (Universidad de Salamanca – ES)

Para analizar la influencia de la edad en la construcción de los modelos de relación de género se parte del contexto socioeconómico tradicional de la sociedad campesina, donde las actividades son distribuidas en función del sexo y de la edad. Así, el objetivo será analizar tanto las actividades económicas asignadas a los grupos de edad como las relaciones de género que se dan dentro y entre estos grupos: niñez, matrimonio, ancianidad.

Respecto al análisis de la edad como categoría de percepción de la identidad de género, como se dijo, en actual contexto coexisten diversos modelos de ser mujer en función del espacio socioeconómico en el que se construyen las identidades de género. Por lo que el objetivo de este apartado será analizar los patrones de acción de una mujer de 70, de 50 o de 20 años y la diferente percepción que se tiene de ellas.

En este sentido, la edad es una variable fundamental desde la que se analizará tanto la construcción de las relaciones de género como la diferente experiencia de los modelos de género que coexisten.

La principal herramienta metodológica que se empleará en este análisis será la elaboración de historias de vida de las mujeres mayores de la comarca. Dichas historias nos proporcionan información tanto sobre la construcción de las relaciones de género propias de los grupos de edad de la sociedad tradicional, como sobre la coexistencia del modelo de género tradicional con los modelos de la sociedad contemporánea.

Gravidez na adolescência, gravidez «precoces» ou escolha afetivo-sexual?

Ana Lúcia Naur (Universidade do Estado do Pará – BR); Denise Cardoso (Universidade Federal do Pará – BR)

No Brasil o fenômeno conhecido como gravidez na adolescência – aquela que ocorre entre 15 a 18 anos – tem sido amplamente debatido da perspectiva do que se considera o evento um “problema social”. Dentre os fatores que, de acordo com esta visão, são indicadores de tal “problema”, está a idade biológica das meninas. Neste estudo, intenta-se fazer uma reflexão crítica sobre tal interpretação do evento, considerando as experiências sexuais de meninas pertencentes a grupos de camadas populares de Belém, estado do Pará, como experiências que são, também, afetivas, o que nos permite falar de uma idade que é social ou nas “idades da vida” (Ariès, 1978). Desta perspectiva consideramos fundamental analisar as diferenças sociais/culturais que marcam distintamente as etapas da vida humana enquanto marcadores sociais, admitindo-se, portanto, as escolhas, os ritmos, as diferenças e autonomia juvenis, para além do critério etário ou biológico.

Dançar na Companhia Maior: “Rejuvenescer? E é preciso?”

Maria José Fazenda (IPL)

Na dança teatral de tradição euro-americana, a juvenildade é um cânone. A flexibilidade, a resistência, a virtuosidade, a amplitude de movimentos que as técnicas corporais extra-quotidianas desenvolvem são características valorizadas nos bailarinos. Contudo, são vários os coreógrafos que, em contexto profissional, têm, recentemente, vindo a manifestar interesse em trabalhar com intérpretes com idades acima 60 anos, uma idade em que os indivíduos experienciam, com a aposentação, um corte com as relações de trabalho e com a atividade a elas associada. São exemplos daquele empenho as obras coreográficas:... *Du Printemps!* (2011), de Thierry Thieû Niangm, *Kontakthof – Mit Damen und Herren ab “65”* (2000), de Pina Bausch, *Durações de Um Minuto* (2010), de Clara Andermatt e Marco Martins, e *Maior* (2011), de Andermatt, para a Companhia Maior.

O que é que procuram estes criadores? Quais os seus objetivos? Até que ponto é que o seu trabalho com grupos de idades diferenciados é uma expressão expandida da sua ideologia criativa? Serão estes projetos afins ou diferentes de outros concebidos com bailarinos seniores, como o *Nederlands Dans Theater III*, em 1991? Que contexto social enforma estes seus interesses? O que experienciam os participantes nestes projetos? O que é que representam para si? Estas são algumas das questões preliminares que se impõem no quadro do trabalho de campo que me encontro a realizar com a Companhia Maior, um grupo constituído por intérpretes com mais de 60 anos de idade, criado em 2010, em Lisboa, e que me proponho discutir no âmbito deste encontro.

Cuidadores de idosos: novas relações de cuidado na família

Carolina Santana (Universidade Federal da Bahia – BR)

Atualmente a questão dos cuidados destinados aos idosos emerge como um desafio, já que esse segmento apresenta uma maior carga de doenças crônicas e incapacitantes quando comparado a outros grupos etários, resultando em uma demanda crescente por serviços sociais e de saúde. Em minha pesquisa de doutorado busco conhecer como os dilemas relacionados aos cuidados de idosos são enfrentados em dois contextos distintos, Brasil e Portugal, abordando as mudanças das relações geradas pelo aumento da longevidade da população através da análise das relações de cuidado que se desenvolvem em torno do sujeito idoso/a no contexto familiar. Examinando trajetórias, experiências e práticas dos cuidadores de idosos, procuro compreender como as famílias se organizam para fornecer a ajuda demandada pelos idosos, quem são as pessoas que assumem responsabilidades quanto aos cuidados de idosos e quais as práticas de cuidado que se estabelecem no âmbito da família. Também me interessa identificar as repercussões da atuação de cuidador(a) em suas vidas, em diferentes dimensões, e os significados atribuídos por eles à experiência de cuidado. Abordando um tema ainda emergente no cenário brasileiro e que, em Portugal, é encarado como uma prioridade, procuro avaliar de que modo o aumento da longevidade repercute nas mudanças de valores, nas formas de convívio e de assistência entre gerações, especialmente no interior das famílias. Espera-se que a investigação possa trazer algumas contribuições para a elaboração de medidas de apoio aos idosos e suas famílias e para a compreensão das reconfigurações de modelos e práticas sociais.

O Voluntariado na Reforma como contributo para a participação social

Teresa Martins

Uma visão do envelhecimento baseada em preconceitos e estereótipos marca ainda a forma de perceber o papel dos/as mais velhos/as nas sociedades actuais, tanto ao nível das práticas quotidianas, como também no que diz respeito a políticas sociais e culturais, que ainda têm pouco em conta a necessidade de se construir uma sociedade para todas as idades.

Com este estudo pretendeu-se dar ênfase à necessidade, urgência e utilidade de se contribuir para uma vivência menos discriminatória em relação às pessoas com mais idade, contribuindo para que seja cada vez mais possível a participação ativa de todos/as, tendo em conta as capacidades e incapacidades, competências e características que tornam cada ser humano único e irrepetível.

Sendo referido com alguma frequência na literatura o voluntariado sénior como uma das formas privilegiadas para potenciar o envelhecimento ativo, foi surpreendente a descoberta da quase inexistência de estudos sobre esta temática específica em Portugal. Assim, entendeu-se como pertinente procurar entender as motivações de pessoas reformadas para se dedicarem ao voluntariado, procurando-se compreender os impactos e sobretudo significados que tem esta prática na vida quotidiana das pessoas entrevistadas. Este estudo sustentou-se numa metodologia qualitativa, que contemplou a análise de conteúdo de seis entrevistas semidiretivas, relaizadas a pessoas reformadas que fazem voluntariado em três instituições distintas da cidade do Porto.

O voluntariado é percecionado pelos/as protagonistas do estudo como uma forma de ajudar os/as outros/as e como forma de participação cívica, contribuindo para uma vivência mais satisfatória do período da reforma.

O «Envelhecimento Activo»: entre a responsabilidade individual e os factores sociais determinantes da autonomia e da vulnerabilidade

Cristiana Bastos (ICS-UL); Manuel André Simões Homem Cristo António (ICS-UL)

Uma evidência clara de como o processo de envelhecimento comporta múltiplas atribuições de poder, moralidade e responsabilidade é a forma como o conceito de “Envelhecimento Activo”, elaborado pela OMS e apropriado pela Comissão Europeia, passou a marcar a agenda política actual, como se pode constatar pela celebração do Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações em 2012. Este conceito de actividade refere-se não apenas à permanência activa no mercado laboral, mas também a uma participação continuada nos domínios sociais, culturais, espirituais e cívicos e a uma postura de responsabilidade individual perante a saúde.

No entanto, levada ao extremo, a ideia da responsabilização individual perante a sua saúde pode conduzir à culpabilização da população idosa pelos seus problemas de saúde ou pelo seu alheamento social, como se derivassem de uma postura irresponsável e passiva. A autonomia ou a vulnerabilidade que podem caracterizar o processo de envelhecimento devem ser alvo de uma reflexão antropológica que, para além da esfera individual, parta da análise crítica dos factores sociais determinantes da saúde, como sejam a classe social, o género, ou a qualidade das redes sociais. A actual crise económica e seus impactos nas (inter) dependências e reciprocidades familiares intergeracionais, apenas torna mais evidente a relevância desses factores sociais na determinação da saúde e do bem-estar da população idosa.

Baseando-me no meu trabalho etnográfico realizado junto da população idosa que recorre à Medicina Tradicional Chinesa em Lisboa, proponho uma discussão antropológica da importância dos factores sociais na determinação da saúde e do bem-estar.

P30 – Desafios da etnografia nas pesquisas em elites, instâncias estatais e políticas de governo

Coordenadores: Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR); Carla Teixeira (Universidade de Brasília – BR)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 5, Ciências Veterinárias

Desde o clássico artigo “Up the anthropologist – perspectives gained from studying up” de Nader, publicado nos anos 70, muitas pesquisas antropológicas têm sido feitas entre diferentes tipos de elites em sociedades complexas, bem como em processos de governança e administração mais ou menos estatais. Tal acúmulo

de investigações tem permitido ampliar o repertório dos significados sociais da política e dos processos estatais, apontando sua polissemia, fronteiras em movimento, rituais, subjetividades em produção, tempos e espaços, macro e micro poderes.

Já no que se refere à reflexão sobre o fazer etnográfico em tais universos empíricos, muito há que avançar. Vários artigos que abordam dificuldades de pesquisar instituições prestigiosas (governamentais ou não) e sujeitos detentores de poder focalizam as restrições de acesso que enfrentaram, as portas fechadas e os segredos, e propõem estratégias de campo alternativas.

Contudo, raros mapeiam como essas dificuldades impactam a etnografia como uma forma de produção de conhecimento que não se confunde com a observação participante. A ambição deste painel é suscitar articulações entre os desafios da pesquisa e desafios ético-morais, da escrita, da relação de poder entre sujeitos-investigador, do lidar com conhecimento produzido e ocultado pelos sujeitos, para compreender a especificidade desses contextos dinâmicos de experiências vividas e, simultaneamente, repercutir sobre os estereótipos do fazer antropológico a partir das demandas reais colocadas à pesquisa hoje.

Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira

Carla Teixeira (Universidade de Brasília – BR)

Este trabalho considera a mentira e o segredo como um dos dispositivos e tecnologias de poder, a partir de desafios próprios à pesquisa com elites políticas e instâncias estatais. A questão que se coloca é como lidar metodológica e conceitualmente com sujeitos de pesquisas que pertencem a um universo no qual o mentir ou omitir fatos é parte do jogo a ser jogado, como é o caso da política?

Pois como já havia percebido Simmel, as estruturas sociais variam profundamente de acordo com a medida de mentira que nelas operam. Assim, não se pode pensar a mentira sem considerar o mundo a que ela pertence, pois ela não é pura negatividade. O significado social da mentira requer, como explorou J.A.Barnes em *A Pack of Lies*, que se pergunte: quem mentiu, para quem, como, quando, com relação ao presente ou ao passado, com que intenções e onde? Somente na consideração das interações concretas em que se inserem é que as ações são metamorfoseadas em mentir. Mentiroso é sempre o outro, é sempre uma categoria de acusação.

O caso dos políticos, contudo, traz um ingrediente novo, pois se antecipa que todo político não tem compromisso com a verdade.

Aqui é preciso considerar como na vida política algo vira informação na corte de reputação constituída pelos meios de comunicação, pois é quando a mentira vira notícia que ela se constitui ao ser revelada como tal.

Inevitáveis tensões: antropologia, ética e novas formas de regulação

Patrice Schuch (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

Este trabalho visa refletir sobre a relação entre ética, antropologia e novas formas de regulação, considerando o caráter produtivo das suas (inevitáveis) tensões como agência para o conhecimento. Trata-se de conjugar dois conjuntos de problemáticas que balizam meus interesses de pesquisa no Brasil – de um lado, a implantação de novas práticas de governo da infância e juventude e, de outro lado, as recentes políticas de regulamentação ética da ciência neste país, com fortes influências da bioética. Percebe-se que, num cenário político que aposta no desenvolvimento nacional e na eficiência das instituições, tanto os antropólogos quanto os agentes institucionais envolvidos com a implementação de políticas públicas encontram-se confrontados com exigências de transparência, controle e padronização de procedimentos. Ao mesmo tempo em que tal cenário pode aproximar antropólogos e sujeitos pesquisados, pode ser também um componente eficaz na obstrução e/ou controle da pesquisa antropológica. Nesse caso, à forte politização da antropologia provocada na incursão etnográfica em instituições e/ou “campos *up*” contrapõe-se a tecnicidade redutora das políticas de regulamentação de ética na ciência. É intuito desta comunicação considerar tal cenário e seus reflexos na configuração das pesquisas antropológicas e nas formas de produção de conhecimento em antropologia, uma vez que se trata de tencionar não apenas um sentido sobre o “ético”, mas também sobre “ciência” e suas justificações.

“Ao encontro dos líderes”: desafios e perspectivas do trabalho de campo junto a elites

Patricia Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

Esta comunicação problematiza a experiência de pesquisa realizada com aqueles que se consideram “novos líderes”, estudantes de nível superior de classe média-alta, com capital intelectual e cultural para se posicionar como “empreendedores”, ou ainda, em postos de chefia no mercado de trabalho. Meu estudo foi

realizado junto aos membros da organização não governamental, internacional, que se propõe a ser uma “plataforma de desenvolvimento de lideranças”: a AIESEC (sigla que originalmente significava Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales, caída em desuso). A AIESEC está presente em mais de 113 países e territórios recrutando “jovens” – entre 18 e 30 anos – para realizar trabalho voluntário e posteriormente trabalhar no exterior. O perfil do grupo é bastante fechado e o recorte de classe marcado, uma vez que os membros devem ter domínio da língua inglesa, tempo e recursos disponíveis para o trabalho voluntário para uma viagem de intercâmbio ao exterior. Esta pesquisa exigiu constante negociação dos termos de produção e desconstrução das expectativas dos membros da organização, bem como uma constante atualização do meu papel de pesquisadora, frequentemente confundido com o de ex-membro da organização. Atualmente desenvolvo pesquisa, em nível de doutoramento, acerca de filantropia e encontro dificuldades de contato junto aos “empresários-filantropos”. A partir destas experiências, apresento um panorama do trabalho de campo realizado, suas tensões, (re)negociações e algumas estratégias buscadas para lidar com conflitos de interesse e abordagem de análise no texto final, buscando interlocução para um formato de pesquisa em campos *up*, ainda incipiente na antropologia social.

Contribuições antropológicas para a regulamentação do direito de consulta no Brasil: uma reflexão sobre o trabalho do antropólogo em estruturas estatais

Thiago Garcia (Secretaria-Geral da Presidência da República – BR)

Este *paper* reflete sobre o trabalho do antropólogo em estruturas estatais, a partir da nossa experiência como assessor técnico na Secretaria-Geral da Presidência da República, instância governamental que atualmente coordena o processo de regulamentação dos mecanismos de consulta previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A partir dessa experiência, propomos uma análise das possibilidades de contribuição de um antropólogo em um processo central para a garantia de direitos para povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais. A pergunta que colocamos é até que ponto os subsídios da disciplina incorporados pelo antropólogo podem aportar contribuições importantes para esses processos e quais são os limites, dentro de um contexto que muitas vezes se mostra refratário aos direitos dessas comunidades.

Um outro aspecto analisado no processo é que ao mesmo tempo em que trabalhamos nessa instância de poder, desenvolvemos pesquisa de doutorado em antropologia que tem como foco justamente a Convenção 169 da OIT e os procedimentos de consulta e diálogo entre Governo Federal e comunidades tradicionais.

Institucionalización del estado multicultural y procesos de memoria histórica en Colombia

Carlos Andrés Oviedo Ospina (Universidade de Brasília – BR)

Mucho del debate antropológico en Colombia se ha ocupado en analizar, desde una perspectiva etnográfica, los escenarios de la política del estado colombiano para los pueblos indígenas y afrodescendientes a partir de la proclamación de la nación multicultural en la Constitución de 1991. Este trabajo avanza sobre una propuesta metodológica basada en la etnografía del estado, la cual se propone mostrar el multiculturalismo como forma de gobierno que incorpora sectores de la población colombiana al modelo de “nación multicultural” a través de los discursos sobre la diferencia. Entendiendo además que esa incorporación no ocurre de forma pasiva sino en un escenario marcado por las disputas y por las agendas políticas de los grupos que encuentran en la movilización de su etnicidad escenarios para sus denuncias. Presentando el caso de la comunidad “Kitek Kiwe”, conformada por campesinos e indígenas desterrados violentamente de sus territorios en 2001, mostraré la forma cómo en el marco del estado multicultural, se han constituido colectivos interesados en movilizar contenidos étnicos que permitan establecer canales de comunicación con el estado, la sociedad colombiana y organismos internacionales. Empezaré por presentar la forma cómo se configuró constitucionalmente el estado multicultural, además de algunas ideas desarrolladas por algunos antropólogos acerca de este tipo de política incluyente así como sus avances conceptuales a la hora de abordarlo. Seguidamente reflexionaré sobre la posibilidad de una etnografía del estado, la cual debe pasar por una discusión sobre si debemos asumir o no el “estado” como un objeto de estudio.

Desafios, reflexões e incertezas de uma técnica e investigadora no universo da gestão dos apoios sociais do Estado Português

Margarida Ferreira da Silva

As instituições do Estado português responsáveis pela atribuição e gestão de apoios sociais (como a habitação social ou apoios pecuniários), posicionam os seus funcionários – nomeadamente os trabalhadores

sociais (ou técnicos) –, em papéis, funções e posições específicas da sua orgânica hierárquica. Consequentemente, o seu grau de conhecimento e interação com os beneficiários desses serviços depende não só da posição do funcionário em termos da proximidade com os mesmos (condicionante do seu conhecimento sobre a realidade socioeconômica e familiar dos sujeitos) como também do seu lugar na hierarquia organizacional, que influencia a sua avaliação (mediante critérios legais e institucionais) e grau de decisão sobre o acesso ao serviço.

Toda esta dinâmica envolve processos de interação social, relações de poder, produção e troca de significados entre os sujeitos – processos estes complexos e orientados (em parte) pela “lente” das representações sociais dos trabalhadores sociais sobre a realidade onde estão inseridos. A minha investigação tem como objeto essas mesmas representações, que considero terem um papel preponderante nas práticas culturais/organizacionais dos técnicos enquanto avaliadores e mediadores da concessão dos apoios sociais do Estado.

Enquanto investigadora mas também enquanto técnica no âmbito da habitação social, nesta apresentação discutirei algumas reflexões e ansiedades sobre os desafios desta pesquisa, nomeadamente a gestão das expectativas dos entrevistados sobre o conhecimento produzido, a necessidade de vigilância redobrada sobre os meus próprios posicionamentos ético-morais perante as representações dos meus “pares”/interlocutores e a consciência (*awareness*) de um processo de investigação simultaneamente delicado e complexo, num contexto profundamente politizado e mediatizado.

Documentar o que se documenta: oficialidades, legibilidades e segredos de polícia

Larissa Nadai (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Esta comunicação tem por intuito evidenciar os meandros pelos quais policiais e antropóloga passam a documentar os muitos documentos que dão legibilidade a crimes e pesquisas. De um lado, a produção de inquéritos policiais: documentos oficiais que transformam atos em crimes, mas, que, também, buscam documentar funções e atribuições profissionais; documentar trâmites; um fluxo de carimbos, insígnias, encaminhamentos, requisições, ofícios e ‘protestos de fé’. De outro lado, documentos que oficializam, mediante carimbos de uma Universidade Pública, assinaturas, RGs e ‘projetos de pesquisa’, entradas de campo; pesquisas submetidas a tramas sempre perpétuas de negociação. Os documentos são, em ambos os casos, indexadores de confiança; dão visibilidade a inúmeras relações: pesquisador-pesquisado, policiais-vítimas, instituições-instituições etc. Sem dúvida, é, também, por meio dessa obstinada feitura de documentar o que se documenta que um certo fazer de Estado, ou melhor, aquilo que nomeamos Estado, tem suas fronteiras tracejadas, mesmo que sempre inacabadas. O que pode ser visto ou escrito? Como deve ser dito ou escrito? A quem interessa deixar mostrar e/ou esconder esses procedimentos? É desses muitos vínculos mediados por documentos que se trata essa comunicação. Ou antes, dos embaraços que os documentos desembaraçam ou tornam a embaraçar, seja no fluxo de uma investigação policial, seja numa pesquisa antropológica voltada a essas instâncias estatais.

Desafios de uma etnografia na Auditoria de Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro

Sabrina Souza da Silva (Universidade Federal Fluminense – BR)

A Auditoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro possui três formas diferentes de julgamento. Duas delas ocorrem através de um Conselho de Justiça, formado por oficiais da Polícia Militar, um Conselho Permanente, nos casos de julgamento de praças, e um Conselho Especial, no caso de julgamento de Oficiais. A terceira forma de julgamento é realizada apenas por um Juiz Auditor – um juiz de direito, togado, com jurisdição privativa ou cumulativa junto de um tribunal militar – e acontece nos casos em que o crime é contra civis; são os chamados crimes impropriamente militares.

Pretendo, neste sentido, discutir as estratégias e dificuldades que impactaram a etnografia para realização da minha tese de doutorado. Tentando descrever os desafios da pesquisa e, além disso, as questões ético-morais que se colocaram durante o trabalho de campo. Com relações de poder muito bem demarcadas pela hierarquia militar, muitas vezes, refletidas entre sujeitos-investigador.

Além disso, a forma de lidar com o conhecimento destes atores, baseadas na oposição entre “segredo” e “denúncia”, se mostrou como mais um desafio a lidar, pois as informações eram produzidas e ocultado pelos sujeitos de acordo com seus interesses específicos. Tentarei, por fim, compreender a especificidade desses contextos dinâmicos de experiências vividas e, simultaneamente, fazer uma discussão destas questões tanto durante a pesquisa quanto na produção do texto final para tese citada.

Reflexões sobre a prática etnográfica no setor elétrico

Carolina Heliodora (Universidade Federal Fluminense – BR)

Reflete-se nesse artigo sobre a prática etnográfica em um órgão público e os conflitos vivenciados por antropólogos em programas de desenvolvimento, mormente pensados por uma elite de governo. A perspectiva é dada a partir da experiência de dois analistas concursados – uma cientista social e um antropólogo – em um órgão do setor energético. Esses técnicos de pesquisa energética ingressam na empresa por intermédio de concurso público, o que os confere posição específica e demandas diferentes das requeridas em trabalhos de consultoria e pesquisas acadêmicas. Nessa proposta, são problematizadas as práticas cotidianas dos processos que conformam os projetos do setor elétrico. Tais processos acionam antagonismos entre as representações hegemônicas – projetos nacionais essencializadores de uma certa noção de desenvolvimento – e os paradigmas antropológicos, como, por exemplo, o relativismo cultural. A posição de antropólogo requer a relativização de categorias operatórias, mas também um conjunto de estratégias para a inclusão da abordagem antropológica em programas de desenvolvimento, isto é, a apropriação desta por seus colegas no setor elétrico, com outras formações acadêmicas, e pelos tomadores de decisão. O acesso a dados etnográficos com potencial apelo em esferas judiciais e midiáticas tende a comprometer a divulgação acadêmica necessária à crítica das categorias operatórias dos programas de desenvolvimento do setor elétrico. Quando o antropólogo se insere em órgãos públicos, a obtenção de dados se torna mais fácil que se manter nos conflitos éticos, epistemológicos e políticos gerados em função do antagonismo entre os pressupostos da antropologia a vontade de se manter na disputa pelo campo.

Domínios epistemológicos, separação de poderes e construtivismo social em um contexto de litígio

Guillermo Vega Sanabria (Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Esta comunicação analisa o “debate da AIDS” na África do Sul, ocorrido nos anos 2000, considerando as reivindicações que as partes engajadas na disputa faziam em torno da autonomia dos campos de poder/saber que elas representavam. Num ambiente onde tem predominado uma linguagem de indignação e de denúncia, tais reivindicações levantam questões relativas às formas de produção de sensibilidades e de regulação moral na interface entre ciência, direito e administração pública. Isto malgrado os apelos à “governança científica da medicina” de ativistas e cientistas da AIDS, a defesa do governo sul-africano do princípio da “separação de poderes” quando objeto de sentenças judiciais adversas e dos receios de juristas e analistas face à “politização da justiça” e à “judicialização da política”.

Embora abordagens antropológicas das “controvérsias” tenham descrito nas últimas décadas o funcionamento de dispositivos sociais que permitem situar historicamente a divisão, por exemplo, entre política e ciência (notadamente o laboratório como âmbito separado das querelas políticas e teológicas), trabalhos nesta seara também mostram que, em suma, tais clivagens constituem expressões da mesma realidade “socialmente construída”. Esta posição, entretanto, desafia a representação “nativa” do debate sul-africano da AIDS acerca dos necessários limites entre os domínios da ciência, da lei e da administração pública e acerca da “separação de poderes” do Estado, tornando problemática qualquer contribuição que não reforce tais limites. Assim, a comunicação também explora as críticas que, mesmo localizadas, são feitas insistentemente à alegada posição dos antropólogos na disputa e a noções como “relativismo cultural”, “construtivismo social” ou “pluralismo epistemológico”.

Quando o «método antropológico interfere no método psicanalítico» – as dificuldades e desdobramentos de uma pesquisa realizada em uma instituição psicanalítica

Marisol Marini (Universidade de São Paulo – BR)

Interessada em investigar a constituição de subjetividade em pessoas identificadas como anoréxicas ou bulímicas iniciei minha etnografia em uma instituição psicanalítica especializada em transtornos alimentares. Inicialmente foi acordado com as psicanalistas da instituição que eu poderia entrevistar pacientes sugeridas por elas, dado que o objetivo da pesquisa era compreender os sentidos e usos do corpo em sujeitos com transtornos alimentares. Nesse sentido, o contato com as pacientes era de extrema importância, para além do discurso psicanalítico sobre elas. Entretanto, ao realizar as primeiras entrevistas fui proibida de estabelecer contato com as pacientes, pois consideraram que a minha interação com elas poderia desconstruir o setting psicanalítico. Diante de subida alteração tive que reformular e readequar minha pesquisa, passando a investigar a construção de saberes sobre esses transtornos, buscando aprofundar minha compreensão sobre as lógicas psicanalíticas, o que implicava em entender quem eram aque-

las psicanalistas, quais eram suas filiações teóricas e institucionais e como concebiam aqueles transtornos. Pretendo nesse *paper* apresentar a estrutura da dissertação e os “resultados” da pesquisa, bem como os desafios e dificuldades enfrentadas ao longo do processo da pesquisa, buscando compreender porque apesar de ter sido autorizada (informalmente) a fazer a pesquisa, a dissertação não foi bem recebida pelas psicanalistas, que tentaram proibir sua divulgação e qualquer tipo de publicação.

P31 – Antropologia aplicada a conservação da biodiversidade: entre práticas, valores e narrativas

Coordenadoras: Joana Roque de Pinho (ISCSP-UTL); Catarina Casanova (ISCSP-UTL)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 3, Ciências Veterinárias

A conservação da biodiversidade têm marcado presença na antropologia através de estudos sobre, por exemplo, i) representações dos recursos naturais e problemas ambientais (e.g. alterações climáticas), ii) conhecimento local e utilização dos recursos naturais, iii) práticas conservacionistas locais, iv) impactos sociais da conservação, v) discursos ambientalistas, vi) valores da biodiversidade, e viii) relações entre religião e biodiversidade, entre outros.

Neste painel exploramos as diferenças entre narrativas locais e globais sobre a natureza. Muitas narrativas ambientalistas de origem ocidental reflectem práticas conservacionistas que têm incluído abordagens proteccionistas (e.g. restrição do acesso aos recursos naturais através de áreas protegidas), e mais recentemente abordagens que promovem a gestão dos recursos naturais por comunidades locais. Estas últimas assentam parcialmente na suposta necessidade de valorização económica da biodiversidade por parte das comunidades (e.g. ecoturismo; bioprospecção; serviços dos ecossistemas), como condição para o desenvolvimento de atitudes conservacionistas.

Até que ponto estas abordagens contribuem para uma mercantilização da natureza e afectam valores não económicos da natureza? Até que ponto esses efeitos se podem revelar negativos? Estas são algumas perguntas que o painel pretende explorar. O painel promove a discussão de questões relacionadas com os valores económicos e não económicos da biodiversidade, dos efeitos locais de discursos e práticas conservacionistas globais, e da aplicação da antropologia à ciência da conservação.

Are animals and forests forever? Perceptions of wildlife at Cantanhez Forest National Park, Guinea-Bissau Republic

Catarina Casanova (ISCSP-UTL); Cláudia Sousa (FCSH-UNL); Susana Costa (ISCSP-UTL)

The world's natural forests, whose rich ecosystems support wildlife and human populations, are declining and facing unprecedented changes. As human population rises and globalization disrupts local and more traditional communities around the planet, the fate of biodiversity fate seems condemned. It is people's behaviour and the economic and political factors (ethnosphere) who will determine the survival of wildlife and forests. Perceptions and attitudes towards nature are also culturally constructed. It is important to know these perceptions so that, if necessary, change may be through environmental and conservation actions. We assessed how local communities living inside the Cantanhez Forest National Park (hereafter CFNP) in Guinea-Bissau Republic (hereafter GB) perceived their faunal and floral environment. We provide a background context of GB and our study site. During data collection we used both qualitative and quantitative methods. Survey questionnaires and interviews were conducted. Regarding the way individuals perceive animals, we found that their aesthetic values of animals overlap survival/economic concerns being the most beautiful animals (e.g. gazelle) simultaneously the most edible. Chimpanzees are considered to be ugly, non-edible and are seen as the non human most similar to humans. Many respondents still can not conceive the notion of extinction (of forests and wildlife). Reasons for this will be discussed and final remarks presented.

Acerca do Búfalo: adaptações entre políticos de ambientalistas e criadores de búfalos na região do baixo Araguari – Amapá/Brasil.

Pedro Stoeckli (Universidade de Brasília – BR)

Esta pesquisa enfoca a criação de búfalos e as práticas dos vaqueiros no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba no estado do Amapá, Brasil. A bubalinocultura nas fazendas ao longo das margens do Rio

Araguari é marcada por características que modificam profundamente o terreno e a flora locais, em muito pela ação de desmatamento para estabelecer pastos e pela relativa autonomia do gado para se deslocar de acordo com mudanças climáticas e hídricas. A classificação da região como Reserva Biológica interdita tanto a presença humana quanto a de espécies exógenas. Não obstante, a criação de bubalinos foi iniciada na região anteriormente à classificação da área como uma Reserva e se expandiu de forma notável ao longo das últimas décadas. Assinado em 2010 entre o ICMBio e proprietários de fazendas localizadas no interior da Reserva, um Termo de Compromisso estabelece a construção de cercas para conter o rebanho com o objetivo de evitar o avanço dos animais no interior da Reserva. Igualmente, o documento prevê a mudança de certas práticas usuais de trato com o meio, tais como as queimadas e o desmatamento para a criação de pastagens. Tal “adequação” envolve constantes disputas e demandas tanto por parte dos criadores de búfalos quanto dos ambientalistas, seja em níveis oficiais/legais, seja nas práticas cotidianas desses agentes. Assim, apresento uma análise etnográfica das disputas e discursos em relação às adaptações do manejo dos búfalos e do meio ambiente na Reserva Biológica do Lago Piratuba.

Entre genes e (a)gentes: interfaces entre antropologia e ecologia na conservação da agrobiodiversidade

Marilena Altenfelder de Arruda Campos (Universidade de São Paulo – BR); Thiago Mota Cardoso (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

A crescente preocupação com a perda e homogeneização da agrobiodiversidade e dos conhecimentos e práticas das populações locais colocou em evidência o tema da conservação dos recursos genéticos vegetais. Tal temática passou a se constituir como uma preocupação gerando ações voltadas à manutenção da variação genética (*ex situ*, *in situ* e *on farm*).

Neste cenário predominam duas visões gerais sobre as plantas cultivadas: por um lado, são abordadas como objeto biológico (recursos genéticos), onde a diversificação se dá por seleção natural (ou artificial) e adaptação. Por outro lado, tais objetos biológicos seriam vistos como constructos culturais da ação humana, destacando o papel relevante dos conhecimentos e práticas agrícolas. Entendemos que, nestas abordagens, internamente heterogêneas, prevalece uma constituição naturalista dual entre os domínios ontológicos da natureza e da cultura, que segundo Bruno Latour, singulariza, em última instância, a modernidade.

Buscaremos fazer uma reflexão teórica sobre o conceito de agrobiodiversidade como tratado na literatura e em ações de conservação junto a povos indígenas e tradicionais, utilizando-o como um “conceito rede” que nos permite proceder uma análise que trate da problemática da dicotomia entre natureza e cultura nestas abordagens. Posteriormente, buscaremos evidenciar alternativas a esta ontologia naturalista e as possibilidades de interculturalidade, a partir dos trabalhos de autores que influenciaram a etnologia indígena americanista e/ou nas etnografias sobre pessoas e plantas em geral, para, por fim, expor a potencialidade teórica-metodológica destas alternativas na confecção de uma pesquisa situada na interface antropologia/ecologia sobre conhecimentos e diversidade de plantas cultivadas junto aos Pataxó do sul da Bahia.

La protección ambiental o la negación del conocimiento local en el País Valencià y Andalucía

Agustín Coca Pérez (Universidad Pablo de Olavide – ES); Beatriz Santamarina (Universidad de Valencia – ES)

En estas páginas se concretan los principales factores que han provocado la oposición de determinados colectivos locales a las políticas de protección ambiental desarrolladas en el País Valencià y Andalucía de forma comparativa. Para ello se define la importancia de la figura del Parque Natural (PN) y su repercusión socio-ambiental en dos territorios concretos: en el PN de la Sierra de Calderona (País Valencià) y en el PN de Los Alcornocales (Andalucía). Nuestra propuesta parte de analizar las principales herramientas de gestión diseñadas para el gobierno de los espacios naturales – Planes de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN) y Planes Generales de Usos y Gestión (PGOU) – y sus implicaciones a la hora de entender los usos, recursos y aprovechamientos del territorio. En los dos casos estudiados es posible observar cómo las nuevas políticas conservacionistas implican una práctica jerárquica donde el conocimiento técnico-científico desplaza, de forma legítima, a los conocimientos locales. En este sentido, en esta comunicación, se identifican los principales elementos que, desde percepciones locales diversas y en nacionalidades diferentes del estado español, discuten estas políticas de protección en el marco de nuevos o antiguos usos de los territorios. En cualquier caso, tras esta exploración se podrá observar cómo se dibuja e impone un modelo de conservación que puede ser definido, desde nuestro punto de vista, como neoliberal. Las

tensiones, resistencias y conflictos surgidos tras la declaración de los parques expresan el rechazo de los colectivos locales a las nuevas formas de apropiación, reales y discursivas, que tienen consecuencias directas sobre la identidad y el territorio.

Pensar selvagem: duas experiências de renaturalização e a virada animalista

Guilherme José da Silva e Sá (Universidade de Brasília – BR)

A passagem do século XX para o XXI reservou para a história natural um panorama ambíguo: se, por um lado, acentuou-se o processo de degradação de ecossistemas e a consequente ameaça à preservação de diversas espécies animais e vegetais no hemisfério sul, por outro lado, no mesmo período obtiveram-se avanços consideráveis na legislação ambientalista e na mobilização da opinião pública em torno do tema. Sendo verdade ainda que, estes avanços foram melhor consolidados no Velho Mundo em virtude da expansão das fronteiras extrativistas e agrícolas em direção ao Sul global. A consequente mobilização de esforços por meio de ONGs e entidades de fomento à pesquisa científica resultaram em experiências bem sucedidas de manejo e preservação de espécies ameaçadas de extinção. No presente trabalho pretendo avaliar dois programas de conservação de espécies animais ameaçadas, o muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*) e o linco-ibérico (*Lynx pardinus*), no Brasil e na Europa respectivamente. Se para a antropologia a passagem da natureza para a cultura definiria a humanidade (ou pelo menos certo humanismo), o que verificamos nesses casos dá conta de um redirecionamento da cultura em direção à natureza, o que caracteriza determinada perspectiva animalista. Desta forma, pretendo analisar algumas consequências do “retorno” dessas espécies: voltam os animais, voltam também os mitos, as narrativas, as imagens e as relações mediadas com o ambiente antrópico.

Ecoturismo, Conservação da Biodiversidade e Sustentabilidade Comunitária: O Caso da Observação Turística de Cetáceos nas Lajes do Pico, Açores

Luís Silva (CRIA-UNL)

A observação de cetáceos é uma das indústrias do turismo em mais rápido crescimento em todo o mundo, muitas vezes vista como uma estratégia não-destrutiva, para benefício da biodiversidade e das comunidades costeiras, em alternativa e incompatível com a caça à baleia. Entretanto, há pouca informação empírica sobre como as coisas realmente funcionam ao nível da comunidade de acolhimento.

Com base na literatura de pesquisa e no meu próprio trabalho de campo etnográfico em 2011, esta comunicação propõe-se preencher uma lacuna de conhecimento neste domínio, mediante o exame de um contexto agoriano onde o turismo trouxe uma re-mercadorização da baleia para a comunidade (observação da vida selvagem, em contraponto ao seu arpoamento) nos últimos 20 anos.

O estudo aborda as quatro principais implicações desta mudança para a comunidade: governança de recursos marítimos comuns; contributo do turismo para a sustentabilidade económica; identidade cultural; e relações sociais.

O argumento é que a Observação Turística de Cetáceos (OTC), tal como qualquer outra forma de ecoturismo com base comunitária (CBET), não é uma panaceia que sempre promove a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade económica e sociocultural das comunidades de acolhimento como alguns autores e organizações ambientais não-governamentais poderiam fazer crer. Não só as práticas de observação turística de cetáceos não são universalmente inócuas para as espécies-alvo, como também o turismo pode dar um fraco contributo para a sustentabilidade económica da comunidade e desencadear múltiplos outros efeitos sociais, alguns dos quais com aspetos negativos. O conhecimento antropológico deve ser mobilizado para o debate global nesta matéria.

Gorongosa, um património em construção

Teresa Nóvoa (IELT-UNL)

A abundância e diversidade da vida selvagem da Gorongosa, em Moçambique, foi alvo de atenção internacional até à eclosão da Guerra Colonial. Relatos de exploradores do final do século XIX elogiam-lhe a imponência, caçadores de meados do século XX chamam-lhe paraíso, e em 1960 uma parte do seu território é declarada parque nacional. Este cenário muda radicalmente depois de cerca de 20 anos de guerra – a Colonial e a Civil, que se lhe seguiu –, e em 1994 o Parque Nacional da Gorongosa tem menos 95% de vida selvagem. Num país em reconstrução, só volta a ter projecção internacional quando é eleito como projecto de vida por um filantropo americano que, em 2008, chega a um acordo de co-gestão com o governo moçambicano para o recuperar, tendo como igual objectivo o desenvolvimento das comunidades locais.

Será então traçada a biografia cultural do Parque Nacional da Gorongosa no sentido de analisar a forma como este foi sendo construído enquanto património natural ao longo dos tempos, não só com base em documentos de arquivo, mas também em cinco meses de trabalho de campo. Esta abordagem pretende explorar a complexidade das múltiplas dimensões sociais inerentes aos processos de patrimonialização, de forma a reflectir sobre o potencial do conceito de património como instrumento para a conservação da natureza e para o desenvolvimento. Nesta análise é dada especial atenção a questões de pertença, conflitos políticos, atribuição de valor e mercantilização da natureza.

«Desinvisibilização econômica» ou «mercantilização» da natureza? Um estudo antropológico acerca das controvérsias em torno da economia verde

Érica Pastori (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

A questão ambiental tomou um lugar proeminente na contemporaneidade e é tema para o qual, como sugerem Foladori e Taks (2004), a antropologia é uma das ciências sociais mais bem situadas na tarefa hermenêutica. Neste trabalho, cuja pesquisa está em andamento, abordarei os caminhos metodológicos que venho construindo e alguns resultados parciais de minha investigação sobre a economia verde, principal tópico que esteve no centro dos debates e das disputas da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, transcorrida em meados do ano passado no Rio de Janeiro. Para o economista indiano Pavan Sukhdev, líder do Programa TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity), ator destacado da economia verde e, por vezes, denominado de “guru da biodiversidade”, a necessidade de mensuração do “valor natural” é central: em sua perspectiva, é fundamental retirar a “invisibilidade econômica da natureza”, a fim de agir na conservação da biodiversidade. Já para os críticos da economia verde, ela significa a mercantilização da natureza, transformando direitos em mercadorias. Temos basicamente duas lógicas subjacentes à economia verde e aos seus opositores: uma delas, parte do princípio de que a economia e o ambiente são compatíveis e podem cooperar, enquanto a outra percebe que entre os interesses econômicos e os interesses ambientais há incompatibilidade, sendo que um se contrapõe ao outro.

Os projetos de desenvolvimento na Reserva Nacional do Gilé/Moçambique: Interesses e processos nas comunidades, entre as comunidades e outros actores sociais implicados na gestão dos recursos naturais

Vitor Popinsky (ICS-UL)

Os inúmeros fracassos dos projectos de desenvolvimento centrados nas políticas nacionais dos países em desenvolvimento e nas intervenções externas, comumente denominadas como abordagens *top-down*, produziram na década de 80, uma viragem por parte dos políticos e profissionais, que começaram a integrar nos projectos as comunidades locais (perspectiva *bottom-up*).

A gestão comunitária de recursos naturais insere-se nesta mudança de paradigma, que desde então, tem sido adoptada por uma variedade de projectos nos países em desenvolvimento. Não obstante, nos últimos anos têm surgido algumas críticas, ou pela falta de participação das comunidades locais ou mesmo pelos resultados ecológicos negativos, levando a que muitos autores, que se debruçam sobre este tema, tenham diferentes visões acerca dos sucessos e fracassos destas abordagens.

Esta comunicação pretende apresentar um estudo de caso realizado em 2010 na Reserva Nacional do Gilé, situada na província da Zambézia em Moçambique, na qual foi realizado um trabalho de campo etnográfico na zona tampão desta Reserva e onde se tentou analisar dois projectos (da ONG italiana COSV e da fundação francesa IGF) que se enquadram nas abordagens de gestão comunitária de recursos naturais e os efeitos que estes geraram dentro e entre as comunidades locais, como também, de outros agentes sociais envolvidos. Em simultâneo o estudo pretende desconstruir os conceitos de desenvolvimento sustentável e participativo, que estão intrinsecamente ligados a estas novas abordagens e que são “usados” nos projetos da Reserva Nacional do Gilé em toda a sua complexidade.

People and predators: social dimensions of Iberian Lynx conservation

Margarida Lopes Fernandes (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas); Amélia Frazão-Moreira (CRIA-UNL)

The Iberian Lynx is one of the last predators which still coexist with humans in Europe. Its status as the most threatened felid in the world transformed it into an emblematic species that has become a symbol of nature conservation efforts. Reintroduction in Portugal is foreseen for the coming years and an ethnological study on one of the potential areas of occurrence is ongoing. The research will explore local perceptions on the return of the species and also the local knowledge on predators, roles and uses of these species in the context of economic practices and appropriation of Nature. Semi-structured interviews and observant

participation have been done in the Nature 2000 site Moura Barrancos. Empirical categorization of fauna has been collected. Preliminary results will be discussed in an interdisciplinary context of application to conservation projects for the species.

Analysis of personal interviews from 1995 about lynx records gathered data about 28 kills and 20 direct sightings. The species was rare and known by the local denomination of *liberne*. Dead animals were used as trophies and also cooked for special meals (n=15). This unknown practice of consuming lynx might be as old as 5000 BC, as a Portuguese archaeological finding revealed fire and cut marks on a lynx humerus. Insights into the cultural dimensions of lynx and relationships between humans and wildlife can support conservation and management decisions. The study aims to contribute to a participatory process and improve the communication between administration and people who share territories with predators.

P32 – Famílias transnacionais: mobilidades, identificações e pertencas

Coordenadora: Susana Trovão (FCSH-UNL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Sala 2, Ciências Veterinárias

A crescente investigação empírica sobre famílias transnacionais tem vindo a sublinhar algumas forças motrizes subjacentes à constituição de vidas familiares construídas adentro e entre mundos sócio-culturais e político-institucionais diferentes: a procura de segurança e de oportunidades; a prestação de cuidados materiais, emocionais e morais; a gestão da sexualidade e das escolhas matrimoniais, enquanto dimensões fundamentais das trocas entre fronteiras raciais, étnicas ou religiosas; o manejo à distância de investimentos emocionais e relações imaginadas; a necessidade de construir identidades e pertencas – familiares, culturais, étnicas, nacionais ou outras. Explorando o impacto de debates globais e de variáveis histórico-nacionais particulares nos valores e práticas de família transnacionalmente constituídas, os modos de acção e significação através dos quais os membros destas famílias mantêm relações, trocam objectos, cuidados, afectos e memórias, gerem conflitos e dinâmicas de poder, reconfiguram e negociam identidades (multidimensionais) entre Estados-nação, o presente painel visa contribuir para o aprofundamento da reflexão antropológica comparativa sobre dinâmicas familiares transnacionais.

Famílias transnacionais hindus: transformação e permanência na diáspora

Rita Cachado (ISCTE-IUL); Inês Lourenço (CRIA-IUL)

Os contextos transnacionais permitem a criação de novas formas de organização familiar, conduzindo à formação de diferentes padrões de família e também à reconfiguração dos papéis de género no seu interior. Da mesma forma, alteram-se as regras de sociabilidade das relações familiares quotidianas em consequência da adaptação ao contexto social envolvente e à adopção de novos estilos de vida, originando novos códigos de relacionamento no interior da estrutura familiar hindu.

Vivendo simultaneamente em três ou mais países, o contexto da diáspora hindu é particularmente fértil para cruzar uma perspectiva teórica que vá de encontro a temas tipicamente analisados isoladamente como são a transnacionalidade, a mobilidade e a própria diáspora. Eles podem, afinal, ser vistos como pontos de vista complementares sobre as populações com histórias de migrações múltiplas.

Essencial também é ultrapassar as barreiras nacionais, transpondo para a análise a multi-localidade que caracteriza a diáspora, sendo várias as vantagens de acompanhar fisicamente os indivíduos nos seus processos de mobilidade territorial e cultural, ou seja, entre Portugal e a Índia e outros pólos da diáspora.

Face a este contexto múltiplo, procuramos nesta apresentação levantar e responder a algumas questões: tendo em conta a pluralidade de estudo no âmbito da transnacionalidade, o que pode trazer de novo a observação etnográfica destas famílias? Num novo destino migratório, como se configuram e se mantêm as relações familiares com os parentes distantes? Há alguma particularidade das famílias hindus neste domínio? Estas famílias seguem as tendências das famílias transnacionais na adaptação às novas tecnologias da informação?

Afetividades e migrações internacionais. Discussões a partir do caso das famílias caboverdianas

Andréa Lobo (Universidade de Brasília – BR)

Inúmeros tem sido os estudos que focam contextos migratórios pela via das afetividades – a família transnacional (Vuorela and Bryceson, 2002), o amor familiar na diáspora (Chamberlain, 2009), as relações de

filiação em situações de mães emigrantes (Parreñas, 2005), as relações parentais vividas à distância (Lobo, 2012). O presente *papervem* incorporar ao diálogo académico sobre as relações familiares transnacionais duas perspectivas fundamentais a partir de etnografia realizada em Cabo Verde: (1) a emigração se insere num universo de mobilidades que constituem as trajetórias individuais e familiares; (2) as relações afetivas não, necessariamente, se afrouxam com a separação física duradoura dadas as estratégias utilizadas para manter proximidade à distância. O argumento será desenvolvido a partir da análise das estratégias que familiares, especialmente jovens casais, lançam mão para viver suas relações afetivas à distância.

Famílias transnacionais e posicionamentos interétnicos: uma abordagem comparativa

Susana Trovão (FCSH-UNL)

Em contextos migratórios diferenciados, configurações familiares transnacionais, pautadas por relações e valores de género e intergeracionais distintos, fazendo uso de recursos de classe, culturais e religiosos diversos, de redes e capitais comunitários e transnacionais, deparam-se com diferentes tipos de oportunidades políticas, legais, económicas e inter-étnicas, bem como com modos e níveis diversos de politização e governança da diferença real e/ou imaginada que nelas são projectadas. Começando por desomogeneizar a própria noção de “família transnacional” de origem imigrante, esta comunicação procura responder às seguintes questões. Em que medida a identificação com uma dinâmica familiar particular tende a diferenciar o posicionamento dos seus membros no campo das relações interétnicas e interculturais? De que modo factores sócio-históricos, políticos e institucionais prevaletentes no actual contexto português contribuem para a diferenciação destes posicionamentos? De que modo experiências inter-étnicas diversas se podem tornar uma fonte de resistência (à mudança) ou uma força motriz de negociações e transformações (locais e transnacionais) no âmbito familiar? A discussão apoia-se numa pesquisa comparativa sobre continuidades e transformações nas vidas familiares transnacionais de seis grupos migrantes residentes na área metropolitana de Lisboa: Bangladeshis e Guineenses de religião muçulmana, Cabo-verdianos e São Tomenses de várias orientações cristãs (católicas e evangélicas), Hindus e Muçulmanos (sunitas) de origem Indo-moçambicana e Sikhs. O impacto de alguns factores compositionais (género, idade, tempo de permanência em Portugal, capitais sociais e pertença religiosa) merecer-nos-á algumas reflexões finais.

Boca-a-boca: circuitos informais de transmissão de informação em redes de família e de vizinhança transnacionais

Sónia Ramalho (CRIA)

Nesta apresentação pretende-se analisar os efeitos positivos e negativos da troca de vários tipos de informação, transmitida boca-a-boca, em redes de família e de vizinhança transnacionais. Para pensar as relações entre pessoas neste contexto, é necessário fazer um exercício constante de alternância entre a transposição e a delimitação de fronteiras nacionais, económicas, políticas, culturais e identitárias. Cada vez mais porosas, mas também marcadas por vários tipos de desigualdades, as experiências de mobilidade e de interconectividade variam no tempo e no espaço (Vertovec 2009; Inda e Rosaldo 2002). Como resposta a este cenário, as pessoas recorrem a grupos e redes como meio de suporte, segurança, reforço de ligações e pertenças, na expectativa de reciprocidade nas trocas materiais e simbólicas (Boyd 1989; Baldassar et al. 2007; Thieme e Siegman 2010). Mas qual o valor dessas informações? De que forma os sujeitos as negociam e transformam em oportunidades? Que valores e imagens veiculam? Como interferem nos seus comportamentos e atitudes?

A pesquisa aqui em discussão, sobre famílias transnacionais de São Tomé e Príncipe, situa-se no quadro mais vasto do estudo de processos de globalização a partir de práticas quotidianas e de trajetórias individuais (Brycesson e Vuorela 2002; Inda e Rosaldo 2002). É pois tendo em conta a observação e análise sistemática de discursos e práticas de familiares e vizinhos – fundadas em visitas, conversas ocasionais e telefonemas – cujas circunstâncias socio-económicas são diversificadas e variáveis ao longo do tempo, que se pretende contribuir para o debate sobre famílias transnacionais.

Gordo ou Integral? Práticas alimentares de imigrantes brasileiros em Lisboa

Vânia Pereira Machado (CRIA-UNL)

A alimentação e os seus modos de produção como sendo um dos fatores mais difíceis de ser “perdido ou alterado”, constitui um campo de análise e simultaneamente um instrumento muito poderoso para a antropologia quando procura estudar mobilidades. Estando os atores dessas mobilidades associados a um país

de origem e a um outro país de destino, a alimentação opera na forma como esses atores mantêm ou não relação com os que ficaram no destino, mas também com os que encontram. A comida como cuidado, afeto e memória na rede de sociabilidade dos migrantes.

Sendo que o atual fluxo de brasileiros que vem para Portugal já não é o mesmo que foi no passado, e pode não ser o mesmo que ocorrerá no futuro realiza-se uma pesquisa atual sobre as práticas de consumo de brasileiros no contexto português. A proposta visa mostrar em como a elaboração de uma etnografia dos processos de aquisição, produção, consumo e descarte de bens materiais relacionados com práticas alimentares de imigrantes brasileiros residentes em Lisboa pode ajudar a avaliar em que medida esses processos se articulam com discursos identitários, de pertença e até que ponto a rede social e familiar do imigrante opera nesses mesmos processos. Procura-se a comida como objetivação quotidiana dos sujeitos na dinâmica transnacional e não apenas como algo que remete a uma identidade nacional ou do estado-nação.

Distribuir pessoas, fazer família, crescer lugares: notas sobre vivências cabo-verdianas na Itália

Claudia Fioretti Bongianino (Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

Com base no trabalho de campo realizado por mim entre cabo-verdianos que residem na cidade italiana de Nápoles, pretendo analisar as maneiras como meus interlocutores de pesquisa atualizam e fortalecem suas relações de parentesco através da circulação e da partilha. Com efeito, no contexto cabo-verdiano, circular é partilhar, a mobilidade é um valor em diversas esferas da vida social e ela marca a vida de homens, mulheres e crianças, independentemente da migração. Por sua vez, o parentesco é construído através das formas cotidianas de estar perto e as concepções de família abarcam o universo dos parentes consanguíneos e afins, assim como dos vizinhos, compadres e amigos. Nesse contexto, a solidariedade e o tratamento são os dois elementos fundamentais na definição de quem está próximo ou distante. Tal definição é feita com base em aspectos mais relacionais do que físicos e o significado local de estar perto não pressupõe a co-presença, mas inclui a possibilidade de manter uma proximidade à distância. De fato, independentemente da migração, o determinante para que as relações de parentesco se mantenham é o cumprimento de um conjunto de obrigações recíprocas, sendo a quebra das formas de compartilhar (e não a distância física) que afrouxa os vínculos familiares. Nesse contexto, busco refletir sobre as diferenças e semelhanças entre viver no arquipélago cabo-verdiano ou na Itália, atentando para as recriações e/ou permanências no que tange à nacionalidade e ao parentesco.

“Sou um cabo-verdiano da Cova da Moura”

Cláudia Vaz (CAPP / ISCSP-UTL)

À questão: “Quem sou eu”, a 1.ª geração de moradores do bairro do Alto da Cova da Moura responde “sou cabo-verdiano/a”. Os seus filhos, os que já nasceram cá, dão respostas várias – “sou cabo-verdiano”, “sou africano”, “sou português”, “sou negro”, “sou preto”, “sou da Cova da Moura”.

Estes jovens não deixaram de se identificar com a cultura dos seus pais, com a cultura de origem. É com orgulho que se afirmam cabo-verdianos, que ostentam as pulseiras e os colares de contas de Cabo Verde, que falam crioulo, que utilizam a rua como extensão da casa, que participam nas festas tradicionais, que assistem às actuações do grupo de batuque, que consomem comida típica da terra, etc. No entanto, se não há duas pessoas iguais, também não há gerações-cópia: os filhos da Cova da Moura não são só filhos de Cabo Verde. São filhos de muitas outras coisas, mas são também, eles próprios, pais: criaram a sua Cova da Moura, atribuindo-lhe o significado de nosso chão. Muitos jovens do bairro mostram-no no seu discurso, nas suas acções quotidianas. Criaram símbolos que, por favorecerem o sentimento de união, reforçam a sua identidade étnica e local.

Com esta comunicação, que resulta de uma tese de doutoramento em Antropologia Cultural, pretendemos assim demonstrar, com recurso a uma metodologia qualitativa, que as famílias transnacionalmente constituídas passam por processos de reconfiguração e negociação identitários acentuados.

P33 – Objectivação Participante e a Escolha do Terreno

Coordenadores: Paulo Mendes (CRIA-IUL / UTAD); Humberto Martins (UTAD/CRIA-IUL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Auditório 1, Ciências Veterinárias

Partindo da noção de “objectivação participante” de P. Bourdieu, mas não negando as virtualidades duma abordagem mais interpretativa, propõe-se como tema para o painel a análise das condições sociais de

possibilidade para a escolha dos objectos de investigação, dos terrenos, portanto. Isto é, a selecção de objectos de pesquisa não é alheia a efeitos e limites socialmente constituídos nem a dimensões subjectivo-experienciais, contudo quase sempre excluídos da reflexão antropológica. Assim, a reflexão sobre estas relações de dependência entre objecto, circunstâncias pessoais e contextos de produção de conhecimento, poderá esclarecer como estão intimamente interligadas as escolhas dos diferentes terrenos com tendências, interesses pessoais, reconhecimento de problemáticas sociais, escolas académicas, condicionamentos políticos, etc., e que, em última análise, também delimitam e constroem o próprio terreno/objecto e as nossas etnografias.

Sendo este facto – o terreno é culturalmente construído – tão essencial e significativo para as etnografias que produzimos, porque ficam tão poucos dos seus traços na literatura etnográfica?

Através de uma “etnografia dos etnógrafos” poderemos colmatar esta lacuna e, simultaneamente, esclarecer o que nos atrai na ciência que praticamos e o lugar, a relevância, do trabalho de campo na definição da própria disciplina e nas nossas experiências pessoais.

Pedem-se, assim, contributos que reflectam sobre esta permeabilidade entre o pessoal e contextos de produção de conhecimento. São bem-vindos todos os contributos, independentemente do seu objecto/terreno.

Mas onde é o ‘terreno’? Reflexão sobre a importância da dimensão pessoal na selecção de objetos e terrenos etnográficos

Maria de Fátima Amante (ISCSP-UTL)

Diz-se que a escolha do terreno pode ser uma das fases mais stressantes do trabalho de campo, associada normalmente à avaliação de vários de factores que é necessário ponderar; mas também se referem casos em que o investigador sabe inequivocamente, desde o início, onde é o ‘seu’ terreno e outros há, como Geertz, que dizem ter ‘tropeçado’ no terreno. Também é certo que as muitas dúvidas que se podem colocar sobre a escolha do terreno, ficaram durante muito tempo ausentes da escrita etnográfica. Sobretudo razões pessoais – familiares, financeiras etc. – ganham visibilidade nas últimas décadas. Pretendo, a partir da avaliação da literatura e utilizando o meu percurso na pesquisa etnográfica, explorar alguns destes aspectos, designadamente, o modo como a minha origem rural influenciou a escolha do terreno – quase sempre em contextos rurais – e de uma certa forma, antecipou a presença no mesmo.

A pesquisa etnográfica em contextos rurais deve considerar características que decorrem da apertada malha de relações sociais que definem comunidades onde o interconhecimento é generalizado. A presença do antropólogo, rapidamente notada e comentada, faz parte de um processo que, no meu caso, foi da desconfiança até à criação de um conjunto de expectativas sobre os reais motivos da presença no grupo. Estas expectativas revelaram-se muitas vezes determinantes no modo como as pessoas construíram esta presença e foram consequentes na produção do conhecimento etnográfico. Os primeiros contactos estabelecidos, a dependência emocional do antropólogo relativamente a algumas pessoas, numa estratégia de ‘imitação da vida de casa, no ‘campo’ serão discutidas.

Ambivalências identitárias: classificações do etnógrafo e do etnografado

Carmo Lorena (ICS-UL)

Nestas interpelações debato-me com uma encruzilhada de temas que são os da minha pesquisa (cabo-verdianidade, crioulação, colonialismo) e ao tentar situar-me no terreno, vou perspectivando diferentemente o meu projecto de investigação sobre a história colonial e os processos de construção identitária em Cabo Verde.

Sendo recém-chegada e branca sou muitas vezes tratada como “estrangeira”. Posso também ser “portuguesa”, mesmo antes de pronunciar qualquer palavra. Sou filha e neta de portugueses que nasceram e viveram em Cabo Verde, o que me transporta para um passado colonial. Também eu nasci em S. Vicente, apesar de ter sempre vivido em Portugal. A juntar a isto, está ainda outro catalisador decisivo: falo crioulo. E quando falo crioulo sou questionada sobre a minha identidade “crioula”. Aparentemente, porque frequentemente me dizem, falo muito bem crioulo, o que parece acentuar, a par do meu local de nascimento, a minha “crioulidade”.

Afinal o que é ser branca, portuguesa, “mondronga”, estrangeira, e simultaneamente “crioula”, nas suas várias acepções semânticas, no terreno?

Este ricochete classificatório faz-me oscilar entre dois estados: ou pondo em evidência a minha exterioridade e não-pertença ao lugar, ou inversamente, integrando-me umbilicalmente e “culturalmente”.

A partir daqui, pretendo reflectir sobre a vertente biográfica de ligação ao terreno e de como ela se vai reformulando no terreno, sublinhando a dimensão processualista e intersubjectiva do conhecimento e destacando a importância das relações sociais no seio das quais vamos redefinindo as próprias categorias seguindo novas pistas metodológicas. Afinal, quais as consequências, ao nível da produção de conhecimento, da imersão etnográfica?

Vem pro meio: agentes, momentos e locais que definem o objecto de pesquisa

Jefferson Virgilio (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

Apresenta reflexões sobre um projeto de pesquisa realizado para o trabalho de conclusão de curso ocorrido no formato de etnografia de movimentos sociais estudantis na cidade de Lisboa entre os anos de 2012 e 2013. Disserta sobre a escolha do campo de pesquisa poder ser definida ou incentivada por agentes, momentos e locais inesperados. Questiona se somos realmente “donos” das decisões sobre os nossos campos e temas de pesquisa. O relato pretexta por exemplificar a dinâmica e a possível aleatoriedade que pode estar presente na “construção” do objeto de pesquisa. Esclarece que mesmo com a “posse” e demonstração de interesses prévios bem definidos, assim como com objetos de pesquisa bem descritos, existe a possibilidade de urgência de adaptações ou mesmo alterações significativas ao campo de estudo. Por fim, demonstra que nossas supostas afirmações teóricas, e preceitos metodológicos tendem a ser selecionados pelo “campo de estudo”, conforme sua própria dinâmica. Considerações e “verdades” sobre modos de análise e compreensão dos sujeitos de estudo são completamente colocadas em xeque, podendo ser incompatíveis com o campo de estudo. Advoga que a execução do trabalho de campo pode “forçar” o antropólogo, não apenas a mudar o campo de estudo, como a discutir problemas metodológicos que jamais julgava existir. Exemplifica todos os argumentos apresentados por recortes identificados durante o trabalho de campo consolidado na cidade de Lisboa com os movimentos estudantis.

Percorrendo trilhas fechadas: a reflexão sobre objetos nunca ou quase nunca estudados pela Antropologia

Luiz Fernando Rojo Mattos (Universidade Federal Fluminense – BR)

A permanente escolha do “inusitado” em minha trajetória de investigador talvez tenha constituído uma possibilidade, mais do que isso uma necessidade, de problematizar as motivações de determinadas opções, seja do objeto, seja do lócus de pesquisa. Seja em meu doutorado, cujo trabalho de campo foi realizado em uma comunidade naturista; no pós-doutorado, desenvolvido entre cavaleiros e Amazonas do Rio de Janeiro e Montevideu; na primeira pesquisa como professor universitário, feita com velejadores, no qual “o campo era o mar” ou no atual projeto de investigação entre atletas paralímpicos, optei por objetos que nunca, ou praticamente nunca, tinham sido abordados pela Antropologia brasileira. Além disso, a necessidade de se reafirmar permanentemente a “relevância” destes trabalhos – o que nem sempre acontece quando se estuda os objetos “canônicos” da disciplina – implicou em uma permanente atenção sobre as interações entre o “racional” e o “emocional” na definição de nossas agendas de pesquisa e a necessária reflexão sobre a desqualificação deste último, como aponta Lutz (1990) como sendo uma das motivações para que os aspectos mais subjetivos, não apenas na construção dos terrenos de pesquisa, mas no próprio desenvolvimento do trabalho de campo e posterior elaboração do texto etnográfico no qual o “*anthropological blues*” (DaMatta, 1987) deve ser direcionado para os bastidores das conversas de corredor dos encontros acadêmicos. Neste trabalho, portanto, pretendo analisar comparativamente estes quatro momentos de minha trajetória de pesquisador, procurando inserir um pouco da “carne, do sangue e do espírito” no “esqueleto” (Malinowski, 1986) de nossas reflexões metodológicas.

Turismo, olhares e imagens em movimento: investigando o arquivo

Sofia Sampaio (CRIA-IUL)

A ideia do arquivo como um terreno antropológico não é nova. A minha proposta, algo experimental, vai no sentido de ir para além da metáfora, a fim de explorar as relações que se estabelecem *in loco* entre a investigadora e (1) o espaço (físico e humano) em que se move; (2) as tecnologias de projecção de imagem em movimento (nomeadamente, a moviola); e (3) as imagens em movimento. Argumentarei que esta forma de conceber o arquivo tem importantes consequências para o modo como o objecto (o filme turístico; o turismo em filmes) é abordado, colocando em causa conceitos como o ‘olhar turístico’ e o ‘imaginário’, que costumam definir e delimitar o estudo da relação entre turismo e visualidade. Neste exercício de (tímida) auto-reflexão, questionarei se é a investigadora que escolhe o terreno, em função do objecto que estuda,

ou se é ela que é ‘escolhida’, a partir do momento em que reconhece ao próprio arquivo/terreno uma multiplicidade de modos de ser ‘compreendido’ (no sentido racional e espacial do termo) aos quais tem de se reajustar, a si e às teorias que estiveram na base do seu projecto.

Polish anthropologist about the Portuguese anthropology

Anna Kubisztal (University of Lodz – PL)

The purpose of my presentation is giving a picture of motivations and reasons why I select the Portuguese anthropology as my object of research.

I studied one year as an Erasmus student on UTAD. I had enough time to cognize and experience Portuguese culture and way of thinking. I fell in love in so different culture than mine. The significant asset was that I lived and studied in a small city which was distant and isolated from other part of country so I could meet archaic way of behaving, without influence of immigrants’ culture like in Lisbon or Oporto. What is important, got to know: regional kitchen, folklore, language and I could compare them with other regions. I adore this heterogeneity. I decided to write my PhD about the Portuguese anthropology because it is science which studies culture and society. Portuguese and Polish anthropologies are not from mainstream. Although both are peripherals, they seem to be miscellaneous. That is why, I was curious how Portuguese history, culture and geographical location influenced the development of Portuguese anthropology. I supposed that Portuguese anthropologists had got significant achievements as researchers in colonies and have a lot of artefacts. I was interested in how science developed in the country without Second World War and communism. It is important, how anthropologists make their fieldworks, what issues are the most important and why. If they make their research in Portugal or also abroad and why? What are the trends in the contemporary anthropology?

Quando o pesquisador e o objeto é você: privilégios, conflitos e dilemas do pesquisador Terena

Mario Ney Rodrigues Salvador

Reflete sobre questões que influenciaram a escolha do objeto. Ingressei na pós-graduação objetivando pesquisar e dissertar sobre meu próprio povo: os indígenas Terena. A “questão indígena” (problemas dos povos indígenas) tem sido atual e importante no Brasil, especialmente ante as ações visando o “desenvolvimento”. No Mato Grosso do Sul, onde reside meu povo, a “questão indígena” é ainda mais significativa. O contexto do agronegócio (uso extensivo de terras, altos investimentos financeiros e tecnológicos) se contrasta com a situação sócio-econômica dos indígenas (conflitos fundiários, saúde e educação precária, relações de trabalho assalariado precárias, etc.). Esta situação sócio-econômica era propício para pesquisas neste terreno. Além disso, argumentei que a pesquisa apresentava um detalhe importante em relação a outros estudos: o pesquisador era indígena Terena. Todavia, nessa condição vi-me com “dupla identidade” no terreno da pesquisa, e isso afetava a dimensão aproximação/ distanciamento em relação ao objeto. A ligação territorial-consanguínea com os Terena me colocava numa posição privilegiada, por um lado, ao mesmo tempo incômoda, por outro. Envolvia a forma como eu visualizava os demais Terena, enquanto objeto, e como eles me visualizavam, enquanto pesquisador. Meu objetivo é avaliar em que medida essas questões influenciaram na escolha do objeto e em que medida a condição de indígena dialogou com as facilidades/dificuldades deste campo.

P34 – Cidades em movimento: reconfigurações identitárias em espaços de mobilidade

Coordenadoras: Graça Cordeiro (ISCTE-IUL); Alessandra Barreto (Universidade Federal Fluminense – BR)
Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 5, Ciências Veterinárias

As conexões e interações entre as várias dimensões da vida urbana contemporânea têm sido um dos temas estruturantes da antropologia urbana. A abordagem etnográfica das cidades tem aproximado os estudos locais dos estudos transnacionais, contribuído para o reconhecimento das mobilidades humanas como elementos ativos e estruturantes das realidades locais e até micro-locais, e não como simples epifenómenos da globalização capitalista.

Os protagonistas dos processos de mobilidade transnacional são, cada vez mais, atores sociais envolvidos nas dinâmicas de produção da identidade do lugar, criadores e replicadores dos discursos e das práticas

da sociabilidade urbana e, até, agentes ativos e estratégicos para o desenvolvimento da economia local. Hoje, imigrantes laborais, residentes estrangeiros, emigrantes de retorno ou estudantes de intercâmbio configuram algumas das complexas mobilidades contemporâneas que, em contextos de sociabilidade cosmopolita, participam dos processos de produção do espaço das cidades e de novas configurações e possibilidades de atuação política.

Neste painel procuramos aproximar os contextos locais dos fenômenos transnacionais, reveladores da multiplicidade de práticas e olhares que confluem nestas urbes feitas de mobilidades. Convidamos à apresentação de etnografias e contributos teóricos sobre fenômenos de mobilidade que conectem grupos sociais e lugares (turismo, migração, diáspora); estudos de caso sobre o envolvimento de migrantes em processos e dinâmicas locais (associativas, políticas, religiosas, culturais); reflexões sobre o papel dos agentes sociais exógenos nos processos de transformação urbana e capitalização sócio espacial (nobilização, renovação, abandono); participação de deslocamentos humanos na produção e circulação de imagens e sentidos patrimoniais locais ou transnacionais (tradição, identidade, imaginários).

Between integration and segregation. A dialectic view of the use of cultural heritage by the Bulgarian community in Valladolid

Alberto Alonso-Ponga García (Universidad de Salamanca – ES)

This paper will discuss the importance of the role of cultural heritage in the process of creation of identity discourses. Analyzing the case study of the Bulgarian community settled in Valladolid (Spain), it will be presented how cultural heritage becomes a source of the identity discourse of the community. Hence, the production of the cultural heritage becomes an important work among the group, encouraging the emergence of an internal hierarchy and the defining the right of participation and membership.

On the one hand, Cultural Heritage also becomes an empowerment tool of the community facing other communities. Showing their own culture and rituals to the rest of the town, they are reinforcing their position, based on the symbolic value of the culture. Such process is strength related with the definition of the boundaries.

On the other hand, as far such identity discourse is established, a kind of segregation can be also observed. The performance of their own rituals can be seen as a way of pointing out the difference between the Bulgarian community and the locals. Therefore, cultural heritage reveals as a power method of identity production, which leads the community to a dialectic point between integration and segregation.

The new forms of cultural Heritage emerged from the interaction of the locals and the migrants contribute in a powerful way to the social production of the town. In such production, the social boundaries are redefined, offering as good point to understand the urban space and its meanings.

Cidadãos do mundo: deslocamentos, cosmopolitismo e mediação entre imigrantes brasileiros na Europa

Alessandra Barreto (Universidade Federal Fluminense – BR)

As grandes cidades e metrópoles aparecem como espaços por excelência para pensarmos o cosmopolitismo a partir da intensificação dos processo de comunicação e de circulação de informação, pessoas, bens e símbolos. Nesse sentido, o estudo do associativismo e da constituição de projetos coletivos por imigrantes brasileiros na Europa possibilita atentarmos para a construção de novos discursos sobre cidadania e sobre o direito à cidade, que relacionam valores e pertencimentos locais e supralocais, enfatizando a mediação cultural e política desempenhada por algumas lideranças imigrantes e sua importância para a construção de novas modalidades de cosmopolitismo.

Raízes Portáteis: cultura alimentar e identidade em contextos migratórios

Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR)

Este trabalho traz como proposta a investigação do papel dos hábitos alimentares nos contextos migratórios com o objetivo de mapear as estratégias de manutenção e transformação da cozinha nativa em novos contextos. A partir de estudos etnográficos que tratam das populações em situação de deslocamento tem-se como propósito identificar os processos pelos quais os hábitos alimentares atuam nas demarcações identitárias. A cozinha de uma sociedade, para além de ingredientes e fórmulas culinárias traduz a ordem social e cultural vivenciada no cotidiano sendo um dos elementos portadores de marcas de diferenciação social. Por outro lado, sua condição de ser transportada por migrantes ao local de destino a torna capaz de criar redes de produção e circulação de ingredientes específicos, além de promover momentos de socialização e comensalidade.

Migration, experiences of urban life and the making of city culture(s)

Vanessa Cantinho de Jesus (Universiteit van Amsterdam – NL)

In this paper I draw on ethnographic data gathered among young adults living in Amsterdam to suggest that particular urbanities – produced in the context of contemporary global restructurings of cities – may constitute an important resource for emplacement (Glick Schiller and Caglar 2013) and construction of belonging for migrants. By doing so I intend to both propose an alternative approach to the issue of identity construction in migration contexts – one that is not limited to the ethnic lens – and explore how such migrants' emplacements participate in the (re)production and transformation of city culture(s).

Within the on-going reconfiguration of cities on the contemporary world, leisure and consumption landscapes appear more and more as an important part of the branded character of urban competing capitals. Urban planning in the post-industrial cities of the West favour creativity, tolerance and diversity (Florida 2005) in tandem with the increase of the cultural-knowledge economy, as the new exciting growth formula. But outside the offices of policy makers and city planners', urbanites aren't simply neutral receivers of such structural decisions but rather the ones who steam life into the concrete surroundings. As such they must also be, not only the consumers of localized global trends, but also the producers in a dialectic relationship that binds together the construction of self and place. In the migratory context this relationship can be significant for the performativity and narration of the self, while at the same time it is constitutive of the quotidian processes of city making.

Os estudantes Erasmus em Lisboa: lazer programado e processos de distinção social na reprodução do imaginário da cidade

Daniel Malet Calvo (ISCTE-IUL)

Nesta comunicação vou apresentar os primeiros resultados do projeto: “Agentes transnacionais nos processos de patrimonialização da cidade: o caso do programa Erasmus em Lisboa”, que tenta estabelecer a relação entre a mobilidade estudantil organizada pelo programa europeu Erasmus, com as variadas dinâmicas e processos urbanos que tem lugar na cidade. Os estudantes estrangeiros são atores sociais incontornáveis no contexto das dinâmicas de produção da identidade do lugar, estão envolvidos nos discursos e nas práticas da sociabilidade urbana, e nos processos de capitalização sócio-espacial associados. O objetivo da pesquisa é conhecer as interações estabelecidas entre os estudantes do programa Erasmus e os processos de revalorização, tematização e patrimonialização urbana que tem lugar na cidade de Lisboa. Mas, para atingir este objectivo, é preciso conhecer e descrever sistematicamente os processos sociais e o quotidiano onde os estudantes de intercâmbio estão envolvidos: que discursos, práticas e condições de produção e reprodução apresentam as suas vidas no novo enquadramento local?; que implicações e participações concretas mostram nos processos sociais e nas transformações dos contextos onde habitam?; qual é a sua posição específica na estrutura social micro local e quais os seus hábitos de sociabilidade, formas de agrupamento e vizinhança?; qual é o seu papel como criadores, reprodutores e difusores de sentido, nomeadamente na imaginação patrimonial sobre a cidade de Lisboa?

The production of interculturality in two urban spaces: Lisbon and Granada compared

Nuno Oliveira (ISCTE-IUL)

Issues of cultural diversity governance have been on the agenda with regard to urban paradigms that seek to accommodate the diversity driven by a globalized world. Globalization replaced nation-states by cities as the main nodes in the systems of cultural and capital flows. This new urban spaces feature particular conditions of interaction corresponding to what Wise (2006) termed “quotidian transversality”. The space where the contact zones unfold in everyday practices is not, however, as free floating and spontaneous as Wise suggests. By looking into the production of two “diversity festivals” we contend that this space is not just constructed in interaction but it is intersected by systemic forces outside its supposedly inherent practical rituals and negotiations. Such forces range from urban planning, hosting policies, strategies of political actors as well as the market which are all intertwined in what we call the space of interculturality. The space of interculturality should be understood as a space of practices, that is a nexus of interdependent practices that comprises not only actions as well as discourses (as language practices), institutions (constraining and facilitating both actions and practices) articulated into cultural repertoires mobilized by actors to interpret the social world. Methodologically the research comprehended a mix between a multi-situated ethnography and traditional qualitative sociological research. Comparison was carried out between a neighborhood in downtown Lisbon and Granada.

Hukou, população flutuante e as novas escalas de mobilidade na China contemporânea

Cristina Patriota de Moura (Universidade de Brasília – BR)

Os trabalhos etnográficos de Li Zhang acerca de segmentos de “população flutuante” em áreas periféricas de Pequim e seus processos de mobilidade geográfica e social tem sido importantes referências para pensar o crescimento das cidades chinesas. Processos que envolvem dezenas de milhões de pessoas efetuam transformações de estilos de vida e imprimem novos significados às categorias “rural” e “urbano”, que se cristalizaram como forma de classificação populacional na China maoísta por meio do sistema “*hukou*”. Pesquisas mais recentes também apontam para o surgimento não somente de novas espacialidades urbanas, mas de todo um segmento populacional identificado como “camada média”. A autora propõe o conceito de “espacialização de classe” para pensar o surgimento concomitante de classes e espaços nos novos ambientes urbanos chineses, uma vez que essas “camadas” não existiam durante o período maoísta que nomeava segmentos populacionais em termos de outra definição de classe.

Há também interessantes pesquisas antropológicas que apontam para as dificuldades e estigmas relacionados ao rótulo de “flutuante”, que é transmitido às novas gerações e implica em exclusão de uma série de direitos sociais.

Os trabalhos etnográficos trazem importantes questões que dialogam com teorias sociais forjadas no ocidente, e podem possibilitar a ampliação do arcabouço conceitual e metodológico para articular questões relacionadas à produção e circulação em espaços urbanos, bem como instrumentos para pensar escalas de deslocamentos e seus significados.

Identities en movimiento: la sociabilidad commuter en los desplazamientos en ferrocarril en la RMB

Joan Josep Pujadas (Universitat Rovira i Virgili – ES)

Tomando como marco la Región Metropolitana de Barcelona (RMB), hacemos una presentación de los avances de una investigación que analiza el papel que desempeña la movilidad cotidiana en la organización personal y familiar de quienes viajan diariamente desde su lugar de residencia al de trabajo o estudio.

Nuestra investigación se centra esencialmente en los usuarios del transporte público (ferrocarril) y en el uso que hacen del tiempo de viaje. Por medio de etnografía ferroviaria, entrevistas informales, historias de vida y cuestionarios, hemos profundizado en las lógicas y estrategias que subyacen a las prácticas de commuting. Partimos de una tipología de base empírica sobre commuters y de actividades realizadas en el tiempo de viaje. La existencia de commuters con larga trayectoria, así como la larga distancia de muchos desplazamientos diarios (entre 60 y 100 km) nos indica que nos encontramos frente a todo un fenómeno social de gran magnitud. El viaje diario constituye un tiempo invertido, no perdido, un momento propio, que puede usarse en seguir trabajando, en leer, en relajarse y dormir o bien, como el caso analizado, en establecer relaciones de sociabilidad. Éstas últimas derivan, a veces, en relaciones de verdadera amistad, ya que (como dice un informante) “mis compañeros de viaje son las personas de este mundo con quien paso más tiempo hablando diariamente”.

Estas nuevas formas de sociabilidad desterritorializada son un indicio, tanto de nuevos estilos de vida urbana, como de notorios cambios en los procesos de construcción social de la identidad.

Quando localidade e transnacionalismo se confundem: etnografia de um espaço público em Lisboa

Francis Rigal (ISCTE-IUL / FCSH-UNL)

Pretendemos com esta comunicação apresentar a caracterização de um campo de investigação, iniciado recentemente, no contexto de um doutoramento em Estudos Urbanos. Trata-se de uma etnografia das práticas de sociabilidade que se estendem sobre três praças públicas centrais da cidade de Lisboa (Rossio, Largo do São Domingos e Praça da Figueira). Quotidianamente ou regularmente, numerosos cidadãos e de origens extremamente diversificadas, de idades e condições sociais variadas, frequentam este espaço público para se encontrar e conversar. Esta prática transcultural, ou seja, este actuar comum composto por um conjunto de atores particularmente heterogêneo, mostra uma cidade relacional à escala humana no coração de uma hipertrofia urbana.

Se por um lado os atores da mobilidade incorporam a cidade familiarizando-se e identificando-se com o lugar, por outro o espaço adquire sentido pela territorialidade dos cidadãos. Espaço e atores aparecem então intimamente imbricados num jogo de interferências e influências recíprocas entre o local e o transnacional. Com efeito, o contexto de localidade torna-se ativado e mantido por práticas transnacionais, e simultaneamente, o contexto desta vez transnacional dos atores é superado pela prática de localidade. Local e transnacional parecem desta forma misturarem-se. Esta dinâmica inscreve-se na territorialidade, revela-se nos sentimentos de identificação e delicia-se nas mobilidades.

Por conseguinte, duas intenções dominam a investigação: onde se jogarão então os laços e as demarcações entre um conjunto de pequenos mundos distantes de fronteiras permeáveis? Por outro lado, como se articulará uma prática social densamente local e habitantes com redes sociais e vidas significativamente transnacionais?

Trajetos na busca de um santo em Portugal: olhares a São Sebastião

Hélcio Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – BR)

Não é de hoje que pesquisadores de vários países se deslocam de seus contextos locais em busca de elementos que liguem e revelem os traços comuns que configuram identidades, tradições e construções imaginárias da vida social em outras realidades transnacionais. Busca-se construir uma trajetória, um percurso que encontre os elementos simbólicos constitutivos das linguagens comunicativas que foram incorporadas pelas tradições advindas de Portugal descobrindo as conexões entre a festa no Brasil dedicada a São Sebastião, especificamente localizada em um bairro da cidade de Natal, e as tradições populares das festividades públicas e religiosas em Portugal.

Não é só a língua que apresenta diferenças quando nos movemos no espaço cosmopolita e transnacional. Existem outros elementos como o clima, o fuso horário, os hábitos e tradições culturais, a arquitetura, o sistema viário e a própria geografia do lugar. O que produz e estabelece conexões ou interações é justamente o que Michel Agier (2011) chama de partilhar o sentido em jogo na situação, ou seja, experienciar e compreender a realidade.

Nestes trajetos descobre-se o que é comum, o que se entrecruza, sem desconsiderar o que é diferente. As festividades públicas a São Sebastião e outros santos em Portugal apontam para uma diferença entre as festas no Brasil, quer no ritual, nas performances, na estética e nos elementos característicos das tradições religiosas que as configuram. As marchas e cortejos têm identidades iguais às procissões religiosas vivenciadas pelos brasileiros.

Cidades, Rios e o transporte fluvial no Amazonas (Brasil)

Yuri Bassichetto Tambucci (Universidade de São Paulo – BR)

A maioria das cidades do Amazonas encontra-se à margem de rios, que assumem um papel fundamental enquanto meio de sustento, via de transporte e superfície sobre a qual se desenrolam as atividades cotidianas de parte da população. Repletos de palafitas, flutuantes e embarcações de todas as dimensões, as cidades estendem-se sobre as águas e se relacionam com as dinâmicas próprias do rio e com o ciclo de cheias e vazantes. Ao contrário de outros estados brasileiros, com redes rodoviárias consolidadas, o deslocamento predominante entre as cidades é o fluvial. Os passageiros e tripulantes dos “barcos regionais” experimentam, dessa forma, um modo particular de conceber os espaços através dos quais se deslocam. Os rios e a navegação fluvial permitem que cidades de dimensões diversas interajam, por intermédio dos viajantes, que vivenciam e constroem conexões motivadas por comércio, trabalho, lazer, turismo, relações de parentesco e amizade.

Esta pesquisa de mestrado vem procurando compreender de que forma a navegação fluvial influencia os modos de vida nas cidades amazônicas, quais as motivações e preferências de passageiros e quais os saberes e habilidades necessários para navegar. Dessa forma, pretende-se entender de que forma se dá a interação entre cidades de dimensões muito diferentes e delas com as superfícies líquidas. Rios e cidades se confundem, nos permitindo problematizar as fronteiras entre esses espaços. Foi realizada uma incursão etnográfica em algumas cidades amazônicas para compreender a dinâmica de seu porto, sua orla e as viagens de barco entre as cidades de Manaus, Itacoatiara, Parintins, Barreirinha e Maués.

P35 – Etnografia e Intervenção social: a pesquisa de terreno na investigação em serviço social

Coordenadores: Fernando Augusto Pereira (IPBragança); Michel G.J. Binet (ISSSL-ULL)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 5, Ciências Veterinárias

Moderador: Telmo Caria (UTAD)

Os assistentes sociais e as outras profissões da intervenção social trabalham numa variedade de locais e contextos, passíveis de serem convertidos em terrenos de pesquisa etnográfica. Cada um destes terrenos constitui uma dupla janela de observação sobre: os fenómenos de exclusão social afetando vidas singu-

lares; sobre as respostas sociais públicas (do Estado central aos municípios), privadas e do terceiro sector (IPSS sobretudo) desenhadas e implementadas para lutar contra a pobreza, doença e outras debilidades e promover a inclusão de diversos segmentos da população sinalizados por meio de indicadores de vulnerabilidade social.

Processos administrativos e interaccionais de categorização e institucionalização de actores podem ser observados de dentro e de perto numa multiplicidade de contextos profissionais. Este olhar aproximado proporciona um retorno reflexivo sobre saberes e práticas dos profissionais, assente em descrições detalhadas ancoradas em contextos profissionais precisos.

Os organizadores deste painel apelam à submissão de propostas de comunicação que tratam, por exemplo: dos desafios levantados pela pesquisa etnográfica nos vários setores da intervenção social; das relações de inquirição no terreno e das dinâmicas de coparticipação dos profissionais nos processos de investigação; do teor e do alcance dos contributos do método etnográfico na produção de conhecimentos sobre/ em serviço social; do nível de participação dos utentes/usuários/clientes; etc.

Serviço social, gênero, fazeres e práticas sociais

Rita Freitas (Universidade Federal Fluminense – BR)

No Brasil, uma pesquisa mais aprofundada sobre a relação entre os mecanismos de proteção social e família se faz necessária à medida que a matricialidade sociofamiliar nas políticas sociais faz retornar ao centro do debate a discussão sobre a família, que por muito tempo ficou esquecida nos espaços acadêmicos e políticos de debate. Falar em família é tocar num tema latente da esfera privada, no papel que as mulheres desempenham dentro dela; sendo ela um dos principais mecanismos de sobrevivência e proteção de muitas pessoas (doentes, inválidos, famílias com filhos pequenos, idosos, viúvas, desempregados e pobres). Se nossa vida é uma vida de significados, se – como afirma Geertz – a cultura é como uma rede de significados que nos enreda a todos, a família é um importante elo nessa rede que nos aprisiona – homens e mulheres –, mas dentro da qual podemos nos mover. A sociedade brasileira vem sofrendo transformações em seus significados e formas. Programas como o Bolsa Família atingem o cotidiano familiar – é importante nos perguntarmos dos significados e práticas que hoje perpassam as famílias pobres: qual impacto dessas políticas? As redes ainda se fazem presentes para a resolução dos problemas? Como se exercem as formas de proteção? E, por outro lado, como as representações construídas culturalmente impactam na formulação e implementação dessas políticas. Essas são algumas questões que têm implicado nosso olhar tendo como locus de análise a cidade de Niterói.

Um olhar sobre a “pobreza”: percepções e significados em uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro

Michele de Lavra Pinto (Fundação Getúlio Vargas – BR)

No Brasil desde 2003 o Programa Bolsa Família (PBF) do governo Federal tem o propósito de retirar famílias da pobreza e ou da extrema pobreza e para isso estabelece o critério da renda como forma de ingresso no programa. Na cidade do Rio de Janeiro/RJ os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), funcionam como porta de entrada para essas famílias. As CRAS são responsáveis, entre outras atribuições, pelo encaminhamento das famílias para os vários programas sociais e entre eles o PBF. Através de uma pesquisa etnografia, mediante a observação participante, o qual permite a observação direta e a interação com os profissionais da área de Assistência Social (na CRAS) e com as famílias beneficiárias, assim como a utilização de entrevistas, que permite dar conta do discurso, para outrora chegamos às representações do grupo pesquisado, que este trabalho busca descrever e analisar os significados da pobreza para os beneficiários do PBF em uma favela do Rio de Janeiro. Significados que passam por diferentes indicadores como a localização do local de residência, o acesso a bens, serviços e aos benefícios sociais. A trajetória e história de vida desses beneficiários do PBF apontam para uma diversidade de significados do que é ser pobre e assim, da pobreza, significados que não são cristalizados somente na renda.

A Etnografia em Serviço Social: O Caso das Pessoas Transgênero em Contextos de Prostituição de Rua

Nelson Ramalho (ISCTE-IUL)

Pessoas cujas identidades não se enquadram nas concepções tradicionais de gênero e sexualidade são sistematicamente marginalizadas nos discursos, instituições e políticas que privilegiam identidades não-transgênero. Consequentemente, são remetidas para uma condição de maior vulnerabilidade. A investigação pretendeu conhecer essas vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas transgênero, inseridas em contextos de prostituição de rua e perceber os impactos das suas trajetórias de vida.

Utilizou-se o método etnográfico, tendo recorrido à observação direta na zona envolvente do “Conde de Redondo”, pertencente às freguesias do Coração de Jesus e São Jorge de Arroios, em Lisboa, pelas suas características de forte incidência e manifestação da prostituição de rua transgénero. A acessibilidade a estes espaços foi conseguida através da integração noturna na equipa do projeto Trans-Porta(APF) e Brigadas do Preservativo(ILGA), durante 12 meses.

Compreendeu-se que as pessoas transgénero são um grupo fortemente negligenciado, com dificuldades de acesso aos diferentes sistemas sociais. Esta opressão ocorre, desde logo, nos primeiros agentes socializadores, através da rejeição familiar e do precoce abandono escolar. A idade adulta é experienciada por limitações no acesso ao mercado laboral. Confrontam-se com insuficientes serviços sociais e de saúde e os existentes apresentam barreiras ao seu acesso. Assistentes sociais e profissionais de saúde não se encontram preparados para atender este público específico. A formação para as questões de género e sexualidade ajudará a construir competências profissionais e estratégias para responder às suas necessidades, a contribuir para a desconstrução tradicional do género e promover a implementação de políticas não-heterocentradas.

ONGs de Educação Infantil e Prevenção da Violência no Brasil

Tiago Hyra Rodrigues (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

Este *paper*, baseado na tese de doutorado do autor, apresenta os resultados de uma etnografia realizada em Organizações Não-Governamentais educacionais localizadas em bairros empobrecidos da cidade de Florianópolis (Sul do Brasil), cujas ações sócio-político-pedagógicas visam “retirar as crianças das ruas” (leia-se: da “criminalidade” e da “violência”), e “dar oportunidades” (leia-se: “incluir”), discurso social muito comum no Brasil atual. Estas ações podem ser entendidas como manifestações da sociedade civil organizada que se dirigem ao enfrentamento de problemas sociais em um momento de aparente “crise das instituições”. Além disso, são características de uma mudança de foco do enfrentamento das violências em uma direção preventiva, através da intervenção sobre categorias e configurações de sujeito. O foco deste trabalho é apresentar quais são as formas de educação propagadas por estas instituições, e o motivo de acreditarem que esta educação preveniria ou confrontaria as diversas formas de violência e criminalidade entre os jovens e crianças atendidos. Estas respostas podem ser encontradas nas formas pelas quais os agentes das ONGs (educadores, trabalhadores sociais, pedagogos, administradores) entendem a violência e suas causas: para cada possível “fonte” de violência, há uma linha educacional proposta para preveni-la. Assim, busca-se aqui explorar o entendimento do conceito de violência, assim como de suas causas, e as formas pelas quais esse entendimento afeta as modalidades propostas de intervenção e prevenção.

A Etnografia em Serviço Social: um ‘olhar’ sobre a importância das práticas sociodesportivas na inclusão social de jovens vulneráveis

Vanda Ramalho (ULL)

Jovens residentes em contextos urbanos estigmatizados vivenciam condições de acentuadas de vulnerabilidade social e posições periféricas no quadro da realização da sua cidadania. Num quadro de insegurança ontológica a sua construção identitária encontra-se, simultaneamente, pressionada pelas transformações globais e pelo contexto local de pertença.

Encarando o lazer desportivo como interesse subjectivo dos jovens e como contexto socializador, pretende-se conhecer a importância das práticas sociodesportivas de intervenção social na sua inclusão social. Para tal, recorreu-se ao método etnográfico, com recurso à observação direta da intervenção sociodesportiva realizada, através da utilização da modalidade de ‘futebol de rua’, no projeto Bola Pra Frente, no Bairro Padre Cruz, localizado na freguesia de Carnide, em Lisboa. O período de observação ocorreu durante, aproximadamente, seis meses, através da interação com os interventores sociais e com os jovens praticantes da modalidade desportiva.

Observou-se que as práticas sociodesportivas de intervenção social possibilitam o desenvolvimento de espaços saudáveis de lazer, a valorização pessoal, o reforço da auto-estima, do espírito de pertença e integração no bairro. Para além disso, a metodologia observada permite o reforço das competências pessoais e sociais favorecendo a superação das condições de vulnerabilidade social associadas à exclusão social e territorial, ao insucesso escolar e às dificuldades de inserção na vida ativa destes jovens.

A interdisciplinaridade possibilitada pela inovação da introdução das metodologias sociodesportivas no contexto da intervenção social com jovens favorece o desenvolvimento de experiências inclusivas e de

condições de maior coesão social no território, promovendo os jovens como atores da sua própria mudança.

«Para que servem esses apontamentos?» – Reflexões sobre os usos da etnografia como suporte epistemológico do trabalho social

Pedro Gabriel Silva (UTAD); Octávio Sacramento (UTAD)

Esta comunicação tem como objecto a relação entre a etnografia e a intervenção social, concretamente, no que se refere à actuação dos profissionais de trabalho social. Trata-se de uma reflexão que parte de dois eixos de articulação entre a etnografia e a intervenção social: por um lado, tomando a etnografia como instrumento operativo dos trabalhadores sociais (na recolha, registo e análise de dados para diagnósticos sociais e avaliação de práticas; no potenciar da aproximação entre trabalhadores sociais e os sujeitos alvo da intervenção; na abordagem das dinâmicas institucionais; etc.), por outro, como recurso válido na definição, delimitação e desconstrução dos “problemas” e “problemáticas” de intervenção. Neste quadro, a etnografia constitui-se como um instrumento de análise e avaliação dos procedimentos de intervenção, permitindo a desmontagem de práticas e orientações das instituições – uma condição nem sempre compatível com os propósitos e interesses, seja institucionais, seja dos próprios actores profissionais. Assim, a apresentação da etnografia como instrumento do trabalho social carrega um paradoxo: de recurso operativo basilar na abordagem dos profissionais aos seus contextos, objectos e populações alvo de intervenção, mas, também, como propiciadora de leituras críticas das práticas institucionais que colocam em xeque os padrões de intervenção adoptados. Esta comunicação trata este paradoxo, partindo de casos trabalhados em contexto de estágio de Serviço Social em organizações do terceiro sector nos quais a etnografia constituiu um importante instrumento operativo e ferramenta de análise contextual.

A investigação etnográfica em Serviço Social

Berta Granja (ISSSP)

A comunicação apresenta um processo de investigação etnográfico sobre o saber agir profissional dos Assistentes Sociais, saber que é aqui considerado como uma componente fundamental da sua identidade. A comunicação descreve o processo de construção do objeto e da metodologia e aborda os problemas de gestão das relações sociais de observação no que diz respeito aos profissionais mas também relativamente às pessoas que com ele interagiam na vida quotidiana das instituições sociais.

Apresenta os diferentes tipos de dados recolhidos e a complexidade da sua categorização análise e tratamento. São ainda analisadas as possibilidades e limites deste processo de investigação etnográfica e as condições implementadas para o necessário controlo epistemológico.

Reflexões sobre um estudo etnográfico dos processos vividos por mulheres residentes num equipamento social: o método etnográfico num contexto de intervenção social

Ana Rita Costa (CIES-IUL)

A pesquisa etnográfica enquanto metodologia que atribui particular ênfase aos lugares que as pessoas, plurais e em constante transformação, ocupam, tem desenvolvido contributos importantes para a produção de conhecimentos mais contextualizados sobre diversas questões sociais que condicionam – afectam – a vida das pessoas. No contexto da intervenção social, os estudos etnográficos têm possibilitado alcances importantes, permitindo olhares mais situados sobre estas realidades sociais.

Partindo de um estudo antropológico realizado num equipamento social, de tipologia Comunidade de Inserção, sobre os processos vividos por um grupo de mulheres que, tendo sido identificadas pelo sistema de protecção social como em situação de grande “vulnerabilidade social”, necessitaram de recorrer a medidas de acolhimento institucional temporário, pretende-se reflectir em torno dos contributos que a metodologia etnográfica oferece em análises que atravessam o sector da intervenção social.

Com a perspectiva de ver as pessoas nos lugares que ocupam no contexto das suas relações sociais e valorizando a experiência como método de conhecimento, a pesquisa etnográfica desenvolvida possibilitou olhares mais próximos sobre os processos de intervenção social vividos pelas mulheres na comunidade de inserção, bem como sobre as relações que se estabelecem, por vezes, ambíguas e contraditórias, entre e com os profissionais que com elas trabalhavam.

Não esquecendo os desafios, ao longo da comunicação refletiremos sobre a construção de uma pesquisa etnográfica no contexto referido, focando-nos, sobretudo, nas suas contribuições reflexivas num terreno marcado por outras abordagens metodológicas.

Trabalho profissional do gerontólogo – Uma abordagem metodológica

Fernando Augusto Pereira (IPBragança)

Esta comunicação tem como objetivo explicitar a forma como as técnicas etnográficas se podem constituir como um precioso auxiliar no estudo das práticas profissionais, no caso particular relativas ao trabalho profissional dos gerontólogos. A referida comunicação resulta das atividades do projeto de investigação FCT, dedicado ao trabalho e ao saber profissional de profissionais diplomados em ciências sociais e humanas que trabalham no terceiro setor social.

Serão explicitados com o detalhe necessário todas as decisões de caráter metodológico que caracterizam este trabalho, designadamente a atenção concedida ao processo de envolvimento/distanciamento do etnógrafo com os atores e com o contexto em que a interação tem lugar.

Em termos metodológicos a técnica de observação etnográfica prolongou-se por 12 dias de trabalho não consecutivos que decorreram no espaço de um mês (correspondendo a cerca de 96 horas de observação) com um gerontólogo, tendo como objetivo principal estudar as interações profissionais do gerontólogo em contexto de trabalho numa instituição de idosos. Esta técnica foi complementada com entrevistas clínicas com outros gerontólogos e com responsáveis com entidades empregadoras dos mesmos. Por fim, foi realizado um *workshop* em que os dados preliminares do estudo foram alvo de uma apreciação crítica e interpretação dos mesmos pelos próprios gerontólogos.

Observações e gravações do interagir profissional dos assistentes sociais: métodos e alcance da abordagem micro-etnográfica

Michel G.J. Binet (ISSSL-ULL)

Saberes e práticas dos profissionais da intervenção social são convertíveis em objectos de estudo ao abrigo de várias metodologias de investigação empírica. Questionários e entrevistas são métodos de estudo indirecto das práticas profissionais, que se limitam a eliciar discursos dos profissionais, elaborados em resposta a perguntas de um inquiridor, colocadas dentro das fronteiras de uma situação interlocutiva exterior aos contextos de trabalho sob investigação.

A etnografia por sua vez privilegia o estudo directo das práticas profissionais (Silva et al., 2011), mediante a abertura de terrenos, que permite triangular discursos sobre as práticas e registos destas mesmas práticas observadas directamente nos contextos do seu exercício. As negociações inerentes às aberturas de terreno podem contemplar pedidos de autorização para gravar ou filmar, que abrem a possibilidade de consolidar a base empírica dos estudos das profissões pela constituição de *corpora* de gravações ou filmagens.

Os estudos de *corpora* (Baude, 2006; Freitas, 2010) operam, em estreita cooperação com a linguística interaccional (Mondada, 2006), uma viragem etnometodológica que converte as gravações e transcrições detalhadas das práticas profissionais em micro-terrenos de observação e análise conversacional (Binet & Monteiro, 2012). A nossa comunicação procura comprovar a pertinência etnográfica dos microdetalhes dos comportamentos tornados assim observáveis, em ordem ao estudo dos etnométodos conversacionais do interagir profissional próprios a um quadro interaccional central no exercício da profissão de assistente social: os atendimentos de acção social (Projecto ACASS; Binet & Sousa, 2011).

P36 – Olhares plurais para a antropologia da ciência

Coordenadores: Ana Keila Pinezi (Universidade Federal do ABC – BR); Alexandre Soares Cavalcante (Universidade Federal do ABC – BR)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 4, Ciências Veterinárias

O interesse em problematizar o conhecimento científico na contemporaneidade surge justamente no sentido de consolidar o escopo disciplinar que a Antropologia vem construindo historicamente. Nessa articulação, o conhecimento antropológico é fundamental para que se compreenda a realidade dos estudos científicos.

Além disso, dois caminhos possibilitam expandir as contribuições deste campo de estudo: numa perspectiva interna à própria disciplina, é imprescindível que se compreendam (e se discuta) as diferentes dimensões da vida social que se associam aos processos de produção de conhecimentos científicos (tanto

o impacto dessas dimensões na produção de tais conhecimentos, quanto o impacto desses em diversas esferas da vida social, como as religiosas, jurídica, de gênero e corpo, etc); numa perspectiva externa à Antropologia, é essencial que haja diálogos com outras áreas, no sentido de produzir uma percepção multifacetada sobre o objeto de estudo (fortalecem-se perspectivas que conectam, por exemplo, Educação, História, Filosofia, ou até mesmo as Ciências Naturais).

Este painel tem por objetivo agregar trabalhos que se situem nestas interfaces da Antropologia da Ciência com outras perspectivas, sejam internas à disciplina ou constituídas num diálogo com outras áreas. Trata-se de um espaço para discussão de ideias fronteiriças, possibilitando contrapontos na construção do conhecimento antropológico.

Identidades científicas: construções identitárias em um laboratório interdisciplinar

Alexandre Soares Cavalcante (Universidade Federal do ABC – BR); Ana Keila Pinezi (Universidade Federal do ABC – BR)

A presente comunicação tem por interesse discutir aspectos relacionados ao trabalho de campo realizado numa escola de verão em Biologia Matemática, dentro do Instituto de Física Teórica da Universidade Estadual Paulista, UNESP-SP. O trabalho de campo, de natureza etnográfica, mostrou diversas nuances e dimensões das identidades que são (des)construídas ao longo deste evento. A partir da interpretação do evento como um laboratório científico (na medida em que os conhecimentos produzidos pelos sujeitos participantes são negociados e construídos ao longo desta escola), procura-se compreender quais papéis os participantes assumem durante o processo de construção do conhecimento científico, bem como quais os processos de afirmação destes. Vale ressaltar que o evento tem como principal característica a interdisciplinaridade. Portanto, a forma como os sujeitos mobilizarão esta noção, e como se relacionarão em um meio supostamente interdisciplinar, são aspectos discutidos aqui. Problematisa-se, neste trabalho, tanto as noções que emergem acerca do que é ser interdisciplinar como as identidades que são construídas em torno de tal temática.

O estatuto epistêmico das proposições da antropologia a partir das teses quineanas da inescrutabilidade da referência e da indeterminação da tradução

Allan Costa (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – BR)

Um problema crucial para a filosofia da ciência é dizer o que a ciência é. Para tanto, é necessário estabelecer critérios de cientificidade, e, por conseguinte, as razões pelas quais aceitamos uma teoria científica. Grosso modo, podemos dizer que as aceitamos porque são verdadeiras (posição realista), ou porque são apenas empiricamente adequadas (posição anti-realista). Ora, questiona-se, portanto, o estatuto epistêmico das proposições da ciência. Enquanto uma ciência, cumpre perguntar sobre o estatuto epistêmico das proposições da antropologia. Uma vez que se põe como uma tarefa tornar claro o funcionamento de uma cultura, se faz necessário descobrir o esquema linguístico que a estrutura. Fazer isso implica em desvendar a natureza das entidades postuladas e suas relações, isto é, sua ontologia. As teses quineanas da inescrutabilidade da referência e da indeterminação da tradução nos mostram as dificuldades encontradas por aquele que pretende desvendar uma cultura, na medida em que solapam as pretensões do ajuste dos esquemas conceituais do observador e de seu objeto de estudo. São centrais aqui as críticas às noções de significado e sinonímia. Finalmente, esse percurso parece advogar a favor de uma posição anti-realista em antropologia.

(Re)Considerando a história da Antropologia na Universidade de São Paulo (USP) a partir da trajetória acadêmica de Kabengele Munanga

Viviane Silva (Universidade de São Paulo – BR)

A Antropologia na USP existe como disciplina ministrada de modo intermitente desde 1936, e passa a ser lecionada obrigatoriamente a partir de 1941. Na história da institucionalização da disciplina emergem nomes fundamentais como Emilio Willems, Egon Shaden, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, dentre outros. Este trabalho destaca a trajetória de Kabengele Munanga, cuja entrada na Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) decorre da linha de sucessão que parte de Egon Shaden que orientou João Baptista, que por sua vez orientou Kabengele Munanga. Sendo assim, a proposta deste trabalho é compreender como essas heranças delineiam a carreira acadêmica de Kabengele Munanga, primeiro e único docente negro da disciplina na USP há mais de trinta anos. Trazer a experiência do professor Kabengele Munanga na USP mostra-se relevante para refletir sobre os dilemas na sua história de (des)conciliações com a universidade, no sentido de ser um intelectual negro amplamente reconhecido

no país, sobretudo por segmentos que discutem relações raciais; porém à margem no seu departamento, no que diz respeito à vivência acadêmica cotidiana. Por fim, este trabalho busca entender como sua entrada no Departamento de Antropologia da USP instaura um espaço de formação de intelectuais negros na maior Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas do Brasil.

Teologia afro-brasileira: entendendo a relação entre saber religioso e saber acadêmico

Érica Jorge (Universidade Aberta do Brasil – BR); Ana Keila Pinezi (Universidade Federal do ABC – BR)

A proposta do trabalho é discutir a relação entre o saber acadêmico e o saber religioso afro-brasileiro a partir da pesquisa antropológica com alunos frequentadores do bacharelado em Teologia com ênfase em religiões afro-brasileiras. Tais religiões, tradicionalmente enquadradas como “orais”, institucionalizaram um saber teológico acadêmico, o qual foi recentemente reconhecido pelo Ministério da Educação. Além de contextualizar a criação desta faculdade no atual momento social brasileiro, a proposta é entender a motivação dos alunos em realizarem este curso e compreender como o saber religioso, vivenciado no interior dos terreiros relaciona-se com o saber acadêmico. Metodologicamente, o trabalho faz uso de entrevistas com os alunos egressos e alunos que estão cursando regularmente esta Teologia. Pretende-se apresentar um caminho de entendimento da nova dinâmica que ora se estabelece entre religiões afro-brasileiras e a ciência.

A Tale of Horror: O Monstro Televisivo e os seus Ameaçadores Tentáculos para as Ciências Sociais

José Pedro Arruda (UC)

Tal como acontece em relação a quaisquer tecnologias domésticas ou de uso pessoal, o consumo de TV varia imenso consoante os consumidores, sendo os telespectadores intérpretes criativos dos conteúdos assim recebidos. Porém, não se pode ignorar o facto de os usos destas tecnologias serem condicionados e formatados pelas suas próprias características e funcionalidades, assim como pela ação dos inúmeros agentes que se conjugam para produzi-las. Estudar a televisão implica necessariamente dar conta das forças, poderes e agências que estão por detrás da sua produção, tanto ao nível dos aparelhos técnicos como a nível de conteúdos. A realidade televisiva não pode ser apreendida a partir de um único local, mas de uma infinidade deles, sendo a maioria difícil de rastrear. Porém, em vez de nos desesperarmos perante a monstruosidade da TV, podemos assumir o papel da formiga lenta e miótica e procurar seguir os atores envolvidos neste processo, como sugerem os precursores da Actor-Network Theory (ANT). No entanto, este estudo estaria sempre incompleto sem a análise dos impactos sociais que a televisão tem na vida de quem a consome e com ela se relaciona. As próprias transformações tecnológicas têm vindo a alterar a forma de se ver TV, dando maior liberdade de movimentos aos telespectadores, que podem aceder a conteúdos televisivos também a partir da Internet ou outras tecnologias individuais. Analisar os usos e as práticas de quem vê televisão torna-se assim fundamental para perceber este fenómeno na sua dimensão total, assim como o impacto social que este pode assumir no mundo contemporâneo.

Corpo, crime e identificação: biografia histórica da identificação criminal em Portugal

Diana Miranda (UMI); Helena Machado (UM)

Esta comunicação sistematiza informação baseada em fontes documentais sobre o percurso histórico dos processos de identificação criminal em Portugal que salientam a importância da abordagem do corpo humano aliada à tecnologia e conhecimento científico. Apesar das transformações ao longo do tempo, as práticas policiais de identificação criminal desde sempre se caracterizaram por centrarem a sua atenção no corpo do ‘suspeito’ e potencial ‘criminoso’. Se no início do século XX se encarava a antropometria (medições dos corpos e registo de sinaléticas) e a datiloscopia (impressões digitais) como a solução para a descoberta e identificação do verdadeiro criminoso, é possível verificar este entusiasmo e desejo político doravante face a métodos de identificação baseados na genética forense. Na atual sociedade de vigilância surgem sistemas de identificação cada vez mais complexos que se ampliam a todos os cidadãos, sendo as interações da vida quotidiana cada vez mais monitorizadas. O desejo político de identificar e controlar os corpos ‘suspeitos’ passa assim a abranger também aqueles que são tidos como cidadãos ‘respeitáveis’. Desde o uso da antropometria até à utilização de DNA em contexto forense, observa-se uma expansão do controlo estatal e institucional pela recolha, armazenamento e análise de informação de caráter físico, visual e biológico. Destas ações de controlo e monitorização do corpo que é identificado e classificado como ‘suspeito’ ou ‘criminoso’ resultam processos de estigmatização e produção de fronteiras normativas que acentuam uma hierarquia entre ‘criminosos’ e cidadãos ‘respeitáveis’.

Memória do trabalho e memória ambiental do Vale do Rio dos Sinos/RS/Brasil

Margarete Fagundes Nunes (Universidade Feevale – BR)

O artigo traz uma reflexão sobre a memória do trabalho e a memória ambiental, tendo como sujeitos da pesquisa moradores que vivem às margens dos arroios da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, os quais narram a sua experiência de trabalho, de moradia e de relação com o ambiente. As narrativas desses habitantes urbanos somam-se a narrativas de outros interlocutores, especialmente de gestores públicos e de técnicos ambientais. Esta reflexão é parte da produção da etnografia visual dos arroios Luiz Rau, Pampa, Schmidt e Estância Velha, iniciada em 2012, e que integra o sub-projeto 5 – BAISINOS, vinculado ao projeto de Monitoramento de Bacias Urbanas e Rurais. Análise Integrada da Qualidade da Água e Aspectos Sócio-econômicos – ANINQAS – financiado pelo CNPq e FINEP.

Imagens desdobradas: Reflexões em torno de um arquivo fotográfico indígena, 30 anos depois

Fabiana Bruno (Escola de Comunicação e Artes-Universidade de São Paulo / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – BR)

Esta comunicação pretende apresentar reflexões de pesquisa acerca da abertura e estudo de um arquivo de fotografias dos índios Kamayurá. Numa tentativa de interrogar essas imagens – 30 anos depois de terem sido produzidas pelo antropólogo e epistemólogo da comunicação visual Etienne Samain – esta proposta procura levantar questões para delinear alguns parâmetros para problematizar (visualmente) o potencial heurístico e poético de um arquivo de fotografias, quando nos propomos a pensar por imagem no campo das ciências humanas, em especial na antropologia. A reflexão parte da exploração de alguns movimentos singulares de pesquisa em direção a uma perspectiva metodológica de trabalho e modo de conhecimento por imagem, com o intuito de romper o silêncio das superfícies das fotografias num processo de abrir, desmontar, questionar, escolher, remontar e desdobrar as imagens em termos de memórias e esquecimentos, tempos e sobrevivências.

P37 – Anthropology's obsession with neo-liberalism

Coordenadores: David Picard (CRIA-UNL); Erin Taylor (ICS-UL)

Terça, 10 Set, 14.30-16.00

Local: A1.10, Reitoria/Geociências

Debatedor: Anastasios Panagiotopoulos (CRIA-UNL)

“Neo-liberalism” has become a widely unifying symbol streamlining much of the contemporary discourse produced by anthropologists. The panel invites papers that interrogate this current fashion and how it relates to other forms of counterpoint culture produced by earlier anthropologies. Paper presenters are requested to critically reassess the social logics of anthropological writing and its power to produce metaphors and allegories, through which to think about contemporary social life and the human condition at large. What values and visions of the world do anthropologists associate with “neo-liberalism”? Has anthropology become a field merely producing what Mary Pratt called anti-conquest narratives? Has the performance of counter-point culture become the raison d'être of the discipline? If anthropology continues to evolve within modern culture, what does its obsession with “neoliberalism” tell us about modern culture at large?

Half a millennium of (neo)liberalism in Haiti

Erin Taylor (ICS-UL); Heather Horst (Royal Melbourne Institute of Technology – AU)

Around the world, neoliberal policies have had significant effects on the structures of markets, government-citizen relations and the distribution of social goods. However, neoliberalism does not have one ubiquitous outcome in all places. The histories of individual nations and their configurations of governance, civil society and markets means that the effects of neoliberalism can differ greatly, either between nations or among subsections of population within them. Furthermore, some of the socio-economic phenomena that scholars have identified as resulting from neoliberalism actually precede it by significant periods of time. In Haiti, it brought little discernible policy break or change in circumstance for the impoverished majority, because the conditions that have shaped Haiti's poverty and social goods provision have remained relatively constant since plantation slavery. In this paper, we examine the roles of states, companies, non-profits and citizens

in the creation of a market society that perpetuates “structural violence” (Farmer 1997), yet provides some of the more viable mechanisms available for the distribution of social goods. We present a case study of mobile money services, introduced in late 2010, as indicative of the kinds of longstanding partnerships between for-profit and non-profit actors to provide governance through markets. We suggest that the market-based provision of social goods tends to be relatively successful because Haiti was created at the outset to be receptive to market solutions. Neoliberalism does not represent a radical policy shift. Rather, it is the currently fashionable term for processes that have been in place for at least half a millennium.

Neoliberal Technoscapes and Culinary Changes in Merida, Yucatan

Steffan Igor Ayora Díaz (Universidad Autónoma de Yucatán – MX)

This paper addresses changes in the contemporary kitchen in urban Yucatán. Focusing on the capital city, Merida, I examine everyday transformations that may or not be perceived as tied to neoliberal transformations. Thus, I take neoliberalism as a general name for a set of post-Fordist economic transformations that, as D. Harvey (1989) suggests, are accompanied by its own mode of regulation; that is, consumers appropriate in their everyday lives the logic of capitalist transformations and bracket their historical, political, and economic sources. In this sense, in Merida, the foodscape and the technoscape have expanded providing consumers with the perception of self-agency as they navigate the commercial urban terrain. General stores, retail stores, corner stores, department stores; markets, supermarkets, and hypermarkets; specialty stores, all combine to fragment and multiply the technological and edible goods creating the perception of abundance and individual/ist choice. This context fosters the transformation and re/design of kitchen spaces, the acquisition of different appliances, and cooking technologies, to replicate meals ranging from “traditional” to “postmodern” gastronomadic lifestyles. At the same time, the market of edible goods has expanded allowing a variety of comestibles that range from industrially processed, packaged and chemically altered ingredients, to fresh produce and on the other end of the market, organic, natural, alternative foodstuffs. This paper discusses the emergence of discursive formations that explain individuals’ perception of empowerment and self-agency as they change their culinary habits within a neoliberal economic regime.

Neoliberalism, technology, and music in Yucatan

Gabriela Vargas Cetina (Universidad Autónoma de Yucatán – MX)

Starting in the 1980s, Mexico increasingly opened its national economy to foreign investors, selling national industries until then run by the post-revolutionary State to private bidders. The economic reforms that made this possible also opened the commercial borders, so that commodities of all kinds could come in and reach local markets and local buyers. Music-related commodities, in particular, quickly flooded the local markets throughout the country. Ghetto blasters, recorded cds, Hi Fi systems and music instruments drove down an incipient national industry of hi fi products, since those made abroad were cheaper and generally better. In Yucatan, the new massive influx of music products transformed the soundscapes and changed musicians and music lovers’ outlook. With time, the opening of frontiers has extended to the musicians themselves, as foreign nationals are now regular part of the Yucatan system of orchestras and ensembles. In this paper I look at neoliberalism as the larger context within which music and technology come together in the hands of musicians and music fans in the state of Yucatan, and particularly in the city of Mérida, the state capital. I propose that it is important to take into account this larger context because it can help us see constraints and connections that we would miss otherwise.

P38 – Construir paraísos: processos, discursos e práticas do turismo colonial e pós-colonial

Coordenadoras: Joana Lucas (CRIA-UNL); Carla Almeida (CRIA)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Sala 1, Ciências Veterinárias

Procuraremos discutir o turismo colonial e pós-colonial tendo em conta distintas abordagens. Neste tipo de turismo está implícita, como característica genérica dos seus discursos e das suas práticas, a revisão de pressupostos coloniais estabelecidos a partir de relações entre dominantes e dominados, posteriormente substituídos pelo discurso da complementaridade e pela “cultura turística” do encontro entre o “autêntico” autóctone e o turista “consciente”, assente numa renovada radicalização da alteridade.

Pretendemos contribuir para uma reflexão sobre a construção do exotismo, e seu posterior consumo em contextos marcados pelas lógicas turísticas.

Para tal consideramos três abordagens: a) por um lado, analisar os discursos de promoção do turismo colonial e pós-colonial no sentido de compreender como ambos se estruturaram e organizaram com base em conceitos de “autenticidade” e “exotismo” que contribuem para a essencialização das populações locais; b) por outro lado analisar os modos como essas mesmas populações se apropriam ou rejeitam as narrativas produzidas sobre elas; c) por último procuraremos perceber como as estratégias de objetificação turística dos destinos do “sul” se consubstanciam no encontro entre turistas e população local.

Serão bem-vindas reflexões sobre turismo colonial e pós-colonial que articulem diferentes ângulos da genealogia e praxis turística, procurando identificar como estas contribuíram para a sistematização e organização dos discursos identitários relativos às populações e territórios locais.

Narrativas sobre a Gorongosa (Moçambique). A construção dum paraíso em África

Amélia Frazão-Moreira (CRIA-UNL)

“Tivemos uma maravilhosa surpresa ao encontrar este lugar selvagem. As pessoas precisam dum paraíso para viverem” (palavras escolhidas por um grupo de turistas para relatarmos a sua estadia no Parque Nacional da Gorongosa em 2004).

Os relatos de quem esteve, mesmo que brevemente, na Gorongosa permitem entender emoções, nostalgias, diferenças e recorrências nos modos de glorificação e comodificação da natureza.

Partindo dum trabalho anterior em que se deu voz a testemunhos de diferentes atores sociais (caçadores, jornalistas, escritores e turistas) agora complementado pela análise dos discursos de promoção turística da Gorongosa, tentarei refletir sobre os processos de configuração ideológica, nos períodos colonial e pós-colonial, do turismo da natureza.

A Gorongosa surge nesta comunicação como um cenário paradigmático da construção de imaginários, modos de relação identitários e... do “paraíso” em África.

Processos de Patrimonialização na Ilha de Moçambique: memórias sociais e negociações identitárias em torno de espaços museológicos

Carla Almeida (CRIA)

A Ilha de Moçambique, enquanto Património da Humanidade, está implicada num processo de monumentalização e de negociação sobre o passado, que poderá ser abordada através das suas representações museológicas. O Museu da Ilha, herdado do período colonial e o Jardim da Memória, criado no contexto da Rota da Escravidão, promovida pela Unesco, correspondem a contextos históricos diversos, veículos de diferentes “espólios” da história.

Em 2010 tive ocasião de participar em diferentes comemorações – Inauguração de Exposição de Loíça Ming, no Museu da Ilha, e Celebração do Dia memorial contra a Escravidão, no Jardim da Memória. Estes acontecimentos serão tomados como narrativas que permitiram localizar as construções simbólicas que lhe estão associadas. Os rituais comemorativos em cada um dos espaços, revelaram diversos níveis de interação, integração local e global retratando, não só redes locais, mas também, a sua extensão global, destacando-se assim o poder agregador operado através do património. Alguns acontecimentos e relações em seu redor expuseram sinais contraditórios. Se por um lado o património assume um papel identitário, por outro, revela-se também como elemento dissonante, em qualquer dos casos estudados. E ainda que a sua integração no tecido social, ou em memórias individuais e coletivas revele dissonâncias, ela realiza-se através de diversas articulações sociais, mobilizando instituições e afetos.

Entre o colonial e o pós-colonial: narrativas e olhares sobre o turismo na Mauritânia e os «modos de usar» o Deserto

Joana Lucas (CRIA-UNL)

No início do século XX começam a surgir os primeiros esboços de um discurso de promoção turística relativo aos territórios da África Ocidental Francesa. No entanto é só a partir da segunda metade dos anos 1920 que a consolidação da linguagem e da logística do turismo se afirmam em contexto colonial. No conjunto das colónias francesas da África Ocidental a Mauritânia (ocupada entre 1902 e 1960) constituía um destino turístico de difícil e crítica promoção, tendo em conta o seu desértico território aparentemente desprovido de “atractivos” turísticos.

A partir da análise de textos e guias turísticos editados durante o período colonial procuraremos perceber como foi promovido turisticamente – apesar dos maus vaticínios inaugurais – o território da Mauritânia, e

de que forma foi mobilizado um discurso que valorizava o “exotismo” das suas populações apelando concomitantemente à realização de um turismo “etnográfico” e cinegético no país.

Num contexto pós-colonial iremos igualmente mostrar quais foram os ingredientes com que se consolidou o turismo contemporâneo na Mauritânia, onde a estratégia de promoção turística recorre claramente a um imaginário colonial de conquista e mapeamento do território. Este imaginário toma o deserto como um terreno privilegiado de alteridade, dotando-o para isso de uma série de valores que atestam e comprovam a sua “autenticidade”, sobretudo através da construção artificial de pares de oposição face às “características” do “mundo ocidental”.

Em busca de raízes perdidas: os processos de exploração turística em três “lugares de memória” do tráfico transatlântico de escravos

Pedro Osório Graça (FCSH-UNL)

Durante muito tempo, o tráfico transatlântico de escravos permaneceu na penumbra, tanto para historiadores, como para cientistas sociais. Só no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, em paralelo com a solidificação dos Estudos Africanos e dos Estudos da Diáspora Africana, é que este longo episódio dramático se tornou um tema de investigação consistente nos meios académicos. Timidamente começaram também a aparecer obras literárias, séries televisivas, músicas e filmes, que contribuíram para criar uma imagem idílica de África e, por conseguinte, promover o “retorno” de africanos na diáspora às “raízes” perdidas. No entanto, nem sempre esse “retorno” é/foi pacífico...

A Ilha de Gorée, Elmina e Cidade Velha são três localidades da África Ocidental marcadas pela presença desigual de património de influência portuguesa e por terem sido entrepostos importantes do tráfico negreiro. As três localidades encontram-se inseridas na Lista de Património Mundial da Humanidade, da UNESCO. Enquanto o potencial turístico dos primeiros dois lugares encontra-se desenvolvido, com algumas deficiências pontuais, no terceiro a realidade é outra. Tendo como referência um conjunto alargado de documentos (*dossiers* de candidatura dos três locais a Património da UNESCO, etnografias locais, brochuras turísticas), procurarei caracterizar as dinâmicas de valorização patrimonial e de exploração turísticas destes três contextos, amiudadamente controversas; os factos históricos, a memória local, os interesses estatais e a emotividade dos turistas nem sempre se encontram em sintonia.

Serão feitas, por fim, referências ao impacto do projecto “A Rota dos Escravos” (UNESCO) e às semelhanças e diferenças prevalecentes nos três contextos já mencionados.

A bordo do Cruzeiro às Colónias – uma perspectiva sobre o turismo colonial português

Maria Cardeira da Silva (FCHS-UNL / CRIA); Sandra Oliveira (FCSH)

Embarcando no Primeiro Cruzeiro de Férias às Colónias, promovido em 1935 pela Revista *O Mundo Português*, órgão da Sociedade de Propaganda Nacional, tentaremos encetar uma análise preliminar ao mundo do turismo colonial português. Acompanhando este cruzeiro demonstraremos que aí, tal como no que respeitou ao turismo continental, a relação entre turismo e propaganda durante o Estado Novo era indelével e a sincronização de iniciativas turísticas ou para-turísticas com a necessidade de afirmação internacional do território ultramarino – o tempo é de crise económica mundial após o *crash* de 1929, particularmente sentida nos territórios coloniais portugueses, produtores de matérias-primas – se torna evidente.

De forma ainda ensaística, procuramos nesta leitura da inauguração portuguesa do turismo colonial recuperar e articular os diferentes prismas da genealogia do turismo e da colonização ditos modernos: seja a génese do turismo associada ao Grand Tour, seja a análise do turismo como forma de imperialismo colonial, seja ainda o entendimento da relevância de organização do lazer e da juventude na primeira metade do século XX para a configuração das práticas turísticas modernas.

Para ilustrar essa convergência mostraremos como o 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias foi um ato decididamente colonial – uma viagem de soberania e sua exibição nacional e internacional com intuíto político de subordinação cultural e de angariação económica –, mas também como nele embarcaram todos os pressupostos da constituição da nação e da pedagogia do sujeito português moderno.

Narrativas de “raça” e sensualidade: (pós)colonialismo, identidade nacional e a construção do Brasil turístico

Octávio Sacramento (UTAD); Fernando Bessa Ribeiro (UTAD)

Na comunicação debatemos a constituição de uma composição de imagens do Brasil que, directa ou indirectamente, remete para noções de “raça”, exotismo e sensualidade, suscitando determinadas formas de imaginação, desejo e atracção turística à escala internacional. Consideramos, para tal, as narrativas coloniais e pós-coloniais – religiosas, históricas, etnográficas, literárias – com base nas quais a mestiçagem

e a carga sexual a ela associada emergem como expressões maiores da produção da identidade do país. Na análise destas narrativas prestamos particular atenção à figura da mulata enquanto ícone global da brasilidade e imagem central no processo de construção do Brasil turístico, que, importa sublinhar, se cruza com o percurso de definição da estrutura identitária nacional.

A ilha “encantada” do Rei Sebastião: exotismo e ecoturismo no litoral norte do Brasil

Madian de Jesus Frazão Pereira (Universidade Federal do Maranhão – BR)

A abordagem constitui-se numa tessitura sobre algumas questões desenvolvidas em minha tese de doutorado, por meio da qual busco apreender o processo de construções simbólicas sobre o patrimônio da Ilha dos Lençóis, uma ilha brasileira situada no litoral ocidental do Estado do Maranhão, que integra uma Unidade de Conservação denominada Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Chama-se a atenção para o fato de o imaginário sobre o lugar e seus habitantes, revestido da “encantaria sebastianista” (seu patrimônio cultural *par excellence*), e de um rico patrimônio natural (avifauna, manguezais, e dunas que cobrem 70% da ilha) serem arregimentados no discurso do ecoturismo. Esta ilha é considerada encantada, “misteriosa”, enquanto morada de El Rei Dom Sebastião, que se encontra “encantado” no mundo do fundo, referenciado como uma entidade do sincretismo religioso. Além disso, nessa pequena comunidade de pescadores artesanais, um alto índice de albinismo verificado na população suscitou várias interpretações imaginárias, seja no discurso de jornalistas, literatos e membros da cultura popular, seja no discurso dos empreendedores do setor turístico. Assim, procuro identificar como a categoria patrimônio, e especificamente a de patrimônio intangível, é levada a agregar valor ao mercado ecoturístico. Áreas protegidas são tomadas como um grande filão para o turismo; e se essas áreas são habitadas, o que era visto como exótico, primitivo, agora é renomeado como tradicional, dando novas adjetivações ao cenário da paisagem, e um conjunto de processos acaba sendo acionado, em busca, não raro, de um pretense “paraíso” escondido, resguardado, suscitando questões tão caras à abordagem antropológica.

P40 – Entre o aprender e o saber-fazer: Os «novos» na Antropologia

Coordenadores: Filipa Soares (FCSH-UNL/IELT); Joana Alcântara (IELT); João Edral

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 1, P 4

O conhecimento e a prática antropológica são constantemente (re)negociados, fruto não só da própria conjuntura em que se inscrevem, mas também dos olhares das novas gerações de antropólogos que dão os seus primeiros passos. Com base neste pressuposto, aquilo a que nos propomos neste painel consiste em refletir acerca da Antropologia contemporânea do ponto de vista dos jovens antropólogos.

Entre o aprender e o saber-fazer, pretendemos interrogar os primeiros passos da nossa antropologia. O que nos move e como nos movemos? Que temáticas e terrenos nos interessam? Como os abordamos? Será a nossa antropologia diferente daquela que nos precedeu, cujo referencial teórico serviu de molde à construção do nosso ethos profissional e académico? Que desafios, teóricos e metodológicos, se impõem, face a esse ethos e às próprias características sociais, económicas e culturais da contemporaneidade? A partir destas interrogações, este painel pretende ser um espaço de partilha e debate acerca do trabalho da(s) nova(s) geração(ões) de antropólogos, partindo de reflexões acerca dos respetivos works in progress.

Pessoa e sociedade: diálogos e desafios antropológicos

Patrícia Cristina Oliveira Rosa (Universidade Estadual Paulista – BR)

A presente pesquisa tem como tema central as diferentes concepções de pessoa no pensamento antropológico. Buscaremos problematizar o conceito de pessoa presente em Marcel Mauss com a discussão de Norbert Elias sobre indivíduo e sociedade, convergindo, dessa forma, para um alargamento da categoria antropológica, outrora proposta pelo etnólogo francês. A pesquisa de campo é realizada em um grupo de religiosas da Ordem de Santa Clara enclausuradas em um mosteiro localizado na cidade de Marília, região centro-oeste do Estado de São Paulo. Observando que o confinamento em uma instituição fechada suscita uma reconfiguração de relações, funções e papéis sociais, buscaremos compreender a construção da pessoa neste grupo e sua relação com a sociedade. Dessa forma, exploraremos a temática em questão

por meio da Antropologia Interpretativa proposta por Clifford Geertz, no intuito de contribuir com estudos para o campo das teorias antropológicas.

Parentesco e programas computacionais: outras possibilidades

Juliana Pereira Lima Caruso (*Ecole Pratique des Hautes Etudes – FR*)

Esta comunicação visa abordar o uso dos programas computacionais, especializados na análise de dados genealógicos assim como as novas possibilidades que estes recursos oferecem para os estudos da área do parentesco. Pretendo discutir sobre estas ferramentas a partir da minha experiência com esses programas em especial o Puck e a MaqPar que utilizo desde a minha pesquisa de mestrado até a atual de doutorado (na EPHE, financiado pela CAPES), na qual farei a análise das genealogias de moradores de três ilhas do Atlântico Sul. Atualmente, nos estudos de Antropologia do parentesco, os *softwares* permitem, a partir da construção e da análise das redes computacionais de parentesco, ampliar as perspectivas sobre as famílias, as trocas matrimoniais e as formas de organização social do parentesco que anteriormente eram dificilmente “visualizadas”. É interessante notar que a busca por programas computacionais na área do parentesco iniciou-se ainda nos anos 70, mas apenas no final do século XX e início do XXI foi possível criar programas que realmente dessem conta da complexidade das estruturas de parentesco. A cada genealogia estudada com o auxílio destes programas, mais questões surgem. Entre elas, aquela sobre a interpretação visual das redes de parentesco e a dos dados gerados pelos programas. Pretendo refletir também nesta comunicação como os *softwares* podem nos auxiliar assim como os papéis que essas novas ferramentas podem ocupar no campo do parentesco.

Da antropologia sem textos, ao texto da antropologia e à antropologia dos textos

Carolina V. Cardoso (*Université de Nanterre – FR*)

Desde a altura em que se debruçava primordialmente sobre as “sociedades sem escrita”, a antropologia tem vindo a transformar substancialmente as suas relações com o ‘texto’. Se, por um lado, com a pergunta-resposta de Geertz em 1973 – “O que fazem os antropólogos? Escrevem” – e com a obra paradigmática “Writing Culture”, ganha fôlego o processo de reconhecimento do carácter textual da própria atividade disciplinar; por outro, a inflexão do olhar do antropólogo sobre as sociedades ocidentais, globalizadas e contemporâneas, é a via que conduz a uma promoção do ‘texto’ – pelo menos, hipotética –, a objecto passível de escrutínio: vivemos, afinal, num mundo mediado por textos, onde escrita e a leitura são centrais para as instituições e relações sociais e culturais. Da produção à recepção, os textos dependem de relações entre sujeitos e obedecem a códigos específicos; são indispensáveis para as actividades quotidianas de trabalho ou lazer; estão, outrossim, intimamente implicados nas mudanças drásticas, ‘hipertextuais’, que ocorrem nas naturezas do conhecimento e da comunicação contemporâneas.

Pretende-se fazer uma resenha destas transformações e das várias vias de análise que elas inauguram – dos *Literacy Studies*, às etnografias da leitura, passando pela escola histórica francófona e pelos Estudos Culturais – tentando, paralelamente, idealizar alternativas a partir dos silêncios por elas deixados. Almeja-se, enfim, explorar caminhos possíveis para uma aproximação da antropologia ao ‘texto’, que vá para lá da auto-reflexividade, ou do emprego de técnicas tomadas de empréstimo à crítica literária para o exame de sistemas culturais, cuja textualidade não é senão metafórica.

Fazer da obra literária o «trabalho de campo»: conexões entre produzir conhecimentos e instituir realidades

Camila Pierobon (*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR*)

Neste trabalho, discuto a relação entre Antropologia e Literatura, entendendo-as como duas formas de experimentação do mundo que, *mutatis mutandis*, produzem conhecimentos e instituem realidades. Para elaborar a relação que proponho, se faz necessário ultrapassar as “teorias do reflexo” que orientaram parte das pesquisas literárias e sociais na primeira metade do Século XX, e entender a obra literária como um “lugar” que afeta o imaginário social e político, incidindo na vida cotidiana. Nesse sentido, mais do que pretender uma suposta objetividade nas análises, podemos entender a obra literária como “lugar” de possibilidade de pensamentos, ações e reinvenções que nos oferece novos temas e problemáticas de trabalho, abre novos espaços para a imaginação criativa, permite a criação de zonas de visibilidade do indizível e subverte sentidos fixos e verdades cristalizadas. A ideia deste texto é apresentar a possibilidade de produzir conhecimentos ao fazer da obra “ficcional” o nosso “trabalho de campo”. Desse modo, poderíamos analisar esses livros tratando-os, à maneira de Wolfgang Iser, “como se fossem realidades dadas”, o que provocaria um deslocamento da oposição entre ficção e realidade. Ao fazer dos livros nosso “trabalho

de campo” ficaria aberta a possibilidade levantar questões a partir das histórias narradas, sendo possível estudar a trajetória dos “atores” presentes nos livros e entender como os diversos elementos instituem realidades e assumem funções específicas na trama da obra. Para realizar essa tarefa, faço do livro “A Especulação Imobiliária” (1957) de Italo Calvino o “lugar” onde realizo o meu “trabalho de campo”.

Fotografia e Memória. A Guerra Colonial e a circulação da lembrança

Susana Gaspar Pereira (FCSH-UNL)

A fotografia, vista como um meio auxiliar no acto da lembrança, associada à paragem no tempo e à perpetuação do mesmo, leva-nos a pensar acerca de como esse acto é realizado, como determinadas imagens contribuem para a formação da nossa memória, e como a nossa memória é moldada pela existência dessas imagens e não de outras. O modo como recordamos essas fotografias está inserido no momento presente. Passado e presente estão interligados, não existe nenhum olhar para o passado que não esteja condicionado pelo modo como vemos no presente.

É precisamente essa relação entre presente e passado que leva a uma reflexão acerca das novas formas de visualização e uso de fotografias. A pesquisa que estou a desenvolver tem como base a circulação de fotografias de guerra *online*, concretamente fotografias da guerra colonial tiradas por ex-combatentes e colocadas em *blogs* criados pelos mesmos. O que nos diz esta nova forma de lembrar, de (re)criar memória? Que papel desempenham as fotografias partilhadas por estes ex-combatentes? O que surge dessa partilha?

Ao entrar em contacto com esta realidade pretende-se, com esta pesquisa, perceber como as fotografias (re)constróem memória, como essa memória é moldada pelo facto de estas fotografias hoje, ao contrário de serem estáticas e privadas, arrumadas em álbuns, serem sim dinâmicas e públicas. A esfera privada torna-se pública, a memória pessoal torna-se colectiva, ao mesmo tempo que a materialidade da fotografia se torna fluida e facilmente partilhável.

Esperanto: uma “Nação Virtual”?

Inês Godinho (FCSH-UNL)

Partindo do ‘Esperantismo’ como movimento colectivo contra-hegemónico, insurgente num panorama histórico de afirmação e construção das identificações e imaginações nacionais (final do século XIX), e configurando-o, na actualidade, como comunidade de cooperação e interajuda transnacional, desterritorializada, itinerante e imaginada como ilimitada, questiona-se, a partir do contexto português, a vivência quotidiana de uma expressão linguística, congenitamente neutra – de pretensões totalizantes –, tornada de afectos – por comportar em si um outro mundo, o ‘idealizado’, e pela penetração, em certos casos, nos níveis familiar/doméstico –, e contingentemente comprometida/intra-identificadora – porque minoritária. Visando uma abordagem processual e localizada, apresenta-se uma investigação em curso, resultado de um trabalho de terreno descontínuo de cerca de um ano, com esperantistas portugueses/as: sócios/as (e/ou frequentadores/as da sede) da Portugala Esperanto-Asocio (PEA), utilizadores/as de um *site* de aprendizagem e intercâmbio linguístico (Lernu!), inscritos/as na *mailing list* da PEA, membros dos grupos ‘Esperanto’, e ‘Portugala Esperanto-Asocio’ do Facebook, e professores e alunos/as do curso de Esperanto da Universidade da Terceira Idade do Barreiro (UTIB).

A Festa de Santo Estevão em Ousilhão e seus agentes – Políticas Culturais e o Poder Local num contexto de mundialização cultural

Fernando Camponês (UNL)

A presente comunicação procura então perceber a importância dos agentes socioculturais (notáveis locais, cientistas sociais, associações locais, *media*, juntas e autarquias), que têm constituído papel fulcral nas novas dinâmicas das Festas do Ciclo de Inverno dos Doze Dias do Nordeste transmontano, colocando-se localmente como mediadores entre escalas.

Olhar para tais agentes é reflectir sobre a natureza da constituição de tais festas, problematizando os trânsitos entre centro e periferia, global e local, isto é, as entidades que (re)constróem, regulam e reivindicam a “tradição” que foi ganhando novos contornos. Cruzam o edifício social não só estes agentes, mas também os meios pelos quais perpetuam as respectivas festividades, a saber: (1) as políticas culturais (sobretudo as ligadas à preservação do património material e imaterial), e (2) relações de poder local que surgem como um lugar onde se cruzam múltiplos acontecimentos, e múltiplos protagonistas onde se cruzam então identidades e estratégias (Felizes, 2005:7), uma vez que a cultura local se assume, configura e desenvolve em vários planos articulados (Silva, 1994).

Memórias da Tecnificação Doméstica: Três Gerações em Narrativa

Constança Pacheco de Amorim Vieira de Andrade (ISCTE-IUL / CRIA)

Os objectivos traçados para a investigação são:

1. Registar a introdução e difusão de equipamentos técnicos de origem industrial no meio doméstico urbano.
2. Avaliar o impacto de bens tecnológicos nos espaços de vivência pessoal e familiar, fixando a narrativa actual dos seus protagonistas. Ter sido a pessoa ou família a possuir dos primeiros carros, rádios ou televisões ou qualquer outro aparelho tecnológico causa prestígio que perdura no tempo. Perceber qual o equilíbrio entre os significados simbólico e funcional dos objectos tecnológicos de consumo domésticos e se a posse de objectos tecnológicos legitimou valências e validades individuais são questões que aqui se levantam.
3. Perceber como a tecnificação do lar participou na redefinição das relações de género.
4. Determinar alterações nas noções de tempo e de espaço induzidas pela tecnificação. Um dos muitos exemplos é o da morfologia e localização da arca frigorífica: o seu nome, “arca”, advém da semelhança funcional e de aparência com as arcas onde se guarda(va)m víveres de consumo a longo prazo, como carnes e cereais. A arca frigorífica horizontal passou da cave, dado o acesso pontual, para a cozinha ou despensa. Adquiriu então um formato vertical, com o interior organizado e similar ao do frigorífico até chegar ao modelo actual de incorporação no frigorífico para não ocupar espaço em casas e apartamentos com áreas reduzidas.
5. Contribuir para a biografia cultural de objectos tecnológicos.

Os resultados conseguidos no trabalho de terreno já efectuado são expostos e colocados a debate (20 entrevistas, 10 informantes).

Proposta de uma antropologia feminista da prisão para o estudo dos regimes penitenciários em contextos prisionais femininos

Vera Silva (UC)

Esta comunicação apresenta justificações teóricas para a pertinência de uma antropologia feminista da prisão no contexto português, uma antropologia interventiva, inspirada nas metodologias feministas para questionar as políticas que (re)produzem a prisão e para dar visibilidade às mulheres reclusas. Este posicionamento teórico e metodológico constitui a base para a investigação das representações sociais e culturais de feminino e de feminilidade, patentes nas ideologias dos sistemas penitenciários, e de como estas se manifestam nas políticas e práticas prisionais das prisões femininas na actualidade em Portugal.

Assim, serão apresentadas as possibilidades analíticas da antropologia no estudo desta temática, através da análise de várias etnografias em contextos prisionais femininos. Em seguimento será realizado um enquadramento teórico da antropologia feminista e o cruzamento desta com teorias feministas pós-estruturalistas, que objectiva a busca de ferramentas e estratégias epistemológicas e metodológicas.

Por fim, serão apresentados os resultados do estudo exploratório que realizei sobre o “Sistema Penitenciário no Feminino no Contexto Português”, onde foi verificada a permanência de um sistema estratificado de diferenciação sexual, reprodutor de representações e discursos de feminino e feminilidade que se reflectem nas várias dimensões sociais e culturais e nas prisões femininas. O que justifica a pertinência e a urgência de uma antropologia feminista, no referido contexto, proposta por esta investigação, que objectiva o estudo destas representações e discursos patentes nos regimes penitenciários e nos dispositivos de regulação, controlo e disciplina formais e informais das prisões femininas, e, que procura em simultâneo, (re)inscrever as agências e resistências das mulheres submetidas à reclusão.

Vigílias de Oração nos Montes: liminaridades carismáticas do Brasil em Portugal

James de Souza Feitosa (Universidade Estadual Paulista – BR)

Esta investigação é parte de uma outra que está em andamento no Brasil. Tem como objeto as vigílias de oração nos montes por parte de carismáticos católicos em Portugal. O fenómeno no Brasil vem sendo interpretado como práticas religiosas resultantes de situações e performances liminares, próprias de uma contemporaneidade que é marcada por processos de globalização e surgidas por tensões entre o tradicional e o novo, em que se ressignificam e se reinterpretam aspectos presentes no campo religioso. Sabe-se que a religião é um universal cultural, mas sua vivência e forma têm diferentes expressões em cada cultura. Nesse sentido, visando uma perspectiva comparativa com o caso brasileiro, esta pesquisa terá

como objetivo central observar e discutir como os carismáticos católicos portugueses vivenciam sua fé considerando as influências da globalização para, em seguida, fazermos comparações entre os dois países. Ademais, propomo-nos tentar identificar a presença ou ausência de situações liminares e a existência ou não de pontos de tensões no universo carismático português.

Ocupações indígenas na cidade de Manaus – Amazonas (Brasil): o caso do Bairro dos Povos indígenas

Adan Richard Moreira Martins (Universidade Federal do Amazonas – BR); Priscila Nascimento (Universidade do Estado do Amazonas – BR)

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, está situada na região norte do território brasileiro e tem como uma de suas principais características populacionais ser composta por diferentes grupos indígenas, oriundos de distintos contextos e experiências. A cidade é um espaço em disputa e, neste contexto, a presença indígena constantemente se manifesta enquanto luta organizada, pois é através de processos de luta que os indígenas têm conseguido permanecer e se apropriar dos espaços da cidade. Neste sentido, apresentaremos algumas reflexões sobre um trabalho de campo que está sendo realizado em uma ocupação indígena localizada no perímetro urbano, o Bairro dos Povos Indígenas, ocupação esta habitada por cinco diferentes grupos. Buscamos compreender suas estratégias de organização e gestão territorial, bem como os vínculos que os mesmos estabelecem com outras organizações sociais. A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa de ação participativa (PAP), que permite coletivizar e vincular todas as fases do processo de pesquisa ao caráter coletivo da luta indígena.

P41 – Crise e mudança de modos de vida

Coordenadoras: Antónia Pedroso de Lima (ISCTE-IUL / CRIA); Catarina Fróis (CRIA)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 1, P 4

Debatedora: Susana Narotzky (Universidad de Barcelona – ES)

Os chamados países ‘periféricos’ da Europa estão a passar por uma crise sem precedentes. A estagnação económica e contenção dos serviços de bem-estar têm acelerado um processo de empobrecimento e espoliação de uma parte significativa da população. No entanto, o que sabemos sobre as maneiras em que as pessoas se estão a adaptar, nas suas vidas quotidianas, a este novo contexto? Como é que os grupos subalternos estão a enfrentar e a fazer sentido do fato de que a promessa de prosperidade individual se estar a desvanecer? Este painel convida os antropólogos para analisar as transformações actuais nos discursos e práticas de subsistência para pensar as mudanças mais amplas nas macroestruturas económicas e políticas.

Convidamos a apresentação de comunicações que explorem a actual conjuntura nos seguintes ângulos: de que maneira práticas de subsistência observáveis diferem das expectativas, realizadas no passado? Que tipos de contradições se produzem e como é que as pessoas lhes atribuem sentido? Como é que essas práticas se afastam do modelo neoliberal e em que medida desafiam as análises gerais da crise? Será que essas mudanças conduzem a formas de contestação política? Que alternativas se estão a constituir? E em que medida alteram modos de vida e afectam o sistema numa perspectiva mais global?

Cuidado informal e Estado Providência em tempos de crises: Modos de vida em mudança em Portugal

Antónia Pedroso de Lima (ISCTE-IUL / CRIA)

As ciências sociais têm utilizado o conceito de cuidado para abordar o tratamento de situações de privação por vias que incluem a provisão do Estado aos cidadãos. Porém, na existência relacional quotidiana, cuidado é referido para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência. Nesta comunicação irei discutir diferentes dimensões do cuidado. Portugal atravessa uma situação de crise económica e social (índices crescentes de desemprego, baixos rendimentos familiares, população imigrante significativa, população idosa) que aumenta a pressão sobre os serviços sociais. Para fazer face à actual falência dos Estados Providência e confrontadas com a diminuição da capacidade dos sistemas estatais de cuidado continuarem a providenciar este apoio, as pessoas (re)tomam vias informais para lidar com situações de carência. Este “estado de emergência” estimula a criatividade e a inovação, não só na esfera económica mas também social e moral. A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do “cuidado”

e do bem comum, torna-se central e factor de sustentabilidade tanto a nível económico (provido a pessoas necessitadas) como emocional (bem-estar). A visão não-economicista que a antropologia nos dá sobre o cuidado põe a descoberto formas de socialidade que instigam a repensar as políticas públicas. As relações interpessoais e as relações motivadas por sentimentos e ideais de bem geral são portanto centrais para a reprodução do futuro do sistema social mundial de mercado económico global em que vivemos.

Contributo para uma leitura antropológica sobre as estratégias de luta contra a pobreza de quatro famílias do Concelho de Sesimbra

Conceição Barroqueiro (Câmara Municipal de Sesimbra)

A representação mais comum da pobreza é ainda, em larga medida, a de indivíduos com carências de vários teor, nomeadamente ao nível da angariação dos recursos suficientes, para fazer face à sobrevivência.

Neste estudo, foi nossa aspiração, conhecer, recensear e analisar algumas das estratégias a que algumas famílias (do concelho de Sesimbra), deitam mão, no sentido de conseguirem complementar os rendimentos que auferem por via do trabalho formal, para melhorarem a sua vida.

O recurso à prática do biscate faz já parte da cultura portuguesa, sendo, portanto, com alguma passividade que por vezes se olha para este facto, isto é, sem por vezes se questionar o porquê da sua prática. O ser capaz de fazer um pouco de tudo, assim a situação o obriga; o desenrasque, para melhor se poder viver, faz parte de um modo de ser e de estar na vida bem próprio dos portugueses, habituados à «lei» do quem não tem cão, caça com(o) gato.

Da nossa observação das atividades económicas exercidas no domínio do sector informal, salientaram-se aquelas relacionadas com a exploração na área da economia local, expressando-se dessa forma, saberes e práticas adequadas à melhor exploração do meio.

Com esta pesquisa procurou apreciar-se o valor das estratégias utilizadas pelas famílias e a sua real efetividade no que se reporta à melhoria e alteração dos seus modos de vida (de pobreza).

Ecoaldeias: práticas de cuidado e estilos de vida sustentáveis em contexto de crise(s)

Cristiana Vale Pires (ISCTE-IUL); Antónia Pedroso de Lima (ISCTE-IUL / CRIA)

O movimento social das ecoaldeias tem-se expandido um pouco por todo o mundo, principalmente num contexto de crise(s) em que as pessoas procuram alternativas profissionais, de autossuficiência e/ou de intervenção política. A apresentação proposta baseia-se numa investigação antropológica realizada entre 2010 e 2012, que se materializou na tese de mestrado “Ecoaldeias: construindo alternativas” e está integrada no projeto financiado pela FCT “O cuidado como fator de sustentabilidade”. Este movimento foi analisado tendo como casos empíricos de referência a Global Ecovillage Network (rede transnacional constituída por ecoaldeias), e as ecoaldeias Tamera (ecoaldeia rural) e Los Angeles Ecovillage (ecoaldeia urbana).

Através destes exemplos argumenta-se que as ecoaldeias são contextos onde os níveis local e global estão em contante articulação e se potenciam mutuamente. Apesar da partilha de valores, cada ecoaldeia tem a sua própria idiossincrasia por depender de fatores económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais locais. Não deve ser considerado um movimento *back to the roots* pelo uso que faz dos sistemas comunicacionais e informacionais e pelo recurso e desenvolvimento de novas tecnologias e inovações na área das energias renováveis, água e solo.

Argumentamos ainda que as ecoaldeias se constroem enquanto espaços de cuidado para com o ser humano, o mundo e o Ambiente. Algumas das suas práticas e propostas podem ser entendidas como formas de inovação social, estando em vários aspetos na vanguarda da mudança social. Assim, podem funcionar como laboratórios, experimentando possibilidades para florescer dentro dos limites ecológicos e de superação das crises económicas, sociais, ambientais em que vivemos.

A adaptação dos valores no contexto da nova emigração – emigrar ou procurar novas oportunidades, Portugueses em Munique

Lídia Cordeiro (ISCTE-IUL)

O novo contexto da crise social e económica, veio reavivar os grandes fluxos migratórios de Portugal para o estrangeiro, que nos anos 60 e 70 criaram grandes comunidades Portuguesas em diversos países. 50 anos mais tarde, instalou-se em Portugal uma crise económica sem precedentes que trouxe um novo significado e objectivo à, agora chamada, “saída do país”, o de manter os bens, ou simplesmente ter uma oportunidade de trabalhar na sua área. Com base num trabalho de campo em curso com Portugueses re-

centemente chegados à cidade de Munique na Alemanha. Aqui, encontram-se diversos tipos de emigrantes, que nos permitem descobrir as diferentes percepções daquilo que é a saída do país, para uns, ou emigração para outros (qualificada vs. não-qualificada). Com a análise destas características nesta nova forma de procurar a qualidade e nível de vida que o próprio país não permite. Pretende-se analisar e comparar as seguintes questões: Qual o perfil deste novo emigrante qualificado e o que o leva a sair de sua casa e ficar longe dos seus? Quais são os objectivos pessoais e profissionais? Os valores existentes e adquiridos após a mudança? Como encara a sua relação com Portugal, os seus amigos, a sua família, a comunidade portuguesa, o seu país de acolhimento?

Tendo como ponto fulcral a emigração qualificada – existindo uma base de apoio para esta comparação, a comunidade que acolhe novos emigrantes –, pretende dar resposta a estas questões dando especial atenção à adaptação de um grupo a uma realidade desconhecida, tendo como apoio.

Assistencialismo e cuidado informal: mercados privados de cuidado como veículos de sustentabilidade e ressocialização em contextos de privação

Fernanda Oliveira

Estudo focado nas relações feitas de redes privadas de entreeajuda, onde imperam ideários de direitos, deveres e solidariedade, sendo aquelas instrumentos fundamentais de ressocialização e de sustentabilidade em contextos de privação económica, afectiva, funcional e multi-deficitária. A um nível ulterior, considera-se pertinente avaliar e desenvolver um plano de trabalho, um projecto de pesquisa, que venha a analisar de que forma esses mecanismos são signatários de mudança social em contextos de crise, ou ainda, se acrescentando formas inovadoras de troca material e moral, se instrumentalizariam novos modelos de activismo social.

Resignar, desaparecer, fugir ou lutar? Estratégias de sobrevivência dos refugiados em Portugal

Cristina Santinho (ISCTE)

As recentes alterações à lei provocaram uma fragilização ainda mais acentuada, nas vidas dos refugiados. O desemprego, a redução dos frugais subsídios e o envio dos requerentes de asilo, por parte da Segurança Social, para municípios localizados longe do distrito de Lisboa, agudizam, ainda mais, a precariedade das suas vidas. Perante esta situação, que estratégias de sobrevivência e resiliência encontram os refugiados, quando falham todos os apoios institucionais e sociais? A solidariedade e interajuda entre pares, ainda é um recurso, quando todos os outros falham? Ou a solução passa por vias mais radicais, como a fuga para países onde passarão a trabalhar clandestinamente, sujeitando-se à condição de “ilegalidade” imposta e, consequente, perseguição e risco de expulsão da UE? Ou será que apenas lhes resta uma vida sujeita à “caridade”, materializada através das cantinas sociais e albergues para sem-abrigo? Muitos refugiados, em particular os que se encontram profundamente traumatizados, acabam por desaparecer, sendo praticamente impossível encontrar o seu rasto. Mas também há aqueles que decidem organizar-se através da criação de estruturas associativas e, a partir daí, lutar pelos seus direitos e por uma maior visibilidade social e política. Assistimos pois ao que Fassin se refere como sendo o oscilar entre políticas e atitudes sociais de “compaixão” e “repressão”. Também se aplica a estas realidades o conceito de “*governmentality*” (Foucault, 1991), tendo em conta que cada vez mais, as instituições, através das suas atitudes, passam a tomar as populações mais frágeis, como objectos.

Efeitos colaterais da expansão da educação pública em comunidades «em desenvolvimento»

Marcello Sorrentino (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – BR)

Esta apresentação levanta questões acerca do papel da educação formal em contextos de rápida transformação social. O caso aqui oferecido é o de Guaribas, um vilarejo de 2.000 agricultores no sertão do Piauí que foi selecionado em 2003 pelo Programa Fome Zero como comunidade-piloto e “laboratório de desenvolvimento” de suas políticas públicas.

A expansão da educação foi um dos eixos centrais do programa para a transferência de “tecnologia social”. As formas de saber da educação formal tomaram um significado análogo ao de “desenvolvimento” em Guaribas, sendo equacionados à modernidade e aos estilos de vida urbana geralmente cobigados por populações camponesas estigmatizadas por seu “ruralismo provinciano”. A qualificação educacional traduziu-se em capital cultural, conferindo àqueles que são versados em seus atributos um status superior no vilarejo, bem como a sua ausência foi sendo associada a um passado de “ignorância” e “rusticidade”.

Novos modelos de carreira, disseminados pela educação formal, contribuíram para a emergência de conflitos intergeracionais no vilarejo. Não só alargou-se o hiato entre os desejos e sonhos diversos das diferentes gerações, mas inverteu-se também o fluxo tradicional da passagem de conhecimento e autoridade, sendo o saber (escolar) dos mais jovens mais valorizado do que o saber dos mais velhos. Portanto, não é produtivo reduzir o significado da educação pública a uma função automaticamente positiva de capacitação uma vez que seu avanço potencialmente demove sistemas nativos de conhecimento, intensifica o conflito intergeracional e molda desejos e aspirações que, frequentemente, não estão em consonância com as possibilidades reais das populações locais.

Migrações Friccionais entre Portugal e Brasil: análise transnacional dos fluxos contemporâneos após a crise financeira de 2008

João Coimbra Oliveira (FCSH-UNL)

As mudanças socioeconómicas que ocorrem na travessia actual dos migrantes e nos países envolvidos são reconfiguradas pela actual crise mundial (NIJKAMP & POOT 2012). A crise económica e financeira iniciada em 2008 e os seus efeitos no mercado de trabalho (PEIXOTO & IORIO 2011), poderá ser analisada como uma crise estrutural de longa duração (WALLERSTEIN 2011), com origens sistémicas, iniciadas em 1970 e com condições geoeconómicas de fortalecimento do neoliberalismo através de “crises sustentadas” (ONG 2007). Destaca-se o contraste entre o período de “*rising tide*”, no pós-guerra da segunda guerra mundial, caracterizado como os “gloriosos trinta anos”, que beneficiou uma larga maioria de países e o período actual de “*ebb tide*”, que caracteriza a crise económica global, com particular incidência nas populações da Europa do Sul, derivado da agenda da UE, assente em políticas de austeridade. Pretende-se, em primeiro lugar, agregar as dimensões subjectivas e as condições objectivas dos trajectos migratórios, mesmo que não lineares e sujeitas a fricções, na globalização contemporânea (TSING 2005).

P42 – Creativity and improvisation in contemporary religious experience

Coordenadoras: Eugenia Roussou (FCSH-UNL / CRIA); Clara Saraiva (IICT/CRIA-UNL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Auditório AA, AAUTAD

Creativity has been defined as an ‘activity that produces something new through the recombination and transformation of existing cultural practices or forms’ (Liep 2001: 2). This panel proposes to explore the ethnographic and theoretical polyphony of creative transformations, novel challenges, and reflexive transitions that the anthropologists/ anthropology of religion have to face at present. Drawing on the idea that creativity and improvisation constitute an inherent part of social and cultural life (Hallam and Ingold 2007), we call for papers that focus ethnographically on the creativity of religious experience. Our aim is to bring together analyses that, with the concept of religious creativity and improvisation as a starting point, will cast a reflexive gaze at the contrapuntal relationship between anthropology as (ethnographic) practice and anthropology as (academic) discipline, in an attempt to provide an answer to the question whether the anthropology of religion is in counterpoint.

A luta contra a intolerância religiosa no Rio de Janeiro (Brasil) como forma de legitimação política de grupos religiosos de matriz afro-brasileira (candomblé e umbanda)

Ana Paula Mendes de Miranda (Universidade Federal Fluminense – BR); Roberta Corrêa (Universidade Federal Fluminense – BR)

Historicamente no Brasil as manifestações religiosas de matriz afro-brasileira foram invisibilizadas, seja a partir da repressão dos órgãos estatais nas décadas de 1930 a 1950, seja a partir da expansão do neopentecostalismo a partir da década de 1980, provocando reconfigurações no campo religioso e político. O trabalho analisará como o ressurgimento de uma controvérsia pública sobre formas de manifestação da intolerância religiosa ressurge, a partir de 2008, no Rio de Janeiro, trazendo à tona conflitos que envolvem principalmente candomblecistas, umbandistas e evangélicos neopentecostais. Tais conflitos resultaram numa situação inédita que foi a organização política de diferentes grupos religiosos do candomblé e da umbanda na Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, que busca identificar casos de violação da liberdade de expressão e promover assistência jurídica aos religiosos, bem como difundir através da mídia

e de uma grande manifestação pública anual na Praia de Copacabana (Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa).

Pretende-se discutir como a visibilização dos chamados casos de intolerância religiosa têm ressignificado as relações entre os grupos religiosos de matriz afro-brasileira e órgãos estatais, tais como a polícia, a justiça e órgãos do poder executivo. Nesse sentido, é possível destacar que os conflitos identificados no Rio de Janeiro permitem evidenciar uma reconfiguração das disputas entre diferentes religiões por um espaço político na esfera pública. Não se tratando de um processo de laicização do Estado, mas sim de processos de reconhecimento das demandas dos grupos religiosos minoritários anteriormente excluídos do campo político como atores dignos de manifestar suas crenças.

Rubem Alves e a estética da existência: experiência religiosa e fabulação literária

Anaxsuell Fernando Silva (Universidade Estadual de Maringá – BR)

Nesta comunicação serão abordados os desafios que se apresentaram na investigação sobre a trajetória biográfica de Rubem Alves (1933-), teólogo, escritor e educador brasileiro. Nela buscamos evidenciar, com auxílio teórico-metodológico e epistemológico da Antropologia, as “tramas afetivas” que permitem a emergência de três dimensões fundamentais da sua vida e obra: teologia, ciência e arte. Interessa-nos além da sua imensa produção bibliográfica, a relação dessas com sua atividade criadora ao longo da sua existência. O objetivo é compor sua trajetória de vida a partir, tanto da sua própria narrativa, quanto por meio de entrevistas com ele próprio e relatos pessoais de pessoas próximas a ele. Este trabalho é, pois, parte da tentativa de etnografar uma experiência, isto é, tecer uma narrativa que articule os relatos históricos e documentais com os relatos afetivos. Compreendemos, assim como Paul Ricoeur que o imaginário representa ponto nodal para a construção da história, pois para relacionar o tempo vivido ao tempo do mundo seria necessário construir conectores para manejar essa relação. Aos conectores seria assegurada a virtude de tornarem o tempo legível aos olhos humanos. Nesse sentido, história e ficção, ambas matrizes de pensamento recorrem às mediações imaginárias na refiguração do tempo. Assim, consideramos a capacidade do pesquisado de fabular por meio da literatura um elemento primordial na constituição do trabalho investigativo.

An ethnographer's dilemma: investigating religious creativity in Lisbon

Eugenia Roussou (FCSH-UNL / CRIA)

Based on current field research among practitioners of alternative forms of spirituality in Lisbon, the aim of this paper is two-fold. First, I want to explore the creative ways in which people in Lisbon practise their spirituality by incorporating religious ideas, objects, and discourses in their spiritual performances, challenging the alleged antithesis between religion and spirituality. I aim to show how, through the innovative manner with which these practitioners of alternative spirituality handle themselves during their everyday lives, they ultimately contribute to the transformation of contemporary Portuguese religiosity at a greater level.

My second aim is to pay attention to the diverse and conflicting, yet methodologically innovative, dilemmas the anthropologist has to face in the field, and how these result in a theoretical and analytic confrontation with the discipline of anthropology itself. Drawing on a request made by one of my informants during fieldwork, I will describe how this incident challenged my perception of epistemology in anthropology, raising more general questions about the anthropologist's relation with his/her own discipline, and how it helped me approach my own reflexivity more creatively.

Religion, death and caring in the diaspora: African migrants in Portugal

Clara Saraiva (IICT / CRIA-UNL); Roberta Corrêa (Universidade Federal Fluminense – BR)

ÈIn spite of the interest that the recent status of Portugal as an immigration country arises, some important issues dealing with immigrant's states of suffering and death, have hardly been dealt with. How do immigrants perceive death and dying and incorporate them in their religious conceptualizations of the diaspora? For immigrants, death is a reality that often conditions the relation with the home country. Death is thus here looked upon as a process, which involves specific emotional states and triggers the use of rituals in order to cope with the unavoidable distress, acquiring more complicated aspects when away from home. Using as case study the example of immigrants from Guinea-Bissau and Cape Verde in Portugal, this paper will deal with the multiple levels that death touches upon, from the symbolic and religious ones to the more practical ones. Death is one realm in which a transnational approach is mandatory; it entails an intense circulation of material goods and wealth, but also of highly symbolic significant universes which circulate

along with the goods and the people: the corpse, but also the spirits and the relations with the other world that people brought along into the diaspora situation.

Creating handmade wands as serious leisure among witches in deviantART

Hili Ratzon (Ben-Gurion University of the Negev – IL)

Many contemporary Pagan and Wiccan artists choose to use wands as a tool in their religious rituals. This study examines the attributes of the wands, the characteristics of their creators and their reception among the viewers who comment on the creation.

Social networks allow users to create profiles, upload content and share with other users (Miah, 2011). Creating wands can be considered as a leisure activity which fits the definition of serious leisure: The person who participates in the leisure activity as a hobbyist experiences it as interesting, as fulfilling and as one that can be turned into a career in the future (Stebbins, 2009).

The research method used in this study was content analysis of the 16 hobbyist artists: examine the attributes of the wands by using the artists' explanations on the artwork, the pictures of the wands and the viewers' comments. Most of the artists are female and live in the USA.

According to the findings of this study, almost all artists are either Pagan or Wiccan and are dealing with witchcraft. The artists put a lot of effort in the creation of the wands and try to improve their skills.

Conclusions of this study are that the creation process of the wands is meaningful to the artist and that creativity fills an important role in construction of their religious identity. This activity fits into the frame of serious leisure as the artists get opportunity to turn their hobby into a career by following requests from their viewers.

P43 – Territorialidade, propriedade e posse da terra

Coordenadores: Ana Luísa Micaelo (ICS-UL); Elísio Jossias (ICS-UL)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 3, P 2

Debatadora: Susana Viegas (ICS-UL)

Tendo em conta a reformulação que o tema tem sofrido na antropologia nas últimas décadas, pretendemos problematizar teoricamente o conceito de propriedade, por um lado, porque ele tem sido associado erroneamente à ideia de propriedade privada, individual e exclusiva – omitindo assim a disputa que vai existindo em torno da sua natureza – e, por outro, dado que este conceito não tem permitido dar conta da diversidade de formas locais de apropriação, posse e legitimação do uso da terra nos mais diversos contextos.

O painel está aberto à apresentação de reflexões etnográficas realizadas a partir de diversos contextos regionais, possibilitando assim o alargamento do debate comparativo. Interessa-nos debater, designadamente: a) a diversidade de modalidades de posse e ocupação da terra e as formas particulares pelas quais vários regimes de valor são articulados; b) a terra como recurso de vida, de pertença e de identidade; c) processos sociais de reivindicação de terra que impliquem a identificação ou demarcação de terras; d) mudanças que se observam nos sistemas de posse e usos da terra em decorrência de processos políticos, económicos e sociais, sejam eles de escala local, nacional ou global; e e) a apropriação dos recursos naturais e sua relação com as estratégias de subsistência, concepções de parentesco, religião ou outras.

«Aqui é o Gerais. Quando criou esse parque que criou esse Sertão»: uso da terra no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Brasil

Carmen Andriolli (Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

'Gerais' e 'Sertão' são categorias nativas e remetem a dois tempos distintos: o tempo de ontem, o tempo do "movimento", da "fartura" e da "liberdade" e o de hoje, o tempo do "viver apertado", do "viver do compra" e de "ter que pedir permissão". Tempos que se mostravam imbricados e que ilustravam o processo pelo qual passavam os sertanejos de certa região do Brasil. Para esse grupo social, 'Gerais' são largas extensões de terra que se constituem como áreas de uso comum. A categoria nativa 'Gerais' remete a um local onde o gado é criado 'na solta', sem cercas, formando-se como uma área de uso comum para aquele grupo que compartilhava normas regidas pela moral camponesa. Muito embora essa terra fosse regido

por uma lei própria desses camponeses, foi tomada pelo Estado, que, ao seu olhar, viu ali uma terra vazia, sem gente e, a partir disso, lhe atribuiu outro significado: em nome do bem comum, da proteção da natureza aquele território foi configurado como área de preservação. Ali foi instituído o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, área que passou a ser cercada, bem como regida por outras leis: a do direito positivo. Essa nova forma de definir o uso da terra, que fez dos ‘Gerais’ o ‘Sertão’, trouxe proibições para esses sertanejos sobre o uso da terra, como não poder labutá-la, tampouco habitá-la.

Usos e desusos das terras de Tourém

Diego Amoedo (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Em Tourém – aldeia portuguesa fronteiriça do Alto Barroso – assistimos, ao longo do século XX, a toda uma série de transformações na terra, que definem a territorialidade, entendida segundo Pietrafesa de Godoi, como o processo de construção dos espaços de vida das pessoas.

Na primeira metade do século XX algumas terras comunais foram entregues a “particulares” para semearem “batata de semente”. Atualmente, esses mesmos terrenos, nomeados de lameiros, são usados para cultivar feno para as vacas.

Deparamo-nos também com momentos sócio-políticos diferenciados que implicaram na concentração de terras em mãos de uma minoria em contraposição aos tempos em que a maioria das famílias vivia da agricultura, como diz Bourdieu (2004) ao passo de um mundo fechado (agricultura familiar) para um universo infinito, revelado pelos mercados e pela emigração. Diante disso, questionamos: com a irrupção do capital proveniente dos emigrantes a dinâmica e aparência da aldeia mudaram?

Hoje, as terras próximas à aldeia estão à monte, o que significa que há uma grande disponibilidade de terras para os agricultores, tendo a possibilidade de escolher os terrenos que querem cultivar. “Levam terrenos” em função da superfície, qualidade e possibilidade de acesso, assim como, possibilidade de utilização de maquinários agrícolas, como tratores ou enfardadeiras, hoje, indispensáveis para o trabalho agrícola.

Por fim, pretendemos com esta comunicação, abordar as territorialidades e as transformações sócio-territoriais através dos usos e desusos na(s) terra(s) de Tourém. Nesse sentido, uma terra pensada não apenas num sentido produtivista, mas como espaço de vida e da vida de seus habitantes.

Memórias de um outro Alentejo: visões da comunidade e da propriedade rural do Sul durante o Estado Novo

Ricardo Moreira (ICS-UL)

Em 1971 José Cutileiro apresentava o Alentejo como uma sociedade rural profundamente hierarquizada, num regime de posse de terra no qual o potencial produtivo se encontrava nas mãos de um grupo muito restrito de grandes proprietários, muitos deles vivendo fora da região. A grande massa populacional era composta por trabalhadores sem terra nem meios de produção, vivendo precariamente na dependência política de proprietários e lavradores, e sob a alçada do sistema de patrocinato, que complementava a parca assistência pública através das trocas de favores e de formas de protecção social ancoradas no apadrinhamento.

Uma etnografia recentemente desenvolvida na região do Redondo permite rever este modelo com base num conjunto de narrativas pessoais e familiares, que dão conta do modo como a terra e o trabalho eram aí vividos na primeira metade do século XX, e de como trabalhadores e proprietários produziram uma economia local com base na exploração colectiva. A identidade de “linhagem” fortemente associada à terra e ao trabalho, o papel das sociedades familiares e a importância local dos arrendamentos, explicam como a tecnologia agrícola tradicional e as formas locais do trabalho se associaram à política agrária do Estado Novo para criarem um regime de propriedade, pertença e exploração com profundo impacto económico e demográfico.

Apesar de reflectirem o contraste entre a actualidade e uma época de juventude já distante, as narrativas de nostalgia dos mais velhos habitantes locais não deixam de traduzir uma memória de esperança e prosperidade colectiva, bem diferente da sombria sociedade rural de Cutileiro.

Terras de Preto, Terra da Santa: uma reflexão sobre territorialidades e reconhecimento de direitos de comunidades quilombolas

Rebeca Campos Ferreira (Universidade de São Paulo – BR); Deborah Stucchi (Ministério Público Federal – BR)

O presente ensaio reflete sobre etnicidades e territorialidade, no contexto do reconhecimento de direitos diferenciados às comunidades remanescentes de quilombos, no âmbito do prescrito pelo Artigo 68 do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988. Volta-se à possibilidade de acesso a um direito de caráter coletivo, étnico e fundiário, que remete à construção identitária, na medida em que o preceito constitucional pressupõe a emergência da identidade quilombola, em que pese a ressemantização do conceito de quilombo, para fins da aplicabilidade legal. A partir do caso dos quilombolas no Brasil pode-se pensar acerca das etnicidades, identidades e culturas que permeiam a discussão acerca do reconhecimento de direitos diferenciados a determinados grupos – os direitos territoriais e seus desdobramentos – considerando que se trata, sobretudo, de um reconhecimento realizado pelo Estado, onde a lei cria seu sujeito, embora se observem os princípios da auto adscrição. Em questão se coloca o fato de que marcadores étnicos – fluidos e carregados de singularidades – representam o acesso a direitos – genéricos – a diversos grupos historicamente destituídos dos mesmos, na esteira do reconhecimento jurídico da diferença, na qual a identidade se torna bandeira de luta, e formas de uso, pertença e apropriação da terra podem ser pensadas.

Corpos contratados, espaços e temporalidades nas roças de São Tomé e Príncipe

Carla Semedo

No início do século XX, chegaram os primeiros “trabalhadores rurais” contratados procedentes de Cabo Verde às roças de cacau e café de São Tomé e Príncipe. Deste então, cabo-verdianos oriundos particularmente das ilhas montanhosas, foram constituindo-se, paulatinamente, no maior contingente de mão-de-obra “contratada e escrava”. No imaginário destes, o “ouro do cacau” são-tomense aparecia acomodado numa gramática discursiva enquanto o el dorado e o único elo de humanidade ainda presente face ao espectro das fomes e a eminência de sucumbirem-se. Volvidas décadas, o “cacau são-tomense” cessa de cintilar, os cabo-verdianos e seus descendentes vêm-se acorrentados nas tramas da desventura, do abandono e da decrepitude das então majestosas roças. O “espaço roça” e o “tempo dos brancos” marcado pelas relações coloniais e trabalho escravo” já não é “cruel”, mas acomodado num registro mnemônico e discursivo de ter sido “um tempo melhor do que o tempo de agora... apesar de tudo...». Desta feita, o que vai estar em jogo nessa comunicação é de que forma os espaços e as territorialidades da roça que outrora produziram corpos contratados, ao se tornarem materialidades de um “não-tempo” e “não-lugar”, não terão transformado estes corpos em “não-pessoas” “perdidos na imensidão do mato são-tomense”.

«Essa terra que eu tomo de conta»: a reforma agrária no mundo dos engenhos (Pernambuco, Brasil)

Ana Luísa Micaelo (ICS-UL)

Apesar da reorganização cíclica da economia da cana que teve lugar ao longo do tempo, enormes propriedades privadas de terra cultivada com cana-de-açúcar foram estabelecidas na Zona da Mata de Pernambuco desde o período colonial, no início do século XVI, e persistem até ao presente. Primeiro com mão-de-obra escrava trazida de África e depois assalariada, as plantações de cana-de-açúcar tornaram-se a espinha dorsal das relações de poder no estado de Pernambuco. Desde o final dos anos oitenta, disseminaram-se na região vários movimentos de luta pela reforma agrária que, através da ocupação de terras, reivindicaram o seu valor de uso e “interesse social”, tendo sido bem-sucedidos na fundação de assentamentos rurais, onde os antigos cortadores de cana têm reorganizado as suas vidas e a sua relação com a terra.

A investigação baseia-se em trabalho de campo com observação participante que levei a cabo recentemente no assentamento Pirapama (2010-2011). Nesta comunicação irei desenvolver as questões que dizem respeito à tessitura das relações de parentesco dos “assentados” para reflectir sobre a forma como elas têm vindo a integrar a transmissão da posse da terra. Deste modo, proponho-me situar a problemática da apropriação da terra nestas novas dinâmicas sociais, territoriais e familiares, contribuindo, por um lado, para a análise desta fase histórica de reorganização do espaço no mundo rural brasileiro e, por outro, para a discussão antropológica em torno dos conceitos de territorialidade, propriedade e posse da terra.

A Gramática Costumeira da Relação com a Terra: posse e propriedade no Sertão e no Meio-Norte, Brasil

Emília Godoi (Universidade Estadual de Campinas – BR)

A partir de uma perspectiva comparativa, o trabalho proposto pretende analisar como as noções de posse e propriedade aparecem nos discursos e nas práticas de homens e mulheres em dois contextos rurais brasileiros distintos e em que elas incidem sobre o conjunto de direitos em relação à terra. Um dos contextos é o Sertão nordestino, em relação ao qual a pesquisa etnográfica revelou um “sistema de direitos combinados”, ancorado nas noções de posse e propriedade e no pertencimento a um “tronco familiar”. A

outra situação etnográfica se encontra na Amazônia Oriental, no Meio-Norte brasileiro, onde também encontramos um “sistema de direitos combinados”, mas de uma maneira muito diversa daquele encontrado no Sertão. Nesse segundo caso, embora as noções de posse e propriedade não estejam ausentes, elas não marcam com a mesma força o acesso ao sistema de direitos em relação à terra, que se dá antes pelo compartilhamento de uma história comum, que vem associada para muitos a um pertencimento étnico. Trata-se de um trabalho comparativo que pretende trazer elementos que possam alargar a comparação para além das fronteiras nacionais, estendendo-a, particularmente, aos países de colonização portuguesa.

Iglesia y utopía desde la justicia, solidaridad y comunión con los más débiles frente a propiedad privada y capitalismo salvaje

Juan Antonio Delgado de la Rosa (Gredos San Diego Cooperativa – ES)

Los Santos Padres tampoco piensan que la propiedad privada sea necesariamente injusta, y tampoco piensan que la propiedad privada de la tierra sea exigida por el derecho natural, es decir, que la propiedad privada puede no ser contraria al derecho natural, si cumple condiciones severas. Santo Tomás, sigue la línea de pensamiento de los Santos Padres. Para él la comunidad de bienes no es de derecho natural a título de positiva exigencia, de modo que el derecho natural excluya a priori la legitimidad de la propiedad privada. La comunidad de bienes se atribuye al derecho natural, porque éste no establece la distinción de las posesiones. La propiedad privada deriva de un derecho humano positivo. Este derecho es, en la terminología de Tomás de Aquino, el derecho de gentes.

Reconhecimento de Direitos Territoriais: da territorialidade móvel à fixação dos limites

Renata Medeiros Paoliello (Universidade Estadual Paulista – BR)

Os reconhecidos como remanescentes de quilombos, como outras populações rurais no Brasil, vivem hoje a tensão entre suas práticas correntes e móveis de constituição de patrimônios territoriais por moradia e cultivo, incorporadas desde o período colonial, no modelo do direito sesmário, e as exigências da nova legislação, que impõe limites fixos, mas ao mesmo tempo lhes assegura o direito ao território. A pesquisa visou analisar essa tensão, e o processo político que ela marca, por meio de uma etnografia de redes sociais, e entender alianças, oposições, e tomadas de decisão que revelam a reorganização das relações e a redefinição de sua dinâmica.

P44 – Derechos humanos y derechos de las mujeres: apropiaciones, resistencias e institucionalizaciones

Coordenadoras: María Victoria Chenaut (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – MX); Rosalva Aída Hernández Castillo (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – MX)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 1, Ciências Veterinárias

En este panel convocamos a especialistas de la antropología jurídica y de los estudios de género a reflexionar sobre las posibilidades y limitaciones de los discursos de derechos para las luchas emancipadoras de las mujeres. Los estudios feministas en antropología jurídica abordaron el dilema de concebir los discursos sobre derechos como un producto cultural del liberalismo que debe ser analizado críticamente, sin desconocer las potencialidades que ofrecen como herramienta para la construcción de una vida más justa para las mujeres. Juristas y antropólogas feministas han analizado ampliamente los dispositivos de poder que desde el derecho reproducen las perspectivas etnocéntricas y patriarcales que han hegemonizado los imaginarios culturales de occidente. También muestran que en ciertos contextos la reivindicación de los discursos de derechos humanos y derechos de las mujeres es fundamental para la resistencia ante formas de violencia patriarcal.

Nos interesa debatir y comparar sobre la manera en que se está dando la apropiación e institucionalización de discursos en torno a la equidad de género y los derechos de las mujeres por parte de los Estados, despojándolos de su radicalidad crítica, pues se han convertido en parte de la retórica que permite a los Estados legitimarse a nivel internacional, adaptándolas a las necesidades del sistema neoliberal. Mientras

que las mujeres se apropian de los discursos de los derechos desde sus prácticas cotidianas y sus luchas por acceso a la justicia.

Rethinking the Human Rights Discourse as a Vocabulary for Emancipation

Verónica Schild (University of Western Ontario – CA)

Human rights is today a dominant, global political language of emancipation. Critical feminists recognize the ethnocentric origins of this liberal vocabulary of human rights. Some also recognize its political potential. As a political tool human rights are ambiguous, and are made to mean different things to different people. This is evident, for example, in the invocation of the language of rights by Latin American governments and social movements alike when identifying, and seeking redress for, the problems of women. In this paper I examine the effects for feminist projects of emancipation of what David Kennedy has called the domination by human rights of “the field of emancipatory possibilities”. I build on the existing critical debate, not to offer a philosophical and political reflection on the Western bias of liberal vocabularies of rights (for instance, on their ultimately provincial claims to universality), but to examine the limitations of the liberal ethics at the root of this dominant vocabulary of emancipation. As Kate Schick reminds us, the emphasis of this political discourse on codifying morals, “encourages us to think abstractly about ethical behaviour and downplays political struggle”. This may help us understand not only the appropriation of discourses of rights by women’s movements, but also the troubling convergence of feminist political projects of emancipation with neoliberal projects of social and political regulation.

Las paradojas en torno a los derechos humanos de las Mujeres en México

Rosalva Aida Hernández Castillo (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – MX)

En México la criminalización de los movimientos sociales ha ido acompañada de la militarización y la violencia de Estado. Las mujeres indígenas y campesinas están sufriendo de manera específica las consecuencias de la militarización del país, al crearse un clima de inseguridad e intimidación, sobre todo en aquellas regiones en donde existen antecedentes de organización política por parte de los campesinos. El gobierno mexicano no sólo ha fallado en prevenir el feminicidio, entendido en un sentido amplio como “una categoría que incluye toda aquella muerte prematura de mujeres ocasionada por una inequidad de género caracterizada por la violación histórica, reiterada y sistémica de sus derechos humanos y civiles”, sino que ha sido directamente responsable de la utilización de la violencia física y sexual como estrategias represivas contra los movimientos sociales.

La violencia de género que ha sido parte de las campañas contrainsurgentes del Estado mexicano se ha dado al mismo tiempo que el gobierno ha firmado convenios internacionales a favor de los derechos de las mujeres y que ha emitido reformas legislativas que supuestamente promueven “la eliminación de todas las formas de violencia contra las mujeres”.

Ante esta política de dos caras resulta prioritario reflexionar críticamente sobre este proceso de normalización de las demandas de género, para develar las redes de poder que están haciendo uso de una retórica feminista para mediatizar la radicalidad de nuestras luchas y ocultar el uso de la violencia de Estado en contra de las mujeres.

Patriarcalismo institucional en resistencia: derechos humanos y la incidencia del discurso de género

Elena Alejandra Ibarra (Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo – MX)

Los espacios institucionales para garantizar los derechos humanos de las mujeres, se consideran normalmente como un éxito de la lucha feminista. Representan cambios tangibles en la sociedad; se encuentran sustentados en discursos de género y derechos humanos como justificación de un Estado coherente con las necesidades de su sociedad; y suelen ser integrados por mujeres con un alto grado de escolaridad y especialización en temas de género. Se asume entonces que estas instituciones “deberían” representar la mayor superación de las relaciones patriarcales de dominación en la sociedad. Sin embargo, a través de la exploración de una experiencia de capacitación de agentes que laboran en este tipo de instituciones, en el Estado de Michoacán en México, se vuelve evidente la manera en la que el discurso de género es constantemente asumido como una fórmula superficial de lo políticamente correcto. Mientras que su incidencia es mucho menos reconocible en aspectos como la concepción de la mujer, el hombre y la sexualidad, dónde los estereotipos patriarcales y la heteronormatividad prevalece. Los resultados obtenidos, permiten entonces comprender los límites y retos tanto de la educación en materia de género, como de las instituciones.

Estados de Violencia: Mujeres Indígenas Migrantes en el Contexto del Neoliberalismo Multicriminal

Shannon Speed (University of Texas at Austin – US)

Esta ponencia explora la experiencia de mujeres indígenas migrantes en el contexto actual de neoliberalismo multicriminal. Las mujeres indígenas que migran desde Guatemala o el sur de México hacia los Estados Unidos experimentan violencia, violaciones de sus derechos, e impunidad en cada paso, desde su casa y comunidad, a través de varios espacios nacionales y locales, hasta llegar a las cárceles de inmigración en los estados unidos. Interpeladas por los estados, actores no-estatales, y familiares basadas en su raza, género, y clase, las mujeres indígenas experimentan los extremos de violentos procesos sociales en contextos de inseguridad para todos. A través de historias orales de mujeres encarceladas, podemos abordar el estado en su forma actual: una en que las promesas de democratización y regímenes de derechos legales que supuestamente acompañaban e la globalización del neoliberalismo nunca llegaron, dejándonos con estados en que se sufre todo el daño feroz del mercado libre sin protección alguna y en que ya no hay línea entre “legal” y “ilegal” o “el estado” y “los criminales”.

Administración de justicia y mujeres indígenas o las vicisitudes de la prisión

Maria Victoria Chenaut (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – MX)

Se intenta mostrar la situación de las mujeres indígenas ante el derecho penal y las dificultades a las que se enfrentan en el proceso judicial, donde se ponen en juego sus derechos como indígenas y como mujeres. Se analizará el caso de una mujer acusada de homicidio, para señalar que la vulnerabilidad de las mujeres indígenas que han cometido un delito o que son injustamente acusadas, se produce en la intersección de su origen étnico, de su clase social y de género. Indígena, pobre y mujer aparecen como las variables relevantes que inciden para que sean criminalizadas en procesos en los que, por lo general, se pasan por alto sus derechos humanos, derechos indígenas y de género.

El papel de la victimización en los derechos de la mujer zapatista

Sarri Vuorisalo-Tiitinen (University of Helsinki – FI)

En un análisis sobre los discursos de las mujeres zapatistas entre 1994 y 2009, se puede detectar un cambio en cuanto a la representación de la mujer durante diferentes periodos del movimiento. En el principio, el tema principal es la victimización de las mujeres, pronunciada por ellas mismas. En los estudios anteriores sobre mujeres indígenas en América Latina aparece la problematización de la maternidad de las indígenas, y en otros sobre migración o racismo, el tema puede ser la victimización general, producida por aquellos que defienden a los refugiados o a los inmigrantes. En el discurso de las comandantas llama la atención la victimización producida por ellas mismas.

El tema de la victimización muestra la importancia del estudio del discurso de aquellos que no disponen de poder. El efecto emancipatorio del discurso de las mujeres zapatistas queda relegado a nivel imaginario, porque no proporciona poder representarse a uno mismo como víctima. En primer lugar, la victimización de sí mismo se basa en una experiencia vivida de las mujeres. Decir cosas positivas de sí mismos es una estrategia típica de los discursos ideológicos, pero ¿qué función, tiene la “auto-victimización” además de despertar simpatía? ¿Cómo contribuye a fomentar los derechos de las zapatistas tanto mujeres como indígenas? ¿Cuánto tiempo se sostuvo el discurso en la temática de la victimización? Hubo un cambio, ¿por qué?

Quisiera desarrollar este tema en el panel sobre los derechos humanos y derechos de las mujeres en América Latina.

Corporalidade e direitos humanos: o caso da Intervenção Genital Feminina

Claudia Fioretti Bongianino (Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR); Denise Ferreira da Costa

O que acontece quando o direito de minorias étnicas e religiosas parece ser incompatível com o direito nacional, os direitos humanos internacionais e os direitos das mulheres? Pensar tal questão é o objetivo desse trabalho, que foca em um impasse: as Intervenções Genitais Femininas praticadas por mulheres oriundas de contextos islâmicos do continente africano e residentes em países europeus – como a Itália. Partindo da definição de Mutilação Genital Feminina (MGF), fornecida pela Organização Mundial de Saúde em 1997, busca-se analisar o processo histórico de construção desse conceito, assim como das legislações e das políticas públicas (como as italianas) estabelecidas a partir dele. Paralelamente, realiza-se uma reflexão acerca das diversas formas de IGFs e dos vários nomes que elas recebem (MGF, Circuncisão Feminina, Cirurgias de Correção de Genitália, *Female Genital ‘Cosmetic’ Surgery*), cada um introduzindo significados diferentes para a prática. Dessa forma, as autoras deste texto buscam aproximar diferentes

tipos de IGF, com o duplo intuito de compreender o que há (ou não) de violento em cada um deles, mostrando em que medida eles podem ser descritos em termos de «submissão feminina», «opressão masculina», «fundamentalismo religioso», «coerção social» etc.

Prostituição e o reconhecimento do trabalho sexual no Brasil

Soraya Simões (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

Em 2002, o Ministério do Trabalho brasileiro inclui a prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), dando um passo inédito para o reconhecimento da categoria. Naquele momento o Brasil já contava com um expressivo movimento organizado de prostitutas, articulado na Rede Brasileira de Prostitutas e mobilizado contra violações dos direitos humanos, pelo direito ao exercício da prostituição nas cidades e, também, em contribuir para a definição de categorias, conceitos e metodologias que passaram a orientar políticas públicas de saúde. Afirmou-se assim no cenário um sujeito político e interlocutor de grande importância na definição de políticas e consolidação da democracia brasileira. Nessa comunicação, abordaremos a trajetória de reconhecimento da prostituição a partir das mobilizações e da categorização da ocupação pelas ativistas e as controvérsias suscitadas por esse reconhecimento nas arenas públicas. Afinal, se o conceito de “profissão” é antes um julgamento de valor e prestígio do que um termo descritivo, como sugere Everett Hughes (1971), ou um *folk concept* que nada diz sobre as especificidades do trabalho levado a termo mas sim sobre o seu *status*, como propõe Howard Becker, podemos dizer que a questão propriamente sociológica não é saber “se um métier é uma profissão”, mas sim “em que circunstâncias os membros de um métier tentam transformar o seu ofício em uma profissão” (Hughes, *idem*). Por isso a importância de considerarmos o contexto de surgimento dessa reivindicação e da mobilização dos atores diretamente interessados e também daqueles persuadidos de sua pertinência.

A proteção da mulher e os poderes do Estado

Andressa Lewandowski (Universidade de Brasília – BR)

Em 9 de fevereiro de 2012, a Suprema Corte Brasileira julgou Ação Direita de Inconstitucionalidade de número 4424, cujo objetivo estava declarar legítimos os poderes do Ministério Público em denunciar as agressões domésticas contra a mulher mesmo sem registro de queixa formal realizado pela vítima. Até o presente julgamento as denúncias de agressão dependiam exclusivamente da vontade da mulher em denunciar seu agressor. De acordo com a decisão da Suprema Corte, a questão da violência doméstica passa a ser de responsabilidade também do Estado, cabendo a seus representantes legais levar adiante os processos. A decisão está baseada sobretudo no número expressivo de vítimas de agressão que não prestam queixa formal por medo de possíveis represálias. A partir da ação julgada, o Estado tem o poder de intervir em todos esses casos.

Se pretende nesse *paper* problematizar as noções jurídicas de violência, autonomia e proteção discutidas pelos juízes da Corte durante o processo de tomada de decisão.

Um novo tratamento judicial para a Lei Maria da Penha? Uma etnografia da equipe multidisciplinar do Fórum do Núcleo Bandeirante

Krislane Matias (Universidade de Brasília – BR)

Após a promulgação da Lei 11.340/2006, uma nova percepção sobre o tratamento oferecido aos casos de violência doméstica foi institucionalizada no Brasil, e estratégias de combate a este tipo de violência entraram em vigor. Um dos pontos inovadores trazido pela Lei Maria da Penha foi criação de áreas judiciais específicas para combater este tipo de crime, cuja análise tem sido o foco de diversas pesquisas nos últimos seis anos. Esta pesquisa pretende compreender o tratamento oferecido aos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres é realizado no 1.º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Fórum do Núcleo Bandeirante e quais são as suas práticas e procedimentos. Esta pesquisa irá, através de perspectiva etnográfica, caracterizar e analisar esta nova experiência em curso no Núcleo Bandeirante. Com este objetivo, realizei observações diretas dos atendimentos conduzidos pela equipe multidisciplinar, entrevistas com as pessoas que compõe a equipe multidisciplinar e sujeitos atuantes no processo (o juiz titular da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres, a diretora do cartório, a advogada que defende as requerentes), e fiz a análise documental dos processos abertos no juizado pesquisado. Utilizando esses dados, procurei entender em que medida o novo modelo em vigor conseguiu, através das mediações realizadas, captar a dimensão dos sentimentos envolvida nos conflitos e fornecer às partes envolvidas nos processos o reconhecimento de suas demandas.

Hacia un derecho a una vida libre de violencia

Elena Rhoda Pilcher Pérez (Universidad de Zaragoza – ES)

En el año 2004 se aprueba en el Estado Español la Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. Se diferencia de las anteriores reformas y, ahí radica su importancia, en la articulación de una serie de medidas sociales, de prevención y protección, que van más allá de la criminalización de determinadas conductas violentas hacia las mujeres a partir de la conceptualización estructural de la violencia de género. Esto ya supuso un cambio paradigmático respecto a las anteriores legislaciones.

La aprobación de las leyes autonómicas, especialmente la catalana, 5/2008, de 24 de abril, del Derecho de las Mujeres a Erradicar la Violencia Machista, supone un giro importante y decisivo orientado hacia una centralidad de la garantía de derechos de las mujeres a vivir vidas libres de violencia y de procesos de empoderamiento co-impulsados desde los poderes públicos. Asimismo, se amplía el concepto de violencia y se presta especial atención a la agencia de las mujeres, lo que se traduce en cambios significativos tanto del papel del derecho como de la intervención pública en materia de violencia contra las mujeres. A su vez, estos desplazamientos cuentan con referentes internacionales en la regulación contra la violencia sobre la mujer, como la Ley Venezolana de 2006 sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia.

P45 – Símbolos nômaes: usos e apropriações da antropologia pelas ciências sócio-humanas

Coordenadores: José Ignacio Monteagudo Robledo (Universidad Nacional de Educación a Distancia – ES); Manuel González de Ávila (Universidad de Salamanca – ES); Andréa Pavão (Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis – BR)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 3, P 2

A cultura como conceito em processo de permanente revisão, a prevalência das abordagens micro-sociais, o trabalho de campo como metodologia privilegiada, o fascínio pela diversidade e pela alteridade, a crítica ao etnocentrismo e o sedutor discurso do relativismo cultural, entre outros aspectos que delimitam os contornos identitários do campo antropológico, têm influenciado notadamente a pesquisa da maioria das disciplinas acadêmicas voltadas para as relações entre o homem e a sociedade. Em meio a esta efervescência interdisciplinar, acreditamos que caberia um recuo crítico para a reflexão sobre o rendimento destas experiências. A interdisciplinaridade tornou-se praticamente obrigatória apesar da dificuldade de avaliação do rigor científico de seus resultados. E, assim como campos disciplinares diversos se apropriam do constructo antropológico, também a prática antropológica – seja no plano da pesquisa empírica, seja no amplo espectro da aplicação teórica de seus conceitos – não é mais possível senão em diálogo com outras tradições disciplinares. O presente painel se apresenta como um espaço de troca entre antropólogos que atuam em campos fronteiriços e pesquisadores de outras áreas que trabalham com antropologia, ou com abordagens antropológicas ou de tipo etnográfico. O objetivo geral deste painel é justamente discutir os limites e possibilidades destas múltiplas apropriações interdisciplinares que envolvem os conhecimentos antropológicos.

Las ciencias sociohumanas, o la configuración antropológica de las humanidades contemporáneas

Manuel González de Ávila (Universidad de Salamanca – ES)

Esta comunicación propone el término ciencias sociohumanas para combatir la convencional oposición que suele establecerse entre las humanidades y las ciencias sociales, y para rebatir tanto el reproche de inconsistencia pronunciado por las ciencias sociales contra las humanidades como la supuesta insensibilidad ante los valores culturales denunciada por las humanidades contra las ciencias sociales.

La antropología, en particular, ocupa el centro del dispositivo epistemológico de dichas ciencias sociohumanas, puesto que en las últimas décadas ha colaborado intensamente con las humanidades y se ha dejado a la vez influir por ellas. Baste para demostrarlo con recordar tres objetos de estudio estrechamente relacionados entre sí y que los antropólogos comparten con los profesionales de la filosofía, el arte o la literatura: el cuerpo significativo, la iconicidad y la mimesis. La antropología que interesa a las humanidades es una ciencia de la cultura atenta al valor de los símbolos, a su eficacia propia, a su inserción en las prácticas

sociales y a sus dimensiones históricas y políticas. Una ciencia que, en el plano metodológico, aspira al rigor del análisis, y no solo a las facilidades de la interpretación; y, en el epistemológico, a la autorreflexión objetivante.

The anthropologist on the edge. Between interdisciplinary and transnational ethnographic research: the dilemma and complexities of an ambivalent position

Guillaume Dumont (Universidad Autónoma de Madrid – ES / Université Claude Bernard Lyon 1 – FR)

This paper focuses on the complex relationships between the different individuals involved in the ethnographic research conducted by anthropologists. The current intense relationships between anthropology and closely related disciplines, as well as anthropology in a broader public context, lead anthropologists to adapt both their discourse and methodology. As a young anthropologist enrolled in trans-disciplinary programs and currently doing transnational ethnography, I am working along with scholars of social sciences who come from different backgrounds and institutional settings. Conducting research on the professionalization of a “sub-cultural” sport, I am constantly confronted with a re-definition of ethnography as a shared method, as much as broader methodological and theoretical assumptions specific to it. In this context, the ethnographer has to conscientiously deal with the different positions he is confronted to, as well as the institutions and disciplines he has to collaborate with. By doing this, he has to establish his position in between personal considerations of his discipline as well as his personal background, in parallel with external considerations of ethnographic work and anthropological inquiry. Furthermore, beyond the dilemma concerning the specificity of “your” field, it is important to consider the benefits gained through active collaboration with other disciplines. This paper draws on multi-sited fieldwork in Europe and the USA; along with inter-disciplinary collaboration and scholarships. It questions the adaptation of the ethnographic model in a transnational and multi-disciplinary context, along with the production and dissemination of anthropological knowledge.

Antropologia e Educação no Brasil: apropriações e paradoxos

Andréa Pavão (Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis – BR)

Se tomarmos a definição clássica de campo epistemológico, que se caracteriza por um objeto e metodologia particulares de investigação, podemos argumentar que a educação não constitui uma ciência, mas, antes, uma prática social. Desta forma, o campo educacional vai se construindo a partir de apropriações de conhecimentos produzidos por outras ciências. Estas apropriações, no entanto, nem sempre são pertinentes, uma vez que tais conhecimentos foram gerados em outros âmbitos e motivados por indagações muitas vezes estrangeiras ao campo pedagógico. A partir dos finais dos anos 1950, em especial nas experiências renovadoras junto à Educação de Jovens e Adultos, a educação brasileira importou alguns dos conceitos do campo antropológico, como o conceito de cultura, o relativismo cultural e a crítica ao etnocentrismo. Nos anos 1970, a pesquisa em educação no Brasil se apropria dos métodos qualitativos, em especial, as “pesquisas de tipo etnográfico”, que se tornam hegemônicas. O objetivo geral desta comunicação é discutir os limites e possibilidades destas apropriações interdisciplinares que envolvem os conhecimentos antropológicos por parte da educação, no Brasil. Procuraremos nos deter, com especial interesse, no paradoxo que há entre estas duas tradições disciplinares: enquanto a antropologia, como campo epistemológico, em sentido estrito, tem como princípio, compreender o outro em seus próprios termos, a prática educativa, ao contrário, tem como fim transformar o outro. Argumentamos que, se a educação abandona este princípio, afasta-se de sua função social primordial e, não sendo uma ciência, deixa também de ser prática, reduzindo-se à mera experiência de sociabilidade, esvaziada de sentido político.

Antropología y lingüística en los estudios de la cultura escrita: el problema del contexto en el intercambio epistolar

José Ignacio Monteagudo Robledo (Universidad Nacional de Educación a Distancia – ES)

El papel de la antropología en los estudios de la cultura escrita es, cuando menos, problemático. Si definimos como su objeto las prácticas sociales de lectura y escritura, debemos atender tanto a sus productos materiales como a los distintos actores implicados en su producción y sus usos. Partiendo de que la interpretación de los textos depende de los contextos, para determinar estos se plantea el problema del encaje disciplinar entre la antropología y las teorías lingüísticas como la pragmática y el análisis del discurso. En los inicios del estudio de un conjunto de cartas entre familiares alejados por la emigración transoceánica hemos podido establecer la hipótesis de que el intercambio epistolar instaura un tipo de relaciones carac-

terizadas por la autoconstrucción, mediante la escritura, de identidades personales y grupales, al tiempo que se establecen vínculos afectivos característicos.

Así, mientras la lingüística ofrece, *a priori*, las mejores herramientas para abordar el estudio de las cartas, incluyendo no solo las cadenas de enunciados sino también su contexto en cuanto actos comunicativos, la antropología permite contemplar su intercambio como hecho social, cuestionado desde su bagaje teórico y observable etnográficamente. La combinación de ambos enfoques puede poner de relieve los límites y posibilidades del estudio interdisciplinar en este campo.

Construções do 'popular': aproximações e afastamentos entre arquitetura e antropologia

Marta Prista (CRIA)

Os diálogos entre arquitetura e antropologia em Portugal passaram pela convergência de um interesse pela arquitetura popular ao longo do século XX, de que resultaram levantamentos e publicações por arquitetos e por antropólogos.

Estes materiais revelam aproximações e afastamentos que podem ser medidos em dois tempos da sua produção. Num primeiro tempo (anos 50/60), trata-se um diálogo implícito entre a tematização da arquitetura como tecnologia de produção pela antropologia, e a leitura do popular como herança e ensinamento técnico, formal e cultural para os arquitetos. Num segundo tempo (anos 80/90), o diálogo é mais explícito, com a antropologia a considerar representações específicas da arquitetura nas formas de espacialização das práticas sociais, e arquitetura a adotar abordagens metodológicas e conceitos da antropologia como validação científica. No conjunto, antropologia e arquitetura constituíram a arquitetura popular objeto de interesse disciplinar e repensaram a sua categorização, primeiro, num quadro marcado pelas distinções entre rural e urbano, tradicional e moderno; depois aceitando as influências e implicações mútuas entre os universos do popular e do erudito.

Nesta comunicação pretende-se examinar como: (1) versando sobre um tema comum, optando por abordagens metodológicas similares e construindo conceções de arquitetura popular afins, arquitetura e antropologia produziram, ainda assim, leituras distintas sobre o objeto em estudo; e (2) compreender os movimentos de aproximação e distanciamento entre as duas disciplinas no quadro das exigências e limites de campos de ação específicos, cuja autonomia lhes garante identidade e continuidade científica.

Entre o fazer antropológico e o discurso jurídico: o exame da justiça consensual brasileira

Vera Ribeiro de Almeida dos Santos Faria (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos / Centro Universitário – Instituto Metodista Bennett – BR)

A maioria das pesquisas jurídicas realizadas no Brasil, ao longo das últimas décadas, tem apresentado características empíricas apoiadas, quando muito, em revisões das literaturas próprias do campo jurídico – as denominadas doutrinas jurídicas –, ou em análises comparativas entre estas e as jurisprudências dos tribunais brasileiros e estrangeiros, bem como em suas legislações. Tais exames não ultrapassam o aspecto ideológico desses discursos dirigidos a um mundo do “dever-ser” e que despreza o direito como prática social, como objeto de estudo. Assim, raramente, os pesquisadores jurídicos se aventuram no emprego de métodos que evidenciam os argumentos e as justificativas utilizadas pelos operadores deste campo, entendendo-os como mecanismos necessários para fundamentar e legitimar as práticas desses atores sociais. Todavia, essa observação é importante porque permite olhar as estratégias presentes na forma bastante peculiar da aplicação do direito aos casos em concreto, especialmente quanto à atualização do consenso na justiça criminal, como dados de uma pesquisa que pretende promover uma reflexão sobre os desafios teóricos e metodológicos da pesquisa jurídica que aspira dialogar com as ciências sociais.

Apuntes a la construcción de ejercicios profesionales transdisciplinares. Un aporte desde una antropología que observa reflexiva como trabaja y como se trabaja donde ella trabaja

Ana María Tabora Tapasco (Universidad Nacional de Colombia (Medellín) – CO)

Problemáticas de investigación como la degradación ambiental, la pobreza, los costos y beneficios del desarrollo y las alternativas a dicho modelo, emergen en el trabajo conjunto de áreas como la antropología, la ingeniería y la economía, que puestas en el mismo escenario expresan la complejidad y el carácter sistémico del mundo, que aunque parezca obvio, había sido desvanecido por la fragmentación disciplinar que hasta hace apenas medio siglo ha vuelto a ser cuestionada ante los desconcertantes desafíos de la contemporaneidad. En la investigación Energía y crecimiento económico en Colombia, un análisis integrador y transdisciplinario, estas disciplinas dialogan y cuestionan constantemente los fundamentos conceptuales, metodologías

y estado del arte de cada una, para descubrir como la validación de los conocimientos del otro es indispensable para la labor y necesita interés de aprender lenguajes técnicos ajenos, la inclusión de criterios no contemplados en el trabajo convencional disciplinar y la negociación entre teorización y práctica concreta, entre muchos otros aspectos que surgen en el transcurso del quehacer.

Por lo tanto, esta ponencia pretende ampliar asuntos como la utilidad de indicadores, creación de conceptos, o modelación, a partir de esta experiencia investigativa en la que a cada momento, los saberes se juegan y se ganan su papel, construyendo también nuevos aportes en medio de la incertidumbre de una ciencia que además hoy, busca estar de cara a la sociedad, atendiendo sus demandas y analizando como y hasta donde transformarse para estar a la medida de los cambios de mundo veloz y dinámico.

Diálogos epistemológicos entre o cinema e a antropologia: a antropologia fílmica e a prática antropológica

Carlos Reyna (Universidade Federal de Juiz de Fora – BR)

A presente comunicação trata sobre o diálogo de alguns procedimentos e métodos da antropologia fílmica na prática antropológica, notadamente em relação ao rito, o qual a imagem animada apreende de maneira mais direta e fluida. Para isso tomarei como base empírica o ritual do Exú do Omolokô em Juiz de Fora/MG. Nesse percurso, enquanto antropólogo-cineasta tentarei explicitar a relação entre processo observado filmado e o informante, conjugando duas importantes grades epistemológicas: a observação diferida, de Claudine de France, e a interpretação sob o ponto de vista dos nativos, de Clifford Geertz. Finalmente, baseado nessa experiência, levantarei algumas observações a respeito do uso das aproximações metodológicas da antropologia fílmica na prática antropológica, entre o cinema e antropologia.

Fotoetnografia e educação: navegando pelos mares da baía da Ilha Grande

Anderson Tibau (Universidade Federal Fluminense – BR)

Um dos aspectos exóticos da educação no município de Angra dos Reis diz respeito à travessia de barco feita por professores e estudantes que saem todos os dias do continente rumo às escolas da Ilha Grande. Que interpretação emergiria dessa experiência cotidiana quando capturada pelo olhar antropológico? Ou a partir de um olhar fotoetnográfico? Uma das perspectivas do conhecimento nos termos de uma epistemologia do trabalho de campo em antropologia se constitui a partir do olhar, do ouvir e do escrever. Decerto que se o olhar e o ouvir estão para a percepção, o escrever está para o pensamento, o que significa conceber a investigação empírica dividida em duas etapas onde a primeira seria o próprio trabalho de campo ou atividade *in loco* e a segunda corresponderia à escrita à distância dos fatos observados ou o plano do discurso. Nos trabalhos de campo realizados atualmente como professor da Universidade Federal Fluminense a fotografia, concebida como representação da realidade, suporte às anotações do diário de bordo e instrumento de construção de uma narrativa visual, é utilizada como recurso etnográfico de percepção da cultura observada. Este texto objetiva estabelecer nexos entre percepção, pensamento e o modo de conhecer das ciências sociais em relação à educação destacando a função do olhar e da fotografia no processo de observação da realidade. Nadando a favor da corrente das experiências da cultura ilhéu este ensaio fotoetnográfico reúne as primeiras aproximações oriundas das semi-imersões no cotidiano de professores e estudantes pelos mares da baía da Ilha Grande.

Corpo e agência: processo, produto, e saberes em mediação

Caio Novaes (FCSH-UNL)

Esta comunicação propõe partilhar inquietações de uma etnografia em construção – a partir de uma perspectiva interdisciplinar – e buscar contribuições sobre possibilidades investigativas. O trabalho de campo é em um *health club* onde trabalhei como *personal trainer* por três anos, e pretendo investigar o corpo interligado às diversas categorias analíticas e instâncias culturais, como a mercadorização da beleza, a estereotipia de gênero e o conflito entre o domínio público e privado; igualmente pretendo desvelar a construção identitária estruturada a partir de um corpo ele próprio imbuído de agencialidade (Giddens, 2002; Czordas, 1994; Farnell, 1999). A economia simbólica em torno do espaço/atividade do *health club* e que contribui para o processo identitário é retratada a partir da realidade dos seus profissionais e utentes, objetivando desvelar a incorporação e o *habitus* destes agentes. Observar o corpo como processo e produto, não somente de “fora para dentro”, mas também de “dentro para fora” – ou seja, articular o processo identitário neste fluxo interior / exterior – supõe uma etnografia em micro-escala do gesto, que pretendo retratar a partir de teorias do controle motor utilizadas na educação física, e das concepções do *self*

oriundas das ciências cognitivas (Gallagher, 2005); Schimdt (2000). Além deste desafio metodológico, o ajuste “mesoscópico” que procura equilibrar a dimensãoêmica e ética é outra questão igualmente estimulante.

P47 – Transformações do espaço ameríndio na América do Sul

Coordenadores: Susana Viegas (ICS-UL); José Glebson Vieira (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – BR)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 1, Ciências Veterinárias

Debatedor: Oscar Calavia Sáez (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

Este Painel inscreve-se no desafio temático geral do congresso propondo-se debater um tema histórico sob um ângulo antropológico, no âmbito de uma antropologia dos processos de transformação do espaço ameríndio. Acolheremos análises que reflectam sobre as múltiplas agências e atores envolvidos na construção e transformação do espaço ameríndio, com ênfase na criatividade e no protagonismo dos ameríndios e suas relações com os equipamentos e as políticas indigenistas, nomeadamente as missionárias, em diversos períodos históricos e na actualidade. Pretendemos problematizar diferentes modalidades de vivência do espaço e suas repercussões tanto na sucessão de regimes de posse da terra em diversos países da América do Sul como na sucessão de regimes de política ambiental. Será esta relação entre posse territorial, uso e preservação de recursos ambientais uma novidade na antropologia americanista ou poderemos agora considerá-la no tempo-longo? Desafiamos a apresentação de propostas que enveredem pela análise dos modos ameríndios de posse, vivência e habitação da terra e que possam contribuir para uma visão dos sucessivos encaixes, conflitos e mal-entendidos que foram trilhando os processos históricos e as dinâmicas socioculturais de uso da terra decorrentes do encontro colonial.

Inscrições capuchinhas sobre a territorialidade dos índios no século XIX

Marta Amoroso (Universidade de São Paulo – BR)

Os aldeamentos indígenas do império (1845-1889) constituem para a Antropologia uma instigante descon-tinuidade na serie de registros da ação missionária cristã: antecedem a elaboração da Lei de Terras (1850) e instituem para a jovem nação brasileira o regime de relação com os índios pautado pela definição do seu território. Focaliza-se de um lado como a missão capuchinha estabelece diálogos sistemáticos com a ci-ência dos naturalistas a respeito da natureza e da sociedade no continente sul-americano. De outro, acompanha-se na correspondência e nos relatórios inéditos dos missionários que dirigiram por meio século os aldeamentos indígenas das províncias de São Paulo e do Paraná como o tema da organização social dos índios, a dinâmica das “raças”, “tribos” e “famílias” dos Kaingang, dos Guarani Kaiowá, dos Nandeva e dos Mbyá informam o programa missionário e oficial de “Catequese e Civilização” dos Índios.

The Tapajó mission in the Brazilian Lower Amazon 1660-1757: Mummies, prophets and shamans

Mark Harris (University of St Andrews – UK)

This presentation will consider the religious and political transformations in one of the largest Jesuit mis-sions of the Brazilian Amazon. On the face of things, the period from 1600 to 1760 saw the once huge nation of Tapajó indians become reduced to virtually nothing. Their once powerful women chiefs, prophets and guardians of the desiccated bodies, painted stones were gone. Yet other ritual specialists and special objects had appeared instead. Against a backdrop of a changing regional system of inter-ethnic relations, this presentation will seek to provide a more nuanced history of changes taking place in the area around the Tapajó mission.

Cosmografias de um aldeamento: notas sobre os Pataxó e os processos territoriais em torno da Aldeia Bom Jardim (1861) (Bahia, Brasil)

Thiago Mota Cardoso (Universidade Federal de Santa Catarina – BR)

A literatura etnológica aponta abril de 1861, como a data de origem da Aldeia de Bom Jardim (atual Barra Velha), formada para abrigar, além dos Pataxó, diversas outras etnias da chamada área etnográfica leste do Brasil. Tais escritos apontam que o “pedido” de aldeamento foi motivado por uma política de valorização

de terras para iniciativa privada e numa visão de que os índios eram uma ameaça aos habitantes da vila do Prado. A partir de então, os Pataxó, tidos como semi-nômades, passariam a ter uma vida sedentária forçada, de extrema pobreza e subordinada ao poder colonial. O presente trabalho, fruto de uma investigação histórica e etnohistórica sobre os Pataxó, apresenta elementos constitutivos da cosmografia em torno da criação do aldeamento de Bom Jardim e seus desdobramentos até 1951. Busco tecer, ainda que em forma de notas preliminares, reflexões a respeito dos modos de habitar, ocupar o território e conformar lugares, de forma a restituir agência histórica dos índios, contrastando com as abordagens de inclinação materialista e, em certo sentido, evolucionista a respeito do contato. Sustento, ainda que de forma embrionária, a “tese” de que os índios, longe de serem passivos aos processos externos, atuaram e vêm atuando de forma ativa na conformação do território onde vivem. Tal esforço se dava num engajamento prático no ambiente, nas formas de habitar no território, perfazendo processos de inovação, de incorporação e de confrontação de seu projeto territorial com de outros atores, construindo um processo geográfico de multi-territorialização, uma malha territorial em constante tensão.

“Esa era la comisión que les daban: ir a ver montañas”. De concejales de bosques y ejidos a un Comité Cívico indígena en Quetzaltenango (Guatemala)

Gemma Celigueta (Universitat de Barcelona – ES)

Lo primero que hicieron los cuatro concejales indígenas del Comité Cívico Xel-ju de Quetzaltenango que formaron parte del gobierno municipal de 1978 a 1981, fue rechazar integrar únicamente la comisión de bosques y ejidos por considerarla discriminatoria. Teniendo en cuenta que esta comisión era el espacio en que se habían quedado cantonados los concejales indígenas de Quetzaltenango desde la desaparición de la alcaldía indígena en 1935, nos interesa analizar a qué se debe esta transformación y su correspondencia con los cambios ocurridos en la relación de este sector de la población con el Estado. En efecto, las luchas por los escasos terrenos comunales que le quedaban al municipio entre las autoridades indígenas del centro urbano y los indígenas de las aldeas que rodean el municipio durante la efímera reforma agraria de 1952, demuestran cómo a mediados del siglo XX, la autoridad indígena todavía estaba relacionada con la gestión colectiva de la tierra. Sin embargo, la participación indígena en las cooperativas o en la Gremial nacional de trigueros y especialmente la creación de un partido político indígena en 1972 demuestran los cambios ocurridos en las formas de representación política de este colectivo.

On Huni Kuin (Cashinahua) Modes of Relatedness

Cecilia McCallum (Universidade Federal da Bahia – BR)

The paper explores Cashinahua practices that constitute sociality as they simultaneously create themselves inter-subjectively as Real People (Huni Kuin). Such collective autopoiesis takes place in specific configurations of space and time, grounded in a material theory of the person. Material practice creates persons and the contexts that they inhabit within and between distinct levels of the cosmos. Huni Kuin constitute relatedness in a historical sense, a process derived from a properly indigenous phenomenology which encompasses flows of both substance and discourse, ordering their creative energy according to a dualist logic. A key aspect of these processes is constant reference to value. The ethnography shows that, although day-to-day discourse and political oratory may often be moralizing in tone and homiletic in content, Huni Kuin are not moral philosophers. Rather, trust and mistrust, love and anger, generosity and miserliness, are treated phenomenologically as emerging from affects and properties that are materially embodied in the person over time, extrapolated in intentional thought and action. As epistemological events, they are also corporeal ones. And as corporeal events, they link the person into the time and space of her or his own constitution. Thus Huni Kuin territory, from this perspective, is not fixed and immutable but contingent on the ever-growing and transforming co-presence of productively engaged living Huni Kuin, among other bodies and ‘persons’. The paper engages critically with the debates on perspectivism as it sets out the need for placing Huni Kuin phenomenology at the centre of the analytical frame.

Organização social, história e parentesco entre os Potiguara (Brasil)

José Glebson Vieira (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – BR)

Esta comunicação analisa a organização social dos Potiguara, localizados no nordeste brasileiro, e parte da produção e articulação do parentesco com a forma social do referido coletivo que se expressa nos ideais de “viver bem” e de ter “boa vida”, que traduzem a possibilidade de “viver nas aldeias” e entre parentes e demarcam a centralidade do parentesco no processo de socialidade. O foco da análise recai

sobre a formação de algumas aldeias por meio da descrição da formação de determinados conjuntos de assentamentos ao longo dos rios (concebidos como espaços vividos). A partir da disposição espacial delas é possível depreender a história (e o parentesco) potiguara, ou melhor, as concepções de tempo e espaço, os sentidos dos deslocamentos (fixação e dispersão), a gestão política de relações e a efetivação da vida social, isto é, a composição e organização das famílias e dos círculos de aliança e cooperação.

Things anthropologists worry about: spatial descent groups among the Panará

Elizabeth Ewart (University of Oxford – UK)

In 2009 Panará people built a new village upstream over the village where they have lived since 1997. This is the first time since the early 1970s that they have lived in multiple villages. In this paper I reflect on some of the issues that prompted the building of the new village, and the use of space therein. In particular I revisit the idea of ‘spatial descent groups’ and the notion that clans identify with specific locations in the village circle. Drawing on accounts dating back to the late 19th/early 20th century, as well as more recent ethnographic accounts I ask whether connections between space and identity among Ge-speaking groups are above all ‘things anthropologists worry about’.

As sociedades indígenas e o etnodesenvolvimento no Brasil Meridional

Cesar de Miranda e Lemos (Universidade Federal da Fronteira Sul – BR)

A presente comunicação versa sobre as experiências das sociedades indígenas reunidas nos territórios coloniais luso e hispânico na América do Sul no século dezoito, particularmente na espacialidade que ficou conhecida como os Sete Povos das Missões, fundados pelos Jesuítas no território do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul – no Brasil –, observando-as como expressões de uma sociodiversidade capturada pelo colonialismo e submetidas ao construto de um edifício político Tutelar que atravessou temporalidades e compôs, na atualidade, a colonialidade que informa práticas indigenistas e diferentes ações da sociedade envolvente, especialmente sul-rio-grandense, em relação a essas sociedades e ao reconhecimento do direito à demarcação de suas terras, e é, em várias situações, enfrentada, combatida e superada pelas sociedades indígenas no Brasil. Esta abordagem sustenta os desafios enfrentados por essas sociedades em relação aos modelos de desenvolvimento impostos nessas diferentes temporalidades e a apropriação que realizam da ideia de etnodesenvolvimento como uma categoria política e positivada no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo, buscando superar o paradigma da “incapacidade indígena” contido na arquitetura histórica da política Tutelar. Desta monta, essa comunicação compreenderá uma interpretação sobre as sociedades indígenas em relação aos projetos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira atual, considerando o contexto sociopolítico da globalização capitalista e a singularidade desse enredo na territorialidade missionária do Brasil Meridional.

O compadrio nas relações sócio-cosmológicas dos Chiquitano do Brasil

Verone Cristina da Silva (Universidade de São Paulo – BR)

O povo indígena chiquitano é oriundo da Missão Jesuítica de Chiquitos, que entre os anos de 1691 e 1754, reuniu etnias com mais de 50 línguas diferentes, em 10 aldeamentos na região do Oriente Boliviano. Atualmente, uma parte vive na Bolívia, no departamento de Santa Cruz e ocupa as províncias de Nuflo de Chaves, Velasco, Chiquitos e Sandoval. Outra parte vive no Brasil, no Sudoeste do Estado de Mato Grosso; a maioria fala português, embora utilize o espanhol nas práticas rituais. O compadrio, que ocupa posição privilegiada na organização social e cosmológica é uma dessas práticas; não depende do batismo cristão, podendo ocorrer em diferentes contextos e por meio de acordos entre as partes interessadas. Há diferentes tipos de compadrio para diferentes tipos de relações. A principal regra é o respeito mútuo, já que compadres não podem brigar entre si, pois tal desobediência resultaria no desvio da alma do morto a caminho do céu. E, igualmente, entre compadres e comadres é negada a relação amorosa, já que por meio do compadrio, ocorreria a consanguinização das relações. O compadrio entre os Chiquitano parece indicar a fabricação da alteridade, a produção do parentesco e a interdição do incesto.

“Naturalmente Filmados”: como atuar e viver nos postos indígenas do SPI em Mato Grosso

Lucybeth Camargo de Arruda (Universidade Federal Oeste do Pará – BR)

Esta comunicação, fruto de tese de doutorado, lança luz às participações e ações dos índios dentro dos postos indígenas, criados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – política estatal brasileira de “colonização interna”, nos termos de Cardoso de Oliveira (1978), “missionária” e assistencial. A reflexão parte

de três coleções fotográficas produzidas pela Seção de Estudos (S.E.) do SPI em cinco Postos Indígenas, localizados no Mato Grosso (Brasil), nos anos de 1942 e 1943. A partir de métodos e investigações nos campos da Antropologia, Fotografia e História, analisamos imagens que foram produzidas pela equipe de Foto-Cinematografia da S.E., tendo como suporte a documentação administrativa do SPI, no período de 1910 e 1945, referente aos postos indígenas identificados nas referidas imagens. A saber: PIN São Lourenço, PIN Córrego Grande, PIN Cachoeirinha, PIN Taunay e PIA Simões Lopes. O exercício buscou observar, interrogar, refletir, especular e problematizar as cenas impressas a partir do movimento ambíguo da fotografia, que está para além da objetificação – premente, absoluta – em que ela foi concebida e utilizada nesses contextos. As coleções aqui estudadas foram produzidas a partir dessa compreensão de fotografia, no entanto, fez-se a prática de partir do “índio objetificado” e, na contramão desse percurso e discurso, lançar luz sobre o que para nós, enxergamos como “fraturas” (Edwards, 2001) nos revelando os Bororo, os Bakairi, ou os Terena, enquanto agentes do seu processo histórico. Através dessa documentação, imagens e palavras se complementam e compõem uma narrativa importante da História dos Índios nas primeiras décadas do século XX.

Territorialidad, formas de reciprocidad y modos de propiedad entre los pueblos cazadores-recolectores contemporáneos. El caso de los indígenas Pumé (Venezuela)

Gemma Orobitg (Universidad de Barcelona – ES)

A partir de un ejemplo etnográfico concreto, el del pueblo indígena pumé (estado Apure, Venezuela) este trabajo busca hacer un aporte al estudio de cómo los pueblos cazadores-recolectores actuales se incorporan política y económicamente a las sociedades nacionales y en las relaciones globales y cómo, en este proceso, hacen evidentes formas específicas de territorialidad, reciprocidad y propiedad que pueden resultar innovadoras o, al menos, ofrecer elementos de pensamiento y de debate. Se trata de un proceso que tiene unos antecedentes históricos en momentos claves desde la Colonia hasta nuestros días. Para caracterizar correctamente estos ámbitos – territorio, reciprocidad y propiedad – se dará especial relevancia a las narraciones indígenas que han podido ser recopiladas a lo largo de un período de investigación que cubre casi veinte años (1989-2008), donde hablando sobre su historia y sobre el cambio, los pumé ofrecen una reflexión especialmente focalizada en las transformaciones de sus relaciones a la tierra, los conflictos que ello implica y sus perspectivas para el futuro.

Os dois territórios dos Yaminawa

Oscar Calavia Sáez (Univ. Federal de Santa Catarina – BR)

A comunicação trata daquilo que durante longos anos a imprensa do Acre, no sudoeste da Amazônia brasileira, tem apresentado como “problema Yaminawa”: a presença na cidade de contingentes nutridos desse grupo que, apesar de contarem com terras extensas demarcadas já nos anos oitenta, as abandonam periodicamente para circular no meio urbano sem no entanto ter se integrado ou dissolvido nele. O “problema Yaminawa” pode ser melhor descrito apenas se abandonarmos algumas noções prévias sobre o “grupo étnico”, a identidade e a situação dos indígenas dentro do *continuum* rural-urbano, e se contrastarmos a noção de “território” tal como ela aparece na política indigenista, com a dimensão espacial das relações de parentesco dos Yaminawa.

P48 – Os antropólogos e o projeto colonial: as interfaces de um saber

Coordenadora: Carla Susana Alem Abrantes (Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – BR)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 1, P 4

Debatadora: Cristiana Bastos (ICS-UL)

A partir da crítica pós-colonial, muitos vêm sendo os esforços de se questionar as conexões estabelecidas entre a antropologia como um conhecimento produzido sobre populações coloniais e o quadro mais amplo da administração e do domínio político. Recentemente, novos estudos vêm reforçando a importância de se conhecer mais a fundo essa realidade histórica, especialmente no que se refere aos efeitos das narrativas produzidas por antropólogos para as populações locais e para a manutenção de grupos em posições de

poder. Que alternativas eram utilizadas para representar as populações dos distintos territórios coloniais e em que medida estas formas de nomeação variaram ao longo do tempo? Que conexões podem ser mapeadas entre essas descrições etnográficas e a construção de um aparato colonial? Esta reflexão permite viabilizar novas possibilidades de produzir conhecimentos que contemplem uma análise crítica do lugar da antropologia nos esforços mais amplos de transformação social. Este painel pretende, assim, ser um espaço de troca e discussão das diferentes experiências do fazer antropológico inseridas nos projetos coloniais para a África e Ásia.

Por detrás da preparação das missões antropológicas às colónias: o caso da viagem científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946)

Patrícia Ferraz de Matos (ICS-UL)

Entre 1945 e 1946 o antropólogo Mendes Correia, principal mentor da Escola de Antropologia do Porto, esteve na então Guiné Portuguesa acompanhado pelo seu assistente, Amílcar de Magalhães Mateus, para fazer uma primeira aproximação ao território e preparar a missão antropológica a ele dirigida nos anos seguintes.

O seu roteiro, e os objectivos que nele procurou concretizar, denotam os vários interesses científicos de Mendes Correia, mas também o modo como procurava produzir conhecimento – através do estabelecimento de uma rede de contactos entre cientistas internacionais e informantes locais. Tal *modus operandi*, presente aliás em outros países colonizadores, fornece-nos material para reflectir acerca do modo como a antropologia esteve articulada com o projecto colonial português, nomeadamente através da criação de missões antropológicas direccionadas para os territórios de além-mar administrados pelo país.

Esta visita ao terreno guineense permitiu ainda desmitificar algumas das ideias preconcebidas de Mendes Correia, nomeadamente as relativas à classificação racial de grupos humanos, e suscitou nele a necessidade de desenvolver novos campos de estudo ainda incipientes, como as línguas nativas e os sistemas de numeração.

Sequelas do Projecto Colonial de objectificação taxonómica e hierarquizada da diferença na Índia

Sandra Marques (CRIA-IUL)

Na Índia independente, as estratégias de reorganização do real social da “nova” nação partiram de muitos dos pressupostos representacionais eficientemente implantados pela administração colonial britânica. O método que serviu à eficácia de uma tal implantação socorreu-se de dois recursos essenciais. Por um lado, de um corpo de técnicas e práticas disciplinares para validação do conhecimento, proporcionado por intelectuais e profissionais, em relação simbiótica de legitimação do poder vigente, em que antropólogos, “orientalistas” e “anglicistas”, assumiram um papel preponderante. Por outro lado, da sua operacionalização no terreno, materializando o exercício de poder sobre este imenso objecto. A operacionalização foi efectuada pela objectificação, nomeação e hierarquização de grupos populacionais, através de listagens públicas, censos e sua imposição jurídica; através da objectificação de categorias distintivas com aplicação de técnicas antropométricas e teorias racializantes; até à criminalização de largas centenas de grupos, objectivados e nomeados como castas e tribos determinadas, e ao seu encarceramento em reformatórios.

Na actualidade, algumas destas categorizações servem de base a recenseamentos e suportam o estabelecimento de critérios de discriminação constitucional positiva de grupos em *Scheduled Castes, Scheduled Tribes e Other Backward Classes*. Antropólogos da Anthropological Survey of India são assim enviados para o terreno no sentido de avaliarem a legitimidade das reivindicações de pertença a SC, ST ou OBC de determinados grupos. À sua solicitação, estes antropólogos procuram a validação de traços identitários “primitivos”, de “cultura distintiva”, “isolamento geográfico”, “timidez ao contacto com culturas dominantes” ou “atavismo” nos seus corpos, vestuário, língua, hábitos, ocupações e práticas religiosas.

De homens pantagruélicos, feitiços & outras coisas de comer

Diego Ferreira Marques (Universidade Federal da Bahia – BR)

Na literatura recente que busca articular uma interpretação antropológica dos colonialismos em África, um dos temas que tem merecido crescente atenção é o da missionação secular, isto é, a aproximação ideológica entre sujeitos vinculados à administração, ao *statecraft* ou mesmo à produção de conhecimento sobre as sociedades africanas e a forma pela qual o missionarismo religioso tendia a compreender a empreitada colonial como oportunidade para a reforma moral dos nativos. Enquadrada na

perspectiva desses estudos, esta reflexão parte da análise de uma série de textos que pretenderam apreender o fenômeno da feitiçaria em Angola, produzidos nos três primeiros quartos do século XX, tendo em vista as frequentes associações neles verificadas entre esta prática-chave que seria a feitiçaria, bem como a crença em feitiços, e imagens de uma suposta natureza hiperbólica da corporalidade dos africanos – cujo centro é um corpo eminentemente sensual/sensorial, ao qual se confinaria a noção nativa de pessoa. Dada a constatação da reincidência dessas associações, as perguntas fulcrais a serem consideradas seriam as seguintes: por que uma tal vinculação foi possível nos diferentes olhares de antropólogos, administradores, missionários e outros sujeitos europeus e de que formas ela correu para as assimetrias próprias da situação colonial? Não obstante, reconhecendo os matizes existentes entre as falas desses distintos sujeitos, cabe ainda interrogar as razões pelas quais, sobre todos os seus interesses divergentes, do ponto de vista da missão secular e do reformismo moral, foi tão grande a força interpretativa da leitura que vinculava feitiçaria, alimentação, sexualidade, corpo e pessoa.

Augusto Guilherme Mesquitela Lima e as Relações Culturais Brasil/Angola

Vânia de Vasconcelos Gico (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – BR)

Estuda-se o pensamento de Augusto Guilherme Mesquitela Lima e destaca-se seu encontro com Luís da Câmara Cascudo na África, em 1963, recepcionando-o enquanto diretor do Museu de Angola, local privilegiado de estudo para Mesquitela, que se dedica à investigação etnológica e à museologia da África Negra, campo que o aproximou de Câmara Cascudo, estudioso dos conhecimentos da tradição brasileira, destacando-se aqueles da cultura africana. Cascudo estava interessado nos costumes do povo, na sua alimentação, em seus hábitos alimentares relacionados às influências africanas e no que havia sido levado para a África pelos brasileiros. As ideias nucleares desses estudos estão expressas, nos seus livros *História da Alimentação no Brasil* e *"Made in África"*. Mesquitela Lima escreveu "Portugal e África na obra de Câmara Cascudo", analisando as influências reinóis, ameríndias e africanas (Sudanesa e Banta), destacando aspectos paradigmáticos de Portugal que influenciaram na formação compósita sócio-cultural brasileira. A releitura dessas visões de mundo enquanto expressão de culturas nacionais pode ser expressão de um pensamento contra-hegemônico, por se tratar, em especial, de um conhecimento que pode expressar um paradigma emergente e ser considerado um pensamento do sul, por destacar a validação de um saber retirado, nos dois últimos séculos, do contexto cultural e político da antropologia dominante, sendo uma alternativa que se contrapõe a esta prática. Destaque-se ainda, que o pensamento de Mesquitela Lima e Câmara Cascudo subliminarmente esboça uma crítica ao *modus operandi* do colonialismo em sua dimensão cultural e cognitiva, caracterizado como violência epistêmica, injustiça cognitiva e produção simbólica de inferioridade.

Etnografias amadoras, usos profissionais

Cristiana Bastos (ICS-UL)

Etnografias amadoras, usos profissionais: Administradores, médicos, militares e viajantes dados à escrita produziram inúmeras descrições de povos e costumes em latitudes e línguas diversas, deixando-nos uma para-antropologia reconhecida como tal. Muitos outros, menos dados à escrita que ao comércio, caça, tráfico, aventuras e outras actividades em cenários coloniais, deixaram também um repertório de saberes, receitas, preceitos e preconceitos acerca dos grupos com quem interagiam, fazendo de fonte a terceiros que daí recortaram elementos para a sua escrita – acrescentando assim mais uma camada ao complexo combinado de estereótipos e análises objectivadas que constitui a massa de saber etnográfico. Nesta apresentação exploraremos as fronteiras entre estes vários regimes de saber e discutiremos as suas relações com a antropologia e os antropólogos em diversos momentos da disciplina.

Os limites da antropologia: representações de populações e o Estado colonial português em Angola

Carla Susana Alem Abrantes (Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – BR)

Nesta comunicação, apresento a escrita da história e hábitos das populações angolanas por alunos do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) e o modo como ganhou existência e se constituiu como discurso significativo para os agentes comprometidos em um campo social no contexto de elaboração dos projetos coloniais dos anos 1950/1960. Com os movimentos de independência e os desdobramentos da II Guerra Mundial, novas formas de nomeação das populações emergiram deixando para trás as caracterizações próprias das primeiras décadas do Estado Novo. Considero tais narrativas como produtos de um

fazer etnográfico que não esteve isolado, mas antes conectado à ideia de um Estado que se pretendia legítimo. As etnografias conformaram elos com uma engrenagem mais ampla que concatenou variados saberes no interior de redes de relações sociais, contribuindo para produzir representações sobre Angola, sua população e os modos de governá-la.

Timorenses em Portugal: representações antropológicas e o lado oculto da narrativa imperial

Gonçalo F.L.C. Antunes (ICS-UL)

Esta comunicação terá como intuito analisar as representações de um grupo de timorenses da região de Ainaro, que vieram a Portugal no contexto de exposições coloniais de natureza antropológica, durante o período do Estado Novo. O objectivo é, por um lado, mostrar o papel que a circulação e representação deste grupo tiveram na constituição e consolidação do império colonial português e, por outro, discutir a forma como a aliança estabelecida entre este grupo e o governo colonial, em Timor, consolidou o seu estatuto local.

O ponto de partida serão as representações de Timor elaboradas para a Exposição Colonial do Porto de 1934 e amplamente divulgadas posteriormente. Ao analisar os textos, as fotografias e a exposição de objectos e seres humanos organizados para o evento é possível identificar a forma como este grupo de Ainaro, enquanto representante dos povos de Timor, foi utilizado para ilustrar o sentido ideológico da missão imperial portuguesa. No entanto, uma leitura mais cuidada dos arquivos permite identificar paradoxos nessa narrativa de carácter essencialmente totalizante.

Complementando pesquisa arquivística com trabalho etnográfico em Timor Leste, este trabalho propõe identificar os desafios que se colocaram à implementação da administração colonial em Timor e a complexidade das relações estabelecidas localmente com diferentes grupos timorenses. É neste contexto relacional que se pode entender as motivações que estiveram por detrás da escolha de um grupo de Ainaro para representar os povos de Timor e os benefícios que daí advieram para a administração colonial portuguesa e para este grupo singular de timorenses.

Dos cinturões angolanos às cercas de pedra do sertão brasileiro

Tiago Spinelli (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – BR)

O presente trabalho se insere numa pesquisa mais ampla acerca do itinerário intelectual de Augusto Guilherme Mesquitela Lima, antropólogo cabo-verdiano que deixou como legado uma vasta obra sobre a cultura africana. Observamos a partir da perspectiva transdisciplinar de seus estudos etnográficos, um espaço cultural comum da tríade luso-angolano-brasileira. A abordagem etnográfica dos Kyaka de Angola nos permitiu identificar as semelhanças entre as antigas muralhas angolanas fotografadas por Mesquitela Lima e as cercas de pedras que delimitavam as fazendas de gado do sertão brasileiro. Tais semelhanças denotam elementos de ancestralidade entre as duas ex-colónias portuguesas e estes elementos nos induzem às mesmas questões abordadas pelo antropólogo cabo-verdiano, a começar por saber quem foram os construtores dos “cinturões amuralhados”. Enquanto os muros africanos compunham um sistema de defesa e sua origem é anterior à chegada dos portugueses, as cercas brasileiras apenas delimitavam a propriedade das fazendas de gado e foram erguidas durante o apogeu da cana-de-açúcar. A partir da leitura de Mesquitela e de pesquisa empírica no sertão potiguar não pudemos extrair dados concretos que indiquem a autoria dessas construções, todavia, percebemos, a partir da história oral, os mesmos signos, mitos e lendas de tesouros perdidos. Nessa perspectiva, identificamos, em torno dos cinturões e das cercas de pedras sobrepostas, um elo de significados que aproximam duas realidades separadas por um oceano de águas tropicais.

P49 – Alterações climáticas e etnografia

Coordenador: Paulo Mendes (CRIA-IUL / UTAD)

Segunda, 9 Set, 14.30-16.00

Local: A1.10, Reitoria/Geociências

Cultura e sociedade são, ao mesmo tempo, o problema e a solução para as alterações climáticas. Contudo as ciências sociais em geral, e a antropologia em particular, têm estado, com poucas excepções, arredadas deste problema e da sua discussão. Preponderam as ciências económicas que colocam “os mercados” e

“os indivíduos” no centro da questão, e as ciências ambientais que privilegiam o meio físico. Feito que revela como a tradição judaico-cristã plasmada na dicotomia cartesiana que separa “natureza” e “cultura” continua na contemporaneidade e, por conseguinte, informa a produção de conhecimento, inclusive antropológico. Um dos obstáculos a esta superação assenta na resistência do pensamento Ocidental à inclusão das “coisas da Natureza” no domínio das “coisas do Homem”, e vice-versa. Atitude não concordante com as hoje óbvias interconexões entre social e biológico ou entre local e global.

Pedem-se, por isso, comunicações sobre contextos etnográficos onde a natureza é prevalente, especialmente sobre aqueles onde os processos de adaptação, resiliência e fuga às alterações climáticas são já uma evidência: desde as geografias afectadas por problemas associados ao aquecimento global, até grupos sociais que procuram formas de vida alternativas. Podemos, assim, propor uma abordagem e inovadora, (re)situando o problema nas formas de conceber a vida e o mundo.

A climatologia profética dos Tembê-Tenete-hara

Rodrigo Lobo (Universidade de São Paulo – BR)

Partindo do pano de fundo das discussões recentes em antropologia da ciência (*science studies*) e em antropologia das teorias ameríndias sobre o contato com alteridades (em especial os modernos), o presente texto pretende abordar, a partir de etnografia, o caso do projeto de crédito de carbono dos Tembê-Tenete-hara, grupo tupi localizado no Brasil. A argumentação seguirá duas linhas de apontamento sobre diferenças sócio-cosmológicas. A primeira diz respeito à composição das escalas de medição e controle dos dispositivos, tentando aqui questionar (e com o intuito de transformar) o grande divisor atuante na concepção científica de microclima/macroclima. A segunda linha abordará os procedimentos de profecia-previsibilidade dos regimes de conhecimento envolvidos, tentando travar (se possível alavancar) conexões entre os modelos computacionais climatológicos de processamento-invenção de cenários futuros e a mitologia xamânica Tembê-Tenete-hara presente no conceito nativo de *Karuwara*.

Mudanças climáticas sob o olhar de indígenas da floresta Amazônica

Erika Mesquita (Instituto Federal de Acre – BR)

Com as questões ambientais globais, enfatizando as mudanças climáticas trago aqui a discussão sobre conhecimentos tradicionais ou etnoconhecimentos e as contribuições de povos originários para pensar sobre as mudanças climáticas e que traz à tona outro olhar sobre os saberes. Em busca desses saberes pretende-se conciliar o interesse pelas “representações coletivas” – modos de ver o mundo compartilhado coletivamente dos habitantes ribeirinhos da região do alto Juruá que compõem a Amazônia brasileira –, e ao mesmo tempo manter o olhar dirigido para as modalidades individualizadas e em transformação, por meio das quais esses indivíduos apreendem o ambiente, aprendendo e adquirindo habilidades. Acredita-se que ambas as acepções: representações e percepções se complementam. Isso porque ambas estão mudando e a aquisição de habilidades está na pauta do dia. Daí a importância da discussão dos saberes tradicionais sobre o ambiente, é o que busco alcançar com esse trabalho.

Crisis y Cambio Climático. Estudio comparativo sobre percepciones sociales del Cambio Climático en la Comunidad Valenciana (2008-2013)

Yaiza Pérez Alonso (Universidad de Valencia – ES)

El cambio climático provocado por la acción humana aparece en la agenda internacional como un problema acuciante desde finales del siglo XX. Sin embargo, hoy la crisis económica ha variado la agenda política con respecto a la toma de decisiones, como ha quedado patente en la última Cumbre de Naciones Unidas sobre Cambio Climático celebrada en Doha el noviembre pasado. Pero ¿Han cambiado las percepciones sociales sobre el cambio climático en un contexto de crisis? ¿Qué mediadores son los más significativos en su construcción? ¿Ha variado y cómo ha modificado su construcción en el tiempo y en el espacio? En esta comunicación intentamos dar respuesta a estas preguntas y para ello presentaremos un estudio comparativo entre una investigación sociológica realizada en la Comunidad Valenciana en 2008 sobre la percepción social del cambio climático por la acción humana y otra con el mismo patrón repetida en el 2013. En concreto comparemos los discursos extraídos en los grupos de discusión realizados para población general. El objetivo general de este trabajo es realizar una comparativa y ver si ha variado la representación del cambio climático por la mediación de la crisis y en qué sentido.

P50 – Museus, antropologia e museologia: diálogos e contrapontos

Coordenadores: Daniel Reis (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – BR); Elizabete de Castro Mendonça (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – BR)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Auditório AA, AAUTAD

Nos últimos anos é possível observar um crescente interesse dos antropólogos pelo estudo sobre os museus e coleções etnográficas. Em meio às diversas abordagens, os enfoques recaem sobre questões como os processos de expropriação, apropriação e repatriamento de objetos; seus colecionamentos e inserções em museus; estratégias de exibição; relações de força; produção de sentidos, além de outras. Tais reflexões dialogam de alguma maneira com o pensamento museológico contemporâneo e a atuação dos profissionais desta disciplina no modo de inventariar, catalogar, salvaguardar, expor e produzir conhecimento sobre – e a partir – destes objetos. Este painel tem por objetivo reunir pesquisadores das áreas de antropologia e museologia cujas pesquisas tenham como foco os processos de inventário, classificação, guarda, usos e apropriações dos objetos que constituem as coleções etnográficas que integram os acervos e exposições em museus. Parte-se da ideia de que os museus constituem-se uma zona de contato e conflitos; lugar da produção de sentidos e discursos, segundo propósitos e estratégias intencionais e específicas.

Há museus que são mais etnográficos que outros? Reflexões sobre o passado e o futuro do Museu de Arte Popular

Vera Marques Alves (UC)

Em 2009, o governo português decidiu extinguir o Museu de Arte Popular (em Lisboa). Na sequência de um debate que mobilizou diferentes agentes culturais, contra e a favor da referida extinção, o Museu viria, contudo, a ser reaberto. Mas não sem que se mantivessem acesas polémicas, nomeadamente entre antropólogos, em torno da sua condição presente e futura.

Criado em 1948 pelo Secretariado Nacional da Informação, órgão encarregue da propaganda e da política cultural do Estado Novo, e tendo mantido praticamente intacto o desenho da sua exposição permanente até ao novo milénio, o MAP continua a surgir aos olhos de vários antropólogos como um mero epifenómeno do salazarismo; um museu nos antípodas daquilo que são as características indispensáveis ao museu etnográfico.

Nesta comunicação são questionadas as perspectivas que olham esta instituição museológica como um desvio ao «tipo ideal» do museu etnográfico. Partindo da proposta de Johannes Fabian, de acordo com a qual «a ausência de contexto não é um problema dos objectos etnográficos, mas antes a sua condição de existência» (2004), propomos uma aproximação ao MAP que o enquadre na realidade histórica que é o modo ocidental de colecionar os artefactos outros e na sequência do qual, esta instituição museológica surge, como os museus etnográficos em geral, enquanto “máquina de descontextualização e de recontextualização cultural” (cf. Ames 1992). É também neste âmbito que sugerimos que a nova configuração do MAP deveria incorporar um pensamento crítico e reflexivo sobre o passado e o futuro deste museu, a fazer no seio da antropologia.

Antropologia dos estudos de folclore: notas sobre a constituição do «arquivo musical» de Théó Brandão

Wagner Chaves (Universidade Federal de Alagoas – BR)

Dentre os métodos de pesquisa utilizados pelos folcloristas do movimento folclórico brasileiro, que reuniu entre os anos 1940 e 1960, intelectuais de todas as regiões do país em prol do estudo e defesa do folclore nacional, o registro sonoro aparecia em destaque. Convictos da objetividade e autenticidade desse tipo de documentação, os folcloristas ainda concebiam tal prática como tendo um caráter de urgência, já que o folclore e sua musicalidade, na visão deles, estariam ameaçados de perdas e descaracterizações, consequência de uma sociedade que, em ritmo acelerado, se modernizava. Como resultado da ênfase na coleta e “documentação” sonora, alguns folcloristas, entre os quais Mario de Andrade e Luiz Heitor Correia de Azevedo, produziram ao longo de suas trajetórias, expressivos acervos de música folclórica. Este também é o caso do alagoano Théó Brandão, que em mais de trinta anos, dedicou-se a realizar gravações de campo em Maceió e cidades da Zona da Mata alagoana. O acervo constituído, que reúne registros em diferentes formatos, revela uma diversidade de formas expressivas e sonoras – Torês, Xangôs, Guerreiros, Reisados, etc. Focalizando o “arquivo musical” de Théó Brandão, nesta comunicação proponho reflexão sobre as motivações simbólicas que orientaram o olhar desse etnógrafo para composição de uma determinada

forma de representação do “outro” através de sua musicalidade. Em um âmbito mais geral, tal reflexão procura examinar o campo de estudos do folclore, partindo das categorias internas de seus próprios agentes, o que vale dizer que estaremos direccionando o olhar para uma antropologia dos estudos de folclore.

Etnografia e Cultura Popular: As lições de Luís Chaves (1956-57)

Maria Barthez (UNL)

Luís Rufino Lopes Chaves (1889-1975), matemático e etnógrafo, inicia, em 1912, a sua carreira no Museu Etnológico Português, como preparador e Conservador interino. Assume o cargo de Conservador, em 1916. Afastado, em 1919, é reintegrado, depois, (1931) na função até atingir a reforma (1957). Cedo se interessa pela arqueologia e etnografia, acompanhando Leite Vasconcelos nas suas campanhas arqueológicas e recolhas etnográficas. Ao mesmo tempo, dedica-se à escrita etnográfica, histórica e literária, como testemunha a obra que legou. Autodidacta, Chaves é, entre os divulgadores da cultura popular da sua geração, um autor reconhecido, com decisivo contributo no campo das tradições populares portuguesas. Professor do Ensino Superior, na área da formação de bibliotecários e arquivistas (1931), também leccionou (1954-57) no curso para conservadores de museus.

Os Esquemas das lições de Etnografia (1956-57), que Chaves ministrou, constituem um objecto singular para pensar as teorias antropológicas (Etnografia) e entender conceitos fundamentais nesta área.

Nesse sentido, centrando a atenção no autor, procuro pesquisar sobre a faceta, até agora obscurecida, de Chaves, como museólogo. A sua actuação, neste curso, permite constatar os seus propósitos: formulação disciplinar da etnografia, relacionando-a em rupturas epistemológicas, consoante a sua análise historiográfica dessa área do saber, e consequente criação de um Museu de Etnografia Português. Por último, de acordo com a referência feita nas lições de algumas questões incluídas, tento explorar o seu *modus operandi*, em quesitos de trabalhos práticos de catalogação museográfica a implementar em museus etnográficos.

A roda do jongo tem história

Carla Dias (Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

O grupo Cultural Jongo da Serrinha tem como um de seus objetivos preservar a memória do Jongo na Serrinha, comunidade situada no bairro de Madureira, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é apresentar os resultados parciais do projeto ainda em andamento voltados para a construção do Centro de Memória da Serrinha.

Temos desenvolvido atividades em conjunto com a comunidade reunida pela Escola de Jongo coordenada por um grupo de mulheres que assumiram o compromisso de transmitir essa herança cultural às novas gerações. O projeto desenvolve, de modo conjugado, atividades que instrumentalizem o processo de registro e promovam a reflexão, por parte do grupo, a respeito da sua própria trajetória social e acervo cultural. As oficinas “Memória em Roda” contaram com a participação de diferentes segmentos da comunidade. Pudemos, a partir das oficinas, reconhecer os valores e formas da memória que serão ainda sistematizadas através de ações que tem por objetivo organizar os registros documentais da vida dessa comunidade, principalmente aqueles relacionados ao Jongo e ao Samba, guardados nas lembranças individuais, mas compondo um acervo de memória coletiva ao alcance do cidadão. Discutir as relações entre museus, memória e cidadania é mais um ato de colocar a comunidade diante de ações acerca do patrimônio cultural e as responsabilidades que esses bens têm com o seu público.

Koch-Grünberg no atelier: apropriação do livro Dois anos entre os indígenas entre artistas indígenas

Rosseline Tavares (Universidade Federal do Amazonas – BR)

Este recorte apresenta dados referentes a “1.ª Coletiva de artistas indígenas do Amazonas” promovida pelo Instituto que teve como tema principal a obra de Koch-Grünberg, “Dois anos entre os indígenas”. O Instituto Dirson Costa de Arte e Cultura Amazônicas (IDC) há dez anos vem formando artistas na cidade de Manaus. O estudo das pinturas produzidas por indígenas de uma escola de arte não só diz respeito à “visão de mundo” da etnia dos pintores, mas também à “visão de mundo” do próprio instituto que formou estes artistas. Os indígenas utilizam como referência na produção dos quadros, a sua “memória” quando pintam motivos de sua própria cultura, bem como obras de referência na área da antropologia que possuem descrições, desenhos e imagens de rituais e objetos indígenas. Adquirem relevância a obra “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira, no qual os desenhos publicados foram motivos de uma série de

pinturas e painéis de marchetaria e “Dois anos entre os indígenas” de Koch-Grünberg, cujo exemplar pude observar no *atelier* em uma das visitas ao Instituto. Tradicionalmente, sabe-se que as populações indígenas não pintavam quadros, e é interessante perceber uma demanda crescente, tanto de indígenas pintores, quanto de consumidores desse formato de artes plásticas. Nos perguntamos neste trabalho, como se deu o processo de apropriação desta iconografia do livro, referente, sobretudo a região do Alto Rio Negro por estes artistas indígenas de diferentes etnias do Amazonas.

P51 – O Oriente, a Sul do Ocidente. Etnografias do Sul sobre contextos árabes e islâmicos

Coordenadores: Paulo Pinto (Universidade Federal Fluminense – BR); Maria Cardeira da Silva (FCHS-UNL / CRIA)
Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.13, Reitoria/Geociências

Este painel pretende atualizar e alargar contactos entre investigadores de países do sul da Europa e da América do Sul que se têm debruçado sobre contextos árabes e islâmicos com um ponto de vista descendido dos grandes loci produtores do orientalismo.

Pode acreditar-se que esses ‘orientalismos periféricos’ podem contribuir para um eventual desconcerto do estrabismo orientalista dito hegemónico (de que os primeiros são, em todo o caso, tributários); mas a pertinência da atualização que aqui pretendemos assenta mais na convicção de que:

a) tanto a revisão comparada dos quadros de produção académica sobre ‘os árabes’ e o ‘islão’ nestes países pode fornecer material etnográfico pertinente para a compreensão de configurações particulares da constituição de sujeitos por via de processos de outrificação e normatização (dos mais íntimos aos mais etnogenealógicos e políticos)

b) quanto o acompanhamento objetivado e informado de etnografias contemporâneas localizadas pode esclarecer as condicionantes que definem os quadros políticos de produção do conhecimento concomitante.

Não se propõe um exercício fátuo de procurar alternativa ao orientalismo, mas antes torná-lo etnograficamente produtivo por via de um retorno heurístico à territorialização das pesquisas e à comparação entre quadros de produção, mais e/ou menos periféricos, colocados em contraponto. Por isso são bem-vindas participações de reflexão histórica, conceptual e/ou etnográfica.

A Dupla Face do Orientalismo Brasileiro

Paulo Pinto (Universidade Federal Fluminense – BR)

Ao chegarem ao Brasil, os emigrantes de fala e cultura árabe encontraram um universo cultural no qual já circulavam algumas representações sobre quem eles eram e qual seria o seu lugar possível na sociedade brasileira. Assim, a construção das identidades árabes se deu em um complexo processo de negociação entre fatores locais, nacionais e transnacionais. Alguns desses fatores derivavam da dinâmica interna da comunidade árabe, outros eram colocados pela sociedade brasileira, e outros consequência de processos culturais e políticos nas sociedades do Oriente Médio, assim como na Europa e nas demais comunidades árabes nas Américas.

A maioria das representações sobre os árabes que estavam presentes na sociedade brasileira derivavam do orientalismo europeu, embora se possa falar de certas especificidades do orientalismo brasileiro.

Embora o orientalismo centrado em representações negativas sobre os árabes fosse bastante forte no Brasil durante o século XIX, os pensadores sociais brasileiros do início do século XX, como Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo, incorporaram os árabes como parte da herança cultural lusitana que valorizavam em suas explicações do Brasil.

La excepcionalidad del orientalismo español: antropologías (y otras aproximaciones) desde la periferia Ángeles Ramirez (Universidad Autónoma de Madrid – ES)

En la introducción a la edición española de *Orientalismo*, Edward Said, que no había incluido los orientalismos periféricos en su estudio, afirmaba que «España es una notable excepción en el contexto del modelo general europeo cuyas líneas generales se describen en *Orientalismo*». La razón, aducía Said admitiendo la influencia de Juan Goytisolo, es que el islam había formado parte de la cultura española durante siglos, algo que todavía era patente. Formando parte de la cultura española, el islam no se presentaba como algo

externo y exótico, sino como interno y cotidiano. Hasta tal punto creía Said en esto que tomaba a España como la excepción al «choque de civilizaciones». ¿Significa eso entonces que la producción española sobre los contextos islámicos queda fuera del alcance orientalista? Lo cierto es que Said estaba también orientalizando España, minimizando el poder imperial español con respecto al norte de África y exotizando la imagen de Al Andalus, al que llamaba Andalucía. Con ello reproducía las representaciones que de España se hacían escritores y antropólogos anglosajones visión que ha sido criticada por antropólogos y antropólogas como Pina-Cabral, Llobera o Victoria Ana Goddard.

Esta comunicación pretende realizar un análisis de la producción etnográfica española desde las políticas del conocimiento, con alguna referencia a los debates sobre la España orientalizada que fue objeto de las «etnografías del mediterráneo» y trabajando «en contrapunto» con los otros orientalismos periféricos: del sur de Europa y de América Latina.

España y el doble orientalismo from below

Virtudes Tellez Delgado; María Livia Jimenez Sedano (Universidad Nacional de Educación a Distancia – ES)

Las relaciones entre las poblaciones del sur de Europa y el norte de África han sido intensas, tienen gran profundidad histórica y han sido un elemento fundamental para construir las formas de pertenencia y diferencia étnica en ambas orillas. La proximidad geográfica, cultural, y los intensos lazos sociales creados a lo largo de siglos conforman un escenario muy distinto del de otros contextos europeos y su historia de relación colonial con países de mayoría musulmana. Así, el orientalismo español presenta unas características muy específicas. En esta presentación queremos centrarnos en las voces de ciudadanos y ciudadanas de Madrid que se autodenominan “españoles” y “marroquíes”, para explorar cómo construyen sus identificaciones y alteridades con respecto al etiquetado como “otro”. Nos basamos para ello en el análisis de grupos de discusión que hemos realizado con población residente en Madrid que se autodenomina “española” y “marroquí”. El marco teórico de análisis son las gramáticas de identidad/alteridad de Baumann y Gingrich. La conclusión principal es que los participantes se construyen un escenario común donde se ubican a sí mismos como diferentes al otro basándose en una gramática de tipo orientalista donde “lo español” es dibujado como algo más avanzado en ciertos aspectos pero que ha perdido elementos valorados que aún se conservan en “lo marroquí”; en otro orden, se construyen como semejantes en contraste con un tercero respecto al que también se sitúan de modo orientalizante: “Europa” (“más avanzado que nosotros”) o bien “otros países árabes” (“más atrasados que nosotros”).

Iberoamérica en el espejo de Oriente: la visión en «contrapunto» de Habib Estéfano en las primeras décadas del siglo XX

Juan José Vagni (Universidad Nacional de Córdoba – AR)

La figura de Habib Estéfano constituye un ejemplo singular de identidad múltiple, construida en un inusual itinerario entre el Oriente árabe, Europa y América. Su trayectoria personal condensó las contradicciones y tensiones de dicho recorrido: sacerdote maronita primero, luego académico de lengua árabe en el efímero reinado de Faisal I en Damasco y, finalmente, orador y propagandista de la causa árabe e hispana en suelo americano. De allí que su producción literaria, aunque reducida, muestre la complejidad y diversidad de esa travesía, articulando las nacientes ideas de la Arabidad y la Hispanidad.

Estéfano encontró en el Oriente árabe y en la España musulmana un espejo para reflejar la multiplicidad de los aportes culturales que conformaron la identidad del Nuevo Mundo. Su construcción del Oriente aparece recortada y amoldada a las expectativas de su audiencia local, especialmente de las comunidades árabes asentadas en América.

La exaltación del aporte hispánico e ibérico en la conformación americana lo llevó a poner en cuestionamiento otros proyectos como el indo-americano, el latino-americano y el panamericano, entre otros. En su postura contra la atracción del modelo estadounidense, como así también el del “cosmopolitismo” francés y el de la revolución rusa, procuró devolver a España su “merecido lugar” en la conciencia de los americanos.

El objetivo de esta ponencia será así revisar el recorrido ideológico de estas propuestas, en el contexto de las realidades históricas que atravesaron la producción de dicho autor.

Reflexões: o Islã herdado – Brasil, Portugal e Espanha

Vera Lúcia Maia Marques (Universidade Federal de Minas Gerais – BR)

O *topos* Gharb al-Andalus, importante na memória dos muçulmanos na Península Ibérica é elemento fundamental e de motivação para estas reflexões. Apagado da história oficial de Portugal e da Espanha tem

vindo a ser retomado abrindo campo a que alguns novos muçulmanos recusem o uso do termo «convertido/revertido», tomando-o como um «rótulo» pejorativo.

Assim como em Portugal, no Brasil alguns novos muçulmanos também têm se identificado com o passado histórico africano, valorizando a Revolta dos Malês. Alguns relatos históricos dão conta de que foram os Malês que fizeram florescer o Islã no Brasil deixando seus traços entre os brasileiros.

Entretanto, uma outra questão tem chamado a minha atenção. Num contraponto entre Portugal e Brasil, para além dos brasileiros herdarem alguns legados dos negros trazidos como escravos, os brasileiros também herdaram muito dos traços culturais dos portugueses, descendentes de mouros e moçárabes. Entretanto, são nos africanos que alguns brasileiros muçulmanos por «conversão» têm buscado se reconvertam, fazendo o uso deste «passado» para se identificarem também com um Islã «herdado». Portanto, a questão a qual me lanço está focada em entender o motivo que leva alguns «novos muçulmanos» a imputarem um maior peso histórico aos africanos e à imigração árabe posterior do que à presença portuguesa-árabe-moura, tentando traçar um comparativo entre Brasil, Portugal e Espanha.

Criatividade, intersubjectividade e novas geografias imaginativas nas colaborações de músicos do Sul da Europa e do Mundo Árabe

Leonor Losa (FCSH-UNL)

Seguindo uma tendência generalizada no sul da Europa, nos últimos anos, músicos portugueses começaram a envolver-se em práticas de fusão e colaborações com músicos do designado mundo árabe. Estas novas estéticas de colaboração encontram-se ancoradas em discursos de proximidade cultural reivindicando afinidades promovidas por uma longa história de convivência entre os habitantes da Península Ibérica e o Norte de África. Enfatizando o *pathos* emocional da voz cantada, este eixo imaginado de filiação expressiva e cultural posiciona Portugal (nos discursos dos músicos) na área cultural do Mediterrâneo e do mundo árabe, por oposição à tradicional localização do país no Atlântico que tem constituído uma formulação discursiva operativa tanto do ponto de vista do poder político como da gestão social das relações entre Portugal e as suas ex-colónias. Deste modo, a aproximação criativa ao oriente e o posicionamento na área cultural do Mediterrâneo, apresenta-se como forma de desvinculação da construção política da Lusofonia, assente na fantasia de partilha de elos culturais e identitários unindo os povos transnacionais de expressão portuguesa. Esta comunicação pretende averiguar de que forma novas “geografias imaginativas” (Said 1978) projectando mutuamente visões do sul da Europa e do oriente são produzidas de modo dialógico entre músicos que articulam experiências, histórias e legados distintos, promovendo modos criativos alternativos aos discursos dominantes da política cultural que configuram concepções do mundo e estruturas de sentido marginais. Enquanto trabalho em curso explora, por ora, a imaginação como prática social (Appadurai 1996) e problematiza intersubjectividade como espaço de agência.

“Princesas” europeias no Saara: leituras ambivalentes dos contactos pré-coloniais no sudoeste da Mauritânia

Francisco Freire (FCSH-UNL / CRIA)

Esta apresentação trata algumas leituras contemporâneas e definições identitárias relativas à história pré-colonial da população bidan do sudoeste saariano.

O estudo baseia-se num *corpus* de tradições orais relativas à inicial presença Europeia nesta região, e em particular no que concerne a incorporação de “princesas” Europeias/Cristãs em genealogias tribais. A análise destes processos autoriza uma leitura dos iniciais encontros euro-saarianos (e suas posteriores redefinições) como elementos plenamente incorporados nas tradições historiográficas da região, e nos processos de subsequente consolidação identitária. A incorporação destas figuras femininas na paisagem social saariana marca também a apropriação – por vezes a “conquista” – de personagens Cristãs por idiomas culturais locais, aqui definidos sobretudo em torno dos conceitos de tribo e Islão. A prevalência destes elementos na tradição oral, assim como a sua complexa articulação, confirmam o esforço local de reconfiguração do passado euro-saariano, e o interesse até hoje atribuído a estas ligações, longas de mais de cinco séculos.

O património de origem portuguesa em Safim: discursos de poder e práticas espaciais

Ana Sofia Neno Leite (UC)

O período colonial em Marrocos foi determinante para o desenvolvimento de práticas de patrimonialização, reflexo dos seus mecanismos de poder e conhecimento sobre o território. Esta foi uma importante etapa

na produção de modelos, na reprodução e difusão de informação, no planejamento urbano moderno, bem como nos processos de classificação arquitetônica e patrimonial. A transição para a independência colocou à sociedade marroquina o desafio de reinterpretar conceitos e processos e de implementar lógicas próprias de gestão do patrimônio na criação da sua própria urbanidade e modernidade.

Esta comunicação visa expor um conjunto de reflexões sobre os processos de patrimonialização das construções arquitetônicas ditas de origem portuguesa na cidade de Safim e a sua expressão em múltiplas representações e apropriações e, conseqüentemente, na cidade e nas suas dinâmicas sociais. A apropriação do patrimônio é uma ferramenta conceptual na formulação de discursos produtores de identidade ou legitimadores de poder.

Estas múltiplas apropriações traduzem-se no desenvolvimento urbano da cidade que integra este património, pelas políticas de actuação, planos urbanos e de salvaguarda, planos estratégicos de desenvolvimento e turismo, diversos discursos e práticas espaciais das comunidades locais. A leitura do desenvolvimento do espaço urbano, a partir das representações do património dito de origem portuguesa em Marrocos, desde o período do Protectorado Francês até à actualidade, pretende contribuir para a clarificação de discursos nem sempre complementares ou coincidentes e sobretudo frágeis ou muito fragmentados e para a compreensão das práticas urbanas.

O entrelaçamento de culturas e o processo de invenção do outro: encontro nas diferenças

Fernando Resende (Universidade Federal Fluminense – BR)

No sem-fim do jogo da narração e pensando cultura como prática significativa, esta comunicação apresenta elementos mediatórios essenciais para a leitura de modos de vida e crenças partilhados na diferença (Bhabha). O objetivo é reconhecer os marcadores de diferenças como parte de um movimento que acontece com e a despeito das geopolíticas dominantes (ocidentalismos/orientalismos) que afastam culturas, apartam sujeitos e decodificam modos de vida. A comunicação propõe pensar as categorias nós e eles como construídas a partir de relações histórico-culturais, considerando haver sempre traços e restos (Lévinas) que, longe de significar unidade, são indicativos de relação de alteridade. O objeto analisado é o relato de uma viagem que um imã iraquiano faz ao Brasil do século XIX, que coloca em questão as narrativas hegemônicas acerca do confronto político-cultural protagonizado por afro-muçulmanos na Bahia de 1835. A análise evidencia uma trama de relações e usos de poderes, ativando os marcadores de diferenças e revelando os modos através dos quais o Brasil oitocentista inventa o muçulmano como outro. Um dos nossos pressupostos sugere que olhar para os tempos múltiplos e os intertextos tecidos na narrativa (Ricoeur) é também olhar para as marcas na tessitura da cultura. O mundo árabe visto como “outro” também se dá a conhecer à luz dessas lutas travadas no âmbito das políticas e das culturas. É pois na dimensão de um “cultural” (Appadurai), tecido na fronteira das diferenças, que voltamos nossos olhos para os recuos, os avanços e as formas de promover contenções e distensões no embate ocidente/oriente.

Imigrantes árabes muçulmanos na fronteira Paraguai-Brasil: narrativas geracionais de futuros imaginados na região

Silvia Montenegro (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – AR)

Entre os imigrantes árabes da “Tríplice Fronteira” é possível distinguir um grupo de pioneiros que se estabeleceu na região no início da década de 60, outro grupo mais amplo, principalmente formado por libaneses chegados na década de 80 e os descendentes nascidos em Paraguai e Brasil. Esta comunicação faz parte de uma pesquisa mais abrangente sobre o tema, onde analisamos como a comunidade árabe-muçulmana da Tríplice Fronteira foi retratada pela mídia internacional e nacional (Montenegro e Giménez Béliveau, 2006); sua inserção no campo religioso das três fronteiras e o imaginário de católicos e pentecostais sobre os muçulmanos (Montenegro, 2009); os projetos missionários das igrejas evangélicas que praticam na região a “evangelização transcultural para árabes” na tentativa de converter os muçulmanos ao cristianismo (Montenegro, 2010) e as trajetórias migratórias e as narrativas sobre trabalho, religião e “integração” entre os imigrantes (Montenegro 2009 e 2013). Continuando com uma abordagem que privilegia a análise das relações entre a comunidade árabe muçulmana e as sociedades do espaço trinacional da Tríplice Fronteira, este trabalho analisa as diversas categorias que estruturam os discursos sobre “estar na fronteira” de imigrantes e descendentes. Com base em pesquisa etnográfica realizada em 2012 e 2013 focalizamos também as práticas e narrativas de grupos de jovens descendentes que se organizam para promover atividades culturais e documentar a história da presença da comunidade na região, imaginando seu futuro no espaço da fronteira sul-americana.

Muçulmanos brasileiros na dar *al-islam*: a busca por conhecimento religioso e a construção de identidades religiosas transnacionais

Gisele Fonseca Chagas (Universidade Federal Fluminense – BR)

A noção de conhecimento religioso é central para a maioria dos muçulmanos, com o estudo e o aprendizado dos princípios islâmicos normativos sendo entendidos como forma de adoração e um pressuposto para a salvação. Desde os primeiros tempos da história islâmica, muçulmanos de todo o mundo transpuseram fronteiras geográficas e culturais, deslocando-se em jornadas espirituais e intelectuais em busca de conhecimento. Embora distintas concepções e transações de conhecimento religioso tenham moldado as diferentes tradições islâmicas, a noção de *ummah* (comunidade mundial de fiéis) ganhou força no imaginário dos muçulmanos, contribuindo para a elaboração simbólica de uma geografia do conhecimento que direcionasse os fiéis em seus deslocamentos pela *dar al-islam* (terra do islã).

Considerando a dimensão transnacional que envolve os processos de aquisição, transmissão e circulação de conhecimento islâmico no contexto contemporâneo, o objetivo desta comunicação é explorar, etnograficamente, as dinâmicas e tensões que informam tais processos a partir da análise de trajetórias pessoais de muçulmanos brasileiros que se deslocaram pela *dar al-islam* (neste caso, Arábia Saudita, Síria, Egito e Irã) em “busca de conhecimento religioso” – sobretudo para estudarem em instituições religiosas – e que depois retornaram ao Brasil. Para tanto, serão analisadas as diferentes formas pelas quais tais muçulmanos aprenderam, compartilharam e questionaram os valores islâmicos, assim como suas experiências pessoais, muitas vezes conflitantes, em países majoritariamente muçulmanos. Com isto, pretende-se discutir como identidades e redes de pertencimentos religiosos são construídas nas complexas e “generativas” interseções entre o local e o global – entre Brasil e Oriente Médio.

O Refúgio no Brasil: deslocamento, heterotopia e memória entre os refugiados palestinos em Mogi das Cruzes, SP

Daniele Abilas Prates (Universidade Federal Fluminense – BR)

Redes locais e redes transnacionais não são espaços totalmente dissociados para os refugiados palestinos. Elas estão em constante contato, pois são simultaneamente ativadas e produzem uma interação entre local e global que se mostra fundamental no processo de construção da habitabilidade dos refugiados reassentados. São redes entrelaçadas que permitem um estar aqui e lá, numa dinâmica que constrói uma liminaridade relativa, uma vez que não isolam os refugiados num espaço ou noutro, e apontam menos para a inexorabilidade do processo ritual linear e mais para a manutenção de um momento liminar contraditório, em que esforços de agregação são vividos simultaneamente a tentativas de retorno a um momento pré-separação. Esses entre-lugares são, certamente, uma forma de construção de lugares sociais em que os refugiados palestinos desenvolvem novas formas de habitar, que desafiam padrões estáticos e categorias restritivas de pertencimento.

Conclui-se que o deslocamento não é um abandono de lugares, ou uma simples justaposição ou sobreposição de lugares, mas uma ampliação de espaços que são ocupados de maneiras criativas pelos refugiados. Dessa forma, o não-lugar passa a ser um lugar de recriação de si, um espaço heterotópico, no qual os refugiados palestinos experienciam e criam disposições novas para sua habitabilidade em um contexto de movimento.

P52 – Práticas culturais e de lazer na cidade

Coordenadores: Juliana Pedreschi Rodrigues (Universidade de São Paulo – BR); Nilton Silva dos Santos (Universidade Federal Fluminense – BR); Ricardo Alves Bento (FCSH-UNL / ISCTE-IUL)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A2.13, Reitoria/Geociências

Entendemos a cidade como espaço privilegiado e fecundo para a vivência de práticas culturais e de lazer diversificadas. Assim sendo, este painel tem como propósito principal fazer a leitura da escrita do espaço público compreendido aqui, como local de expressão de subjetividades de diferentes grupos (através da cultura de rua: artes visuais, hip-hop, grafitti, pichos, teatro, pintura, performance, práticas poéticas e corporais, etc.), lugar de promoção e, ao mesmo tempo, de circunscrição da participação comunitária e da construção de novas identidades. De forma interativa e criativa busca-se refletir, com o coletivo de

pesquisadores, questões sobre a diversidade cultural existente nas cidades que expressam-se sobretudo no tempo de lazer e que compõem diferentes formas de manifestações políticas que se acomodam ou se transformam à revelia das políticas públicas ou como parte integrante destas.

Cultura de participação e lazer na cidade: reflexões sobre as manifestações culturais e a revitalização do centro da cidade de São Paulo, Brasil

Juliana Pedreschi Rodrigues (Universidade de São Paulo – BR); Reinaldo Pacheco (Universidade de São Paulo – BR)

A presente comunicação aborda a questão da cultura e valorização de espaços públicos localizados na região central da cidade de São Paulo. Entendemos que a ausência de políticas públicas voltadas para a recuperação dos centros urbanos e a inexistência de diálogo e projetos comuns entre o Poder Público e comunidade, acabam por provocar no cidadão um descaso em relação à cidade devido à noção equivocada de não se sentir responsável por esta, além de provocar a sensação de medo da rua, medo do outro, e a necessidade de recorrer à falsa segurança do isolamento, materializada na privatização de espaços, de manifestações culturais e de lazer e experiências coletivas que outrora foram públicas. Assim sendo, esta pesquisa, teve como objetivo refletir acerca das dificuldades que envolvem à proposição de soluções visando ocupação de espaços públicos através de intervenções artísticas e da organização de eventos culturais populares. A metodologia envolveu pesquisa documental, bibliográfica e o registro e análise de material iconográfico de dois eventos culturais promovidos anualmente na região central da cidade: o primeiro evento: *Festival Baixo Centro*, e o segundo: *Virada Cultural*, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura. Busca-se refletir sobre significados e valorização das manifestações artísticas e culturais na região central da cidade e sugerindo a mobilização popular para o desenvolvimento de processos educativos visando à participação popular nas decisões da administração pública no que se refere à elaboração de políticas públicas destinadas a realização e valorização de eventos culturais em espaços públicos da cidade de São Paulo.

Rap Kriol(u) e a pesquisa etnográfica: lógicas de desafiar a mudança no espaço urbano em (i) mobilização

Redy Wilson Lima (Universidade de Santiago – CV); Miguel de Barros (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – CV)

Nos inícios dos anos de 1990, com a vaga de democratização e da liberalização económica na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, quer o PAIGC quer o PAICV, partidos tidos como “força, luz e guia do povo”, perdem esse estatuto, deixando espaço à emergência de novos protagonistas sociais, uma vez que na nova conjuntura política fica a ideia de que a sociedade civil estaria livre dos mecanismos de repressão do aparelho do Estado. Surgem novas formas de sociabilidades juvenis e a cultura *hip-hop*, mais concretamente o *rap*, aparece como veículo da liberdade de expressão e de protesto dos grupos juvenis urbanos em situação de maior precariedade, que através das rádios e dos novos *media* ampliaram os espaços de contestação pública. Esta comunicação pretende analisar a emergência de um movimento contestatário nas cidades de Bissau e da Praia, o movimento *hip-hop*, assim como a democracia, o narcotráfico, a justiça social e os processos de desenvolvimento na África Ocidental. Ao mesmo tempo, a partir da discussão metodológica da pesquisa etnográfica levada a cabo nestes dois contextos, buscar-se-á alargar o marco compreensivo de realidades subalternas ignoradas nas ciências sociais e no sistema político instituído bissau-guineense e cabo-verdiano.

Escrita performativa no espaço público: da rua à Internet

Cláudia Madeira (FCSH-UNL)

As paredes das ruas da cidade de Lisboa enchem-se de mensagens e imagens políticas, resultado de manifestos individuais de cidadãos comuns ou colectivos (de propaganda política, sindical, de novos movimentos). Estas mensagens, muitas vezes, multiplicam-se noutras mensagens que reconstróem virtualmente a cidade em *blogs* na Internet, em mensagens no telemóvel. Procurar-se-á nesta comunicação analisar através dos registos fotográficos dessas imagens e mensagens o que elas dão a ver da performance da cidade, que todos os dias se transforma e transforma com ela quem nela vive.

When space becomes art: Making sense in an aleatory world

Cláudia Marisa (ESMAE-IPP / ISFLUP)

The main aim of this paper is to discuss the concept of public space as a collection of images and a site of ephemeral representations that gives us a glimpse of an aleatory artistic performance. Thus, one can

conceive public space as a representation of social relationships between people that are mediated by images. Consequently it is through a physical space that people organise their own personal trajectory. Therefore, space can be analysed as an archive of the way each one builds up reality, reinventing their own life by giving meaning to their actions. Within this idea, one can argue that actions taking part in public spaces are performed according to shared rules within a known set of applications. Hence a polarisation effect is similar on a stage and on a daily life: there is always an interchange of roles between the “performer” (the promoter of the action) and the spectator (the witness of the action); and that interchange is crucial to the creation of a symbolic system. In this scope, all kinds of spaces are – potentially – scenic spaces. It appears that there is a semiotic and meaningful correspondence between scenic space and public spaces. The purpose of this paper is to reflect upon the phenomenological and aesthetic approach to “performative spaces”. It also questions performance art as an event that promotes an interruption of daily-life routine and creates different perspectives of how life can be interpreted.

El arte como instrumento de transformación social e investigación de la tradición Amazigh en Melilla (España)

Karima Soliman (Escuela de Arte Miguel Marmolejo – ES)

Melilla es un enclave español situado en el norte de África. La ciudad se caracteriza por la presencia de diferentes grupos culturales; mitad de sus habitantes son de origen Amazigh (Bereber). La ciudad mantiene importantes porcentajes de analfabetismo y pobreza; estos datos afectan especialmente la población que reside en la periferia que es, mayormente, de origen bereber. “Marcaré-Kahina” une activismo social e investigación etnográfica; por un lado, trabajamos para la mejora del espacio urbano, en modo particular de la periferia, por el otro, investigamos en la tradición local, utilizando como instrumento el Arte, en particular el teatro y la pintura. El equipo está formado por académicos, artistas plásticos y técnicos audiovisuales. A través de una serie de acciones relacionadas con Arte y audiovisuales (pintura mural, radio, fotografía, vídeo) buscamos mejoras en la convivencia y la transformación del espacio urbano: en programas de radio y a través de la fotografía, los participantes enseñan su mirada crítica del entorno. A partir de la formación de mujeres en pintura, costura tradicional y teatro, se ha iniciado una labor de reivindicación del rol de la mujer. Se investiga en la tradición Amazigh a través de las narraciones y memorias de sus protagonistas. Cercanos a las ideas de Antropología pública, utilizamos la investigación como herramienta a servicio de la ciudadanía a través de una metodología artística participativa.

Circuitos juvenis de palhaços de folias de reis em favelas cariocas

Daniel Bitter (Universidade Federal Fluminense – BR)

Ao contrário do que amplamente se imaginou e se disseminou, as expressões culturais associados ao folclore, no Brasil, não desapareceram com o êxodo rural, adaptando-se a contextos migratórios marcados pela intensa vida urbana e moderna. Nas áreas periféricas de muitas das cidades brasileiras, um número expressivo de jovens continua a integrar as chamadas “folias de reis”. As folias são grupos de músicos e tocadores que realizam um circuito de visitas rituais, recolhendo donativos para festejar o dia dos Reis Magos. A maior parte destes jovens é particularmente atraída pelo “palhaço”, personagem mascarado, ao qual se associam representações negativas, como o Diabo, Exu, etc. O palhaço declama versos rimados, realizando também, ágeis bailados e acrobacias. No conjunto das atividades religiosas da folia, a chamada “brincadeira” do palhaço, se destaca, exercendo uma incomum fascinação entre estes jovens. Os palhaços atuam em pequenos grupos e sua performance se desenrola frequentemente num contexto de rivalidades em torno da afirmação de reputações, através da demonstração de habilidades, colocando-se em cena suas subjetividades. Nesta comunicação exploro o universo das folias de reis e particularmente dos palhaços, a partir de pesquisa etnográfica realizada em contextos multissituados, privilegiando a circulação e os fluxos de foliões de reis e palhaços entre algumas favelas cariocas. O propósito está em evidenciar que estas práticas são movidas por inúmeras motivações, envolvendo religiosidade, cosmologias, entretenimento e que se constituem, também, em instrumentos de visibilização de determinadas categorias sociais e territórios historicamente segregados.

«Variações da fé»: construção de um processo empírico entre artes visuais e antropologia

Hélène Veiga Gomes (Université Paris X Nanterre – FR)

“Um corredor, uma antecâmara, outra, a sala grande. Um *poster* de Meca. Um ponto de água. Ao longe, a voz do chamamento. ‘Variações da fé’ é uma instalação que visa restituir os espaços simbólicos de uma mesquita contemporânea. Ao pesquisar sobre a dimensão ritual do culto muçulmano, Hélène Veiga Gomes

trabalhou a partir das condições de transposição da sala de oração para a sala de exposição ... «, assim começava o sinopse da exposição. Que, aqui, já se integra no resumo da apresentação daquela experiência. O texto, as imagens e as ideias viagem de um campo para o outro, da arte para a antropologia, da antropologia para a arte. Até que ponto é que se pode traduzir os dois discursos? Em que momento é que as linguagens tornam-se concomitantes?

Com base num terreno multisituado, iniciei uma pesquisa em diferentes mesquitas de Lisboa, questionando vários aspectos da religião, da relação entre as práticas da reza e o espaço de culto à pertinência da palavra “comunidade” aplicada aos crentes muçulmanos. Paralelamente formulou-se a proposta de trabalho, composta por duas instalações vídeo, uma série de fotografias e uma caixa de luz, apresentada no espaço Carpe Diem – Arte e Pesquisa, em Lisboa. Envolvendo vários temas, da simbólica à arquitectura, passando pelos princípios ideológicos dos contextos envolvidos como pelo jogo das imagens, pretende-se voltar sobre o processo de construção de um objecto híbrido e reflectir sobre as implicações recíprocas das duas áreas.

Shopping Beira-de-Estrada como Espaço de Fomento Cultural: Qual o lugar possível da cultura nesta dinâmica de fluxos do quotidiano? Uma reflexão sobre a educação pela arte e a arte em espaço público

Inês Alves (FBA-UP)

A presente proposta tem por objectivo reabilitar o conceito de Shopping Centre, entendido como espaço descaracterizado e contenedor de marcas ou símbolos de uma cultura capitalista e de contornos híbridos. Tendo esta ideia como questão central, parte-se para uma ‘potenciação’ de um espaço comum a uma comunidade através do incremento do seu carácter ‘lúdico-educacional’.

Através de duas abordagens paralelas constituídas, por um lado, através uma análise da área percentual de espaços dedicados à cultura nas cidades do Porto e Lisboa e da sua relação com as áreas de comércio e serviços, pretende-se entender qual o peso cultural em espaço público. Por outro lado, é pensada uma aproximação à comunidade do Vale do Sousa, através de um trabalho de campo, junto a equipamentos de acção educativa e social, com o propósito de clarificar qual o entendimento do conceito de ‘Cultura’ para esta comunidade.

Por fim procurar-se-á uma aproximação aos promotores destas grandes estruturas no sentido de as sensibilizar para a concretização de espaços de fomento cultural, procurando assim a introdução de sentido identitário nesta tipologia de ‘espaço-público’.

A construção do corpo cênico na cidade: Uma ‘deseducação’ das técnicas corporais nos palcos e nas ruas

Renata Daflon Leite

Depreendemos da leitura de ‘Técnicas do corpo’, texto de Marcel Mauss apresentado em 1934, que o corpo é uma construção fisio-psico-sociológica. Os ‘povos com berços, travesseiros, bancos e mesas’ têm uma postura física diferenciada e sua arte teatral terá que passar por uma espécie de ‘deseducação’ de suas técnicas corporais para alcançar uma arte que ultrapasse a naturalidade cotidiana. As técnicas extracotidianas analisadas por Eugenio Barba e Nicola Savarese no dicionário de antropologia teatral ‘A arte secreta do ator’, servem para que o ator-dançarino manifeste uma qualidade de energia que o torne pré-expressivo, tendo uma presença cênica antes mesmo de expressar alguma coisa. Podemos observar este processo tanto nos atores de teatro quanto nos atores sociais do espaço urbano. As ações mecânicas dos motoristas e trocadores de ônibus, convivem com as técnicas extracotidianas do corpo apresentadas pelos ‘malabaristas de sinal de trânsito’ que apresentam performances circenses em meio aos sinais de trânsito da cidade do Rio de Janeiro para ganhar alguns trocados. O ator de teatro e o artista performático de rua adquirem uma presença cênica capaz de despertar o interesse da plateia que o observa. O corpo cênico nos leva a pensar a cena urbana como um espetáculo a céu aberto onde os diversos tipos que desfilam nas ruas impõem leveza à dança cotidiana da cidade. Como o comportamento extracotidiano pode imprimir beleza e Arte ao caos urbano?

P53 – Trajetórias e identidades em contextos urbanos transnacionais

Coordenadores: Daniel Malet Calvo (ISCTE-IUL); Giacomo Ferro (FCSH-UNL / ISCTE-IUL); Isis Martins (Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro – BR)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: A1.10, Reitoria/Geociências

A cidade, como contexto de agrupamento humano, foi sempre considerada pela antropologia como um terreno de estudo privilegiado para a observação das dinâmicas da mobilidade: Desde os estudos pioneiros

centrados em “comunidades” migradas dentro das cidades até o seu alargamento primeiro para as dinâmicas móveis próprias da metrópole, e depois para a consideração da cidade como um enclave transnacional com conexões e transações globais.

Assim, a tensão entre territorializações identitárias e trajetórias de mobilidade já foi apresentada como uma contraposição irresolúvel entre grupos humanos, como etapas dum processo de integração dos atores sociais num contexto novo, ou até como aspectos de sociabilidade estratégica dum mesmo grupo humano.

Sempre no centro da discussão sobre o urbano, esta negociação entre as trajetórias e as identidades (sejam individuais ou coletivas) é um elemento fulcral para compreender a sociabilidade urbana, as apropriações coletivas, os processos de transformação da cidade, e a produção tanto das comunidades como dos lugares que constituem o espaço das cidades transnacionais.

Esperamos receber contribuições etnográficas e teóricas para ilustrar esta negociação constitutiva da cidade, trabalhos moldados simultaneamente pela atenção sobre marcos relacionais locais em contextos urbanos particulares, e pelo trabalho constante da complexidade das dinâmicas transnacionais próprias da globalização capitalista sobre a cidade.

O espaço legitimador: sexualidade(s) e a centralidade da identidade “gay” na produção da cidade de São Paulo

Bruno Puccinelli (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Sexualidades produzindo cidades; cidades legitimando espaços para identidades sexuais. O presente trabalho, fruto de etnografia que coteja dados micro e macrosociais, analisa a constituição de espacialidades legitimadoras de determinadas expressões de sexualidade na cidade de São Paulo, assim como produzidas por esses mesmos índices de sexualidade. Tomando como base duas regiões da metrópole, República e Paulista, evidencia-se o processo relacional e transitório de fixações no espaço urbano que estipulam lugares de legitimidade de determinadas expressões de sexualidade, tendo-se a definição genérica de “gay” como centro. Tal termo, carregado de significações de classe, *status* e localidade de origem, serve como meio para compreensão do processo pelo qual ganha centralidade e produz centralidades na cidade: a “rua gay” passa a estar no Centro da cidade, produzir o Centro da cidade, mesmo estando na Paulista, um pouco mais distante da República, mais próxima ao Centro oficial. Além disso, a ideia de uma espacialidade “gay” traz à tona a conformação de um bairro, ou uma região, como identificada sexualmente, aproximando-a de realidades diversas, como o Marais parisiense, o Castro de São Francisco ou a Chueca madrilena. Estar num ou noutro lugar pode ser um meio de inteligibilizar a cidade e a sexualidade de si e de outrem, produzindo oposições entre maior pertença a um entendimento de “gay”, por exemplo, ou de “bicha”, no caso brasileiro, colocando este termo numa posição de “periferia” em relação ao outro. Além dos trânsitos na cidade, produtores de diferenciações e hierarquias, o espaço “gay” permite trânsitos semânticos internacionalmente compreendidos.

A Opressão da Pressa

Craig William Schuetze (Universidade de São Paulo – BR / University of California, Santa Cruz – US)

Entre 1995 e 2015, 100,000 motociclistas terão morrido no Brasil, um número inédito em vinte anos de história das fatalidades do país. Em São Paulo, o número de mortes no trânsito (homicídios culposos) em 2010 – 4.638 – ultrapassou o de assassinatos – 4.320 – também pela primeira vez na história, um triste início para a “década mundial de ações de segurança do trânsito” da Organização Mundial da Saúde. Para explicar esta hecatombe, o poder público, as ONGs, e a mídia recorrem a três discursos principais: trânsito como guerra, como epidemia, e como falta de educação, ou seja, em termos militares, biomédicos e culturais. Dessa forma, o trânsito deve ser tratado pelo policiais militares que são responsáveis pela fiscalização (CPTRANS), e por campanhas de educação. Este papel mostrará as deficiências teóricas dessas perspectivas depois de passar um ano e meio desenvolvendo pesquisa etnográfica em São Paulo. Acompanhando as abordagens da Operação Cavalão da Polícia Militar, realizando uma pesquisa sobre os acidentados no Hospital das Clínicas (o maior hospital do continente), assistindo diversos cursos e debates, e entrevistando vários encarregados do poder público, conclui que o problema precisa ser repensado. O ponto de partida é que as fatalidades dos motociclistas, chamado de “custo do progresso”, deve ser pensado em termos políticos e econômicos. Com o foco no processo da regulamentação dos *motoboys*, agora conhecidos como *motofretistas*, este papel mostra a opressão da pressa que coloca as vidas dessas pessoas em risco por conta da economia global.

Governando as Relações Transfronteiriças. Estudo de caso entre o Algarve, a Andaluzia e o norte de Marrocos

Mercedes G. Jiménez Álvarez (UALG)

O principal objetivo desta pesquisa é a análise das relações transfronteiriças entre as regiões do sul da Europa e do Norte de África, (Algarve-Andaluzia – norte de Marrocos), baseada no conceito do campo social transnacional (Faist, 2005; Goldring, 1999; Levitt y Schiller, 2004; Pries, 2008; Ráphaël, 2010; Sayad, 1999; Suárez, 2007).

Nestas visões sobre as relações transfronteiriças está subjacente um nacionalismo epistemológico e metodológico (Portes, 2008). A fronteira parece impedir-nos pensar de forma conjunta os processos que se produzem nos diversos territórios. E as questões que se nos colocam são as seguintes: É possível pensar estes territórios enquanto espaços necessariamente interligados? É possível uma análise dos processos que já vinculam esses territórios? Serão necessárias novas categorias analíticas? Será possível falar de uma governança transnacional?

Entre Bairro Crítico e Bairro Criativo: o problema da afirmação da Cova da Moura

Susana Boletas (ICS-UL)

A Cova da Moura é um dos maiores bairros de concentração de população imigrante. É um espaço Outro, autoconstruído e multiétnico, com um forte e interventivo tecido associativo, o que tem feito recair sobre ele múltiplos olhares, atraídos pelas suas dinâmicas sociais, económicas e culturais, que têm resultado numa extensa produção de conhecimento científico e técnico. Este trata-se de um terreno mediatizado, alvo de discursos que oscilam entre o estigmatizante e o reabilitante e, ultimamente, até um terreno turístico, tendo-se apostado em visitas guiadas pelo bairro como forma de reforçar a sua abertura ao exterior e legitimar a sua existência. É, também, um dos polos de um movimento negro. Pese embora as políticas públicas de integração e os projectos com vista à qualificação social e espacial, este bairro permanece em risco: em risco de expulsão, enquanto persiste o problema da propriedade dos terrenos em que o bairro foi construído; em risco de exclusão, por se tratar de uma população imigrante, precária e, em parte, irregular; em risco de violência, devido ao policiamento normalmente repressivo. Em contexto de crise, estes factores de risco agudizam-se.

Pensar a alimentação para desenhar a cidade: práticas e consumos alimentares migrantes na região da grande Lisboa

Tiago Silveiro de Oliveira (FCSH-UNL / CRIA)

Com base na pesquisa que desenvolvo para o meu doutoramento, procuro reflectir sobre as imagens da cidade através do cruzamento dos conceitos de alimentação e identidade migrante.

Nesse sentido, proponho um olhar sobre as comunidades cabo-verdianas que residem na região de Lisboa, identificando os diferentes territórios da alimentação (domésticos/públicos), práticas de consumo e ritmos (quotidianos, fins-de-semana, festivais) que giram em torno destes.

A alimentação é, a par de outras manifestações culturais, um dos pilares da estruturação da identidade. Logo, comer não deve ser visto como uma mera prática de nutrição biológica, uma vez que a conservação ou extinção de determinados hábitos alimentares trazidos da origem acarretam cargas simbólicas e culturais importantes para a leitura das identidades migrantes, devendo ser interpretadas como mecanismos identitários e culturais através dos quais se perpetuam memórias, se constroem narrativas e se (re)criam hábitos que viajaram desde a origem. A nostalgia dos sabores da terra, dos sabores tradicionais, da infância/juventude (cf. Danziger, 1992) prevalecem em muitos discursos, traduzidos, não raras vezes na noção de “*kumida di téra*”.

Será pertinente, por isso, atentar nos hábitos alimentares que viajaram com o migrante e que continuam a ser valorizados (cf. Kaplan e Carrasco, 1999), mesmo quando existe o reconhecimento de novos hábitos e duma adaptação a práticas alimentares ditas portuguesas.

Requalificação não planificada – gentrification espontânea de um bairro social de Siza Vieira em Évora

Mário Gomes

Recentemente Frúgoli Jr. (2013) teceu algumas críticas aos estudos sobre *gentrification* por se debruçarem exclusivamente sobre o conflito capital imobiliário e poderes públicos contra os interesses das classes populares que se vêem, tradicionalmente, segregadas das áreas requalificadas. Isto corresponde exactamente à realidade com que nos defrontámos no nosso trabalho de campo (11 meses, residência *in situ*) no bairro social desenhado por Siza Vieira no pós 25 de Abril na Malagueira/Évora.

O Bairro é estudado nas Faculdades de Arquitectura do Mundo inteiro e desprezado em Portugal pelos poderes públicos pelo desinteresse a que o votam, neste momento existem 27 fogos emparedados (de 1200, casas unifamiliares, duplex, com pátio) atribuindo-se a responsabilidade ao tráfico de droga pela comunidade cigana, que levou à degradação da área social e arquitectonicamente.

Por outro lado existe um movimento de requalificação espontâneo criado através da compra de casas em todas as áreas da Malagueira por grupos socioprofissionais mais escolarizados, mas não exclusivamente, nas áreas ditas “sociais” muitos são os compradores das classes populares ou que o desejam fazer. E aí parecem despontar dois movimentos até aqui desconhecidos – por um lado uma *gentrification* não-planificada e por outro um movimento que cruza as práticas entre vários grupos sociais rompendo com a segregação residencial e que remete para o conceito *omnivorousness* desenvolvido por Alan Warde (2007). Mas também aqui rompendo com o comum porque este confronto às práticas de prestígio (*snobbery*), contra o estigma e o preconceito é interclassista e não exclusivamente dos grupos de maior estatuto social.

Para uma análise das cidades «informais»: Negociações e estratégias, produção e práticas espaciais

Nuno Mora (CRIA-UNL)

A “informalidade urbana” (ROY & ALSAYYAD 2004) de hoje processa-se a uma escala planetária e no contexto de uma economia global. As grandes estruturas urbanas de carácter informal que crescem agarradas às urbes do mundo “desenvolvido” são também cidades da globalização, que apresentam formas alternativas de gestão do espaço urbano que devem ser compreendidas e estudadas.

Estas “outras” formas urbanas longe de serem uma “expressão do caos”, são formas particulares de “invenção da cidade” (AGIER 1998) que pretendem responder à ausência de intervenção do estado enquanto mediador entre o habitante e o construtor/utilizador do espaço.

Tendo como contexto essas cidades “informais” procuraremos discutir as acções de produção quotidiana do espaço em actuação no processo contínuo de formação e crescimento dessas estruturas, nomeadamente, as performances de produção espacial dos seus habitantes, e abrir caminho para uma investigação que exponha os processos pelos quais essas acções geram espaços complexos e funcionais, sem recurso a planeamento.

A observação destes processos informais de produção de espaço pode revelar os mecanismos das diferentes performances em actuação, permitindo a identificação e compreensão das competências “construtivas” dos sujeitos da produção espacial.

Sugerimos que os espaços que assim são produzidos constituem narrativas espaciais dessas acções, incorporadas (*embodied*) no texto/tecido da cidade, e propomos que estas narrativas podem constituir uma chave cognitiva para a decifração/leitura desses espaços complexos e multivocais.

Com este trabalho, procurar-se-á também propor uma mudança da perspectiva das questões relacionadas com formalidade/informalidade, legitimidade/ilegalidade, “espontaneidade”/planeamento, para as da funcionalidade, reconhecimento, complexidade, saber e competência espacial.

Os espaços públicos e privados de lazer na cidade: reflexões iniciais sobre o uso do espaço pelos sócios de um Clube de Malha na cidade do Rio de Janeiro, Brasil

Ingrid Fonseca (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – BR)

Hodiernamente a cidade do Rio de Janeiro vive um momento de grandes modificações na sua paisagem urbana, alavancadas principalmente pelos megaeventos que a mesma vai sediar entre os anos de 2013-2016. Por conta disto, as mudanças em várias partes da cidade estão sendo pensadas a partir do ponto de vista do “capital”, do “mercado”, negligenciando muitas vezes, ou na maioria delas, a “fala” das populações que ocupam muitos desses espaços, principalmente no debate sobre o uso e usufruto dos mesmos. Entretanto, dentro de toda esta dinâmica urbana, há atores sociais que, de uma maneira ou de outra, conseguem fazer arranjos e/ou rearranjos, utilizando-se de múltiplas formas de uso do espaço público, especialmente os de lazer. Sendo assim, desconfio que o “Esporte Clube de Malha Patriarca de Madureira” (um grupo de sócios contribuintes e sócios jogadores em torno de um jogo de malha) que acontece na Praça do Patriarca, bairro de Madureira, cidade do Rio de Janeiro, encontra-se neste caso da apropriação e uso do espaço urbano. O objetivo deste artigo é compreender acerca dos mecanismos locais de apropriação do espaço público realizado pelos sócios do Clube de malha, contribuindo com entendimentos sobre os processos de construção e ocupação dos espaços de lazer na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, este estudo apoia-se em um método etnográfico com a intenção de realizar um olhar de perto e de dentro,

a fim de descrever e refletir sobre aspectos que permitem a devida atenção aos detalhes durante o trabalho de campo.

O espaço das vilas militares: notas sobre a sociabilidade específica entre famílias e instituição militar no Brasil

Cristina Rodrigues da Silva (Universidade Federal de São Carlos – BR / ISCTE-IUL)

A proposta da comunicação é explorar a dinâmica social numa vila militar do Exército brasileiro. As vilas militares são espaços de moradia para famílias de militares e são denominadas PNRs (Próprio Nacional Residencial). O nome revela a ideia que os militares atribuem à moradia e Brasil, visto que uma das metas da profissão militar é a “vivência nacional” – circular por várias regiões do país a fim de conhecer e saber pelo que estão “lutando”. Nessas mobilidades (ocorridas a cada dois ou três anos), os militares e suas famílias circulam pelas moradias militares padronizadas, que tanto física quando normativamente, seguem uma estrutura. Assim, a circulação por essas PNRs e pelo Brasil produz a ideia de que a casa é o Brasil, da mesma forma que também estabelece que em qualquer lugar do país pode-se encontrar a “Família Militar”. A “Família Militar” é um termo nativo que compreende famílias que compartilham as mesmas experiências e acabam reconhecendo seus vizinhos (também militares) como parentes circunstanciais, de quem se poderá procurar apoio no dia-a-dia. Essa ideia reflete características encontradas no quartel (espírito de união e camaradagem) e, num sentido mais geral, abrange o Exército como um todo, procurando estabelecer uma forte identidade do grupo. A vila segue a prerrogativa militar: os “bairros” são divididos hierarquicamente e quanto mais alta a patente, maior e mais aconchegante é a moradia. Essa disposição revela mecanismos de sociabilidade específicos entre instituição militar e famílias, configurando uma rede de tramas, controle e solidariedade entre os familiares nesse meio.

P54 – Ainda a Sul: identidades e cidadania em contextos árabes e islâmicos

Coordenadoras: Ângelos Ramirez (Universidad Autonoma de Madrid – ES); Francirosy Ferreira (Universidade de São Paulo – BR)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: A2.12, Reitoria/Geociências

As questões de identidade, segundo marcadores de religião, género e idade, e o seu uso para a entrada e legitimação no espaço público e negociação de cidadania, têm ocupado um número crescente de etnografias, tanto em contextos minoritariamente islâmicos quanto naqueles maioritariamente islâmicos. Este painel pretende dar conta de investigações e etnografias emergentes sobre esses temas produzidas em países do sul da Europa. Embora o debate se mantenha no eixo dos orientalismos em contraponto, especial enfoque será dado às etnografias comparadas. Isto porque acreditamos, que o acompanhamento objetivado e informado de etnografias contemporâneas localizadas pode esclarecer as condicionantes que definem os quadros de produção do conhecimento concomitante.

“Mulheres muçulmanas brasileiras dizem não ao Femen”: discutindo feminismos no Islã brasileiro

Francirosy Ferreira (Universidade de São Paulo – BR)

No último 4 de abril ativistas do Femen Brasil e Internacional encabeçaram o que chamaram de “jihad do topless” em apoio à ativista tunisiana, Amina. No Brasil, mulheres tiraram suas peças de roupa frente à mesquita xiita, no bairro do Brás, em São Paulo. Rapidamente esta manifestação ganhou a rede social, principalmente levada por mulheres muçulmanas brasileiras, que se autodenominam feministas e contra este tipo de abordagem. Segundo elas, o Femen não as representa, e muito menos as “salva” de qualquer estigma ou subjugação social e religiosa, como é comum nos discursos proferidos por essas ativistas. No dia 20 de abril, mulheres muçulmanas brasileiras fizeram uma pequena manifestação no vão Livre Masp, palco frequente de manifestações na capital paulista contra a forma de atuação do Femen no Brasil.

A proposta desta comunicação é apresentar os discursos proferidos tanto pelo Femen brasileiro e internacional, assim como trazer os discursos e contra-discursos de mulheres muçulmanas brasileiras e não-brasileiras, a fim de compreender, se surge no Brasil um novo campo a ser explorado o “feminismo islâmico”. Em outros países esta nomenclatura pode ser até usual, mas no Brasil, nesses quinze anos de pesquisa nunca havia ouvido uma muçulmana se auto-definir como feminista. O interessante é que a

principal ativista é uma munacaba, uma muçulmana revertida que usa *niqab* há três anos. Em São Paulo, segundo esta interlocutora há dez munacabas. Esta comunicação retoma a ideia de Lila Abu-Lughod a respeito da “salvação” das mulheres muçulmanas e dos constrangimentos que a antropologia tem que se livrar se quiser discutir com densidade essas questões. Será importante também refletir sobre este “novo” discurso que surge nas comunidades islâmicas.

Conjugalidade em Marrocos: Expectativas femininas e desencontros

Raquel Carvalheira (ICS-UL / CRIA)

Activistas dos direitos humanos e feministas em Marrocos continuam a lutar contra leis que consideram ser discriminatórias para as mulheres. Ainda que a igualdade legal seja uma das suas maiores batalhas, outras reivindicações são realizadas para integrar as mulheres no desenvolvimento económico e social do país e o Estado é visto como um dos principais actores na mudança dos hábitos sociais e culturais. Mas, como devem ser considerados os desejos e aspirações das mulheres quando não coincidem com as pretensões feministas? Será possível encontrar outras formas de emancipação social que não estejam alocadas em concepções de igualdade e liberdade individual?

Esta proposta baseia-se no trabalho de campo que realizei durante um ano na cidade de Essaouira em Marrocos. O contacto com mulheres, famílias e uma associação feminina de ajuda a mulheres mostrou-me que ainda que as mulheres sejam estratégicas em utilizar a parafernália da lei da família para os seus próprios fins, nem sempre procuram os mesmos direitos e responsabilidades que os homens em algumas áreas da vida como o matrimónio. Este é considerado um projecto de vida que intrinca relações hierárquicas baseadas no género e na idade. É entre idiomas de hierarquia e autonomia, importantes componentes da sociedade marroquina, que as mulheres procuram fazer sentido das suas decisões e esperanças. Esta comunicação aborda estas questões através das observações e experiências das mulheres, tentando situar diferenças de classe, económicas e particularidades regionais, importantes variáveis nesta análise. Finalmente propõe pensar as razões que fazem do casamento e da família arenas importantes de aspirações e valores conflitantes.

Experiências e Estratégias no combate à violência contra a mulher em Marrocos

Rebecca Slenes (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Este *paper* busca compreender e problematizar os discursos e estratégias de combate à violência contra a mulher em Marrocos adotadas por mulheres que trabalham em organizações não governamentais (ONG) de direitos da mulher. Desde a reforma do Código da Família em 2004, ONGs marroquinas têm intensificado o trabalho de educação legal e a demanda para uma lei que criminalize a violência doméstica. Baseando-se nas observações do trabalho de campo desenvolvido em uma ONG marroquina de direitos da mulher na pequena cidade de El-Hajeb, perto de Fez, serão observados como noções de violência e direitos são concebidas e instrumentalizadas por atores locais, nesse caso as ativistas da ONG, e como estas se relacionam com mulheres em situação de violência que procuram apoio na organização. Busca-se, assim, contribuir para reflexões antropológicas sobre violência e sobre como fluxos feministas de carácter global ganham articulações específicas em contextos árabes-islâmicos.

Ver, Ler, Conhecer, Falar: significados dos direitos LGBT em contextos brasileiro e islâmico para a grande mídia do Brasil

Izís Moraes Lopes dos Reis (Universidade de Brasília – BR)

Nas sociedades contemporâneas, as notícias são portas de entrada para a compreensão de símbolos compartilhados por grupos sociais diferentes. Desde maio de 2011, quando o Supremo Tribunal federal votou a favor da união civil homossexual, o Brasil parece experimentar aumento do interesse midiático sobre temáticas LGBT. Este não se reduz à divulgação de acontecimentos dentro do país, mas também de outras partes do mundo. Esta comunicação utiliza como material de pesquisa notícias de jornais brasileiros de grande circulação (*Folha de São Paulo* e *O Globo*) relacionadas aos direitos de *gays*, *lésbicas*, *bissexuais* e *trans** em países de tradição islâmica. O artigo procura fazer a interseção entre as preocupações antropológicas de dar voz ao nativo e de constante descolonização do pensamento. O objetivo é mapear quais significados são (re)produzidos na interlocução entre direitos humanos LGBT e Islã pela mídia brasileira. O texto se propõe a discutir: Quais são as opiniões de jornalistas sobre LGBT no Brasil e nos contextos islâmicos? Como tais construções de notícias impactam na criação de imaginários específicos sobre o Islã como sensível ou insensível às sexualidades e aos gêneros?

La pulsión conspirativa: Jama'at at-Tabligh, Barcelona y las redes yihadistas internacionales

Alberto López Bargados (*Universitat de Barcelona – ES*); Guillermo Martín Sáiz (*Universidad de Barcelona – ES*)

El principal de los oratorios del barrio del Raval barcelonés, la mezquita Tariq ibn Ziyad, fue escenario de una importante operación policial en enero de 2008, con el objeto de dismantelar una célula yihadista que, tal y como afirmaron las autoridades responsables y difundieron los medios de comunicación, pretendía causar un atentado con estragos en el metro de la ciudad catalana. En la medida en que el mencionado oratorio aparecía relacionado explícitamente con la organización pietista Jama'at at-Tabligh, de carácter transnacional, varios comentaristas atribuyeron a lo largo de los meses siguientes una responsabilidad decisiva a dicha organización en la conspiración que debía culminar con un atentado de consecuencias letales. La presente comunicación pretende revisar tanto las prácticas asociadas a la adscripción a Jama'at at-Tabligh como sus modalidades de implantación en Catalunya para reflexionar a continuación sobre un orden general de representaciones de inspiración claramente orientalista que, aplicado sobre la presencia tabligui en la capital catalana, alentó los discursos conspirativos asociados a las prácticas religiosas que tenían lugar en ese y otros oratorios y promovió un clima de pánico moral (Cohen, 1980) en torno a la amenaza islamista.

«Não estás à procura de cidadania no sítio errado?!» Normatividade secular, Islão de mercado e sujeito religioso

José Mapril (*UNL / CRIA-UNL*)

Nesta apresentação usarei as noções de normatividade secular (Mahmood 2006) e Islão de mercado (Haenni 2005), para interpretar a relação entre educação islâmica, subjetividade secular e ética política liberal. O argumento inicial é que certos segmentos da população muçulmana na Europa – neste caso, entre os principais representantes do Islão em Portugal – reproduzem esta normatividade secular como uma desconstrução de argumentos islamofóbicos. O seu objetivo é revelar as compatibilidades entre a subjetividade religiosa e cidadania liberal desconstruindo, em consequência, os pânicos morais e os argumentos que apontam os muçulmanos como a radical alteridade da Europa. Seguidamente procurarei mostrar que esta reprodução de uma normatividade secular está também associada a uma ética empresarial e económica e não apenas a um processo de dominação.

Protestos sociais em Marrocos – o caso do M20F

Hugo Maia (*FCSH-UNL*)

Em inícios de 2011, no contexto do fenómeno que ficou conhecido por “primavera árabe”, desenvolveu-se em Marrocos uma onda de protestos sociais que ficou conhecida como Movimento 20 de Fevereiro (M20F). Inicialmente dinamizado por jovens, mas aberto a todos, o M20F pretende não ter líderes e organizar-se horizontalmente. Como outros movimentos sociais precedentes, reclama uma repartição mais igualitária da riqueza e mais democracia e direitos humanos, apesar de se compor de várias tendências que por vezes entraram em conflito. Traçando uma breve genealogia das revoltas sociais em Marrocos, Tunísia e Egito, esta comunicação questiona algumas visões generalizadas que atribuem um certo adormecimento político e social a esses países antes da dita “primavera árabe” – apresentada muitas vezes como um passe de magia surgido do nada –, questionando também a ideia de que os movimentos islamistas são os únicos capazes de dinamizar protestos sociais em contextos árabes e islâmicos. Irei abordar a importância dos novos *media* e redes sociais *online* na renovação do espaço público e na mobilização e organização dos movimentos sociais, evitando porém certas abordagens que reificam o papel dos cibernautas, obliterando as circunstâncias históricas dos protestos e isolando-os das lutas sociais das últimas décadas. De forma a compreender as bases reivindicativas do M20F, serão analisadas expressões artísticas deste movimento, desde *slogans* a canções de *rap*.

Mobilização social para a qualificação da finança Shari'a na Europa

José Manuel Resende

O processo que conduziu à entrada de instituições de banca e finança Shari'a, ao longo da última década, na Europa tem gerado focos de controvérsia que alimentam o debate público, onde organizações islâmicas de cariz religioso, político e social (formais ou informais) esgrimem juízos críticos atuentes que expressam demandas alinhadas com as suas posições relativas no quadro do Islamismo político e social. A qualificação da Finança Shari'a, por parte dos referidos coletivos islâmicos constitui o marcador analítico para uma discussão praxeológica da ação coletiva no seio das comunidades islâmicas, em contexto social minori-

tário. Pretende-se com o presente artigo debater a pertinência metodológica de uma etnografia centrada nos grupos informais e organizações religiosas, políticas e sociais, dotados de reflexividade nas suas operações de crítica, denúncia e justificação, quando confrontados com os dilemas resultantes do advento das autodenominadas instituições de banca e finança Shari'a. Importa ainda atender ao carácter relacional destas organizações que constituem núcleos ligados em redes com organizações homónimas ou não, quer nos países de origem dos fluxos migratórios, quer em outros países na Europa onde partilham algumas das especificidades resultantes das condições socioculturais em contextos de minoria islâmica.

P55 – Subjetividades flexíveis: migrações, circunstâncias e estruturas

Coordenadoras: Irene Rodrigues (ISCSP-UTL); Gleiciani Fernandes (ICS-UL)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 2, Ciências Veterinárias

Moderadoras: Irene Rodrigues e Gleiciani Fernandes

Debatedores: José Mapril (UNL / CRIA-UNL) e Simone Frangella (ICS-UL)

Este painel tem como objetivo explorar a relação entre experiências migratórias, produção de subjetividades e condicionalismos estruturais. Através de diversos contextos etnográficos, pretende-se revelar a relação entre as dimensões normativas e estruturais dos fenómenos migratórios na produção de subjetividades.

O que as move? A intersecção entre os condicionalismos estruturais e as aspirações individuais de três mulheres imigrantes em Portugal

Marina Galvanese (CES-UC); Elsa Lechner (UC)

Esta comunicação tenta responder aos desafios colocados pelo painel, através da apresentação e análise das estratégias migratórias de três mulheres voluntárias do projecto “Pesquisa das migrações e abordagem biográfica: construindo um trabalho em colaboração no contexto português”, coordenado por Elsa Lechner no CES. Vindas, respectivamente, do Brasil, Guiné Bissau e Ucrânia, elas apresentam em suas narrativas auto-biográficas aspirações e expectativas diferentes, associadas a capitais e redes também diversos (Internet, redes de sociabilidade no país de origem, etc.) que foram acionados aquando da elaboração dos seus projectos e percursos migratórios. A diversidade destas três experiências permitir-nos-á elencar os factores combinatórios que dão eco à relação, em cada caso, entre expectativas individuais, condicionalismos estruturais, e investimento no projecto migratório. Nomeadamente, serão analisadas as relações entre a questão de género, nacionalidade, conjugalidade, e investimento *a posteriori* numa inclusão resiliente ou resistente no contexto migratório.

O amor nos tempos da globalização: O caso específico das mexicanas que migram por amor para Portugal

Carolina Treto (ISCTE-IUL)

Estudar o caso das migrantes mexicanas que viajaram a Portugal na procura e consolidação duma relação amorosa pode conduzir a novos enfoques para entender um fenómeno tão heterogéneo. Através de uma etnografia contextualizada e profunda da experiência diversa e complexa dos vínculos afectivos entre as pessoas no contexto migratório, pretendo descrever e aprofundar as características do que podemos denominar como: migrações por amor. O antropólogo Jordi Roca define-as como um fenómeno migratório que “faz referência à busca e consolidação de um parceiro sentimental transnacional, situa-se no contexto da emergência de uma nova ordem mundial centrada em uma sociedade globalizada onde o consumo e as novas tecnologias da informação e comunicação desenvolvem um papel de destaque e, por outro lado, na transformação dos modelos e das relações de género e do próprio conceito de amor que se produz neste contexto” (Roca, 2006). Nas migrações por amor o processo migratório é a consequência da formação do casal. Os casais estudados viveram ou estão vivendo um enamoramento e uma relação de convivência transnacional. Constituem uma das demonstrações de novas formas de relação, tanto pela composição do par (mista: cada um dos seus membros nasceu e viveu, e foi socializado no país distinto do outro) como pela modalidade de contacto e aproximação em que se desenvolveu a fase inicial da relação, derivada das actuais condições do nosso mundo que favorecem a mobilidade das pessoas, tanto de forma virtual (redes telemáticas), como física (facilidade de viajar e migrações) (Roca, 2006:230).

Ser brasileira em Portugal: (re)formulando pertencças, (re)construindo identidades

Gleiciani Fernandes (ICS-UL)

A presente comunicação tem por objectivo mostrar como as experiências vividas em Portugal contribuem para que as imigrantes brasileiras (re)formulem as suas próprias ideias do que é ser brasileira. Através de uma etnografia realizada desde 2009 com brasileiras residentes em Lisboa, observou-se que a proximidade com outros actores sociais, que possuem suas próprias formas de pensar o Brasil e os brasileiros e, de modo particular as brasileiras, corrobora para que estas imigrantes (re)elaborem as suas próprias ideias de si como indivíduo e como grupo.

Acreditando que as identidades individuais e colectivas são construídas com base numa dinâmica inter-relacional, mostrar-se-á como ser brasileira em Portugal pode ser diferente de ser brasileira em qualquer outro lugar. Este processo depende da intersecção entre maneira como apreendem a história, as suas percepções diante das experiências vividas e as expectativas criadas em torno de como gostariam de ser percebidas na sociedade de acolhimento.

Por fim, tentar-se-á mostrar ainda como recorrem a estratégias de aproximação e de distanciamento do que entendem ser brasileiro e ser português na tentativa de (re)formular pertencças e identificações com o Brasil e com Portugal.

Migrações e deslocamentos de jogadoras de futebol: mercadoria que ninguém compra?

Mariane Pisani (Universidade de São Paulo – BR)

O universo do futebol, bem como o dos esportes em geral, desde sua origem é predominantemente ocupado por homens. Mulheres que praticassem qualquer tipo de modalidade esportiva eram duramente julgadas em sua feminilidade. No Brasil, o futebol de mulheres possui apenas 30 anos de história, contados a partir da revogação em 1979 da lei que proibia as mulheres de jogarem.

Assim como os homens que passam pelos grandes centros de negócio do sistema futebolístico, as mulheres também saem do Brasil em busca de novas oportunidades na carreira, porém, seguem outra tendência, uma vez que elas não fazem, em sua grande maioria, migrações para o continente Europeu. O destino mais visado por essas mulheres é os Estados Unidos da América. E apesar das migrações das mulheres possuírem um fluxo reduzido, se comparado ao fluxo migratório dos homens, o número de jogadoras que sai do país em busca de novas oportunidades de trabalho cresce expressivamente a cada ano. Mesmo que no Brasil a mulher jogadora de futebol seja uma mercadoria sem valor, conforme declara uma atleta da modalidade, no exterior, as brasileiras são lembradas e contratadas quase sempre como primeira opção.

Através de um trabalho etnográfico realizado junto a um grupo de jogadoras de futebol do oeste do estado do Paraná – Brasil –, inúmeras questões sobre mercado, redes de contato, deslocamento e migrações emergiram e serão abordadas neste *paper*.

Des-integrados: percepciones sobre la crisis económica entre los inmigrantes ecuatorianos de Sevilla

Francisco José Cuberos Gallardo (ISCTE-IUL)

En la ciudad de Sevilla, al igual que en el resto del Estado español, la crisis económica que arranca en 2008 tiene un efecto especialmente negativo entre la población inmigrante. Muchas de estas personas se ven arrojadas al paro, y sufren un serio deterioro de su nivel de ingresos. En este contexto de crisis se producen cambios profundos en la percepción de los propios inmigrantes sobre su lugar en la sociedad receptora. En esta comunicación analizamos cómo los inmigrantes perciben su propio proceso de integración en tiempos de crisis, centrándonos en tres dimensiones específicas: la inserción residencial, la inserción laboral y la convivencia intercultural.

Miles de ecuatorianos que antes de la crisis llegaron a comprar viviendas en propiedad se ven hoy arrasados por la quiebra de la burbuja inmobiliaria, y afectados por procesos de embargo y desahucios. Estos inmigrantes, que antes fueron defendidos como funcionales para cubrir amplios sectores profesionales, hoy son tratados a menudo como competencia desleal en el acceso al empleo. Los mismos ecuatorianos que un día fueron presentados como población “culturalmente compatible” con la autóctona, hoy encuentran crecientes dificultades para seguir conviviendo en Sevilla. A través de la descripción etnográfica, analizamos cómo los inmigrantes perciben este retroceso en el proceso de integración y cómo incorporan nuevos discursos sobre su presencia en Sevilla. Además, apuntamos cómo estas nuevas percepciones implican cambios en las expectativas de futuro en España y cómo, consecuentemente, generan estrategias novedosas en la gestión del capital acumulado.

Where to next? An ethnographic account of changing aspirations and migration strategies of Eritrean refugees in Italy and their communities in Eritrea

Milena Belloni (Università di Trento – IT)

Based on ethnographic research in Italy and Eritrea, this paper analyses how the perception of the economic crisis in Europe has changed aspirations of Eritreans in their homeland and migration strategies of Eritrean refugees in Italy. In the last ten years aspiring migrants and their families in Eritrea have redirected their life-projects to new destinations in Africa, such as Angola and Uganda, and pushed those Eritreans who have already been recognised as refugees in Italy to migrate further to Scandinavian countries. These are widely recognised as successful destinations because of objective structural advantages of the asylum system (i.e. housing facilities and benefits provided for extended periods of time) compared to the Italian one. Thus, traditional migration routes from Eritrea have changed and recognised Eritrean refugees in Italy continuously attempt to re-migrate to other European countries, even though policy restrictions such as the Dublin II regulations prevent such secondary movements of refugees within Europe. It will be argued that these migration strategies are shaped not only by structural constraints, such as the impact of the economic crisis on the Italian labour market, but also by the continuous flows of information, remittances and imageries (Koser&Pinkerton 2002; Horst 2006) among social networks of young refugees abroad and their families and friends in the homeland. These flows of information produce a “culture of migration” (Cohen 2004; Horst 2006) which sets the goals of migration, the practical ways to achieve them and significantly shapes subjectivities of aspiring migrants in Eritrea and Eritrean refugees abroad.

Nova geografia de oportunidades: haitianos no Brasil

Sónia Reis Pinto (ISCTE-IUL)

Os processos de globalização e descentralização fazem emergir novos fluxos e rotas migratórias entre territórios anteriormente periféricos. A migração de haitianos para o Brasil, que teve o seu início nos meses que se seguiram ao terremoto de 2010, pode ser um exemplo disso. Os números oficiais apontam para menos de 6000 haitianos regularizados até ao final de 2012, sendo que a totalidade não alcança a dezena de milhar de indivíduos. A utilização do pedido de refúgio enquanto estratégia migratória acaba por evidenciar o despreparo das autoridades para lidar com o crescente número de migrantes acumulados nas cidades fronteiriças da Amazônia, criando situações graves de carência. O novo fluxo provoca alarmismo nos *media* e receios de uma “invasão”. O Brasil reage em janeiro de 2012, impossibilitando o refúgio a todos os nacionais da República do Haiti e implementando um novo regime de vistos sob pretextos humanitários. No entanto, a tentativa de contenção destes migrantes contraria a retórica de afetividade criada pelo estado brasileiro por meio de uma série de momentos espetaculares que protagoniza desde a liderança das forças militares das Nações Unidas no Haiti, após o golpe de 2004. Propomo-nos refletir sobre o surgimento do Brasil enquanto destino para os haitianos, oriundos de uma nação cuja economia se baseia em larga medida no investimento em processos diaspóricos familiares.

Who is an Afghan Refugee?: Three stories of Migration to New Delhi

Sahil Warsi (School of Oriental and African Studies, London – UK)

Growing interest in migration studies in recent decades demonstrates how current social, economic, and political challenges resulting from human mobility dominate academic and policy concerns. These are reflected in US immigration debates on amnesty rights, UK hesitancy over migrants’ rights to healthcare, and EU efforts to distill a common asylum system. Anthropological enquiry has been essential in informing these debates, and recent anthropological studies have highlighted the way immigration regimes create migrants as subjects based on ideas of group membership and national belonging. This paper focuses specifically on the category of the ‘Afghan refugee’, asking to what extent this label corresponds to actual experience of being and belonging to this group.

In this paper I analyze three Afghan men’s stories of migration to New Delhi, their life as migrants in the city, and the process of attaining refugee status in India. I draw on personal interviews and observations of how these men live in the city as three specific examples of different ways migrants create a place for themselves using memory, sensation, and desire. In this way, I complicate the flattened, static definition of ‘Afghan refugee’ and demonstrate the complexity of these men’s emergent and shifting identities as migrants. By moving beyond merely analyzing of the gap between the bureaucratic creation of these migrants as subjects and their own personal perceptions of subjectivity, this paper affords critical insight into the migrant experience and poses further questions for development of migration policy.

P56 – Ciganos e políticas públicas em Portugal, Espanha e Brasil

Coordenadores: Maria Mendes (UL / CIES-IUL); Juan Gamella (Universidad de Granada – ES)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 3, P 2

Moderadores: Manuela Mendes e Juan Gamella

Nestes três países (mas sobretudo nos da Península Ibérica) têm sido implementadas nas últimas três décadas medidas e políticas públicas promotoras de bem-estar social mais consentâneas com um Estado social moderno e democrático. Acresce a este facto que algumas destas medidas, embora não especificamente dirigidas a indivíduos e famílias ciganas têm produzido efeitos importantes, mas ainda pouco conhecidos, sobre as trajetórias de vida das famílias ciganas com impactos na sua cultura e processos de construção identitária.

Este painel visa assim dar a conhecer medidas e políticas públicas, bem como, projectos e estratégias de intervenção mobilizados por Organizações Não-Governamentais e com efeitos decisivos e pouco conhecidos nos indivíduos e famílias ciganas promotores de mudança social e de uma maior igualdade de acesso ao exercício efectivo da cidadania conforme recomendado pelas instâncias internacionais.

Ciganos e políticas sociais em Portugal

Olga Magano (UAB); Maria Mendes (UL / CIES-IUL)

Desde 1974 que se constata em Portugal várias melhorias nas condições de vida no povo português, sucessivamente consolidadas com medidas de política social promotoras de bem-estar social e consentâneas com um Estado social moderno e democrático. Algumas destas medidas, embora não especificamente dirigidas a indivíduos e a famílias ciganas, como as políticas sociais de habitação, a educação obrigatória e o rendimento social de inserção, o facto é que têm produzido alguns efeitos importantes, ainda pouco conhecidos, sobre as trajetórias de vida das famílias ciganas com impactos na cultura e identidade ciganas.

Dada a imposição da Estratégia Europeia para a integração dos ciganos na União Europeia a executar até 2020, com a consequente imposição a cada um dos Estados-membros de estratégias nacionais específicas (a portuguesa foi homologada pela Presidência de Conselho de Ministros em 27 de Março), o objetivo deste trabalho é apresentar um visão geral das principais medidas portuguesas de política social mobilizando a informação disponível, nacional e estrangeira, a nível institucional de organismos do Estado mas também de Organizações Não-Governamentais, nomeadamente no que se refere a experiências acumuladas de projectos de intervenção e a mobilização de resultados de investigação científica, e discutir alguns desses resultados, ainda que de forma exploratória, no que se refere aos impactos sobre os indivíduos e as famílias ciganas bem como sobre as transformações sociais subjacentes a estes processos sociais tendo em vista a promoção da igualdade de acesso ao exercício efectivo da cidadania conforme recomendado pelas instâncias governativas europeias.

Organización social y políticas públicas: pautas residenciales en Granada (España) de una red de familias romaníes procedentes de Rumanía

Giuseppe Beluschi Fabeni (Universidad de Granada – ES); Stefano Piemontese (Taller de Antropología y Ciencias Sociales Aplicadas – ES)

El artículo se centra en torno a las pautas de acceso a la vivienda entre familias rumanas romaníes en la ciudad de Granada, analizando cómo estas proceden de la interacción entre estrategias y necesidades propias de las redes de familias inmigrantes y las modalidades con las que las autoridades públicas gestionan recursos que, por lo menos idealmente, quieren garantizar el derecho a una vivienda digna.

Entre 2000 y 2008 las actuaciones municipales frente a la ocupación por parte de familias romaníes de viviendas y cortijos semi-abandonados fue esporádica y puntual. Sucesivamente los servicios sociales empezaron una política de re-alojamiento basada en la provisión de prestaciones sociales otorgadas para garantizar el acceso y la permanencia en pisos de las familias desahuciadas de las viviendas ocupadas. Sin embargo, tales medidas aseguraron solo en parte condiciones residenciales 'dignas y adecuadas' (según los propios criterios de planificación de los servicios sociales) mientras seguían alimentando o reproduciendo la movilidad residencial y las condiciones de hacinamiento. Estas dependieron, además, de factores y dinámicas propias de la organización social de la inmigración romaní, relativos sobre todo a su perfil demográfico, a una estructura basada en amplias redes de parientes, a una heterogeneidad interna

tanto de condiciones socioeconómicas como de objetivos migratorios. Los datos que se presentan proceden de dos investigaciones independientes desarrolladas en la ciudad Granada entre 2003 y 2011, que han combinado observación participante, entrevistas a técnicos de los servicios públicos e informantes romanes (Roma Korturare procedentes de Transilvania) y con la explotación de literatura gris.

As trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana: interseccionando crime, classe, etnia e género

Silvia Gomes (UM)

Nesta comunicação pretende-se analisar os indivíduos de etnia cigana na sua relação com o crime, estudando as suas posições de vida objectiva e trajetórias de vida. Procura-se, por um lado, identificar as causas da criminalidade e, por outro, o papel e possíveis implicações da atribuição do rótulo criminal por parte dos *moral entrepreneurs*. As teorias sociais do crime oferecem-nos uma panóplia de propostas para compreender/explicar as dinâmicas de criminalidade e os processos de rotulagem e estigmatização. No contexto dos estudos que articulam o crime com etnicidade, classe e género, emergem situações de desigualdade social relacionados com essas dimensões e, em particular, contextos de privação relativa.

Com base em 162 processos individuais e 25 entrevistas a reclusos(as) de etnia cigana foram analisadas as suas condições de vida objectivas e a relação que tiveram com o sistema de justiça criminal. Tendo por base uma abordagem pluricausal, as suas experiências criminais foram vistas à luz da intersecção das suas pertenças de classe, etnia e género.

Concluímos que os crimes no grupo étnico cigano são efeitos conjugados de situações de desigualdade e processos de exclusão social, para os quais contribuem os preconceitos e estereótipos, assim como formas de racismo institucional e quotidiano. Tais situações e processos despoletam comportamentos desviantes e/ou detenções, condenações e reclusão. Em suma, as condições de vida objectiva e as respectivas intersecções de classe, etnia e género co-estruturam o envolvimento criminal, para o qual contribuem as condições institucionais e demais agentes de controlo criminal.

Um olhar pela criminalidade praticada pela mulher cigana...

Nuno Segurado; Olga Magano (UAB)

Segundo vários autores (por exemplo, Nunes, 1996, Fraser, 1995) a cultura cigana gravita em torno do papel da mulher enquanto agente que garante a reprodução da cultura cigana através de uniões conjugais endogâmicas, assente num sistema de alianças familiares contratualizadas através do casamento. À mulher cigana é imputada todo um conjunto de regras sociais muito apertadas em termos de convívio social a partir da puberdade e que se prende com a valorização por parte dos ciganos da virgindade da mulher. Todos estes rituais culturais e simbólicos são essenciais para a manutenção da estabilidade familiar e honra da família.

Interessa-nos perceber nesta pesquisa exploratória o impacto cultural assumido pela reclusão da mulher cigana e como é que se reorganizam e adaptam os papéis sociais dos membros da família nestas circunstâncias. Analisamos a temática das mulheres ciganas em reclusão num estabelecimento prisional, nomeadamente no que se refere à análise tipológica dos crimes praticados e das formas de adaptação à prisão por meio de análise dos Acórdãos com trânsito em julgado do Tribunal de Primeira Instância e de registos internos do estabelecimento prisional sobre o modo como se processa a adaptação às regras institucionais da prisão enquanto instituição social total, seguindo de perto a perspectiva orientadora de Erving Goffman. Tendo por base as pistas e indicadores emergentes da análise documental serão realizadas algumas entrevistas em profundidade a algumas reclusas, cujas biografias e percurso criminal se revelam mais paradigmáticos pela fecundidade informativa que pode ser importante para a compreensão destas interações sociais.

The decline of infant and child mortality among Spanish Gitanos or Calé (1871-2007): A model from Andalusia

Juan Gamella (Universidad de Granada – ES)

This paper is based on a family and genealogy reconstitution of the Gitano population of 22 contiguous localities in the province of Granada, Spain. It combines demographic and ethnographic methods, and includes data on around 18.600 people. From this database we have produced annual time series of infant (under 1-year of age) and child (1 to four-years of age) mortality from 1871 to 2007. The series show a steep decline of infant and child mortality in the second half of the twentieth century. The onset of definitive decline

seems to have taken place between 1948 and 1956. Child mortality was higher in the pre-transitional period but started to decline earlier. These are parallel processes to those affecting the dominant majority, but with important delays and differences due to the exclusion and higher deprivation of the Gitano minority, and also to their reproductive strategies and higher fertility. The paper explores the many crucial consequences that this decline has had for the life of Gitano people, especially Gitano women. The paper shows that some of the most important changes experienced by Romani groups in all of Europe in the last century have been demographic, and have been ignored by academics, Romani militants and policy makers.

O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: O Caso do Concelho de Faro

Sofia Aurora Rebelo Santos (UALG)

Este estudo etnográfico envolveu beneficiários e técnicos sociais do concelho de Faro e teve como duplo objetivo conhecer a experiência da atribuição do RSI e perceber como é vivida a situação de subsidiariedade junto dos beneficiários ciganos, bem como o modo como estes vivem o princípio da Solidariedade Social. Pretendeu-se também conhecer como é entendida a atribuição do subsídio por parte dos técnicos, bem como analisar as reais possibilidades de inserção e saída do universo da pobreza da população alvo.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) constitui uma prestação pecuniária mensal às famílias e indivíduos que vivam em situação de grave carência económica e que façam prova de determinadas condições de atribuição. Cabe aos beneficiários o cumprimento de um Programa de Inserção Social pré-estabelecido e que tem como objetivo romper o «ciclo vicioso da pobreza».

Os ciganos são uma categoria particularmente exposta a situações de pobreza e exclusão social e são constantemente acusados de «abusarem» dos subsídios sociais do Estado.

Com esta investigação revelaram-se algumas vivências dos beneficiários ciganos do Concelho de Faro em relação ao RSI. O contacto direto com os atores sociais contribuiu para se perceber como estes percecionam o apoio que lhes é atribuído pelo Estado, ao mesmo tempo que permitiu “dar” voz àqueles que com demasiada frequência são criticados e mesmo excluídos pela maioria.

P57 – Passados e presentes com futuro: memória e história, património e construções identitárias

Coordenadora: Sónia Vespeira de Almeida (FCSH-UNL / CRIA)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Sala 2, Ciências Veterinárias

O objectivo deste painel é fomentar uma reflexão sobre os processos e agentes da patrimonialização e da construção das memórias colectivas, numa perspectiva de que os objectos, narrativas e práticas do passado também participam no futuro dos indivíduos e das comunidades.

Enquanto antropólogos, lidamos longamente com memórias colectivas (Halbwachs, 1925, 1950) com classe e género, que variam conjunturalmente em escalas diversas; que podem incomodar ou dar alento, ficar retidas ou ser exibidas, ser reconstruídas e re-significadas, banidas e renegadas, utilizadas para libertar ou capturar, por períodos mais ou menos duradouros; que podem ser homogeneizadas, consensualizadas ou resgatadas por terceiros, penosas ou festivas, inventadas e retransformadas, localizadas e enquadradas em mapas conhecidos; que podem ser recuperadas ou refletir as topografias dos poderes, valorizar-se ou depreciar-se, ser introduzidas num mercado patrimonial, ou resgatadas pela aura da autenticidade. É sobre este tipo de fenómenos que pretendemos reflectir e debater.

Memórias da Emigração Clandestina

Aurízia Anica (UALG)

O Algarve pelas suas características geomorfológicas e históricas manteve desde a Idade Média uma rede de contactos e relações económicas externas, em especial no âmbito do golfo luso-hispano-marroquino, rede que persistiu na longa duração. O comércio, a agricultura e a pesca animaram o golfo de Cádiz, ao qual o Algarve continuou estreitamente ligado mesmo na época contemporânea. A emigração clandestina e o contrabando participavam do dinamismo socioeconómico deste complexo histórico-geográfico, tendo permanecido socialmente aceites e relativamente tolerados no Estado Novo (M. Baganha, 1996; 2003; V.

Pereira, 2005; 2009). Na época contemporânea, até meados de novecentos, os movimentos migratórios, incluindo os clandestinos, com origem no sotavento do Algarve tomaram duas direcções principais: pela via terrestre e fluvial alcançava-se o Alentejo e a Andaluzia; a navegação no Atlântico permitia o desembarque nos portos andaluzes, gibraltinos e marroquinos, ou mesmo a demanda de destinos longínquos, entre os quais avultou a Argentina (Anica, 2003; M. Borges, 1997).

Pretende-se interpretar os significados atribuídos pelos atores sociais às suas experiências vividas de emigração clandestina do Algarve para a Andaluzia e Marrocos a partir de narrativas e memórias orais produzidas pelos atores envolvidos no processo.

Recorre-se a uma metodologia etno-histórica, interpretativa e comparativa, sendo o *corpus* documental constituído por depoimentos registados nos processos abertos contra os emigrantes ilegais nos tribunais judiciais do sotavento algarvio, nos anos 40, 50 e 60 do século XX, e por memórias orais recolhidas pelas autoras, no presente ano, junto de pessoas que viveram a experiência da emigração clandestina no mesmo espaço/tempo.

Primeiras fases dos itinerários migratórios da emigração portuguesa para França – A arte de “dar o salto”, primeira habitação e primeiro trabalho

João Baía (FCSH-UNL)

Nesta comunicação pretende-se apresentar alguns resultados do projecto “Além do fracasso e do maquiavelismo. A emigração irregular portuguesa para a França, 1957-1974”. A partir da realização de 72 entrevistas semidirectivas a emigrantes, passadores e guardas-fiscais, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 2011, nos distritos de Coimbra, Castelo Branco, Vila Real, Bragança e Porto, pode aceder a várias narrativas de vida, identificar e analisar as diferentes fases dos itinerários migratórios. Maria Beatriz Rocha-Trindade considera que os itinerários migratórios dividem-se em várias fases e em vários momentos: o momento da tomada de decisão de partir, a preparação da partida, a viagem, a instalação, a fixação e o “imaginado regresso à origem, que a ter lugar iria fechar o ciclo migratório” (Rocha-Trindade, 2010). As narrativas de vida permitem perceber as consequências das políticas migratórias de Portugal e de França, a “governamentalidade” (Foucault) e a “arte de não se deixar governar” (Scott).

Focalizar-se-á as três primeiras fases do processo migratório iniciado na década de 60 e em direcção a França. Procurar-se-á problematizar a porosidade das fronteiras dos papéis desempenhados pelos entrevistados, que muitas vezes se confundiam e chegavam a sobrepor-se. Para poder perceber melhor o actual fluxo migratório, será útil analisar e compreender as primeiras fases dos itinerários migratórios no período referido. Este estudo pode ajudar a visibilizar uma parte menos conhecida dos processos migratórios, que por vezes é ocultada pelos próprios emigrantes quando retornam ao país de origem definitivamente ou temporariamente.

«Espírito nacional e brios patrióticos»: memória épica e pertença nos discursos associativos e da escolarização dos macaenses na diáspora

Rui Simões (ESCS)

Após a 1.ª Guerra do Ópio, a comunidade macaense expande-se pelos chamados Portos da Ásia, abertos ao trato internacional e a uma intensa vida social e cultural. As diferentes comunidades nacionais e empresas de matriz europeia enquadram a sua actividade numa demarcações estratégicas de proximidade e distância, recíprocas, patentes na sua sociabilidade, associativismo, escolarização, imprensa e vida religiosa. O presente trabalho procura explorar as funções da evocação e de celebração, associativas e produzidas no quadro da escolarização, dos referentes nacionalistas – nomeadamente na épica e na língua portuguesa – como forma de desenhar a pertença e o dever das comunidades luso-asiáticas, com especial ênfase para o período que decorre até ao final do século XIX.

Identidade, alteridades, saberes tradicionais e o património cultural para as quilombolas de Chapada dos Guimarães, Mato Grosso

Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso – BR)

[...] identificam como “comunidades remanescentes de quilombos”, Lagoinha de Cima e Lagoinha de Baixo em Mato Grosso, no projeto de pesquisa e extensão Patrimônio cultural e saberes tradicionais quilombolas de Chapada dos Guimarães (PROEXT 2013) e sua atuação como sujeitos de conhecimento nas ações de mapeamento e identificação dos bens culturais considerados por eles como referências simbólicas de

suas identidades, memória e conhecimentos tradicionais. Estes conhecimentos situados no plano das cosmologias, das narrativas, da territorialidade e das formas expressivas ético-estéticas ampliam a noção de patrimônio cultural “material” e “imaterial” ressemantizando-a para um entendimento que interpela as políticas públicas do Estado existentes para a “cultura” e o “patrimônio”, incidindo sobre tais políticas, a partir de outras referências acerca da alteridade como as formas de socialidades, as relações entre identidade e alteridade. Enfim, formas de ser e estar no mundo que buscam o reconhecimento de seus territórios tradicionais.

Usos e apropriações do patrimônio alimentar: o fumeiro de Vinhais (Portugal)

Manuel Teles Grilo (UNL)

O fumeiro de carne de porco de Trás-os-Montes é hoje, na sua generalidade, um produto amplamente divulgado e reconhecido em Portugal, protegido por mais de uma dezena de certificações de origem da União Europeia. Considerado patrimônio, é objectivado como um conjunto alimentar transmissor de valores culturais associados à região, como a tradição, a natureza, o saber fazer rural, ou o bem-comer. Este tipo de representações do passado (essencializantes, neutras), actuam no presente como legitimadoras de todo um conjunto de movimentos e políticas de promoção regional assentes no patrimônio alimentar e na sua salvaguarda. Nesta comunicação observaremos, a partir de etnografia realizada na região de Vinhais (Bragança) sobre o trajecto social do fumeiro regional, como operam os processos de patrimonialização e como este estatuto (o de patrimônio) faz do fumeiro um importante recurso simbólico e material da região; desigualmente disputado por diversos actores e instituições.

Tentaremos perspectivar, a partir de várias escalas da vida social, as divergências e complexidades associadas: 1) aos impactos que as políticas do patrimônio imprimem naqueles que ainda inserem o fumeiro nas suas rotinas anuais; 2) às formas que os diversos intervenientes encontram para, através de um acesso desigual à delimitação e ao controlo do patrimônio, negociar os seus posicionamentos sociais através do mesmo; 3) à integração deste processo numa dinâmica global de afirmação das regiões periféricas e rurais europeias, ligada à penetração de uma agenda neo-liberal através de sectores como o agro-alimentar ou o turismo.

«O que eu era ...»: Corpo(s) e memória(s) e lúdico(s)

Ana Piedade (IPBeja)

Parte das atividades lúdicas ditas tradicionais desapareceu e existe unicamente nas memórias dos mais velhos, nas lembranças que eles têm do modo como os seus corpos se moviam e resistiam para as praticar e nas descrições mais ou menos estáticas e formais que nos chegam pelo documento escrito e pelo suporte audiovisual. O corpo enquanto suporte de lúdico é indispensável para a sua prática, apresentando-se frequentemente, para os indivíduos com idades mais avançadas de uma forma “mitificada”. Não obstante estar envelhecido é sentido/evocado como ideal e jovem. As qualidades do corpo perfeito (masculino e feminino) são evocadas no modo como as atividades lúdicas da infância e adolescência são lembradas e (re)atualizadas. De facto, vitalidade, saúde, força, agilidade, resistência, são características/qualidades evocadas pelos mais velhos quando recordam o seu desempenho em jogos e brincadeiras de infância, adolescência e enquanto jovens adultos.

Os corpos constroem-se de modo diferente em função dos contextos sociais, culturais, e económicos. E variam em função do género. A infantilização da adolescência não era possível num tempo em que a vida de trabalho se iniciava aos oito anos ou pouco mais – os corpos de criança eram, em alguns casos, abreviados. Como se apressava a entrada no mundo lúdico dos homens e das mulheres. A vida ganha hoje, por via da memória dos mais velhos, calendários e espaços próprios, definidos em função das mudanças operadas nos corpos como em função das atividades lúdicas que se praticavam e dos grupos de brincadeira a que se pertencia.

Sushis na roça, tropeiro no museu: a “mineiridade” como um patrimônio na cidade de Belo Horizonte

Cecília Benevides dos Santos (Universidade Nilton Lins – BR)

Há algum tempo que o antropólogo Marc Augé vem trabalhando com a possibilidade de encarar o nosso mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva antropológica. Ele ressalta a grande interconexão entre as várias regiões do globo, assinalando que a mobilidade (a grande circulação de populações, informações, produtos, imagens) talvez seja uma das características mais marcantes da nossa época. Essa mobilidade e interconexão generalizada geram os não-lugares, ou seja, espaços desprovidos de simbolização, incapazes de produzir o sentido. Pensemos nos aeroportos, auto-estradas, parques de diversão ou mesmo na Piazza San Marco de Veneza, onde circulam inumeráveis turistas olhando os monumentos através das lentes dos seus aparelhos fotográficos. Tal exemplo nos conduz à questão do patrimônio, que nessa pers-

pectiva pode se desvincular da identidade, da tradição e do futuro. As reflexões do historiador François Hartog sobre nosso atual regime de historicidade como presentismo, onde o patrimônio exerce o papel de guardião da memória, e não da história. Pensamos que estes dois marcos teóricos nos oferecem instrumentos para analisar o recente movimento de patrimonialização da tradição do estado de Minas Gerais que vem ocorrendo na cidade de Belo Horizonte, sua capital. Num espaço restrito do centro histórico dessa cidade surgiram nos últimos anos vários projetos de museus e de centros culturais visando preservar a mineiridade. Podemos perguntar se a tradição mineira está morta, e assim a colocamos no museu. Essa questão pode realmente aparecer visto que hoje em dia podemos comer sushis num bar-cabana, onde antes só encontrávamos pratos típicos para nos saciarmos.

P58 – Gênero, sexualidade: marcadores sociais de diferença, relações de poder e circulações em diferentes escalas

Coordenadora: Isadora Lins França (Universidade Estadual de Campinas – BR)

Terça, 10 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório 2, Reitoria/Geociências

A proposta do painel é a de contrastar diferentes contextos de produção de subjetividades e identidades. Convenções envolvendo gênero e sexualidade têm estado no centro de transformações que dizem respeito à visibilidade de identidades sexuais e sujeitos políticos, bem como ao tensionamento de estereótipos de masculinidades e feminilidades.

Nesse processo, tem-se mostrado de rentabilidade do ponto de vista analítico e teórico a compreensão de como gênero e sexualidade se articulam com outros marcadores como classe social, raça/cor e geração. A circulação de pessoas, objetos e ideias tem desempenhado papel fundamental em tais processos de transformação, colocando também em questão dicotomias relacionadas a tempo e espaço, como “tradicional-moderno” – assim como noções relacionadas a uma suposta “fluidez pós-moderna” – e “centro-periferia”.

Processos de reconhecimento e visibilidade, empreendidos tanto pela prática de ativismo político como pelas práticas de consumo e de produção estética e cultural, se constituem como janelas para a compreensão das relações complexas entre normatizações, regulações, moralidades, bem como fissuras e deslocamentos nesses cenários.

O painel procura trazer trabalhos capazes de produzir uma reflexão sobre produção de subjetividades, identidades e estilos relacionadas a gênero e sexualidade; articulação entre marcadores sociais da diferença; circulações e trânsitos de pessoas, objetos e ideias em diferentes escalas; mídia e práticas de consumo; e movimentos sociais.

Entre perdas e ganhos: notas sobre homossexualidade masculina, geração e transformações sociais no Brasil

Gustavo Saggese (Universidade de São Paulo – BR)

Baseada em pesquisa etnográfica conduzida entre 2011 e 2013, a proposta deste trabalho consiste em investigar a maneira pela qual homens de meia-idade oriundos de camadas médias e residentes na cidade de São Paulo vivenciam e percebem a própria homossexualidade frente às transformações sociais ocorridas nas três últimas décadas. Analisando conceitos aparentemente intercambiáveis como “aceitação”, “tolerância” e “respeito”, tento construir junto às pessoas entrevistadas uma dialética que leva em conta tanto a experiência subjetiva de pertencimento a um grupo tradicionalmente marginalizado quanto a posição sócio-histórica que ocupam. Aqui, entram em jogo vários marcos, como a abertura política do Brasil, os pânico morais suscitados pelo advento da epidemia de HIV/AIDS em meados dos anos 80 e a participação de alguns deles em movimentos sociais. Alvo de discussões acaloradas no cenário político nacional, analiso também suas falas sobre acontecimentos mais recentes, como o surgimento das primeiras Paradas do Orgulho LGBT e os embates envolvendo a legalização das uniões homoafetivas e a criminalização da homofobia. Ao mesmo tempo, problematizo o marcador “geração” e procuro entender como os interlocutores se percebem para além de um denominador etário, ainda que apontem diferenças importantes entre eles e os “mais jovens”, vistos com frequência como pertencentes a um grupo que “colhe os frutos” de uma visibilidade conquistada por aqueles que os antecederam.

“O que você veio fazer na ZL?”: circulando entre dois espaços de (homo)sociabilidade na Zona Leste de São Paulo

Ramon Reis (Universidade de São Paulo – BR)

Esta proposta traz as primeiras análises da pesquisa que desenvolvo no doutorado, sobre circulação, corporalidade, estilo, desejo, de homens homossexuais frequentadores de dois espaços de sociabilidade homossexual, localizados na zona leste de São Paulo, em Itaquera (Luar Rock Bar) e São Mateus (Guinga's Bar). A pergunta que compõe o título, figura como intrigante para mim, alocando-me para o que considero como a linha tênue entre pesquisador/professor (quando menciono, nas conversas com os frequentadores, esta pesquisa) e sujeito desejável (pelas diretas/indiretas que recebo no campo); Contudo, tal indagação deve ser algo corriqueiro para os frequentadores desses dois lugares, ao conversarem ou avistarem alguém que não os frequenta. Aproprio-me dos recursos de uma etnografia clássica, quais sejam: observações diretas, diário de campo, aplicação de roteiro de entrevista semi-estruturado, com vistas a compreender, de modo menos circunscrito no lugar e mais nas movimentações, as negociações/apropriações/sentidos/classificações, que homens homossexuais, que frequentam o Guinga's e o Luar Rock Bar, empreendem a: sujeitos desejáveis/não-desejáveis, circulação, (homo)sexualidade, classe, cor/raça, gênero e regionalidade.

Sexualidade e Crossdressing: Mulheres que se Relacionam com Crossdressers Masculinos

Marcela Thaís de Melo Barbosa (Universidade Federal de Goiás – BR)

O *crossdressing*, que em uma tradução direta seria “vestir trocado”, é uma dentre as muitas práticas sexuais que se configuram como o produzir-se com roupas que remetem a um gênero diferente do apresentado pela pessoa que elege a prática. Existem diferentes formas de se praticar *crossdressing*, ou ainda diferentes possibilidades que são consideradas *crossdressing*.

É o indivíduo que pratica que dá nome à prática, que elege o grau de intervenções e modificações corporais, tipo de montagem (produção) e publicização. Muito comumente, a prática é sustentada pelo prazer em se produzir com roupas socialmente tidas como referentes a um gênero diferente daquele do praticante. Em geral os homens praticantes vivem uma vida social como sujeitos do sexo masculino e se “montam” transitatoriamente. Buscam espaços sociais e grupos onde possam compartilhar dessa experiência; uma busca por tolerância, respeito e às vezes até o anonimato. Esses indivíduos não se veem como mulheres, tampouco querem sê-lo. Pesquisas anteriores a esta demonstraram que um considerável número de *crossdressers* masculinos mantinham relações afetivo-sexuais com mulheres, dizendo-se, assim, heterossexuais. Algumas dessas mulheres apenas partilham de seus segredos, outras vão além e os ajudam a se montar.

Propôs-se então estudar eventuais impactos da prática no interior destas relações íntimas, para que os achados possam ajudar no entendimento dos papéis e relações de gênero. Em um âmbito mais amplo, busca-se entender de que forma os achados do estudo contribuem para o questionamento das normas sexuais e a luta contra a as identidade socialmente prescritas.

O «Armário Trans»: entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento

Mario Carvalho (Instituto de Medicina Social-Universidade do Estado do Rio de Janeiro – BR)

Este trabalho é resultado parcial da pesquisa que venho realizando no âmbito do Doutorado no IMS-UERJ. A partir de uma etnografia ativismo de travestis e transexuais no Brasil, investigo os usos da “visibilidade” como ferramenta política na luta por reconhecimento. No campo, repetia-se a ideia de que travestis e transexuais, ao contrário de *gays* e lésbicas, não teriam como ocultar o estigma e sofreriam mais preconceito. Seria o estigma das experiências trans automaticamente visível? Podemos falar em “armário trans”? O melhor caminho para explorar o “armário trans” é pelas situações de “sair do armário” ou de “outing”. “Sair do armário”, para essas pessoas, teria dois sentidos: (i) iniciar as transformações corporais e (ii) revelar-se “trans” durante uma interação social. Além dessas situações, algumas cenas etnográficas sugerem que a evidência do estigma trans não é imediata. Nesse sentido, proponho uma discussão em torno dos sentidos desse “armário trans”. Passando pelas respostas de diversas instituições modernas envolvidas na manutenção/produção da “incomensurabilidade dos sexos” forja-se um jogo de tensões entre sistemas de visibilidade, de conhecimento e de poder. Revisitando as considerações de Sedgwick, em sua “Epistemologia do Armário”, percebemos que conjuntamente com as díades segredo/revelação e privado/público, mais claramente condensadas nas metáforas do “armário”, uma crise de definição marca outras díades fundamentais para a organização cultural moderna. Nesse sentido, instituições como a medicina, a religião, a justiça, o sistema educacional, entre outras, se apresentam ativamente na carpintaria do armário, dando sentido às diferentes díades da crise epistemológica da modernidade. Mas não sem resistência.

O Feminismo no debate entre a produção de um corpo feminino ideal e a mudança de estereótipos de feminino

Dália Costa (ISCS-UTL); Maria João Cunha Silvestre (ISCS-UTL)

A hipótese que orientou a pesquisa é a de que o estudo do uso de anúncios publicitários como mecanismos de co-construção de estereótipo de feminino e masculino com recurso a um quadro teórico feminista pode encerrar, como efeito contraproducente no avanço teórico das perspectivas feministas, a perda de possibilidades de mudança por via da celebração da pluralidade.

A questão que se coloca é perceber até que ponto é que o feminismo tem lidado com a construção social pelos media de estereótipos de masculino e feminino assumindo aprioristicamente a dimensão negativa da oposição feminino/masculino e a exploração da imagem do corpo da mulher instrumentalizando-o como imagem com significado de prazer, ligado ao consumo e enunciando um padrão estético que se pretende impor à forma de se apresentar e de se relacionar com os outros (na medida em que contribui para se ser aceite ou excluído de relações sociais). A ser assim, a nossa perspectiva é a de que o feminismo tem vindo a perder uma dimensão positiva de construção social de pluralidade pelos media.

A parte empírica do estudo envolveu a realização de *focus groups* com sujeitos que se definem a si mesmo como feministas (independentemente da abordagem teórica de feminismo) e com especialistas no estudo da imagem feminina projetada pelos media com base em abordagens feministas.

Os resultados sugerem que a necessidade de crítica social teoricamente radicada no feminismo tem orientado a opção por uma linha ativista envolvendo denúncia da exploração da imagem feminina pelos media.

As mulheres indígenas do movimento zapatista no México e sua luta por direitos

Priscila Nascimento (Universidade do Estado do Amazonas – BR); Adan Richard Moreira Martins (Universidade Federal do Amazonas – BR)

Nas últimas décadas o tema da questão indígena tem ganhado importância tanto dentro dos Estados nacionais como em nível internacional, principalmente em virtude da atuação dos movimentos indígenas que, a partir de 1970, começam a se organizar de forma mais efetiva na luta por seus direitos. Sabemos, no entanto, que uma perspectiva de gênero associada ao elemento étnico é um espaço ainda em construção, até mesmo dentro dos movimentos indígenas. Com isto, interessa-nos compreender a prática e o discurso das mulheres em um movimento indígena em particular, o zapatista, que se torna conhecido internacionalmente em 1994 quando declara guerra ao governo mexicano e lança a Ley Revolucionaria de las Mujeres, um documento elaborado pelas mulheres do movimento com o propósito de visibilizar as suas demandas enquanto indígenas e como mulheres. Nesse sentido, analisamos nesta pesquisa o processo de inserção das mulheres zapatistas na vida política das comunidades indígenas e o teor dos documentos reivindicatórios elaborados por elas, em um recorte histórico que vai de 1994 ao final da década de 1990. Procuramos considerar neste período os avanços e limites da participação das mulheres no movimento, bem como os desdobramentos de suas ações na busca de relações mais igualitárias entre homens e mulheres no contexto indígena.

P59 – Etnografias de processos de governança

Coordenadora: Andréa Lobo (Universidade de Brasília – BR)

Segunda, 9 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00

Local: Auditório 1, Ciências Veterinárias

Debatedor: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho

Desde o clássico artigo “Up the anthropologist – perspectives gained from studying up” de Nader, publicado nos anos 70, muitas pesquisas antropológicas têm sido feitas entre diferentes tipos de elites em sociedades complexas, bem como em processos de governança e administração mais ou menos estatais. Tal acúmulo de investigações tem permitido ampliar o repertório dos significados sociais da política e dos processos estatais, apontando sua polissemia, fronteiras em movimento, rituais, subjetividades em produção, tempos e espaços, macro- e micro-poderes.

Já no que se refere à reflexão sobre o fazer etnográfico em tais universos empíricos, muito há que avançar. Vários artigos que abordam dificuldades de pesquisar instituições prestigiosas (governamentais ou não) e sujeitos detentores de poder focalizam as restrições de acesso que enfrentaram, as portas fechadas e os segredos, e propõem estratégias de campo alternativas.

Contudo, raros mapeiam como essas dificuldades impactam a etnografia como uma forma de produção de conhecimento que não se confunde com a observação participante. A ambição deste painel é suscitar articulações entre os desafios da pesquisa e desafios ético-morais, da escrita, da relação de poder entre sujeitos-investigador, do lidar com conhecimento produzido e ocultado pelos sujeitos, para compreender a especificidade desses contextos dinâmicos de experiências vividas e, simultaneamente, repercutir sobre os estereótipos do fazer antropológico a partir das demandas reais colocadas à pesquisa hoje.

Enquanto fazem políticos no Brasil... Método, etnografia e pesquisa

Elias Gomes (Universidade de São Paulo – BR / Universidad Complutense de Madrid – ES)

No Brasil, a cada dois anos, ocorrem eleições diretas e regulares para o executivo e parlamento. Nas últimas três décadas, os usos de TV, rádio e Internet nas campanhas se tornaram mais dinâmicos e complexos. Com isso, jornalistas, publicitários e sociólogos se tornaram “homens fortes” (em geral, homens) dos/as políticos/as brasileiros/as. Por vezes, esses profissionais se tornam confidentes e amigos das famílias dos/as candidatos/as. A intimidade entre eles gera maior segurança nos/as políticos/as e, ocasionalmente, maior autonomia na condução da campanha em relação a parentes, dirigentes partidários e amigos. O *marketing* político se tornou rentável e alguns profissionais milionários com os trabalhos realizados em campanhas e contas de publicidade governamental. A partir do trabalho etnográfico realizado nas eleições municipais em Belém do Pará – Brasil (2012) e visitas às agências dos principais profissionais das campanhas presidenciais, pretende-se refletir sobre método, etnografia e pesquisa. Analisa-se desde a entrada do pesquisador no campo de estudos, passando pelos contatos com agências, atividades com candidatos e assessores, gravações de programas, entrevistas, bem como a proteção de dados, as informações privilegiadas e prestigiosas, as disputas, vaidades e riscos políticos e econômicos de pesquisas acadêmicas para os/as candidatos/as e marqueteiros/as.

Produção acadêmica, verdades para o Estado e legitimidade para governar

Marco Martínez (Universidade de Brasília – BR)

Tendo como referência empírica uma política pública que busca erradicar a “violência intrafamiliar” a partir da intervenção social, jurídica e política da “identidade masculina” em Bogotá, Colômbia, nesta apresentação busco problematizar a construção do conhecimento populacional de instituições de governo a partir da produção de conhecimento acadêmico. De maneira particular, me referirei ao uso dos conceitos “masculinidade hegemônica” e “nova masculinidade”, para analisar a relação entre a produção de categorias para “interpretar” as relações sociais e o uso das mesmas para “explicar” a realidade social. Com o anterior, pretendo ressaltar dilemas na construção de uma alteridade masculina sempre associada à violência como elemento que legitima exercícios de garantia dos direitos humanos de uma população universalmente definida: as mulheres, em contraposição de uma culturalmente definida: os homens.

«Estado» e «Democracia» em «campo»: Dois grandes mitos na política e as dinâmicas de mudanças sociais no fazer etnográfico

Fabricio Almeida (Universidade Nacional de Brasília – BR)

Nesta proposta importa saber quais eram as condições e as contingências históricas (Elias, 1990) que mobilizaram de forma não-intencional (ou racional), a criação de certa maneira ordenada de mecanismos de distribuição de poder entre “iguais”, cidadãos enquanto detentores de direitos salvaguardados por uma entidade política, o “Estado”. Considerando as assimetrias entre os membros da *polis*, os “gregos antigos” deixaram um legado, a ideia de “democracia”.

Parece fundamental contrariar a suposição de que em regimes democráticos as relações de poder “oficiais”, as assimetrias de “acesso” estabelecidas por “redes políticas” serão permeadas necessariamente pela transparência e descentralização do “poder”. As formas de legitimação do poder que a retórica do “estado-nacional democrático” professam não resolveram questões que por aparente princípio constituiriam a substância da ideia de “democracia”.

O “tempo” das relações e dos encontros estabelecidos no fazer etnográfico são desafiados em contraste com a temporalidade dos fenômenos que nos propomos compreender, com o ritmo no qual mudaram e se-nos apresentam. Não confundem-se “presente” e “verdade”, assim como não o ocorre com o “passado”.

A percepção do “tempo” não precinde necessariamente da cisão entre sincronia e diacronia. Essa cisão torna-se muito pouco explicativa dos fenômenos que conferem sentido à temporalidade “presente” e às contingências que são parte de mudanças sociais. Para manter a linguagem corrente, algo como uma

“sincronia dinâmica” ou “temporalidade sócio-orgânica” sejam bons indícios para críticas da percepção do tempo e mudanças sociais e, também, da atuação de etnógrafos em “campo” no estudo de elites, de instâncias estatais e de governo.

Entre um ‘coqui’ e um ‘cururu’: etnografia das eleições locais de um município baiano

Murilo Guimarães

Discursos, programas de rádio, materiais de propaganda e boatos tomaram o meu município-natal, Macarani, na Bahia, ao longo dos quatro meses que antecederam as eleições para prefeito e vereadores, ocorridas a três de Outubro de 2008. Além destes elementos, um processo judicial transcorria paralelamente aos embates entre as candidaturas e as biografias dos candidatos eram postas à prova, por meio de acusações recíprocas e da criação de alcunhas engraçadas e repletas de significados. De um lado, um ‘coqui’, pássaro preto comum na região e, do outro, um ‘cururu’, espécie de sapo de grandes dimensões. Entre os dois, um híbrido de nativo e etnógrafo em busca de estratégias que lhe permitissem aceder aos dados do campo, sem que sofresse com a violência dos representantes de cada facção, arredios a presenças estranhas e perscrutadoras. Sem realizar entrevistas estruturadas, o pesquisador lançou mão de um conjunto de técnicas, que variaram desde a interpretação dos conteúdos simbólicos publicados nos comícios, em eventos de campanha diversos e nas peças de publicidade até a análise do referido processo judicial, o qual redefiniu surpreendentemente os rumos daquela eleição. Além disso, a convivência, permeada por entrevistas semi- e inestruturadas junto a antigos amigos tornados em intervenientes, fizeram deste trabalho de campo, que resultou numa tese de mestrado defendida junto ao ICS-UL, em 2013, um instrumento de reflexão sobre os meandros dos pleitos eleitorais locais no Brasil e sobre os perigos e as conquistas de uma etnografia realizada em sinuosos e espinhosos circuitos de poder económico e político.

Indústria Naval e impactos socioambientais: questões sobre a etnografia de um grande modelo de desenvolvimento

Rafael Lopo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR)

Há cerca de três anos, a cidade de Rio Grande, na esteira de uma nova política de nacionalização e descoberta de petróleo na camada Pré-Sal, se tornou palco central de um projeto desenvolvimentista ligado à indústria naval, e se consolidou como o terceiro polo de construção naval e *off-shore* do Brasil. O que se configura como desafio desta pesquisa de doutorado são questões pertinentes à viabilização e fortalecimento do projeto desenvolvimentista, estreitamente ligado à economia do petróleo, bem como diferentes discursos voltados para as lutas socioambientais são minimizados em detrimento de ideias como sustentabilidade, desenvolvimento e progresso. O que se objetiva através da etnografia, inspirada pelas ideias Roberto Cardoso de Oliveira, é mapear e interpretar três diferentes níveis de ação social: a macro-ética, onde se inserem os discursos, ações e projetos estatais e/ou privados ligados à macro economia naval e petrolífera; a meso-ética, onde são articulados processos de legitimação de novas disciplinas académicas, especialistas e conhecimentos que circulam entre instituições públicas e privados e novas feições do trabalho; e a micro-ética, espaço privilegiado para as relações de sociabilidade cotidianas e narrativas sobre migração, conflito e trabalho da região. A pergunta metodológica pertinente para esta comunicação versa sobre as possibilidades e dificuldades de uma etnografia que se coloque na interface destes diferentes espaços éticos e sobre a postura do etnógrafo quanto à necessidade ou não de tornar evidente suas intenções e seus questionamentos durante a investigação etnográfica.

P60 – Antropologia em contraponto

Coordenador: Fernando Florêncio (UC)

Quarta, 11 Set, 9.30-11.00, 11.30-13.00, 14.30-16.00

Local: Auditório AA, AAUTAD

Moderador: Fernando Florêncio

Este painel pretende constituir uma oportunidade para os autores apresentarem os resultados de suas investigações, relacionando-as com as restantes comunicações e com a antropologia contemporânea no seu conjunto. Neste sentido, o painel corresponde ao objectivo mais geral do Congresso: o de exemplificar o carácter polifónico da antropologia contemporânea, fazendo ressaltar, para além das especializações e

das ênfases particulares de cada área disciplinar, a unidade (ou o conjunto de “semelhanças de família”, como diria Needham) que caracteriza a nossa disciplina no seu conjunto.

Pluralismo Jurídico e Escala Territorial

Wladimir Rodrigues Dias (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – BR)

O escopo desta comunicação é discutir a relação entre pluralismo jurídico e escalas espaciais de ação política. O aspecto principal da abordagem é uma possível correlação positiva entre experiências de pluralismo jurídico de caráter emancipatório e contra-hegemônico e sua capacidade de articulação interestatal. Pretende-se que o impacto e o alcance de eventos e práticas consolidadas no âmbito do pluralismo jurídico e, por consequência, à margem do monismo positivista estatal, sejam influenciados pelas redes e conexões que os ligam, desde o lugar a que estão circunscritos, a outros espaços de produção do direito. Práticas jurídico-políticas de natureza pluralista e emancipatória têm lugar sob determinada base cultural e em escalas territoriais distintas, embora, em qualquer hipótese, ainda que com diferenças de ênfase, estratégias e fins, tenham como ponto de contato uma oposição ou sobreposição ao modelo hegemônico, baseado no reconhecimento de um só direito, decorrente da lei positiva estatal. Trata-se de um contraponto que opera em distintos planos – epistemológico, conceitual e material –, mas se distingue pelo “*locus*” em que acontece. As esferas local-comunitária, nacional-estatal e mundial-globalizante representam diferentes possibilidades para expressão do direito, e em cada um desses planos múltiplas nuances podem ser verificadas a partir da análise de casos concretos. O ponto enfocado é, pois, que a capacidade de articulação entre atores e sistemas sociais de diferentes escalas espaciais contribui decisivamente para definir estratégias de ação e mobilização social, delimitação de agendas e campos de disputa política, e alcance da normatividade socialmente legitimada, nomeadamente quando está em jogo uma perspectiva jurídico-política emancipatória, pluralista e contra-hegemônica.

Educação Escolar Indígena na Atualidade Brasileira

Darci Secchi (Universidade Federal de Mato Grosso – BR); Aline Oliveira (Universidade Federal de Mato Grosso – BR)

As sociedades indígenas brasileiras mantêm diferentes vínculos educacionais (escolares ou não) com agências governamentais, missões religiosas e outras organizações da sociedade. Em Mato Grosso, o processo de escolarização indígena foi deflagrado no início do século XX pelo Serviço de Proteção aos Índios implantado e, posteriormente, expandido pelas missões católicas salesianas e jesuíticas e por missionários protestantes de diversas confissões. Com o advento da Constituição Federal de 1988, as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado de Educação ampliaram a atuação nas aldeias, contrataram professores e ‘democratizaram’ o acesso escolar a quase todas as comunidades indígenas do estado. O que se discute atualmente são estratégias para transformar essa instituição nascida da colonialidade em instrumento de defesa dos interesses das necessidades das populações Ameríndias. Dentre as principais iniciativas elaboradas pelo Conselho de Educação Escolar Indígena e implementadas pelo poder público, destacamos: a) a formação em nível superior de quase mil professores indígenas de diferentes etnias, para atuarem como docentes nas escolas das aldeias e b) a elaboração coletiva dos projetos políticos e pedagógicos e das orientações curriculares para todos os anos ou séries escolares. Um dos aspectos ainda não equacionado até o momento diz respeito à qualidade da intervenção do poder público no cotidiano escolar. Depois de tantos anos de colonialidade, a simples ausência do poder público parece, igualmente, não ser recomendada. Há que se redefinir a participação das comunidades, do poder público e dos docentes em outras bases. Há que se reinventar a Escola Indígena.

A lei, a terra e os Indígenas: um estudo de caso na Amazônia brasileira

Mariana Guimarães (Universidade de Brasília – BR)

A luta indígena se constitui, historicamente, na luta pelo território. Inicialmente em disputas interétnicas, hoje em disputas contra o avanço do modelo neoliberal de desenvolvimento imposto pelo Estado. Porém, um território indígena não se constitui apenas como uma faixa extensa de terra, a mesma necessita de boas condições ecológicas para que a comunidade indígena que ali residir tenha condições de se reproduzir, física e culturalmente.

Os Akrãtikatêjê tiveram suas terras usurpadas pelo Estado brasileiro no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, seguindo-se uma longa batalha judicial, com mais de 30 anos, em busca de um território onde os indígenas pudessem retomar sua autonomia.

«El miedo a sentirte rechazado por ir al psicólogo es mayor que las ganas de superar este trago».

Análisis del *non-help-seeking behaviour* en jóvenes catalanes mediante un proyecto participativo

Natalia-Lledo Carceller-Maicas (Universitat Rovira i Virgili – ES)

Los problemas de salud mental son prevalentes entre adolescentes y jóvenes, especialmente los trastornos y malestares subclínicos del espectro depresivo y ansioso. Se calcula que la prevalencia es 14,3% en trastornos depresivos y 31,9% en trastornos ansiosos. Sin embargo, los jóvenes son el grupo de edad que menos utilizan los servicios de salud pública por este motivo. Con el objetivo de mejorar la accesibilidad y atención a este colectivo desarrollamos el proyecto: “The emotional distress of adolescents: lifestyles, mental health and lay strategies used in managing adversity” que supuso entrevistar 105 jóvenes residentes en Catalunya reclutados de una muestra longitudinal previa. Esta submuestra estuvo formada por: 1) un grupo de participantes con diagnóstico de depresión/ansiedad previo, 2) un grupo que expresó malestar auto-percibido de tipo depresivo/ansioso pero sin diagnóstico y 3) un grupo control. Las entrevistas, de tipo cualitativo, tenían el objetivo de explorar los explanatory models, los motivos de *non-help-seeking*, y las *strategies of self-care*. Posteriormente realizamos 4 *focus groups* (3 con jóvenes y 1 con profesionales de la salud mental) para triangular los resultados de las entrevistas cualitativas y creamos un grupo de trabajo mixto de profesionales y jóvenes para elaborar una guía de buenas prácticas la cual combina el saber lego y el saber profesional sobre la descripción de las causas de *non-help-seeking*, así como recomendaciones de atención desarrolladas desde un modelo participativo en salud mental, que tiene en cuenta en su construcción el conjunto de subjetividades.

Seriam eles bons ou seriam eles maus: práticas corporais e obesidade entre policiais militares, no Brasil

Bóris Ribeiro de Magalhães (Universidade Estadual de São Paulo – BR)

Um legado paira sobre a polícia brasileira, desde sua criação no século XIX, com a chegada de D. João VI, a colônia. Recrutados em meio à população, sem eira nem beira, seus corpos aviltados também violavam perpetrando violências recíprocas, naturalizadas desde o início da colonização. Para além das truculências, morticínios e os desmandos da Polícia Militar, junto à população hoje; a perspectiva foca o corpo desse profissional, seus discursos e suas práticas. Como exemplo: “Outro dia estava passando em um posto de gasolina e vi um policial gordo. Que policial era aquele? Policial mais sem compostura, como pode isso?”, discursa um cidadão acerca da obesidade entre policiais. Programas de Redução de Peso confirmam a intervenção na prática institucional sobre o problema, após diminuição de duas toneladas e meia de massa corporal, em um Batalhão com cerca de 700 policiais. Em relatório a instituição diz: que o aspecto considerado para o enfrentamento da epidemia foi “...a imagem do policial militar fardado e a representação de credibilidade e de disposição que esse aspecto deveria representar, pois é notório que o sobrepeso e a obesidade influenciam negativamente nesse sentido”. Na contramão do corpo ideal normalizado pelo *ethos* guerreiro, os policiais cujas medidas, contrariam o IMC são reconhecidos como responsáveis pela sua condição obesa vivenciando exclusões e estigmas da experiência corporal.

Siglas Utilizadas na Programação dos Painéis (instituições portuguesas)

CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas
CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais
CES – Centro de Estudos Sociais
CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa
CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia
ESCS – Escola Superior de Comunicação Social
ESEL – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
ESMAE – Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo
FBA – Faculdade de Belas Artes
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FPCE – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
GAIEPC – Grupo Autónomo de Investigação em Estudos Pós-Coloniais
ICS – Instituto de Ciências Sociais
IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional
IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical
IPBeja – Instituto Politécnico de Beja
IPBragança – Instituto Politécnico de Bragança
IPL – Instituto Politécnico de Lisboa
IPP – Instituto Politécnico do Porto
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
ISFLUP – Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
ISSSL – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto
IUL – Instituto Universitário de Lisboa
SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
UA – Universidade de Aveiro
UAB – Universidade Aberta
UALG – Universidade do Algarve
UC – Universidade de Coimbra
UCP – Universidade Católica Portuguesa
UE – Universidade de Évora
UFP – Universidade Fernando Pessoa
UHLT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
UL – Universidade de Lisboa
ULL – Universidade Lusíada de Lisboa
UM – Universidade do Minho
UNL – Universidade Nova de Lisboa
UP – Universidade do Porto
UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
UTL – Universidade Técnica de Lisboa

Antropologia Visual

Mesa Redonda

9 de Setembro, 9.30 – 11.00h

Edifício de Geociências, Auditório de Geociências

Autoria e auto-reflexividade no filme etnográfico

Organização: Catarina Alves Costa (FCSH-UNL) e Humberto Martins (UTAD/CRIA)

Participantes: Amaya Sumpsi, Arlindo Horta, Catarina Faria (FCSH-UNL), Catarina Laranjeiro (Freie Universität Berlin - DE), Hellington Vieira, Rodrigo Lacerda

Debatedora: Clarice Peixoto, realizadora e professora (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – BR)

Num momento em que se questionam os usos da retórica nas narrativas construídas do filme etnográfico, que se aproximou cada vez mais do documentário, parece-nos importante voltar à questão da especificidade dos usos da imagem e do trabalho sobre as culturas visuais. Há similaridades surpreendentes entre os cânones e a prática do documentário observacional e as características que parecem distinguir a pesquisa e a literatura antropológica. Estas construíram-se, historicamente, a partir do movimento do direct cinema. A mais importante delas talvez seja a premissa compartilhada de que o produto gerado, junto com os insights que incorpora, se imagina como fruto de um conhecimento pessoal profundo dos protagonistas. O modo como os investigadores tentam escapar a essa imposição do autor-autoridade, o problema da ética e da política da representação, serão aqui discutidos a partir de casos particulares e visionamento de excertos. Os usos de diferentes tipos de retórica visual serão tratados pelos participantes da Mesa Redonda em confronto com as formas contemporâneas de fazer etnografia, trabalhando questões como a hibridez dos eventos filmados, muitas vezes multi-situados, as narrativas diarísticas, os usos da entrevista e da polifonia, a montagem e a construção cinematográficas, o trabalho da luz ou do som e o que nele se fabrica.

Amaya Sumpsi, *Apanhados na Rede*

O percurso de realização deste documentário começa bem longe da antropologia. Quando comecei a filmar, em 2005, eu era licenciada em cinema e em literatura, e de “etnografia” apenas conhecia o nome. Filmei durante quatro anos, em períodos alternados, junto da comunidade piscatória de Porto Formoso, guiando-me pelos meus conhecimentos mas, sobretudo, pela minha inquietude e empatia. Tinha boas imagens e uma história forte, mas os brutos acumulavam-se e eu não conseguia organizar o material: fiz muitas tentativas de edição, acabando sempre por desistir. Coisas do destino, em 2009, numa ida à Universidade Nova de Lisboa, vi o cartaz do novo mestrado em Antropologia e Culturas Visuais. Não sabia se o meu documentário era etnográfico ou não, pois nunca o tinha pensado nesses termos, mas intuía que, de alguma forma, esses seminários me poderiam ajudar. E

assim foi. Nos seminários, percebi que muitas das questões que a comunidade de Porto Formoso debatia faziam parte da discussão atual da antropologia. A antropologia deu-me as ferramentas de análise e, assim, escrevi mais de 100 páginas de reflexões ao redor das questões que acompanhei na aldeia. Depois de terminar de escrever a dissertação, sentei-me de novo na mesa de edição.

Arlindo Horta, *Tão perto do silêncio*

Fazer um documentário sobre ou com refugiados/requerentes de asilo colocou-me diversas questões muito pertinentes sobre, entre outras coisas, a gestão das relações de poder entre quem filma e quem é filmado. Gostava de falar sobre:

- 1.º O que representar? Como evitar, neste caso particular, a simples exposição/explocação de uma “narrativa dramática” tantas vezes (e de tantas formas) solicitada?
- 2.º O trabalho de campo e o estabelecer de uma relação de confiança com o grupo que filmei (o tempo + a introdução da câmara).
- 3.º Como eliminar o mais possível do acto de filmar a noção de relação de poder? Evitar a relação burocratizada (o assinar de autorizações); evitar as perguntas directas sobre “a história de vida”; estar/filmar/observar; o desenho das conversas individuais e a abordagem ao espaço privado.

O objectivo de toda esta gestão foi afastar o processo de realização do filme de qualquer semelhança, real ou imaginada, com o processo de asilo que todos os requerentes atravessam. Tentei assim explorar um contexto (o teatro) onde a representação/performance de memórias e narrativas fosse um acto de exposição voluntário e controlado pelos seus protagonistas, e que o filme fosse, de facto, um verdadeiro encontro de olhares, fundado numa ideia clássica de cinema de observação, mas também numa forma de diálogo aberto com os seus protagonistas que interpelam a câmara com as memórias que desejam partilhar, os seus silêncios, as suas expectativas e as suas reivindicações.

Catarina Faria, *Fado Tropical*

Pretendo falar de alguns desafios que surgiram ao longo da pesquisa antropológica e realização do filme *Fado Tropical*, projeto de investigação que se debruçou sobre as histórias de vida dos artistas de fado portugueses e lusodescendentes e os percursos dos artistas brasileiros sem ascendência portuguesa, procurando conhecer a sua relação com o fado e as práticas associadas ao mesmo, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

1. Como operacionalizar o encontro entre a linguagem criativa e sensitiva dos meios visuais com a necessidade de elaboração de um argumento teórico, importante para um trabalho em ciências sociais?
2. A câmara introduz uma dinâmica nova na interação entre o antropólogo e os interlocutores. Como gerir o conflito entre os papéis de documentarista/catalisadora *versus* antropóloga/observadora?
3. Há espaço para diferentes formas de filmar em antropologia? Referir-me-ei à opção pela combinação de dois modelos de retórica visual: um, assente na entrevista e numa visão polifónica da realidade do fado no Brasil, que dá voz aos artistas portugueses

emigrantes que construíram a sua carreira no fado e que nos contam a sua história através do recurso a fotografias e discos, e outro, que, a partir da demonstração de atuações de fado, alude às diversas realidades que caracterizam o fado no Brasil, tanto a nível de espaços de apresentação, como de formas de interpretação e da variedade de artistas, nomeadamente, de brasileiros sem especial ligação a Portugal.

Catarina Laranjeiro, *Nós, a Guerra* (título provisório)

No âmbito do meu trabalho de investigação sobre memórias da guerra colonial/ de libertação, estive a filmar em tabancas no interior da Guiné-Bissau. Nesse contexto, os entrevistados eram pessoas sem domínio da língua portuguesa e com quem muitas vezes eu tinha dificuldade em comunicar com o meu arcaico crioulo. Adicionalmente, o meu equipamento (tripé, câmara e gravador) despertou a curiosidade junto da população mais jovem, que logo nos rodeava para assistir à entrevista/filmagem. Para superar as minhas limitações comunicacionais e como forma de incorporar os comentários, risos, observações daqueles que estavam a assistir à entrevista/filmagem, decidi dar a este projecto um carácter colaborativo, convidando pessoas a realizar a entrevista/filmagem.

Desta forma, os pontos que queria debater são: Filmes de investigação autoral vs. filmes de investigação colaborativos. O que é a antropologia partilhada/colaborativa espontânea? O que a distingue de um processo colaborativo planeado? Que vantagens e limitações esta colaboração traz para o projecto de investigação em curso?

Hellington Vieira, *A Horta do Monte* (título provisório)

- 1.º Realizei um trabalho de campo de mais de três meses, antes de começar a filmar. A consequência foi que sempre soube para onde apontar a câmara. Sabia quais eram os espaços mais relevantes, as estruturas fundamentais da horta e os personagens com maior relevância. Além disso, a introdução da câmara aconteceu quando as pessoas já me conheciam, confiavam em mim e até me pediam para filmar determinadas cenas. Portanto, gostava de começar por falar sobre o momento de introdução da câmara.
- 2.º Por se tratar de uma horta ilegal, baseada num solo de saúde questionável, sempre houve assuntos delicados. E nestes momentos, em conversas mais íntimas, desabafos ou discussões, tive dúvidas se devia ou não ligar a câmara. Seguir o que sinto ser ético terá enfraquecido o meu filme? Ainda não sei. Mas até o dia da conferência, vou saber. Gostava de falar sobre isso.
- 3.º A relação entre a problemática do tema e as imagens captadas nem sempre é óbvia. No meu caso, esta relação só se tornou evidente no último mês de filmagens, depois de ter percorrido vários raciocínios e leituras, e de ter visualizado o material filmado inúmeras vezes. Gostava de fazer uma breve exposição sobre como isto decorreu.

Rodrigo Lacerda, *Thierry*

Talvez o cinema etnográfico tenha estado demasiado preocupado em mostrar e explicar quando a verdadeira natureza do filme é o experienciar. A câmara parece uma tecnologia

transparente e o vídeo algo simples de usar. Contudo, o cinema possui uma gramática extremamente rica que permite uma relação fenomenológica não-verbal entre os vários intervenientes do projecto fílmico. Nesse sentido, partindo da minha actividade documentarista, proponho avançar algumas ideias de como trabalhar a experiência dentro do cinema etnográfico.

Apresentação de Livros

9, 10 e 11 de Setembro, 13.00 – 14.30

Edifício de Geociências, Átrio do Museu de Geologia

Organização: Paulo Mendes e Xerardo Pereira

9 de Setembro, Segunda-Feira

Eduarda Rovisco (2012): *Não queiras ser castelhana. Fronteira e contrabando na raia da Beira Baixa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

César Augusto de Assis Silva (2012): *Cultura Surda. Agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome.

10 de Setembro, Terça-Feira

Brian Juan O'Neill (2011): *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1978)*, 2.^a Ed. Revista. Porto: Edições Afrontamento.

Paula Godinho (coord.) (2012): *Usos da memória e práticas do património*. Lisboa: Edições Colibri – IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional) – Universidade Nova de Lisboa.

11 de Setembro, Quarta-Feira

Luís Silva e Elisabete Figueiredo (eds.) (2013): *Shaping Rural Futures. From Perceptions to Outcomes*. Dordrecht: Springer.

Paulo Mendes (2013): *O mar é que manda. Comunidade e percepção do ambiente no litoral alentejano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Programa Paralelo

Exposições e Instalações

9, 10 e 11 de Setembro, 14.00 – 24.00

Teatro Municipal de Vila Real

Rituais de Inverno (sem máscaras)

Concepção: Jean-Yves Durand. Assistência científica e museográfica: Celina Bárbaro Pinto. Montagem: equipa do Museu da Terra de Miranda. Exposição produzida pelo Museu da Terra de Miranda (Direcção Regional de Cultura do Norte), com a participação de Isabel Geraldês, Céu Bernardo Ferreira, Maria Augusta Raimundo e Isabel Leonor, moradoras de Duas Igrejas (Miranda do Douro).

Foyer do Teatro Municipal de Vila Real

Os rituais de Inverno de Trás-os-Montes e da região raiana espanhola têm atraído muita atenção, focada nas festas que envolvem máscaras. Com a reconstituição de um grande “ramo” de procissão elaborado com dezenas de pães e rosquilhas e com decoração vegetal, o Museu da Terra de Miranda, em colaboração com habitantes da aldeia de Duas Igrejas (Miranda do Douro), pretende contribuir para a descoberta de outros rituais cíclicos que, embora menos conhecidos, se traduzem em notáveis manifestações de arte efémera.

O Patrão é o mar

Instalação áudio e vídeo

Autores: Paulo Mendes (UTAD/CRIA-IUL) e Filipe Reis (ISCTE-IUL/CRIA-IUL)

Sala do Teatro Municipal de Vila Real

Na Azenha do Mar, pequena comunidade piscatória situada no sudoeste alentejano, pouco mais de meia dúzia de pequenas embarcações continuam a sair para o mar, quando ele deixa. Privilegiando o uso do gravador de som, mas recorrendo também ao vídeo e à fotografia, os antropólogos Paulo Mendes e Filipe Reis propõem-nos uma incursão sensorial ao dia-a-dia e às paisagens sonoras daquela pequena povoação haliêutica. Pescadores já retirados e uma nova geração que se dedica à pesca destacam-se falando da vida no mar, do que foi e do que é, enquanto nos deixam observar o seu trabalho no mar. Uma imersão, através de imagens e sons, num universo onde a incerteza, o perigo e a natureza mandam. Na Azenha, o patrão é o mar.

Viver um Mundo Antigo: Criação Artística e Produção de Memória em Contexto Rural

Uma exposição da Binaural/Nodar (São Pedro do Sul)

Foyer do Teatro Municipal de Vila Real

A Binaural/Nodar, uma organização cultural com epicentro na região montanhosa do Maço da Gralheira (São Pedro do Sul) e que se dedica ao acolhimento e produção de cria-

ções artísticas sonoras e *media* e a recolhas audiovisuais de carácter antropológico e etnomusicológico, atuando sempre com uma profunda ligação ao contexto geográfico e social envolvente, apresenta no âmbito das atividades paralelas do V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia uma exposição sonora e videográfica dividida em vários núcleos narrativos, os quais pretendem conjuntamente problematizar alguns sentidos da produção de memória e da criação artística em ligação com territórios e comunidades específicos: as tipologias de trabalho de campo, a influência da subjetividade do artista, a pertinência do real enquanto tela criativa e a criação artística enquanto parte da memória futura.

Apresentação da instalação da Binaural pelo director Luís Costa

9 de Setembro, 21.30

Pequeno Auditório do Teatro Municipal de Vila Real

Lista de Autores e Coordenadores de Painéis

Adan Richard Moreira Martins – P40; P58

Aderli Goes Tavares – P18

Adriana Russi Tavares de Mello – P19

Adriana Silva – P29

Age Viira – P01

Agustín Coca Pérez – P31

Alberto Alonso-Ponga García – P34

Alberto Lopez Bargados – P54

Alejandra Ortiz – P25

Alessandra Barreto – P34

Alexandre Silva – P09

Alexandre Soares Cavalcante – P36

Alfredo Francesch – P11

Alice Costa Macedo – P17

Alicia Norma González de Castells – P19

Aline Caldeira Lopes – P20

Aline Cristina Oliveira do Carmo – P20

Aline Oliveira – P60

Allan Costa – P36

Allan Veiga – P14

Ambra Formenti – P22

Amélia Frazão-Moreira – P31; P38

Ana Cláudia Peres – P03

Ana Claudia Tavares – P20

Ana Flávia Miguel – P19

Ana Gonçalves – P06

Ana Keila Pinezi – P36

Ana Lúcia Nauar – P29

Ana Luísa Micaelo – P43

Ana María Taborda Tapasco – P45

Ana Paula Casagrande Cichowicz – P27

Ana Paula Figueiredo – P28

Ana Paula Mendes de Miranda – P42

Ana Piedade – P57

Ana Rita Costa – P35

Ana Rita Lopes – P17

Ana Rita Veleda Oliveira – P13

Ana Santos – P09

Ana Sofia Neno Leite – P51

Ana Teles da Silva – P21

Anastasios Panagiotopoulos – P24

Anaxsuell Fernando Silva – P42

Anderson Tibau – P45

André Nóvoa – P07

Andrea Barbosa – P02

Andréa Lobo – P32; P59

Andréa Pavão – P45
 Andrés Felipe Ospina Enciso – P04
 Andressa Lewandowski – P44
 Ângela Miranda Cardoso – P13
 Ângeles Ramirez – P51; P54
 Anna Kubisztal – P33
 Antónia Pedroso de Lima – P41
 Antonio Carlos de Souza Lima – P30
 Antonio Simões Menezes – P17
 Ariadna Solé Arraràs – P04
 Asher Grochowski Brum Pereira – P22
 Aurízia Anica – P57
 Aurora Artiaga Rego – P13
 Barbara Copque – P12
 Beatrice Gonçalves – P14
 Beatriz Padilla – P25
 Beatriz Santamarina – P31
 Berta Granja – P35
 Bóris Ribeiro de Magalhães – P60
 Bruno Puccinelli – P53
 Caetana Damasceno – P03
 Caetano Sordi – P04
 Caio Novaes – P45
 Camila Pierobon – P40
 Cândida Cadavez – P05
 Carina Gomes – P05
 Carla Águas – P07
 Carla Almeida – P38
 Carla Dias – P50
 Carla Semedo – P43
 Carla Susana Alem Abrantes – P48
 Carla Teixeira – P30
 Carlos Andrés Oviedo Ospina – P30
 Carlos António Simões Nuno – P14
 Carlos Reyna – P45
 Carmen Andriolli – P43
 Carmen Lucia Silva – P18
 Carmo Lorena – P33
 Carolina Branco de Castro Ferreira – P16
 Carolina Heliodora – P30
 Carolina Santana – P29
 Carolina Treto – P55
 Carolina V Cardoso – P40
 Caroline Quinaglia Brandi – P18
 Cássio Raniere Ribeiro da Silva – P24
 Catarina Barata – P06
 Catarina Casanova – P31
 Catarina Frade – P09
 Catarina Fróis – P41
 Catarina Laranjeiro – P03
 Cecilia Benevides dos Santos – P57
 Cecilia McCallum – P47
 Celia Corsino – P19
 Ceres Gomes Victora – P04
 César Augusto Assis Silva – P18
 Cesar de Miranda e Lemos – P47
 Chiara Cerri – P08
 Clara Saraiva – P42
 Claudia Fioretti Bongianino – P32; P44
 Cláudia Madeira – P52
 Cláudia Marisa – P52
 Claudia Sousa – P31
 Cláudia Vaz – P32
 Cleide Magáli dos Santos – P02
 Cleiton Machado Maia – P24
 Conceição Barroqueiro – P41
 Constança Pacheco de Amorim Vieira de
 Andrade – P40
 Consuelo Álvarez Plaza – P14
 Cora Corinta Oliveira – P10
 Craig William Schuetze – P53
 Cristiana Bastos – P29; P48
 Cristiana Vale Pires – P41
 Cristiane Reis – P10
 Cristina Dias da Silva – P18
 Cristina Patriota de Moura – P34
 Cristina Rodrigues da Silva – P53
 Cristina Santinho – P25; P41
 Cristina Valentim – P10
 Criziany Felix – P20
 Cyril Isnart – P21
 Dália Costa – P58
 Daniel Bitter – P52
 Daniel Granada da Silva Ferreira – P12

Daniel Henrique França Lunardelli – P05
 Daniel Malet Calvo – P34; P53
 Daniel Meirinho – P02
 Daniel Paiva – P08
 Daniel Reis – P06; P50
 Daniel Seabra Lopes – P09
 Daniela Araújo – P06
 Daniela do Carmo Kabengele – P03
 Daniela Ferreira – P07
 Daniele Abilas Prates – P51
 Danielma Correia – P17
 Darci Secchi – P60
 David Picard – P24; P37
 Debora Baldelli – P17
 Deborah Stucchi – P43
 Denise Cardoso – P18; P29
 Denise Ferreira da Costa Cruz – P44
 Dennis Zuev – P05
 Diana Espírito Santo – P04; P24
 Diana Milstein – P02
 Diana Miranda – P36
 Diego Amoedo – P43
 Diego Ferreira Marques – P48
 Diego Soares da Silveira – P18
 Dulce Simões – P14
 Edgar Teodoro da Cunha – P02
 Elena Alejandra Ibarra Rojas – P44
 Elena Rhoda Pilcher Pérez – P44
 Elias Gomes – P59
 Elias Miguel Alcocer Puerto – P11
 Elisa Duarte – P01
 Elísio Jossias – P43
 Elizabete de Castro Mendonça – P50
 Elizabeth Challinor – P28
 Elizabeth Ewart – P47
 Elizabeth Rodrigues Hoisel – P10
 Elsa Lechner – P02; P55
 Ema Cláudia Ribeiro Pires – P21
 Emerson Giumbelli – P22
 Emília Godoi – P43
 Érica Jorge – P36
 Érica Pastori – P31

Érica Quinaglia Silva – P18
 Erika Mesquita – P49
 Erin Taylor – P37
 Eugenia Bayona Escat – P05
 Eugenia Roussou – P42
 Fabiana Bruno – P36
 Fabiano Souza Gontijo – P16
 Fabricio Bonecini Almeida – P59
 Fabrício Rocha – P10
 Felipe Vázquez – P08
 Fernanda Maria Vieira – P20
 Fernanda Oliveira – P41
 Fernando Ampudia de Haro – P09
 Fernando Augusto Pereira – P35
 Fernando Bessa Ribeiro – P17; P38
 Fernando Camponês – P40
 Fernando Florêncio – P60
 Fernando Resende – P51
 Filipa Fernandes – P05; P11
 Filipa Soares – P40
 Filipe Martins – P29
 Filipe Reis – P17
 Flávia Amaro – P24
 Flavia Medeiros – P04
 Florencia Benitez-Schaefer – P20
 Florencia Mercado – P20
 Francesca De Luca – P23
 Francesco Bruno Bondanini – P02
 Francesco Vacchiano – P28
 Francirosy Ferreira – P54
 Francis Rigal – P34
 Francisco Freire – P51
 Francisco José Cuberos Gallardo – P55
 Frank Marcon – P12
 Gabriela Vargas Cetina – P37
 Gemma Celigueta Comerma – P47
 Gemma de la Fuente González – P29
 Gemma Orobitg – P47
 Giacomo Ferro – P53
 Gianluigi Moscato – P01
 Gilmara Gomes da Silva Sarmento – P04
 Gisele Fonseca Chagas – P51

Giuseppe Beluschi Fabeni – P56
 Glauco Ferreira – P16
 Gleiciani Fernandes – P55
 Gonçalo F.L.C. Antunes – P48
 Graça Cordeiro – P12; P34
 Guadalupe Jiménez-Esquinas – P11
 Guadalupe Salas – P08
 Guilherme José da Silva e Sá – P31
 Guillaume Dumont – P45
 Guillermo Martín Sáiz – P22; P54
 Guillermo Vega Sanabria – P30
 Gustavo Nogueira – P25
 Gustavo Saggese – P58
 Heather Horst – P37
 Hector Rolando Guerra Hernandez – P28
 Hécio Medeiros – P34
 Helena Machado – P16; P29; P36
 Helena Santos – P12
 Hélène Veiga Gomes – P52
 Helmut Paulus Kleinsorgen – P16
 Hili Ratzon – P42
 Hugo Maia – P54
 Humberto Martins – P33
 Iara Beleli – P16
 Inês Alves – P52
 Inês Godinho – P40
 Inês Lourenço – P32
 Inês Vicente – P25
 Ingrid Fonseca – P53
 Iolanda Évora – P28
 Irene Rodrigues – P28; P55
 Isadora Lins França – P16; P58
 Isis Martins – P53
 Izáira Thalita da Silva Lima – P17
 Izis Morais Lopes dos Reis – P54
 James de Souza Feitosa – P40
 Javier Hernández-Ramírez – P11
 Jefferson Virgilio – P33
 Joan Josep Pujadas – P34
 Joana Alcântara – P40
 Joana Areosa Feio – P07
 Joana Lucas – P38
 Joana Ramalho – P12
 Joana Roque de Pinho – P02; P31
 João Baía – P57
 João Coimbra Oliveira – P41
 João Daniel Dorneles Ramos – P24
 João Edral – P40
 João Leal – P24
 João Sardinha – P28
 João Tavares Neto – P18
 Jorge Branco – P14
 José Carlos Pinto da Costa – P23
 José Cavaleiro Rodrigues – P28
 José F.M.H. Bairrão – P17
 José Glebson Vieira – P17; P47
 José Ignacio Monteagudo Robledo – P45
 José Manuel Resende – P54
 José Mapril – P28; P54
 José Marques – P11
 José Pedro Arruda – P36
 José Reginaldo Gonçalves – P19
 José Sobral – P07
 Juan Antonio Delgado de la Rosa – P43
 Juan Antonio Domínguez Álvarez – P01
 Juan Gamella – P56
 Juan José Vagni – P51
 Juliana Braz Dias – P12
 Juliana Pedreschi Rodrigues – P52
 Juliana Pereira Lima Caruso – P40
 Karima Soliman – P52
 Karla Cunha Pádua – P03
 Krislane de Andrade Matias – P44
 Kristen Drybread – P29
 Larissa Nadai – P30
 Laura Alamillo-Martínez – P29
 Laureano Reyes Gómez – P08
 Leandro Regis Nascimento da Silva – P24
 Leonor Losa – P51
 Lídia Cordeiro – P41
 Lígia Ferro – P12
 Lilian Gomes – P21
 Lisabete Coradini – P27
 Livia Reis Santos – P22

Lorena Querol – P06
 Lourenzo Fernández-Prieto – P13
 Lucero Ibarra Rojas – P20
 Lucía Eilbaum – P04
 Luciana Hartmann – P03
 Lucília Napoleão Barros – P25
 Lucybeth Camargo de Arruda – P47
 Luis Americo Silva Bonfim – P04
 Luís Bernardo – P07
 Luis Costa – P10
 Luís Cunha – P26
 Luís Fernandes – P23
 Luís Silva – P31
 Luísa Alpalhão – P12
 Luísa Veloso – P17
 Luiz Fernando Rojo Mattos – P33
 Lurdes Nicolau – P27
 Lurdes Pequito – P14
 Madian de Jesus Frazão Pereira – P38
 Manuel André Simões Homem Cristo
 António – P29
 Manuel González de Ávila – P45
 Manuel Neves – P21
 Manuel Teles Grilo – P57
 Manuela Cunha – P16
 Marcela Thaís de Melo Barbosa – P58
 Marcello Sorrentino – P41
 Marco Martínez – P59
 Marcos Messeder – P10
 Marcos Pellegrini – P18
 Marcus Dantas – P20
 Margarette Fagundes Nunes – P36
 Margarida Ferreira da Silva – P30
 Margarida Lopes Fernandes – P31
 Maria Barthez – P50
 Maria C. Lo Bosco – P25
 Maria Cardeira da Silva – P38; P51
 María Cátedra – P14
 Maria Cecília Londres Fonseca – P19
 Maria Claudia Coelho – P04
 María Concepción Arroyo – P08
 Maria da Conceição Tomé – P27
 Maria de Fátima Amante – P33
 Maria do Socorro Vale Bezerra de Góis – P05
 Maria Eduarda Noura Rittiner – P01
 María Elena Martínez Jiménez – P08
 María Eugenia Pérez Herrera – P08
 Maria Fatima Machado – P21
 Maria Inês David – P28
 Maria João Cunha Silvestre – P58
 Maria José Fazenda – P29
 María José Pastor Alfonso – P11
 Maria Livia Jimenez Sedano – P51
 Maria Manuel Quintela – P18
 Maria Mendes – P56
 Maria Miguel Cardoso – P14
 Maria Regina Lins Brandão Veas – P03
 Maria Stela Campos França – P10
 Maria Teresa Macara – P03
 María Victoria Chenaut – P44
 Mariana Guimarães – P60
 Mariana Martinez – P23
 Mariana Santos – P09; P10
 Mariana Trotta Dallalana Quintans – P20
 Mariane Pisani – P55
 Marilena Altenfelder de Arruda Campos – P31
 Marina Galvanese – P55
 Marina Pignatelli – P22
 Mario Carvalho – P58
 Mario Gomes – P53
 Mario Ney Rodrigues Salvador – P33
 Marisol Marini – P30
 Mark Harris – P47
 Marta Amoroso – P47
 Marta Prista – P45
 Mathilde Neves – P07
 Mauro Rodrigues – P09
 Max Ruben Ramos – P28
 Mbuta Zawua – P10
 Mercedes G. Jiménez Álvarez – P53
 Mercia Batista – P27
 Meritxell Sucarrat – P14
 Michel G.J. Binet – P35
 Michele de Lavra Pinto – P35

Miguel Ambrizzi – P03
 Miguel de Barros – P52
 Miguel Vale de Almeida – P17; P28
 Milena Belloni – P55
 Miquel Àngel Ruiz Torres – P05
 Mirian Alves de Souza – P27
 Monalisa Siqueira – P04
 Mónica Sequeira – P27
 Murilo Guimarães – P59
 Naomi Goldenberg – P22
 Natália Corazza Padovani – P16
 Natalia-Lledo Carceller-Maicas – P60
 Nelson Ramalho – P35
 Nilton Silva dos Santos – P52
 Norma Fuller – P11
 Nuno Dias – P28
 Nuno Mora – P53
 Nuno Oliveira – P34
 Nuno Segurado – P56
 Nuria Alvarez Agüí – P10
 Octávio Sacramento – P17; P35; P38
 Odair Varela – P20
 Olavo Souza Pinto – P17
 Olga Magano – P27; P56
 Orlando Aragón Andrade – P20
 Oscar Calavia Sáez – P48
 Otávio Raposo – P12
 Patrice Schuch – P30
 Patrícia Cristina Oliveira Rosa – P40
 Patrícia Ferraz de Matos – P48
 Patrícia Ferreira – P17
 Patricia Martins – P19
 Patricia Osorio – P12
 Patricia Silva – P30
 Paula Godinho – P14
 Paula Montero – P22
 Paula Mota Santos – P13
 Paula Togni – P16; P28
 Paulo Castro – P26
 Paulo Malvasi – P23
 Paulo Mendes – P33; P49
 Paulo Peixoto – P19
 Paulo Pinto – P51
 Pedro Gabriel Silva – P35
 Pedro Machado – P23
 Pedro Martins – P13
 Pedro Osório Graça – P38
 Pedro Pereira Leite – P03
 Pedro Stoeckli – P31
 Pedro Tomé Martín – P14
 Peter Anton Zoettl – P02
 Pilar Espeso Molinero – P11
 Priscila Nascimento – P40; P58
 Rafael Lopo – P59
 Rafaela Granja – P16
 Ramon Reis – P58
 Raquel Carvalheira – P54
 Raúl Travé Molero – P05
 Rebeca Campos Ferreira – P43
 Rebecca Slenes – P54
 Redy Wilson Lima – P52
 Regina Abreu – P19
 Regina Medeiros – P23
 Reinaldo Pacheco – P52
 Renata da Silva Nobrega – P16
 Renata Daflon Leite – P52
 Renata Gonçalves – P12
 Renata Medeiros Paoliello – P43
 Ricardo Alves Bento – P12; P52
 Ricardo Campos – P02
 Ricardo Moreira – P43
 Rita Cachado – P32
 Rita Freitas – P35
 Rita Jerónimo – P19
 Rita María Trujillo González – P11
 Rita Rodrigues – P25
 Robert Rowland – P13
 Roberta Corrêa – P42
 Roberta Grudzinski – P18
 Rodrigo Chaves – P11
 Rodrigo Leistner – P22
 Rodrigo Lobo – P49
 Rodrigo Portella – P22
 Rogéria Campos de Almeida Dutra – P34

Rogério Paulo Vieira de Almeida – P13
 Roque Pinto da Silva Santos – P11
 Rosa Maria Aquino – P24
 Rosalva Aida Hernández Castillo – P44
 Rosamaria Carneiro – P18
 Rosseline Tavares – P50
 Rubens Adorno – P23
 Rui Sérgio Oliveira Neves – P25
 Rui Simões – P57
 Ruy Blanes – P22
 Sabrina Souza da Silva – P30
 Sahil Warsi – P55
 Sandra Marques – P48
 Sandra Oliveira – P38
 Sarri Vuorisalo-Tiitinen – P44
 Selma Lima da Silva – P23
 Shannon Speed – P44
 Sílvia Cardoso – P17
 Sílvia Gomes – P56
 Sílvia Guimarães – P18
 Sílvia Montenegro – P51
 Simone Araujo – P05
 Simone Frangella – P28
 Sofia Aurora Rebelo Santos – P56
 Sofia Gaspar – P01
 Sofia Sampaio – P33
 Sónia Mairos Ferreira – P06; P23
 Sónia Ramalho – P32
 Sonia Regina Lourenço – P57
 Sónia Reis Pinto – P55
 Sónia Vespeira de Almeida – P57
 Soraya Simões – P44
 Stefano Piemontese – P56
 Steffan Igor Ayora-Díaz – P37
 Susana Boletas – P53
 Susana Costa – P31
 Susana Durão – P04
 Susana Gaspar Pereira – P40
 Susana Noronha – P04
 Susana Sardo – P19
 Susana Trovão – P32
 Susana Viegas – P47
 Talita Castro – P16
 Tânia Madureira – P21
 Teresa Martins – P29
 Teresa Nóvoa – P31
 Teresa Vicente – P14
 Thelma Marreiro – P01
 Thiago Garcia – P30
 Thiago Mota Cardoso – P31; P47
 Thiago Nagafuchi – P23
 Tiago Hyra Rodrigues – P35
 Tiago Silveiro de Oliveira – P53
 Tiago Spinelli – P48
 Valéria Melo – P25
 Valerio Simoni – P16
 Vanda Ramalho – P35
 Vanessa Amorim – P05
 Vanessa Cantinho de Jesus – P34
 Vânia de Vasconcelos Gico – P48
 Vânia Martins – P27
 Vânia Pereira Machado – P32
 Vera Lopes – P06
 Vera Lúcia Maia Marques – P51
 Vera Marques Alves – P50
 Vera Ribeiro de Almeida dos Santos
 Faria – P45
 Vera Silva – P40
 Verone Cristina da Silva – P47
 Verónica Montes de Oca – P08
 Verónica Schild – P44
 Virgínia Henriques Calado – P26
 Virtudes Tellez Delgado – P51
 Vitor Popinsky – P31
 Viviane Silva – P36
 Wagner Chaves – P50
 Wilson Trajano Filho – P21
 Wladimir Blos – P05
 Wladimir Rodrigues Dias – P60
 Xerardo Pereiro – P11
 Ximena Zabala Corradi – P09
 Yaiza Pérez Alonso – P49
 Yonatan Gez – P24
 Yuri Bassichetto Tambucci – P34

Apêndice: Comunicações retiradas

As comunicações seguintes foram retiradas pelos seus autores e não foram apresentadas no Congresso:

